



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

ELIS VELOSO PORTELA DE ARAÚJO

**PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA: Uso, conservação e
apropriação dos espaços públicos**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Elis Veloso Portela de Araujo

3. Título do trabalho

PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – USO, CONSERVAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **ELIS VELOSO PORTELA DE ARAUJO, Discente**, em 16/11/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Usuário Externo**, em 16/11/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2492982** e o código CRC **28E47A29**.

Referência: Processo nº 23070.053703/2021-45

SEI nº 2492982

ELIS VELOSO PORTELA DE ARAÚJO

**PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA: Uso, conservação e
apropriação dos espaços públicos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia, do Instituto de Estudos
Socioambientais da Universidade Federal de
Goiás como requisito para obtenção do título de
Doutora em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do
Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientadora: Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro
Antunes Barreira

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araújo, Elis Veloso Portela de
PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA [manuscrito] : USO, CONSERVAÇÃO
E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS / Elis Veloso Portela de
Araújo. - 2021.
CDXX, 420 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Espaços Públicos. 2. Parques Urbanos. 3. Lagos Municipais. 4.
Áreas Verdes. 5. Região Metropolitana de Goiânia. I. Barreira, Celene
Cunha Monteiro Antunes , orient. II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 121 da sessão de Defesa de Tese de **Elis Veloso Portela de Araújo** que confere o título de Doutora em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, a partir das 08:00 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – USO, CONSERVAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Vandervilson Alves Carneiro (UEG), membro titular externo; Professora Doutora Gabriela Nogueira Ferreira da Silva Beltrão (IFG), membro titular externo, Professor Doutor João Batista de Deus (IESA/UFG), membro titular externo; Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **VANDERVILSON ALVES CARNEIRO, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Batista De Deus, Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA NOGUEIRA FERREIRA DA SILVA BELTRAO, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no



§ 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2422673** e o código CRC **8DFD4090**.

Referência: Processo nº 23070.053703/2021-45

SEI nº 2422673

Para todas as pessoas que nestes tempos tão difíceis
perderam suas vidas, suas forças, seus amores, seu
chão. Por elas e por eles todos...continuemos.

Agradecimentos

À minha querida professora Celene, que desde o início acreditou na minha capacidade e estimulou o meu trabalho e a minha trajetória, mostrando o lado sério, competente, dedicado, humano e gentil que existe sim, dentro da Universidade.

À minha mãe, Socorro, que sempre me socorreu, cuidou, amou e compreendeu. Todo seu esforço valeu. Obrigada por ser essa mãe tão presente e coruja que você sempre foi.

Ao meu pai Ancelmo, que tanto batalhou para que tivéssemos uma vida melhor. O homem que me ensinou a sonhar, a acreditar, a mudar e a recomeçar.

Ao meu companheiro João Roberto, que tanto incentivou e contribuiu para realização dos meus projetos e da minha felicidade. Como é bom ter alguém como você ao lado, com quem se pode dividir a jornada nesse mundo tão maluco e, por vezes, hostil.

À família do João Roberto, que se tornou também a minha, por tanto carinho, generosidade e acolhimento.

Aos meus queridos irmãos Vinícius, Angélica e Segundo por compreender minhas ausências.

À minha irmã Jaqueline por ter desbravado o caminho da academia, tornando-se a primeira doutora da família e, desde muito nova, vem nos incentivando e ajudando de todas as formas possíveis.

Aos meus amigos Anderson e Uáquila, que foram fundamentais no suporte às atividades de campo nos 21 municípios da RMG.

Às minhas companheiras de peleja e incentivos, Roberta e Juliana, que tanto me deram força nessa caminhada.

Ao Professor Eguimar, por ser essa pessoa tão simples e próxima aos estudantes, por sua escuta atenta e por suas falas cirúrgicas e amigas, que ajudam a diluir o peso que cada um de nós precisa carregar.

Ao colega Onésio, atencioso e comprometido, sempre fazendo seu melhor como servidor público da Universidade. Ademais, estendo o agradecimento a todos os demais colegas do IESA/UFG, dentre técnicos-administrativos, professores, bolsistas e estagiários que contribuem para perpetuar no instituto um ambiente onde prevalece o respeito, a empatia e a solidariedade. Obrigada a todos por me fazerem sentir, desde 2005, uma pessoa querida e parte integrante desta comunidade.

A todos emana as melhores energias em forma de agradecimento.

Resumo

Os Parques Urbanos e Lagos Municipais têm assumido um importante papel na dinâmica social e espacial da Região Metropolitana de Goiânia. Pressupõe-se que o uso desses espaços está relacionado à busca por sociabilização, recreação e hábitos saudáveis, incluindo a prática de atividades físicas e a reaproximação da sociedade urbana com a natureza. Todavia, nota-se que existem realidades heterogêneas no que diz respeito a aspectos estruturais, ambientais e espaciais desses equipamentos, o que, possivelmente, impacta em uma extrema diferenciação de utilização desses espaços. Assim, elaborou-se a seguinte tese: Embora os Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG constituam espaços públicos dotados de potencialidades ambientais e sociais, os mesmos encontram-se submetidos a um processo desigual de uso e apropriação por parte da população, o que é influenciado pelos diferentes níveis de estrutura, gestão e conservação desses equipamentos e pelas ações de especulação imobiliária relacionadas ao caráter capitalista e segregador presente no espaço urbano. A verificação da referida tese foi orientada pelos seguintes objetivos: Conhecer as demandas por parques, lagos e áreas verdes dos municípios da RMG, resultantes da construção do PDI-RMG; Compreender como estão distribuídos os parques e lagos públicos na RMG; Conhecer a percepção dos usuários em relação a esses espaços; Conhecer a dinâmica dos demais espaços públicos nos municípios da RMG que não possuem Parques e Lagos Municipais; e Problematicar o papel exercido por esses espaços durante a Pandemia da Covid-19. Os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; mapeamento; coleta de dados primários mediante aplicação de questionários semiestruturados e trabalho de campo; e coleta de dados secundários, mediante levantamento. Dentre os resultados alcançados pela pesquisa, revelou-se que os espaços públicos analisados são dotados de uma multifuncionalidade, que é constituída por usos formais e informais, e que os espaços pesquisados são percebidos pelos indivíduos entrevistados como ambientes promotores de benefícios à saúde física e mental da população. Constatou-se que os parques e lagos têm servido como objetos de valorização imobiliária do espaço urbano. Apreendeu-se, ainda, uma realidade heterogênea nesses espaços no que diz respeito a aspectos ambientais e estruturais e à cultura de prevenção contra a disseminação do novo coronavírus.

Palavras-Chave: Espaços Públicos; Parques Urbanos; Lagos Municipais; Áreas Verdes; Região Metropolitana de Goiânia.

Abstract

Urban Parks and Municipal Lakes have assumed an important role in the social and spatial dynamics of the Metropolitan Region of Goiânia. It is assumed that the use of these spaces is related to the search for socialization, recreation and healthy habits, including the practice of physical activities and the rapprochement of urban society with nature. However, it is noted that there are heterogeneous realities with regard to structural, environmental and spatial aspects of these equipment, which possibly impacts on an extreme differentiation in the use of these spaces. Thus, the following thesis was elaborated: Although the Urban Parks and Municipal Lakes of RMG constitute public spaces endowed with environmental and social potential, they are subject to an unequal process of use and appropriation by the population, which is influenced by the different levels of structure, management and conservation of these equipments and by the actions of real estate speculation related to the capitalist and segregating character present in the urban space. The verification of the referred thesis was guided by the following objectives: To know the demands for parks, lakes and green areas in the municipalities of RMG, resulting from the construction of the PDI-RMG; Understand how public parks and lakes are distributed in the RMG; Knowing the perception of users in relation to these spaces; Know the dynamics of other public spaces in the municipalities of RMG that do not have Municipal Parks and Lakes; and Problematicize the role played by these spaces during the Covid-19 Pandemic. The methodological procedures adopted were bibliographical research; documentary research; mapping; collection of primary data through the application of semi-structured questionnaires and field work; and secondary data collection, through a survey. Among the results achieved by the research, it was revealed that the analyzed public spaces are endowed with a multifunctionality, which is constituted by formal and informal uses, and that the researched spaces are perceived by the interviewed individuals as environments that promote benefits to physical and mental health of the population. It was found that parks and lakes have served as objects of real estate enhancement of urban space. It was also apprehended a heterogeneous reality in these spaces with regard to environmental and structural aspects and the culture of prevention against the dissemination of the new coronavirus.

Keywords: Public Spaces; Urban Parks; Municipal Lakes; Green areas; Metropolitan Region of Goiânia.

Lista de Quadros

Quadro 01 - Unidades de conservação (UC) presentes na RMG.....	82
Quadro 02 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Abadia de Goiás.....	95
Quadro 03 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Aparecida de Goiânia	97
Quadro 04 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Aragoiânia	99
Quadro 05 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Bonfinópolis	101
Quadro 06 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Caldazinha	103
Quadro 07 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Goiânia	104
Quadro 08 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Goianira	110
Quadro 09 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Guapó	112
Quadro 10 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Hidrolândia	113
Quadro 11 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Nova Veneza.....	115
Quadro 12 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Nerópolis	117
Quadro 13 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Senador Canedo	119
Quadro 14 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de	

Terezópolis de Goiás.....	121
Quadro 15 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Trindade	123
Quadro 16 - Relação dos temas mais citados por Município da Região Metropolitana de Goiânia.....	126
Quadro 17 - Quantidade de pessoas entrevistadas por município e por equipamento público.....	135
Quadro 18 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Bonfinópolis – GO.....	160
Quadro 19 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Santa Bárbara de Goiás – GO.....	240
Quadro 20 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Aragoiânia – GO.....	282
Quadro 21 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Brazabrantes – GO.....	284
Quadro 22 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Caturai – GO.....	287
Quadro 23 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Guaporé – GO.....	290
Quadro 24 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Hidrolândia – GO.....	292
Quadro 25 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Nova Veneza – GO.....	294
Quadro 26 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Terezópolis de Goiás – GO.....	296
Quadro 27 - Dados referentes à contaminação pela COVID-19 na Região Metropolitana de Goiânia.....	302
Quadro 28 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Goiânia – GO.....	335
Quadro 29 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Nerópolis – GO.....	355
Quadro 30 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Santa Bárbara de Goiás – GO.....	358
Quadro 31 – Principais Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Santo Antônio de Goiás.....	364
Quadro 32 – Principais decretos e portarias relacionados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Senador Canedo.....	366
Quadro 33 – Principais decretos e portarias relacionados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Trindade.....	369
Quadro 34 – Municípios da RMG que possuem e não possuem Parques Urbanos e Lagos Municipais.....	390

Quadro 35 – Municípios da RMG e seus respectivos Parques Urbanos/Lagos Municipais.....	391
Quadro 36 – Municípios da RMG que ainda não dispõe de Parques Urbanos ou Lagos Municipais e Municípios que possuem parques ou lagos mas tem sido pouco utilizados pela população.....	394
Quadro 37 - Estrutura dos Parques Urbanos e Lagos municipais pesquisados na RMG.....	398
Quadro 38 – Equipamentos de atividades físicas presentes nos parques urbanos e lagos municipais pesquisados na RMG.....	400

Lista de Figuras

Figura 01 - Imagens da erosão no Parque Tamanduá.....	47
Figura 02 - Imagens do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato em Goianira.....	48
Figura 03 – Área queimada Às margens do Lago no Parque Municipal de Goianópolis.....	48
Figura 04 – Imagens de lixo descartado indevidamente no Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	49
Figura 05 – Imagens do Lago Municipal de Hidrolândia.....	49
Figura 06 – Mosaico de imagens do processo de Verticalização Lago das Rosas, Parque Cascavel, Parque Flamboyant e Parque Vaca Brava.....	57
Figura 07 – Mosaico de imagens contendo Propaganda do empreendimento imobiliário City Vogue Alameda, às margens do Lago das Rosas.....	58
Figura 08 – Mosaico de Imagens da verticalização às margens do Parque Elmar Arantes em Aparecida de Goiânia.....	59
Figura 09 – Imagens do Parque da Família localizado à frente do Aparecida Shopping.....	60
Figura 10 – Mosaico de Imagens do Hotel Spa do Lago localizado às margens do Lago Sussuapara em Bela Vista de Goiás.....	60
Figura 11 – Mosaico de Imagens de Construções verticalizadas próximas ao Parque Goiabeiras em Inhumas.....	61
Figura 12 – Mosaico de Imagens de bares e restaurantes localizados às margens do Parque Goiabeiras em Inhumas.....	62
Figura 13 – Mapa de Localização e evolução territorial da Região Metropolitana de Goiânia (1999-2010).....	73
Figura 14 – Mapa RMG: Equipamentos Regionais: Educacional e Saúde.....	77
Figura 15 - RMG: Mapa de Perímetro Urbano e Áreas com Uso e Ocupação Urbana, 2017.....	78
Figura 16 – Síntese do Marco Legal e Institucional da Política Urbana abrangendo os três entes federados.....	80
Figura 17 – Gráfico com as Fragilidades de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	95
Figura 18 – Gráfico com as Potencialidades de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	96
Figura 19 – Gráfico com as Perspectivas de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	96

Figura 20 – Gráfico com as Fragilidades de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	97
Figura 21 – Gráfico com as Potencialidades de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	98
Figura 22 – Gráfico com as Perspectivas de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	99
Figura 23 – Gráfico com as Fragilidades de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	100
Figura 24 – Gráfico com as Potencialidades de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	100
Figura 25 – Gráfico com as Perspectivas de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	101
Figura 26 – Gráfico com as Fragilidades de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	102
Figura 27 – Gráfico com as Potencialidades de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	102
Figura 28 – Gráfico com as Perspectivas de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	103
Figura 29 – Gráfico com as Fragilidades de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG.....	108
Figura 30 – Gráfico com as Potencialidades de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	108
Figura 31 – Gráfico com as Perspectivas de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	109
Figura 32 – Gráfico com as Fragilidades de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	110
Figura 33 – Gráfico com as Potencialidades de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	111
Figura 34 – Gráfico com as Perspectivas de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	111
Figura 35 – Gráfico com as Fragilidades de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	112
Figura 36 – Gráfico com as Potencialidades de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	112
Figura 37 – Gráfico com as Perspectivas de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG.....	113
Figura 38 – Gráfico com as Fragilidades de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG.....	114
Figura 39 – Gráfico com as Potencialidades de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	114

Figura 40 – Gráfico com as Perspectivas de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	115
Figura 41 – Gráfico com as Fragilidades de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	116
Figura 42 – Gráfico com as Potencialidades de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	116
Figura 43 – Gráfico com as Perspectivas de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	117
Figura 44 – Gráfico com as Fragilidades de Nerópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	118
Figura 45 – Gráfico com as Perspectivas de Nerópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	118
Figura 46 – Gráfico com as Fragilidades de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	119
Figura 47 – Gráfico com as Potencialidades de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	120
Figura 48 – Gráfico com as Perspectivas de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	120
Figura 49 – Gráfico com as Fragilidades de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	121
Figura 50 – Gráfico com as Potencialidades de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	122
Figura 51 – Gráfico com as Perspectivas de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	122
Figura 52 – Gráfico com as Fragilidades de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	125
Figura 53 – Gráfico com as Potencialidades de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	125
Figura 54 – Gráfico com as Perspectivas de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG.....	125
Figura 55 – Gráfico com Temas mais citados no eixo Fragilidades dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos).....	127
Figura 56 - Gráfico com Temas mais citados no eixo Potencialidades dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos).....	128
Figura 57 - Gráfico com Temas mais citados no eixo Perspectivas dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos).....	129
Figura 58 – Mapa da RMG com os respectivos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios que a integram.....	133
Figura 59 – Mosaico com Imagens da estrutura do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia/GO.....	138
Figura 60 – Mapa do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia.....	138

Figura 61 - Imagens de satélite do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia.....	139
Figura 62 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Aparecida de Goiânia.....	140
Figura 63 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque da Criança	141
Figura 64 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia	142
Figura 65 – Mosaico de Imagens de Formas de uso do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia/GO.....	143
Figura 66 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Criança em Aparecida de Goiânia.....	144
Figura 67 – Mosaico de Imagens da estrutura do Parque da Família em Aparecida de Goiânia/GO	145
Figura 68 – Mapa do Parque da Família em Aparecida de Goiânia	146
Figura 69 – Imagens de Satélite do Parque da Família em Aparecida de Goiânia.....	147
Figura 70 - Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Aparecida de Goiânia	148
Figura 71 – Gráficos contendo a Avaliação das condições específicas do Parque da Família	149
Figura 72 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Família em Aparecida de Goiânia	150
Figura 73 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Família em Aparecida de Goiânia	151
Figura 74 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás.....	153
Figura 75 – Mosaico de Imagens de Imóveis anexos ao Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás.....	154
Figura 76 - Mapa do Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás.....	154
Figura 77 – Imagens de satélite do Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás.....	155
Figura 78 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Bela Vista de Goiás..	156
Figura 79 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Sussuapara.....	157
Figura 80 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Sussuapara.....	158
Figura 81 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Municipal Sussuapara.....	159
Figura 82 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Ecológico de Bonfinópolis	161
Figura 83 - Mapa do Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	162

Figura 84 - Imagem aérea do Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	163
Figura 85 – Gráfico contendo o Nível de participação dos usuários no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Bonfinópolis.....	164
Figura 86 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	165
Figura 87 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	166
Figura 88 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	167
Figura 89 – Mosaico de Imagens da Estrutura Lago das Rosas.....	169
Figura 90 – Mosaico de Imagens das Placas informativas instaladas no Lago das Rosas.....	170
Figura 91 - Mapa do Lago das Rosas em Goiânia.....	171
Figura 92 - Imagem aérea do Lago das Rosas em Goiânia.....	172
Figura 93 – Gráfico contendo o Nível de participação dos usuários do Lago das Rosas no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia.....	173
Figura 94 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Lago das Rosas.....	174
Figura 95 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Lago das Rosas.....	175
Figura 96 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago das Rosas em Goiânia.....	175
Figura 97 – Mosaico de imagens da estrutura do Parque Flamboyant.....	176
Figura 98 – Mapa do Parque Flamboyant.....	177
Figura 99 – Imagens de satélite do Parque Flamboyant.....	178
Figura 100 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia.....	178
Figura 101 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Flamboyant.....	179
Figura 102 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Flamboyant em Goiânia.....	180
Figura 103 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Flamboyant em Goiânia.....	181
Figura 104 – Mosaico de Imagens contendo os Tipos de uso observados no Parque Flamboyant.....	182
Figura 105 – Mosaico de Imagens da Vila Ambiental no Parque Areião em Goiânia.....	183
Figura 106 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Areião.....	184
Figura 107 – Mapa do Parque Areião em Goiânia.....	186
Figura 108 – Imagens de satélite do Parque Areião em Goiânia.....	187

Figura 109 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Goiânia.....	188
Figura 110 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Areião.....	189
Figura 111 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Areião em Goiânia.....	190
Figura 112 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Areião em Goiânia.....	190
Figura 113 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Vaca Brava.....	191
Figura 114 – Mapa do Parque Vaca Brava em Goiânia.....	192
Figura 115 – Imagens de satélite do Parque Vaca Brava em Goiânia.....	193
Figura 116 - Gráfico contendo os Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia.....	194
Figura 117 - Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Vaca Brava em Goiânia.....	195
Figura 118 - Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Vaca Brava em Goiânia.....	196
Figura 119 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Vaca Brava em Goiânia.....	196
Figura 120 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia.....	198
Figura 121 - Mapa do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia.....	199
Figura 122 – Imagens de satélite do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia.....	200
Figura 123 - Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia.....	201
Figura 124 - Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia.....	202
Figura 125 - Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Leolídio Ramos di Caiado em Goiânia.....	203
Figura 126 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Leolídio Ramos di Caiado em Goiânia.....	204
Figura 127 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Municipal de Goianápolis.....	206
Figura 128 – Mapa do Parque Municipal de Goianápolis.....	207
Figura 129 – Imagens de satélite do Parque Municipal de Goianápolis.....	208
Figura 130 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Goianápolis.....	209
Figura 131 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Municipal de Goianápolis.....	210

Figura 132 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Municipal de Goianópolis.....	211
Figura 133 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Municipal de Goianópolis.....	212
Figura 134 – Mosaico de Imagens contendo a Estrutura Lalacci Humberto Donato em Goianira.....	214
Figura 135 – Mapa do Parque Municipal de Goianira.....	215
Figura 136 – Imagens de satélite do Parque Municipal de Goianira.....	216
Figura 137 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Goianira.....	217
Figura 138 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato em Goianira.....	218
Figura 139 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato em Goianira.....	219
Figura 140 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago Lalacci Umberto Donato em Goianira.....	220
Figura 141 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas.....	223
Figura 142 - Mapa do Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges em Inhumas.....	224
Figura 143 – Imagens de Satélite do Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges em Inhumas.....	225
Figura 144 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Inhumas.....	226
Figura 145 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Goiabeiras/Lago Luzio Borges de Freitas em Inhumas.....	227
Figura 146 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Goiabeiras/Lago Luzio Freitas Borges em Inhumas.....	228
Figura 147 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas em Inhumas.....	229
Figura 148 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Matinha em Nerópolis.....	231
Figura 149 – Mapa do Parque da Matinha em Nerópolis.....	232
Figura 150 – Imagens de Satélite do Matinha em Nerópolis.....	233
Figura 151 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Nerópolis.....	234
Figura 152 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque da Matinha em Nerópolis.....	235

Figura 153 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Matinha em Nerópolis.....	236
Figura 154 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Matinha em Nerópolis.....	237
Figura 155 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	238
Figura 156 – Mapa do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	239
Figura 157 – Imagens de Satélite do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	240
Figura 158 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Santa Bárbara de Goiás....	241
Figura 159 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Santa Bárbara de Goiás.....	242
Figura 160 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	243
Figura 161 – Imagens da população pescando no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	244
Figura 162 - Diferentes tipos de uso do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	244
Figura 163 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	245
Figura 164 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás.....	247
Figura 165 – Mapa do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás.....	248
Figura 166 – Imagens de Satélite do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás.....	249
Figura 167 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Santo Antônio de Goiás.....	250
Figura 168 – Gráfico contendo Avaliação das condições específicas do Parque Jacarandá e Bosque Pau-Brasil em Santo Antônio de Goiás.....	251
Figura 169 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Jacarandá e Bosque Pau-Brasil em Santo Antônio de Goiás.....	252
Figura 170 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás.....	253
Figura 171 – Mosaico de Imagens Estrutura do Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	255
Figura 172 – Mosaico de Imagens de Problemas de manutenção no Parque Boa Vista.....	256
Figura 173 – Mapa do Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	256

Figura 174 – Imagens de Satélite o Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	257
Figura 175 – Gráfico contendo o Nível de participação dos entrevistados no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Senador Canedo.....	258
Figura 176 - Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	259
Figura 177 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	260
Figura 178 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Boa Vista em Senador Canedo...	260
Figura 179 – Mosaico de Imagens de Estrutura do Parque Lara Guimarães em Trindade.....	264
Figura 180 – Mapa do Parque Lara Guimarães em Trindade.....	265
Figura 181 – Imagens de satélite do Parque Lara Guimarães em Trindade.....	266
Figura 182 – Gráfico contendo o Percentual de pessoas entrevistadas que participaram de alguma maneira no processo de criação de parques urbanos no município de Trindade.....	267
Figura 183 - Gráfico contendo o Nível de participação dos entrevistados no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Trindade.....	267
Figura 184 - Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Lara Guimarães em Trindade.....	268
Figura 185 - Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Lara Guimarães em Trindade.....	269
Figura 186 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Lara Guimarães em Trindade.....	270
Figura 187 – Gráfico contendo o Percentual das pessoas entrevistadas que participaram de alguma maneira no processo de criação de parques urbanos e espaços públicos que desempenham funções semelhantes na RMG.....	271
Figura 188 – Gráfico contendo o percentual de participação da população entrevistada nos processos de gestão e conservação dos Parques Urbanos e Espaços Públicos que exercem funções semelhantes nos municípios da RMG.....	272
Figura 189 – Gráfico contendo a Satisfação dos entrevistados nos municípios da RMG em relação a quantidades de Parques Urbanos e/ou espaços públicos que desempenham funções semelhantes próximos a sua residência.....	272
Figura 190 – Gráfico contendo a Avaliação das condições gerais dos frequentadores m relação aos Parques Urbanos e Espaços Públicos que desempenham funções semelhantes na RMG.....	273
Figura 191 – Gráfico contendo a percepção dos usuários em relação ao acesso dos Parques Urbanos e Espaços Públicos que desempenham funções semelhantes, por parte de todos os habitantes dos municípios da RMG.....	274

Figura 192 - Gráfico contendo a Avaliação de quesitos específicos em Parques Urbanos e em espaços públicos que desempenham funções semelhantes na RMG.....	275
Figura 193 – Gráficos de Tipos de Uso empreendidos nos Parques Urbanos e em Espaços Públicos que desempenham funções semelhantes nos municípios da RMG..	276
Figura 194 – Nuvem de Palavras contendo os principais benefícios, propiciados à população, pelos Parques Urbanos e Espaços Públicos que exercem funções semelhantes os municípios da RMG, de acordo com relatos dos entrevistados.....	277
Figura 195 – Nuvem de Palavras contendo os principais problemas apresentados pelos Parques Urbanos e Espaços Públicos que exercem funções semelhantes os municípios da RMG, de acordo com relatos dos entrevistados.....	277
Figura 196 – Percentual de pessoas entrevistadas nos municípios da RMG que relataram praticar atividades físicas com frequência.....	278
Figura 197 – Tipos de Atividades Físicas praticadas de acordo com o relato dos indivíduos entrevistados nos municípios da RMG.....	278
Figura 198 – Principais problemas de saúde (atuais e anteriores) relatados pelos frequentadores dos Parques Urbanos e Espaços Públicos semelhantes dos municípios da RMG.....	279
Figura 199 – Mosaico de Imagens do Parque Municipal Salvino Cezario da Silva em Abadia de Goiás.....	281
Figura 200 – Mosaico de Imagens da Praça da Igreja Matriz de Santa Luzia em Aragoiânia.....	282
Figura 201 – Mosaico de Imagens da Praça Imperial em Aragoiânia.....	283
Figura 202 – Mosaico de Imagens da Praça do Sol em Brazabrantes.....	284
Figura 203 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Caldazinha.....	286
Figura 204 – Mosaico de Imagens do Parque Natural Municipal Pedreira da Estrada de Ferro em Caldazinha.....	286
Figura 205 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas de Caturai.....	288
Figura 206 – Mosaico de Imagens do Lago de Caturai.....	289
Figura 207 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Guapó.....	291
Figura 208 – Mosaico de Imagens do Lago Municipal de Hidrolândia.....	292
Figura 209 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas de Nova Veneza.....	294
Figura 210 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas de Terezópolis de Goiás.....	296
Figura 211 - Gráfico de evolução de casos de contaminação pela COVID-19 no Brasil, de 29/02/2020 a 01/04/2021.....	300
Figura 212 - Gráfico de evolução de casos de contaminação pela COVID-19 no estado de Goiás, de 12/03/2020 a 30/03/2021.....	300
Figura 213 – Gráfico de Monitoramento de novos óbitos confirmados de COVID-19 - Estado de Goiás.....	303

Figura 214 - Mapa de risco do estado de Goiás - Semana 1 (19/02/2021).....	304
Figura 215 - Mapa de risco - Semana 7 (02/04/2021).....	305
Figura 216 – Modelo de Escalonamento das Macrozonas de Aparecida de Goiânia durante a Pandemia da Covid-19.....	321
Figura 217 – Mapa de Macrozonas do Município de Aparecida de Goiânia para fins de escalonamento das atividades econômicas durante a pandemia da Covid-19.....	321
Figura 218 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque da Criança durante a Pandemia da Covid-19.....	323
Figura 219 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque da Criança - Aparecida de Goiânia.....	324
Figura 220 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque da Família durante a Pandemia da Covid-19.....	325
Figura 221 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque da Família - Aparecida de Goiânia.....	327
Figura 222 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Municipal de Bela Vista de Goiás.....	329
Figura 223 - Mosaico de Imagens de usos do Parque Ecológico de Bonfinópolis durante a Pandemia da Covid-19.....	331
Figura 224 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Municipal de Bonfinópolis.....	332
Figura 225 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Municipal de Goianápolis.....	334
Figura 226 - Mosaico de Imagens de usos do Parque Areião durante a Pandemia da Covid-19.....	337
Figura 227 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Areião em Goiânia.....	338
Figura 228 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Flamboyant durante a Pandemia da Covid-19.....	339
Figura 229 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Flamboyant em Goiânia.....	341
Figura 230 – Placa de orientação sobre a prevenção da Covid-19 no Lago das Rosas.....	342
Figura 231 – Lavatório instalado no Lago das Rosas durante o período de pandemia.....	342
Figura 232 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Lago das Rosas em Goiânia.....	343
Figura 233 – Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Leolídio Ramos di Caiado durante o período de Pandemia da Covid-19.....	344
Figura 234 – Mosaico de Imagens de Equipamentos interditados no Parque Leolídio Ramos di Caiado em virtude da pandemia da Covid-19, durante o primeiro semestre de 2020.....	345

Figura 235 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Leolídio Ramos di Caiado em Goiânia.....	347
Figura 236 – Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Vaca Brava durante a Pandemia da Covid-19.....	348
Figura 237 – Mosaico de Imagens de equipamentos restritos e liberados no Parque Vaca Brava durante a pandemia da Covid-19.....	349
Figura 238 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Vaca Brava em Goiânia.....	350
Figura 239 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Lago Lalacci Umberto Donato em Goianira.....	352
Figura 240 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges em Inhumas.....	354
Figura 241 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque da Matinha em Nerópolis.....	357
Figura 242 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	363
Figura 243 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Jacarandá de Bonfinópolis durante a Pandemia da Covid-19.....	365
Figura 244 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque da Jacarandá em Santo Antônio de Goiás.....	366
Figura 245 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Boa Vista em Senador Canedo.....	369
Figura 246 - Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Lara Guimarães em Trindade.....	372
Figura 247 - Fotografia do Parque Vaca Brava do dia 05/07/2020.....	375
Figura 248 - Fotografia do Parque Flamboyant do dia 05/07/2020.....	375
Figura 249 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais antes da Pandemia da Covid-19 (antes de março/2020).....	377
Figura 250 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais durante a Pandemia da Covid-19 (após março/2020).....	378
Figura 251 - Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais em relação ao movimento de pessoas nesses espaços antes e durante a Pandemia da Covid-19.....	379
Figura 252 – Quantitativo de pessoas que relataram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência nos Parques Urbanos e Lagos Municipais.....	380
Figura 253 – Pessoas que já foram contaminadas pela Covid-19 ou já tiveram integrantes de sua família contaminadas pela doença.....	380
Figura 254 – Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG em relação aos benefícios propiciados pelo uso desses espaços.....	381
Figura 255 - Fatores que influenciaram a população a procurar os Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG durante o período de Pandemia da Covid-19.....	382

Figura 256 – Meses em que o os usuários dos Parques e Lagos Municipais dos municípios da RMG sentiram segurança para retomar o uso desses espaços em função da Pandemia da Covid-19..... 383

Lista de Abreviaturas e Siglas

- APM** – Área Pública Municipal
- APP** – Área de Preservação Permanente
- ESPIN** - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
- FIOCRUZ** - Fundação Instituto Oswaldo Cruz
- GCM** – Guarda Civil Metropolitana
- GO** – Goiás
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMB** – Instituto Mauro Borges
- KM** - Quilômetro
- LCE** – Lei Complementar Estadual
- MP** – Ministério Público
- RM** – Região Metropolitana
- RMG** – Região Metropolitana de Goiânia
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OSS** – Organização Social de Saúde
- PDI-RMG** – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região metropolitana de Goiânia
- PDUI** – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
- PM** - Polícia Militar
- RM** – Região Metropolitana
- RMG** – Região Metropolitana de Goiânia
- SARS-CoV-2** - Severe Acute Respiratory Syndrome - Coronavírus
- SES** – Secretaria Estadual de Saúde
- TCO** – Termo Circunstanciado de Ocorrência
- TV** - Televisão
- UCs** – Unidades de Conservação
- UFG** – Universidade Federal de Goiás
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

IBAMA – Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Sumário

Introdução.....	32
Capítulo 1 - Parques Urbanos - Aportes teóricos da pesquisa.....	37
1.1. Espaço Urbano.....	37
1.2. Parques Urbanos.....	40
1.2.1. Parques Urbanos: algumas contribuições conceituais.....	41
1.3. Áreas Verdes, Parques e Qualidade de Vida.....	44
1.4. Problemas de natureza ambiental apresentados pelos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes na RMG.....	47
1.5. Parques Urbanos e Espaços Públicos.....	51
1.6. Parques Urbanos: Valorização imobiliária e segregação no espaço urbano.....	54
1.7. Parques Urbanos para os cidadãos: Como democratizar?.....	64
Capítulo 2 - Região Metropolitana de Goiânia: Conceitos, percursos e normas.....	66
2.1. Breve contexto a ser considerado.....	66
2.2. Metropolização, Metrópole e Região Metropolitana.....	67
2.3. Região Metropolitana de Goiânia.....	72
2.4. Outros aspectos normativos que atuam sobre a organização do espaço urbano e das regiões metropolitanas.....	84
2.5. Para onde apontam os estudos sobre as regiões metropolitanas?.....	91
Capítulo 3 - A construção do PDIRMG e as demandas da sociedade metropolitana.....	93
3.1. Sobre a análise e o recorte.....	93
3.2. Sobre a percepção dos sujeitos.....	95
3.3. Um olhar sobre as Fragilidades: Municípios da RMG.....	129
3.4. Um olhar sobre as Potencialidades: Municípios da RMG.....	130
3.5. Um olhar para o futuro: Perspectivas dos Municípios da RMG.....	131
3.6. Aspectos limitantes.....	132
Capítulo 4 - Os Parques Urbanos na RMG: Espacialidades e Percepção dos usuários.....	132

4.1. Aparecida de Goiânia.....	136
4.1.1. Parque da Criança.....	137
4.1.2. Parque da Família.....	144
4.2. Bela Vista de Goiás.....	151
4.2.1. Lago Sussuapara.....	152
4.3. Bonfinópolis.....	159
4.3.1. Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	160
4.4. Goiânia.....	167
4.4.1. Parque Areião.....	169
4.4.2. Parque Flamboyant.....	176
4.4.3. Lago das Rosas.....	182
4.4.4. Parque Leolídio di Ramos Caiado.....	191
4.4.5. Parque Vaca Brava.....	197
4.5. Goianópolis.....	204
4.5.1. Parque Municipal de Goianópolis.....	205
4.6. Goianira.....	212
4.6.1. Lago Lalacci Humberto Donato.....	213
4.7. Inhumas.....	220
4.7.1. Parque Goiabeiras/Lago Lúzio de Freitas Borges.....	221
4.8. Nerópolis.....	229
4.8.1. Parque Matinha.....	230
4.9. Santa Bárbara de Goiás.....	237
4.9.1. Parque Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	238
4.10. Santo Antônio de Goiás.....	245
4.10.1. Parque Jacarandá.....	246
4.11. Senador Canedo.....	254
4.11.1. Parque Boa Vista.....	254
4.12. Trindade.....	261
4.12.1. Parque Lara Guimarães.....	262
4.13. Região Metropolitana de Goiânia: Resultados gerais.....	270
Capítulo 5 - Municípios da RMG que ainda não possuem Parques Urbanos e Lagos Municipais ou que apresentam parques e lagos com baixos níveis de visitação.....	279

5.1. Abadia de Goiás.....	280
5.2. Aragoiânia.....	281
5.3. Brazabrantes.....	283
5.4. Caldazinha.....	284
5.5. Caturaí.....	286
5.6. Guaporé.....	289
5.7. Hidrolândia.....	291
5.8. Nova Veneza.....	293
5.9. Terezópolis de Goiás.....	295
Capítulo 6 - Os Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia e a Pandemia da Covid-19.....	297
6.1. A covid-19: do mundo para a Região Metropolitana de Goiânia.....	297
6.2. Distanciamento social: da necessidade às dificuldades de implementação.....	307
6.3. Consequências da pandemia na vida da população urbana: problemas de ordem física, emocional e psicológica.....	310
6.4. O uso dos parques urbanos da RMG durante a Pandemia da Covid-19.....	314
6.5. Parques Urbanos e Lagos Municipais na pandemia: percepções apreendidas por meio de trabalhos de campo e de entrevistas.....	319
6.5.1 Aparecida de Goiânia.....	320
6.5.1.1 Parque da Criança.....	322
6.5.1.2 Parque da Família.....	325
6.5.2 Bela Vista de Goiás.....	327
6.5.2.1 Bela Vista de Goiás - Parque Sussuapara.....	328
6.5.3 Bonfinópolis.....	329
6.5.3.1 Parque Ecológico de Bonfinópolis.....	330
6.5.4 Goianápolis.....	333
6.5.4.1 Parque Municipal de Goianápolis.....	333
6.5.5 Goiânia.....	335
6.5.5.1 Parque Areião.....	336
6.5.5.2 Parque Flamboyant.....	339
6.5.5.3 Lago das Rosas.....	341
6.5.5.4 Parque do Leolídio di Ramos Caiado/Goiânia 2.....	343

6.5.5.5 Parque Vaca Brava/Sullivan Silvestre.....	347
6.5.6 Goianira.....	350
6.5.6.1 Lago Lalacci Umberto Donato.....	351
6.5.7 Inhumas.....	353
6.5.7.1 Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges.....	353
6.5.8 Nerópolis.....	355
6.5.8.1 Parque da Matinha.....	356
6.5.9 Santa Bárbara de Goiás.....	358
6.5.9.1 Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.....	361
6.5.10 Santo Antônio de Goiás.....	363
6.5.10.1 Parque Jacarandá.....	364
6.5.11 Senador Canedo.....	366
6.5.11.1 Parque Boa Vista.....	368
6.5.12 Trindade.....	369
6.5.12.1 Parque Lara Guimarães.....	371
6.6. Reportagens denunciam o descumprimento dos protocolos de segurança dos parques urbanos: o caso específico da Cidade de Goiânia.....	373
6.7 Apreensões gerais acerca do Uso de Parques e Lagos Municipais da RMG durante a Pandemia da Covid-19.....	376
Capítulo 7 – Parques Urbanos, Lagos Municipais e demais espaços públicos: Um Panorama da realidade encontrada nos Municípios da RMG.....	389
7.1 Parques, Lagos e Praças: composição geral dos municípios da RMG que ainda não possuem parques e lagos públicos.....	389
7.2 Panorama dos modos de apropriação e uso dos Parques Urbanos e Lagos Municipais investigados na RMG.....	396
7.3 Propostas de Ações relacionadas à criação, gestão e conservação de Parques Urbanos e espaços semelhantes.....	406
Considerações Finais.....	409
Referências.....	412
Apêndices.....	419

Introdução

Os estudos empreendidos sobre as regiões metropolitanas brasileiras têm sido de fundamental importância para compreensão de fenômenos relativos às metrópoles, à metropolização, à regionalização, à constituição de regiões metropolitanas e aos problemas enfrentados pelas RMs. A partir dessas pesquisas, surgem possibilidades para compreensão dos processos atuantes sobre a Região Metropolitana de Goiânia, subsidiando a elaboração de soluções voltadas aos problemas vivenciados pelos municípios que a integram.

Ao mesmo tempo, os Parques Urbanos têm se constituído como espaços potencialmente privilegiados da cidade, capazes de proporcionar à população diferentes tipos de uso, geralmente relacionados ao lazer, à prática de atividades físicas, à sociabilização e à busca por uma reaproximação com a natureza.

Embora diversos estudos sobre parques urbanos, áreas verdes e espaços públicos já tenham sido realizados, em âmbito local, expressiva maioria das pesquisas apresenta análises restritas ao município de Goiânia e Aparecida de Goiânia, deixando uma lacuna sobre os estudos que se direcionam a equipamentos presentes nos demais municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Ademais, os estudos produzidos tendem a tratar os problemas de maneira isolada, ou reduzida à escala do município, sendo escassas as publicações que consideram as realidades apresentadas pelos parques urbanos presentes nos municípios da RMG de maneira integrada.

A presente pesquisa está inserida na confluência dos temas supracitados, sendo guiada pela seguinte tese: “Embora os Parques Urbanos e Lagos Municipais da Região Metropolitana de Goiânia constituam espaços públicos dotados de potencialidades ambientais e sociais, os mesmos encontram-se submetidos a um processo desigual de uso e apropriação por parte da população, o que é influenciado pelos diferentes níveis de estrutura, gestão e conservação desses equipamentos e pelas ações de especulação imobiliária relacionadas ao caráter capitalista e segregador presente no espaço urbano”.

Para desenvolvimento da pesquisa e verificação da referida tese foram propostos os seguintes objetivos:

- Conhecer as demandas por parques urbanos e áreas verdes dos municípios da RMG, apresentadas pela população durante a construção do PDI-RMG;

- Compreender como estão distribuídos os Parques Urbanos e Lagos Municipais nos municípios da RMG; Conhecer a percepção dos usuários em relação a esses espaços, apreendendo aspectos como funções desempenhadas, problemas e benefícios percebidos pelos frequentadores;
- Conhecer a dinâmica dos espaços públicos destinados a lazer, sociabilização e prática de atividades físicas nos municípios da RMG que não possuem Parques Urbanos e Lagos Municipais;
- Problematicar o papel exercido pelos Parques urbanos e Lagos Municipais durante a Pandemia da Covid-19;

Em termos metodológicos, a presente tese adotou os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; mapeamento; coleta de dados primários mediante aplicação de questionários semiestruturados e trabalho de campo; e coleta de dados secundários, mediante levantamento. A forma como os passos metodológicos foram empregados na construção da referida pesquisa segue descrita nos parágrafos a seguir.

Para elaboração do Capítulo 1, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, possibilitando a apresentação dos aportes teóricos iniciais da pesquisa, abarcando temas como Espaço Urbano, Parques Urbanos, Áreas Verdes, Espaços Públicos, Qualidade de Vida, Valorização Imobiliária e Democratização do Espaço. Neste capítulo também são apresentados problemas ambientais detectados nos Parques Urbanos e em espaços que desempenham funções semelhantes, localizados em municípios da RMG.

No segundo capítulo, mediado por pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, se percorre pela compreensão de conceitos como Metropolização, Metrópole e Região Metropolitana. Nesta seção também se busca compreender quais os impactos de instrumentos normativos como a Constituição Federal, o Estatuto das Cidades e o Estatuto da Metrópole na organização de regiões metropolitanas no Brasil. Ademais, apresenta-se um breve histórico de formação e um panorama abarcando características e problemas enfrentados pela Região Metropolitana de Goiânia. Ainda neste capítulo aborda-se a importância da elaboração e implementação de Planejamentos de Desenvolvimento Integrado, a exemplo do PDI-RMG que propõe tratar de maneira articulada e colaborativa os problemas enfrentados pelos municípios da RMG.

O Capítulo 3 resulta de pesquisa bibliográfica, levantamento e análise de materiais produzidos mediante participação da população nas audiências públicas do processo de

elaboração do PDRI-RMG. A partir da percepção dos habitantes quanto às fragilidades, potencialidades e perspectivas de cada município, buscou-se apreender as necessidades relacionadas aos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes no território da Região Metropolitana de Goiânia.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos por meio de observação empreendida em trabalho de campo nos parques e lagos públicos investigados pela pesquisa. Integrada a estes resultados apresenta-se a percepção dos usuários dos equipamentos pesquisados, apreendidas mediante aplicação de questionário semiestruturado. O instrumento buscou capturar informações como nível de participação dos usuários nos processos de criação e gestão do espaço, avaliação de infraestrutura e tipos de uso empreendidos pela população.

No capítulo seguinte, também por meio de trabalho de campo, foi dada atenção aos municípios da RMG que não possuem Parque Urbanos e Lagos Municipais. Nesta seção, buscou-se analisar a configuração do município de modo a conhecer as alternativas presentes no espaço urbano destinadas a lazer, sociabilização e prática de atividades físicas, no intuito de avaliar a demanda por espaços públicos como parques e lagos existente em cada município.

O sexto capítulo é composto pela análise de dados acerca do uso dos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes na Região Metropolitana de Goiânia durante o período de Pandemia da Covid-19¹, resultante de levantamento, observações de campo e aplicação de questionários junto aos usuários dos espaços analisados. O capítulo demonstra o protagonismo assumido pelos espaços analisados durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia.

O sétimo e último capítulo realiza uma análise ampliada dos dados apresentados nos capítulos anteriores, articulando os subsídios teóricos do estudo com os achados da pesquisa de campo, dos levantamentos de dados realizados e das entrevistas com os usuários dos parques e lagos. Além disso, são apresentadas propostas de ações que visam contribuir para a resolução de problemas detectados por meio do presente trabalho.

¹ A Pandemia da Covid-19 refere-se à disseminação em nível mundial da doença infectocontagiosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2. A doença teve seu início na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019, se alastrando rapidamente aos demais continentes do mundo, tendo causado mais de 4,35 milhões de mortes no mundo e 568 mil mortes no Brasil, conforme registros obtidos no dia 14/08/2021.

A abordagem escolhida para a realização da pesquisa em foco consiste na abordagem *Qualitativa*, que segundo Minayo (2001), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ademais, também se classifica como *Pesquisa Aplicada*, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009) objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

A presente investigação classifica-se ainda como descritiva e exploratória. Descritiva, por ter como intuito a descrição das características de determinada população ou fenômeno e estabelecimento de relação entre variáveis. Exploratória, por desejar o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições. (GIL, 2002)

O trabalho realizado parte da compreensão de que a pesquisa, não somente a de caráter geográfico, deve percorrer por uma trajetória teórica múltipla, que valorize a dialogicidade e a pluralidade de aportes e conhecimentos. Ao percorrer os caminhos teóricos que subsidiarão os rumos desta pesquisa, buscou-se construir um itinerário de leitura coerente e complementar, sem, entretanto, limitar-se ou fechar-se em um único campo de reflexões.

O interesse pela pesquisa em tela justifica-se inicialmente por uma motivação pessoal. Pois, ao longo de duas décadas residindo no município de Goiânia, Goiás, os Parques Urbanos me chamaram atenção de maneira intrigante. Primeiramente, por constituírem-se, sob meu ponto de vista, como um elemento marcante na representação da cidade. Os parques abrigam encontros, histórias e práticas de diferentes naturezas. Possuem a princípio nobres intenções expressas nas políticas públicas, como garantir a conservação ambiental e ampliar as possibilidades de sociabilização e lazer na cidade. Entretanto, tais equipamentos urbanos se desnudavam por meio de realidades distintas, a depender do local ocupado e do contexto de sua criação.

Por conseguinte, as diferentes formas de aproveitamento dos parques e consequentemente do espaço urbano, se transformaram na inquietação que desponta como primeiro motivo para realização de tal pesquisa.

Além da motivação pessoal, a pesquisa proposta insere-se no campo dos estudos que visam à compreensão dos processos sociais e culturais existentes relativos ao espaço urbano. Compreende-se que a Universidade, como instância promotora de conhecimento, possui como função debater formulações técnicas e científicas que conduzam a reflexões sobre diferentes

campos do saber, possibilitando à sociedade acesso às diversas construções resultantes de suas investigações, e esta pesquisa propõe-se a contribuir para tal propósito.

Percorrer trajetórias sociais, culturais, históricas e geográficas torna-se necessário à medida que fornece subsídios para compreender como se dão os processos urbanos existentes “em torno” dos parques e lagos públicos, tais como a valorização e transformação dos espaços, a segregação social, a atuação de agentes imobiliários, a atuação política e a participação da população na configuração dos espaços urbanos, bem como ajuda a compreender como se dá a constituição de identidade dos moradores a partir da relação estabelecida com os lugares.

Cabe salientar que o estudo pretendido busca agregar conhecimento a outras investigações que vêm sendo realizadas no âmbito do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, como as pesquisas relativas ao Planejamento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia – PDI-RMG.

Ademais, a pesquisa proposta visa constituir um ganho ao campo de interlocução entre a Geografia e outras áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Ecologia, Educação Física, Administração Pública e outras áreas correlatas. Ainda no campo teórico, o trabalho em tela visa contribuir para a geração de dados quantitativos, qualitativos e registros teóricos e analíticos a respeito do tema estudado, produzindo assim relatórios que possam servir de embasamento para pesquisas similares futuras.

A pesquisa propõe-se, ainda, apresentar como resultado um estudo que subsidie os poderes públicos municipais no desenvolvimento de estratégias capazes de valorizar os parques e lagos locais, bem como de estimular os cidadãos a se apropriarem efetivamente dos espaços públicos situados na Região Metropolitana de Goiânia.

Capítulo 1

Parques Urbanos - Aportes teóricos da pesquisa

Realizar um trabalho que adota como temática Parques Urbanos e Lagos Municipais na Região Metropolitana de Goiânia implica, necessariamente, em adotar alguns caminhos teóricos na construção do pensamento sistêmico sobre o assunto estudado.

O trabalho em tela propõe-se a apresentar reflexões acerca dos seguintes eixos: 1.1 Espaço Urbano; 1.2 Parques Urbanos; 1.2.1 Parques Urbanos – algumas contribuições conceituais; 1.3 Áreas Verdes, Parques e Qualidade de Vida; 1.4 Problemas de natureza ambiental apresentados pelos Parques Urbanos e Lagos Municipais; 1.5 Parques Urbanos e Espaços Públicos; 1.6 Parques Urbanos - Valorização imobiliária e segregação no espaço urbano e 1.7 Parques Urbanos para os cidadãos: Como democratizar?

1.1 Espaço Urbano

A pesquisa adota alguns fundamentos utilizados por Corrêa (1989) em suas análises sobre o Espaço urbano. O autor afirma que o estudo do Espaço urbano interessa a todos os habitantes da cidade, dentre eles os políticos e planejadores. Para Corrêa (1989), o espaço urbano pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou algum de seus segmentos têm dele e de suas partes.

Nessa direção, uma das etapas de pesquisa do presente trabalho constitui-se como o levantamento das percepções da população que reside na Região Metropolitana de Goiânia em relação aos parques e lagos públicos analisados, obtidas por meio de aplicação de questionários, conforme será explicitado em capítulo a seguir.

Corrêa (1989) destaca que outro modo possível de análise do urbano o considera como forma espacial em suas conexões como estrutura social, processos e funções urbanas. Portanto, para a realização do presente estudo é importante buscar apreender as relações que se estabelecem sobre o espaço urbano, bem como as funções, os significados e os interesses que permeiam a realidade dos parques urbanos e lagos municipais na Região Metropolitana de Goiânia.

Recorre-se também a Carlos (1992) que concebe o Espaço como produto e produtor da sociedade e discorre sobre condição espaço temporal. Nessa perspectiva, é possível

conceber os parques urbanos e as áreas verdes públicas como uma necessidade expressa pela sociedade urbana contemporânea, seja como lugar de sociabilização, recreação e lazer, seja como equipamento público capaz de promover a reconexão do ser humano da cidade com a natureza.

Carlos (1992) e Corrêa (1989) são autores que trabalham o espaço urbano e sua interdependência com a sociedade, e consequentemente com as desigualdades sociais. A partir desta abordagem, encontra-se a complexa realidade na qual estão inseridos os parques urbanos e os lagos municipais, que, se por um lado prometem atender a uma demanda relacionada à qualidade de vida dos cidadãos, por outro lado servem como objetos de especulação imobiliária, reforçando o caráter capitalista e segregador evidenciado nos diferentes espaços da cidade.

Fragmentado, articulado, interdependente e condicionante social. Para Corrêa (1989) o espaço urbano assume uma dimensão simbólica – é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Seguindo a mesma compreensão gerada mediante a relação espaço-tempo, Carlos (1992) complementa:

A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico. (CARLOS, 1992, p.30)

Ademais, Carlos (1992) nos apresenta a cidade como um modo de viver, de pensar, mas também de sentir. Segundo a autora, o modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e uma cultura. Assim, a presente pesquisa buscará tanto compreender as influências recebidas pelos parques urbanos durante o processo histórico de constituição e desenvolvimento do núcleo metropolitano quanto compreender como os parques e lagos articulam-se com o modo de viver do sujeito metropolitano.

Por tratar-se de uma pesquisa voltada para a RMG, que tem como núcleo o município de Goiânia, apresentando expressiva quantidade de Parques e Áreas Verdes Urbanas, diversos apontamentos referem-se à realidade de equipamentos presentes na capital do estado,

considerando suas especificidades enquanto metrópole. Neste sentido, toma-se como subsídio a compreensão do termo apresentada por Chaveiro (2012):

Espaço de organização de diferentes redes, elo entre o tempo do lugar e o tempo do mundo, lugar de mil lugares tecido por uma sociodiversidade que faz referência a diferença de classes sociais, territorialidades de diferentes grupos humanos, capacidade de acesso e inserção, expressão de conflitos sociais, a metrópole brasileira é um mosaico em movimento de diferentes sujeitos, tempos e lugares. (CHAVEIRO, 2012, p.219)

Segundo Chaveiro (2012) esse logro de apropriação conflituosa só pode ocorrer por meio da configuração espacial sacramentada em diferentes tipos de formas espaciais, tais como: periferia proletária, centros de convivência, novas centralidades, parques urbanos, shoppings centers, anéis viários, prédios inteligentes com sensores, passarelas, viadutos, distribuidoras de bebidas, grandes armazéns, atacadistas, estádios, templos religiosos, loteamentos populares, condomínios fechados, pit-dogs, feiras populares, espaço para festa de peão, boates, prostíbulos etc. Levando em conta a infinidade de espaços que constituem e que representam a metrópole, a pesquisa em tela dará destaque aos parques urbanos e lagos municipais, por considerá-los espaços públicos privilegiados no tecido urbano, dada a sua pretensa função social e ambiental, além de serem espaços dotados de múltiplos significados, conflitos e potencialidades.

Visando contemplar a complexidade presente nos parques e lagos públicos analisados em Goiânia e nos demais municípios que compõe a RMG, buscou-se a adoção de estratégias eficientes que auxiliassem na compreensão das formas, estruturas e processos que constituem o espaço. Por tratar-se de um estudo de caráter geográfico, elegeu-se como um dos pontos de partida a análise da paisagem urbana.

Conforme Carlos (1992), a paisagem urbana, como forma de expressão do espaço, reproduz em um momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano. De acordo com a autora, a paisagem é fruto da ação humana, tem a dimensão da história e do socialmente produzido pela vida do humano. Assim, é a partir daquilo que aparece aos olhos do pesquisador que as questões manifestam-se e o processo de conhecimento desencadeia-se.

Dessa maneira, o referido conceito assume importante lugar nesta pesquisa, uma vez que por meio da análise de cada paisagem presente nos espaços visitados e em suas

adjacências, é possível desvendar uma série de elementos úteis à compreensão da dinâmica vivenciada por cada um dos espaços públicos investigados.

Para Chaveiro (2012) as paisagens das metrópoles tornam-se arquiteturas da complexidade do mundo, de sua rica diversidade e de seus conflitos. Desse modo, a paisagem carrega consigo possibilidades inesgotáveis de interpretações.

Por meio da paisagem apreendida em cada espaço analisado, tornam-se perceptíveis aspectos como recursos naturais/artificiais, infraestrutura, níveis de conservação, níveis de utilização, cultura, história, etc., assim como também podem ser observados conflitos, desigualdades e segregações.

1.2 Parques Urbanos

Numa era que as Metrópoles destacam-se pela escassez de espaço e de tempo, pelo trânsito caótico, pela falta de paciência, pela correria e pelo sedentarismo, pela debilidade da saúde expressa em viroses, obesidade, depressão, ansiedade, transtornos obsessivos compulsivos, etc., pela falta de convivência familiar e pelo distanciamento da natureza, o parque urbano surge como um convite à sociedade urbana a uma reaproximação com hábitos saudáveis, com um modo de vida que lhe possibilite experiências além do asfalto, do shopping, do escritório e do mundo virtual.

Além da funcionalidade social, vinculada ao lazer ou a prática de atividades físicas, os parques urbanos podem exercer importantes funções ambientais, como preservação de nascentes, preservação da fauna e da flora, reserva de áreas permeáveis, arrefecimento da temperatura e elevação dos índices de umidade do ar.

Apesar de constituem-se como espaços promotores de benefícios sociais e ambientais, os parques urbanos devem ser concebidos a partir de uma perspectiva dual. Se por um lado, representam a efetiva possibilidade de oferecer conservação ambiental, sustentabilidade, práticas educativas e qualidade de vida aos habitantes das cidades, por outro lado, podem ser encarados como objetos utilizados pelo capital financeiro com o intuito de transformar a cidade, de acordo com os interesses de classes dominantes, a exemplos de incorporadoras imobiliárias, agentes financeiros e o segmento mais abastado da população.

Considerando o exposto, e a literatura consultada sobre o tema, nota-se que os parques assumem papéis estratégicos na constituição e organização do tecido urbano, estabelecendo relação com inúmeros agentes que influenciam o planejamento da cidade.

1.2.1 Parques Urbanos: algumas contribuições conceituais

Antes de iniciar as análises sobre os Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia, torna-se importante a busca pela compreensão a respeito dos conceitos e das diferentes abordagens adotadas ao se tratar de temas relacionados aos parques.

Inicia-se a exploração, a partir da compreensão sobre o termo Parque apresentada por Macedo (2010):

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO, 2010, p.14)

O autor apresenta ainda inúmeras possibilidades de funções atribuídas aos equipamentos denominados parques:

Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico e parque temático. (MACEDO, 2010, p. 13)

Neste trabalho nos interessa o estudo dos parques urbanos, aqueles voltados à conservação ambiental combinada ao uso social do parque, onde se compreende lazer, atividades físicas, sociabilização e demais práticas a serem investigadas na presente pesquisa.

Macedo (2010) esclarece que não há unanimidade de definições em relação à dimensão ou a quantidade de equipamentos necessários para que determinado espaço se configure um parque. O autor salienta, ainda, que muitas praças de porte restrito e com equipamentos limitados têm recebido o nome de parques, devido à falta de consenso sobre o assunto entre as entidades que lidam com o tema, tanto dentro como fora do poder público. Um nítido exemplo na presente pesquisa, refere-se ao espaço conhecido como “Parque da Família” localizado no município de Aparecida de Goiânia, Goiás, que apesar de apresentar

características mais próximas ao que se compreende por praça, recebeu a denominação da prefeitura do município a denominação de parque. Outro exemplo que merece destaque é o recém-inaugurado “Parque Jacarandá”, localizado na entrada no município de Santo Antônio de Goiás, apresenta forma e estrutura característica de uma praça pública.

Como se vê, o papel dos parques no Brasil é abrangente, e sua definição, nem sempre precisa. Muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte, 10 mil m² ou um pouco mais, são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação. Outras definições podem ser encontradas, como as que consideram parque todo espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados. (MACEDO, 2010, p.14)

Apesar de não haver um conceito unânime na literatura quanto à definição de parques urbanos, são comuns as descrições que fazem referência a espaços dotados de vegetação e destinados ao lazer. Corroborando com esta percepção, Gomes (2014) assinala:

Os parques podem funcionar como equipamentos importantes na cidade, proporcionando recreação e lazer, especialmente às camadas mais carentes da sociedade que não dispõem de outras opções. Além disso, os parques podem atuar, entre outros, na capacidade de infiltração das águas, no favorecimento da ventilação e no desenvolvimento de práticas de educação ambiental, possibilitando a utilização democrática do espaço público. (GOMES, 2014, p.8)

Conforme com Nucci (2001) e Mascaró (2002), os parques são caracterizados como um tipo de área verde urbana, que apresentam predomínio de vegetação integrada ao ambiente construído, possuindo diferentes funções, onde se destacam a função ecológica, a função estética e o lazer.

De acordo com Kliass (2010), o Parque Urbano originou-se no século XIX a partir da cidade da era industrial, advindo da necessidade de criar nas cidades espaços voltados para uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.

Segundo Loboda e De Angelis (2005), o fato de observar a natureza e entendê-la como um espaço aberto, ilimitado a quem o ser humano deveria submeter-se, fez dos ingleses os pioneiros na idealização e criação dos primeiros parques públicos como hoje os conhecemos.

Segundo estudo empreendido por Macedo (2010) os primeiros parques urbanos no Brasil surgem em contexto diferente ao Europeu:

O parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congênere europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. O Brasil do século passado não possuía uma rede urbana expressiva, e

nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade européia da época, sobretudo no que diz respeito à população e área. O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. (MACEDO, 2010, p.16)

Com base na exposição de Macedo (2010), é possível observar que o caráter elitista presente na criação dos primeiros parques urbanos no Brasil ainda guarda semelhança com a atual configuração socioespacial de inúmeros parques urbanos existentes nas cidades brasileiras.

Embora se constituam como espaços públicos, de uso gratuito e comum a todos os habitantes da cidade, os parques urbanos podem transformar-se, por vezes, em espaços restritos a pequenos grupos da sociedade, dados aspectos como localização e formas de acesso. Ademais, é possível perceber diferentes níveis de investimento, infraestrutura, segurança e conservação nos parques situados nas diversas regiões de uma cidade, onde se pode notar um nítido favorecimento destas condições nos parques localizados em regiões “nobres” da cidade.

Segundo Gomes (2003), o parque não representa apenas um “espaço-verde”, criado/limitado sem intencionalidades, ele é compreendido como um equipamento urbano capaz de alterar o padrão de uso e ocupação do solo, contribuindo na mudança no preço da terra em suas imediações.

A partir da compreensão acerca das definições de Parque Urbano, pode-se perceber que os parques carregam consigo uma série de possibilidades no que diz respeito à sua composição natural, suas dimensões espaciais, suas diferentes funcionalidades e seus diversos tipos de uso.

Além disso, os parques podem se constituir como importantes elementos de valorização do espaço, seja no aspecto social e ambiental, seja no aspecto da especulação imobiliária. Por isso, é importante que estes equipamentos não sejam pensados e administrados somente por entidades políticas e institucionais, vinculadas ou não à gestão pública do município. É preciso que esses espaços sejam concebidos com efetiva participação da população, para que possam de fato atender aos anseios da sociedade de maneira inclusiva e democrática.

Cabe salientar que nem todos os municípios da Região Metropolitana de Goiânia possuem em seu território equipamentos caracterizados como Parques Urbanos. Todavia,

mais do que elaborar o mapeamento dos parques presentes na RMG, este trabalho optou por investigar a dinâmica de uso de espaços que desempenham funções semelhantes àsquelas desempenhadas pelos parques urbanos. Portanto, constituiu uma opção metodológica desta pesquisa abarcar outros espaços públicos que embora não possam ser definidos cientificamente como Parques Urbanos, cumprem importante papel social no tecido urbano, desempenhando funções como recreação, lazer, sociabilização, prática de atividades físicas e contemplação ambiental. Estes espaços foram incluídos na pesquisa, levando em consideração critérios de uso e de semelhança de estrutura e de paisagem.

1.3 Áreas Verdes, Parques e Qualidade de Vida

No tocante às áreas verdes percebe-se uma acentuada valorização desse aspecto nas cidades. É oportuno notar que existe um movimento crescente nas últimas décadas que aponta para o resgate da natureza nos espaços urbanos. Entretanto, este fenômeno é considerado contraditório e superficial por inúmeros pesquisadores, por não garantir a efetividade da conservação ambiental a que se propõe e por terem sido transformadas em mercadoria de troca utilizada pelo sistema capitalista. Antes de adentrar nesta discussão, faz-se necessária a compreensão acerca do conceito, características e abrangência do que se denomina por Áreas Verdes.

Rumo a este entendimento, Bargas e Matias (2001), tecem a seguinte apresentação:

Entende-se que um conceito para áreas verdes urbanas deve considerar que elas sejam uma categoria de espaço livre urbano composta por vegetação arbórea e arbustiva (inclusive pelas árvores das vias públicas, desde que estas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes (em pelo menos 70% da área), de acesso público ou não, e que exerçam minimamente as funções ecológicas (aumento do conforto térmico, controle da poluição do ar e acústica, interceptação das águas das chuvas, e abrigo à fauna), estéticas (valorização visual e ornamental do ambiente e diversificação da paisagem construída) e de lazer (recreação). (BARGOS E MATIAS, 2001, p. 14)

Deste modo, apreende-se que uma Área Verde deve ser constituída necessariamente por vasta natureza vegetativa arbórea, devendo possuir o mínimo de permeabilização possível, garantindo a conservação da biodiversidade, o cumprimento de funções ecológicas e as condições necessárias ao bem-estar social.

Ainda nessa direção, os autores complementam:

A manutenção das áreas verdes urbanas sempre foi justificada pelo seu potencial em propiciar qualidade ambiental à população. Ela interfere diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para amenização das consequências negativas da urbanização. (BARGOS E MATIAS, 2001, p.8)

Conforme exposição, as Áreas Verdes cumprem o papel de tentar restituir ambientalmente a sociedade, recompensando-a em virtude das degradações causadas pelo fenômeno da urbanização, como desmatamento, poluição ambiental, poluição sonora, modificação da paisagem, dentre outros.

Nesse cenário, a Qualidade de Vida aparece como importante elemento associado às áreas verdes e aos parques urbanos, como promessa de um benefício a ser devolvido aos cidadãos. Esta mesma qualidade de vida foi considerada prejudicada anteriormente, justamente pela forma como se deu o processo de desenvolvimento urbano nas cidades.

Assim, o parque urbano, apesar dos inúmeros problemas a serem apresentados ao longo da referida tese, tenta constituir-se como marco simbólico de Qualidade de Vida, em contraposição ao caos propiciado pela própria forma de se desenvolver e se organizar da cidade.

Loboda e De Angelis (2005) versam sobre a relação estabelecida entre qualidade de vida urbana e a questão ambiental:

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população. (LOBODA E DE ANGELIS, 2005, p.131)

Gomes e Amorim (2003) assinalam que as Áreas Verdes desempenham relevante função na melhoria do clima urbano, impactando conseqüentemente na qualidade de vida da população:

Sem dúvida, algumas medidas como a arborização de vias públicas, praças, vazios urbanos destinados à área verde, encostas e fundos de vale podem contribuir significativamente na amenização do clima urbano e, sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida humana. (GOMES E AMORIM, 2003, p.104)

Os autores complementam:

Se de um lado as áreas mais artificializadas da cidade, como é o caso do centro, produzem maiores alterações no clima local; por outro, as áreas que mais se aproximam das condições ambientais normais da natureza, ou seja, lugares mais arborizados, apresentam um clima diferenciado e, por consequência, mais ameno. (GOMES E AMORIM, 2003, p.94-95)

Em relação à melhora do conforto térmico e das condições do ar proporcionada pela vegetação, é importante salientar que a região onde está inserida a RMG, padece em alguns meses do ano, de elevadas temperaturas e de baixíssimos níveis de umidade relativa do ar. Neste período, os parques, apesar de apresentarem uma vegetação mais seca e níveis mais baixos de água nos lagos, em virtude da falta de chuvas, ainda são importantes refúgios da população na busca por ambientes mais saudáveis, que proporcionam aos indivíduos sensações mais agradáveis no espaço urbano.

Diversos outros artigos, elaborados por meio de experimentos científicos, atestam que a arborização é um fator bastante influente na determinação do clima em diferentes espaços urbanos. Assim, os espaços dotados de áreas verdes dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, tendem a se beneficiar do conforto térmico e respiratório propiciado pela arborização. Por serem *lócus* de espaços arborizados, os parques urbanos são tidos como ambientes privilegiados ambientalmente.

Sobre parques e Qualidade de Vida, Szeremeta e Zannin (2013), assinalam:

Os parques que apresentam condições ambientais adequadas são determinantes na utilização de parques para o desenvolvimento de atividades físicas e o lazer. Ou seja, podem contribuir na redução da prevalência de sedentarismo e auxiliar na promoção da saúde e bem estar, além de possibilitar o aumento do nível de atividade física dos ativos. Em contrapartida, a má qualidade do ambiente e a insatisfação dos usuários são determinantes ambientais negativos para o uso dos parques, de forma a vir descaracterizar estas funções associadas à qualidade de vida e saúde pública. (SZEREMETA E ZANNIN, 2013, p.2)

Todavia, apesar das promessas relacionadas à qualidade de vida da população e à pretensa conservação ambiental proporcionada pelos parques urbanos, deve-se examinar com cautela se estes espaços têm sido pensados, criados e geridos de modo a atender as reais necessidades de conservação requeridas pelo ambiente. Ressalta-se que embora a principal finalidade deste trabalho esteja voltada para a compreensão dos processos de cunho social que atuam sobre os parques urbanos da RMG, é fundamental abarcar minimamente a apreensão das condições naturais e ambientais presentes nos espaços estudados. Neste sentido, por meio de trabalho de campo e de consulta a pesquisas sobre o tema, buscou-se conhecer os

problemas ambientais enfrentados pelos parques que integram a Região Metropolitana de Goiânia. Listam-se no tópico a seguir, alguns exemplos de situações críticas detectadas neste levantamento.

1.4 Problemas de natureza ambiental apresentados pelos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes na RMG

Carneiro e Barreira (2014) realizaram um estudo sobre o Parque Tamanduá em Aparecida de Goiânia, que revelou sérios problemas enfrentados pelo espaço, dentre eles um importante processo de erosão. Além disso, foi constatado à época, no trecho do parque compreendido pelo alto curso do Córrego Tamanduá, problemas como deposição de lixo e entulho, queimadas, remoção da vegetação e ocupação irregular da APP para horticultura.

Figura 01 – Imagens da erosão no Parque tamanduá



Fonte: Carneiro e Barreira, 2014.

O estudo realizado por Carneiro e Barreira (2014) destaca que o Parque Tamanduá possui características que deveriam o transformar Parque Linear Urbano, visto a necessidade de proteção do curso hídrico ao qual está associado. Assim, devem ser firmados parâmetros de uso e ocupação do solo com regras específicas de edificação, bem como devem ser realizadas ações para recuperação do fundo de vale e do curso hídrico.

Estudo empreendido Miranda (2012) sobre o Lago Municipal Lalacci Umberto Donato, localizado no município de Goianira já sinalizava para a arborização deficitária do Lago, apresentando apenas algumas palmeiras danificadas e sem manutenção, tornando o espaço carente de condições térmicas confortáveis aos seus frequentadores. Por meio de observação *in loco*, realizada em 2021, constatou-se que o espaço ainda apresenta um baixo nível de arborização, principalmente nas margens do lago que fazem divisa com as vias de trânsito, conforme observado na Figura 02.

Figura 02 – Imagens do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato em Goianira



Fonte: Araújo, 2021.

A partir de trabalho de campo realizado em janeiro de 2021, detectou-se que o Parque Municipal de Goianópolis também apresenta um baixo nível de arborização, situação agravada pela extensa área queimada às margens do lago, conforme registro ilustrado na figura 03.

Figura 03 – Área queimada Às margens do Lago no Parque Municipal de Goianópolis



Fonte: Araújo (2021).

Durante a observação do Parque Boa Vista localizado no município de Senador Canedo foram registrados alguns casos de lixo descartados no parque, situação recorrente de acordo com os relatos dos frequentadores presentes no espaço. A Figura 04 ilustra alguns exemplos de descarte de lixo realizados no local.

Figura 04 – Imagens de lixo descartado indevidamente no Parque Boa Vista em Senador Canedo



Fonte: Araújo, 2021.

Já no Lago Municipal de Hidrolândia, além do baixo nível hídrico devido a problemas de sua infraestrutura, observou-se uma área bastante desprovida de arborização, formando o cenário de um espaço abandonado, conforme ilustrado pela Figura 05.

Figura 05– Imagens do Lago Municipal de Hidrolândia



Fonte: Araújo (2021).

Pesquisa realizada para avaliar os impactos ambientais causados pelos empreendimentos imobiliários construídos às margens do Lago das Rosas, no município de Goiânia, desenvolvido por Martins Júnior (2013), aponta o seguinte:

O resultado comprova uso e ocupação do solo de ZPA-III em confronto às determinações legais atinentes. Em todo o perímetro do Parque, fecha-se o cerco das edificações verticalizadas, que implicam rebaixamento do lençol freático, impermeabilização quase total da área da vertente, descumprimento dos afastamentos exigidos entre as edificações, adensamento construtivo em terrenos localizados em vias de acesso local, causando impactos de vizinhança, de trânsito e ambiental. (MARTINS JÚNIOR, 2013, p.245)

De acordo com Martins Júnior (2013), a prefeitura de Goiânia se absteve de aplicar diversas normativas ambientais que prejudicam sobremaneira as áreas de diversos parques urbanos localizados no município de Goiânia, como o Parque dos Buritis, o Parque Vaca Brava e o Lago das Rosas. Outro exemplo de impactos causados aos parques foi a autorização da construção de estruturas em desacordo com os parâmetros de uso que visam a proteção ambiental, a exemplo da Assembleia Legislativa e do Parque Zoológico.

Na descrição a seguir, o autor discorre sobre os processos irregulares que incidiram sobre o Parque dos Buritis:

Não obstante o óbice legal, a referida UC teve sua área reduzida para apenas 124.800m² e sua ZA foi delimitada com apenas 100m. Na área remanescente do Parque dos Buritis ainda se instalou, dentro dela, os prédios e estacionamentos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e do Museu de Arte de Goiânia. Além dessas instituições, contribuíram para a dilapidação do parque, paradoxalmente, outras do Poder Judiciário, quais sejam, o Fórum da Comarca de Goiânia e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que, na senda do Poder Legislativo Estadual, edificando suas sedes dentro de área integrante do Patrimônio Ambiental de Goiânia. (MARTINS JÚNIOR, p. 238, 2015)

O relato do pesquisador demonstra a gravidade das ações omissivas e comissivas por parte do poder público municipal diante de áreas verdes da cidade, que deveriam ser protegidas.

No mesmo direcionamento, pesquisa desenvolvida por Souza (2019), denuncia outros flagrantes de danos ambientais ocorridos nos Parques:

Em 2009, na região sudoeste, a inauguração do Parque Cascavel provocou o mesmo desastre ambiental assistido no Parque Flamboyant: condenou-se à morte a nascente

que abasteceria o lago, ao ser liberada a drenagem do lençol freático dos terrenos lindeiros ao Parque, para a construção de subsolos. (SOUZA, 2019, p.1)

Contrariando os princípios da legislação urbanística previstos pela Constituição Federal, o diagnóstico ambiental dos parques urbanos apresentado pelos autores supracitados, revela um quadro preocupante de desrespeito à natureza, e consequentemente ao bem-estar da vida em sociedade:

O respeito à natureza é, assim, uma característica da configuração estrutural do direito da propriedade urbana e, portanto, um fundamento da ordem urbanística estabelecida nos dispositivos do art. 182 da CF, segundo os quais a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (MARTINS JÚNIOR, p. 70, 2013)

Desta forma, um modelo de organização urbana que desconsidere as necessidades de conservação ambiental da cidade, está fadado a um modo de vida insustentável. Neste sentido, o alcance de condições adequadas que contribuam para a qualidade de vida urbana, só será realmente possível, quando observadas e respeitadas as normas voltadas para a proteção ambiental.

O processo de criação e transformação das cidades não pode deixado a cargo de agentes do mercado e entidades políticas que não representam as necessidades do povo. Assim, a garantia de bem-estar social dos sujeitos urbanos não deve estar subordinada a interesses econômicos, como tem se evidenciado ao longo dos anos. Para romper essa lógica imposta historicamente é preciso que haja participação efetiva da população nos processos referentes ao delineamento do espaço urbano. Também cabe destacar, o importante papel desempenhado pelas universidades e pelos pesquisadores. A atuação de geógrafos, biólogos, cientistas ambientais, engenheiros ambientais, ecólogos e climatólogos, é fundamental para que os parques urbanos e áreas verdes cumpram adequadamente a função ambiental e social delegada a esses espaços.

1.5 Parques Urbanos e Espaços Públicos

De acordo com Souza (2019), na cidade os espaços públicos podem adquirir diferentes nomes como praça, largo, rua, átrio, ágora ou área pública municipal – APM, conforme a legislação urbanística. A autora apresenta a percepção de que o conceito de espaço público

possui relação direta com a perspectiva histórica de encontro entre os homens, de comunicação e de sociabilidade que ajudam a construir espaços de interação que transcendem o campo privado:

A necessidade do encontro social preconizada pelo historiador inaugurou na cena urbana um espaço físico que se emoldura como importante no estabelecimento da civilização: o espaço público, lugar de ambiência atemporal em cidades. A condição urbana teria, portanto, na função deste espaço, um de seus principais sentidos. Precisamos interagir entre nós e com outros seres vivos, coabitar para sobreviver. A existência do espaço público, na função urbana ou não, é condição para a realização dessa interação. Por isso, consideramos a história do espaço público como sendo a própria história da cidade, visto que, de certo modo, esta pode ser contada, traduzida e verificada pelas mutações deste espaço. (SOUZA, 2019, p.16)

Neste sentido, compreende-se que os parques urbanos da Região Metropolitana de Goiânia exercem tipicamente a função de um espaço que se destina, entre outras finalidades, ao encontro, à convivência e à interação da sociedade, constituindo importantes espaços públicos no cenário urbano.

Embora as últimas transformações ocorridas no mundo nos últimos 30 anos, sobretudo as de caráter tecnológico, tenham impactado diretamente o modo das pessoas de viver e de se relacionar com os espaços, a sociedade ainda carece do contato físico, da presença, da materialidade e do espaço. Assim, esta tese corrobora com a ideia de que os espaços públicos devem ser concebidos como ambientes imprescindíveis às cidades e à sociabilidade urbana. Nessa direção, Souza (2019) considera:

As mutações do espaço público acompanharam a evolução da organização social humana, revelando a forma, o grau de desenvolvimento tecnológico e cultural e suas transformações. Mesmo que estejamos diante da invenção de uma rede de fluxos de dados, que sugere a substituição do espaço físico de convivência pelo virtual, a natureza também demonstra que o homem prescinde da presença física do outro, dado o mal-estar que a civilização tem frequentemente tornado público na atualidade, aliás, um tema muito importante a ser debatido: a solidão. (SOUZA, 2019, p.41)

A percepção supracitada será melhor analisada no capítulo 5, em que se discorre sobre a Pandemia da Covid-19 e a importância assumida pelos parques urbanos em tempos de distanciamento social.

Serpa (2013) tece algumas contribuições sobre a dinâmica vivenciada pelos espaços públicos urbanos. Segundo o autor, a apropriação do espaço público na cidade contemporânea é condicionada por representações segregacionistas, que vão mediar processos de

territorialização de grupos sociais – classes e frações de classe – a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico. Sobre parques urbanos, o autor complementa:

As amplas áreas gramadas transformam-se em teatro de uma vida privada que se desnuda ao olhar de todos. O espaço público é transmutado em espaço doméstico. O parque urbano – como a praia urbana – é um espaço aberto ao público, acessível a todos e colocado à disposição dos usuários, no entanto, todas essas características não são o bastante para defini-lo como espaço público (SERPA, 2007, p.67-68).

Trazendo a análise dos espaços públicos para a dimensão local, especificamente para o núcleo da Região Metropolitana de Goiânia, Martins Júnior (2013) assinala que a capital do estado teve seu planejamento inicial, elaborado pelo urbanista Attílio Corrêa Lima, completamente alterado, de maneira fraudulenta, pelos engenheiros contratados para a construção de Goiânia, os irmãos Coimbra Bueno. Segundo o autor, os engenheiros suprimiram importantes espaços públicos da cidade destinados à proteção ambiental, ao esporte, ao lazer e à socialização, como praças, parques e áreas verdes. Com base em estudo documental realizado, Oliveira, Becker e Domingos (2019), também destacam as grandes perdas de espaços destinados a parques e áreas verdes ocorridas na cidade de Goiânia, desde sua criação realizada por meio do projeto urbanístico desenvolvido por Attílio Corrêa Lima. Os autores demonstram perdas de áreas totais superiores a 150 hectares, já alcançadas ao final da década de 1960, e destacam que essas transformações no território urbano foram agravadas pelo crescimento desordenado da cidade, que neste período era palco de um intenso fluxo migratório, carência de habitação e especulação imobiliária.

Buscando ampliar o entendimento sobre os espaços públicos na cidade de Goiânia, retomamos a tese desenvolvida por Souza (2019), que faz um estudo sobre a desafetação de áreas públicas do município. O trabalho analisa minuciosamente os processos de desafetação ocorridos no período de 1954-2016, e denuncia graves atos empreendidos pelo poder público e pela iniciativa privada, que levaram à dilapidação de espaços públicos e áreas verdes, previstas no plano original de criação da Cidade de Goiânia.

Segundo a autora, inúmeras Áreas Públicas Municipais da cidade serviram para atender aos interesses de grupos específicos, subvertendo a lógica social que os espaços públicos deveriam contemplar. Em sua pesquisa, Souza (2019) revela que muitas APMs foram desafetadas para sediar grandes empreendimentos imobiliários privados, ademais muitas das áreas mantidas tiveram sua extensão drasticamente reduzida.

Conforme Martins Júnior (2013) a supressão das áreas públicas no município de Goiânia ocorreu por meio de diferentes maneiras, algumas ilegais e muitas delas institucionalizadas pelo próprio poder público:

Na trilha da dilapidação dos bens de uso comum (praças, parques e até vias), de uso especial (escola, saúde, recreação, segurança) e dominicais (patrimoniais) vieram os parcelamentos, alienações, privatizações, doações, comodatos, invasões, apropriações ilegais ou institucionalizadas pelo próprio poder público de áreas pertencentes ao povo de Goiânia. A venda de áreas públicas pelo governo estadual, constante do PL nº 3.478/2012, é mais uma agressão ao patrimônio público da capital dos goianos. (MARTINS JÚNIOR, p. 280, 2013)

O exposto por Martins Júnior (2013) reforça a necessidade do desenvolvimento de estratégias que deem conta de proteger as áreas públicas existentes não apenas na cidade de Goiânia, mas em todos os municípios da RMG, a fim de garantir espaços que atendam as demandas da coletividade urbana e possibilitem o efetivo cumprimento da função social desses espaços.

1.6 Parques Urbanos: Valorização imobiliária e segregação no espaço urbano

Se planejados adequadamente, os parques urbanos podem estabelecer-se como espaços promotores de saúde, bem-estar, qualidade de vida, convivência, estética, conservação ambiental (contemplando espécies vegetais, animais, nascentes, córregos, etc.). Os Parques podem abrigar ações educativas, culturais, esportivas, contemplativas e de diversas outras naturezas.

Entretanto, além das funções acima mencionadas, os parques têm servido a outros interesses no bojo do território urbano. Já não muito recente, estes equipamentos têm sido utilizados como forma de valorização imobiliária em suas adjacências. Esse processo gera uma série de complicações ambientais e sociais, uma vez que visa atender aspirações direcionadas, onde os benefícios são restritos a uma parcela diminuta e privilegiada da sociedade. A lógica de mercado pode ser compreendida a partir da trajetória histórica de Goiânia, onde se detecta desde seu nascimento, a participação de agentes produtores da cidade-mercadoria:

Ao longo dos 85 anos da história de Goiânia, o Estado se manteve associado ao mercado de terras, na tarefa de gerir e controlar o território, fato que se constitui,

ainda hoje, num valoroso patrimônio para os políticos e fazendeiros doadores das terras. A configuração do espaço urbano da nova Capital de Goiás foi caracterizada pelo espraiamento da malha urbana, pela segregação socioespacial, pelas centralidades com verticalização em áreas estratégicas para o mercado e pela apropriação privada dos espaços públicos, objeto desta tese, mesmo tendo sido desenvolvidos sete (07) planos diretores (considerando a revisão proposta em 2017). É possível constatar como os agentes produtores da cidade-mercadoria incluíram, desde o nascimento da cidade, a área pública municipal – a APM – como parte do excedente (de terra urbana) a ser comercializado, não a diferenciando do status de propriedade pública, locus fundamental para o desenvolvimento da função social da cidade. (SOUZA, 2019, p.95)

Baseando-se na análise realizada por Martins Júnior (2013), percebe-se que a lógica de desenvolvimento urbano capitalista atuante no município de Goiânia tem seguido o mesmo padrão presente nos demais países da América Latina, apesar de alguns avanços obtidos por meio da legislação urbanística:

De acordo com levantamento realizado por Martins Júnior (2013), apesar dos avanços obtidos pelos países da América Latina com aplicação de instrumentos de política urbana, resultados alcançados seguem a linha condutora da especulação imobiliária, em decorrência da submissão do Poder Público aos interesses econômicos dominantes, por meio de investimentos públicos e privados que proporcionam a valorização da terra, gerando um padrão social e urbanístico de apropriação privada da valorização imobiliária, coerente com o processo de elitização econômica das sociedades dos países em desenvolvimento. (MARTINS JÚNIOR, p. 34-35, 2015)

Adentrando a questão da apropriação dos parques como objetos de valorização imobiliária, Gomes (2014) manifesta:

Os parques surgem em tempo e em lugares determinados para assegurar interesses e representações produzidas pelas elites econômicas e políticas. Vinculam-se também às práticas de uso e ocupação do solo, pressupondo a apropriação e valorização de certas parcelas do espaço urbano. Esta valorização tem como âncora a modernização capitalista que dá suporte à reprodução do capital em escala ampliada, diferenciando parcelas do espaço. (GOMES, 2014, p. 9)

Segundo Gomes (2014), o discurso ambiental e da qualidade de vida em relação aos parques é subvertido e utilizado segundo os interesses da reprodução capitalista:

Os parques constituem espaços produzidos segundo a lógica de reprodução do capital. Tornam-se produtos não vendáveis em si, mas sua imagem passa a ser mercantilizada, proporcionando mudanças no valor da terra urbana e aumentando as diferenças socioespaciais. Os parques são equipamentos urbanos que vão além das ideias, discursos dominantes da proteção do meio ambiente, de espaços para lazer, da qualidade ambiental e qualidade de vida, como pregam os relatórios oficiais,

como as “Agendas 21”, o Relatório Nosso Futuro Comum etc. (GOMES, 2014, p. 10)

Evidenciando a situação denunciada acima pelos autores, Prado e Arrais (2012) citam o fenômeno de supervalorização da terra ocorrido em decorrência da criação do Parque Flamboyant nas áreas de seu entorno:

As terras ao redor do parque tornaram-se supervalorizadas, e o crescimento vertical foi vertiginoso, com a venda do conceito “qualidade de vida” e “paisagem”, como verdadeiros produtos possíveis em virtude da proximidade ao Parque. Quanto melhor a vista do parque, maior o preço dos apartamentos, constituindo um verdadeiro cinturão, onde a classe de mais renda da sociedade pode usufruir deste espaço público como se fosse seu verdadeiro quintal. (PRADO e ARRAIS, 2012, p.34)

De acordo com Martins Júnior (2013), além de se apropriarem das vantagens locais de espaços públicos da cidade, os agentes privados não cumprem com as devidas contrapartidas à sociedade, restando a esta os impactos negativos causados pela intensa verticalização e pelo descumprimento das demais normas instituídas com vistas a preservar o patrimônio ambiental da cidade.

[...] o excedente de valor sobre o preço da terra ou mais-valia fundiária decorrente de vantagens locais, incluídas as amenidades ambientais, tem sido apropriado predominantemente por agentes privados que, dentro da dinâmica da cidade capitalista, auferindo ganhos máximos com a autorização, pelo Poder Público, de índices de ocupação e construção sem a correspondente contrapartida à sociedade e transferindo à coletividade os decorrentes impactos ambientais, de trânsito e de vizinhança. (MARTINS JÚNIOR, p. 240, 2013)

Na Região Metropolitana de Goiânia, este processo tem ocorrido nos municípios de Goiânia em maior intensidade e em Aparecida de Goiânia, com intensidade crescente. A seguir, exemplificam-se espaços onde os parques urbanos têm sido grandes impulsionadores do processo de verticalização integrado a uma dinâmica de supervalorização dos terrenos e dos empreendimentos edificados. A Figura 06 – contempla a dinâmica de verticalização ocorrida no Lago das Rosas, Parque Cascavel, Parque Flamboyant e Parque Vaca Brava.

Figura 06 – Mosaico de imagens do processo de Verticalização Lago das Rosas, Parque Cascavel, Parque Flamboyant e Parque Vaca Brava



Fonte: Araújo (2021).

Visando exemplificar o processo de valorização imobiliária ocorrido em torno dos parques urbanos no município de Goiânia, apresenta-se o City Vogue Alameda, em fase de construção à frente do Lago das Rosas, o empreendimento utiliza o parque como principal atrativo para venda de seus apartamentos.

Figura 07 – Mosaico de imagens contendo Propaganda do empreendimento imobiliário City Vogue Alameda, às margens do Lago das Rosas



Fonte: Seuimovelgoiania, (2021).

Situado na Alameda das Rosas, no setor Oeste, às margens do Lago das Rosas, o empreendimento City Vogue Alameda encontra-se anunciado na página seuimovelgoiania.blogspot.com pelo valor de R\$ 2.800,536,00. O imóvel é descrito pelo anunciante da seguinte forma:

O City Vogue Alameda das Rosas tem Arquitetura contemporânea, elegante, com linhas retas e modernas e com revestimentos nobres. Empreendimento disponível na última área nobre do Lago das Rosas. Muito verde e qualidade de vida no bairro nobre mais tradicional de Goiânia: Setor **Oeste**. O terceiro projeto da Linha City Vogue possui plantas de 3 ou 4 suítes de 260 à 340 m² e tem um apartamento aberto com muita luz, o que faz o morador sentir livre e integrado a natureza. Uma planta livre com infinitas possibilidades que atende qualquer tipo de família! Um projeto especial! (SEUIMOVELGOIANIA, 2021)

No município de Aparecida de Goiânia, destaca-se o exemplo do Parque Elmar Arantes, localizado na Vila Alzira, o espaço tem recebido empreendimentos verticalizados,

que também utilizam o parque como principal fator para atrair a atração de compradores, conforme registro apresentado na Figura 08.

Figura 08 – Mosaico de Imagens da verticalização às margens do Parque Elmar Arantes em Aparecida de Goiânia



Fonte: Silva (2021)

Outra situação que merece atenção diz respeito ao Parque da Família, também localizado no município de Aparecida de Goiânia. Apesar de sua configuração espacial assemelhar-se mais a uma praça do que a um parque urbano, o Parque da Família enquadra-se na hipótese de equipamentos públicos utilizados como objetos de valorização de determinados espaços urbanos. O exemplo citado encontra-se é exposto por meio da Figura 09.

Figura 09 – Imagens do Parque da Família localizado à frente do Aparecida Shopping



Fonte: Araújo (2021).

O Lago Sussuapara localizado em Bela Vista de Goiás também possui uma configuração que interessa a nossa análise. Logo em sua margem imediata, sem que haja divisa por via de trânsito encontra-se situado o Hotel Spa do Lago, um empreendimento de três andares com uma complexa infraestrutura, incluindo vários quartos, piscina, ampla área externa, dentre outros. O hotel costuma sediar diversos eventos, como *Réveillon* e casamentos. Assim como os demais empreendimentos supracitados, o Hotel Spa do Lago também tem seus negócios favorecidos pela localização privilegiada junto ao parque.

Figura 10 – Mosaico de Imagens do Hotel Spa do Lago localizado às margens do Lago Sussuapara em Bela Vista de Goiás



Fonte: facebook (2021).

Assim como em Bela Vista de Goiás, Inhumas também apresenta uma dinâmica que interessa a este estudo. No entorno do Parque Goiabeiras, é possível perceber a existência de residências bem estruturadas, muitas delas com alto valor aquisitivo. A Figura 11 exibe respectivamente imagens de uma casa de alto padrão com quatro andares situada em frente ao parque, e dois prédios situados na rua paralela ao Parque Goiabeiras. Além disso, registra-se a presença de equipamentos comerciais às margens do parque, como bares e restaurante, conforme retratado na Figura 12.

Figura 11 – Mosaico de Imagens de Construções verticalizadas próximas ao Parque Goiabeiras em Inhumas



Fonte: Araújo (2021).

Figura 12 – Mosaico de Imagens de bares e restaurantes localizados às margens do Parque Goiabeiras em Inhumas



Fonte: Araújo (2021).

A presença das construções residenciais verticalizadas, incluindo prédios de alto padrão, bem como a existência de três bares/restaurantes junto ao Parque Goiabeiras, e as demais residências e equipamentos comerciais presentes no entorno, demonstram que o parque ocupa uma área privilegiada e valorizada do município, sendo o próprio equipamento público objeto de agregação de valor ao espaço que ocupa e às suas imediações.

Com base na análise dos espaços visitados na RMG, Goiânia foi o município que demonstrou um processo mais acentuado de verticalização no entorno de parques urbanos, seguido do município de Aparecida de Goiânia que onde nota-se o início da reprodução da mesma tendência. Todavia, em outros municípios como Inhumas e Bela Vista de Goiás, um processo acentuado de valorização nas imediações dos espaços analisados também são perceptíveis, embora os níveis de verticalização ainda sejam bem menores, dada as características do município e o seus níveis de crescimento e desenvolvimento urbano.

Embora a maior parte dos municípios da RMG não disponha de grandes áreas verticalizadas no entorno dos equipamentos públicos pesquisados, os parques e espaços semelhantes configuram em todos os municípios objetos de valorização da terra, alguns em maior, outros em menor proporção. Uma informação que merece ser destacada é o fato de que espaços como parques, lagos e áreas verdes são elementos recorrentes em anúncios de loteamentos de toda a Região Metropolitana de Goiânia.

Desse modo, cabe refletir que à medida que alguns espaços da cidade são supervalorizados, eles correm o risco de tornarem-se inacessíveis às camadas menos favorecidas da população. Tal inacessibilidade pode se dar de maneira formal, considerando que essa parcela da população não dispõe de condições financeiras para aquisição de propriedades na referida região. E informalmente, pois diante de espaços elitizados e segregacionistas, as pessoas de renda mais baixa podem sentir-se constrangidas e inibidas em frequentar, transitar e usufruir de espaços que foram demarcados pelo carimbo do capital.

Além disso, hiper valorização imobiliária também constrói barreiras geográficas, distanciando quilometricamente a população mais carente das áreas dotadas de melhor infraestrutura e mais valorizadas da cidade. A partir de pesquisa sobre a apropriação Parque Flamboyant, pelos moradores da cidade de Goiânia, Prado e Arrais (2012) chegam à seguinte constatação:

Constatou-se na pesquisa de campo que a distância, o tipo e o tempo de transporte são determinantes para o acesso da população ao parque. Os frequentadores, aqueles que se apropriam de fato do parque são aqueles que moram próximo, ou possuem meios de transporte individual, capazes de proporcionar um rápido acesso ao local. Dessa forma, o parque passa a ser apropriado por parcela da população, ao passo que a maior parte deve se contentar com a falta de parques, ou com o acesso a parques pouco estruturados. (PRADO e ARRAIS, 2012, p.67)

Desse modo, ao planejar a criação de novos equipamentos urbanos, é preciso que se considere a necessidade de espaços democráticos, seja por meio da distribuição espacial destes equipamentos, seja pensando nas possibilidades de acesso por parte de todos os habitantes da cidade.

Para Gomes (2014) a implantação dos parques deve basear-se em seu valor de uso e não no valor de troca, como feito costumeiramente:

Os parques urbanos, como espaços de lazer e refúgios de natureza no imaginário social, devem ser implantados segundo outra lógica, inversa à do lucro e da

acumulação do capital, que os projetam como produtos para o mercado. A implantação desses equipamentos deve ser realizada com base no seu valor de uso, compreendendo-os como obra para usufruto da população em geral, e não como coisa a ser trocada ou vendida no mundo das mercadorias. “A obra é valor de uso e o produto é valor de troca”, como diz Lefebvre (2006). (GOMES, 2014, p.14)

Em pesquisa realizada sobre Parques lineares nos municípios de Goiânia/GO e Palmas/TO, Carneiro (2017) conclui que é preciso encontrar meios que coíbam o mercado imobiliário de apropriar-se da imagem dos parques e de unidades de conservação para valorização de seus empreendimentos, de valorização diferencial do espaço urbano e consequente de promoção da segregação urbana.

Deste modo, pensar a cidade levando em consideração suas reais demandas e de sua população, ao invés de transformar equipamentos urbanos em mercadorias, para atender somente os interesses das elites e do mercado imobiliário, permite a consolidação de espaços efetivamente abertos, democráticos e acessíveis a todos os cidadãos.

1.7 Parques Urbanos para os cidadãos: Como democratizar?

Conceber e gerir os parques urbanos como espaços efetivamente democráticos da cidade é uma tarefa minimamente desafiadora, que requer transformações na esfera política, administrativa, econômica e social. Modificar a essência elitista da constituição dos parques urbanos, existente no Brasil desde a criação de seus primeiros parques, no município do Rio de Janeiro em 1783, demanda o real envolvimento dos sujeitos mais interessados no processo de democratização dos espaços urbanos: a própria população.

Embora alguns avanços tenham sido obtidos por meio de pesquisas e de implementação de legislação urbanística, a luta pela manutenção dos espaços públicos da cidade tem ficado restrita a pequenos grupos, de pesquisadores, ambientalistas, ONGs e demais grupos representativos, além de poucos agentes políticos envolvidos com a causa social e ambiental.

Se a maneira como os Parques Urbanos têm sido criados e administrados não condizem com as reais demandas da cidade e de seus habitantes, como prover as condições adequadas para que isso seja realizado? Como democratizar o acesso e a utilização dos equipamentos, tornando mais justa a forma de organização da cidade?

Para iniciar a reflexão sobre as indagações propostas, cabe destacar a necessidade de uma efetiva participação de todos os segmentos da sociedade no processo de planejamento da cidade. Além de cientistas, políticos, técnicos, gestores, empresários e entidades representativas é preciso que a população participe. Os próprios habitantes, aqueles que vivenciam a cidade, conhecendo suas necessidades, potencialidades e limitações.

Para que os Parques não se tornem mais um dentre tantos outros instrumentos de segregação, é preciso desenvolver um planejamento de cidade onde todos tenham voz, e cada voz seja escutada sem interferências de interesses políticos, econômicos ou comerciais, como tem se percebido atualmente.

É preciso assegurar não apenas instrumentos normativos que prevejam a participação da sociedade, é necessário estimular a população, informá-la sobre as pautas do planejamento. É preciso se criar e fortalecer uma cultura de participação, ainda muito incipiente em alguns setores. As pessoas vivem a cidade, mas raramente pensam sistematicamente sobre ela, sequer cogitam a possibilidade de contribuir nos processos que envolvem seu planejamento.

É certo que existem movimentos organizados, com trajetórias significativas de lutas por causas que envolvem demandas sociais. Entretanto, alguns movimentos precisam ser fortalecidos e até mesmo reinventados. As pessoas precisam se reconhecer enquanto cidadãos, sujeitos de direitos e partícipes do cotidiano urbano. Precisam defender seu direito à participação e à reivindicação, seu direito aos Parques Urbanos, e sobretudo, seu direito à cidade.

Este capítulo almejou contemplar aspectos teóricos importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa, trazendo temas como “espaço urbano”, “parques urbanos”, “áreas verdes”, “espaços públicos” e “especulação imobiliária”. Também se buscou demonstrar de maneira sintética como esses aspectos manifestam-se no espaço da Região Metropolitana de Goiânia, por meio de situações apreendidas em observação de campo e por meio de consultas a pesquisas empreendidas por outros pesquisadores sobre os respectivos temas.

Ressalta-se que a realidade de cada município da RMG compreendendo seus respectivos parques urbanos e espaços que desempenham funções semelhantes, será apresentada com maior nível de detalhes e devida problematização nos capítulos 4 e 5.

O capítulo a seguir apresentará os aportes teóricos e instrumentos legais relativos às regiões metropolitanas brasileiras, sendo dado também enfoque específico para a Região Metropolitana de Goiânia.

Capítulo 2 - Região Metropolitana de Goiânia: Conceitos, percursos e normas

2.1 Breve contexto a ser considerado

Os Parques Urbanos e Lagos Municipais estão inseridos num complexo contexto espacial, que recebe influências de diversos agentes. Portanto, para alcançar o entendimento acerca da atual dinâmica apresentada por esses espaços na Região Metropolitana de Goiânia, é preciso conhecer alguns aspectos determinantes na configuração do espaço que constitui as cidades investigadas.

A organização do espaço urbano é influenciada por fatores sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos e legais. No que diz respeito aos municípios que compõem a RMG, cabe observar as especificidades a que estão submetidos esses territórios.

Inicialmente, cabe a reflexão sobre o sistema econômico e social em que se encontra inserida a realidade metropolitana brasileira, afinal é por meio da apreensão da lógica obedecida pelo capitalismo que se poderá compreender os mecanismos que regulam os fenômenos urbanos e metropolitanos abordados na presente tese.

Ribeiro (2020) alerta que a Metrópole não deve ser analisada isoladamente, mas deve se levar em consideração a forma como ela se relaciona com as características do capitalismo brasileiro, tendo em vista que a Metrópole se apresenta tanto como consequência do capitalismo, como quanto mecanismo que sustenta esse sistema.

Portanto, é importante examinar a participação do Capitalismo no tecido urbano, que atua não apenas como um modo de produção, circulação e consumo, mas como realidade econômica, social e política vinculada à historicidade brasileira. Partindo desta compreensão, é necessário conceber a cidade a partir de um ponto de vista holístico, abarcando os agentes que atuam na constituição da ordem urbana, a saber: Sociedade, Capitalismo, Estado e Cidade.

Ordem urbana pode ser concebida, segundo Ribeiro (2020) como uma maneira encontrada para pensar a metrópole a partir do conhecimento de como se estabelece uma

articulação entre o padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a constituição da realidade sócio territorial das metrópoles brasileiras, em várias escalas, caracterizada por uma desigualdade combinada.

2.2 Metropolização, Metrópole e Região Metropolitana

Antes de adentrar à discussão específica sobre Região Metropolitana, cabe a busca pela compreensão de conceitos que a antecedem e estabelecem relação com a mesma. Neste sentido, torna-se pertinente a investigação sobre os termos Metrópole e Metropolização.

Destarte, Lencioni (2020) realiza uma análise acerca do caminho percorrido pelo conceito de Metropolização, que segundo a autora foi de certa forma percebido por Kayser em 1969, no intuito de compreender as transformações ocorridas no território francês, por meio da distinção entre espaços metropolizados e não metropolizados.

Segundo Lencioni (2020), para Kayser, os espaços metropolizados eram aqueles dotados de fluxo intenso e permanente de pessoas, mercadorias e capitais, enquanto os espaços não metropolizados seriam aqueles de maior heterogeneidade, baixo investimento de capital e baixa densidade demográfica.

De acordo com artigo produzido por Alencar (2014), a metropolização pode ser compreendida da seguinte forma:

O processo de metropolização se relaciona à expansão das atividades socioeconômicas da metrópole em relação aos municípios de sua região de influência, sendo caracterizada pela polarização econômica, centralização de serviços e mobilidade cotidiana. (ALENCAR, 2014, p. 62)

Apesar da correlação evidente existente entre os termos, é importante situar que metrópole e metropolização constituem conceitos diferentes. Neste sentido, Lencioni (2020) reafirma as intenções a serem expressas pelo último termo:

Embora todo conceito tenha um desenvolvimento, uma evolução e uma história, o de metropolização, por ser recente, apresenta uma grande multiplicidade de sentidos; ou seja, uma acentuada polissemia. Como qualquer conceito, o de metropolização procura, enquanto elaboração do pensamento, expressar o real e, como outros, estabelecer relação com outros conceitos, a exemplo, dos de urbanização e o de metrópole. (LENCIONI, 2020, p.1)

Destaca-se que “o conceito de metropolização tem como matriz a palavra latina *metrōpolis*, que é derivada do vocábulo grego *mētrópolis* e produto da junção das palavras: *mētra* (útero, mãe) com o vocábulo *pólis* (cidade).” (LENCIONI, 2020, p.1). Segundo a autora, o termo *mētrópolis* possuía o significado de cidade-mãe em relação às colônias que ela criava, estas por sua vez estabeleciam uma relação de independência com a *mētrópolis* (cidade-mãe). Configurando um sentido divergente do significado vigente. A autora salienta, ainda, que a palavra metropolização tem sua gênese na palavra *metrópole*, mas não deriva dela, mas do verbo metropolizar.

Arrais (2012) considera a metropolização com uma das possíveis formas espaciais da urbanização, e corrobora com a ideia expressa por Lencioni (2006), que concebe a metropolização por meio do sentido do processo e da ação e com o proposto por Ascher (2011), que considera que a metropolização apreende não somente o crescimento e o aumento no número de grandes aglomerações, mas contempla a progressiva concentração de populações, atividades e riquezas.

Utilizando como referência a problemática dos arranjos metropolitanos institucionais, temática discutida mais à frente, Arrais (2012) exemplifica o papel da metropolização e demarca sua diferença em relação ao conceito de *metrópole*:

Na verdade, é necessário compreender que as demandas nem sempre coincidem com os recortes institucionais, o que só dificulta as ações integradas, pois a cada município incluso no arranjo metropolitano há um conjunto de atores correspondentes, ampliando de igual forma, a base de conflitos. É dessa agenda que trata a metropolização e aí que reside a diferença fundamental entre esse conceito e o conceito de *metrópole*, categoria de ordem política, historicamente fundamentada na hierarquia social e espacial. (ARRAIS, 2012, p.10)

Intensifica-se a percepção de que é primordial a compreensão do processo de metropolização, bem como do conceito de *metrópole*, por parte das entidades responsáveis pela condução de políticas voltadas para o planejamento das regiões metropolitanas, com vistas a evitar equívocos capazes de acentuar ainda mais a complexidade que permeia a questão dos territórios metropolitanos. Freitas-Firkowski (2020) discorre sobre a ressignificação do conceito *metrópole* no decorrer do tempo e das transformações vividas pela sociedade:

Embora o contexto histórico de sua origem e o atual sejam completamente diversos, o termo foi mantido e continua associado à importância funcional de uma cidade. O ressurgimento do termo com força se deu na primeira modernidade, em que a indústria nascente fez emergir cidades mais complexas que as existentes

anteriormente, dotadas de funções antes inimagináveis para uma cidade, sobretudo por concentrar a atividade produtiva, que, pela primeira vez, se deslocava do campo para a cidade. Cidades com acelerado crescimento populacional e que ao mesmo tempo são sinônimo daquilo que havia de mais moderno no mundo: novos meios de transporte, novos bens de consumo, novas formas de vida, além de diferentes tipos de precariedade, que caracterizaram esta fase da concentração de pessoas nas cidades. (FREITAS-FIRKOWSKI, p. 27, 2020)

Por conseguinte, o entendimento sobre o que se constitui uma metrópole foi atualizado pelas novas relações estabelecidas sobre as cidades, advindas de transformações no modo de produção e consequentemente de organização da sociedade.

De acordo com Fresca (2011) o conceito de metrópole é polissêmico e apresentou diversos entendimentos ao longo dos últimos 120 anos, denotando-se tratar de um objeto que é fluído no tempo e no espaço. A autora, ao analisar inúmeras referências teóricas sobre o conceito, salienta que todas as abordagens conceituais encontradas se vinculam ao poder econômico advindo de diferentes atividades, que passaram historicamente pelo comércio regional, pela indústria e pelo sistema financeiro.

O Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015, atribui a metrópole a seguinte definição:

Espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2015)

Para além dos desenhos conceituais apresentados, Freitas-Firkowski (2020), ao analisar a perspectiva funcional da metrópole, salienta que a metrópole tem desempenhado funções muito mais relacionadas às empresas do que às pessoas. Neste sentido, torna-se oportuno a realização de estudos e ações que contribuam para superar essa lógica capitalista vigente.

Ao se pensar na composição de regiões metropolitanas, é necessário se atentar à complexidade contida na realidade urbana, compreendendo que a cidade deixa de ser um ponto no mapa, passando a estabelecer relações de diversas naturezas com outros municípios:

Fomos acostumados a ver o mundo de modo binário. Na tradição dos estudos urbanos, o que não é urbano é rural, o que não é cidade é campo e o município sempre foi considerado um recorte territorial adequado para a captura do real. Contudo, vivemos hoje um outro momento, aquele onde os fenômenos só se explicam pela multiplicidade de olhares, variáveis e elementos. Nesse mundo, a

cidade deixa de ser um ponto, situado no interior de um município, para ser uma aglomeração dispersa por vários municípios, alcançando, em muitos casos, uma dimensão regional. (FREITAS-FIRKOWSKI, 2020)

Nesta direção, para pensar sobre a constituição de uma região metropolitana e sobre as dinâmicas existentes nos e entre os diferentes municípios que a integram é essencial abarcar teorias que tragam para o debate a questão regional. Seguindo este alinhamento, Freitas-Firkowski (2020) cita uma série de conceitos elaborados por diferentes autores tomando como base diversas escalas e metodologias para se compreender os fenômenos espaciais/regionais existentes sobre o território, sendo eles: Cidade-região (Scott et alii, 2001), Megarregião (Sassen, 2007), Arranjo urbano-regional (2016), Corredores urbanos (Georg; Blaschke; Taubenböck, 2016) e Megalópole (Gottmann, 1961) Arranjos populacionais (2015) e escalas de urbanização brasileira (IPEA - Moura; Oliveira; Pêgo, 2018).

Ademais, Freitas-Firkowski (2020) ressalta a necessidade de se romper com as amarras dos limites institucionais para avançar na compreensão da totalidade urbano-metropolitana. A pesquisadora enfatiza que a teoria da metropolização do espaço não pode ser utilizada como meio de justificar a dinâmica da criação das regiões metropolitanas no Brasil, pois isso constituiria um grande equívoco conceitual.

Ribeiro *et al* (2015) ressaltam que o reconhecimento da especificidade das metrópoles deveria servir para a formulação de políticas e instrumentos próprios e adequados para o enfrentamento dos dilemas metropolitanos. Para o autor, o não cumprimento desse quesito, indica para um futuro das metrópoles marcado por incertezas.

Conforme literatura consultada, as regiões metropolitanas no Brasil constituem fenômenos espaciais dotados de complexidade e peculiaridades. A primeira consideração a ser feita neste sentido diz respeito às elaborações conceituais adotadas para designação de uma região metropolitana. Conforme o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), uma região metropolitana pode ser definida como:

Conjunto de municípios com a finalidade de executar funções públicas que, por sua natureza, exige cooperação entre os mesmos para a solução de problemas comuns, como os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo, o que legitima, em termos político-institucionais, sua existência, além de permitir uma atuação mais integrada do poder público no atendimento às necessidades da população ali residente, identificada com o recorte territorial institucionalizado. No caso das regiões metropolitanas, cabe ressaltar que o próprio limite político-administrativo dos municípios que a compõem baliza seu espaço institucional. (IBGE, 2010)

Destaca-se, todavia, uma série de divergências conceituais que impactam na classificação de territórios urbanos, por não obedecerem a rigor os critérios estipulados por estudiosos do tema para se integrar uma determinada região metropolitana.

Segundo Arrais (2012), o arranjo metropolitano brasileiro é tributário de uma cultura política-institucional que pretendia reconhecer um conjunto de regiões para fins de políticas territoriais. O processo de criação de regiões metropolitanas implementado pela perspectiva institucional resultou num cenário completamente heterogêneo no território brasileiro. Muitas das RMs brasileiras apresentam realidades expressivamente antagônicas, seja no aspecto territorial, demográfico, funcional, seja na ocorrência de fluxos comerciais, financeiros, informacionais, políticos e na presença das demais relações estabelecidas. O fato é que grande parte das regiões consolidadas por meio da lei, não compreende os mínimos níveis de integração territorial ou demais características requeridas para se compor uma efetiva região metropolitana, com base na literatura especializada sobre a questão.

Em artigo publicado em 2012, Arrais exemplifica a disparidade provocada pela composição de regiões metropolitanas, tomando como base o critério institucional:

[...] Considerando os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), verifica-se a diversidade demográfica, com Regiões Metropolitanas, como o Sudoeste do Maranhão, com 345.873 habitantes, cuja cidade pólo, Imperatriz, irradia sua influência para um universo de municípios e perfil rural, até a Região Metropolitana de São Paulo, com 19.683.975, com 19.683.975 habitantes em 2010, no topo na hierarquia da rede urbana latino-americana. Observando os estados não deixa de chamar atenção o fato de Santa Catarina, com 6.248.436 habitantes em 2010, dispersos em 293 municípios, possuir 8 regiões metropolitanas que abrigavam em 2010, 81,46% da população do Estado. Para alguém que desconheça o processo de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, a imagem seria certamente, a de um território estadual com uma rede de cidades populosas e densas, nada parecido, por exemplo com as Regiões Metropolitanas de Tubarão e Chapecó, com 356.721 e 403.494 habitantes, respectivamente. (ARRAIS, 2012, p.7)

Apesar da atualização dos dados demográficos apresentados, a análise em questão ainda é contemporânea na ilustração da desigualdade que se pretende evidenciar. Ao apreender a realidade das regiões metropolitanas instituídas no Brasil, Ribeiro *et al* (2015) ressaltam que o futuro da gestão metropolitana permanece incerto, justificado pelo fato de que as áreas e municípios institucionalizados não possuem funções metropolitanas, ou seja, não constituem aglomerados metropolitanos de fato.

Corroborando com os apontamentos de Freitas-Firkowski (2020), Ribeiro *et al* (2015) e Arrais (2012), Alencar (2014) faz a seguinte advertência:

A análise dos ambientes metropolitanos pode tornar-se equivocada caso o recorte seja concebido a partir apenas do processo institucional, negligenciando a história das relações regionais, assim como as redes de relações presentes anteriormente à ação institucional. (ALENCAR, 2014, p.65)

Como observado, a crítica ao enfoque institucional, dado na constituição de regiões metropolitanas brasileiras, se faz uma realidade presente nos estudos realizados por pesquisadores que se dedicam à questão metropolitana no país.

Segundo Arrais (2012), “a inclusão de determinado município em uma área metropolitana parece ser antecedida de por expectativas de ação governamental estadual e federal, mais do que pela possibilidade de cooperação intermunicipal.” De todo modo, ainda que constituídas de maneira equivocada, ao se considerar aspectos teórico-metodológicos pertinentes ao fenômeno de metropolização, contabiliza-se a existência formal de 74 regiões metropolitanas no Brasil, sendo que o Estado com maior número de RMs é a Paraíba (12), seguido por Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8), conforme relatório apresentado pelo IBGE, a partir de informações obtidas em 30 de junho de 2020.

2.3 Região Metropolitana de Goiânia

Segundo Alencar (2014) antes de se constituir a Região Metropolitana de Goiânia, foi instituído o Aglur - Goiânia, Aglomerado urbano de Goiânia, por meio da Lei Complementar nº 8.956 de 27 de novembro de 1980, que tinha como intuito a realização de um planejamento integrado que promovesse a diminuição dos desequilíbrios regionais dos municípios. Cerca de 20 anos depois viria a ser criada a RMG.

Cunha, Costa e Barreira (2017) relatam como seu deu a criação da Região Metropolitana de Goiânia:

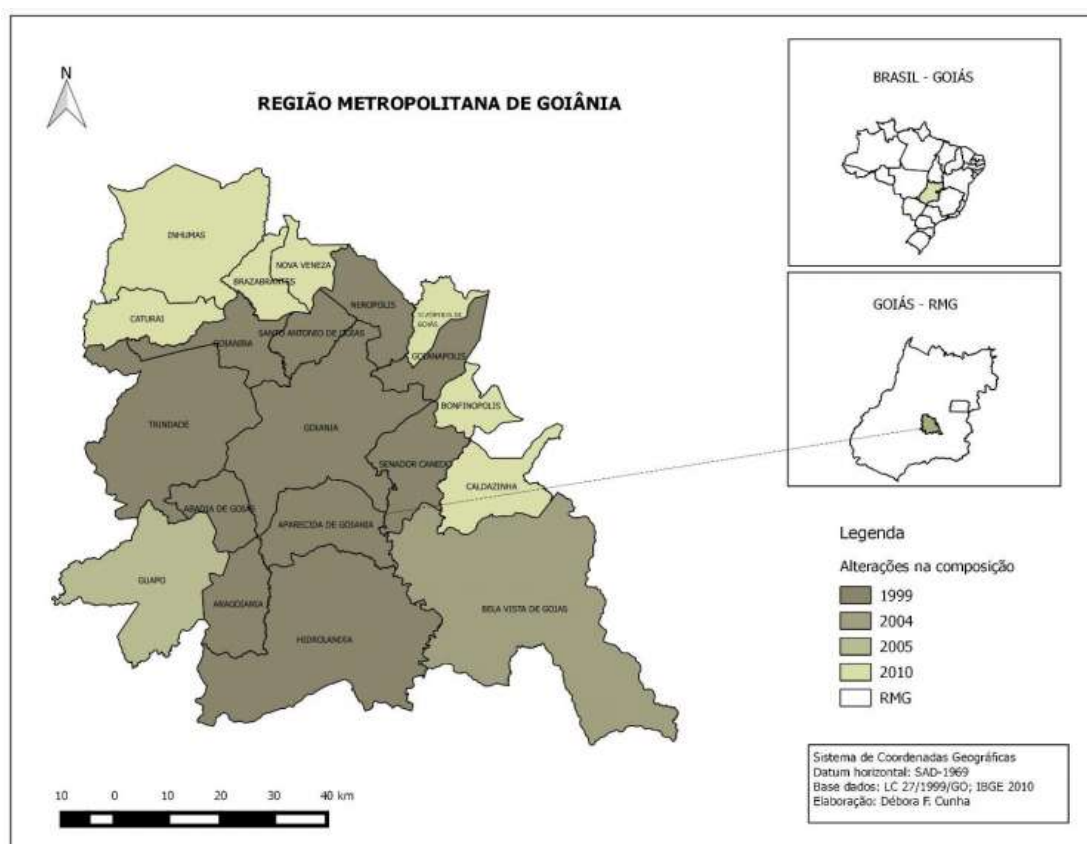
A RMG foi constituída pela Lei Complementar nº. 27, em dezembro de 1999, inicialmente composta por 11 municípios. A composição da região foi alterada três vezes pela Assembleia Legislativa de Goiás. Atualmente, por meio da Lei Complementar nº. 78, de abril de 2010, a RMG abrange vinte municípios, incorporando o que a lei denominava de “Grande Goiânia”, os municípios da “Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – RDIG”. (CUNHA, COSTA e BARREIRA, 2017, p.83)

A Região Metropolitana de Goiânia é constituída atualmente pelos seguintes municípios: 1. Abadia de Goiás, 2. Aparecida de Goiânia, 3. Aragoiânia, 4. Bela Vista de

Goiás, 5. Bonfinópolis, 6. Brazabrantes, 7. Caldasinha, 8. Caturai, 9. Goiânia, 10. Goianópolis, 11. Goianira, 12. Guapó, 13. Hidrolândia, 14. Inhumas, 15. Nerópolis, 16. Nova Veneza, 17. Santa Bárbara de Goiás, 18. Santo Antônio de Goiás, 19. Senador Canedo, 20. Terezópolis de Goiás e 21. Trindade.

O mapa contido na Figura13 expressa a evolução da composição territorial da Região Metropolitana de Goiânia no período compreendido entre os anos de 1999 a 2010.

Figura 13 - Localização e evolução territorial da Região Metropolitana de Goiânia (1999-2010). Fonte: GOIÁS (1999) e alterações; IBGE (2010).



Fonte: GOIÁS (1999) e alterações; IBGE (2010).

No que diz respeito ao processo de metropolização ocorrido no município de Goiânia, a partir da década de 70, Cunha, Costa e Barreira (2017) fazem a seguinte exposição:

Como consequência da implantação do Plano Diretor Integrado de Goiânia, na década de 1970, o processo de crescimento populacional e de intensificação do uso do solo, ocorreu paralelamente, levando o mercado imobiliário, obrigado a atender as exigências de infraestrutura, buscar alternativas para implantação de loteamentos, direcionando a ocupação e expansão para áreas periféricas, nos limites de Goiânia e

municípios contíguos. No período de 1970-1980 ainda com elevada taxa de crescimento, 7,1% (IBGE), Goiânia começava a se expandir para o entorno. O processo de metropolização de Goiânia iniciou-se com a expansão do parcelamento de glebas nos municípios do entorno, começando em Aparecida de Goiânia. (CUNHA, COSTA e BARREIRA, 2017, p.83)

De acordo com Arrais (2012) num intervalo de 10 anos, a Região Metropolitana de Goiânia acrescentou 3.401,87 km² em sua área total, tendo sido predominantemente rurais a maior parte das áreas adicionadas, a exemplo do município de Bela Vista de Goiás, que apresenta o maior quantitativo de terrenos rurais da RMG. Na análise realizada pelo presente artigo, o autor apresenta dados relacionados à dinâmica territorial e demográfica apresentada pelos municípios constituintes da referida região metropolitana e lança algumas inquietações a serem investigadas. Dentre elas, destaca-se duas questões: “O que permite dizer que Caldazinha ou mesmo Brazabrantes participam da RMG tanto quanto Aparecida de Goiânia e Senador Canedo?” e “O que muda no fato de um município ser ou não incluído em um determinado ambiente metropolitano?”. (Arrais, 2012, p.12)

Neste sentido, é oportuno refletir sobre os municípios que de fato estabelecem uma integração entre si, seja pelo aspecto territorial, a exemplo das conurbações presentes no território, seja em relação às trocas ocorridas entre as unidades municipais. Alguns municípios expressam no espaço maior evidência em relação à integração com a metrópole, a exemplo de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Os demais municípios apresentam diferentes formas e intensidades de integração, alguns em maior e outros em menor proporção, chegando a atingir níveis baixíssimos de integração, o que justifica a inquietação presente na primeira das indagações acima citadas.

Arrais (2012) chama atenção para a relação estabelecida pelos municípios com o rural e o típico perfil de concentração domiciliar em cidades interioranas, além de pouca fragmentação espacial e ausência de subcentros. O autor também destaca a forma geométrica radial do sítio urbana de Goiânia em relação aos municípios periféricos, fator utilizado pelo mercado imobiliário como forma de valorização fundiária.

Buscando compreender as motivações institucionais para se integrar um município a determinada região metropolitana, recorre-se à Alencar (2014), ao analisar o conteúdo da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que determinava por meio de seu artigo 6º, que os municípios que participassem do planejamento integrado teriam prioridade na distribuição

de recursos federais e estaduais. Deste modo, o autor destaca a percepção de um possível “privilegio” em relação aos demais municípios:

Esse é o ponto fundamental da questão. Em um território com presença de desigualdades socioeconômicas entre as regiões, unidades federativas e municípios, a possibilidade de concessão de recursos oriundos da União vem se caracterizando enquanto principal indutor da instituição de RMs por todo território nacional. (ALENCAR, 2014, p.68)

Dessa maneira, encontra-se subsídio para compreender os fatores que motivaram os estados brasileiros a instituírem tantas regiões metropolitanas pelo território nacional, ainda que não estivessem sendo observadas importantes condições que caracterizam efetivamente, com base na literatura especializada, uma região metropolitana.

Apesar das motivações supracitadas, constata-se que integrar um município, pela via institucional, a uma determinada região metropolitana, não tem garantido o estabelecimento de relações mais integradoras entre os municípios que compõem a região e também não tem propiciado as condições efetivas de promover uma gestão eficiente do território, considerando que não tem havido suporte federal e nem previsão de recursos que possibilitem a implementação de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial integrado.

Ao se analisar a configuração da Região Metropolitana de Goiânia, trabalhos desenvolvidos por Alencar (2014) e Cunha, Costa e Barreira (2017) atestam que o transporte coletivo constitui o principal meio de integração entre os municípios da RMG. Essa realidade resulta do direcionamento das ações empreendidas pelo Estado ao longo tempo:

A integração de serviços de interesse comum é um objetivo presente em diferentes momentos da legislação brasileira e da RMG, a exemplo das primeiras RMs do Brasil, Aglur - Goiânia, ou da RMG. Esse processo poderia ocorrer por diferentes vias, como distribuição de recursos, descentralização de equipamentos e integração de funções públicas de interesse comum. Na RMG, o Estado teve como principal foco da ação o transporte coletivo. Essa tentativa deve ser compreendida em decorrência da importância que o serviço exerce na região metropolitana. (ALENCAR, p. 73, 2014)

Embora o transporte coletivo tenha sido apontado como atividade integradora central na RMG, segundo Alencar (2014), algumas críticas ainda devem ser direcionadas a esse sistema, considerando aspectos como: limitação de horários de rota de ônibus que inviabilizam o transporte noturno (após 19h35); inoperância do serviço em Caturai e Inhumas; ausência de integração de transporte entre os demais municípios, além da metrópole; logística

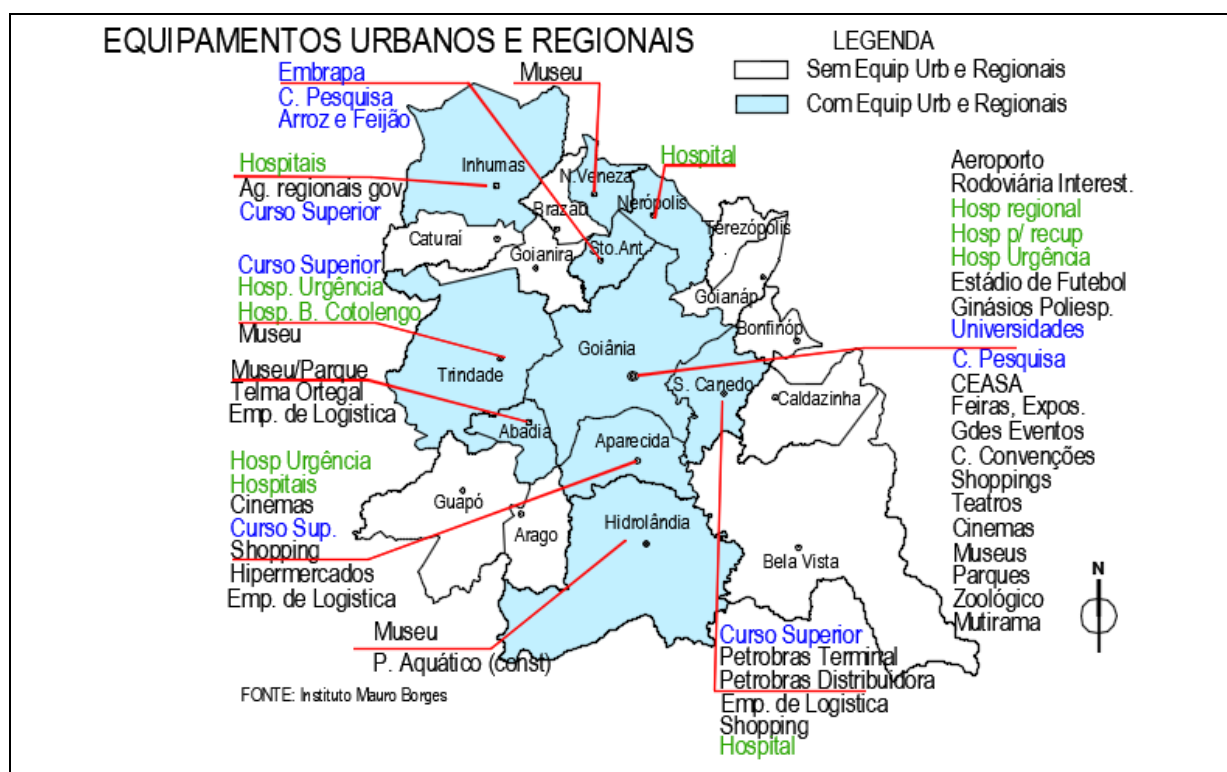
de integração ainda deficiente, levando em conta localização de terminais, sistema de integração e tempo de espera.

Sem dúvidas, o transporte coletivo é um elemento essencial na região metropolitana de Goiânia, tanto para possibilitar o deslocamento necessário à vida social como para dar suporte às outras atividades presentes na dinâmica metropolitana. Entretanto, é importante que outras dimensões presentes ou ausentes no território sejam objeto de atenção e intervenções por parte do Estado, da sociedade e demais entidades que colaboram para planejar e efetivar ações que representem as necessidades da Região Metropolitana e de sua população. É neste contexto que ganha destaque o papel desempenhado pelos pesquisadores e pela Universidade, e é com essa tarefa de analisar criticamente a realidade e propor possíveis caminhos para serem trilhados pela Região Metropolitana de Goiânia que esta tese pretende contribuir.

Um aspecto interessante de ser observado na Região Metropolitana de Goiânia, refere-se ao fato de que essa unidade apresenta diferentes formas de regionalização, a depender do tipo de critério adotado para organização do território. Diversos mapas, apresentados pelo diagnóstico do PDI-RMG, contendo a distribuição de importantes instituições revelam a centralidade exercida por alguns municípios, além do município de Goiânia, como é o caso de Inhumas que demonstra uma relação de centro com os municípios de seu entorno.

O mapa a seguir demonstra a distribuição de equipamentos urbanos regionais nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, reforçando o protagonismo exercido pela cidade de Goiânia. Ademais são evidenciadas as estruturas presentes em outros municípios como Aparecida de Goiânia, Trindade, Inhumas e senador Canedo. Tais cidades, que juntamente à Goiânia são as mais populosas da RMG, apresentam maior dinamismo em função de sua estrutura, o que contribui para formação de centralidades alternativas à capital.

Figura 14 – Mapa RMG: Equipamentos Regionais: Educacional e Saúde



Fonte: Base digital: IBGE, DGC-DECAR – Projeto Infocar
Org.: Miraci Kuramoto Nucada (2017).

Em relação a equipamentos urbanos destinados a cultura, esporte e lazer, pesquisadores que elaboraram o estudo para construção do PDIRMG, tecem as seguintes considerações:

As cidades da Região Metropolitana de Goiânia são deficitárias em equipamentos urbanos em geral, e em relação a equipamentos para cultura, esporte e lazer são ainda mais carentes. A quase totalidade desses equipamentos encontra-se em Goiânia. As cidades mais antigas são mais aparelhadas e mantêm grupos que movimentam a vida cultural e artística, ou religiosa. Nota-se maior vigor nas cidades de Trindade e Inhumas. Os equipamentos para manifestações culturais e esportivas quando existentes são precários e sem manutenção. (GOIÁS, 2017)

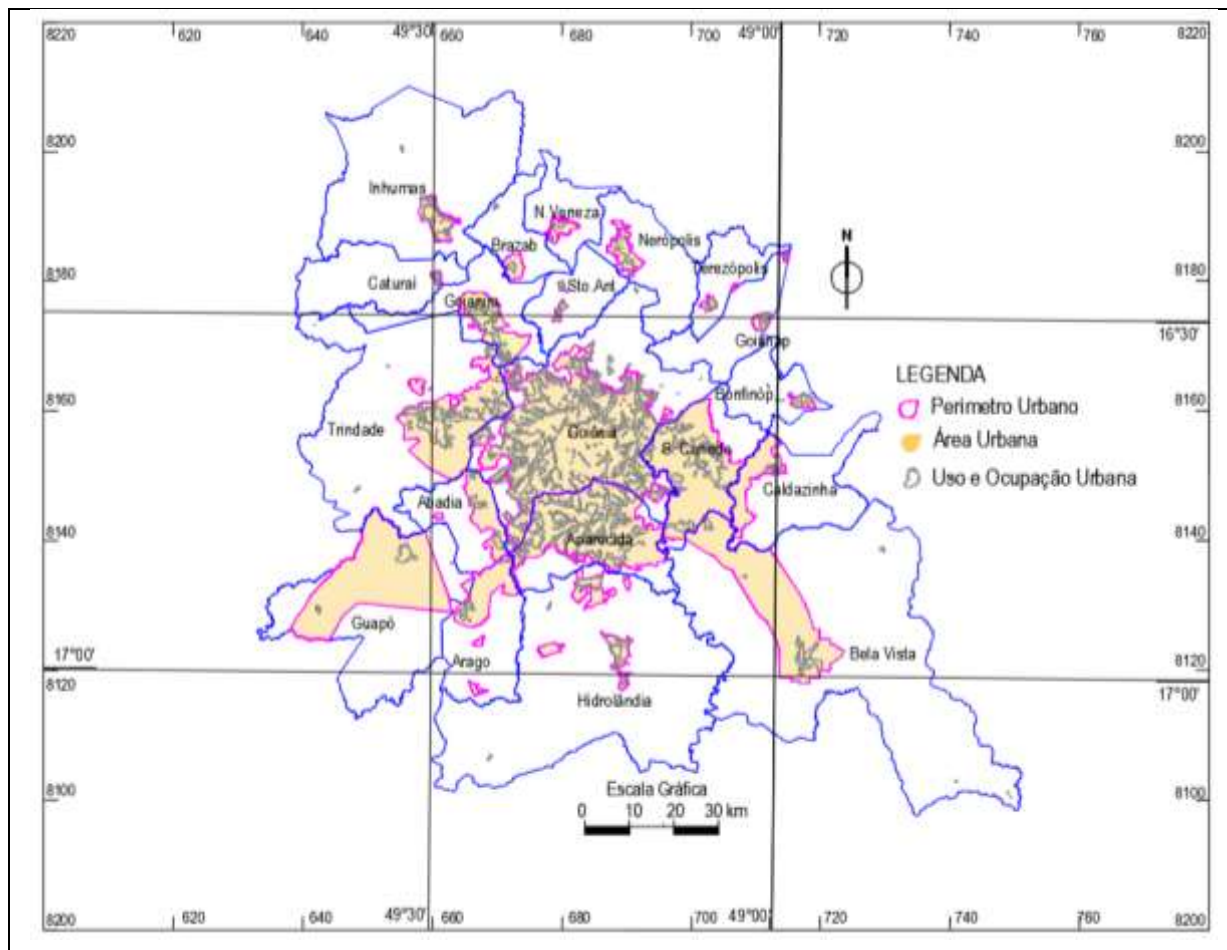
O estudo destaca ainda que as cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo são as únicas que possuem *shopping center*. Destaca-se que o shopping de Senador Canedo é um estabelecimento pequeno que não possui cinema, nem variedade de grandes lojas.

Outro ponto que merece destaque na configuração da Região Metropolitana de Goiânia diz respeito à forma não planejada como se deu a expansão dos municípios, gerando áreas espalhadas e muitas vezes desassistidas de serviços essenciais, dada a incapacidade do

poder público de gerir as inúmeras áreas resultantes do crescimento fragmentado e desordenado das cidades.

O mapa 15 ilustra a Região Metropolitana de Goiânia, com demarcação do perímetro urbano de cada município, sua respectiva área urbana e ocorrência de Uso e Ocupação Urbana.

Figura 15 - RMG: Mapa de Perímetro Urbano e Áreas com Uso e Ocupação Urbana, 2017.



Fontes: Levantamento em municípios da RMG; Planos Diretores (2016).
Organização e desenho: Miraci Kuramoto Nucada.

Analisando a realidade apresentada por meio da Figura 15, os pesquisadores do PDI-RMG, consideram que:

Cidades com população de 3 a 10 mil habitantes que apresentam organização territorial, infraestrutura urbana com qualidade passaram a aprovar extensas áreas para expansão urbana sem necessidade. Candidatam-se a ter, em breve futuro, loteamentos isolados, em meio à vegetação esparsa degradada pelo abandono e descarte irregular de lixo, portanto expostos ao desenvolvimento de pragas, animais

peçonhentos, marginalidade, por falta de controle e planejamento para o crescimento da cidade. Essa foi a trajetória inicial dos problemas que hoje enfrenta Aparecida de Goiânia, uma cidade com uma densidade populacional geral bruta de 27,2 habitantes por hectare, ou 8,8 domicílios por hectare! (GOIÁS, 2017, p.55)

O espraiamento configura-se com um grande problema que afeta toda a Região metropolitana, impactando negativamente na organização da cidade, na demanda por serviços públicos e na qualidade de vida dos habitantes do município.

A quantidade, a preferência e a diferença do tratamento dado na implantação de equipamentos para cultura e lazer em Goiânia em relação a estes nas demais cidades demonstram a desigualdade na distribuição dos investimentos do Estado nos municípios. As cidades da Região Metropolitana de Goiânia carecem praticamente da totalidade de equipamentos locais para cultura e lazer. As cidades contam tão somente com equipamentos para esporte, que não funcionam efetivamente, pois, quando existem, o dimensionamento é incompatível com o uso cotidiano. (GOIÁS, 2017, p.58)

Cabe ainda considerar que nem todos os municípios da Região Metropolitana possuem Plano Diretor, e dentre aqueles que possuem, muitos carecem de revisão. No que diz respeito à realização de ações conjuntas entre os municípios integrantes da RMG, destaca-se o exemplo do Consórcio Intermunicipal – BRASIL CENTRAL AMAMPA, Associação dos Municípios do Alto Meia Ponte da Região Metropolitana de Goiânia, destinado a atuar na gestão integrada de resíduos sólidos.

No que tange à colaboração entre os municípios na tratativa de problemas comuns, o estudo do PDI-RMG (2017), ainda apresenta os seguintes apontamentos:

Em relação à gestão integrada dos recursos hídricos algumas ações merecem destaque. Em 2015, o Governo Estadual divulgou o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Há, também, importantes esforços no sentido de articular ações de proteção aos recursos hídricos, dentre os quais se destaca o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte – CBMP –, que conta com a participação de municípios da RMG dentre os 38 componentes. Cita-se também a constituição da APA do Ribeirão João Leite, visando à preservação do reservatório de água que abastece parte da RMG. Mesmo que poucos dos municípios da RMG a integrem (Goiânia, Terezópolis de Goiás, Goianápolis e Nerópolis), seu objeto é de interesse de toda a região. Porém, denota-se que tais esforços se encontram fragmentados, dificultando uma gestão integrada e articulada no âmbito da RMG. (GOIÁS, 2017, p.13-14)

O diagnóstico destaca também outros problemas que poderiam receber tratamento por meio de ações compartilhadas, como o aumento da impermeabilização do solo e da emissão de gases poluente, que contribui para o agravamento de processos erosivos, deslizamentos,

alagamentos e aumento do escoamento superficial e contaminação dos corpos hídricos, que prejudica o sistema de drenagem natural e interfere negativamente no ecossistema local.

O documento ressalta ainda que de toda a Região Metropolitana, somente Goiânia possui uma Lei destinada à questão da drenagem urbana, Lei nº 9.511, de 15 de dezembro de 2014. Além disso, destaca-se a ausência de dados sobre as áreas de riscos e sua população, informações que são fundamentais para elaboração de um planejamento urbano adequado às demandas ambientais e sociais da cidade.

O estudo traz também as esferas e instituições que participam do processo da Política de Gestão Urbana nos municípios da Região metropolitana de Goiânia, conforme exemplo a seguir:

Figura 16 – Síntese do Marco Legal e Institucional da Política Urbana abrangendo os três entes federados.



Fonte: GOIÁS (2017).

O quadro acima demonstra apenas parte da legislação e dos agentes que participam dos processos de planejamento e execução urbana na RMG, havendo a aplicação de diferentes normas e instituições a depender do marco legal e do problema a ser considerado. No que se refere às questões de ordem ambiental e social apresentadas pela cidade é de extrema relevância que se considerem também as instâncias de participação popular.

2.3.1 Panorama físico e ambiental da RMG

A Região Metropolitana de Goiânia encontra-se localizada no Planalto Central e pertence à Mesorregião do Centro Goiano e à Microrregião de Goiânia, que são unidades de planejamento adotadas pelo Estado (GOIÁS, 2017). A região é composta por uma área de 7.454,48 km². Seu relevo é caracterizado em sua maior parte como plano e suavemente ondulado, estando as maiores declividades situadas nos extremos noroeste a sudeste, destacando-se as declividades montanhosas presentes em Guaporé e Inhumas. A RMG está inserida na bacia do Paranaíba, sendo que os municípios ocupam as sub-bacias do Rio Turvo e dos Bois; do Rio Meia Ponte, e uma pequena parte está inserida na sub-bacia do Corumbá. Na ampla rede hidrográfica existente, destaca-se a presença de importantes cursos d'água como o Rio Meia Ponte e o Ribeirão João Leite. (GOIÁS, 2017)

O Clima na Região Metropolitana de Goiânia é do tipo tropical, apresentando estação seca de inverno, na classificação de Köppen-Geiger, Aw. A temperatura apresenta elevadas amplitudes térmicas, sendo as mais baixas registradas no inverno e as mais altas na primavera. A precipitação acumulada mensal varia entre 0 e 300 mm, sendo sua concentração mais frequente nos meses de outubro a março. A temperatura média anual é 23,15°C, sendo a média das máximas 29,8°C e a média das mínimas 17,7°C. (GOIÁS, 2017)

A RMG está inserida numa área de Cerrado, composto por um complexo vegetacional com fitofisionomias que contemplam formações florestais, savânicas e campestres. Devem ser destacadas as formações presentes ao longo dos cursos de água, tais como as matas de galeria, matas ciliares e veredas. Tais formações florestais desempenham papel importante na proteção dos mananciais, todavia, se encontram bastante degradadas na RMG, em virtude da supressão da vegetação original realizada para promover outros usos do solo. Dessa forma, Unidades de Conservação (UCs) ganham uma importância ainda maior para os recursos hídricos, considerando que em muitos casos, são os únicos remanescentes florestais existentes em determinada região (GOIÁS, 2017).

Na Região Metropolitana de Goiânia pode ser destacada a presença de três parques estaduais que desempenham importantes funções de conservação ambiental:

Na Região Metropolitana de Goiânia encontram-se três Parques Estaduais: o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP), o Parque Estadual João Leite (PEJoL) e o Parque Estadual Telma Ortegal (PETO). O PEAMP e PEJoL formam uma área contínua composta principalmente por floresta estacional semidecidual e matas de galeria, e demonstram, mais uma vez, a importância das áreas florestais

nativas para a proteção dos recursos hídricos, já que protegem o reservatório do João Leite, importante manancial de abastecimento de Goiânia e de cidades da região metropolitana. (GOIÁS, 2017, p.37)

Além deles, registra-se a presença de mais nove Unidades de Conservação na área pertencente à Região Metropolitana de Goiânia, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 01 - Unidades de conservação (UC) presentes na RMG

Nome da UC	Administração	Órgão Gestor	Categoria de Manejo	Grupo	Bioma Predominante	Área (ha)
PE Altamiro de Moura Pacheco e PE João Leite	Estadual	SECIMA/GO	Parque Estadual	Proteção integral	Cerrado	4.964
PE Telma Ortegal	Estadual	SECIMA/GO	Parque Estadual	Proteção integral	Cerrado	165.96
APA João Leite	Estadual	SECIMA/GO	Área de Proteção Ambiental	Uso sustentável	Cerrado	72.128
APA Serra das Areias	Municipal	SEMMA/APG	Área de Proteção Ambiental	Uso sustentável	Cerrado	3.965
RPPN Chácara Mangueiras	Federal	ICMBio	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso sustentável	Cerrado	Sem dados
RPPN Reserva Ambiental de Educação e Pesquisa Banana Menina	Federal	ICMBio	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso sustentável	Cerrado	Sem dados
RPPN Parque Botânico dos Kaiapós	Federal	ICMBio	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso sustentável	Cerrado	80.7
RPPN Fazenda Bom Sucesso	Federal	ICMBio	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso sustentável	Cerrado	Sem dados
RPPN Fazenda Santa Branca	Federal	ICMBio	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso sustentável	Cerrado	Sem dados

Fonte: GOIÁS (2017)

Deve ser assinalado que as Unidades de Conservação ocupam apenas 11% da área total da RMG e as áreas de proteção integral ocupam 0,7% desse território, apontando para a necessidade da ampliação dessas unidades e para o aprimoramento de processos de gestão e conservação das UCs existentes:

Dessa forma, é imprescindível que se considere a necessidade de criação de novas unidades de conservação ou o estabelecimento de projetos de recuperação de áreas de preservação permanente degradadas, e ainda o estabelecimento de corredores ecológicos entre remanescentes vegetais de forma a favorecer a preservação da biodiversidade e a conservação dos recursos hídricos no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia-- PDI-RMG. Além disso, é

primordial que se avaliem os mecanismos de gestão das UCs já existentes, principalmente no que se refere à elaboração de planos de manejo para aquelas que não os possuem, e se revisem os planos para aquelas que já possuem esse instrumento de manejo. (GOIÁS, 2017, p.39)

Outra questão que merece ser observada refere-se ao fato de que os limites geográficos dos municípios da RMG não levam em conta as unidades fisiográficas de planejamento, incorrendo no risco de ações fragmentadas e insuficientes ao ambiente:

Por fim, cabe mencionar que a Região Metropolitana tem como limite geográfico as unidades administrativas aprovadas pelo legislativo. Isto tem um impacto significativo, não apenas na região, mas entre os municípios, uma vez que a delimitação de urbano e rural e as diferentes setorizações e subregionalizações internas aos municípios não levam em consideração unidades fisiográficas de planejamento, no caso em questão, a bacia hidrográfica. Assim, ações de gestão das funções compartilhadas de interesses comum devem observar estas escalas visando eliminar as distorções na produção dos seus estudos e potencializar as ações municipais. Fonte: (GOIÁS, 2017, p.18).

Desse modo, reitera-se a tese de que planejar a gestão dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia de maneira integrada, com respaldo em estudos técnicos e científicos, é o caminho para se construir soluções que alcancem a real complexidade e abrangência dos problemas enfrentados pelo território da RMG. O diagnóstico do PDIRMG aponta para uma Região com profundas mudanças na sua constituição físico-ambiental. “A predominância dos usos antrópicos associados à expansão urbana gerou um cenário crítico em relação à preservação ambiental, com especial destaque para a conservação dos recursos hídricos e áreas florestais.” (GOIÁS, 2017, p.166).

Em síntese, apresentam-se os resultados alcançados pelo diagnóstico das Condições Ambientais do PDI-RMG (2017):

Menos de 25% da RMG é composto por remanescentes do Cerrado; Há pouca representatividade de Unidades de Conservação em escala metropolitana, com destaque para a Área de Proteção Ambiental do João Leite; As áreas de vulnerabilidade ambiental encontram-se desprotegidas; Verifica-se degradação elevada nas áreas de proteção permanente (APPs) dos cursos de água; O crescimento da mancha urbana estende-se sobre os mananciais de captação de água destinados ao abastecimento público; Constata-se uma ausência de preocupação com futuros mananciais nos planos diretores municipais e nas ações de expansão urbana; Há desequilíbrio no acesso à água para consumo humano e nas ações de esgotamento sanitário, além de se encontrar uma condição crítica da disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios da região metropolitana. (GOIÁS, 2017, p.166).

Nesse sentido, elaborar um planejamento que abarque os problemas de natureza ambiental presentes na RMG, requer atenção para a forma como os processos de urbanização

têm impactado no meio ambiente. Por isso, a necessidade de um olhar técnico e multidisciplinar, com vistas a considerar a complexidade dos problemas vivenciados por uma perspectiva integral e integrada.

2.4 Outros aspectos normativos que atuam sobre a organização do espaço urbano e das regiões metropolitanas

Em âmbito legal é conveniente examinar as principais diretrizes normativas que atuam sobre o tecido espacial das cidades. Neste sentido, é pertinente analisar a participação de outros instrumentos como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades e o Estatuto das Metrôpoles, na composição socioespacial dos municípios estudados.

Inicialmente, tem-se a figura da Carta Magna, preconizando que a política de desenvolvimento urbano, deve ser executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Como instrumento regulamentador dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, é implementado o Estatuto da Cidade, sob a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. O referido instrumento, conforme preconizado em seu artigo 1º, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Por sua vez, o Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, instituindo normas sobre plano de desenvolvimento integrado e governança interfederativa.

Os instrumentos supracitados fornecem contribuições normativas e orientadoras em relação à forma de organização e desenvolvimento do território urbano, tendo como princípios norteadores o bem-estar do cidadão e as funções sociais desempenhadas pela cidade.

No momento em que foi lançado o Estatuto da Cidade, Maricato (2001) assinala que um dos principais aspectos trazidos pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, dizia respeito à gestão democrática das cidades, já que oficializava, por exemplo, a obrigatoriedade do orçamento participativo. No entanto, a autora salienta:

Mas o aspecto mais esperado talvez esteja na regulamentação de instrumentos legislativos que permitem garantir a função social da propriedade, dando ao Poder Público a possibilidade de resgatar para o benefício da sociedade a valorização provocada por seus próprios investimentos em infra-estrutura urbana, e de frear a retenção especulativa de imóveis vazios em áreas urbanas. (MARICATO, 2001, p.2)

Esta afirmação remetia a esperança de que o Estatuto da Cidade pudesse se constituir num instrumento capaz de amenizar a configuração espacial urbana desigual, a qual as cidades brasileiras vêm sendo submetidas ao longo do tempo. Tendo como elemento marcante a participação popular, o Estatuto da Cidade se propõe a oferecer condições mais justas, do ponto de vista social, nas formas de constituição do espaço urbano. Maricato (2001) lista exemplos de meios previstos para promover uma cidade mais democrática, contidos no documento:

Entre vários exemplos, podem ser citados o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não edificado e não utilizado; o IPTU progressivo no tempo e a subsequente desapropriação com títulos públicos de imóveis sem uso a mais de 5 anos; o direito de preempção, que dá ao Poder Público prioridade na compra de qualquer imóvel urbano; a confirmação da possibilidade de criação de Zonas Especiais de Interesse Social, que se destinam à provisão, sob legislação especial, de habitações populares. Vários instrumentos dizem respeito à regulamentação de áreas ocupadas ilegalmente, como o usucapião de imóvel urbano ou a concessão de uso especial para fins de moradia. Destaque-se ainda a exigência de Estudos de Impacto Ambiental ou de Vizinhança, que visam controlar os grandes empreendimentos imobiliários. (MARICATO, 2001, p.2)

Maricato (2001) pondera que apesar da referida lei trazer inúmeros possíveis avanços à gestão democrática do território urbano, tais aplicações encontram-se vinculadas à necessidade de existência de um Plano Diretor Municipal, o que apesar de ser benéfico, pode acarretar grande morosidade. A autora também assevera quanto ao risco das possíveis interpretações do conteúdo da lei, a exemplo das possibilidades de parcerias entre o Poder Público e a Iniciativa Privada na urbanização da cidade, o que pode gerar benefícios sociais ou acentuar ainda mais uma situação de disparidade urbana, dependendo da forma como for implementada. Para que não ocorram distorções das finalidades originárias previstas em lei, é preciso que haja efetiva participação da sociedade no processo de formulação dos planos diretores e na formulação e acompanhamento dos demais instrumentos regulamentadores que interferem na constituição do espaço urbano.

Nesta direção, a participação social se fez imprescindível nos processos de decisão que interferem no planejamento municipal. Sobre esta questão, Rolnik (2001) aponta as seguintes considerações:

O desafio lançado pelo Estatuto incorpora o que existe de mais vivo e vibrante no desenvolvimento de nossa democracia a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios. Audiências públicas, plebiscitos, referendos, além da obrigatoriedade de implementação de orçamentos participativos são assim mencionados como instrumentos que os municípios devem utilizar para ouvir, diretamente, os cidadãos em momentos de tomada de decisão sobre sua intervenção sobre o território. (ROLNIK, 2001, p.7)

Conforme exposto pela autora, a participação popular pode acontecer por meio de diferentes vias, sejam elas de caráter mais institucional, ou advindas de manifestações espontâneas por parte da população. Cabe destacar que não é possível executar um planejamento urbano que contemple adequadamente as funções sociais a serem garantidas pela cidade, sem que haja escuta e efetiva participação dos sujeitos que residem e atuam neste território.

No que diz respeito ao aspecto de integração de políticas públicas, o Estatuto da Metrópole surge com o intuito de promover a governança interfederativa metropolitana entre os municípios que a constituem. Ou seja, o instrumento regulamenta a possibilidade dos municípios que integram uma mesma região metropolitana, traçar planejamentos conjuntos em busca da resolução de problemas comuns.

Neste sentido, é preciso contemplar a relação de interdependência existente entre os municípios que integram uma determinada região metropolitana, compreendendo que as ações realizadas por uma unidade municipal podem proporcionar impactos diretos aos municípios vizinhos e levando em consideração que embora existam necessidades específicas de cada entidade territorial, a maior parte dos problemas urbanos vivenciados pelos municípios da região metropolitana costumam apresentar origens e tratamentos comuns.

Visando responder a esta necessidade de cooperação metropolitana, o Estatuto da Metrópole indica a obrigatoriedade do estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) por parte de cada região metropolitana existente no país. Este instrumento deverá ser observado por cada município no desenvolvimento de seu Plano Diretor.

Conforme descrito no artigo 6º do Estatuto das Metrópoles, a governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas deverá obedecer os seguintes princípios:

I - prevalência do interesse comum sobre o local; II - compartilhamento de responsabilidades e de gestão para a promoção do desenvolvimento urbano integrado; III – autonomia dos entes da Federação; IV – observância das peculiaridades regionais e locais; V – gestão democrática da cidade, consoante os

arts. 43 a 45 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 ; VI – efetividade no uso dos recursos públicos e VII – busca do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2015)

Portanto, o Estatuto da Metrópole, amparado no Estatuto das Cidades, busca indicar caminhos para a construção de um território metropolitano cooperativo e articulado na elaboração e implementação de políticas e ações que resultem num espaço urbano integrado, democrático e sustentável.

Obedecendo às orientações contidas no Estatuto da Metrópole, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) e gerências afins estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Goiás, com propósito de elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia. Neste sentido, foi firmada a cooperação e mobilizados os recursos necessários para se iniciar os trabalhos de elaboração do plano, cujo processo de construção foi idealizado conforme as seguintes etapas: 1. Diagnóstico; 2. Seminário Metropolitano/Audiência Pública do PDI-RMG (Apresentação de diretrizes); 3. Prognóstico e 4. Elaboração do Plano e aprovação pelas instâncias competentes. Cada uma das etapas listadas é constituída por uma série de ações, respaldadas por um corpo técnico multidisciplinar especializado nos aspectos que integram o planejamento urbano.

Concernente à primeira etapa de elaboração do PDI-RMG, foi realizado, por meio de oficinas, um processo de escuta e participação junto aos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, com vistas a conhecer as demandas apresentadas pela sociedade residente na RMG e a possibilitar a construção de um diagnóstico capaz de abarcar as reais necessidades de cada uma das unidades territoriais existentes na região metropolitana. O referido diagnóstico é objeto de análise exposto no capítulo 3, em que se examina a percepção dos habitantes da RMG no tocante às demandas relativas à existência de Parques Urbanos nos municípios estudados.

A partir do diagnóstico realizado e adentrando aos procedimentos pertencentes à segunda etapa dos trabalhos, foi elaborado um documento onde se apresentam as **Diretrizes da Região Metropolitana de Goiânia**, com intuito de fornecer as bases necessárias para a construção do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG. Neste documento, afirma-se que um dos objetivos metropolitanos consiste na construção de um modelo espacial que assegure a preservação do patrimônio ambiental e bem-estar da população. No mesmo texto, em relação às diretrizes da Região Metropolitana de Goiânia, assegura-se que:

As diretrizes promovem princípios e recomendações fundamentais para o planejamento urbano e territorial, auxiliam na gestão das cidades, no enfrentamento das mudanças, visando melhorar a qualidade de vida de suas populações. (GOIAS, 2017)

Em vista disso, reforça-se a compreensão de que o Planejamento de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia (PDI-RMG) deverá servir como um dispositivo capaz de contribuir para construção de condições urbanas que promovam qualidade de vida de maneira equânime a toda população residente nos municípios que integram a RMG.

Num cenário urbano permeado por uma complexa realidade, as regiões metropolitanas têm apresentado cada vez mais a necessidade de um planejamento que seja capaz atender as demandas específicas de cada município que a integra, sem deixar de levar em consideração a existência de uma situação urbana compartilhada. Assim, colocam-se o fim a que se destina a elaboração do PDI-RMG:

Constituiu objetivo do PDI-RMG, instituir o planejamento como instrumento de gestão metropolitana; construir um modelo espacial que assegure o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar da população; identificar no território metropolitano oportunidades socioeconômicas que promovam a inserção social e produtiva da região; fortalecer a gestão pactuada e compartilhada e contribuir para a formação de uma identidade metropolitana. (GOIAS, 2017)

Dado o exposto, classifica-se como desafiador o conjunto de medidas propostas pelo documento, considerando a amplitude das ações recomendadas e o intrincado contexto espacial, influenciado por elementos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Destarte, salienta-se que, pelas regras estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole, Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2011, toda região metropolitana deve desenvolver obrigatoriamente um Plano de Desenvolvimento Integrado. Entretanto, os procedimentos para dar seguimento a aprovação de lei para instituir o PDI-RMG encontram-se paralisados. Segundo reportagem veiculada pelo Jornal O Popular (2019), os trabalhos referentes ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integrado foram interrompidos após o cumprimento da segunda etapa do plano de trabalho, que consistiu na apresentação das diretrizes do PDIRMG que ocorreu em audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás no dia 15 de dezembro de 2017. Tal paralisação se deu por falta de recursos destinados ao pagamento da equipe técnica responsável pela execução do trabalho.

Todavia, as entidades responsáveis pela elaboração do plano, permaneceram articuladas, dando prosseguimento aos estudos e as negociações para que seja viabilizada a continuidade do importante trabalho realizado. Em entrevista concedida ao jornal O Popular, a coordenadora geral e técnica do PDI na UFG, professora Celene Barreira (2019), ressaltou o desejo de levar adiante a conclusão do referido instrumento, destacando a necessidade de finalização de projetos e anexo e da realização do trabalho de macrozoneamento, considerado o mais importante do projeto, por determinar as áreas de preservação, de expansão urbana e áreas de ocupação restrita.

Considerando o trajeto já percorrido pela Região Metropolitana de Goiânia no que diz respeito à construção de seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), reitera-se a necessidade de dar continuidade aos trabalhos que vêm sendo realizados pela UFG em parceria com entidades do estado de Goiás. Assevera-se que somente um projeto integrado de políticas públicas, fundamentado em amplo processo de investigação técnica e científica, com efetiva participação popular, será capaz de fornecer subsídios para a construção de espaços urbanos mais saudáveis, democráticos e habilitados a cumprir as funções sociais requeridas por sua população.

Embora a Lei nº 13.089, de 13 de janeiro de 2015, configure um considerável avanço em termos de subsídios à governança metropolitana, estudiosos assinalam inúmeras questões a serem criticamente analisadas no bojo da efetiva aplicabilidade dessa legislação.

Ribeiro *et al* (2015) apontam para a seguinte inquietação:

Se temos motivo para saudar este fato, temos igualmente razões para nos inquietar quanto aos limites desta Lei. Principalmente se ela seria capaz de constituir o quadro institucional necessário à construção da governabilidade das nossas metrópoles diante da evidente situação de fragmentação política presente nestes relevantes territórios. Nossos maiores espaços urbanos constituem territórios bastante complexos onde estão concentradas simultaneamente parte substancial da capacidade produtiva do país e dos dilemas e desafios societários do desenvolvimento nacional. Mas sobre elas inexistem instituições políticas em condições de dotá-las de capacidade de governabilidade. Nelas ainda prevalecem o *laissez-faire* das forças mercantis e ações públicas fragmentadas no espaço e no tempo. (RIBEIRO *et al*, 2015)

Sob esse prisma, cabe compreender que a instituição do Estatuto da Metrópole em si não é suficiente para garantir a efetivação das orientações propostas pela ferramenta. Ademais, os entraves detectados na implementação da normativa proposta a exemplo da

fragmentação política e das influências do mercado presente no espaço urbano, constituem problemas de cunho histórico, que constituem um processo complexo de ser superado.

Ribeiro *et al* (2015) citam ainda que o foco da legislação foi direcionado à regulação das funções de interesse comum e à governança interfederativa em geral, e além disso, não houve preocupação em tratar da complexidade e da diversidade da rede urbana brasileira. Segundo os pesquisadores, a lei desconsiderou equívocos existentes na constituição de regiões metropolitanas, instituídas por leis estaduais, que não levaram em consideração as especificidades que caracterizam o fenômeno metropolitano.

Nesta direção, cabe refletir que apesar do horizonte apresentado pelo Estatuto da Metrópole, o dispositivo deve ser concebido a partir de uma perspectiva crítica, posto que ainda há uma série de lacunas e inconsistências presentes na referida legislação.

Deste modo, o Observatório das Metrópoles, entidade que pesquisa os desafios metropolitanos inseridos no contexto nacional, tem envidado esforços no sentido de contribuir com pesquisas e apontamentos capazes de subsidiar o planejamento das metrópoles. Conforme Ribeiro *et al*, estudo realizado em 2012, indica o seguinte cenário:

Segundo estudo elaborado pelo Observatório das Metrópoles em 2012, quando o Brasil contava com 59 unidades institucionalizadas, dos 945 municípios incluídos nessa análise constatou-se que a maioria dos municípios (508) possuía níveis baixo e muito baixo de integração, e concentravam menos de 6% da população, e menos de 2,5% do PIB e da renda, refletindo uma inserção muito tênue ao processo de metropolização. Nesses municípios, o grau de urbanização e a participação de ocupados não-agrícolas sobre o total de ocupados apresentam os menores níveis, diferenciando-se dos demais níveis de integração. (RIBEIRO *et al*, 2015)

Com isso, evidencia-se a prevalência de interesses políticos sobre os aspectos que de fato deveriam ser levados em consideração no processo de constituição de regiões metropolitanas, fazendo com que muitos municípios que integram estas regiões estejam à margem dos critérios científicos estabelecidos. Neste sentido, os pesquisadores indicam que faltou ao Estatuto da Metrópole o estabelecimento de critérios funcionais capazes de identificar o território funcional de cada metrópole, visando abarcar os municípios que efetivamente têm relações de interdependência no plano da produção, do mercado de trabalho e da vida coletiva.

No que diz respeito à Legitimidade Política das RM's Ribeiro *et al* (2015) assinalam:

A elaboração e a implementação de um plano pode ser um processo promissor de congregar as forças sociais e políticas das metrópoles em torno de objetivos comuns e, desta forma, desencadear um mecanismo de transformação do território funcional e em território político. (RIBEIRO *et al*, 2015)

No entanto, os autores alertam para o risco de uma baixa participação social na elaboração desse planejamento, pois apesar de existir previsão de atuação da população nestes processos, as experiências ocorridas têm demonstrado uma insuficiência na garantia de efetiva participação popular. Ao tratar de Legitimidade Institucional, Ribeiro *et al* (2015) destacam a importância do reconhecimento da Lei sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) que deverá incluir um subsistema de planejamento e informações metropolitanas. Contudo, foram vetados os artigos que propunham a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, desta forma, há grande possibilidade de não serem destinados recursos à realização das ações contidas nos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Sobre a Dificuldade na Estruturação de Sistemas de Governança Metropolitana, os pesquisadores Observatório das Metrópoles (2015) destacam dois pontos: o localismo da gestão municipal, atravancando a gestão do território conurbado e atribuição feita aos estados em relação à competência para criar regiões metropolitanas. Ribeiro *et al* destacam ainda as divergências existentes entre a esfera estadual e municipal no que diz respeito a esta matéria.

2.5 Para onde apontam os estudos sobre as regiões metropolitanas?

As considerações apresentadas apontam para uma realidade marcada por importantes problemas a serem observados.

O primeiro problema a ser elencado diz respeito ao modo “equivocado” como foram constituídas as regiões metropolitanas no país, tendo em vista que a composição de grande parte das RMs brasileiras foi determinada por interesses políticos, negligenciando as reais demandas apresentadas pelos territórios e descaracterizando o que a literatura urbana compreende por processo de metropolização.

O segundo ponto que merece destaque está na forma como tem sido realizada a gestão das regiões metropolitanas no Brasil. Embora deva-se reconhecer os avanços apresentados pelo Estatuto da Metrópole no que se refere a aspectos como governança interfederativa e a necessidade de participação popular no planejamento das regiões metropolitanas, as experiências existentes ainda demonstram uma baixa articulação entre municípios

componentes de RMs, bem como pouquíssima participação popular nas ações de planejamento, denotando um desinteresse político no que se refere à proposição e organização desses processos.

O terceiro grande problema observado diz respeito a não previsão de recursos orçamentários para o desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas brasileiras. Apesar de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano ter sido previsto inicialmente no Estatuto das Metrôpoles, por meio de edição na referida lei, teve sua necessidade vetada, tornando ainda mais difícil a viabilização da implementação de planos de desenvolvimento integrado.

Por fim e estabelecendo relação de abrangência com os demais obstáculos mencionados, retoma-se a noção de Ribeiro (2020) sobre a existência de uma ordem urbana, cujas relações têm sido pautadas por uma forte influência do mercado, impactando diretamente no modo como têm sido praticadas as ações que permeiam o planejamento das cidades, das metrôpoles e das regiões metropolitanas, culminando sistematicamente no que o pesquisador denomina de desigualdade combinada.

Considerando os recortes teóricos apresentados e as legislações consultadas pertinentes ao tema, denuncia-se uma situação dotada de equívocos e contradições. Primeiramente no que se refere à comparação estabelecida entre os conceitos de metropolização e região metropolitana e as aplicações distorcidas de tais definições, encontradas ao se analisar a realidade presente no território brasileiro. Outra contradição se torna evidente na medida em que se compara essa mesma realidade com a legislação vigente sobre o tema. Enquanto os instrumentos normativos indicam para a construção de um território democrático, que preze pelo desenvolvimento equilibrado e pela conservação ambiental, com vistas a garantir o bem-estar social e a qualidade de vida da população, a realidade comumente vivenciada pelas regiões metropolitanas denuncia a influência exercida pelos agentes do mercado sobre os espaços que constituem a realidade urbana brasileira.

Contudo, o estudo desenvolvido por meio da presente tese, pretende e acredita na possibilidade da construção de um caminho oposto, caminho este que já vem sendo desbravado e percorrido por um importante grupo de geógrafos que muito tem se dedicado à transposição das barreiras impostas pelo capitalismo. Seguindo o caminho teórico construído por tais pesquisadores, os capítulos a seguir, darão continuidade à discussão aqui iniciada,

passando a ter como enfoque os Parques Urbanos presentes no território da Região Metropolitana de Goiânia.

Capítulo 3 - A construção do PDI-RMG e as demandas da sociedade metropolitana

Compreender a dinâmica de uso, bem como as políticas e projetos voltados para criação e conservação de parques urbanos nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia, demanda analisar a realidade dos municípios nas esferas espacial, social, econômica, histórica, ambiental, dentre outras possíveis perspectivas. Também demanda compreender quais as aspirações advindas da sociedade habitante em cada município.

Considerando o exposto, um dos pontos de partida para elaborar a referida tese consiste na necessidade de abarcar as aspirações dos sujeitos pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia. Tal afirmação leva em conta que a elaboração do Planejamento urbano deve, obrigatoriamente, se fazer de maneira democrática e participativa. Portanto, para construção do presente capítulo recorreu-se ao Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia – PDI-RMG, instrumento que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana, baseado em um processo permanente e compartilhado de planejamento, visando priorizar a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população da região, com vistas a restabelecer o equilíbrio sócio urbanístico e ambiental do território metropolitano. (GOIÁS, 2016)

3.1 Sobre a análise e o recorte

Foram analisadas as fichas preenchidas pela população durante as audiências que compuseram a programação de discussões sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia (PDI-RMG). O material foi analisado na íntegra, tendo sido transcritas as percepções dos sujeitos presentes durante as reuniões acerca dos seguintes itens: Potencialidades, Fragilidades e Perspectivas de cada município integrante da Região Metropolitana de Goiânia.

Após tabulação das fichas, foi definido o recorte de análise: Foram destacadas apenas as manifestações referentes ao tema da Pesquisa em tela, sobre Parques Urbanos na Região

Metropolitana de Goiânia (RMG). Portanto, os quadros expostas a seguir, bem como os respectivos gráficos fazem menção somente a esta dimensão de análise: registros que possuem relação direta com o assunto abordado na presente tese.

Para sistematizar as respostas obtidas, foram escolhidas algumas palavras-chaves, com o intuito de representar as percepções dos participantes das audiências do PDI-RMG acerca das potencialidades, fragilidades e perspectivas relacionadas ao seu município, obedecendo o recorte mencionado no parágrafo anterior. As palavras-chave escolhidas foram as seguintes:

Turismo - Representando todas as manifestações relacionadas ao segmento turístico. Ex: “Crescimento do turismo”, “Turismo Ecológico”, “Turismo religioso”, etc.

Sustentabilidade - Representando as manifestações relacionadas à aspectos como “Cidade Sustentável”, “Desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, etc.

Meio Ambiente - Abarcando opiniões relacionadas à “Conservação Ambiental”, “Preservação Ambiental”, APA “Área de Proteção Ambiental”, APP “Área de Preservação Permanente”, “Legislação Ambiental”, “Fiscalização Ambiental”, etc.

Educação Ambiental - Fazendo referência a termos como “Educação Ambiental”, “Projetos Ambientais”, “Consciência ecológica”, etc.

Áreas verdes - Representando termos “Áreas verdes”, “Cidade Verde”, “Arborização”, etc

Proteção de Nascentes - Fazendo referência à “Proteção de nascentes”, “Proteção de mananciais”, etc.

Qualidade de Vida - Representando termos “Qualidade de vida”, “Piora na Qualidade de Vida”, “Melhoria na Qualidade de vida”, “Saúde”, etc

Parque Urbano/Ecológico - Referenciando os termos “Criação de novos parques”, “Parque Municipal”, Parque Urbano”, “Usos dos parques”, “Parques e Unidades de conservação”, “Parques Lineares”, “Parques Ambientais”, “Parques Ecológicos”, etc.

Lazer - Referindo-se a termos como “Áreas de lazer”, “Espaço de lazer”, “Uso de lazer”, etc.

Paisagem - Sendo utilizada para designar o termo “Paisagem urbana”.

Espaços Públicos - Fazendo referência a termos como “Valorização dos espaços públicos”, “Ocupação de Espaços Públicos”, “Utilização de espaços públicos”, etc.

3.2 Sobre a percepção dos sujeitos

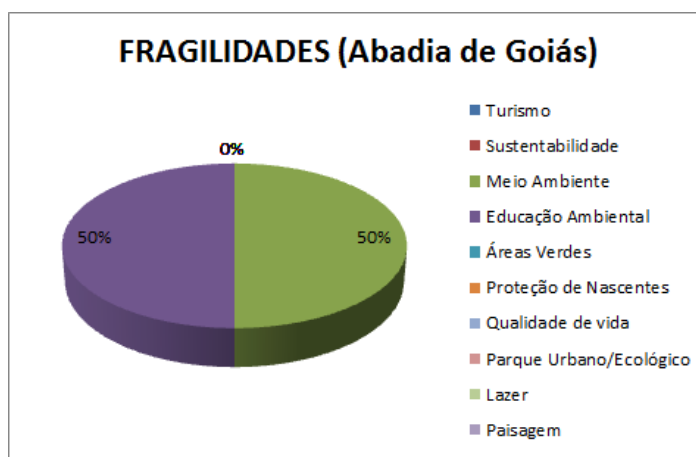
Após compilação das respostas referentes ao recorte “Parques Urbanos”, chegou-se aos seguintes apontamentos:

Quadro 02 – Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentados pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Abadia de Goiás

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo Parque Municipal	Educação Ambiental, Falta sensibilização ambiental da comunidade	Planos e Projetos de Ações E.A. nas Escolas e comunidade
Educação Ambiental na Comunidade	Não há muitos investimentos em projetos ambientais	Lazer, diversão
Grandes áreas verdes		Mais áreas de lazer para jovens e crianças
Parque Telma Ortegal CNEN		Mais praças de esportes para todos, para os jovens saírem das drogas e de outros vícios

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Figura 17 – Gráfico com Fragilidades de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG

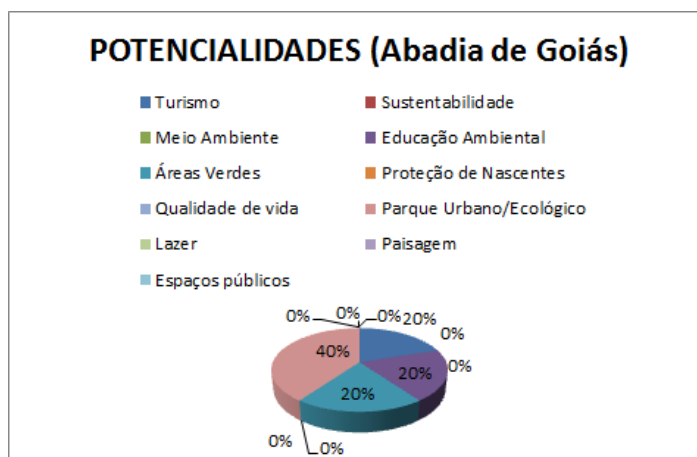


Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação ao eixo Fragilidades do Município, Abadia de Goiás apresentou o seguinte quadro: 50% das manifestações relacionadas ao tema “Meio Ambiente” e 50% das manifestações relacionadas ao tema “Educação Ambiental”.

Figura 18 – Gráfico com as Potencialidades de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do

PDI-RMG

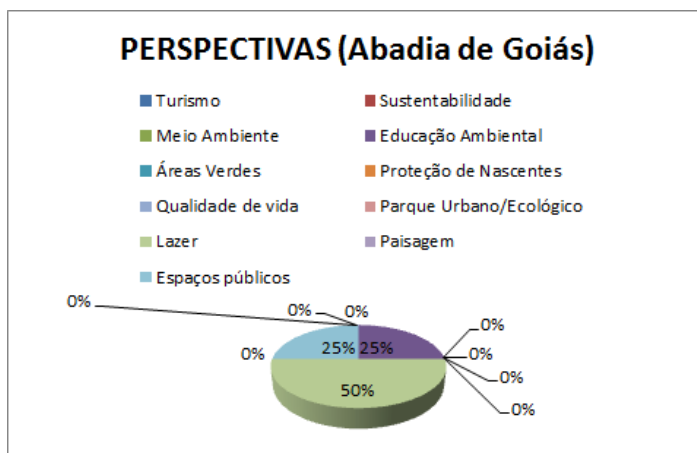


Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

De acordo com os participantes presentes na audiência para discutir sobre o Município de Abadia de Goiás, no que tange aos temas relacionados com a Pesquisa desenvolvida sobre Parques Urbanos, foram obtidos os seguintes resultados no eixo Potencialidades do Município: A maioria dos presentes (40%) fez menção ao tema “Parques”. A seguir, destacam-se os temas “Áreas Verdes” (20%), “Educação Ambiental” (20%) e “Turismo” (20%).

Figura 19 – Gráfico com as Perspectivas de Abadia de Goiás apontadas pelas audiências para construção do

PDIRMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No tocante ao eixo Perspectivas do Município de Abadia de Goiás, pode-se chegar ao seguinte retrato: 50% das participações fizeram menção ao tema “Lazer”, enquanto os temas “Paisagem” e “Espaços Públicos” figuram em 25% das participações, cada um.

Quadro 03 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Aparecida de Goiânia

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Instalação de equipamentos urbanos importantes nos últimos anos	Lazer	Planejamento Ambiental
Centro Arborizado e com equipamentos de uso público	Meio Ambiente	Preservação APP
Incremento significativo na qualidade de vida e na paisagem urbana	Paisagem Urbana	Crescimento com qualidade ambiental
	Áreas ambientais	Execução dos parques urbanos para lazer e contemplação
	Espaços de lazer e de interação dos moradores	Paisagem urbana
	Paisagem urbana precária	Preservação APP
	Meio Ambiente	Qualidade de vida
	Muitas ocupações irregulares sobre a APP	
	Paisagem urbana	
	Áreas verdes	
	Meio ambiente	

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

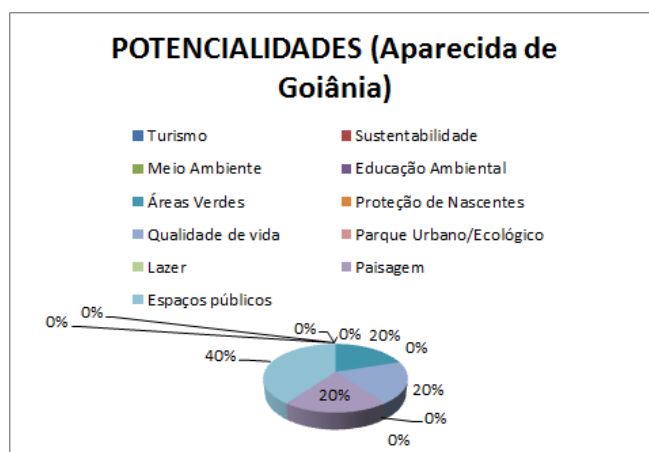
Figura 20 – Gráfico com as Fragilidades de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação ao eixo Fragilidades, o município de Aparecida de Goiânia, surge com o seguinte resultado: o tema “Meio ambiente” aparece em primeiro lugar, constituindo 42% das manifestações. A seguir, aparecem os temas “Lazer” e “Paisagem”, cada um representado pelo percentual de 25%. Em seguida, o tema “Áreas verdes” aparece em 8% das manifestações.

Figura 21 – Gráfico com as Potencialidades de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG

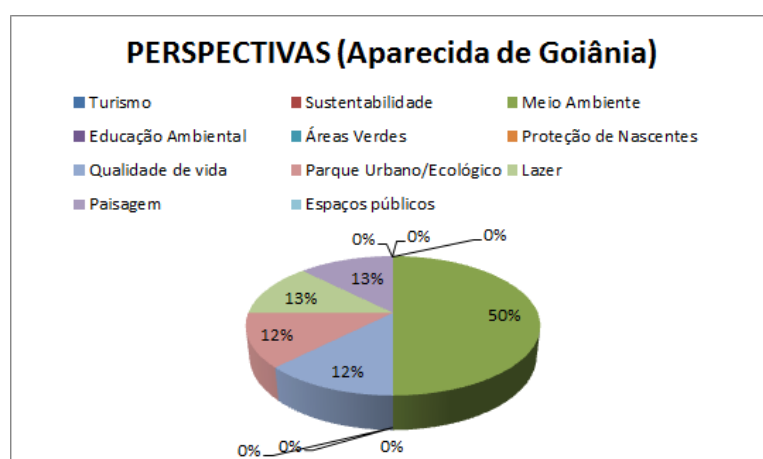


Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação ao município de Aparecida de Goiânia, as participações nas audiências públicas do PDIRMG, apontaram para as seguintes potencialidades: O tema “Espaços

Públicos” é o mais citado, representando 40% dos apontamentos. A seguir, “Áreas verdes”, “Qualidade de vida” e “Paisagem” constituem os demais temas mais elencados neste eixo, com percentual de 20% cada.

Figura 22 - Gráfico com Perspectivas de Aparecida de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)

Org: Araújo (2021).

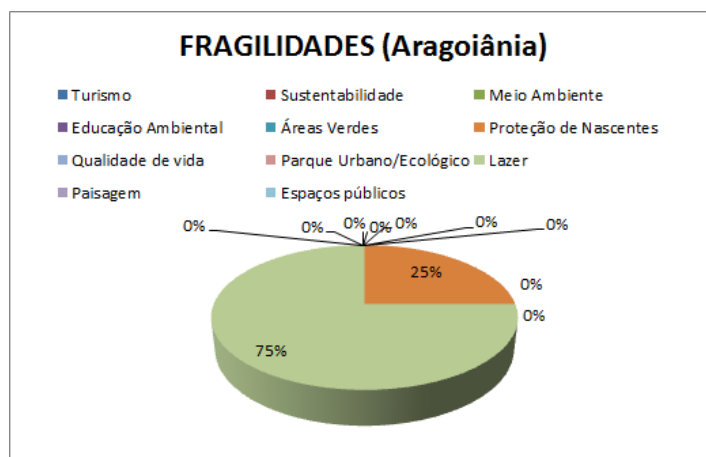
O Eixo Perspectivas do Município Aparecida de Goiânia obteve os seguintes resultados: “Meio Ambiente” representou 50% em relação aos itens apontados. Em seguida, figuram os temas “Paisagem” (13%), “Lazer” (13%), “Parque Urbano/Ecológico” (12%), “Qualidade de Vida” (12%).

Quadro 04 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Aragoiânia

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo	Lazer	Área de lazer
Área verde	Lazer	Lazer
Nascentes	Nascentes	Desenvolvimento sustentável
Turismo	Falta de áreas de lazer	Criação da área de lazer
Turismo		Área de lazer
Nascentes		Incentivo a melhoria do lazer e cultura
Turismo		Lazer
		Lazer
		Construir áreas de lazer, não temos em nosso município

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

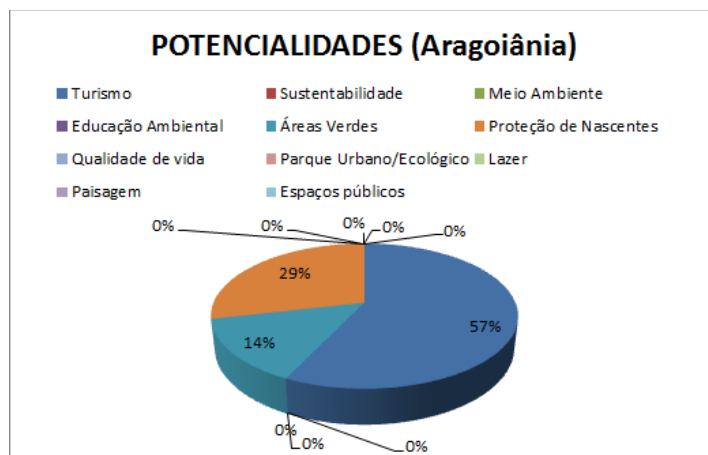
Figura 23 – Gráfico com as Fragilidades de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação às Fragilidades do município, Aragoiânia, apresenta 75% de manifestações relacionadas ao tema “Lazer” e 25% relacionadas ao tema “Proteção de Nascentes”.

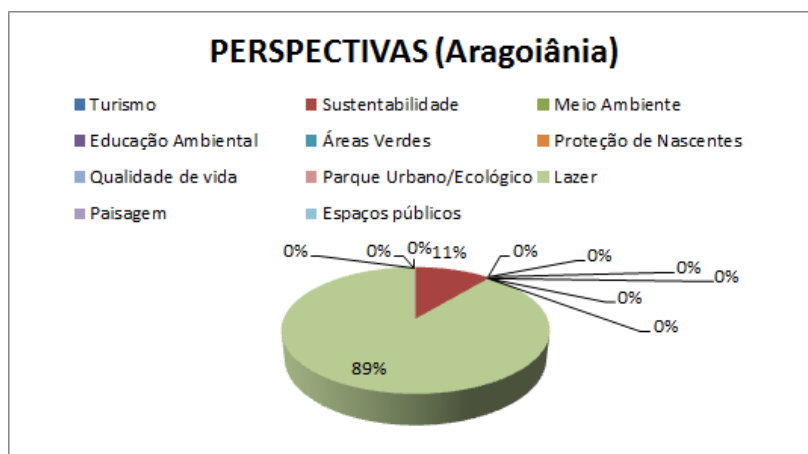
Figura 24 – Gráfico com as Potencialidades de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação às Potencialidades do Município de Aparecida de Goiânia, O “Turismo” representa 57% dos temas manifestados. “Proteção de Nascentes” aparece a seguir, representando 29% dos temas expressos pelos participantes. Na sequência, o tema “Áreas verdes” é o terceiro mais mencionado, com 14%.

Figura 25 – Gráfico com as Perspectivas de Aragoiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

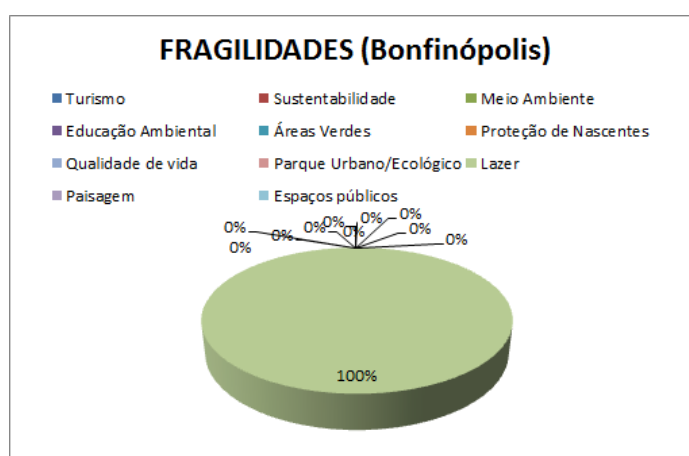
No tocante ao eixo Perspectivas do Município de Aragoiânia, o tema “Lazer” figura em 89% das manifestações, enquanto “Sustentabilidade” aparece em 11%.

Quadro 05 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDI-RMG no município de Bonfinópolis

Fragilidades	Potencialidades	Perspectivas
Esporte e lazer	Mapa Turístico e cultural	Se tornar um referencial turístico
	Arborizada	Ações para induzir o turismo para aumentar a renda
	Turismo	Turismo
	Turismo	Turismo

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

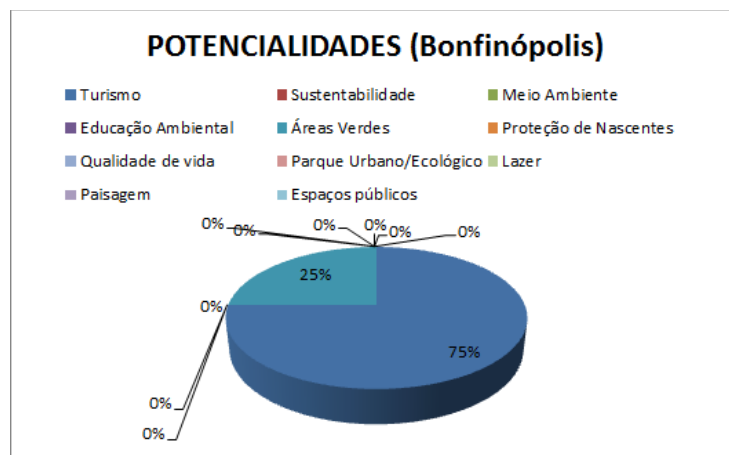
Figura 26 – Gráfico com as Fragilidades de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No eixo Fragilidades do município de Bonfinópolis, a única participação registrada no campo de assuntos relacionados à Pesquisa sobre Parques Urbanos, faz menção ao tema “Lazer” (100%).

Figura 27 – Gráfico com as Potencialidades de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação município de Bonfinópolis, figuram como potencialidades o tema “Turismo” 75% e “Áreas verdes” 25%.

Figura 28 - Gráfico com as Perspectivas de Bonfinópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação ao eixo Perspectivas do Município de Bonfinópolis, o “Turismo” é o tema predominante nas manifestações realizadas por meio das fichas preenchidas, considerando o rol de assuntos relacionados à Pesquisa de Parques urbanos.

Quadro 06 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Caldazinha

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo Ecológico		Turismo

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

O “Turismo” (100%) foi o único tema encontrado nas fichas preenchidas durante as audiências do PDIRMG, sendo mencionado no tópico Potencialidades e Perspectivas do município de Caldazinha, no rol de assuntos relacionados à Pesquisa de Parques urbanos, não tendo sido relacionada nenhuma fragilidade neste tema, pela população consultada.

Quadro 07 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Goiânia

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Uso de parques existentes e criação de novos	Educação ambiental	Tornar Goiânia referência verde e usar como atrativo turístico
Recuperar título de 2ª cidade mais arborizada	Desmatamento	Proteção de mananciais
Áreas verdes	Meio ambiente com pouca atenção sem planejamento para mudanças climáticas	Novos parques
Proteção Ambiental	Meio ambiente	Diversificação dos usos em parques
Educação ambiental/ensino fundamental	Abandono das áreas de preservação	Piora na qualidade de vida
Quantidade de áreas verdes	Deficiência na fiscalização do meio ambiente	revitalização das APPs
Parques Urbanos	Educação socioambiental	Investir pesado na Educação Ambiental
Arborização	Degradação ambiental e ocupação de margens dos córregos	Qualidade de vida
Turismo	Ocupação em áreas de preservação	Educação ambiental
Iniciativa Sustentável	Preservação das APPs dos cursos hídricos	Melhoria da qualidade de vida

Unidades de conservação	Preservação de mananciais	Parques lineares
Parques e Unidades de conservação	Cuidado e conservação da área ambiental	De uma cidade que motive as pessoas a protegerem nossas áreas verdes, pois a própria gestão não propõe e nem incentiva boas práticas e tem grande dificuldade em fiscalizar
Turismo	Exploração inadequada da flora	Serviços ambientais compartilhados
Melhora do clima e condição de vida	Nascentes desprotegidas	Recuperação de áreas degradadas
Turismo	Falta de áreas verdes nas regiões de ilhas de calor	Parques lineares
Criar áreas de proteção juntamente com uso de lazer	Expansão urbana diante as áreas de vulnerabilidade ambiental	Melhor visualização natural da cidade
Áreas verdes principalmente região Norte	Nascentes desprotegidas	Turismo Ecológico
APAS como medidas de proteção da Região	Exploração inadequada e até mesmo não fiscalizada	Educação Ambiental Efetiva
Parques	Degradação de apps e matas nativas	Preservar as áreas de vulnerabilidade
Qualidade melhor que muitas metrópoles	Degradação ambiental	Reflorestamento dos leitos dos rios
Bastante arborização e parques	Ocupação irregular ao longo dos córregos	Evitar a ocupação irregular próximo de APPs
Quantidade de área verde	Desmatamento das áreas verdes (unid. conservação)	Maior integração entre desenvolvimento urbano e conservação recursos ambientais
Recursos ambientais	Arborização	Aumentar fiscalização nas questões ambientais - objetivo diminuir ocupação em APPs
Área verde	Conscientização Política e ambiental	Educação ambiental
Áreas verdes	Falta de áreas verdes e das que tem a manutenção	Turismo Ecológico
Arborização	Recursos naturais (exploração inadequadas)	Educação Ambiental em campo, visitas
Conservação	Degradação de áreas verdes e principalmente das APPs	Proteção e restauração dos recursos hídricos

Valorização natural	Falta de mata ciliar na sua rede hídrica, falta de preservação das nascentes	Melhoria nos processos de fiscalização ambiental
Diversidade da Flora	Baixo nível de área verde	Conservação/Fiscalização Ambiental
Conservação de parques	Meio ambiente	Implantar serviços ambientais integrados
Boa quantidade de arborização	APP	Criação de novos parques ambientais
Trilhas ecológicas	Captação pluviais e nascentes	Cidade verde
Diversidade de flora do Cerrado	Conservação ambiental	Crescimento sustentável
Recursos Naturais (abundância)	Ocupação de APP's	Redução de invasões/habitações na APPs
APPs – UCC	parques urbanos sem manutenção. águas dos parques totalmente poluídas	Manutenção dos bens naturais e culturais
Recursos naturais (diversidade da flora)	Meio ambiente	Educação ambiental
Recursos hídricos (abundância de água - cursos d'água)	Desvalorização Ambiental	Recuperação ambiental da rede hídrica, recuperação das nascentes
Vários Parques	Falta de urbanização nos parques	Com um bom trabalho aumentar a área verde do município
Parques e Unidades de conservação		Proteção dos recursos hídricos
Criação de novas unidades de conservação notadamente na região norte		Sustentabilidade
Alto potencial ambiental "ainda"		Educação Ambiental
Grande nº de áreas verdes para parques		Valorização dos espaços públicos/prédios. Socialização entre classes sociais.
Delimitação de monitoramento de APA'S		Fiscalização ambiental
Legislação municipal ambiental restritiva		cidade sustentável
Proteção de áreas de APP		Estar entre as 5 cidades mais sustentáveis do Brasil
Qualidade de vida		Melhorar qualidade de vida
Meio ambiente		Degradação Ambiental

Turismo Ecológico		Grande pólo desenvolvimento sustentável
Recursos Naturais (diversidade da flora)		Urbanizar os parques para evitar invasões
Patrimônios naturais e culturais		Implementar a segurança nos parques
Educação Ambiental		
Aumento de área verde		
Área verde - Recuperação dos mananciais e aplicação de medidas duras de combate ao desmatamento		
Turismo		
Proteção Ambiental		
Ações para promover a ocupação de espaços/prédios públicos para fins de lazer/cultura		
Goiânia tem potencial para ser de fato uma cidade verde		
Turismo sustentável		
Legislação ambiental mais restritiva se comparada ao atual código florestal (APP's)		
Possui 04 APA's pelo Plano Diretor de GYN		
Diversos parques implantados		
Criação de Unidades de conservação à montante das captações e de nascentes		
Desenvolvimento sustentável		
Área verde		
Áreas verdes		
Espaços públicos a serem utilizados		
Áreas públicas com uso voltado para lazer e extensão que favorece a implantação de ciclovias interligadas		
Ruas arborizadas		

Parques Áreas verdes		
Parques Áreas verdes		
Turismo (negócios e lazer)		
Planejamento Ambiental (PUAMA)		
Qualidade de vida		
Cidade verde		
Alguns municípios possuem altas potencialidades turísticas		
Turismo		
Preocupação com o bem-estar conforto da cidade		
Número de parques e APPs centralizados		
Melhoria do turismo de alguns municípios		

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Figura 29 – Gráfico com as Fragilidades de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

O eixo Fragilidades do Município de Goiânia, no que tange aos aspectos relacionados à Pesquisa sobre Parques Urbanos na RMG, apresenta o tema “Meio ambiente” com 59% dos registros, a seguir, aparece o tema “Proteção de nascentes”, representando 19% das

manifestações. Na sequência, seguem os temas “Áreas verdes” (12%), “Parque urbano/Ecológico” (5%) e “Educação Ambiental” (5%).

Figura 30 – Gráfico com as Potencialidades de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No município de Goiânia, o eixo Potencialidades se apresenta de forma diversa e expressiva, comparado ao conjunto de municípios que compõem a RMG: O tema “Meio ambiente” registra 33% das manifestações. Em seguida, aparece o tema “Áreas Verdes” com 23% das percepções. O tema “Parque Urbano/Ecológico” surge com 15% das participações do recorte proposto pela Pesquisa. A seguir, aparecem os temas “Turismo” (11%), “Qualidade de vida” (6%), “Sustentabilidade” (3%), “Espaços Públicos” (3%) e “Lazer” (3%). Ademais, “Educação Ambiental” registra 2% das manifestações e “Proteção das Nascentes” 1%.

Figura 31 – Gráfico com as Perspectivas de Goiânia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No eixo Perspectivas para o Município de Goiânia, foram expressos os seguintes temas:

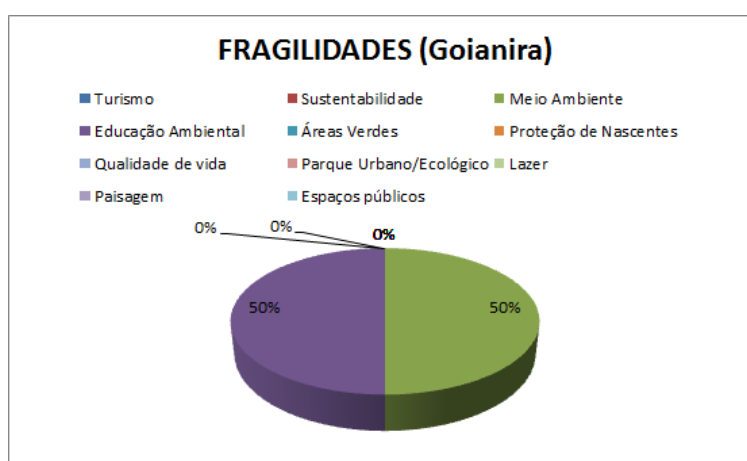
Empatado em primeiro lugar estão “Educação Ambiental” (17%) e “Parque Urbano/Ecológico” (17%), a seguir, aparece o tema “Meio Ambiente” (14%), na sequência, os temas “Proteção de Nascentes (12%) e “Sustentabilidade (12%), em seguida, “Áreas verdes”. “Turismo” e “Qualidade de vida” figuram com 7% dos registros, cada. “Espaços Públicos” e “Paisagem” também são expressos pelos participantes, com o percentual de 2% cada um.

Quadro 08 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Goianira

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Várias áreas de nascentes	Educação Ambiental	Qualidade de vida
Educação Ambiental	Desmatamento	Área de reserva ambiental com foco em nascente
Área verde a ser preservada		Planejamento para manter a qualidade de vida
		Uma cidade mais verde
		Mais turismo

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Figura 32 – Gráfico com as Fragilidades de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No quesito Fragilidades do Município de Goianira, aparecem dois temas empatados em 50% cada, sendo “Educação Ambiental “ e “Meio Ambiente”.

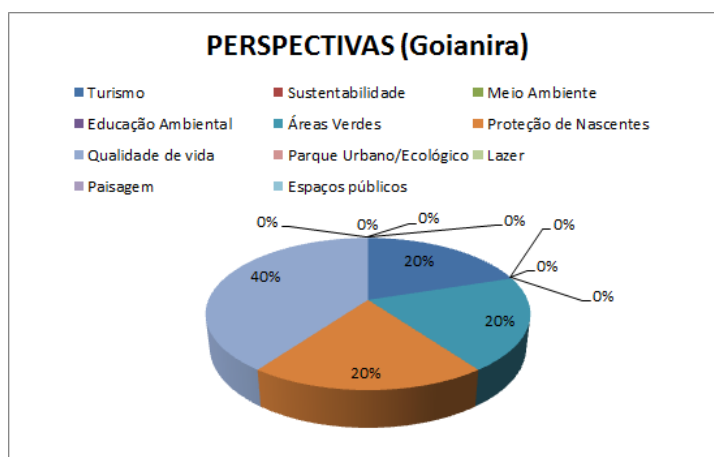
Figura 33 – Gráfico com as Potencialidades de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

No que diz respeito ao quesito Potencialidades do município de Goianira, o tema “Educação Ambiental” figura em primeiro lugar, sendo expresso em 34% das manifestações, em seguida, o tema “Áreas Verdes” aparece com 33%, empatado com o tema “Proteção de Nascentes” (33%).

Figura 34 – Gráfico com as Perspectivas de Goianira apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

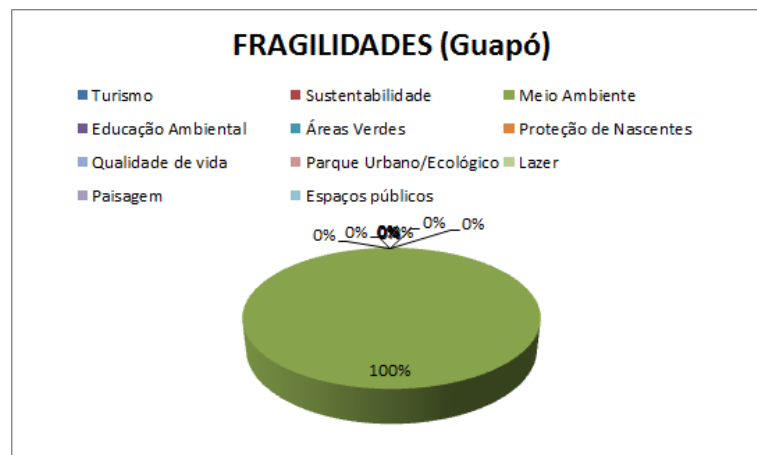
No município de Goianira, no eixo Perspectivas, “Qualidade de vida” foi o tema mais indicado (40%), seguido dos temas “Proteção de Nascentes” (20%), “Áreas verdes” (20%) e Turismo (20%).

Quadro 09 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Guapó

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Preservação das nascentes	Desmatamento	Reflorestamento

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

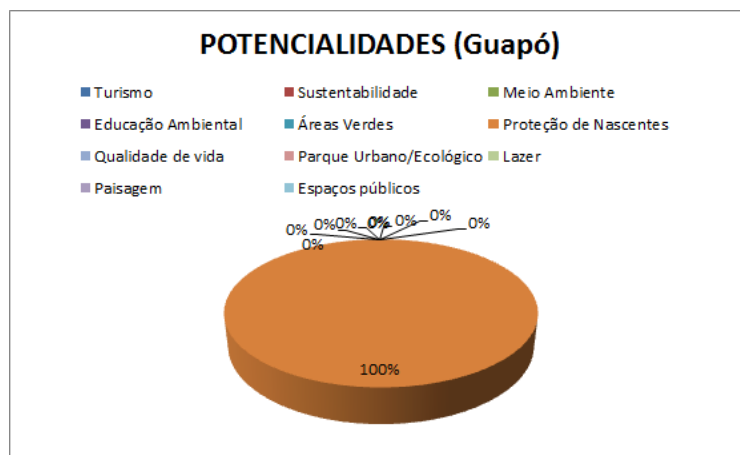
Figura 35 – Gráfico com as Fragilidades de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

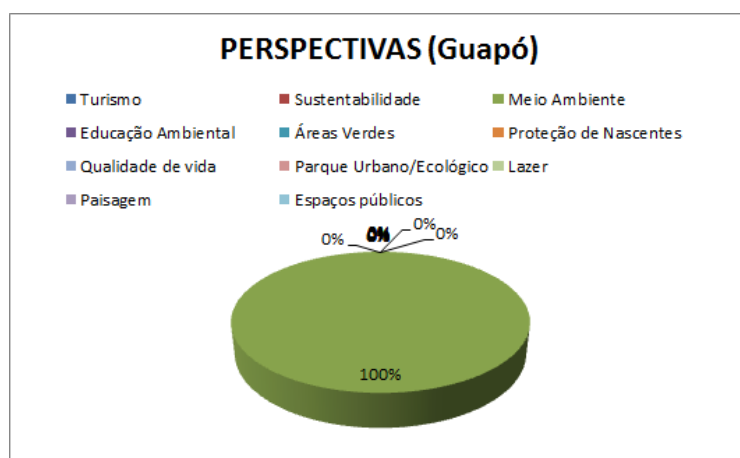
Em relação às fichas analisadas, o município de Guapó apresentou, no campo Fragilidades, registro do tema “Meio Ambiente” (100%).

Figura 36 – Gráfico com as Potencialidades de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação às fichas analisadas, o município de Guapó apresentou no campo Potencialidades registro do tema “Proteção de Nascentes” (100%).

Figura 37– Gráfico com as Perspectivas de Guapó apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG

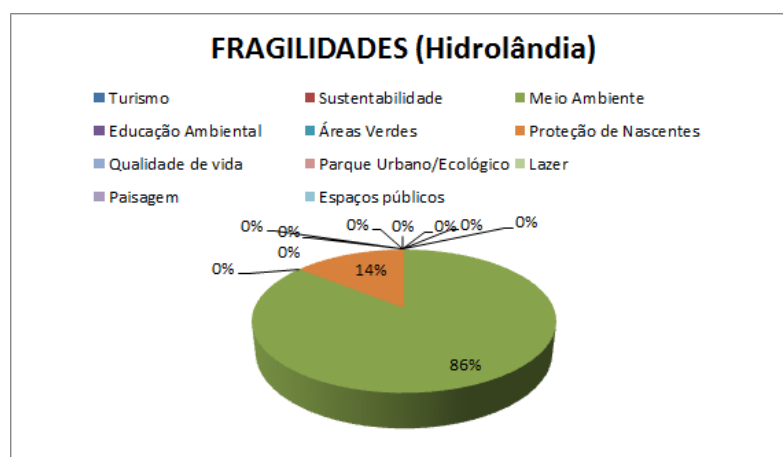
Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Em relação às fichas analisadas, o município de Guapó apresentou, no campo Perspectivas, registro do tema “Meio Ambiente” (100%).

Quadro 10 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Hidrolândia

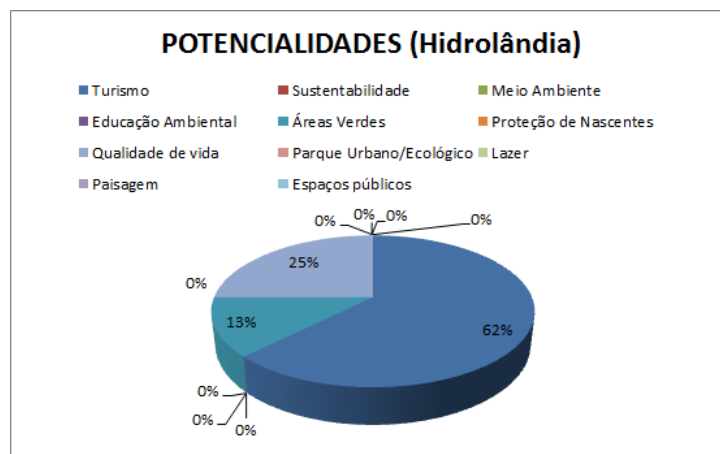
Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo	Desmatamento sem se preocupar com a conservação do meio ambiente.	Turismo
Ecoturismo	Políticas Públicas para preservação dos mananciais e nascentes	Maior atenção e investimento com o meio ambiente, principalmente com os recursos hídricos
Alta qualidade de vida	Meio ambiente	Potencial Turístico
Área verde	Crescimento do desmatamento	Descentralização na parte ambiental
Turismo	Deficiência de Políticas Públicas Ambientais	Investimento em turismo ecológico
Qualidade de vida	Fiscalização e licenciamento	Reflorestamento
Turismo	Leis e penalidades ambientais	
Turismo		

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017)
Org: Araújo (2021).

Figura 38 - Fragilidades de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG

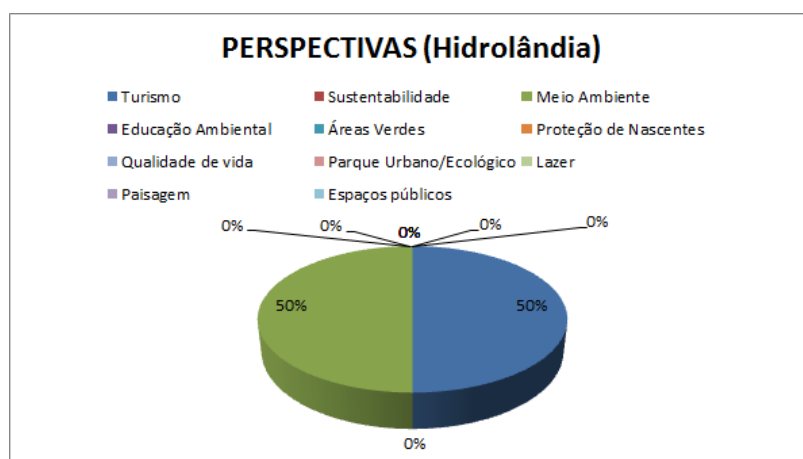
Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

No tópico Fragilidades do Município de Hidrolândia, o tema “Meio ambiente” ocupa 86% do total das manifestações relacionadas à Pesquisa sobre Parques Urbanos. Na sequência, o tema “Proteção de Nascentes” aparece com 14%.

Figura 39 - Potencialidades de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

O município de Hidrolândia, no quesito Potencialidades, apresentou os seguintes resultados: Em primeiro lugar aparece o tema “Turismo”, com 62% de ocorrências, em seguida o tema “Qualidade de vida” (25%) e “Áreas verdes” (13%).

Figura 40 – Gráfico Perspectivas de Hidrolândia apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Em termos de Perspectivas do Município de Hidrolândia, dois temas dividem as manifestações dos participantes: “Turismo” (50%) e “Meio Ambiente” (50%).

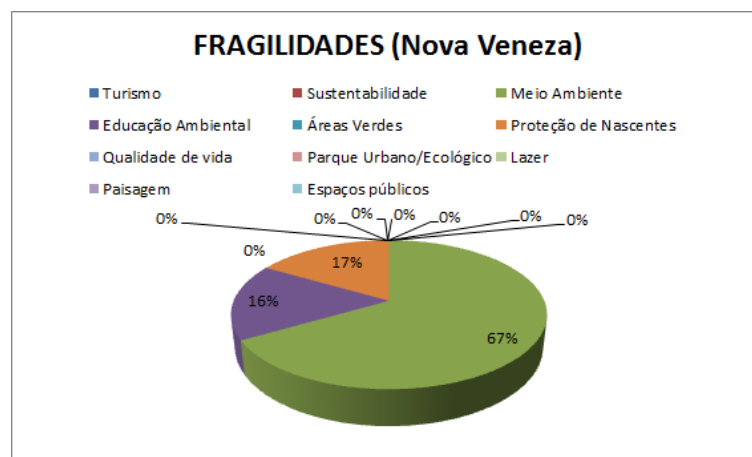
Quadro 11 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Nova Veneza

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo	Desmatamento	Crescimento turismo
Lazer	Meio ambiente	Cidade sustentável
Turismo	Desmatamento	Qualidade de vida
Lazer	Meio ambiente (Reflorestamento/nascentes)	Reflorestamento
Ecoturismo	Educação Ambiental	Recuperar as APPS
Turismo		Meio ambiente
Conservação		Melhoria na qualidade de vida
Plantio de árvores		Recuperação de áreas degradadas
Ambiental		
Turismo		
Turismo		
Meio ambiente		
Esporte e lazer		

Turismo		
Melhor gestão ambiental		

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

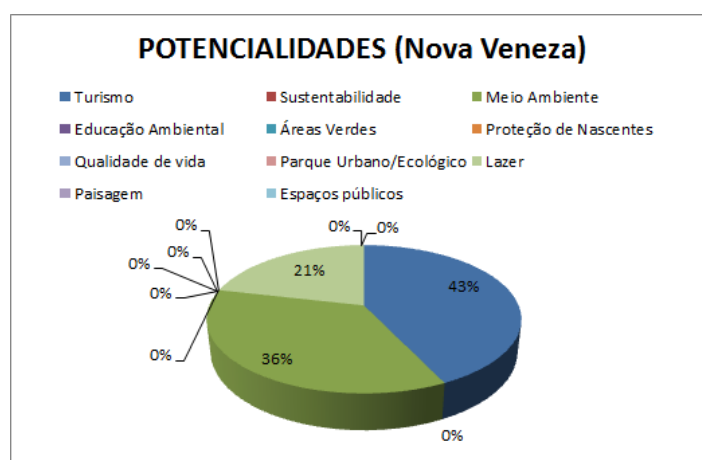
Figura 41 – Gráfico com as Fragilidades de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Em relação ao aspecto Fragilidades do Município de Nova Veneza, o tema “Meio Ambiente” é o que mais aparece (67%), seguido de “Proteção de Nascentes” (17%) e “Educação Ambiental”(16%).

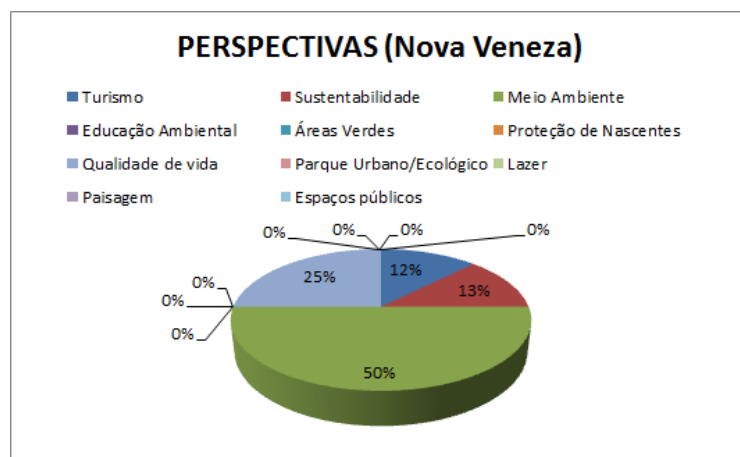
Figura 42 - Gráfico com as Potencialidades de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

No campo Potencialidades de Nova Veneza, o tema “Turismo” aparece com 53%, seguido de “Meio Ambiente” (36%) e “Lazer” (21%).

Figura 43 - Gráfico com Perspectivas de Nova Veneza apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

No município Nova Veneza, o eixo Perspectivas, apresentou os seguintes resultados: “Meio Ambiente” figura em 50% das manifestações, seguido de “Qualidade de Vida” (25%), “Sustentabilidade” (13%) e “Turismo” (12%).

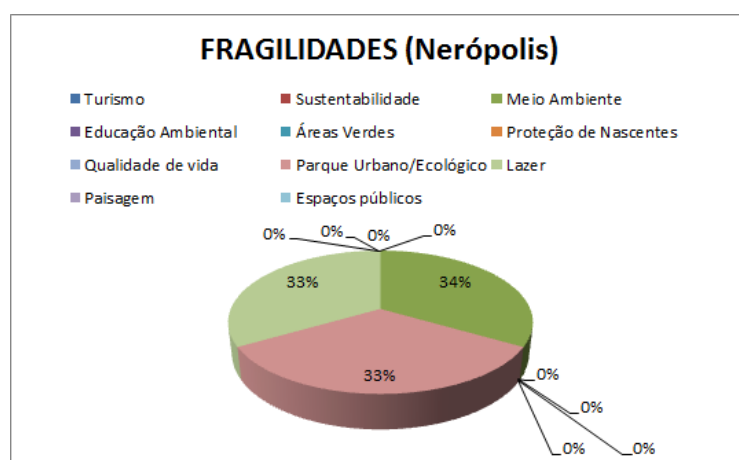
Quadro 12 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Nerópolis

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo	Parques Ambientais	Melhor cuidado com nossas nascentes
Ambientalmente consciente	Lazer	Qualidade de vida dos moradores
Qualidade de vida	Projetos para conservação do meio ambiente	Sustentabilidade
Turismo		Sustentabilidade
Turismo		Crescer ordenadamente e com infraestrutura ambientalmente adequada
Ecologia		Desenvolvimento sustentável
Turismo		Consciência ecológica da população
Turismo		Consciência ecológica

Turismo		Saúde (melhor qualidade de vida)
Turismo		Sustentabilidade
		Melhoria na conservação do meio ambiente
		Melhoria no turismo local
		Desenvolvimento sustentável
		Bairros sustentáveis

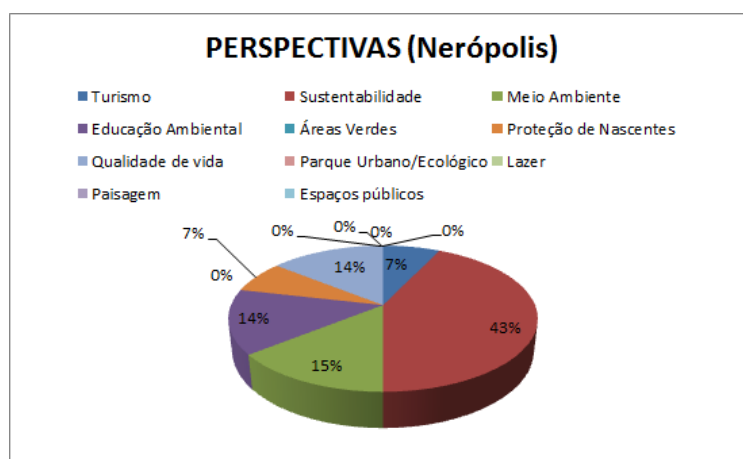
Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Figura 44 – Gráfico com as Fragilidades de Nerópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Figura 45 - Gráfico com as Perspectivas de Nerópolis apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

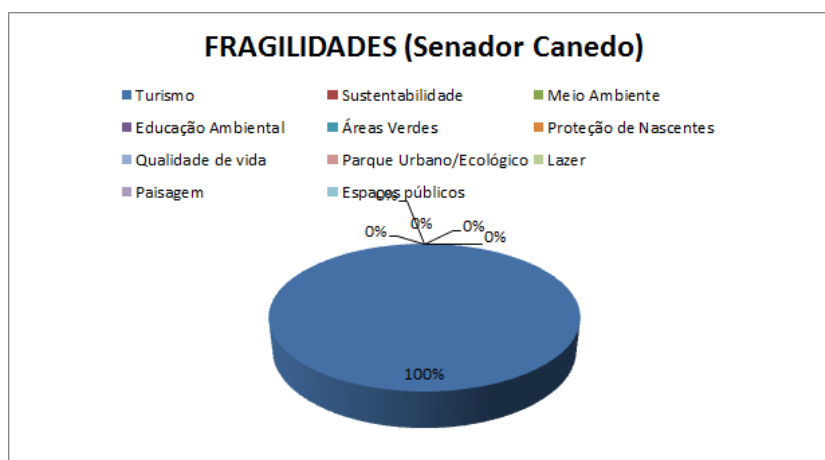
Sobre as Perspectivas do Município, Nerópolis apresenta o seguinte panorama: “Sustentabilidade” (43%), “Meio Ambiente” (15%), “Educação Ambiental” (14%), “Qualidade de Vida” (14%), “Proteção de nascentes” (7%) e “Turismo” (7%).

Quadro 13 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Senador Canedo

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Flora - grandes áreas verdes com potencial de criação de parques	O turismo não é incentivado, não há política pública quanto a isso	Criação de um parque municipal aproveitando o morro santo antonio
Mirante natural (morro santo antonio) para exploração turística		Criação de APAs do sozinho e do Bom Sucesso
Turística		

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

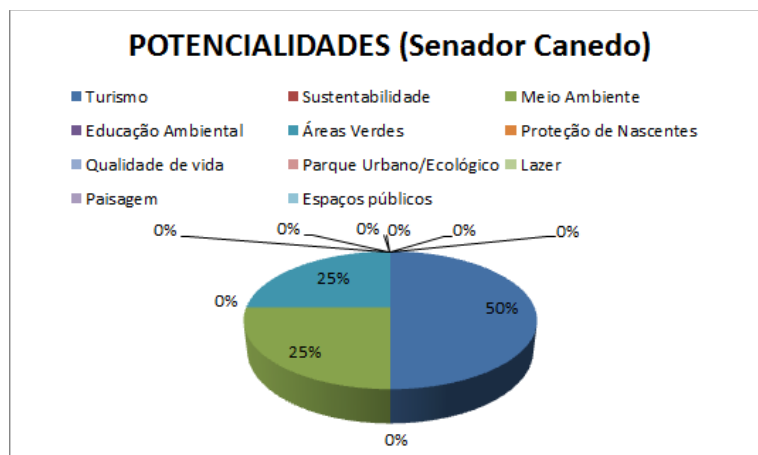
Figura 46 - Gráfico com as Fragilidades de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Em relação ao eixo Fragilidades do Município de Senador Canedo, o tema “Turismo” figura representando 100% das ocorrências de manifestações relacionadas à Pesquisa sobre Parques Urbanos.

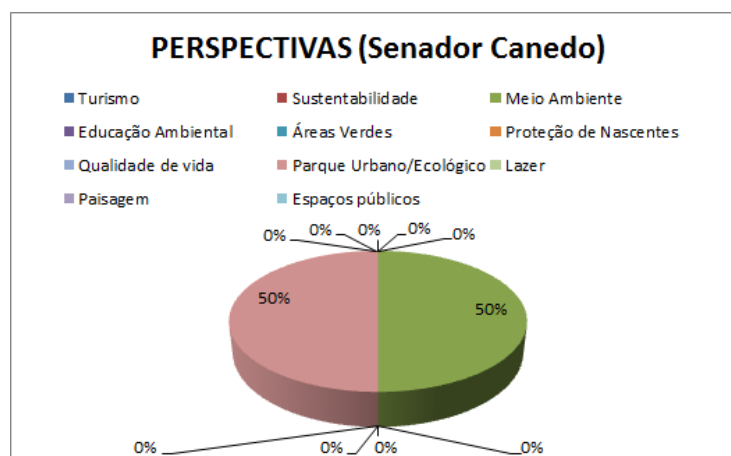
Figura 47 - Gráfico com as Potencialidades de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Em Senador Canedo, o tópico Potencialidades aparece obedecendo a seguinte ordem: “Turismo” (50%), “Meio Ambiente” (25%) e “Áreas verdes” (25%).

Figura 48 - Gráfico com as Perspectivas de Senador Canedo apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

No tocante ao eixo Perspectivas do Município de Senador Canedo, dois temas são registrados pelos participantes: “Parque Urbano/Ecológico” (50%) e “Meio Ambiente” (50%).

Quadro 14 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDIRMG no município de Terezópolis de Goiás

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Estudos visando resultados responsáveis com desenvolvimento sustentável	Proteção Ambiental	Crescer dentro de uma proposta sustentável
Ser um município exemplar em termos de desenvolvimento sustentável	APP	Usar pontos de potencialidades para solucionar os pontos frágeis, em busca do crescimento ordenado e com qualidade de vida
Turismo	Modelo de ocupação e atividades ambientalmente corretos	Desenvolvimento sustentável
Área verde		Evoluir Turismo
Turismo		Fazer uma cidade sustentável
Turismo		Parques ecológicos
Turismo		Boa qualidade de vida para toda a população
Áreas preservadas		Criar lei, responsabilizar a quem destruir
Qualidade de vida ímpar		Recuperar e preservar
Áreas verdes		Tornar a APA sustentável (econômico social e ambiental)
modelo de planejamento sustentável		Deixar planos APA, e diretor e metropolitano compatíveis

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

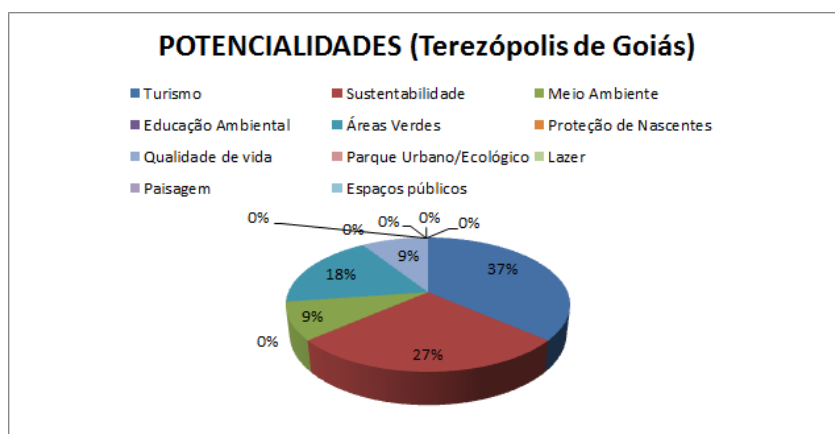
Figura 49 – Gráficos com as Fragilidades de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

No aspecto Fragilidades do Município de Terezópolis de Goiás, o único tema mencionado (dentro o recorte selecionado - relação com Parques Urbanos) foi o tema “Meio Ambiente” (100%).

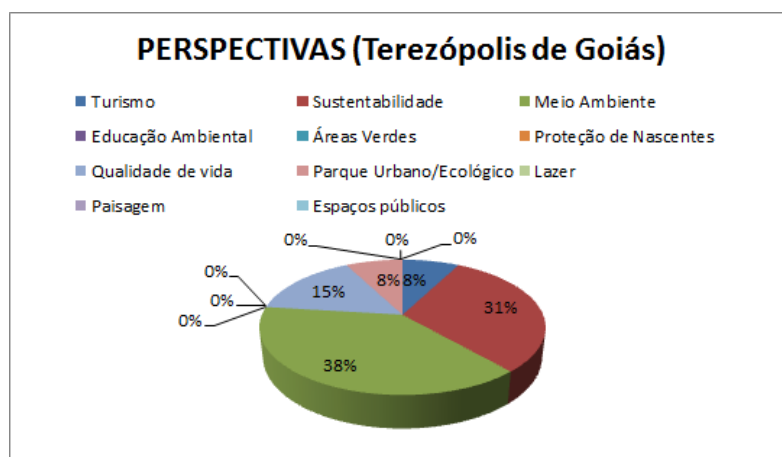
Figura 50 - Gráficos com as Potencialidades de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDIRMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

O segmento Potencialidades do Município terezópolis de Goiás apresentou os seguintes resultados: Turismo (37%), Sustentabilidade (27%), “Áreas verdes” (18%), “Meio ambiente” (9%) e “Qualidade de vida” (9%).

Figura 51 - Gráficos com as Perspectivas de Terezópolis de Goiás apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

O eixo Perspectivas do Município de Terezópolis de Goiás apresentou o seguinte quadro: O tema mais mencionado foi “Meio Ambiente” (38%). A seguir, o tema “Sustentabilidade” (31%), seguido de “Qualidade de Vida” (15%), “Parque urbano/ecológica” (8%) e de Turismo (8%).

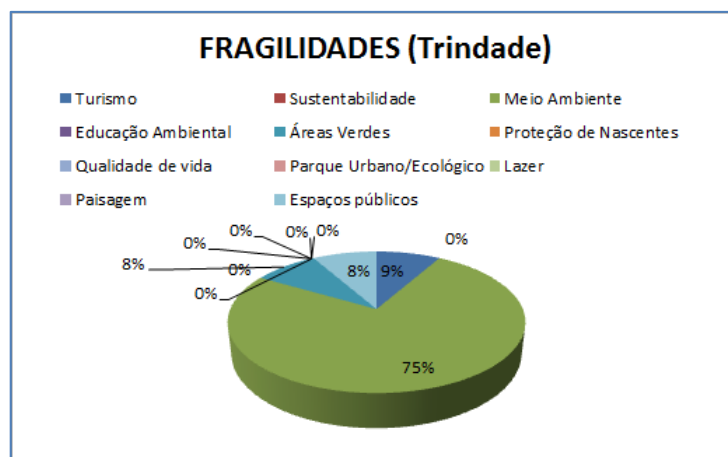
Quadro 15 - Fragilidades, Perspectivas e Potencialidades apresentadas pela população durante as audiências para a construção do PDI-RMG no município de Trindade

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Turismo religioso	Meio ambiente, degradação ambiental	Preservação da região do manancial do João Leite com plano integrado das cidades próximas ao manancial
Cidades localizadas em pontos estratégicos de crescimento no turismo religioso	Ausência de conservação ambiental pontuais	modificação do zoneamento, preservação, provocação de estudos e planos de recuperação e conservação ambiental
Turismo - volume de acessos	Conservação ambiental	Conservação
Turismo religioso regional	Poluição ambiental	Turismo religioso
Turismo religioso	Valorização do turismo	Cuidados com o meio ambiente
Turismo religioso	Desvio de uso de áreas verdes/livres públicas	Mais investimento no turismo
Turismo	Conservação ambiental	Boa publicidade ao turismo religioso Trindadense
Turismo religioso	Meio ambiente	Trindade uma cidade sustentável
Crescimento turístico	Meio ambiente	Fomentação turismo
Desenvolvimento ambiental (corredores ambientais)	Infraestrutura (Meio ambiente)	Turismo Religioso
Crescimento econômico (indústria, cultural, turismo)	Meio ambiente	Turismo de Negócios
Turismo Religioso		Preservação da região de matas naturais, região de montanhas (e seus ecossistemas)
Cidade Turística		Maior preocupação com meio ambiente
Turismo		Crescimento ordenado - grande potencial turismo religioso

Turismo religioso		Desenvolvimento sustentável
Turismo		Desenvolvimento sustentável
Turismo religioso e arquitetônico		Explorar turismo
Turismo religioso		Qualidade de vida
Criação de parques municipais para conservação de recursos naturais		Desenvolvimento sustentável
Melhoria na qualidade de vida		Desenvolvimento com qualidade de vida
Turismo Religioso		
Turismo religioso		
Turismo religioso		
Turismo religioso e rural		
Turismo Religioso		
Turismo Religioso		
Turismo Religioso		
Capacidade de aglomeração e integração das populações devido o potencial turístico de Trindade		
Turismo Religioso		
Turismo Religioso com potencialidades dos maiores do Brasil		
Turismo religioso		
Turismo religioso		
Fomentar comércio e lazer		
Turismo religioso, negócios, eventos		
Turismo		
Turismo religioso/rural/negócios		

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Figura 52 – Gráfica com as Fragilidades de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



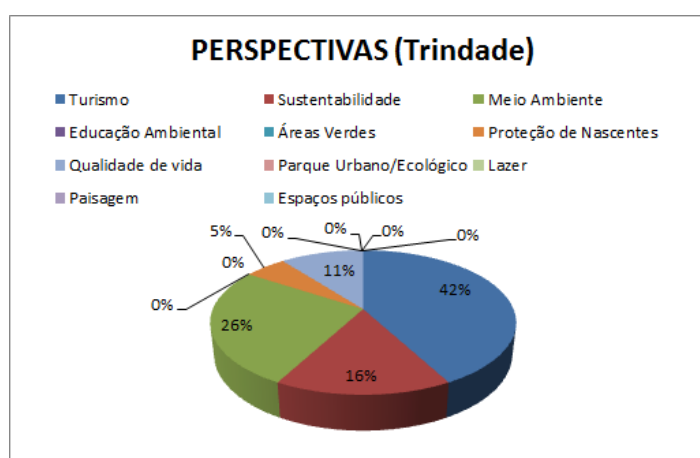
Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Figura 53 - Potencialidades de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

Figura 54 – Gráfico com as Perspectivas de Trindade apontadas pelas audiências para construção do PDI-RMG



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

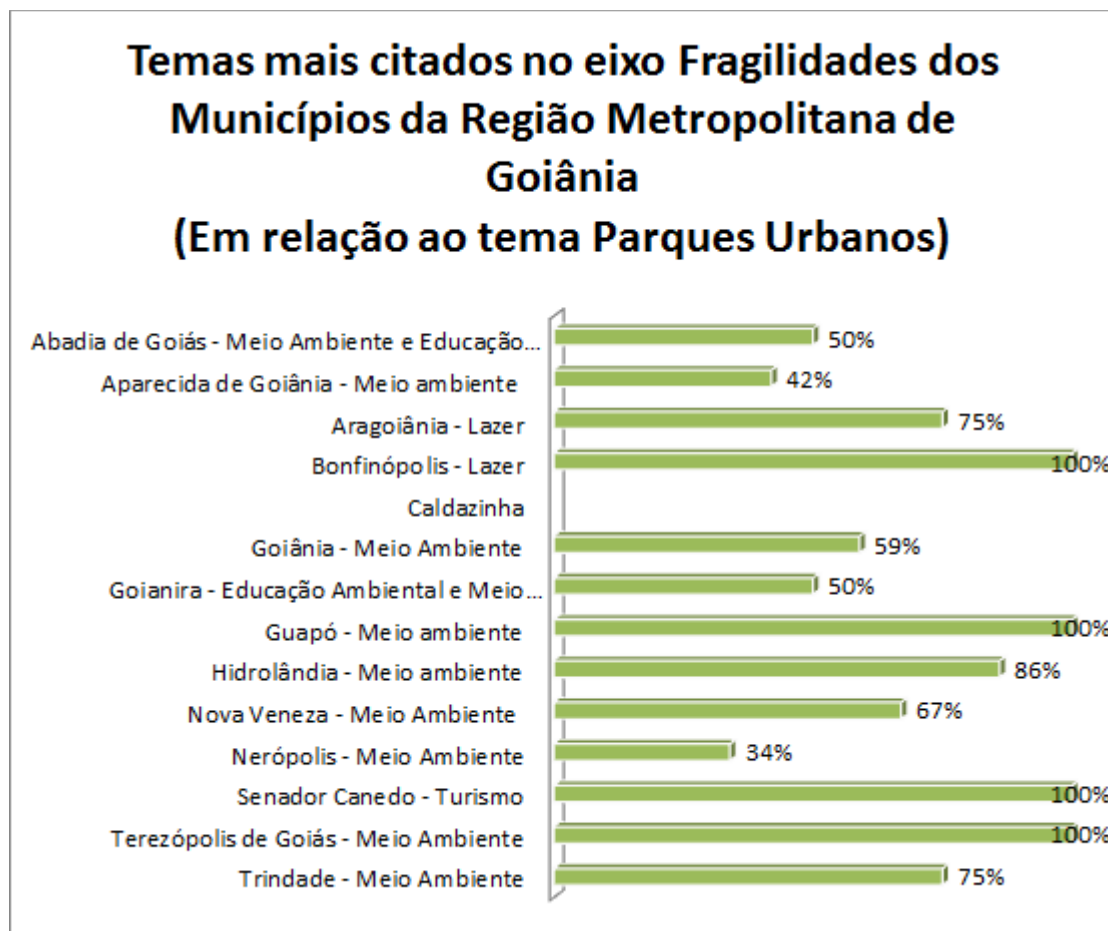
Quadro 16 - Relação dos temas mais citados por Município da Região Metropolitana de Goiânia

Relação dos temas mais citados por Município da Região Metropolitana de Goiânia (Temas relacionados a parques urbanos/lagos municipais)						
Nº	Potencialidades		Fragilidades		Perspectivas	
1	Abadia de Goiás - Parque Urbano/Ecológico	40%	Abadia de Goiás - Meio Ambiente e Educação ambiental	50%	Abadia de Goiás – Lazer	50%
2	Aparecida de Goiânia - Espaços Públicos	40%	Aparecida de Goiânia - Meio ambiente	42%	Aparecida de Goiânia - Meio ambiente	50%
3	Aragoiânia – Turismo	57%	Aragoiânia – Lazer	75%	Aragoiânia – Lazer	89%
4	Bonfinópolis – Turismo	75%	Bonfinópolis – Lazer	100%	Bonfinópolis – Turismo	100%
5	Caldazinha – Turismo	100%	Caldazinha		Caldazinha – Turismo	100%
6	Goiânia - Meio Ambiente	33%	Goiânia - Meio Ambiente	59%	Goiânia - Educação Ambiental e Parques Urbanos/Ecológicos	17%
7	Goianira - Educação Ambiental	34%	Goianira - Educação Ambiental e Meio Ambiente	50%	Goianira - Qualidade de vida	40%
8	Guapó - Proteção de Nascentes	100%	Guapó - Meio ambiente	100%	Guapó - Meio ambiente	100%
9	Hidrolândia – Turismo	62%	Hidrolândia - Meio ambiente	86%	Hidrolândia - Meio ambiente e Turismo	50%
10	Nova Veneza – Turismo	43%	Nova Veneza - Meio Ambiente	67%	Nova Veneza - Meio Ambiente	50%
11	Nerópolis - Turismo	70%	Nerópolis - Meio Ambiente	34%	Nerópolis – Sustentabilidade	43%
12	Senador Canedo – Turismo	50%	Senador Canedo – Turismo	100%	Senador Canedo - Meio ambiente e Parques Urbanos/Ecológicos	50%
13	Terezópolis de Goiás – Turismo	37%	Terezópolis de Goiás - Meio Ambiente	100%	Terezópolis de Goiás - Meio ambiente	38%
14	Trindade - Turismo	88%	Trindade - Meio Ambiente	75%	Trindade – Turismo	42%

Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).

Org: Araújo (2021).

Figura 55 – Gráfico com Temas mais citados no eixo Fragilidades dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos)



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

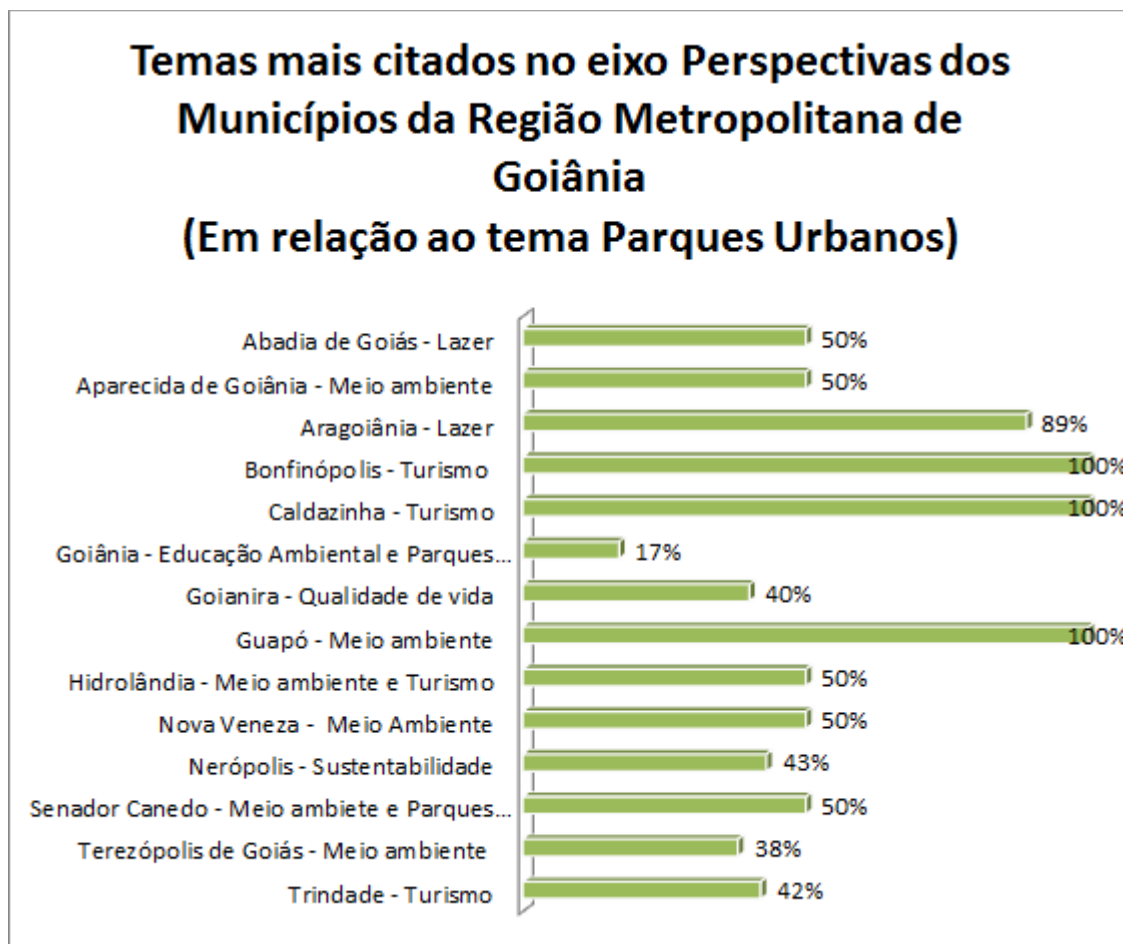
Figura 56 – Gráfico com Temas mais citados no eixo Potencialidades dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos)



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).

Org: Araújo (2021).

Figura 57 – Gráfico com Temas mais citados no eixo Perspectivas dos Municípios da RMG (em relação ao tema parques urbanos)



Fonte: Audiências Públicas para Construção do PDI-RMG, GOIÁS (2017).
Org: Araújo (2021).

3.3 Um olhar sobre as Fragilidades: Municípios da RMG

Em relação ao eixo Fragilidades, os municípios da RMG também apresentaram um forte ponto de convergência, sendo o tema “Meio Ambiente”, o principal apontado em 10, dos 14 municípios analisados. Cabe destacar que “Meio Ambiente”, conforme metodologia adotada para análise, é o tema de maior abrangência de termos, pois compreende distintas possibilidades de situações, desde situações de degradação ambiental até ausência de equipamentos ambientais.

A partir da leitura das fichas é possível identificar uma expressiva insatisfação da população em relação à não atuação do poder público em relação à proteção do meio ambiente. Os participantes demonstraram possuir conhecimento em relação ao tema,

indicando inclusive para a necessidade da formação de sujeitos ecologicamente conscientes. Aprofundando na observação sobre o tema, pode-se perceber que a população sugere uma possível conduta de irresponsabilidade por parte dos poderes competentes, relacionada às áreas destinadas de conservação ambiental, incluindo manifestações apontando para a necessidade de preservação de nascentes.

Educação Ambiental, Lazer e Turismo também foram temas indicados por meio da participação nas audiências do PDI-RMG.

3.4 Um olhar sobre as Potencialidades : Municípios da RMG

Tomando como base as percepções obtidas por meio das fichas preenchidas nas audiências com a sociedade para construção do PDIRMG e a análise acerca das mesmas a partir da construção sistematização dos referidos dados nos gráficos acima expostos, podem ser tecidas algumas considerações, conforme exposição a seguir.

O primeiro ponto diz respeito à diversidade de opiniões expressa nas fichas preenchidas pelos sujeitos. Foi possível detectar uma significativa abrangência de termos relacionados ao tema da pesquisa desenvolvida sobre Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia. Diversos apontamentos foram realizados, desde aqueles que faziam menção à necessidade de conservação do Meio Ambiente, seja por meio de instrumentos legais, fiscalização, projetos com envolvimento da comunidade, necessidade de reflorestamento, até aspectos relacionados à Gestão Pública dos espaços, perpassando pela necessidade de otimização deles, e pela aspiração a um efetivo processo de democratização de seu uso.

No tocante às percepções dos moradores de cada município, notam-se as peculiaridades de cada município, entretanto também podem ser observados pontos convergência e divergência entre eles.

A primeira convergência a ser assinalada diz respeito ao Eixo Potencialidades dos Municípios da RMG. Dentre 14 municípios analisados, 9 municípios obtiveram como principal destaque o tema “Turismo”. Esse dado evidencia a vocação turística presente na grande maioria dos municípios da Região Metropolitana. Nos registros analisados, foi possível identificar diferentes modalidades de Turismo, dentre eles destaca-se o Município de Trindade, que constitui um importante Pólo de Turismo religioso no país. Além disso,

também foram mencionados termos como Turismo rural, turismo ecológico e turismo de negócios.

A pesquisa em tela, trabalha na perspectiva de que o Parque Urbano, ao ser constituído e administrado com respaldo em estudos, políticas e projetos que visem uma eficiente gestão dos aspectos urbanos, sociais e ambientais, podem vir a contribuir de maneira significativa com a promoção do turismo local, realizado de maneira democrática e sustentável.

Além do Turismo, outros temas figuraram no topo das indicações feitas pela população em relação às potencialidades dos municípios da RMG, sendo eles: “Espaços Públicos”, “Meio Ambiente”, “Educação Ambiental” e “Proteção de Nascentes”.

3.5 Um olhar para o futuro: Perspectivas dos Municípios da RMG

Ao selecionar as percepções dos sujeitos relativas ao tema Parques Urbanos, o filtro Perspectivas mostrou uma pequena diferença em relação aos eixos anteriores, por não apresentar tanta predominância de um tema em relação aos outros. Apesar de maior variação entre temas, as principais respostas ainda se mantiveram restritas em sete temas, elencados a seguir: Lazer, Turismo, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Qualidade de Vida, Sustentabilidade e Parques urbanos/Ecológicos. Ainda com a variabilidade, Turismo e Meio Ambiente apresentaram maior número de ocorrências, Turismo foi escolhido por 4 entre 14 municípios e Meio Ambiente, o principal tema apontado por 5 municípios.

Neste sentido, nota-se que os municípios da RMG possuem demandas equilibradas no que diz respeito aos aspectos ambientais de cada um deles.

A preocupação com o Meio Ambiente denota a existência de uma sociedade comprometida com uma proposta de Planejamento Urbano integrada a princípios que garantam os devidos cuidados à esfera ambiental. Nessa direção, vislumbra-se a possibilidade de pensar o urbano, de modo a atender os interesses da sociedade e do meio em que se vive, sem que esses estejam submetidos, de maneira irresponsável aos caprichos desenfreados do capital.

3.6 Aspectos Limitantes

Ao realizar a análise sobre as percepções dos sujeitos que participaram do processo de construção do PDI-RMG, no tocante aos temas que possuem relação direta com “Parques Urbanos na RMG”, é importante salientar algumas limitações constatadas.

A primeira limitação refere-se ao fato de que as participações registradas, embora significativas, constituem um número pequeno se comparado ao número total da população dos municípios que compõe a Rede Metropolitana de Goiânia.

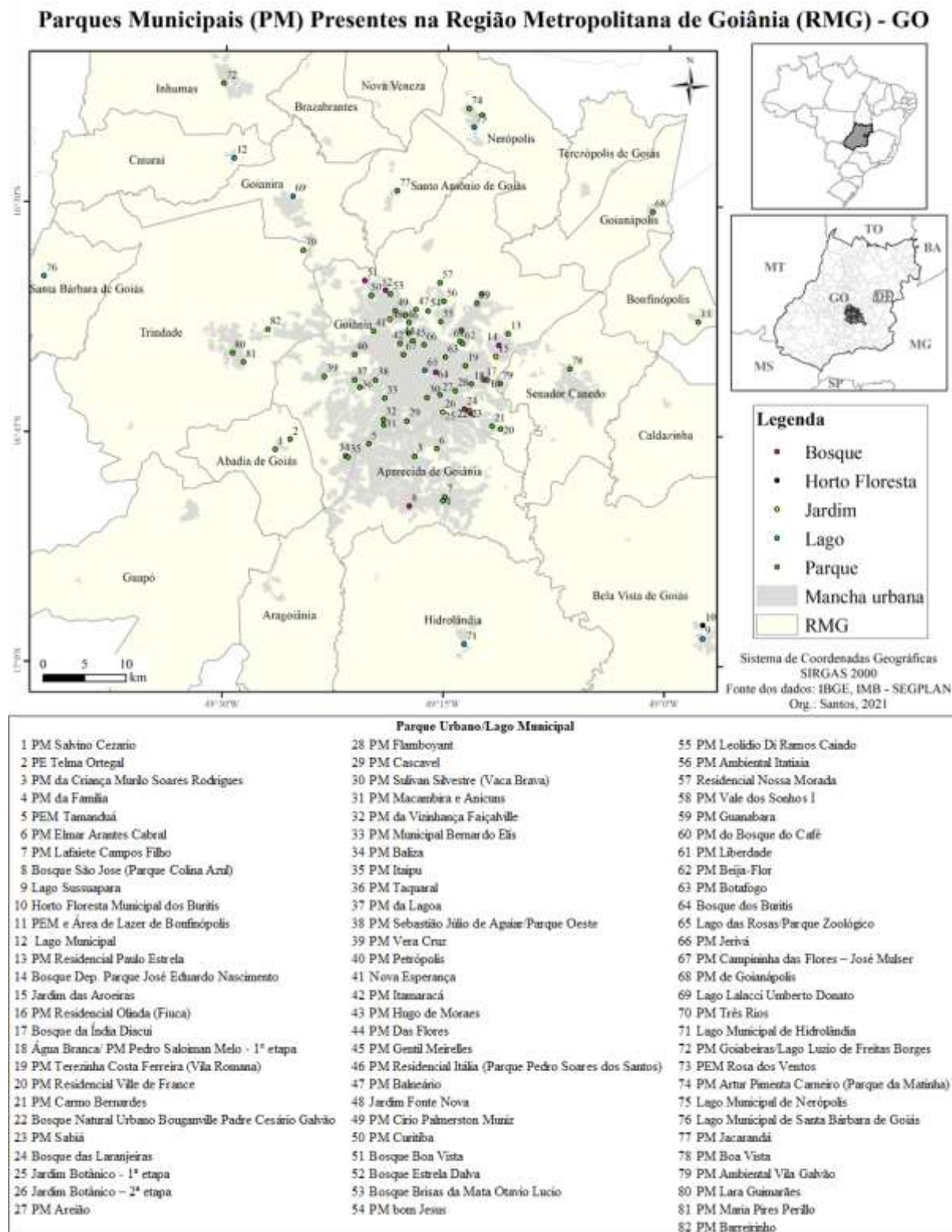
Outro fator limitador diz respeito ao que se pode chamar de baixa heterogeneidade do grupo presente durante as audiências, visto que a maioria dos sujeitos estava representada por segmentos técnicos, acadêmicos, políticos, empresariais e administrativos. Nesse sentido, chama-se atenção para a necessidade de uma maior participação da sociedade civil, para que se possibilite a escuta de maior diversidade de segmentos da população, garantindo condições para construção coletiva de um Planejamento Urbano plural, participativo e democrático.

Cabe salientar que as limitações aqui apresentadas não invalidam, ou subvalorizam as participações que integraram o processo de construção do referido plano. Pelo contrário, a participação da sociedade nessa empreitada constituiu elemento essencial para construção de diretrizes de planejamento e para elaboração das reflexões realizadas na presente tese.

Capítulo 4 - Os Parques Urbanos na RMG: Espacialidades e Percepção dos usuários

Na busca pela compreensão da dinâmica socioespacial dos Parques Urbanos da Região Metropolitana de Goiânia, tentamos apreender como estes espaços encontram-se dispostos no espaço urbano, analisando sua localização no município, bem como aspectos do seu entorno, seu nível de influência na formatação do espaço e os impactos causados no ambiente. A Figura 58 apresenta o Mapa da Região Metropolitana de Goiânia com os respectivos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios que a integram.

Figura 58 – Mapa da RMG com os respectivos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios que a integram



Fonte dos dados: IBGE, IMB – SECPLAN Org.: Santos (2021).

É importante salientar que nem todos os espaços estudados são caracterizados como Parques Urbanos, entretanto desempenham funções semelhantes às desempenhadas pelos parques no território urbano, por isso foram incluídas na pesquisa. É o caso de espaços que são intitulados como “Lago” pelo poder público municipal, sendo eles o Lago Sussuapara, de Bela Vista de Goiás, o Lago Municipal Lalacci Umberto Donato, no município de Goianira, O Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás e o Lago Municipal de Hidrolândia, no município de Hidrolândia. Ressalta-se que alguns espaços não foram compreendidos pela presente pesquisa, no que tange à investigação de uso e apropriação realizada, por não apresentarem níveis de visitação suficiente que permitisse consulta ao número mínimo de frequentadores. São eles: Lago Municipal de Hidrolândia e Lago de Caturai. Os Parques localizados em Abadia de Goiás, Parque Municipal Salvino Cezário da Silva e Municipal Salvino Cezário da Silva também não foram adicionados à pesquisa por apresentarem uma configuração espacial diferente e também por não apresentarem a mesma dinâmica de visitação presente nos demais espaços analisados.

Para apreender a dinâmica socioespacial dos Parques Urbanos e dos Lagos Municipais investigados nos municípios da RMG, foram realizados trabalhos de campo, com objetivo de conhecer a configuração espacial apresentada pelos equipamentos e por suas imediações. Foram realizadas observações in loco e explorações por meio do sistema Google Earth. Além disso, foram realizados registros fotográficos com intuito de subsidiar a análise da paisagem apresentada pelos espaços visitados.

Dos 21 municípios da Região Metropolitana de Goiânia, foram selecionados para integrar a pesquisa aqueles municípios cuja sede possui parques ou lagos municipais com níveis de visitação expressivos. Dessa forma, foram incluídas as seguintes unidades municipais: Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Goianópolis, Goianira, Goiânia, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Foram entrevistadas dez pessoas em cada Parque Urbano e Lago Municipal, totalizando 170 pessoas entrevistadas, distribuídas conforme exposição contida no Quadro 17.

Quadro 17 – Quantidade de pessoas entrevistadas por município e por equipamento público na RMG

Ordem	Município	Parque/Lago	Quantidade de pessoas entrevistadas
1	Aparecida de Goiânia	Parque da Criança	10 pessoas
		Parque da Família	10 pessoas
2	Bela Vista de Goiás	Lago Sussuapara	10 pessoas
3	Bonfinópolis	Parque Ecológico de Bonfinópolis	10 pessoas
4	Goianápolis	Parque Municipal de Goianápolis	10 pessoas
5	Goianira	Lago Municipal Lalacci Umberto Donato	10 pessoas
6	Goiânia	Lago das Rosas	10 pessoas
		Parque Areião	10 pessoas
		Parque Flamboyant	10 pessoas
		Parque Leolídio Ramos di Caiado	10 pessoas
		Parque Vaca Brava	10 pessoas
7	Inhumas	Parque Goiabeiras	10 pessoas
8	Nerópolis	Parque Matinha	10 pessoas
9	Santa Bárbara de Goiás	Lago Municipal	10 pessoas
10	Santo Antônio de Goiás	Parque Jacarandá	10 pessoas
11	Senador Canedo	Parque Boa Vista	10 pessoas
12	Trindade	Parque Lara Guimarães	10 pessoas
Total		12 municípios	17 equipamentos públicos
			170 pessoas

Org.: Araújo (2021)

A entrevista foi guiada por um questionário semiestruturado com 23 questões. A primeira parte do questionário destinava-se a conhecer a percepção dos frequentadores em relação ao espaço (Parque Urbano ou Lago Municipal), abarcando questões relacionadas à sua estrutura, possibilidades de acesso, nível de conservação, seus problemas, benefícios e questões relacionadas aos hábitos do entrevistado e aos tipos de atividades empreendidas no espaço. A segunda parte do questionário contempla questões relacionadas à Covid-19 e a forma como a população entrevistada utilizou os parques e demais espaços analisados durante a pandemia.

Os resultados alcançados por meio dos trabalhos de campo, das explorações no *Google Earth* e das respostas às questões contidas na primeira parte do questionário, estão organizados por municípios, nos parágrafos apresentados a seguir.

4.1 Aparecida de Goiânia

De acordo com o IBGE (2021), o município de Aparecida de Goiânia possui uma população estimada de 590.146 pessoas e sua unidade territorial é de 278,539 km², sendo o município posicionado em segundo lugar em termos de densidade demográfica na RMG. Aparecida está inserida na Bacia do Rio Meia Ponte, é conurbada ao município de Goiânia e se destaca pela sua vocação industrial.

Desde a celebração de uma missa pelo vigário Francisco Wand no ano de 1922 na fazenda Santo Antônio, e da doação de terras para que a comunidade pudesse comungar, batizar e realizar casamentos, passando por uma série de outras doações e transformações no território, em 14 de novembro de 1963 é criado o município de Aparecida de Goiânia, por meio da lei nº 4.927. (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2021)

Atualmente, o município é dotado de uma importante infraestrutura, composta por um sólido complexo de indústrias e de logística, tendo passado por um intenso processo de expansão imobiliária e crescimento urbano nos últimos anos. O município de Aparecida de Goiânia, passou por transformações não só no setor industrial, mas recebeu inúmeros novos empreendimentos comerciais e de serviços, como shoppings centers, redes varejistas, faculdades, unidades de saúde etc. De acordo com estudo elaborado para a construção do PDIRMG, os fatores de atração para o município de Aparecida são:

Custo da terra menor que o município-polo; legislação mais flexível e voltada para as indústrias; facilidades de conexões viárias (BR-153, BR-060 e outras); tributos e incentivos compensatórios; mão de obra mais barata; polos dotados de infraestrutura instalada. (GOIÁS, 2017, p.40)

O uso do solo de Aparecida de Goiânia, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte maneira: Agricultura – 1%; Corpos Hídricos - 0%; Pastagem – 28%; Remanescente – 26%; Mancha Urbana – 43% e Outros – 0%. Uma das preocupações presentes em Aparecida é sua expansão urbana, acompanhada da expansão urbana de Hidrolândia, sobre a nascente da bacia de captação de água do município.

O município possui 4 parques urbanos implantados, 2 parques ecológicos e 3 parques urbanos a serem implementados. Nesta pesquisa, foram eleitos para investigação o Parque da

Criança e Parque da Família, por considerar a centralidade exercida por estes espaços em relação a apropriação e utilização deles por parte da população aparecidense.

4.1.1 Parque da Criança

Iniciamos a exploração pelo Parque da Criança, localizado na Rua J8 esquina com a Rua J9 no setor Mansões Paraíso, o parque foi inaugurado em 12 de outubro de 2014, pelo ex-prefeito Maguito Vilela. Em consulta a página da prefeitura de Aparecida de Goiânia, foi possível obter as seguintes informações em relação ao parque:

O projeto do parque foi idealizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) e possui área total de 126 mil m², o espaço conta com um prédio que abriga um Centro Integrado de Apoio, onde trabalham equipes das secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Defesa Social e Guarda Civil Municipal, além da administração do parque. (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2021)

Além disso, o parque é formado por espaços gramados, extensa área arborizada, um lago, um parque infantil, pista para a prática de bicicross, passeio de caminhada/bicicleta, estacionamento, bancos de cimento e madeira, postes de iluminação e sanitários.

As construções presentes no entorno do parque são predominantemente residenciais e térreas, não havendo prédios verticalizados nas imediações do espaço. O Setor Mansões Paraíso, onde localiza-se o Parque da Criança, também é caracterizado pela ausência de construções verticalizadas e possui além de residências, escolas públicas e particulares, supermercados, restaurantes, lanchonetes, igrejas e diversos outros empreendimentos de médio e pequeno porte. O bairro é cortado por uma importante avenida (V-8) que dá acesso à rodovia BR-153 e tem como limite o curso do Córrego Tamanduá, que pode ser observado nos mapas que serão apresentados a seguir.

No parque não existem construções destinadas a quiosques e lanchonetes, entretanto pode-se observar a presença de vendedores ambulantes destinados a atender a população frequentadora do parque. Em pesquisa de campo realizada no Parque da Criança foi possível observar um expressivo número de frequentadores no espaço. A Figura 59 apresenta imagens contendo a estrutura do Parque da Criança.

Figura 59 – Mosaico com Imagens da estrutura do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia/GO



Fonte: Araújo (2021).

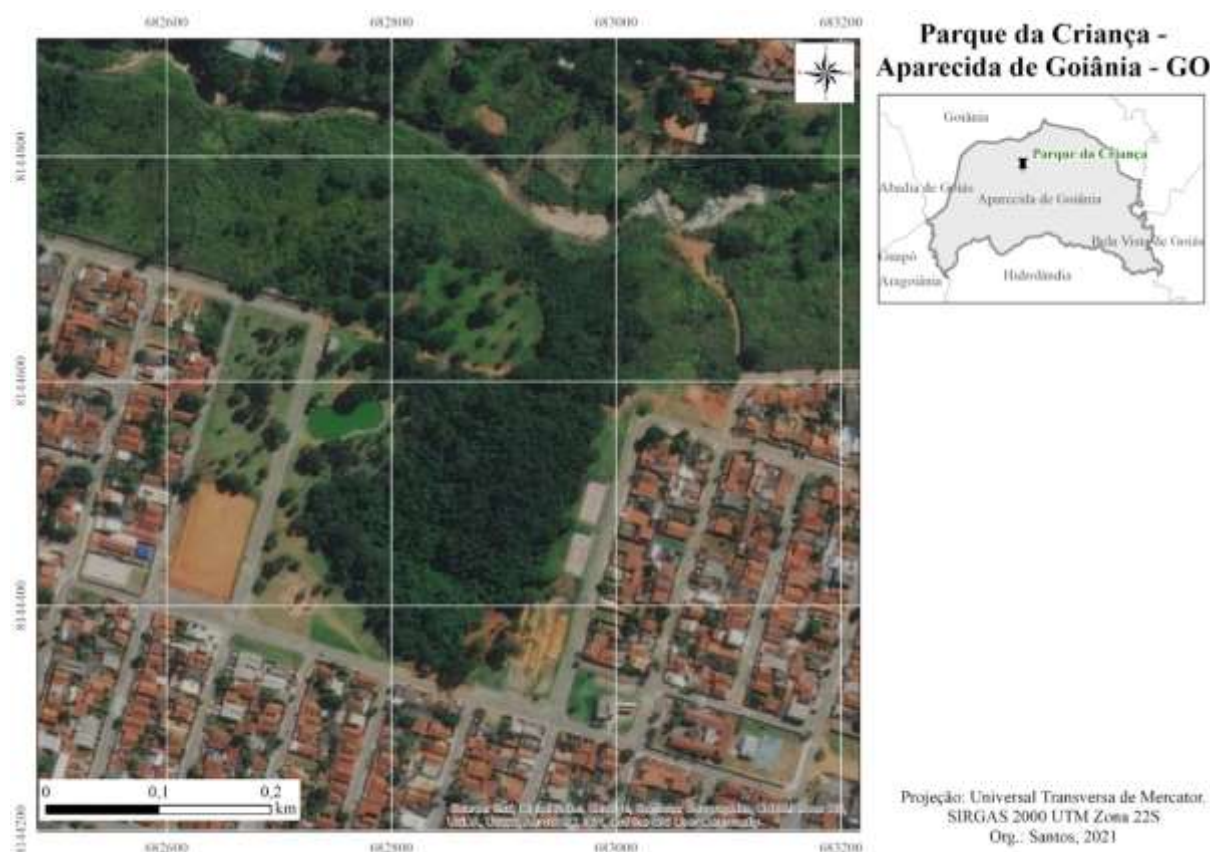
As Figuras 60 e 61 a seguir, demonstram respectivamente os limites do parque da Criança, bem como sua localização no município de Aparecida de Goiânia, e as imagens de satélite capturando o espaço do parque e suas adjacências.

Figura 60 – Mapa do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia



Org.: Santos (2021).

Figura 61 - Imagens de satélite do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia



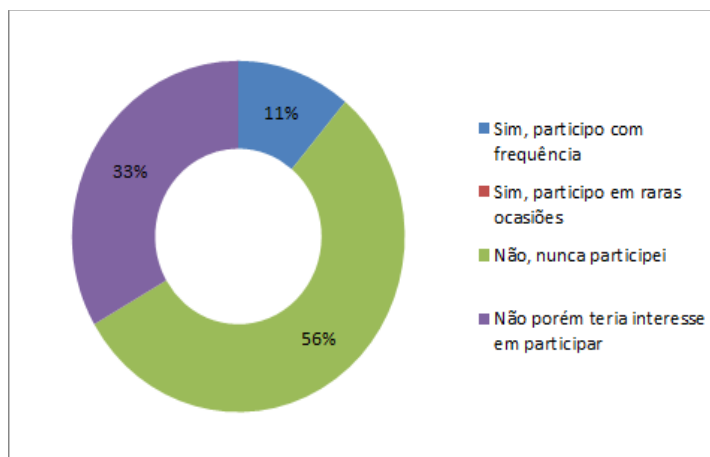
Org.: Santos (2021).

A partir do Mapa e das imagens de satélite é possível apreender a extensão do Parque analisado, bem como a densidade arbórea presente no espaço, margeado por vias de trânsito veicular, construções predominantemente residenciais e pelo Córrego Tamanduá.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos por meio de aplicação de questionário semiestruturado junto aos frequentadores do Parque da Criança.

Dos sujeitos entrevistados no Parque da Criança em Aparecida de Goiânia, 80% informou não ter participado do processo de criação do referido parque, 10% dos indivíduos afirmou ter participado de reuniões e palestras sobre a criação do parque e 10% não responderam a esta questão. Tais resultados evidenciam o baixo nível de participação popular na criação e na gestão do espaço analisado. Ao serem perguntados sobre a participação em ações relacionadas à gestão e conservação do Parque da Criança, foi elaborado o seguinte cenário:

Figura 62 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

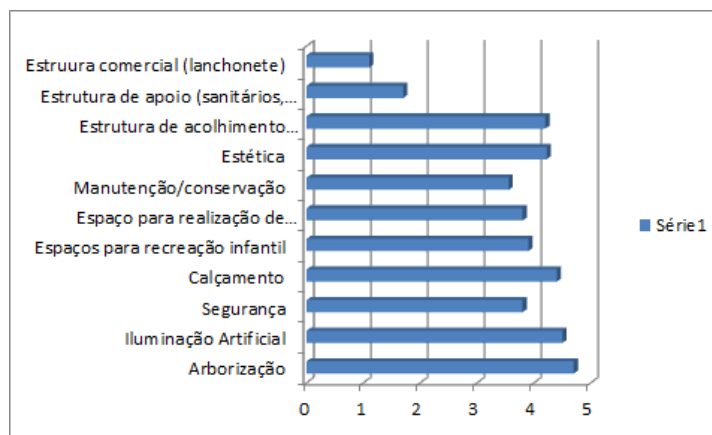
Investigando a percepção das pessoas em relação à quantidade de parques existentes no Setor Mansões Paraíso, 20% da população entrevistada afirmou que o bairro se encontra satisfatoriamente contemplado, 20% dos entrevistados afirmou considerar o bairro relativamente contemplado, enquanto 60% considera a região insatisfatoriamente contemplada. Demonstrando que maior parte da população consultada demanda mais opções de espaços públicos semelhantes ao Parque da Criança, que possam atender ao bairro e aos demais moradores do município de Aparecida de Goiânia.

Consultados sobre as condições do parque em relação à gestão e conservação do Parque da criança, 30% relataram considerar boas as condições apresentadas pelo parque, 40% dos entrevistados afirmou considerar as condições regulares, 20% declarou classificar como ruins as condições do parque e 10% afirmou não conseguir avaliar esta questão.

Ao solicitar aos usuários do Parque da Criança que fizessem uma avaliação acerca da qualidade de alguns aspectos do parque, numa escala onde 1 é correspondente a péssimo, e 5 é correspondente a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 1,1; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,7; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4,2; Estética - Nota 4,2; Manutenção/conservação - Nota 3,6; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,8; Espaços para recreação infantil - Nota 3,9; Calçamento - Nota 4,4; Segurança - Nota 3,8; Iluminação artificial - Nota 4,5 e Arborização - Nota 4,7. A

imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 63 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque da Criança



Fonte: Araújo (2021).

O resultado demonstra que a maior satisfação dos usuários do Parque da Criança está direcionada ao aspecto arborização e a maior insatisfação direciona-se à falta de quiosques e lanchonetes no parque.

Ao serem perguntados se consideram o Parque da Criança um espaço acessível a todos os habitantes, 70% dos entrevistados informaram julgar o parque um espaço acessível para todos os habitantes independente de seu local de residência na cidade, 10% informou classificar o parque como um espaço relativamente acessível e 20% classificou o parque como um espaço inacessível para alguns habitantes. Uma das pessoas entrevistadas afirmou que a limitação de linhas de transporte coletivo para o parque é um dos fatores que restringe o acesso ao parque por parte da população aparecidense.

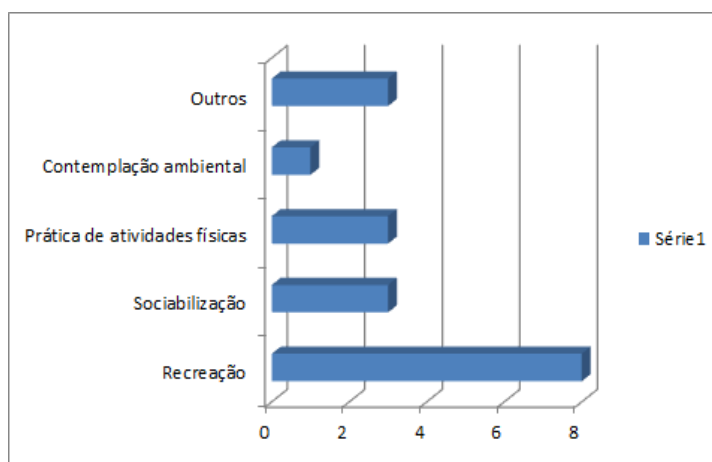
Consultados com o intuito de se conhecer qual o principal benefício propiciado pelo parque da criança a cada usuário, foram obtidas as seguintes respostas: “calma, árvores, lazer e sossego”, “calma, árvores, segurança e lazer”, “lugar para diversão”, “lazer”, “local de diversão”, “tamanho grande”, “lazer infantil porque tem uma filha”, “lazer”, “lazer”. “lazer e sociabilização”. Portanto, o “lazer” figurou como elemento central nos benefícios propiciados pelo Parque da Criança, segundo relato de seus frequentadores.

Também foi perguntado aos usuários do parque qual o principal problema apresentado pelo parque da Criança, segundo a percepção de cada indivíduo entrevistado. Nesta questão foram obtidas as seguintes respostas: “necessidade de arrumar os brinquedos”, “iluminação,

quando uma lâmpada queima, a troca é demorada”, “má conservação”, “não tem lanchonete, manutenção”, “mata densa”, “nenhum”, “segurança (tráfego e uso de drogas)”, “faltam quiosques e lanchonetes”, “segurança e banheiro” e “segurança”. Assim, a parte de “infraestrutura” e “segurança” foram as que mais tiveram destaque dentre os problemas relacionados pelos usuários do Parque da Criança.

Quando perguntados a respeito das finalidades de cada indivíduo ao fazer uso do Parque da Criança, os respondentes manifestaram suas opiniões conforme exposto no quadro seguir:

Figura 64 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Criança - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Conforme exposto, a “Recreação” figura como tipo de atividade mais realizada pelos indivíduos consultados no parque. Além das informações obtidas por meio de entrevista, mediante observação realizada no parque foi possível notar uma grande variedade e usos empreendidos pelos frequentadores do Parque da Criança. Os registros fotográficos expostos pela Figura 65 ilustram algumas situações presenciadas no parque, sendo elas: vendedor ambulante de água e pipoca, crianças brincando no pula-pula instalado no parque por comerciante autônomo, pessoas sentada à beira do lago em momento de contemplação, grupo de jovens reunidos praticando atividades religiosas, duas mulheres em pé fazendo a leitura da bíblia e entoando cânticos de louvor, pequeno grupo sentado próximo à árvore tomando cervejas acondicionadas em um isopor.

Figura 65- Formas de uso do Parque da Criança em Aparecida de Goiânia/GO

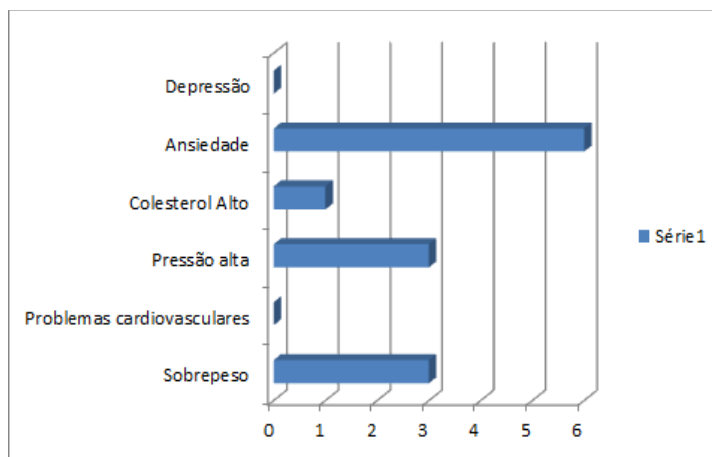


Fonte: Araújo (2021).

Quando perguntados sobre hábitos em relação à prática de atividades físicas, 50% dos entrevistados afirmaram praticar exercícios com regularidade, contrapondo-se aos demais 50% que disseram não possuir este hábito. As modalidades mencionadas pelos praticantes foram caminhada, com 5 registros, corrida com 2 registros e ciclismo, com 1 registro. Também foi mencionada por uma pessoa a modalidade musculação.

Ao investigar os problemas de saúde, atuais ou anteriores, apresentados pelos usuários do parque, alcançou-se o seguinte panorama:

Figura 66 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Criança - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

De acordo com a aplicação dos questionários, a “Ansiedade” é o problema mais frequente apresentado pelos usuários entrevistados no Parque da Criança.

Ao perguntar aos entrevistados se os mesmos utilizam o parque como forma de auxiliar no tratamento de algum dos problemas de saúde apresentados, 80% dos sujeitos consultados responderam positivamente a esta questão. Os demais 20% de respondentes informaram não utilizar o parque com esta finalidade.

4.1.2 Parque da Família

O Parque da família está localizado na Avenida Independência, junto aos setores Central, Res. Village Garavelo, Serra Dourada e Jardim Belo Horizonte, à frente de um dos principais shoppings da cidade, o Aparecida Shopping. A região da cidade onde está inserido o equipamento público é dotada de uma complexa infraestrutura, compreendendo diversas clínicas hospitalares, escolas, correios, delegacia de polícia, fórum, bancos, restaurantes e demais serviços. Além disso, a região dispõe de equipamentos como SESI, Centro de Cultura e Lazer José Barroso e Cidade Administrativa Luiz Alberto Maguito Vilela. Apesar da complexa estrutura existente, a referida região ainda apresenta baixos níveis de construções verticalizadas.

Apesar de não se configurar como os típicos parques urbanos, geralmente dotados de uma vasta área arborizada e amplos espaços não permeabilizados, o Parque da Família, é

formado por um canteiro linear construído entre as vias de tráfego veicular da Avenida Independência, e foi escolhida para fazer parte desta pesquisa de doutoramento, dada a sua importância de uso por parte da população aparecidense.

De acordo com o website da prefeitura de Aparecida, o Parque da Família é composto por mais de 13.000 m². O espaço possui campo de futebol society, duas academias abertas, pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, bancos e mesas de cimentos, e pergolados de madeira. A Figura 67 apresenta registro fotográfico de algumas partes que constituem o Parque da Família, contemplando respectivamente: parque infantil, pista para passagem de pedestres e bicicletas, escultura “Monumento das Raças”, espaços para convivência com mesas e bancos, Prédio do Aparecida Shopping situado em frente ao parque e quadra de esportes.

Figura 67 – Mosaico de Imagens da estrutura do Parque da Família em Aparecida de Goiânia/GO



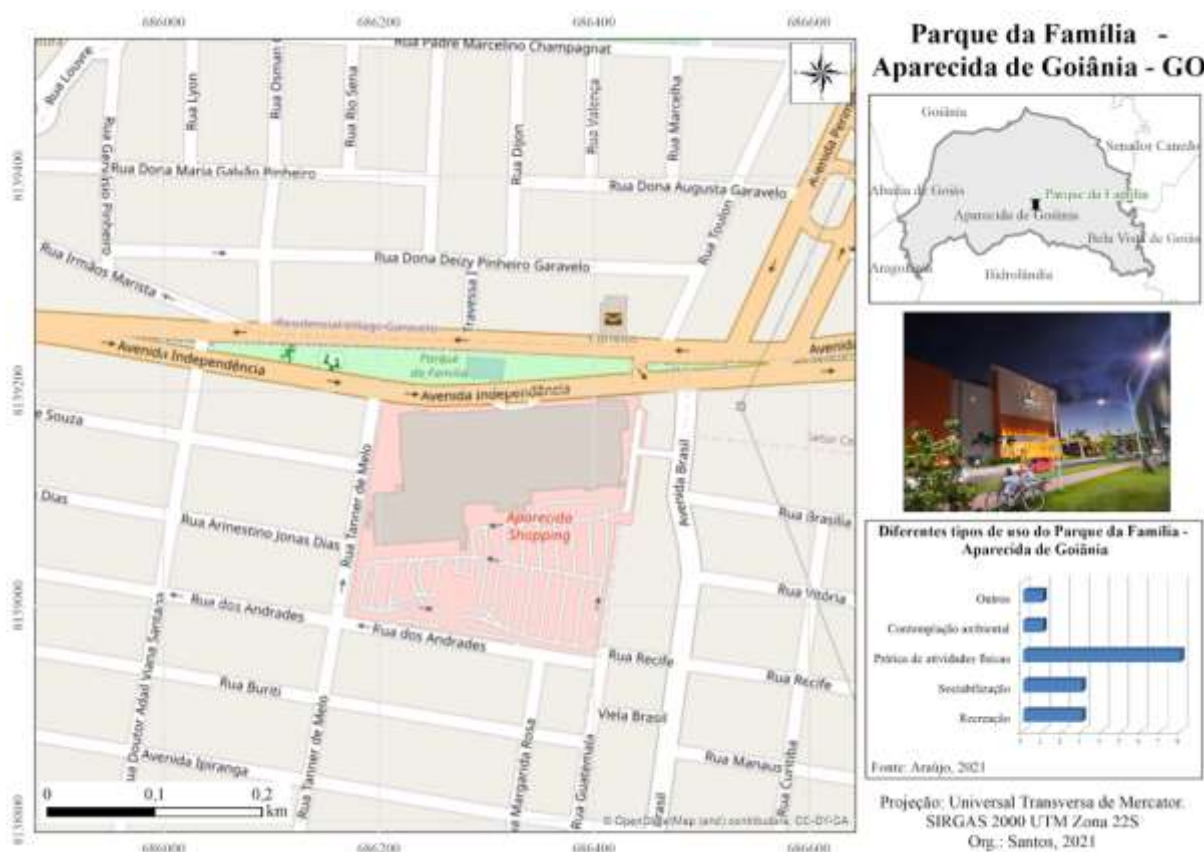
Fonte: Araújo (2021).

Durante a realização de trabalho de campo no Parque da Família foi observado significativo número de visitantes presentes no espaço.

As imagens a seguir ilustram os limites e o formato do parque, bem como demonstram a localização do espaço em relação ao Aparecida Shopping. Pode-se ainda, perceber, que dentre os espaços observados, o Parque da Família é o que apresenta uma configuração diferente, menor nível de arborização e menores dimensões, sobretudo por assemelhar-se

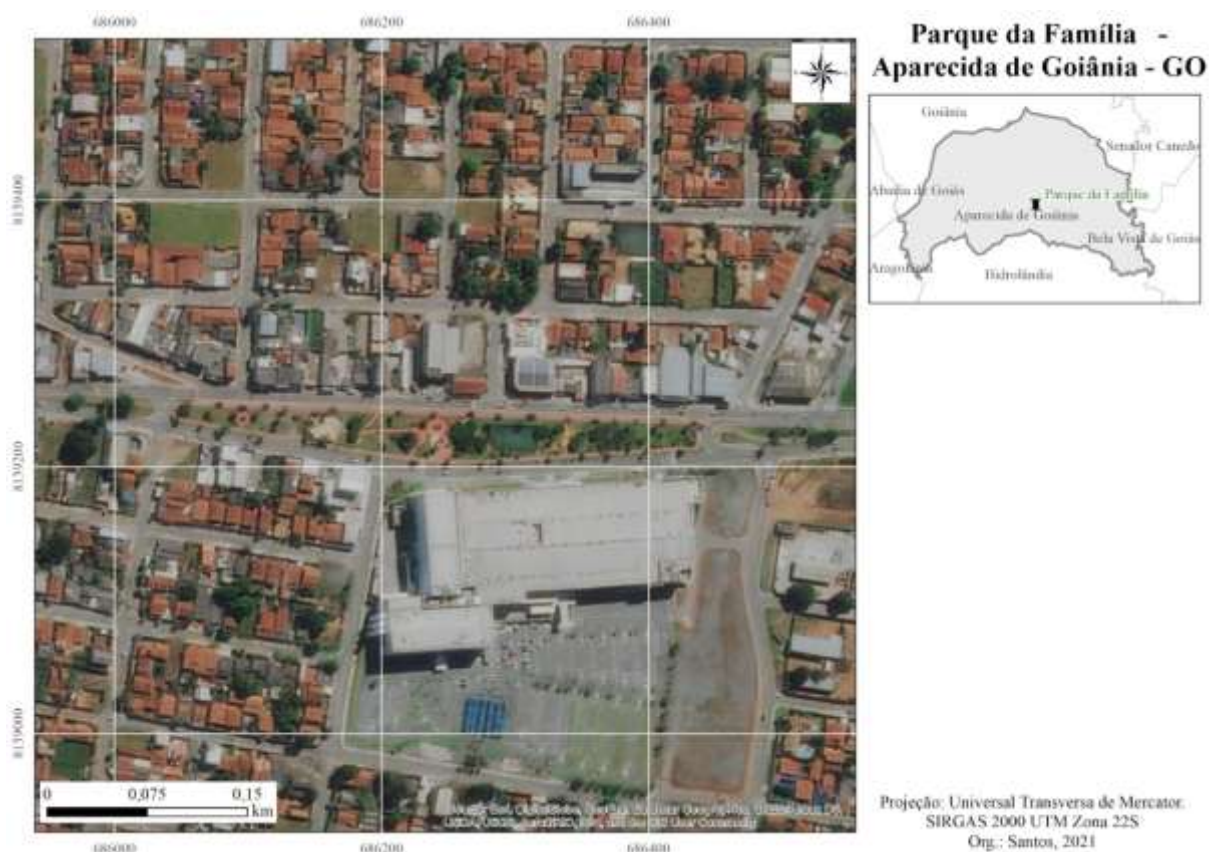
muito mais a uma praça do que a um Parque Urbano. Cabe destacar que há inclusive uma dupla denominação deste espaço, que embora seja conhecido e identificado pela prefeitura de Aparecida de Goiânia como Parque da Família, o mesmo possui uma placa de identificação que o referencia como Praça Jair Neri Santana.

Figura 68 – Mapa do Parque da Família em Aparecida de Goiânia



Org.: Santos (2021).

Figura 69 – Imagens de Satélite do Parque da Família em Aparecida de Goiânia

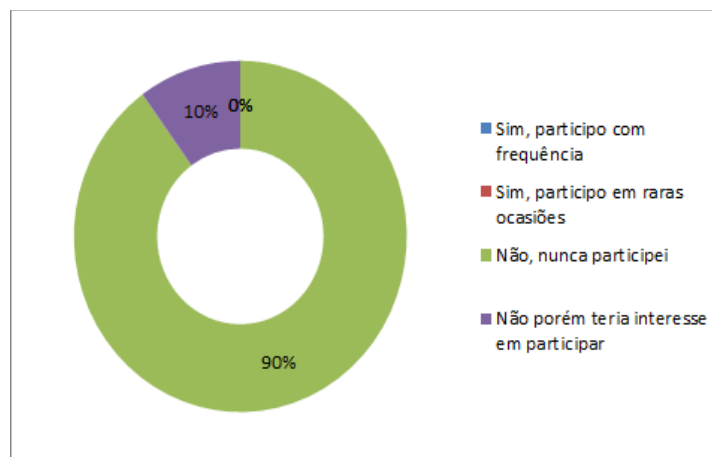


Org.: Santos (2021).

A seguir, são apresentadas as informações obtidas por meio de aplicação de questionários semiestruturados junto aos frequentadores do Parque da Família.

Ao serem perguntados sobre participação no processo de criação do Parque da Família, 70% dos entrevistados afirmaram não haver participado e 30% informaram ter participado de alguma maneira. Quando questionados sobre o nível de participação dos usuários na gestão e conservação de parques urbanos localizados no município de Aparecida de Goiânia, as respostas obtidas foram as seguintes:

Figura 70 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Assim, como no Parque da Criança, os usuários do Parque da Família também revelaram um nível muito baixo em relação aos processos de criação e gestão dos Parques Urbanos localizados em Aparecida de Goiânia.

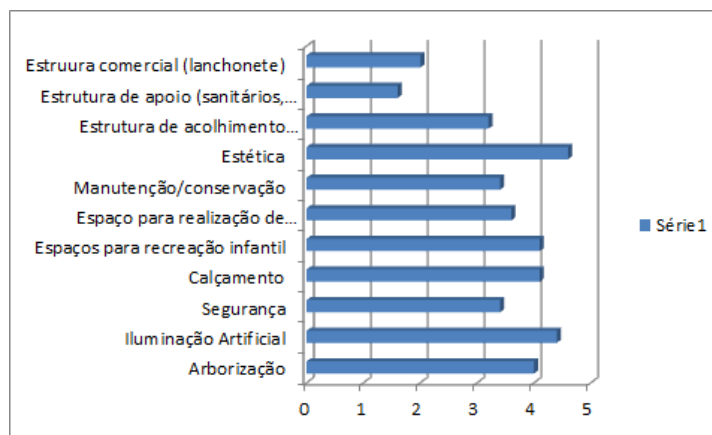
Em relação à quantidade de parques existentes no município de Aparecida de Goiânia, 10% dos visitantes consultados classifica que o município está suficientemente contemplado, 40% informou considerar que o município está relativamente contemplado e 50% dos indivíduos escutados classificou que Aparecida de Goiânia ainda está insatisfatoriamente contemplada no que diz respeito à existência de parques urbanos. Portanto, a maior parte das pessoas consultadas considera a necessidade de ampliar o número de equipamentos como o Parque da Família no município de Aparecida.

No que se refere às condições gerais de gestão e conservação do Parque da Família, 30% dos entrevistados avaliou como boas as condições do parque da família, 50% classificou essas condições como regulares e 20% considerou estarem péssimas as condições apresentadas pelo referido parque.

Solicitado aos usuários do Parque da Família que avaliassem alguns aspectos do parque atribuindo notas de 1 a 5, numa escala onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,6; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3,2; Estética - Nota 4,6; Manutenção/conservação - Nota 3,4; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,6; Espaços para recreação infantil - Nota 4,1; Calçamento - Nota 4,1; Segurança - Nota 3,4;

Iluminação artificial - Nota 4,4 e Arborização - Nota 4. A imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 71 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque da Família



Fonte: Araújo (2021).

Com base na consulta realizada, a estética do parque figurou com a melhor avaliação dentre os quesitos relacionados, enquanto o aspecto estrutural, incluindo sanitários, estacionamento e bicicletário, foi o item que recebeu notas mais baixas na avaliação.

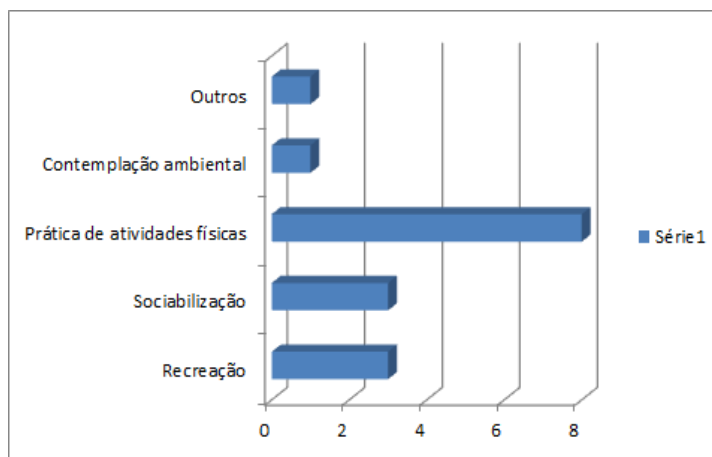
Quando perguntado aos usuários do parque se os mesmos consideram o Parque da Família um espaço acessível a toda a população aparecidense, independente de seu local de residência, 50% considerou o parque da família um espaço acessível, e 50% dos entrevistados julgou o parque um espaço relativamente acessível.

Foi perguntado aos usuários do Parque da Família qual o principal benefício propiciado pelo espaço, à vida de cada um deles, assim foram obtidas as seguintes respostas: “ambiente”, “beleza e ver pessoas”, “sociabilização”, “espaço para prática de atividade física”, “atividade física e sociabilização”, “sociabilização”, “lazer”, “lazer”, “sociabilização” e “lazer”. Os resultados apresentados apontam para a valorização da função “Sociabilização” por parte dos indivíduos entrevistados no espaço.

Questionados acerca do principal problema apresentado pelo parque, os indivíduos entrevistados apresentaram as seguintes respostas: “infraestrutura”, “carros e poluição”, “uso de drogas”, “necessidade de conscientização ambiental e quadra descuidada”, “qualidades das quadras e espaço para recreação”, “conservação do espaço”, “segurança e banheiros”, “banheiros”, “segurança” e “segurança”. A maior parte dos relatos apresentados indica a necessidade de melhor conservação do espaço e promoção de melhorias em sua infraestrutura.

Ao se investigar os diferentes tipos de uso do Parque da Família junto aos usuários do espaço, foi obtido o seguinte panorama:

Figura 72 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Família - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

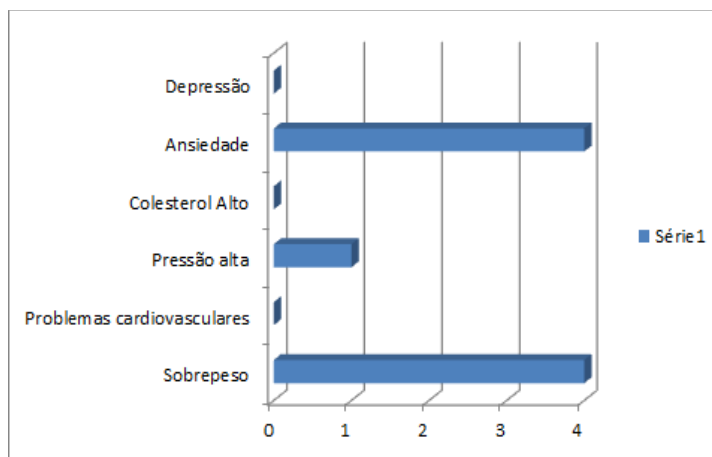
O resultado alcançado torna evidente e expressivo uso do Parque da Família para práticas de atividades físicas.

Quando perguntados a respeito dos hábitos relacionados à prática de atividades físicas, 90% dos entrevistados afirmaram realizar exercícios físicos com frequência, os demais 10% dos sujeitos consultados afirmou não praticar.

Conforme relato dos usuários, as modalidades praticadas pelos mesmos são caminhada, com 6 registros, corrida, com 5 registros, funcional, com 4 registros, ciclismo, com 4 registros, futebol com 3 registros e dança com 1 registro.

Ao se investigar os problemas de saúde dos usuários entrevistados, sejam eles atuais ou anteriores, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Figura 73 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Família - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

A pesquisa indicou que os problemas que mais acometem a saúde dos frequentadores do Parque da Família são “Ansiedade” e “Sobrepeso”, seguindo a mesma tendência apresentada pelos demais municípios investigados nesta pesquisa.

4.2 Bela Vista de Goiás

Segundo o IBGE (2021), o município de Bela Vista de Goiás possui uma população estimada de 30.492 pessoas. Sua extensão territorial é 1.275,849 km². Com base em informações obtidas na página da prefeitura de Bela Vista de Goiás (2021), o município, inserido na Bacia do Rio Meia Ponte, surgiu na primeira metade do século XIX, à margem esquerda do córrego Sussuapara. Foi desmembrado do município de Bonfim e elevado à categoria de município com a denominação de Bela Vista, por meio da Lei Estadual nº 100, em 05 de junho de 1986.

A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com destaque para a produção leiteira. Conforme estudo empreendido por pesquisadores para construção do PDIRMG (2017), Bela Vista é o maior produtor de grãos da Região Metropolitana, sendo responsável por 50% da produção total do território. Ainda segundo o estudo, os principais fatores de atração para o município de Bela Vista de Goiás são:

custo da terra menor; boa conectividade de transporte coletivo com a capital, pista dupla nova recente; incentivos locais à instalação de empresas; arranjo produtivo de mandioca e derivados; importante ligação com municípios

próximos e centro comercial de vizinhança consolidado. (PDIRMG, 2017, p.43)

O uso do solo de Bela Vista de Goiás, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 22%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 52%; Remanescente – 24%; Mancha Urbana – 1%; Outros – 1%. Vale salientar que apesar de apresentar um baixo percentual de mancha urbana, Bela Vista teve um expressivo incremento em sua área urbana no período compreendido entre 1989 e 2016. (PDI-RMG, 2017)

4.2.1 Lago Sussuapara

Inaugurado em 30 de setembro de 2014, pelo prefeito Eurípedes José do Carmo, o Lago Sussuapara, localizado no setor Lúcia Alice é um dos principais espaços da cidade que reúne a população belavistense para momentos de lazer, recreação, sociabilização e prática de atividades físicas. Além do lago, o espaço é dotado de espaços verdes gramados, parque infantil, pergolados de madeira, bancos de cimento, postes de iluminação, quadra esportiva de areia, academia ao ar livre e pedalinhos no lago. Cabe salientar que muitas construções se encontram anexas ao espaço, sem que haja qualquer espaçamento entre o parque e os imóveis. Dessa forma, em terrenos anexos ao parque encontram-se diversas construções residenciais, um bar e até mesmo um hotel, conforme já registrado em capítulo anterior.

A região da cidade onde o Lago Sussuapara encontra-se situado está localizada logo à entrada do município, próximo à rodovia GO-020 e às demais principais vias de trânsito da cidade. Além disso, a região dispõe de diversos equipamentos, como supermercados, empórios, posto policial, igrejas, salão de beleza, banco, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, postos de gasolina, dentre outros.

A Figura 74 contém registros de partes do Lago Sussuapara, apresentando respectivamente, parque infantil, lago, área de convivência contendo pergolados de madeira e bancos de cimento, imagens do lago, espaços gramados e da escultura “Eu amo Bela Vista”, equipamentos de ginástica ao ar livre e quadra esportiva de areia.

Figura 74 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Lago Sussuapara em Bela Vista de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

As imagens do Lago Sussuapara em Bela Vista de Goiás, demonstram que apesar se constituir um espaço público denominado como “Lago”, o ambiente possui diversas características que o assemelham a um Parque Urbano, como amplos espaços gramados, espaços para caminhada, espaços para prática de atividades físicas, espaços para recreação infantil e espaços arborizados.

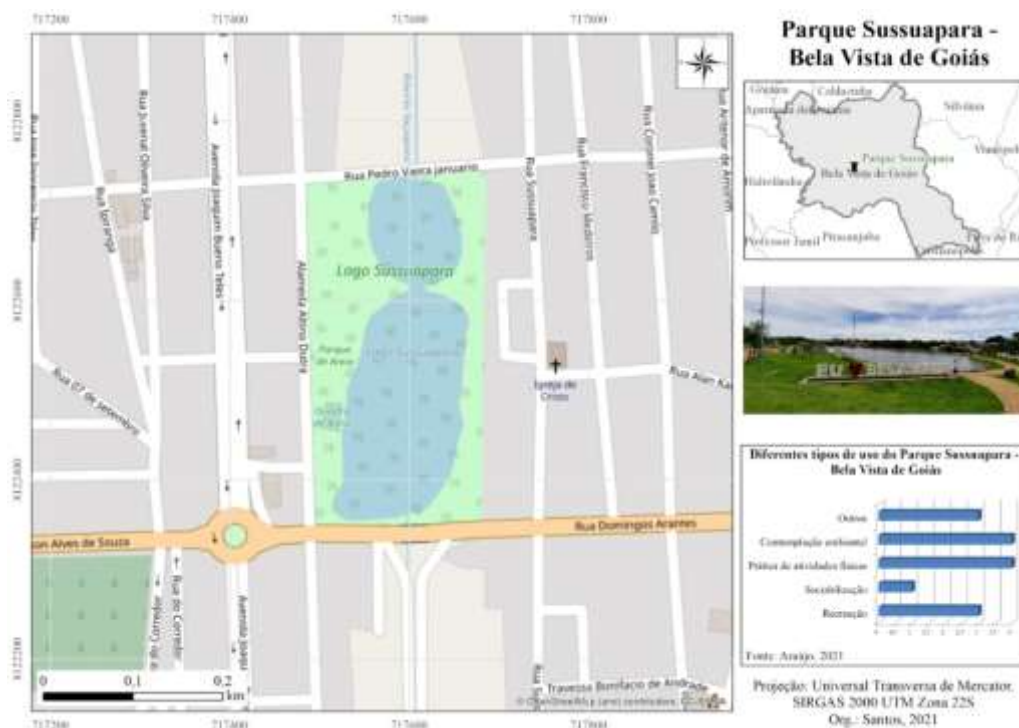
A Figura 75 apresenta respectivamente os seguintes registros: Imagens do Hotel Spa do Lago, construção residencial e bar, situados nas margens imediatas do Lago Sussuapara.

Figura 75 – Mosaico de Imagens de Imóveis anexos ao Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás



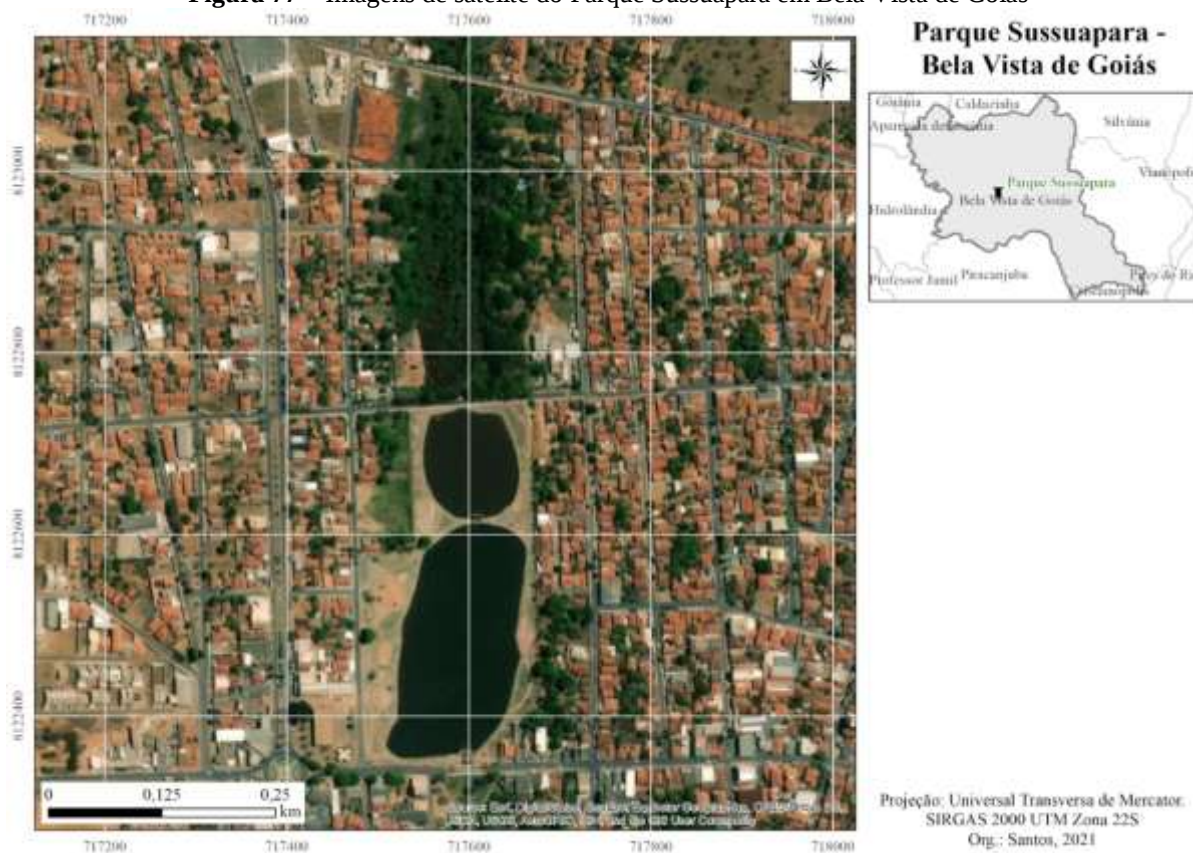
Fonte: Araújo (2021).

Figura 76 - Mapa do Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás



Org.: Santos (2021).

Figura 77 – Imagens de satélite do Parque Sussuapara em Bela Vista de Goiás



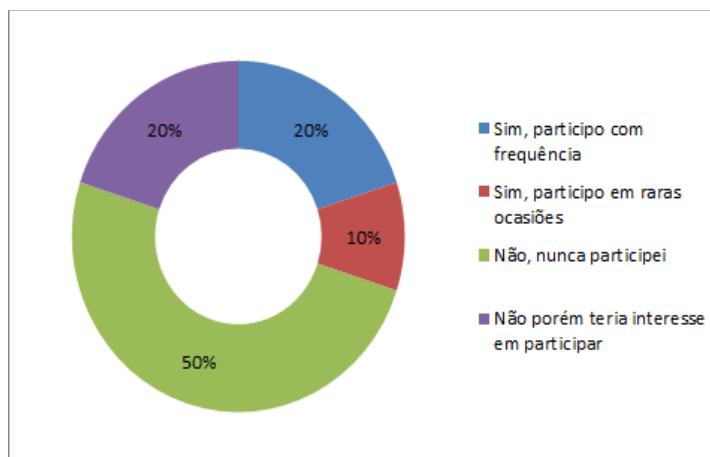
Org.: Santos (2021).

As imagens demonstram a configuração espacial do Lago Sussuapara, próximo à GO-060, rodeado predominantemente por construções residenciais.

Os parágrafos a seguir descrevem os resultados apreendidos por meio de aplicação de questionário semiestruturado junto aos frequentadores do Lago Sussuapara.

Quando perguntados sobre a participação no processo de criação do Parque Sussuapara, não ter participado de ações relacionadas à criação do parque, apenas 10% declarou participação ativa neste processo, relatando ter contribuído com o plantio de árvores no Parque Sussuapara.

Figura 78 – Gráfico contendo Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Bela Vista de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Os dados acima revelam que embora, alguns moradores tenham relatado participar de alguma maneira do processo de criação, gestão e conservação de espaços como o Lago o Sussuapara, os níveis de participação popular nessas ações ainda são muito baixos.

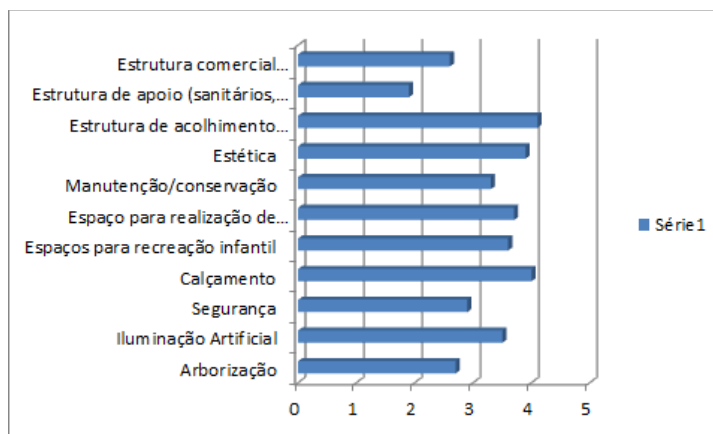
Em relação à quantidade de parques urbanos no município ser suficiente para o município, 20% dos entrevistados consideram que Bela Vista está suficientemente contemplada, 50% das pessoas ouvidas considera que a cidade está relativamente contemplada, enquanto 30% relatam que a cidade está insatisfatoriamente contemplada em termos de parques urbanos. Tal resultado demonstra que a quantidade de equipamentos como o Lago Sussuapara ainda pode ser ampliada.

No que diz respeito às condições gerais do parque no tocante à sua gestão e conservação do Parque Sussuapara, 50% dos usuários entrevistados considera que as condições do parque são boas, 30% dos indivíduos consideram que estas condições são regulares e 20% classificam como ruins as condições de gestão e conservação do parque.

Foi solicitado aos usuários do Parque Sussuapara qual avaliassem a qualidade de alguns quesitos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondentes a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2,6; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,9; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4,1; Estética - 3,9; Manutenção/conservação - Nota 3,3; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,7; Espaços para recreação infantil - Nota 3,6; Calçamento - Nota 4;

Segurança - Nota 2,9; Iluminação artificial - Nota 3,5 e Arborização - Nota 2,7. A imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 79 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Sussuapara



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados demonstram a necessidade de melhorias em relação à arborização do espaço e à sua estrutura de apoio, incluindo, sobretudo, a necessidade de sanitários no Lago. Quando perguntado aos visitantes se os mesmos consideram o Parque Sussuapara um espaço acessível para todos os moradores do município de Bela Vista de Goiás, independente de seu local de residência, 90% dos entrevistados afirmaram considerar o parque um espaço acessível a todos os habitantes bela-vistenses. 10% dos entrevistados classificaram o parque como inacessível para alguns habitantes da cidade.

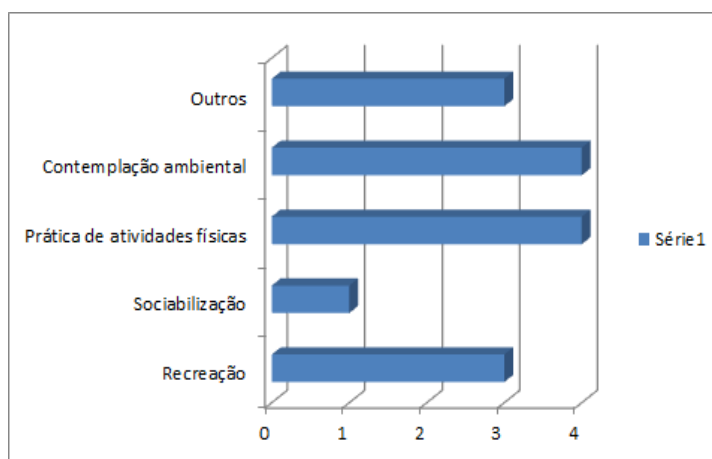
Ao serem indagados sobre qual o principal benefício propiciado a sua vida, pelo uso do parque, os usuários entrevistados emitiram as seguintes respostas: “contato com área verde da cidade”, “lazer e atividades físicas”, “bem-estar das pessoas”, “cura”, “descontrair”, “recreação infantil”, “belo”, “lazer”, “recreação”, “contato com a natureza e local familiar” e “tranquilidade”. Dessa forma, sob a perspectiva dos usuários, destacam-se os elementos relacionados ao lazer e ao bem-estar proporcionado à população pelo Lago Sussuapara.

Quando indagados sobre qual o principal problema apresentado pelo Parque Sussuapara, os usuários do parque mencionaram as seguintes respostas: “falta um atrativo de lazer”, “lixo que acaba indo pro lago e necessidade de controlar o sistema de pesca”, “falta de segurança”, “acessibilidade deficiente”, “cuidado com o lixo”, “lixo”, “sanitários”, “lixo”, “limpeza e conservação”, “segurança, iluminação e arborização”. Assim, ficou evidente a

preocupação dos usuários do espaço em relação à questão ambiental, especificamente em relação à questão do lixo jogado no Lago.

Na investigação sobre os diferentes usos do Parque Sussuapara por parte dos visitantes, o panorama obtido foi o seguinte:

Figura 80 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Sussuapara



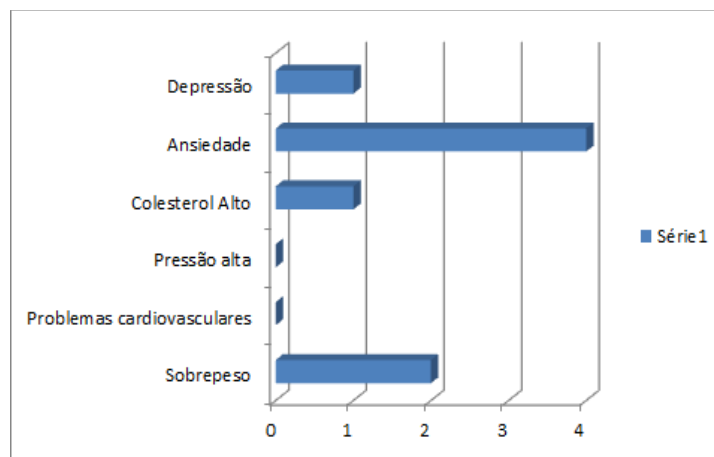
Fonte: Araújo (2021).

Por meio do levantamento da percepção dos usuários, as atividades contemplação ambiental e prática de atividades físicas foram as que mais se destacaram no Lago Sussuapara.

Ao serem indagados sobre práticas de atividades físicas, 60% dos sujeitos entrevistados relataram praticar atividades físicas com frequência, contrapondo-se aos 40% de indivíduos que afirmou não realizar. As modalidades mencionadas foram caminhada, com dois registros, futebol, com um registro e ciclismo, com um registro. Também foram citadas outras práticas como ioga e *parkout*.

Investigando-se o quadro problemas de saúde atuais e anteriores apresentado pelos entrevistados, pode-se chegar ao resultado exposto na Figura 81:

Figura 81 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago Municipal Sussuapara



Fonte: Araújo (2021).

Dentre os problemas de saúde relatados pelos frequentadores do Lago, o mais mencionado pelos usuários foi a “Ansiedade”, seguida pelo problema “Sobrepeso”.

Quando se perguntou aos entrevistados se os mesmos utilizam o parque como forma de auxílio no tratamento de algum dos problemas de seus problemas de saúde, 30% revelaram que sim, ao contrário de 70% dos respondentes que informaram não utilizar o parque com esta finalidade.

4.3 Bonfinópolis

Com uma população estimada em 9.919 pessoas (IBGE, 2020), o município de Bonfinópolis apresenta extensão territorial de 123.427 km², situando-se na posição 236^o dentre os municípios do estado de Goiás, no que diz respeito a sua dimensão territorial. Bonfinópolis é um dos municípios que se encontra inserido na Bacia do Rio Meia Ponte. O município era anteriormente abastecido por captação no Córrego Barro Preto, atualmente seu abastecimento se dá por captação em poços subterrâneos. (PDI-RMG, 2017)

Bonfinópolis surgiu inicialmente como um distrito vinculado a Leopoldo de Bulhões e foi elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 10.408, de 30 de dezembro de 1987.

O uso do solo de Bonfinópolis, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte

forma: Agricultura – 23,07%; Corpos Hídricos – 0,61%; Pastagem – 49,61%; Remanescente – 24,07%; Mancha Urbana – 2,54% e Outros – 0,07%.

Bonfinópolis dispõe de equipamentos como supermercados, restaurantes, igrejas, posto de gasolina, escolas estaduais, municipais e particulares, bancos, ginásio esportivo, estádio municipal, pesque-pague particular, loja agropecuária e outros estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

O município dispõe de algumas praças distribuídas ao longo dos dois lados do município que margeiam a rodovia BR-457, conforme exposto no Quadro 18.

Quadro 18 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Bonfinópolis – GO

Espaços Públicos
Praça do Jardim Ana Amélia
Praça do Jardim Santana
Praça da Igreja de São Sebastião
Praça Campos Dourados
Praça São Geraldo
Praça da Igreja São Sebastião

Fonte: Bonfinópolis (2021).

Org.: Araújo (2021).

Além dos espaços listados acima, o Município conta com um Parque Urbano em seu território, o Parque Ecológico de Bonfinópolis, conforme caracterização contida no tópico a seguir.

4.3.1 Parque Ecológico de Bonfinópolis

O Parque Ecológico de Bonfinópolis possui a extensão geográfica de 4.967,61 km² e foi criado por meio da Lei Municipal N°436 de 24 de fevereiro de 2006. Sua criação se deu por meio de iniciativa da própria prefeitura. A administração do equipamento é feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bonfinópolis.

O Parque Ecológico de Bonfinópolis encontra-se localizado junto à Rua Bela Vista no bairro Vila São José. Sua área encontra-se no limite entre zona urbana e zona rural do município. O Parque é constituído por um lago, conhecido popularmente segundo moradores como “represa do Gogó” e por equipamentos como pista de skate, parque infantil e quadra de futebol, que foi recentemente construída e liberada para uso. Além disso, encontra-se instalado na área do parque um prédio térreo sedia o Centro de Cultura e Turismo de

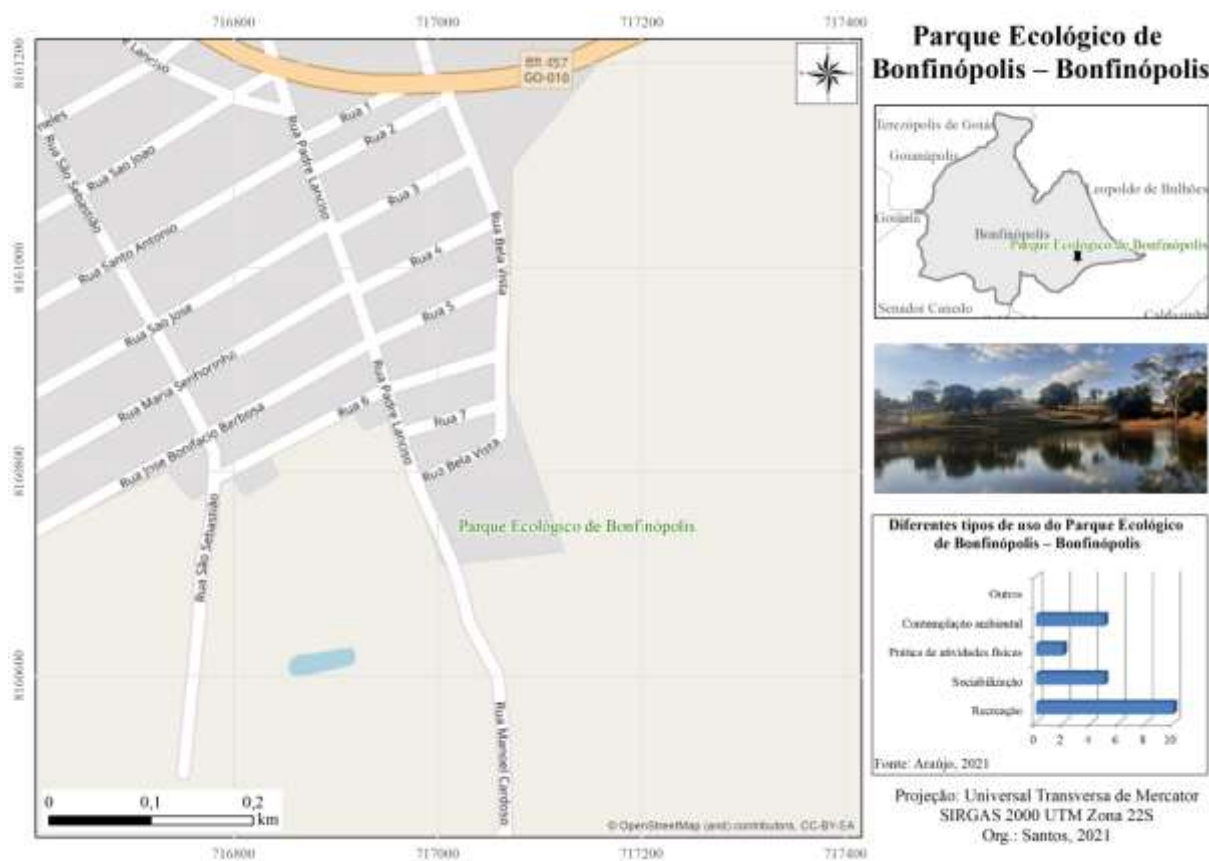
Bonfinópolis. O parque dispõe de um pequeno estacionamento, mas ainda não conta com equipamentos como sanitários públicos, quiosques para lanche e bicicletário. A parte mais alta do parque, onde estão localizados a quadra e o parque infantil apresenta melhor infraestrutura, contando com a presença de bancos de cimentos, lixeiras e calçamento. Na parte mais baixa do parque, onde está localizado o lago ainda não há calçamento para a realização de caminhada, além disso, ainda não foram instalados bancos e lixeiras nessa parte. A Figura 82 apresenta imagens da estrutura do parque.

Figura 82 – Mosaico de Imagens do Parque Ecológico de Bonfinópolis



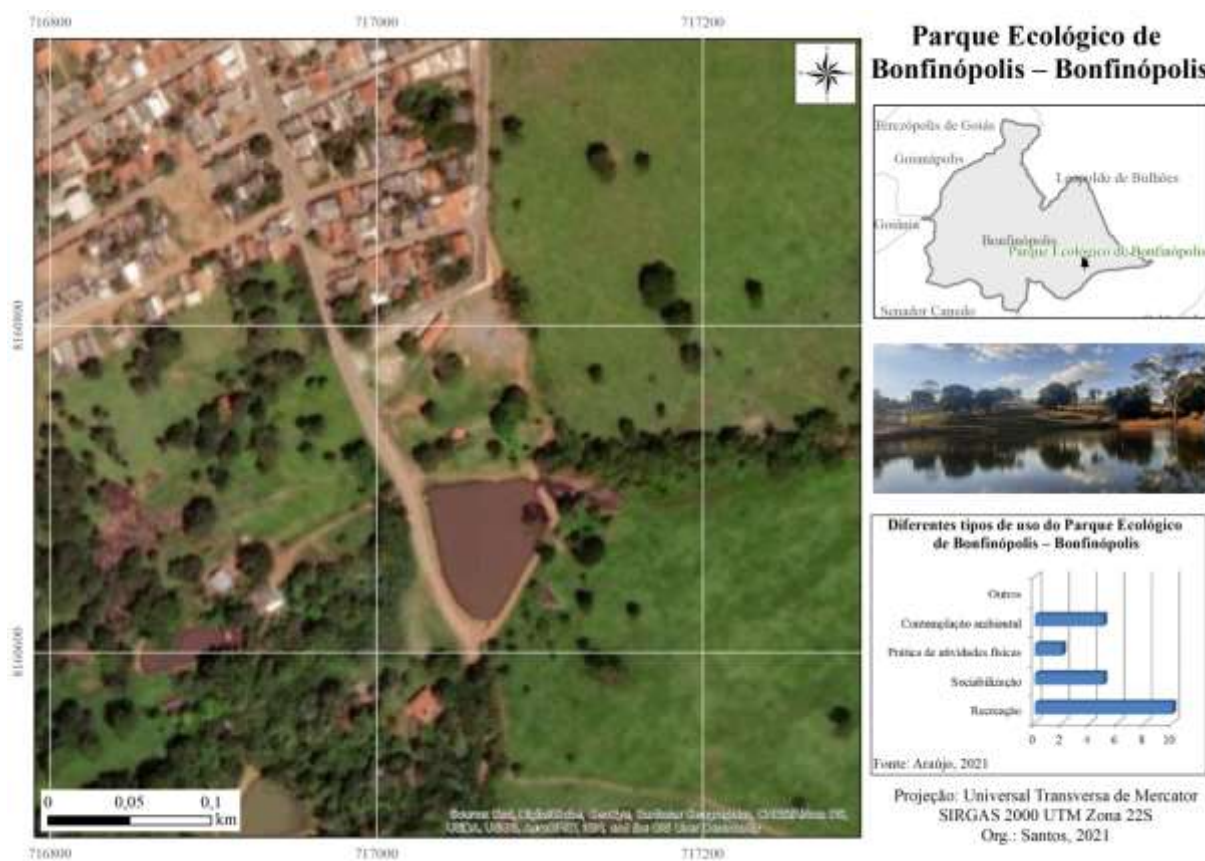
Fonte: Araújo (2021).

Figura 83 – Mapa do Parque Ecológico de Bonfinópolis



Org.: Santos (2021).

Figura 84 – Imagens de satélite do Parque Ecológico de Bonfinópolis

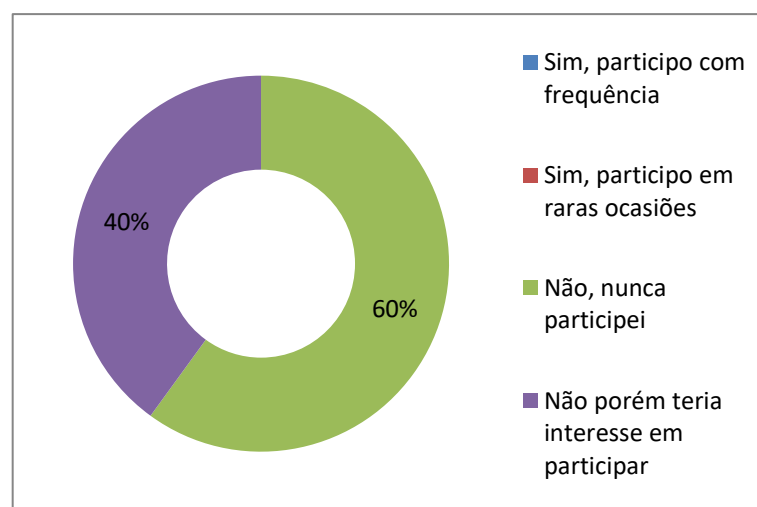


Org.: Santos (2021).

A população usuária do Parque Ecológico de Bonfinópolis foi consultada quanto a sua participação no processo de criação do referido espaço. Nesse sentido, 100% dos entrevistados informaram não terem participado deste processo.

Quando perguntados a respeito da participação em ações relacionadas à gestão e conservação do parque, foi possível obter o resultado apresentado na Figura 85.

Figura 85 – Gráfico contendo Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Bonfinópolis



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados encontrados em relação à participação na criação, gestão e conservação do parque de Bonfinópolis, demonstra níveis muito baixos de interação da sociedade na constituição desses espaços.

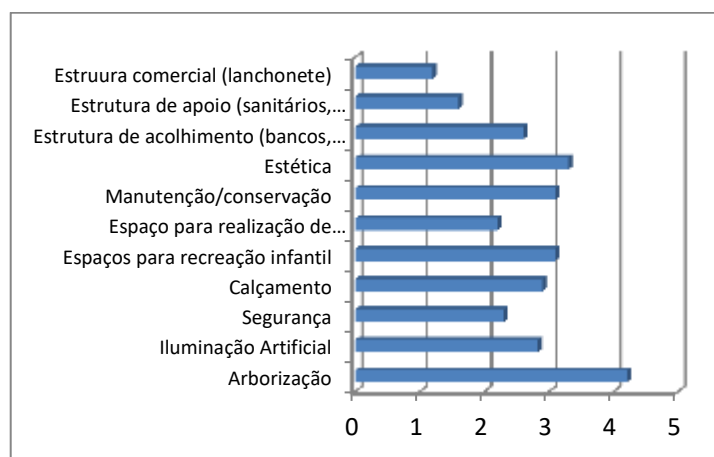
Foi perguntado à população entrevistada se o número de parques em Bonfinópolis é suficiente para atender a demanda no município, assim 10% dos entrevistados classificou o município como suficientemente contemplado, 70% classificou como relativamente contemplado e 20% afirmou considerar que o município está insuficientemente contemplado em termos de parques urbanos.

Ao serem indagados sobre as condições gerais do Parque Ecológico de Bonfinópolis, 40% dos entrevistados afirmou considerar “boas” as condições apresentadas pelo espaço, enquanto 60% da população entrevistada classificou as condições como regulares.

Solicitou-se aos usuários do Parque Ecológico de Bonfinópolis que avaliassem a qualidade de alguns quesitos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 1,2; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,6; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 2,6; Estética - 3,3; Manutenção/conservação - Nota 3,1; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 2,2; Espaços para recreação infantil - Nota 3,1; Calçamento - Nota

2,9; Segurança - Nota 2,3; Iluminação artificial - Nota 2,8 e Arborização - Nota 4,2. A figura 86 ilustra por meio de um gráfico a avaliação realizada sobre os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 86 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Ecológico de Bonfinópolis



Fonte: Araújo (2021).

A avaliação realizada pelos usuários do Parque de Bonfinópolis demonstra que os aspectos melhor relacionados são aqueles mais relacionados a elementos naturais do espaço, como arborização e estética.

Os itens que receberam piores notas dos usuários foram estrutura comercial, pois no parque não há instalação de equipamentos como quiosques e lanchonetes, e estrutura de apoio, já que no espaço, apesar de haver um pequeno estacionamento, não há espaço destinado à guarda de bicicletas e nem sanitários que possam ser utilizados pela população.

Foi perguntado aos sujeitos entrevistados o quanto acessível eles consideram o parque de Bonfinópolis. Nessa questão, 70% dos entrevistados afirmaram considerar o parque um espaço acessível a toda a população do município, independente do bairro de residência. 30% dos sujeitos ouvidos classificaram o espaço como relativamente acessível à população.

Quando questionados sobre o principal benefício propiciado pelo parque ao usuário, foram obtidas as seguintes respostas: “diversão infantil”, “não há”, “recreação”, “recreação infantil”, “recreação”, “parque infantil”, “sociabilização”, “recreação”, “sociabilização”, “estar em contato com a água”.

Com base nas respostas apresentadas, notou-se que a recreação, com destaque para recreação infantil tem sido a principal atividade realizada no parque. Durante o trabalho de

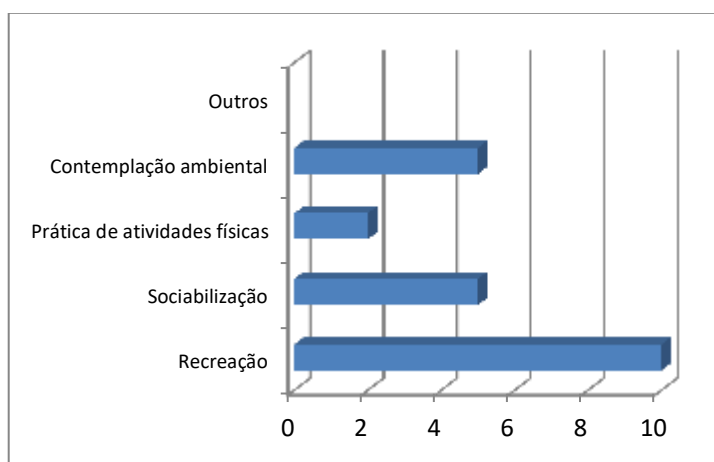
campo detectou-se que a expressiva maioria dos visitantes do parque estava distribuída em dois pontos de concentração: na quadra esportiva recém-inaugurada e no parque infantil.

Ao serem indagados sobre o principal problema do parque, os usuários relataram o seguinte: “manutenção de brinquedos”, “falta de liberdade para uso do parque”, “estrutura”, “falta de segurança e limpeza”, “lugar para caminhar”, “falta de opções para atividades físicas”, “segurança”, “segurança e uso de drogas”, “segurança da represa”, “falta lixeiras e bancos na parte de baixo do parque, segurança e manutenção”.

Analisando os problemas relatados pelos entrevistados nota-se que segurança e infraestrutura são as principais demandas apresentadas pela população frequentadora do espaço.

A população foi consultada com intuito de se compreender os diferentes tipos de uso empreendidos no Parque Ecológico de Bonfinópolis, com os resultados alcançados foi possível elaborar o quadro contido na Figura 87.

Figura 87 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Ecológico de Bonfinópolis



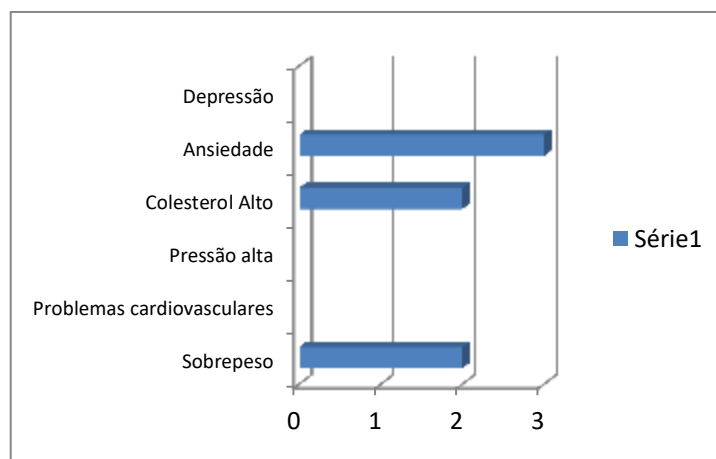
Fonte: Araújo (2021).

Conforme exposição gráfica, a recreação figura como o principal uso empreendido no parque segundo o relato das pessoas entrevistadas.

Indagados sobre prática de atividades físicas, 40% as pessoas entrevistadas afirmaram fazer exercícios físicos com frequência, enquanto 60% das pessoas informaram não possuir este hábito. Os praticantes de exercícios físicos relataram desenvolver atividades como caminhada, corrida, funcional, vôlei, futebol e ciclismo.

Os usuários do Parque Ecológico de Bonfinópolis também foram consultados com vistas a se conhecer os problemas de saúde apresentados pelos mesmos. Diante deste questionamento foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Figura 88 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Ecológico de Bonfinópolis



Fonte: Araújo (2021).

De acordo com o relato dos entrevistados, “ansiedade” apareceu como o problema mais recorrente apresentado pelos visitantes do parque. Apenas uma entre as dez pessoas entrevistadas alegou fazer uso do parque como forma de auxiliar no tratamento de seus problemas de saúde.

4.4 Goiânia

O município de Goiânia possui uma população estimada de 1.555.626 pessoas e extensão territorial de 728.841 km². Goiânia foi idealizada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, para sediar a nova capital do estado de Goiás, que já não era comportada pela antiga Vila Boa:

Em janeiro de 1933, a comissão instituída por Pedro Ludovico procedeu a realização de estudos das condições topográficas, hidrológicas e climáticas das localidades de Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio de Ubatã (atual vila de Erigeneu Teixeira, em Orizona) e Campinas (atual bairro de Campinas). O relatório final apresentado a Pedro Ludovico indicou uma fazenda localizada nas proximidades do povoado de Campinas como o local ideal para construção da nova capital. O decreto estadual nº

3359, de 18 de maio de 1933, determinou a escolha da região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo, no então município de Campinas, para a edificação da nova capital de Goiás. Em 24 de outubro de 1933, em local definido pelo engenheiro, arquiteto, urbanista e paisagista Attilio Corrêa Lima, responsável pelo projeto urbanístico da nova capital, Pedro Ludovico lançou a pedra fundamental de Goiânia. A data foi escolhida para homenagear os três anos da revolução de 1930. (GOIÂNIA, 2021)

A cidade de Goiânia foi planejada para 50 mil habitantes, todavia uma série de fatores, como a retomada da política de interiorização (1951-1954), a inauguração da Usina Rochedo (1955), e a construção de Brasília (1954-1960), contribuíram para um rápido crescimento demográfico no município, que atraiu pessoas de diversos estados brasileiros, alcançando rapidamente a marca de 150 mil habitantes no ano de 1965. (GOIÂNIA, 2021)

Segundo Diniz (2007) a escolha do espaço para sediar a nova capital do estado e o projeto de cidade elaborado por Attilio Corrêa Lima foram influenciados por paradigmas da escola francesa de urbanismo, que previam nas cidades complexos sistemas de áreas verdes, dotados de praças, bosques, jardins e ruas arborizadas.

4.4.1 Parque Areião

O Parque Areião possui extensão de 240.000,00 m² e constitui área remanescente considerada reserva do Plano Original de 1938. O espaço foi instituído por meio do Decreto nº 1.530, de 10 de dezembro de 1992 e encontra-se localizado junto à Avenida Americano do Brasil, Avenida Areião, Alameda Coronel Eugênio Jardim, Avenida Edmundo P. de Abreu, 1ª Radial e Rua 90, abrangendo os Setores Marista, Sul e Pedro Ludovico. O espaço é formado pela Área de Preservação Permanente do Córrego Areião (nascente), remanescentes de Mata Ciliar, Mata de Galeria e Mata Seca, além da presença de população de Macacos-prego. (AMMA, 2021)

Além dos recursos naturais e do lago, o parque dispõe de trilha em meio à mata, equipamentos de ginástica, pista de caminhada, parque infantil, bancos de cimentos, postes de iluminação, sanitários, e uma estrutura, composta por diversas construções, denominada Vila Ambiental. A Vila Ambiental é composta por inúmeras entidades parceiras da Prefeitura de Goiânia que desenvolvem diversos projetos voltados para a Educação Ambiental e para temas multidisciplinares, dentre eles destaca-se a Universidade Federal de Goiás, o Grupo Escoteiro Arara Azul, a Polícia Militar Ambiental, a Guarda Civil Metropolitana e a ONG Liga do Bem.

Figura 89 – Mosaico de Imagens da Vila Ambiental no Parque Areião em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Durante pesquisas de campo realizadas no Parque Areião foi possível observar uma grande quantidade de pessoas fazendo uso do espaço.

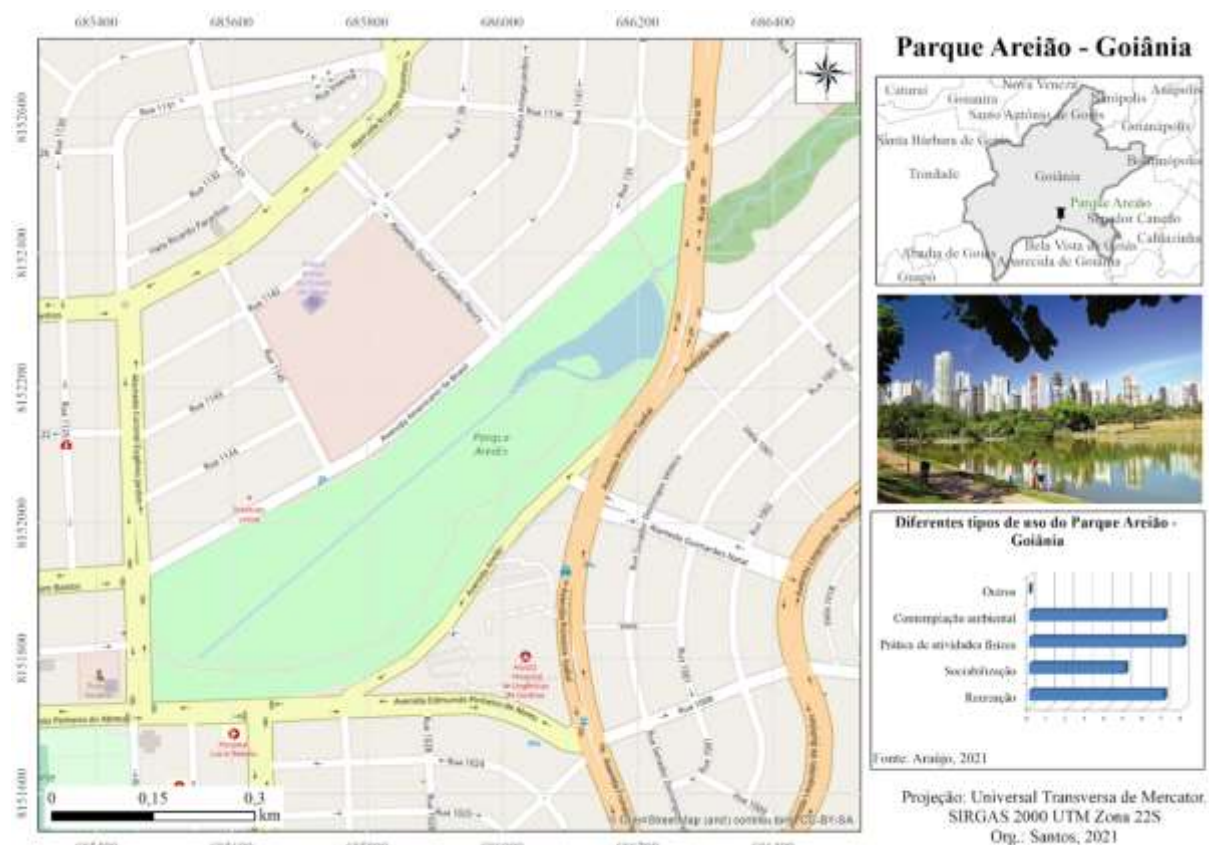
A seguir, são apresentadas imagens do Parque Areião (Figura 90), Mapa do Parque (Figura 91) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 92).

Figura 90 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Areião

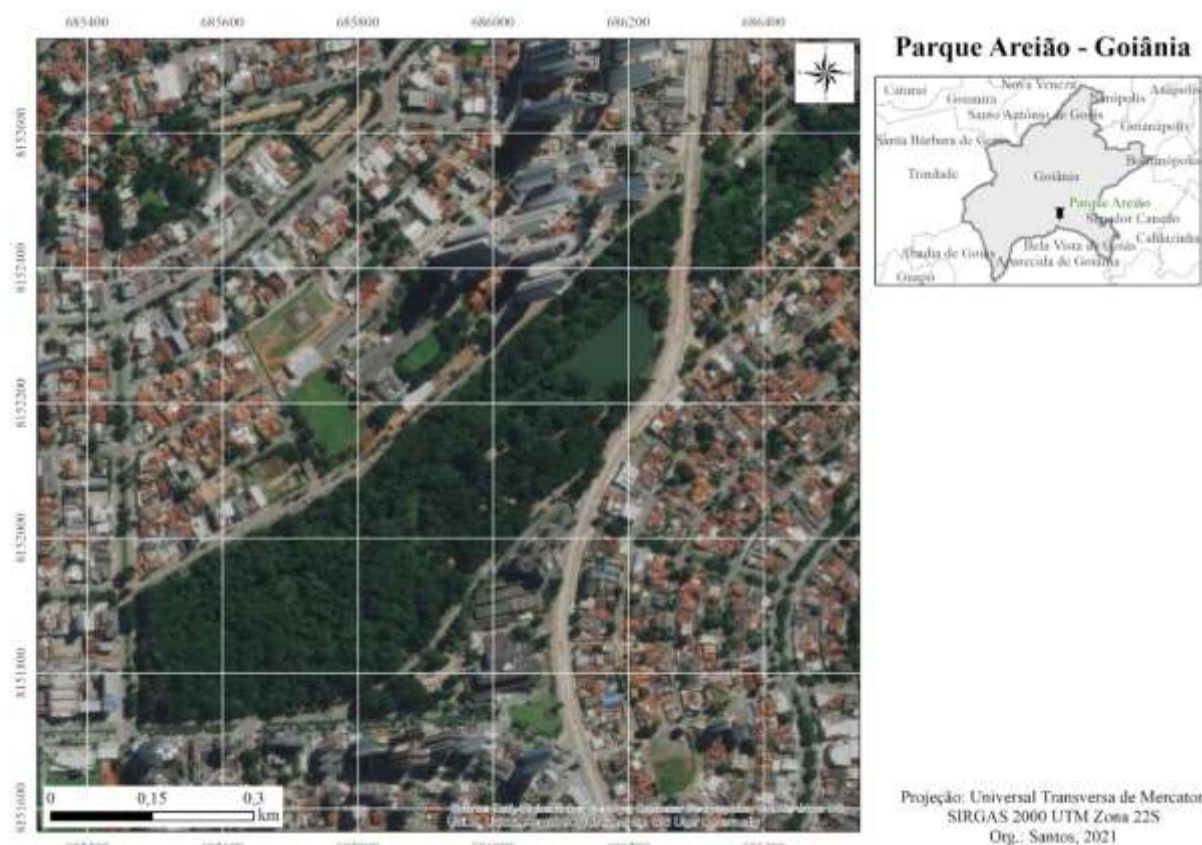


Fonte: Araújo (2021).

Figura 91 – Mapa do Parque Areião em Goiânia



Org.: Santos (2021).

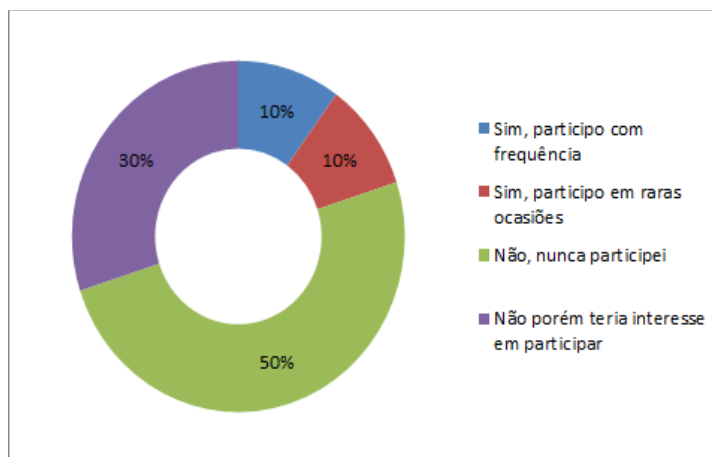
Figura 92 – Imagens de satélite do Parque Areião em Goiânia

Org.: Santos (2021).

Em relação ao nível de participação dos entrevistados no processo de criação de algum parque urbano no município de Goiânia, 30% dos usuários consultados afirmaram ter participado de alguma forma, enquanto 70% dos respondentes alegaram não ter participado do processo de criação de nenhum parque urbano no município.

Quando perguntados em relação à participação em processos de gestão e conservação de parques urbanos localizados em seu município de residência, foi possível obter os seguintes achados:

Figura 93 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Goiânia

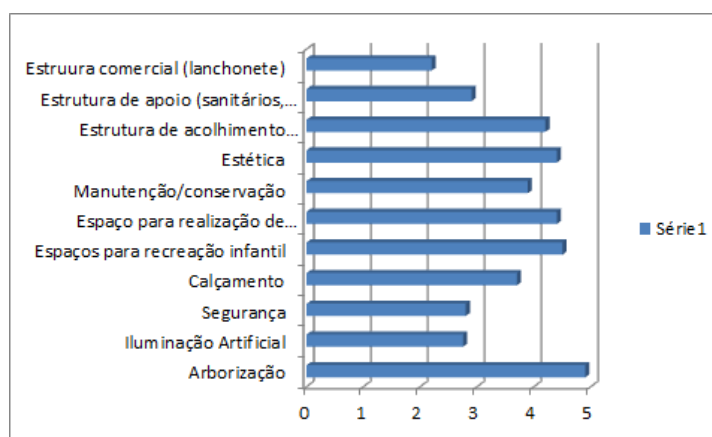


Fonte: Araújo (2021).

Em investigação sobre a satisfação dos usuários em relação ao número de parques existentes próximos a sua residência, 70% dos entrevistados informaram considerar seu bairro suficientemente contemplado, 20% dos usuários optaram pela classificação relativamente contemplado e 10% considera que seu bairro de residência encontra-se insatisfatoriamente contemplado quanto a existência de parques urbanos nas proximidades.

No que se refere às atuais condições de gestão e conservação do Parque Areião, 50% das pessoas entrevistadas classificaram como boas as condições do parque, 30% dos usuários consultados considerou ruins as condições apresentadas pelo parque, 10% avaliaram as condições como péssimas e 10% informou não saber avaliar.

Quando questionados sobre a percepção dos usuários sobre alguns aspectos do Parque Areião, foram atribuídas aos quesitos avaliados notas de 1 a 5, numa escala onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2,2; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 2,9; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4,2; Estética - Nota 4,4; Manutenção/conservação - Nota 3,88; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,4; Espaços para recreação infantil - Nota 4,5; Calçamento - Nota 3,7; Segurança - Nota 2,8; Iluminação artificial - Nota 2,75 e Arborização - Nota 4,9. A imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 94 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Areião

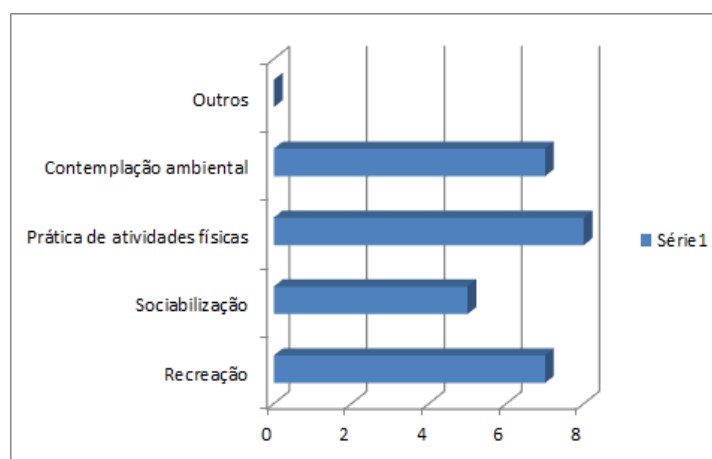
Fonte: Araújo (2021).

Ao se perguntar aos usuários do Parque Areião se os mesmos consideram o parque um espaço acessível a todos os habitantes de Goiânia, independente de seu bairro de residência, todos os indivíduos consultados foram unânimes ao declarar que consideram o parque um ambiente acessível a toda a população goianiense.

Os usuários do parque foram consultados com vistas a se apreender qual o principal benefício propiciado pelo Parque Areião à vida de cada um deles. a partir deste questionamento, foram alcançadas as seguintes respostas: “paz”, “oxigênio, recreação e liberdade”, “paz”, “mudança de ares”, “se livrar do urbanismo e aliviar o estresse”, “tranquilidade”, “atividades físicas”, “equilíbrio, bem-estar e qualidade de vida”, “relaxamento e saúde” e “bem-estar”.

Também foi perguntado aos usuários do parque qual o principal problema apresentado pelo Parque Areião, onde puderam ser obtidas as seguintes respostas: “falta trocador para criança e macaco”, “nenhum”, “nenhum”, “parte noturna, mais iluminação e segurança”, “falta de estrutura para aproveitar a parte interna”, “muito inseguro”, “macacos”, “manutenção e retirada do lixo”, “segurança” e “falta de segurança”.

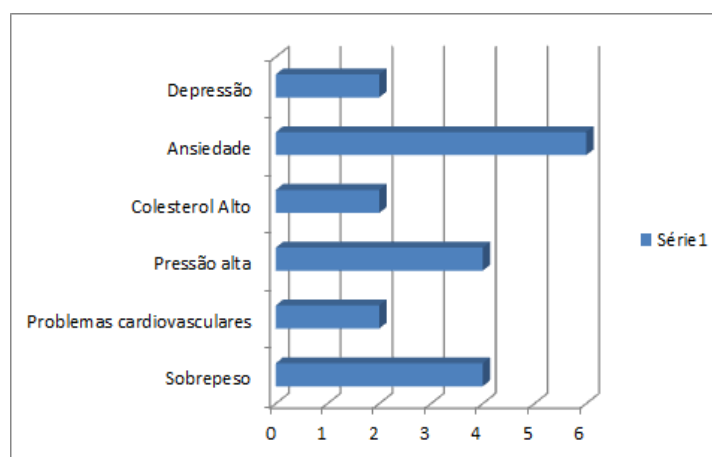
No que diz respeito aos diferentes tipos de uso empreendidos pelos frequentadores do parque, as entrevistas realizadas apontaram para a seguinte configuração:

Figura 95 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Areião em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Na investigação sobre hábitos relacionados à prática de atividades físicas, 70% dos indivíduos consultados afirmou realizar exercícios físicos com frequência, em contraposição a 30% dos entrevistados que relatou não realizar atividades físicas com regularidade. As modalidades mencionadas como práticas constantes pelos usuários do parque foram: caminhada, com 7 registros, corrida, com 4 registros, ciclismo, com 2 registros, *cross fit*, funcional, vôlei e futebol, com 1 registro cada. Também foram mencionadas pelos usuários as modalidades trilha e luta.

No que tange a investigação sobre problemas de saúde, atuais ou anteriores, apresentados pelos frequentadores do parque, foi possível elaborar o seguinte panorama:

Figura 96 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Areião em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Os usuários entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de o Parque Areião ser utilizada por eles como meio de auxiliar no tratamento de algum problema de saúde. Assim sendo, 70% dos indivíduos consultados responderam positivamente a esta questão, 20% responderam negativamente e 10% abstiveram-se de emitir opinião.

4.4.2 Parque Flamboyant

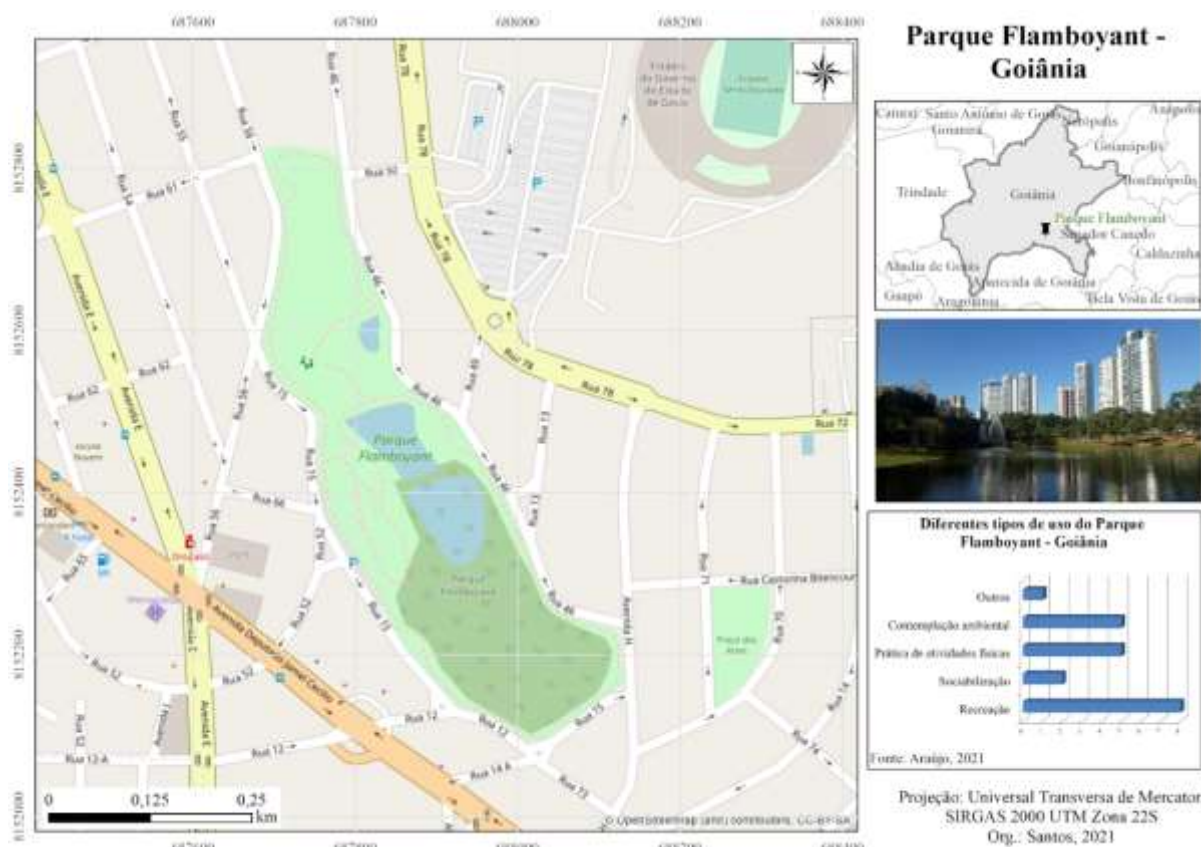
O Parque Flamboyant possui uma área de 130.000,00 m², tendo sua implementação oficializada pelo Decreto nº 158 de 24 de janeiro de 2000. O Parque encontra-se localizado junto às ruas Ruas 46, 15, 12, 55, 56, 58-A e 73 e Avenida H, no Setor Jardim Goiás. Os Recursos Naturais do Parque são compostos por Remanescentes de Mata de Galeria e Veredas de Buritis, APP do Córrego Sumidouro (nascente). Além disso, o parque dispõe de uma sede administrativa, lago, amplos espaços gramados, pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, equipamentos de ginástica, postes de iluminação, sanitários, bicicletários, quiosques comerciais, mesas, bancos e pergolados de madeira.

Figura 97 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Flamboyant em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Figura 98 – Mapa do Parque Flamboyant em Goiânia



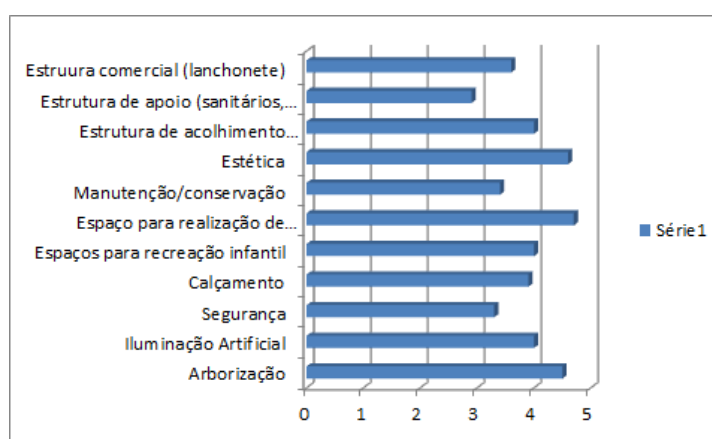
Org.: Santos (2021).

Quando consultados sobre a satisfação em relação ao número de parques existentes nas imediações de seu bairro de residência, as respostas obtidas foram as seguintes: 40% dos entrevistados consideram que seu bairro está suficientemente contemplado, 20% consideram que seu bairro está relativamente contemplado e 40% dos entrevistados classificou seu bairro como insatisfatoriamente contemplado.

No que diz respeito às condições gerais de gestão e conservação do Parque Flamboyant, 20% dos sujeitos consultados classificou como boas as condições do parque, 50% dos entrevistados julgaram serem regulares as atuais condições do Parque Flamboyant, 20% informaram considerar ruins as condições do espaço e 10% se abstiveram de responder a esta questão.

Os usuários do Parque Flamboyant foram convidados a avaliar alguns aspectos do parque atribuindo notas de 1 a 5, numa variação onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 3,6; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 2,9; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4; Estética - Nota 4,6; Manutenção/conservação - Nota 3,4; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,7; Espaços para recreação infantil - Nota 4; Calçamento - Nota 3,9; Segurança - Nota 3,3; Iluminação artificial - Nota 4 e Arborização - Nota 4,5. A imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 101 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Flamboyant



Fonte: Araújo (2021).

Em relação ao acesso ao parque por parte dos moradores residentes no município de Goiânia, 70% dos entrevistados afirmaram que consideram o Parque Flamboyant acessível a

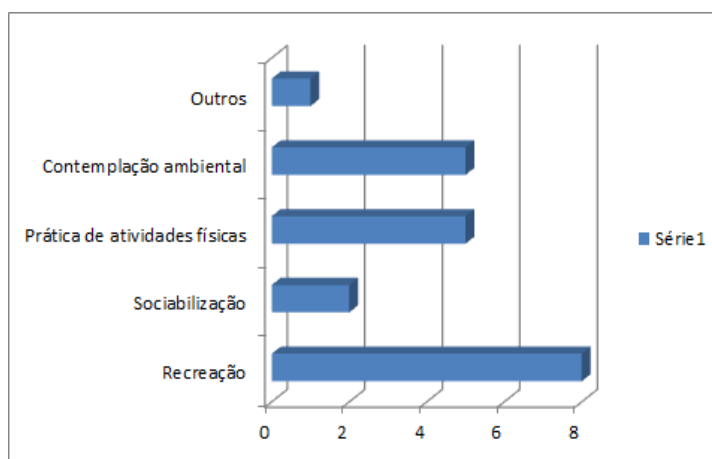
todos os habitantes da cidade, independente de seu local de residência, enquanto 30% classificaram o parque como um espaço relativamente acessível.

Foi perguntado aos usuários entrevistados qual o principal benefício propiciado a vida de cada um, pelo Parque Flamboyant. A partir desta questão foram apreendidas as seguintes respostas: “humanização”, “melhora a sociabilização, qualidade de vida e contato com a natureza”, “bem-estar e espaço para a família”, “Paz e harmonia”, “boa estrutura, agradável e fácil acesso”, “descansar a cabeça”, “lazer”, “lazer”, “ajuda no controle da depressão”, e “lazer”.

Os usuários também foram questionados sobre sua percepção em relação ao principal problema apresentado pelo Parque Flamboyant segundo a percepção de cada um, neste sentido, os problemas relatados pelos entrevistados foram os seguintes: “adensamento vertical”, “estrutura, sanitário e água”, “falta mais sanitários”, “segurança a noite”, “poucos sanitários”, “segurança”, “segurança”, “segurança”, “segurança”, “necessidade de melhoria nos espaços infantis”.

Quando consultados sobre os diferentes tipos de uso empreendidos junto ao Parque Flamboyant, foi possível obter o seguinte panorama:

Figura 102 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Flamboyant em Goiânia



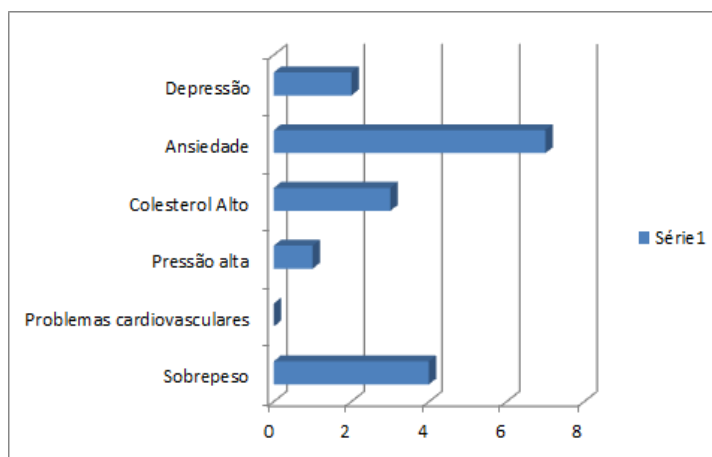
Fonte: Araújo (2021).

Na investigação sobre hábitos relacionados a práticas de atividades físicas, 80% dos entrevistados afirmaram praticar atividades físicas com regularidade, enquanto 20% das pessoas consultadas responderam negativamente a esta questão. Dentre as opções apresentadas, as modalidades elencadas como praticadas foram: caminhada, com 7 registros,

corrida, com 6 registros, ciclismo, com 4 registros, *cross fit*, com 1 registro. Também foram mencionadas as práticas de yoga, pilates e musculação.

Ao buscar compreender o panorama de saúde dos sujeitos entrevistados no Parque Flamboyant, foi perguntado aos mesmos sobre os problemas de saúde que possuem ou já possuíram, tendo sido apresentados os seguintes resultados:

Figura 103 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Flamboyant em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Quando questionado aos visitantes do Parque Flamboyant se os mesmos utilizam o espaço como forma de auxiliar no tratamento de algum dos problemas de saúde acima listados, 80% dos entrevistados responderam positivamente a esta questão, contrapondo-se a 20% dos usuários consultados que afirmaram não utilizar o parque com esta intencionalidade.

Figura 104 –Mosaico de Imagens com os Tipos de uso observados no Parque Flamboyant



Fonte: Araújo (2021).

4.4.3 Lago das Rosas

Situado junto à Alameda das Rosas e à Avenida Anhanguera, no Setor Oeste, O Lago das Rosas possui uma área de 315.000,00 m² de extensão. Seus recursos naturais são constituídos por remanescentes de mata seca. O parque é formado por reserva remanescente do Plano Original, transformada em parque por meio da Lei Orgânica nº 7.412 de 30 de novembro de 1971. (GOIÂNIA, 2021)

O Lago das Rosas conta com lago, pedalinhos, amplos espaços gramados, pista de caminhada, equipamentos de ginástica, parque infantil, quiosques comerciais para lanche, postes de iluminação, sanitários, bancos e mesas de cimento e áreas de estacionamento. Além disso, o parque também possui placas informativas sobre o espaço.

Figura 105 – Mosaico de Imagens da Estrutura Lago das Rosas



Fonte: Araújo (2021).

Figura 106 – Mosaico de Imagens de Placas informativas instaladas no Lago das Rosas

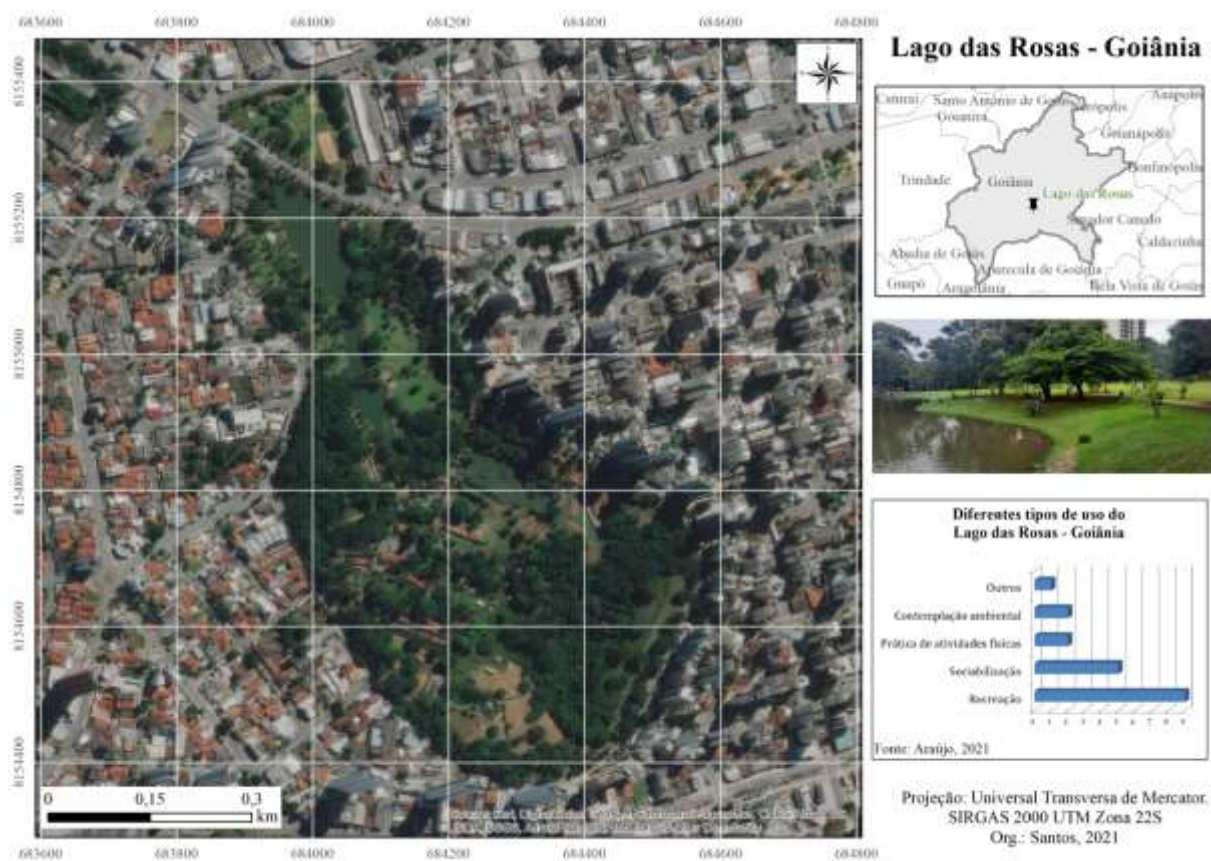


Fonte: Araújo (2021).

Em sua margem imediata é possível detectar uma grande quantidade de prédios residenciais de alto padrão, a maior parte deles com estrutura superior a dez andares. No entorno do parque também se nota a presença de alguns hospitais, como o Instituto de Mastologia e Oncologia, Hospital do Rim, Instituto de Medicina do Sono e Hospital Urológico Puigvert.

O setor em que o Lago das Rosas se encontra localizado também é considerado uma área nobre da cidade, dada sua infraestrutura, o padrão dos imóveis existentes no bairro e o valor cobrado para residir na região. Ademais, o parque está inserido numa área central da cidade, estando situado à frente de uma das principais vias de tráfego do município, a Avenida Anhanguera.

Mediante observação de campo notou-se um acentuado movimento de pessoas utilizando o Lago das Rosas. Bastante utilizado para a prática de atividades físicas todos os dias da semana, o parque torna-se ainda mais procurado aos finais de semana, onde as pessoas intensificam o uso do parque em busca de lazer, sociabilização e recreação.

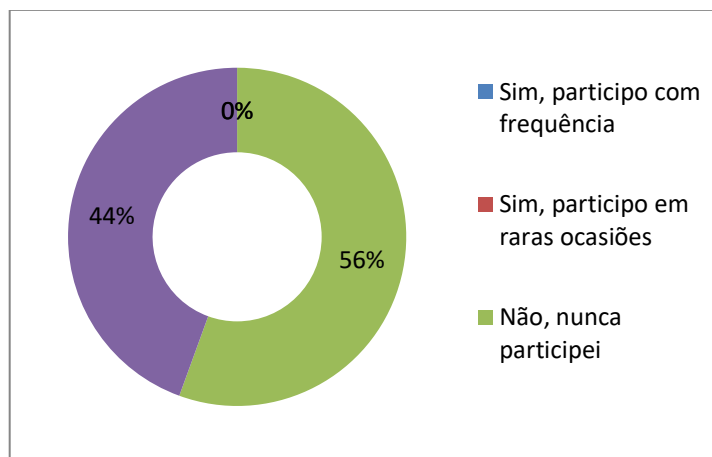
Figura 108 - Imagem de Satélite do Lago das Rosas em Goiânia

Org.: Santos (2021).

Os usuários do Lago das Rosas foram consultados no sentido de compreender seu nível de participação no processo de criação de parques urbanos localizados em seu bairro/município. Desta forma, apreendeu-se que 100% dos entrevistados não participaram da criação de nenhum parque urbano.

Investigando a participação na gestão e conservação de parques urbanos localizados no bairro/município dos entrevistados, foi possível obter o seguinte panorama:

Figura 109 – Gráfico contendo o Nível de participação dos usuários do Lago das Rosas no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia

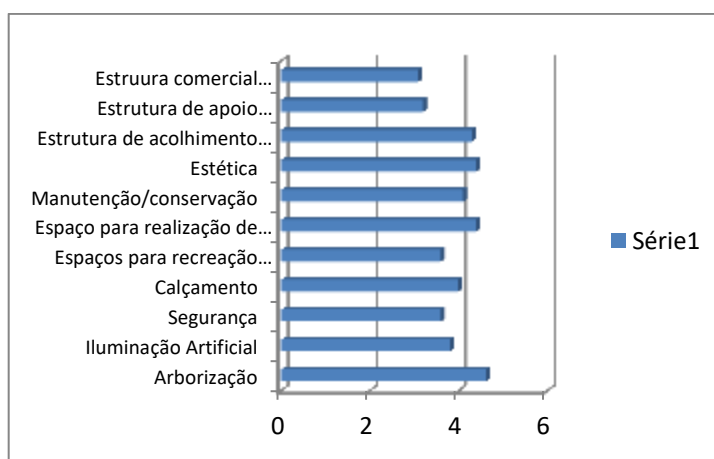


Fonte: Araújo (2021).

Os frequentadores do Lago das Rosas também foram consultados com vistas a compreender seu grau de satisfação em relação à quantidade de parques urbanos presentes nas proximidades a sua residência. Assim, 10% afirmaram considerar seu bairro suficientemente contemplado neste quesito, 50% classificaram seu bairro como relativamente contemplado e 40% indicou considerar o seu bairro de residência insatisfatoriamente contemplado em relação à existência de parques urbanos em suas proximidades.

Perguntados sobre as condições gerais de gestão e conservação do Lago das Rosas, 50% classificaram como boas as condições do espaço, 40% classificaram como regulares e 20% classificou como péssimas as condições apresentadas pelo Lago das Rosas.

Convidamos os frequentadores do Lago das Rosas para avaliar alguns aspectos do parque atribuindo notas de 1 a 5, numa variação onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 3,1; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 3,2; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4,3; Estética - Nota 4,4; Manutenção/conservação - Nota 4,1; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,4; Espaços para recreação infantil - Nota 3,6; Calçamento - Nota 4; Segurança - Nota 3,6; Iluminação artificial - Nota 3,8 e Arborização - Nota 4,6. O gráfico a seguir demonstra as médias obtidas por cada quesito na avaliação realizada pelos usuários.

Figura 110 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Lago das Rosas

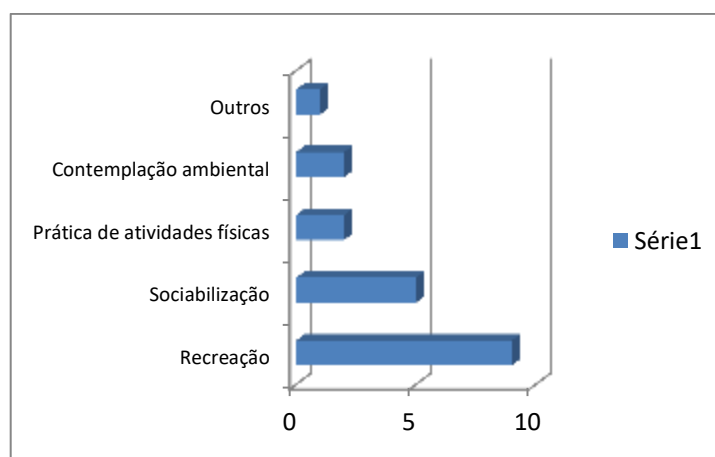
Fonte: Araújo (2021).

No que diz respeito ao parque ser acessível aos habitantes de Goiânia, independente de seu bairro de residência, 70% dos entrevistados consideram o Lago das Rosas um espaço acessível a todos os habitantes da cidade independente de seu bairro de residência, enquanto 30% classifica o parque como um espaço relativamente acessível.

Quando perguntado às pessoas presentes no Lago das Rosas qual o principal benefício propiciado pelo espaço aos seus frequentadores, foram registradas as seguintes opiniões: “recreação”, “recreação”, “lugar para respirar e ter paz”, “lazer”, “descansar a mente”, “ar puro”, “ar puro”, “lazer”, “prática de exercícios físicos” e “lazer”.

Ao se perguntar qual o principal problema detectado no Lago das Rosas, pelos seus usuários, foram mencionadas as seguintes respostas: “banheiro”, “banheiro e brinquedos que são poucos e quebrados”, “muita gente”, “sanitário”, “sanitário”, “segurança”, “falta estacionamento”.

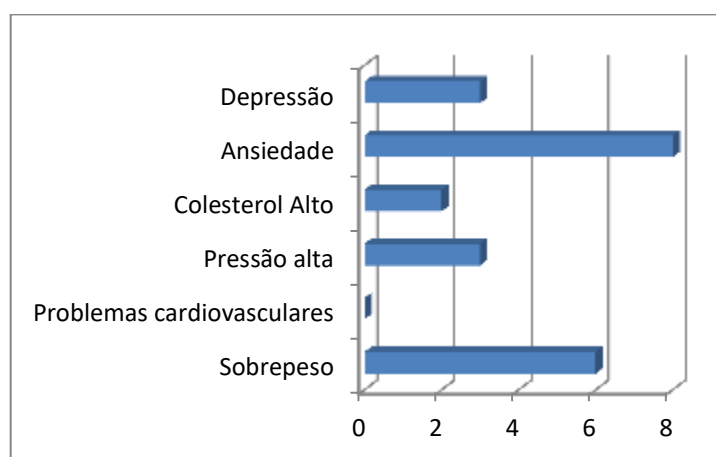
Consultando os usuários do parque para compreender os tipos de uso empreendidos no Lago das Rosas, foi possível alcançar os seguintes resultados:

Figura 111 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Lago das Rosas em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Em relação aos hábitos de vida da população entrevistada, de 40% das pessoas relatou que pratica atividades físicas com frequência, enquanto 60% afirmaram não realizar. As atividades mais relacionadas foram corrida, caminhada, vôlei e ciclismo.

Os frequentadores do Lago da Rosa também foram consultados com vistas a se conhecer quais problemas de saúde eles possuem ou já possuíram, desta forma foram encontrados os seguintes resultados:

Figura 112 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago das Rosas em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Perguntou-se aos usuários do Lago das Rosas se estes utilizam o parque como meio para auxiliar no tratamento de algum de seus problemas de saúde. Neste sentido, 60% responderam que sim e 40% responderam que não.

4.4.4 Parque Leolídio di Ramos Caiado

O Parque Leolídio di Ramos Caiado, conhecido popularmente como Parque do Goiânia II, encontra-se localizado junto à Avenida Pedro Paulo de Souza e à Rua Júpiter, no bairro Goiânia II. O Parque possui 106.842 m² e dispõe de equipamentos como sede administrativa, lago, estação de ginástica, academia ao ar livre, parque infantil, pista de caminhada, ciclovia, ponte e belvedere, estares, quiosque, bancos, e lixeiras.

A seguir, são apresentadas imagens do Parque Leolídio di Ramos Caiado (Mosaico 113), Mapa do Parque (Figura 114) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 115).

Figura 113 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia



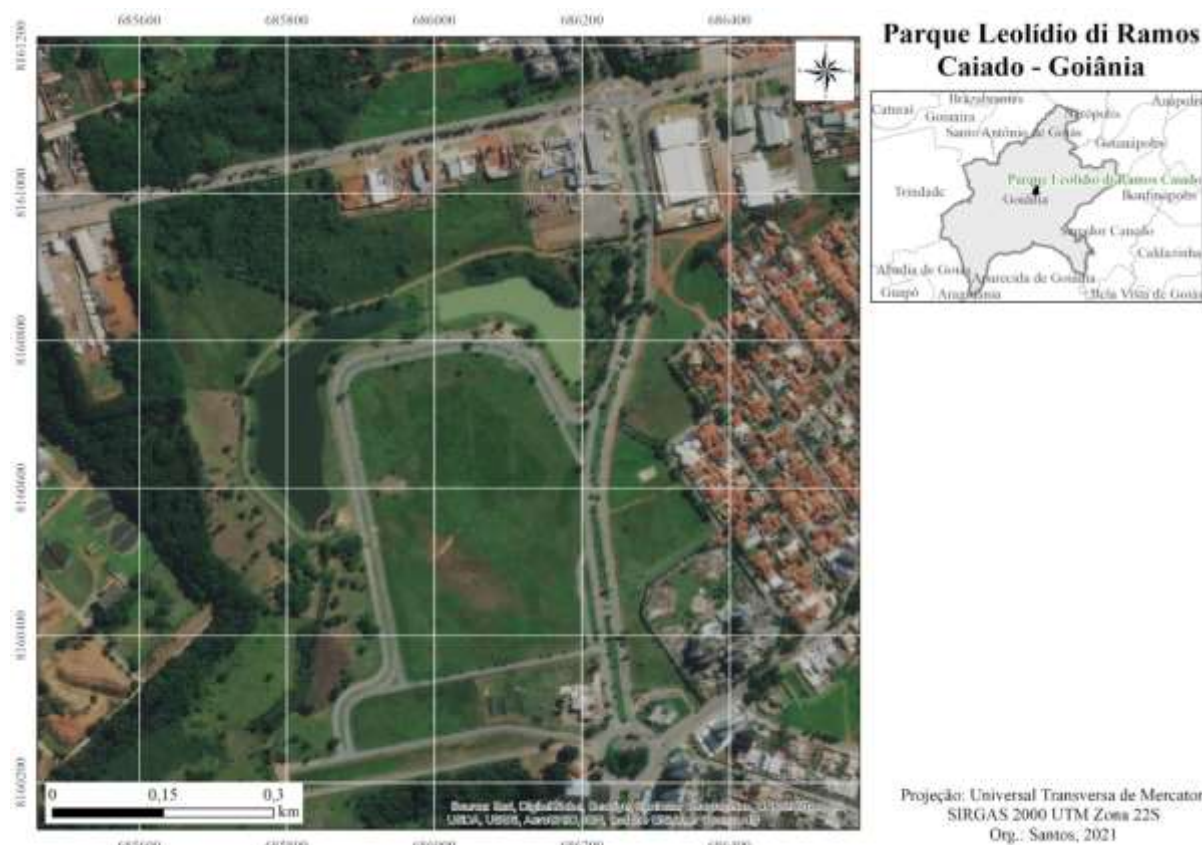
Fonte: Araújo (2021).

Figura 114 - Mapa do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia



Org.: Santos (2021).

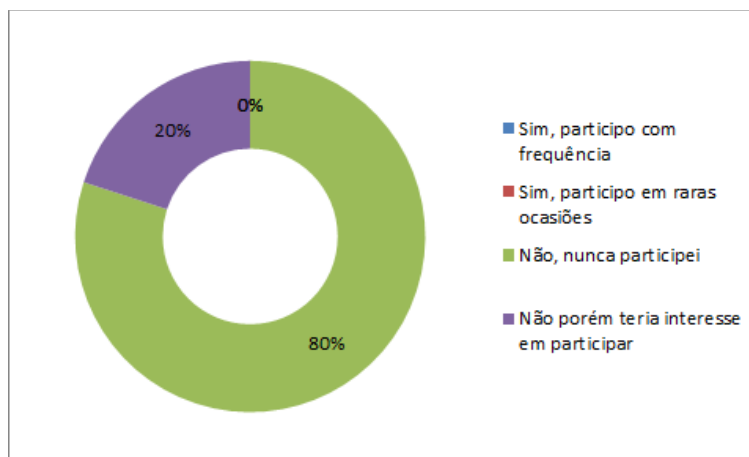
Figura 115 – Imagens de satélite do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia



Org.: Santos (2021).

Quando consultados sobre a participação no processo de criação do parque Leolídio Ramos de Caiado, 100% dos sujeitos entrevistados informaram não terem feito parte deste processo. Perguntados sobre o nível de participação de cada usuário entrevistado no processo de gestão e conservação de parque urbanos localizados próximos a sua residência, foi possível alcançar o seguinte resultado:

Figura 116 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

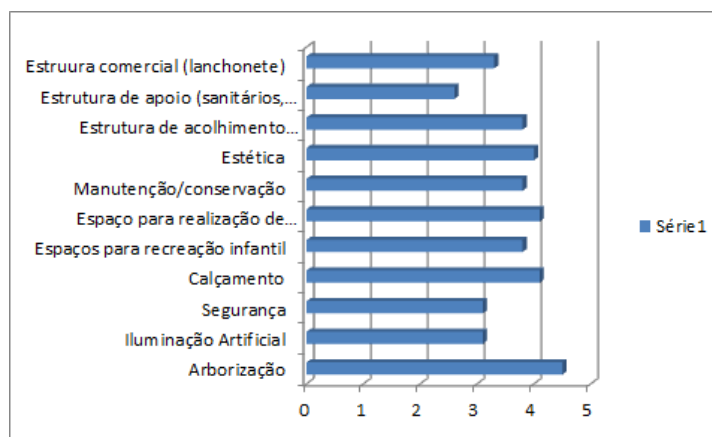
Em relação à quantidade de parques existentes nas imediações dos bairros habitados pelos entrevistados, 10% da população entrevistada afirmou considerar que seu bairro encontra-se suficientemente contemplado, 40% dos frequentadores consultados classificou seu bairro como relativamente contemplado no que diz respeito à existência de parques urbanos em sua proximidade e 50% dos entrevistados afirmou considerar seu bairro relativamente contemplado neste quesito.

Ao serem questionados a respeito das condições de gestão e conservação do Parque Leolídio Ramos de Caiado, 40% das pessoas entrevistadas classificou como boas as condições apresentadas pelo espaço, 30% dos sujeitos consultados afirmou considerar regulares as condições apresentadas pelo parque, 20% julgaram serem ruins as atuais condições apresentadas pelo parque e 10% das pessoas ouvidas informou considerar péssimas as condições de gestão e conservação do parque Leolídio Ramos di Caiado.

Os usuários do parque foram convidados a realizar uma avaliação acerca de alguns aspectos do Parque Leolídio di Ramos Caiado, assim foram atribuídas aos quesitos avaliados notas de 1 a 5, numa escala onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 3,3; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 2,6; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3,8; Estética - Nota 4; Manutenção/conservação - Nota 3,8; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,1; Espaços para recreação infantil - Nota 3,8; Calçamento - Nota 4,1; Segurança - Nota 3,1;

Iluminação artificial - Nota 3,1 e Arborização - Nota 4,5. A imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 117 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Leolídio di Ramos Caiado em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Consultados sobre a percepção de se considerar o parque um espaço acessível a todos os habitantes do município de Goiânia, independente de se local de residência, 50% dos frequentadores escutados classificou o Parque Leolídio Ramos di Caiado como um ambiente plenamente acessível aos moradores da capital goiana, os demais 50% afirmaram considerar o parque um espaço relativamente acessível.

Foi perguntado aos usuários do parque qual o principal benefício propiciado à vida de cada um deles, por meio da utilização do espaço. A partir desta questão, foram alcançadas as seguintes respostas: “lazer e ar puro”, “natureza e muito verde”, “calmaria e natureza”, “prática de esportes”, “seguro para crianças”, “perto de casa”, “tranquilidade e lugar para ir com a família e os amigos”, “espaço”, “lazer, recreação e descanso”, “ótimo espaço para a prática de caminhada”.

Também foi questionado aos visitantes do Parque Leolídio Ramos di Caiado qual o principal problema do espaço, segundo a percepção individual de cada um. Assim, foram obtidas as seguintes respostas: “falta de estrutura e sanitários”, “banheiros”, “segurança”, “falta de segurança a noite”, “sem estacionamentos e banheiros”, “inseguro”, “segurança”, “muito lotado”, “limpeza e mau cheiro” e “mau cheiro”.

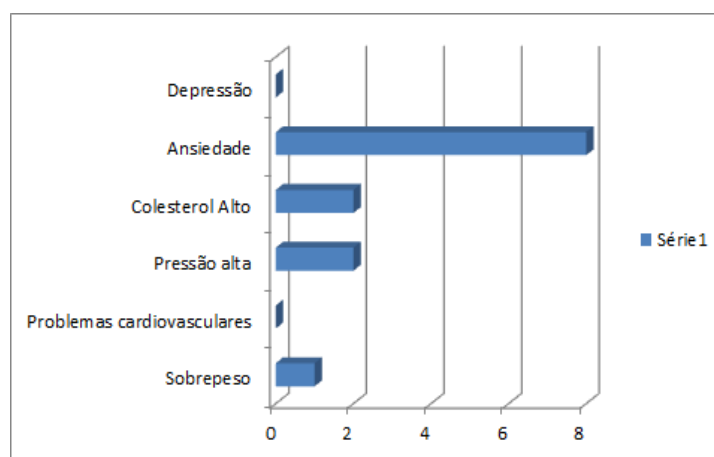
Realizado um levantamento visando compreender quais os diferentes tipos de uso empreendidos pelos frequentadores, puderam ser obtidos os seguintes resultados:

Figura 118 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Leolídio Ramos di Caiado em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

No que se refere à prática de atividades físicas realizadas por parte dos entrevistados, 80% dos entrevistados afirmaram praticar exercícios com regularidade, ao contrário de 20% da população consultada que afirmou não realizar atividades físicas com frequência. As modalidades de atividades físicas mais apontadas como praticadas, segundo os frequentadores do parque foram caminhada, com 5 registros, corrida, com 2 registros, futebol, com 2 registros, *cross fit*, com 1 registro, funcional, com 1 registro e ciclismo, com 1 registro. Também foi mencionada pelos entrevistados a modalidade musculação.

Ao se investigar sobre os problemas de saúde, atuais e anteriores, apresentados pelos indivíduos entrevistados no parque Leolídio Ramos di Caiado, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Figura 119 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Leolídio Ramos di Caiado - Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Quando perguntado aos frequentadores do parque se os mesmos utilizam o espaço como uma forma de auxiliar no tratamento de algum de seus problemas de saúde, 80% dos entrevistados afirmaram que sim, 10% respondeu que não e 10% das pessoas consultadas se absteve de responder a esta questão.

4.4.5 Parque Vaca Brava (Parque Sullivan Silvestre)

O Parque Vaca Brava encontra-se situado junto às Avenidas T-3, T-5, T-10, T-15 e Rua T-66, nos Setores Buenos e Jardim América. Criado institucionalmente por meio da Lei Municipal nº 7.897, de junho de 1999, o parque possui uma área total de 77.760,00 m². Seus recursos naturais são compostos pela APP do Córrego Vaca Brava (nascente), remanescente de Mata Seca. O parque dispõe de espaços gramados, equipamentos de ginástica, pista de caminhada, lago, parque infantil, mirante, bancos de madeira e áreas de convivência. O parque não possui sanitários, nem áreas próprias destinadas a estacionamento.

Em frente ao Parque Vaca Brava encontra-se localizado, nas Avenidas T-10 e T-15, o Goiânia Shopping, empreendimento com 4 pavimentos, além dos subsolos, que comporta diversas lojas, cafeterias, sorveterias, academia, bares e restaurantes. Do outro lado da rua (T-15), está localizado o supermercado Bretas, que compartilha com o shopping o mesmo estacionamento subterrâneo, onde há inclusive uma pista de Kart localizada no segundo subsolo abaixo do supermercado. Além do Bretas, encontra-se localizado em frente ao parque, na Av. T-15, o supermercado Pão de Açúcar. Além desses estabelecimentos, o parque é cercado por algumas lojas, galerias e prédios residenciais de grande porte, alguns deles superando a marca de 25 andares.

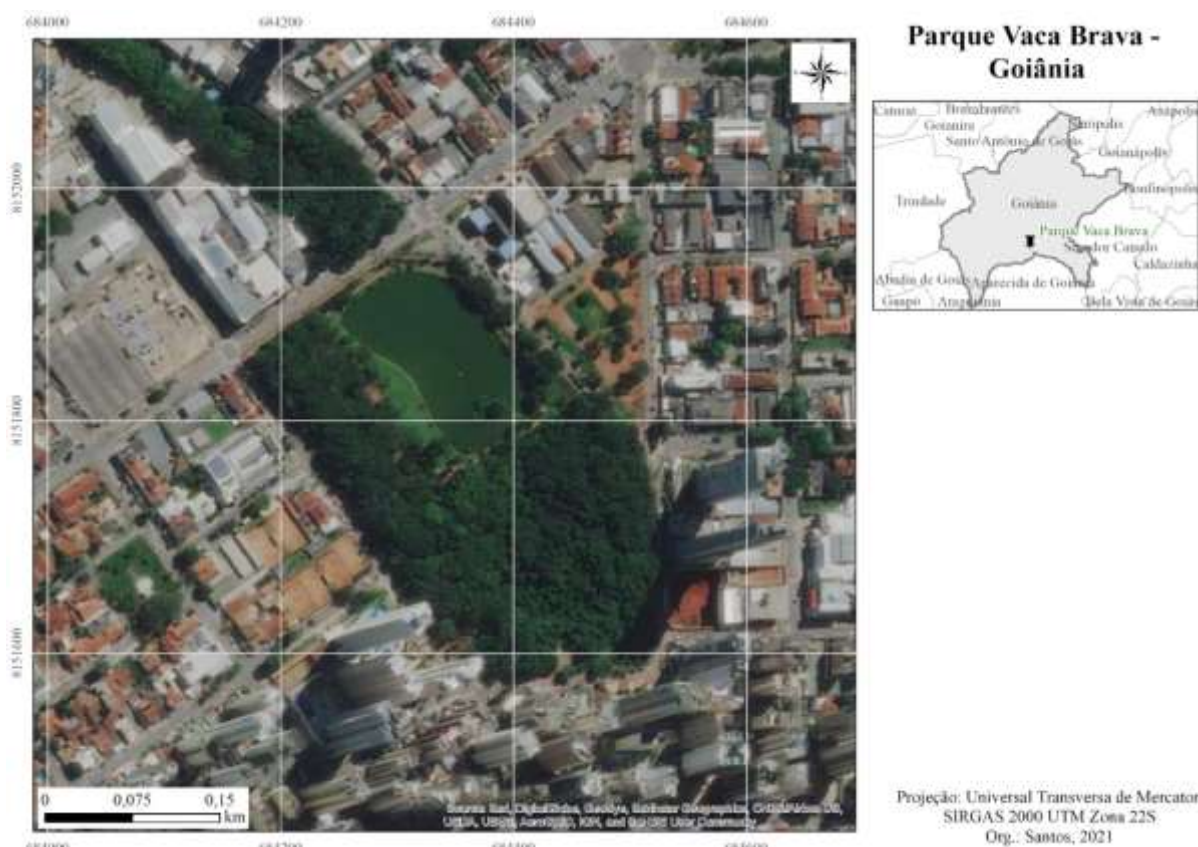
A região onde está situado o parque, considerada uma região nobre da cidade de Goiânia, é constituída por um grande número de imóveis verticalizados, sendo também dotada de uma rica estrutura de comércio e serviços, apresentando assim um grande fluxo de pessoas e veículos.

A seguir, são apresentadas imagens do Parque Vaca Brava (Figura 120), Mapa do Parque (Figura 121) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 122).

Figura 120 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Vaca Brava



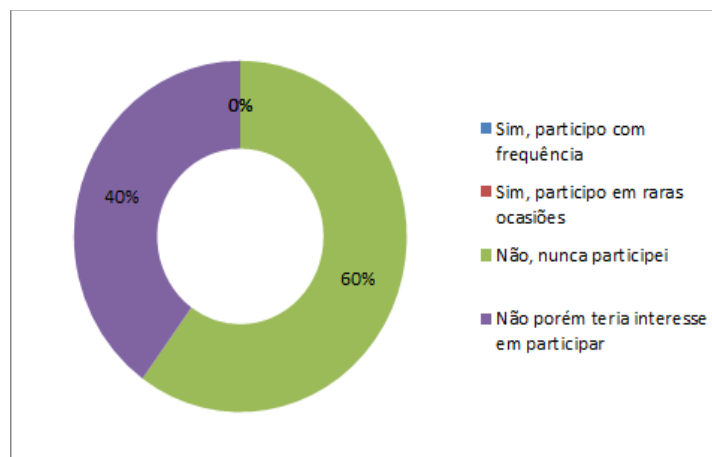
Fonte: Araújo (2021).

Figura 122 – Imagens de satélite do Parque Vaca Brava em Goiânia

Org.: Santos (2021).

Dentre as pessoas entrevistadas no Parque Sulivan Silvestre, mais conhecido como Parque Vaca Brava, 100% dos indivíduos consultados informou não ter participado do processo de criação de nenhum parque urbano no município de Goiânia. Quando perguntado aos frequentadores do parque a respeito de seu nível de participação nas ações relacionadas à gestão e conservação de parques urbanos localizados em seu bairro ou município de residência, as informações apresentadas foram as seguintes:

Figura 123 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

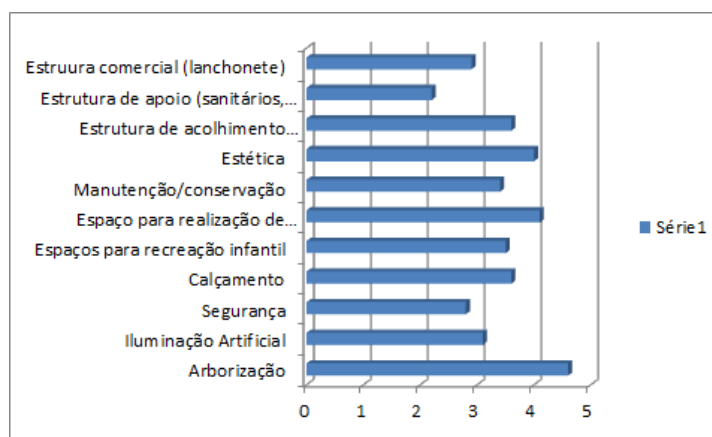
Ao se investigar a satisfação dos usuários do espaço em relação a quantidade de parques urbanos existentes nas imediações de seu bairro de residência, 30% dos sujeitos consultados classificou seu bairro de residência como suficientemente contemplado, 30% consideraram seu bairro relativamente contemplado, enquanto 40% dos indivíduos entrevistados afirmou classificar seu bairro de residência como insatisfatoriamente contemplado no que tange à existência de parques urbanos em suas imediações.

Sendo questionados a respeito das condições de gestão e conservação do Parque Sullivan Silvestre, 50% dos entrevistados afirmaram considerar boas as condições apresentadas pelo parque, 30% relataram classificar como regulares as atuais condições do parque, 10% dos entrevistados classificou as condições do parque como ruins e 10% informou considerar péssimas as condições de gestão e conservação apresentadas pelo parque.

Ao serem convidados a realizar uma avaliação acerca de alguns aspectos do Parque Sullivan Silvestre, os seus usuários atribuíram notas de 1 a 5, numa escala onde 1 corresponde a péssimo, e 5 corresponde a ótimo, foram alcançadas as seguintes médias: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2,9; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 2,2; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3,6; Estética - Nota 4; Manutenção/conservação - Nota 3,4; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,1; Espaços para recreação infantil - Nota 3,5; Calçamento - Nota 3,6; Segurança - Nota 2,8; Iluminação artificial - Nota 3,1 e Arborização - Nota 4,6. A

imagem a seguir representa graficamente a nota atribuída a todos os quesitos avaliados pelos usuários.

Figura 124 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Vaca Brava em Goiânia



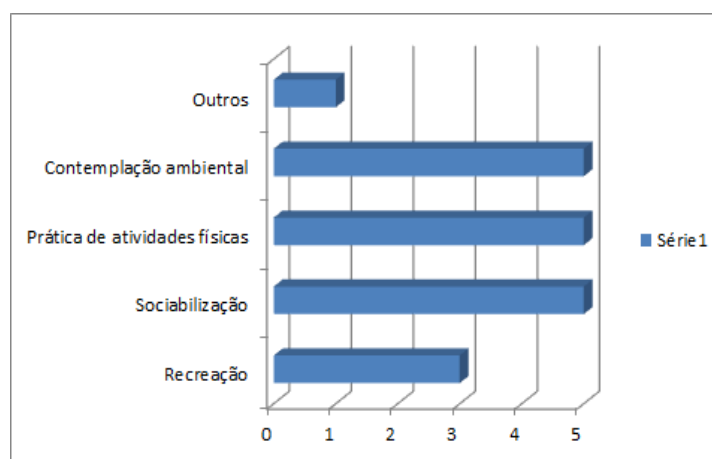
Fonte: Araújo (2021).

Ao serem consultados sobre o acesso ao parque por parte dos habitantes do município de Goiânia, 60% dos entrevistados apontaram o parque como um espaço acessível a todos os habitantes da cidade, independente de seu local de moradia, enquanto 40% afirmaram classificar o parque como um espaço relativamente acessível.

Perguntou-se aos usuários do parque qual o principal benefício propiciado pela utilização do Parque Sullivan Silvestre, à vida de cada um dos entrevistados. A partir deste questionamento, foram obtidos os seguintes resultados: “estimula a atividade física”, “atividade física”, “recreação”, “sociabilização e contemplação ambiental”, “recreação e um ambiente agradável”, “revigoração e contemplação”, “sociabilização”, “lazer e calma”, “relaxamento”, e “localização”.

Também foi questionado aos entrevistados qual o principal problema percebido por eles no Parque Sullivan Silvestre. A partir dessa questão, foram apresentadas as seguintes respostas: “falta de sanitários”, “segurança”, “recreação com pouca capacidade”, “necessidade de aumentar os banheiros”, “falta de manutenção”, “iluminação”, “falta de banheiro”, “saneamento”, “nenhum” e “falta de acessibilidade para pessoas com deficiência”.

Consultando os frequentadores do Parque Sullivan Silvestre em busca de apreender os diferentes tipos de uso praticados pelos usuários do parque, foi possível alcançar os seguintes resultados:

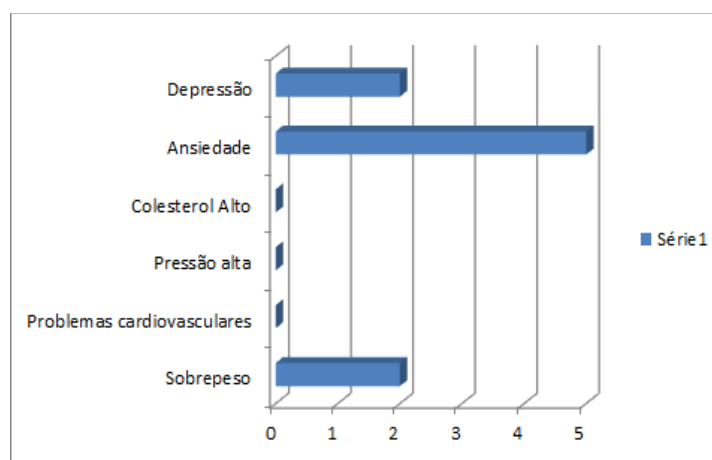
Figura 125 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Vaca Brava em Goiânia

Fonte: Araújo (2021).

Indagados a respeito de hábitos em relação à prática de atividades físicas, 80% dos entrevistados relataram praticar atividades físicas com regularidade, contrapondo-se a 20% dos usuários que afirmou não realizar tais atividades com frequência. Ao se questionar o tipo de atividades praticadas, foram escolhidas as seguintes modalidades: caminhada e corrida, com 7 registros cada, musculação, com 3 registros, natação com 2 registros e *cross fit*, funcional, vôlei e ciclismo, com 1 registro para cada modalidade.

Buscando se conhecer os problemas de saúde, atuais e anteriores, apresentados pelas pessoas entrevistadas, encontraram-se informações que resultaram no seguinte quadro:

Figura 126 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Vaca Brava em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Quando questionado aos usuários se os mesmos utilizam o Parque Sulivan Silvestre como meio de auxiliar no tratamento de algum de seus problemas de saúde, 50% dos entrevistados responderam afirmativamente a esta questão, 20% das pessoas consultadas respondeu negativamente à indagação e 30% dos entrevistados se absteve de responder ao questionamento.

4.5 Goianápolis

A história de Goianápolis está relacionada com a abertura da estrada de rodagem ligando Anápolis à capital do estado. A construção das primeiras casas data de 1928. Inicialmente conhecida como “Corrutela”, o lugarejo se desenvolveu por meio de atividades agrícolas, como plantio de arroz, milho, feijão e café. De ex-povoado a distrito de Anápolis, Goianápolis é elevado à categoria de município em 14 de novembro de 1958, pela Lei Estadual nº 2.142. (GOIANÁPOLIS, 2021)

De acordo com o IBGE (2021), o município de Goianápolis conta com uma população estimada em 11.224 pessoas e uma extensão territorial de 169,013 km², sendo considerado um município com baixa densidade demográfica. Goianápolis está localizado a uma distância de 42km da capital do estado e faz divisa com os municípios de Anápolis, Goiânia, Leopoldo de Bulhões e Terezópolis de Goiás. O município é conhecido nacionalmente como a “Capital do

Tomate”, além de ser lembrado com recorrência por ser a cidade que deu origem a uma famosa dupla de cantores sertanejos: Leandro e Leonardo.

O município de Goianápolis está inserido na Bacia do Rio meia Ponte e compreende algumas partes de importantes áreas voltadas à conservação ambiental no estado de Goiás. São elas: Área de Proteção Ambiental João Leite e Parque Estadual Altamira de Mora Pacheco. Além disso, registra-se a presença da Fazenda Bom Sucesso, classificada como RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, uma área privada que deve ser protegida dada a importância de sua biodiversidade, seu aspecto paisagístico, ou por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação. (MP-GO, 2021)

O uso do solo de Goianápolis, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 15,24%; Corpos Hídricos – 3,1%; Pastagem – 50,62%; Remanescente – 27,93%; Mancha Urbana – 2,60% e Outros – 0,77%.

Em Goianápolis registra-se a presença da RPPN Fazenda Bom Sucesso, com área de 14,11 ha, de uso sustentável, reconhecida por meio da Portaria Nº 26/2001 - IBAMA.

4.5.1 Parque Municipal de Goianápolis

O Parque Municipal de Goianápolis recebeu a denominação de Parque Abdala Abrão, e foi inaugurado em dezembro de 2016, sendo formado por um lago, áreas gramadas, parque infantil, pista para caminhada e uma extensa área de bosque.

O Parque está localizado na Rua Arlindo J. Freitas próximo à via GO-415 que dá acesso ao município de Goiânia. Na região do parque, considerada central na cidade, registra-se a presença de supermercados, lanchonetes, bancos, fórum, cartório e construções residenciais. Não foi registrada a existência de construções verticalizadas no entorno do parque.

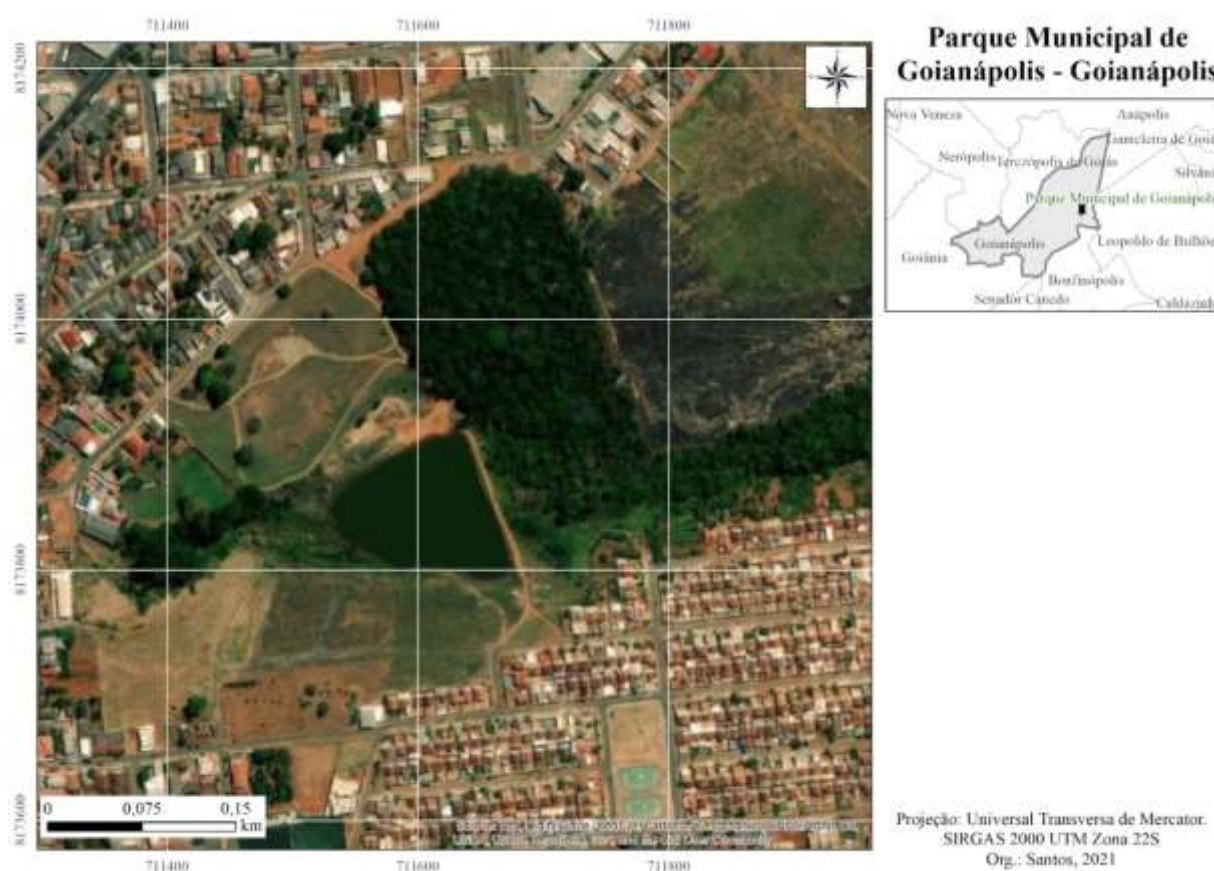
A seguir, são apresentadas imagens do parque Municipal de Goianápolis (Figura 127), Mapa do Parque (Figura 128) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 129).

Figura 127 – Mosaico de Imagens do Parque Municipal de Goianápolis



Fonte: Araújo (2021).

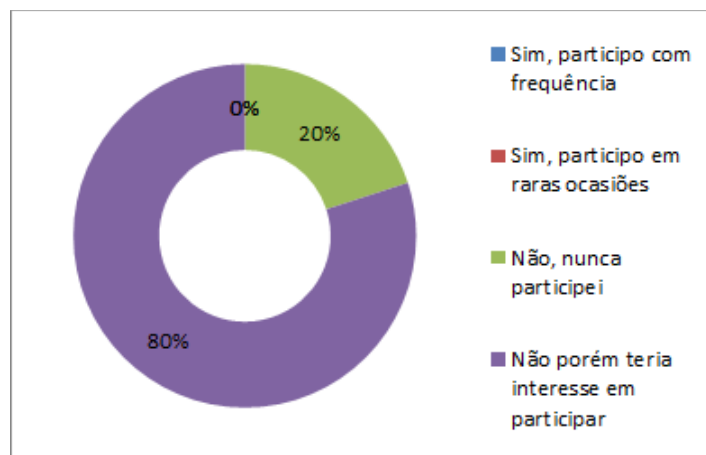
Figura 129 – Imagens de satélite do Parque Municipal de Goianópolis



Org.: Santos (2021).

Ao serem questionados sobre participação em ações relacionadas à criação de Parques Urbanos no município de Goianópolis, 90% dos entrevistados indicaram não haver participado, enquanto 10% afirmaram participar de alguma maneira no processo de criação destes espaços. Quando perguntados sobre participação no processo de gestão e conservação do Parque Municipal de Goianópolis, alcançou-se o seguinte resultado:

Figura 130 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Goianápolis



Fonte: Araújo (2021).

Assim, como os demais municípios já relacionados, Goianápolis também apresentou um baixo nível de participação da sua população em relação aos processos de criação, gestão e conservação dos parques urbanos presentes no município.

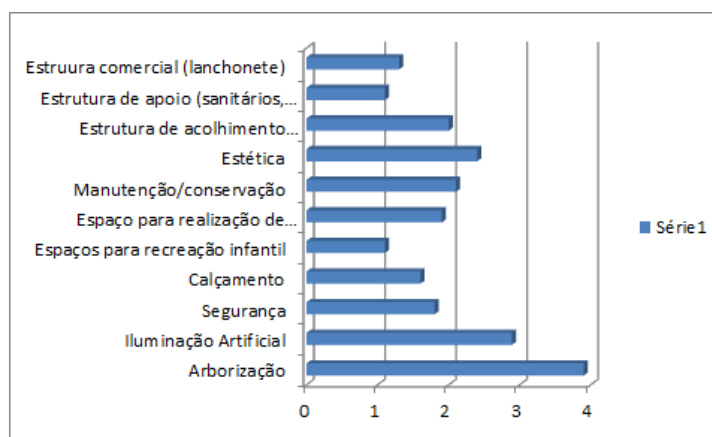
Em relação à quantidade de parques urbanos existentes no município de Goianápolis, 20% da população entrevistada julgou que a cidade está suficientemente contemplada, 30% consideram relativamente contemplada, e os demais 50% consideram que a existência de apenas 01 (um) parque no município é insatisfatória, demonstrando que a maioria da população demanda uma maior quantidade de espaços públicos como o Parque Municipal de Goianápolis.

No que diz respeito às condições gerais de gestão e conservação do Parque Municipal de Goianápolis, 20% das pessoas consultadas considera que o parque está em boas condições, 10% consideram que o parque está em condições regulares, 40% consideram ruins as condições do parque e 30% das pessoas classifica as condições do parque como péssimas.

Foi solicitado aos usuários do Parque Municipal de Goianápolis que avaliassem alguns quesitos do parque. A avaliação teve como referência os valores 1 a 5, onde a nota 1 corresponde a péssimo e a nota 5 corresponde a ótimo. Após manifestação dos usuários do espaço, os resultados obtidos foram os seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 1,3; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,1; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 2; Estética - Nota 2,4; Manutenção/conservação - Nota 2,1; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 1,9; Espaços para recreação infantil - Nota 1,1; Calçamento - Nota 1,6; Segurança - Nota 1,8;

Iluminação artificial - Nota 2,88 e Arborização - Nota 3,9. A seguir, a representação gráfica dos quesitos avaliados:

Figura 131– Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Municipal de Goianópolis



Fonte: Araújo (2021).

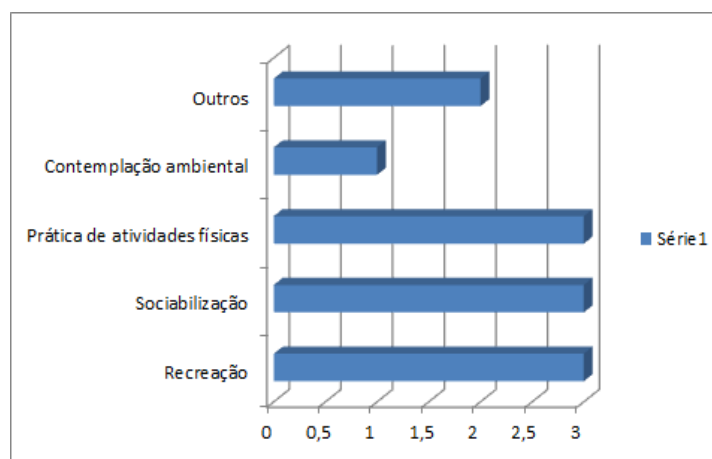
Sobre a possibilidade de o Parque ser um espaço acessível a todos os habitantes do município de Goianópolis, independente de seu bairro de residência, 90% dos respondentes afirmaram estar em concordância com esta hipótese. 10% dos indivíduos afirmaram considerar o parque um espaço inacessível para alguns habitantes.

Os usuários do Parque Municipal de Goianópolis foram questionados com vistas a apreender qual o principal benefício propiciado pelo parque à vida de cada um dos entrevistados, nesta questão as respostas obtidas foram as seguintes: “lazer”, “lazer”, “lazer”, “lazer”, “calma”, “sombra”, “natureza”, “confraternização entre pessoas” e “ar puro”. As respostas dos usuários dos espaços demonstram a valorização do aspecto “lazer” e de elementos vinculados à “natureza” existente no parque.

Os indivíduos também foram consultados a fim de se conhecer qual o principal problema apresentado pelo parque na percepção de seus usuários. Neste item, as respostas obtidas foram as seguintes: “não ter sanitários”, “falta de sanitários”, “arrumar mais”, “sanitário e quiosque”, “segurança”, “melhora na estrutura”, “recreação infantil”, “falta de segurança e depredação”, “vandalismo”, “calçada ruim, lixeira quebrada e parque infantil quebrado”. Os resultados evidenciam as insatisfações dos usuários do Parque Municipal de Goianópolis em relação à sua infraestrutura precária, demandando melhor conservação dos equipamentos existentes (lixeira, brinquedos, calçadas) e a instalação de outros equipamentos necessários ao público (sanitários e quiosques).

Ao se investigar as finalidades de uso do parque, os visitantes apresentaram a seguinte configuração:

Figura 132 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Municipal de Goianópolis



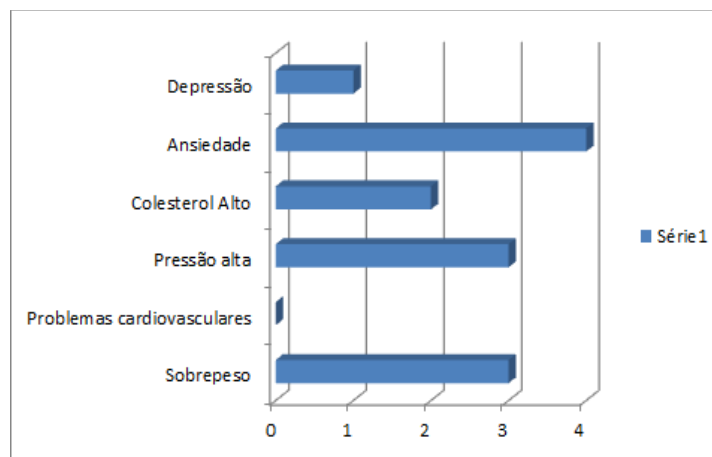
Fonte: Araújo (2021).

Os frequentadores do parque empreendem diferentes tipos de uso (práticas de atividades físicas, sociabilização e recreação) de maneira equilibrada, sendo a prática de “contemplação ambiental” a menos mencionada pelos usuários do espaço.

Ao questionar os entrevistados sobre regularidade quanto à prática de atividades físicas, 60% informaram realizar exercícios físicos com frequência, ao contrário de 40% que afirmaram não praticar. Dentre as modalidades praticadas, a caminhada ocupa o primeiro lugar, tendo sido escolhida por 60% dos participantes da pesquisa, seguida de ciclismo (20%), corrida (10%), futebol (10%) e funcional (10%).

Investigando aspectos relacionados à saúde da população usuária do parque, foi perguntado aos entrevistados quais problemas de saúde eles possuem ou já possuíram, a partir das respostas, chegou-se ao seguinte quadro:

Figura 133 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Municipal de Goianópolis



Fonte: Araújo (2021).

Semelhante a outros municípios investigados, a ansiedade figurou como o problema de saúde mais relatado pelos sujeitos entrevistados no parque.

Quando perguntado aos usuários se os mesmos utilizam o espaço como meio auxiliar no tratamento de algum dos problemas listados acima, 50% responderam positivamente e 50% responderam negativamente a esta questão.

4.6 Goianira

Goianira é um município goiano com 212,552 km² e população estimada pelo IBGE (2020) em 45.296 pessoas, apresentando uma densidade demográfica moderada quando comparada aos demais municípios da RMG. O município possui parte de seu território inserido na Bacia e dos Bois e outra maior parte na Bacia do Rio Meia ponte. Tendo sua origem no povoado de São Geraldo, iniciado em 1920, Goianira foi desmembrado de Goiânia e elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 2.363 de 09 de dezembro de 1958.

De acordo com Anjos (2009), o município de Goianira passou por uma fase de desenvolvimento agropecuário baseado nas grandes fazendas, até 1970, a partir de então o município viveu um novo momento com a modernização da produção agropecuária e com o processo de urbanização e deslocamento da força de trabalho para a cidade, que passa a servir o município de Goiânia. Desde a década de 40, Goianira apresenta um expressivo e acelerado

crescimento urbano, propiciado dentre outros fatores pela migração dos trabalhadores do campo, tendo registrado no período de 2000-2010 a maior taxa de crescimento geométrico anual da Região Metropolitana de Goiânia, 6,17%. (IPEA, 2015)

A maior parte dos empregos gerados em Goianira está nos campos de serviços e indústrias, seguidos de comércio, construção civil e agropecuária. Goianira é um dos municípios da RMG que apresenta maiores níveis de movimentação pendular com o município de Goiânia.

O uso do solo de Goianira, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 32%; Corpos Hídricos – 1%; Pastagem – 38%; Remanescente – 20%; Mancha Urbana – 8% e Outros – 1%. Um dos problemas em relação ao uso do solo presentes do município diz respeito à expansão urbana de Goianira sobre a bacia de captação de água do município de Trindade. (PDI-RMG)

Segundo Anjos (2009) o município de Goianira teve sua dinâmica espacial completamente alterada, devido às modificações propiciadas pelo crescimento econômico e demográfico do polo metropolitano. Ao longo da GO-070, no trecho pertencente ao município de Goianira foram criados inúmeros loteamentos, situados próximos ao limite da capital, o que contribuiu para o fenômeno de conurbação presente entre as duas cidades.

4.6.1 Lago Lalacci Humberto Donato

O Lago Lalacci Humberto Donato encontra-se localizado às margens da GO-070. O Espaço conta com um amplo lago, quadras de esporte, parque infantil, equipamentos de ginástica, bancos de concreto e madeira, pista para caminhada, câmeras de monitoramento, sanitários e acesso à internet sem fio. Além disso, o ambiente conta com pequenas áreas gramadas e árvores ao longo do espaço.

A região onde o lago está inserido, pode ser caracterizada como uma área residencial, com muitos lotes ainda desocupados, próxima a equipamentos como o Centro de Convenções Durval Assis Pereira, Prefeitura Municipal de Goianira, unidade do Vapt-Vupt, bancos, clubes de recreação, posto de saúde, supermercado, igrejas, escolas, dentre outros estabelecimentos de serviços. Além disso, nas imediações o Lago encontra-se localizado um condomínio residencial fechado, denominado Recanto das Águas.

O Lago é o espaço público que recebe os principais eventos da cidade, a exemplo de eventos esportivos como corridas, passeios ciclísticos, eventos automotivos, concursos de bandas e fanfarras, apresentações teatrais, eventos de conscientização como Ação contra a violência sexual de crianças e adolescentes, eventos comemorativos como dia das mães e dia das crianças, shows musicais e casamentos comunitários, inclusive na modalidade *Drive in*, ocorrida no dia 8 de agosto de 2020, dada a necessidade de distanciamento social em virtude da pandemia da Covid-19.

A seguir, são apresentadas imagens do Lago Lalacci Humberto Donato (Figura 134), Mapa do Lago (Figura 135) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 136).

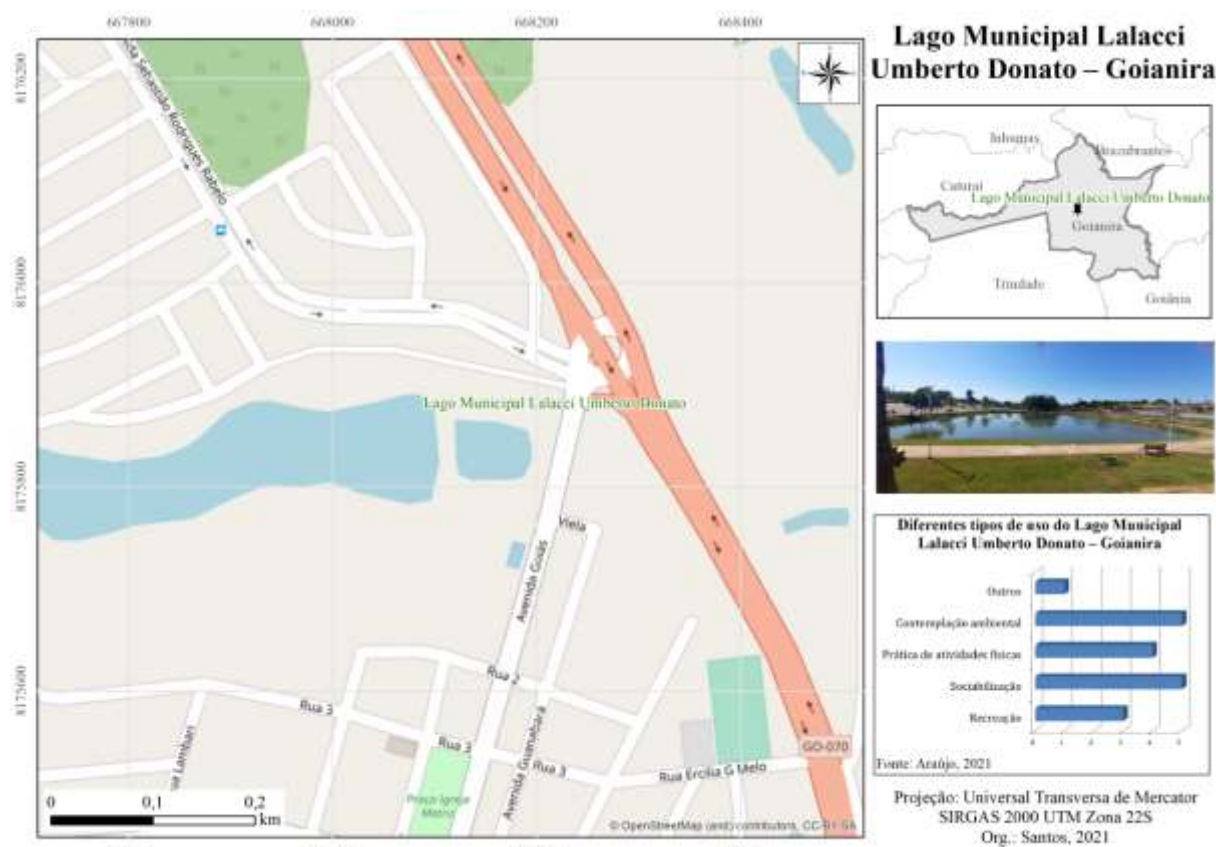
A Figura 134 contém imagens da estrutura do Lago Lalacci Humberto Donato, apresentando respectivamente sanitários, deck de madeira na margem do lago, lago, quadra poliesportiva, parque infantil, estacionamento, academia ao ar livre, cartaz de Wi-Fi grátis e vista panorâmica do lago.

Figura 134 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Lago Lalacci Humberto Donato em Goiânia



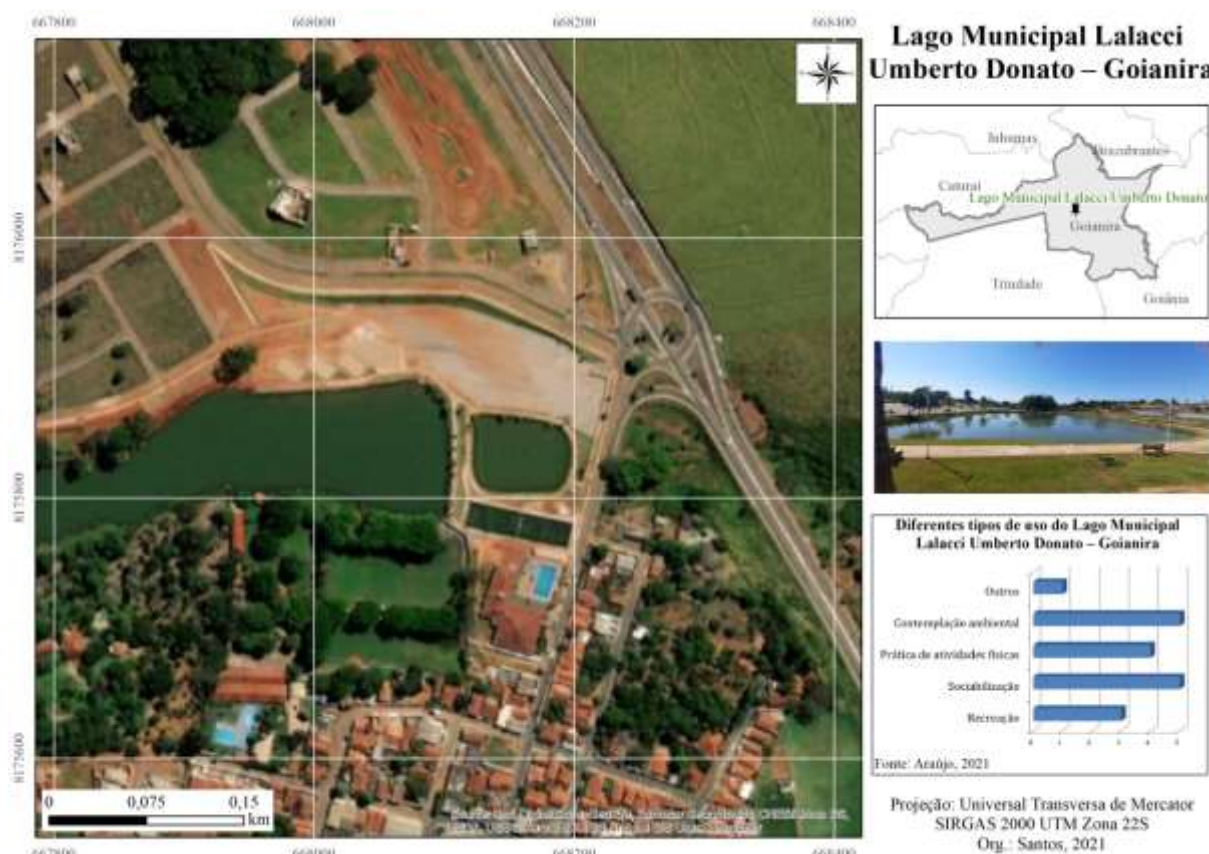
Fonte: Araújo (2021).

Figura 135 - Mapa do Parque Lalacci Umberto Donato em Goiânia



Org.: Santos (2021).

Figura 136 – Imagens de satélite do Lalacci Umberto Donato em Goianira



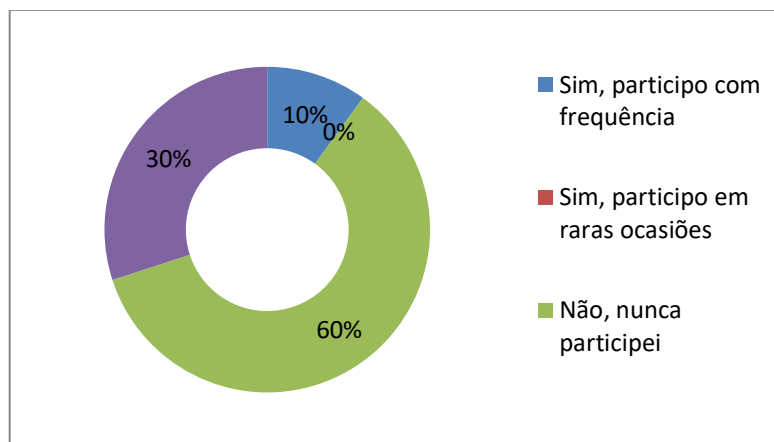
Org.: Santos (2021).

Nos parágrafos a seguir, constam os resultados obtidos por meio de aplicação de questionários semiestruturados junto aos usuários do Lago Lalacci Umberto Donato.

Ao consultar a comunidade visitante do espaço público, perguntou-se aos entrevistados se eles haviam participado de alguma maneira do processo de criação de algum espaço como o Lago Municipal ou outros parques urbanos no município. Assim, 90% dos entrevistados afirmaram não ter participado enquanto 10% afirmaram ter participado de alguma forma.

Quando questionados sobre a participação no processo de gestão e conservação de parques urbanos e espaços como o Lago Lalacci Umberto Donato, foi obtido seguinte panorama de participação:

Figura 137 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Goianira



Fonte: Araújo (2021).

Assim como nos demais municípios, o nível de participação dos moradores de Goianira nos processos de criação, gestão e conservação de espaços públicos como o Lago Lalacci Umberto Donato, é muito baixo.

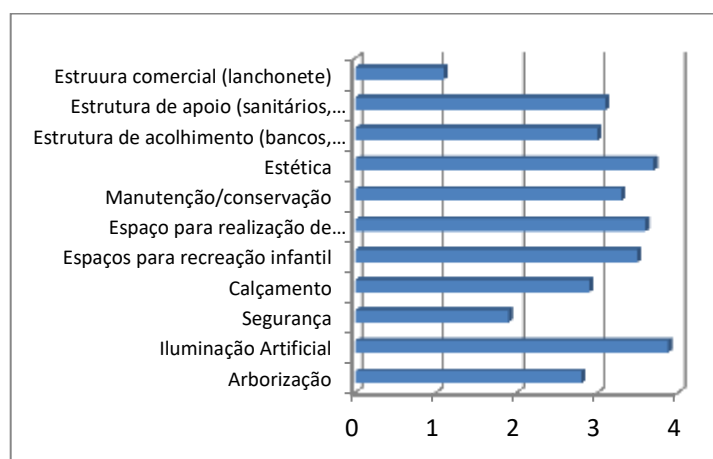
Ao serem questionados sobre a satisfação em relação à quantidade de parques urbanos e espaços públicos semelhantes nas imediações das residências dos sujeitos entrevistados, 30% afirmou considerar seu bairro suficientemente contemplado, 30% revelou considerar seu bairro relativamente contemplado e 40% classificou sua região de residência como insatisfatoriamente contemplada, demonstrando a necessidade de prover o município de Goianira com mais equipamentos públicos semelhantes ao espaço pesquisado.

Quando foram convidados a avaliar as condições gerais de gestão e conservação do Lago Lalacci Umberto Donato, 50% dos entrevistados classificaram como “boas” as condições do espaço, 40% classificou como regulares e 10% afirmou considerar ruins as condições apresentadas pelo espaço.

Foi solicitado aos usuários do espaço que avaliassem alguns aspectos do Lago Municipal, deste modo, considerando uma variação onde a nota 1 corresponde a péssimo e a nota 5 corresponde a ótimo, foi possível alcançar os seguintes resultados: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 1,1; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 3,1; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3; Estética - Nota 3,7; Manutenção/conservação - Nota 3,8; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,6; Espaços para recreação infantil - Nota 3,5; Calçamento - Nota 2,9; Segurança - Nota 1,9; Iluminação artificial - Nota 3,8 e Arborização - Nota 2,8. O

gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do Lago Lalacci Umberto Donato em relação a cada quesito avaliado.

Figura 138 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato



Fonte: Araújo (2021).

Com base na avaliação realizada, “iluminação artificial” e “estética” foram os itens que obtiveram uma melhor média de notas recebidas, enquanto “estrutura comercial” foi o quesito que recebeu menor média na avaliação dos entrevistados, evidenciando a necessidade de equipamentos como quiosques e lanchonetes para atender a população frequentadora do espaço.

Quando questionados sobre as possibilidades de acesso dos moradores de Goianira ao Lago Municipal Lalacci Umberto Donato, 70% dos entrevistados afirmaram considerar o Lago um espaço acessível a todos os habitantes independente de seu local de moradia, enquanto 30% classificaram o espaço como relativamente acessível aos habitantes de Goianira.

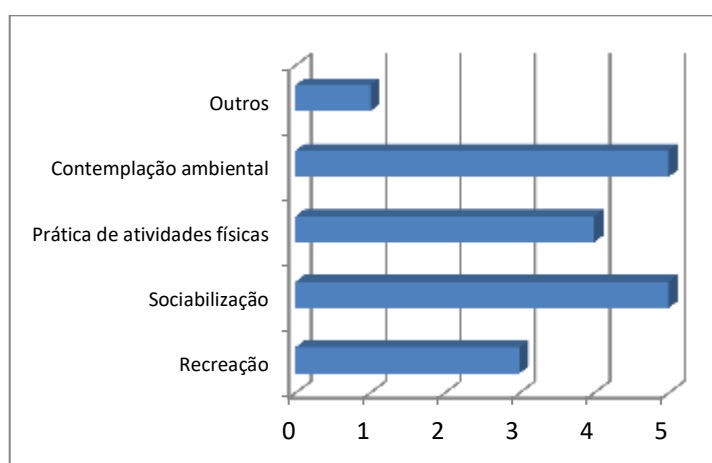
Foi perguntado aos usuários do Lago qual principal benefício propiciado pelo espaço a cada um deles. Desse modo, foram obtidas as seguintes respostas: “lazer”, “lazer”, “lazer”, “ambiente familiar”, “espairecer, passear e ar puro”, “lazer para criança”, “tirar o estresse”, “beleza” e “beleza”. De acordo respostas apresentadas, “lazer” foi o elemento mais valorizado pelos usuários do espaço.

Indagados sobre o principal problema apresentado pelo parque, os usuários apresentaram as seguintes colocações: “infraestrutura”, “infraestrutura geral”, “segurança”,

“falta de lanchonete”, “vandalismo”, “pessoas passeando com cachorros grandes”, “vandalismo” e “segurança”. As respostas revelaram a necessidade da população em relação à melhoria da infraestrutura e da segurança do espaço analisado.

Os visitantes do espaço foram consultados, a fim de se compreender os diferentes tipos de uso empreendidos pela população no Lago Municipal de Goianira. Após a consulta foi possível elaborar o seguinte quadro:

Figura 139 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato em Goianira



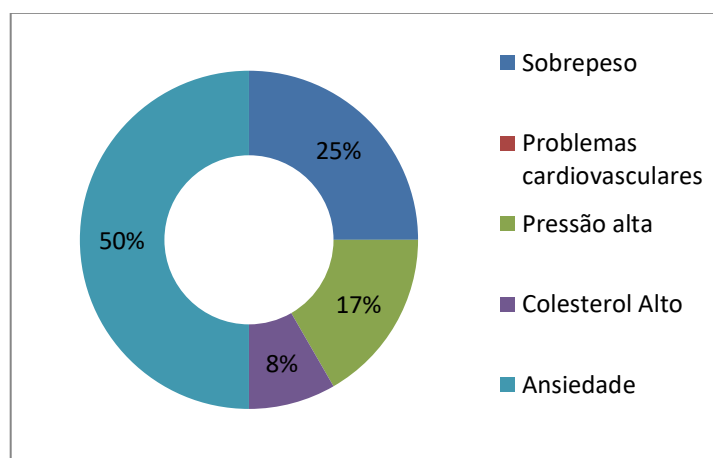
Fonte: Araújo (2021).

A partir da consulta aos usuários presentes no espaço, constatou-se que atividades envolvendo “sociabilização” e “contemplação ambiental” foram as mais mencionadas pelos entrevistados. Todavia, vale ressaltar os inúmeros tipos de uso empreendidos no Lago, a exemplo dos múltiplos eventos já mencionados em parágrafo anterior.

Os usuários também foram consultados com vistas a se conhecer seus hábitos em relação à prática de atividades físicas. Dessa forma, 60% dos entrevistados afirmaram realizar atividades físicas frequentemente, enquanto 30% afirmaram não praticar atividades físicas com regularidade. As modalidades mencionadas pelos usuários foram caminhada, *crossfit* e musculação.

Foi perguntado aos participantes da pesquisa quais problemas de saúde eles possuem ou já possuíram, sendo possível obter o seguinte quadro:

Figura 140 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago Lalacci Umberto Donato em Goianira



Fonte: Araújo (2021).

Seguindo a tendência da maior parte dos municípios investigados, em Goianira a “ansiedade” também figurou como o problema de saúde mais recorrente entre os frequentadores do Lago Municipal Lalacci Umberto Donato.

Quando perguntado aos entrevistados se os mesmos utilizam o espaço do Lago para ajudar no tratamento de algum dos problemas de saúde citados, 30% afirmaram utilizar o espaço com essa finalidade, enquanto 70% relataram não fazer uso do espaço motivados por essa finalidade.

4.7 Inhumas

O município de Inhumas possui uma população estimada pelo IBGE (2020) de 53.259 pessoas, o que representa uma densidade demográfica média, se comparado aos demais municípios da RMG. Juntamente com Guaporé, Inhumas é um dos municípios com maiores declividades montanhosas da RMG. Sua extensão territorial é de 615,278 km² e sua distância para a capital do estado é de 46,7 km, tendo como principal via de acesso para Goiânia a rodovia GO-070. Inhumas surgiu inicialmente como um vilarejo com o nome de Goiabeiras, situado às margens da estrada real, que servia de ponto de descanso para os tropeiros. Após inúmeras alterações territoriais e elevação à categoria de município, Goiabeira recebe o nome de Inhumas por meio da lei estadual nº 602, de 19 de janeiro de 1931. (INHUMAS, 2021)

As principais atividades geradoras de emprego em Inhumas são desenvolvidas pelos setores de Serviços e Indústria, seguidos de Comércio e Agropecuária e uma pequena parcela de Construção Civil. Inhumas conta com duas instituições públicas de educação superior: o Instituto Federal Goiano e a universidade Estadual de Goiás. Inserido na Bacia do Rio Meia Ponte, Inhumas, juntamente com Goiânia, são os municípios que detém os trechos do Rio Meia Ponte mais degradados ambientalmente. O município de Inhumas possui uma das menores taxas de crescimento populacional da RMG, tendo registrado índice de 0,94% no período de 2000 a 2010. (IPEA, 2015)

O uso do solo de Inhumas, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 19%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 53%; Remanescente – 26%; Mancha Urbana – 2% e Outros – 0%. Um problema a ser destacado refere-se ao fato de que o Município de Inhumas tem ocupado a área da nascente da bacia de captação de água do município de Caturai.

4.7.1 Parque Goiabeiras Paulo Silva/Lago Lúzio de Freitas Borges

No dia 19 de dezembro de 2014, foi publicado pelo prefeito de Inhumas/GO, o Decreto Municipal nº 2.979, dispondo sobre a criação do Parque Municipal Goiabeiras. De acordo com o referido documento, o Parque se inicia na rodovia GO-070, seguindo pela APP do Córrego Goiabeiras, chegando até o Rio Meia Ponte, passando a abranger o Lago Lúzio de Freitas Borges. Segundo decreto publicado, o Parque Goiabeiras possui como finalidades: I) Preservação Ambiental; II) Recuperação de Áreas degradadas; III) Recuperação e preservação do Córrego Goiabeiras e seus afluentes; IV) Educação ambiental, com fomento às pesquisas ambientais, esporte e lazer.

O Parque Goiabeiras é composto por um lago, pista de caminhada de 1 km, academia ao ar livre, parque infantil, áreas de convivência de bandos e mesas de madeira, mirante, áreas gramadas e árvores.

Às margens da rodovia, a região de Inhumas onde está localizado o parque é uma região residencial, dotada de supermercados, instituições de ensino, clínicas hospitalares, bancos e equipamentos comerciais. À beira do parque estão localizados três bares. Um deles desempenha a função de bar e restaurante. Além deles, está sendo construído outro

estabelecimento do mesmo seguimento comercial. Nas imediações do parque, foram observados alguns sobrados, incluindo a presença de uma construção residencial de alto padrão, com 4 andares, à frente do parque. Também há um prédio de 24 andares localizado na rua paralela ao parque, com apartamentos que permitem a vista para o espaço.

O Parque Goiabeiras Paulo Silva sedia diversos eventos, como shows musicais, eventos promovidos pela prefeitura como o projeto “Todos juntos contra o trabalho infantil”, eventos promovidos por outras entidades como “Rally da mulher”, além de diversas outras ações artísticas, culturais e esportivas.

A seguir, são apresentadas imagens do Parque Goiabeiras (Figura 141), Mapa do Parque (Figura 142) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 143).

Figura 141 - Mosaico de imagens da estrutura do Parque Goiabeiras Paulo Silva



Fonte: Araújo (2021).

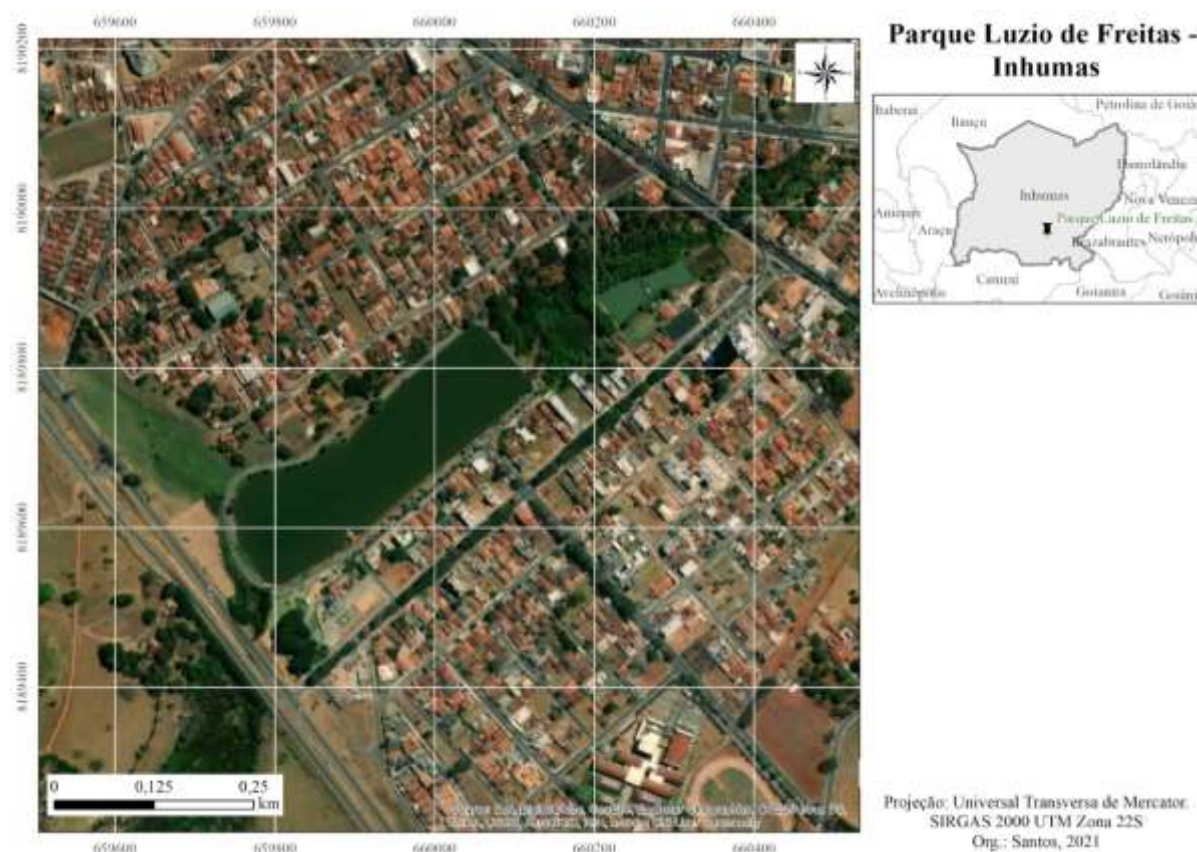
O mosaico de imagens apresenta respectivamente as seguintes partes do parque: mirante do lago, equipamentos de ginástica à frente do Restaurante localizado junto ao lago, parque infantil cercado, bicicletários e placa indicando os atrativos do espaço, relógio e termômetro vertical, lago e pista de caminhada, quiosque de sorveteria e quadra de esportes.

Figura 142 - Mapa do Parque Goiabeiras Paulo Silva/Lago Luzio de Freitas Borges em Inhumas



Org.: Santos (2021).

Figura 143 – Imagens de satélite do Parque Goiabeiras Paulo Silva/Lago Luzio de Freitas Borges em Inhumas

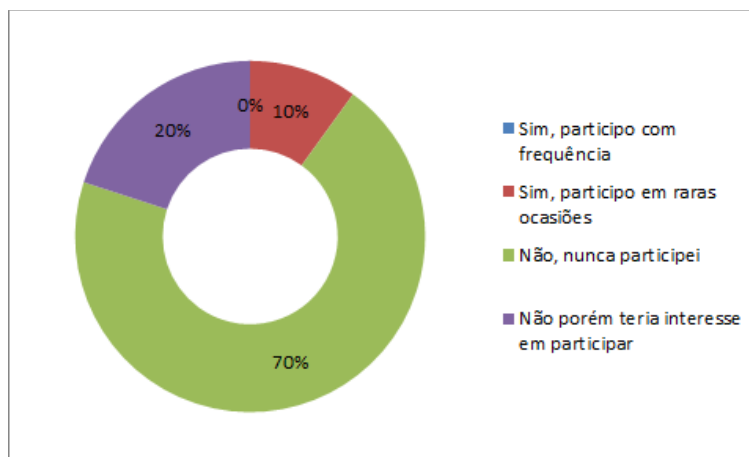


Org.: Santos (2021).

A seguir, são apresentados os resultados alcançados por meio de aplicação de questionários semiestruturados juntos aos frequentadores do Parque Goiabeiras em Inhumas.

Quando perguntados sobre a participação no processo de criação de algum parque urbano em seu município, 100% dos entrevistados afirmaram não haver participado. Em relação à participação no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados no município de Inhumas os resultados alcançados foram os seguintes:

Figura 144 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Inhumas



Fonte: Araújo (2021).

Com base nos resultados ilustrados é possível perceber um nível muito baixo de participação da população inhumense tanto na criação como nos processos gestão e conservação de espaços como o Parque Goiabeiras.

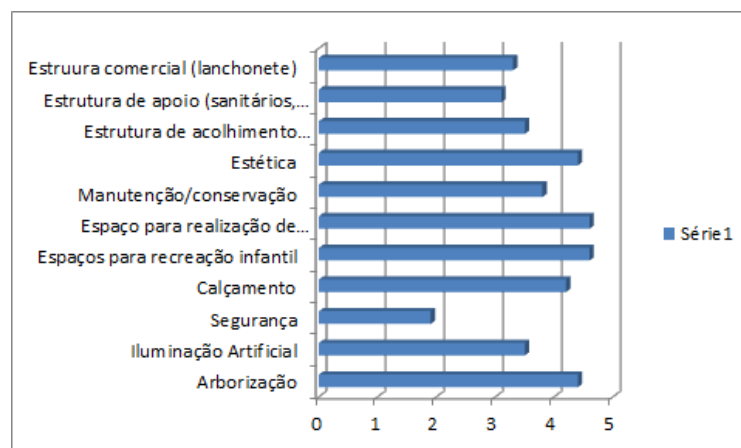
No quesito que investiga a satisfação em relação à quantidade de parques urbanos existentes no município de Inhumas, 10% dos entrevistados afirmaram que a cidade está suficientemente contemplada, 30% escolheu a opção relativamente contemplada, enquanto 60% dos visitantes consideram que o município está insatisfatoriamente contemplado no que diz respeito à quantidade de parques urbanos existentes em seu território.

Em relação às condições gerais de gestão e conservação do Parque Goiabeiras, os apontamentos foram os seguintes: 10% consideram que o parque se encontra boas condições, 20% considera estas condições regulares, 40% afirma que são ruins as condições do parque, enquanto 30% considera as atuais condições em relação à gestão e conservação estão péssimas, indicando para a necessidade de melhorias em relação ao espaço.

Os usuários do Parque Goiabeiras também foram consultados com vistas a se apreender a percepção dos mesmos acerca de alguns quesitos específicos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 3,3; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 3,1; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3,5; Estética - Nota 4,4; Manutenção/conservação - Nota 3,8; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,6;

Espaços para recreação infantil - Nota 4,6; Calçamento - Nota 4,2; Segurança - Nota 1,9; Iluminação artificial - Nota 3,5 e Arborização - Nota 4,4. O gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas em relação a cada quesito avaliado.

Figura 145 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas em Inhumas



Fonte: Araújo (2021).

Ao serem perguntados se o Parque é acessível a todos os habitantes do município de Inhumas, as respostas obtidas foram as seguintes: 60% dos visitantes entrevistados enxerga no parque um local acessível para toda a população inhumense, independente de seu bairro de residência. 40% alegam que o parque é um local relativamente acessível aos habitantes. Nenhum dos entrevistados, considera o parque um espaço inacessível.

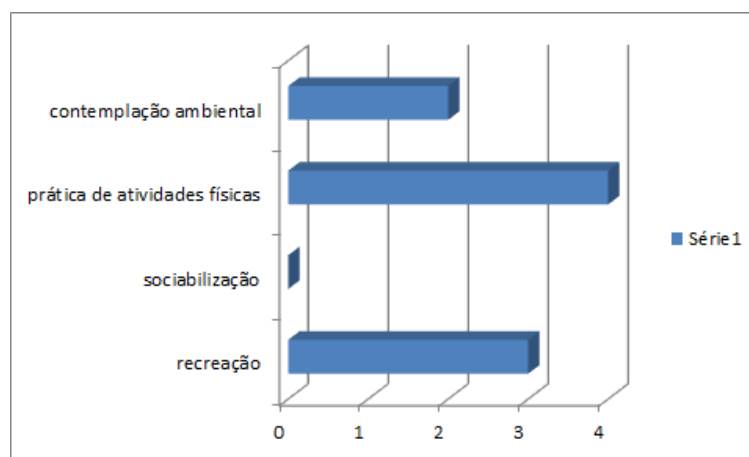
Ao serem questionados sobre qual o principal benefício propiciado à vida de cada usuário em virtude da utilização do parque, foram obtidas as seguintes respostas: “é bonito”, “paisagem”, “saúde”, “recreação”, “segurança”, “pista de corrida”, “saúde”, “lazer e saúde”, “segurança” e “segurança”. As respostas fornecidas pelos usuários do espaço demonstram que aspectos como “segurança” e “saúde” são muito valorizados pela população durante a utilização do parque.

Consultados sobre o principal problema percebido no parque Goiabeiras, os usuários apresentaram as seguintes respostas: “uso de drogas”, “segurança”, “muito lixo”, “segurança”, “falta de estrutura” e “segurança”. Os resultados demonstram um ponto contraditório, já que o aspecto “segurança” figura entre os principais benefícios e os principais “problemas”

vivenciados no parque. De todo modo, torna-se evidente que esse aspecto é uma das principais demandas apresentadas pelos frequentadores do Parque Goiabeiras.

Quando investigado sobre os diferentes tipos de uso da população em relação ao parque, foi identificado o seguinte cenário:

Figura 146 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Goiabeiras/Lago Luzio Freitas em Inhumas



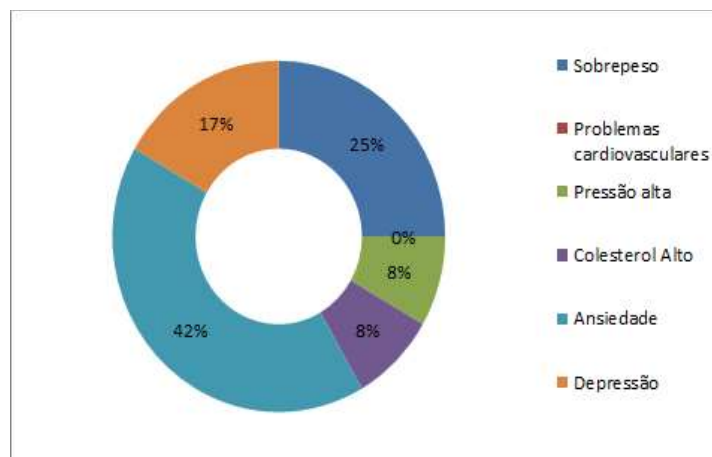
Fonte: Araújo (2021).

Quando consultados sobre práticas de atividades físicas, 50% dos usuários do Parque Goiabeiras afirmaram realizar tais atividades com frequência, contra os demais 50% que informaram que a prática de exercícios físicos não é habitual. Dentre os praticantes de atividades físicas, 90% dos respondentes alegaram fazer exercícios físicos mais de três vezes por semana.

Na investigação sobre quais atividades físicas os usuários costumam praticar, as modalidades mais manifestadas foram caminhada (60%) e corrida (50%).

Ao serem questionados sobre problemas de saúde atuais e anteriores, a população consultada apresentou o seguinte resultado:

Figura 147 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas em Inhumas



Fonte: Araújo (2021).

Com base nas respostas obtidas, “ansiedade” e “sobrepeso” foram os problemas de saúde mais apresentados pela população entrevistada no Parque Goiabeiras, seguindo a mesma tendência da maioria dos demais municípios investigados na RMG.

Quando questionados aos entrevistados se eles faziam uso do parque como meio de auxiliar no tratamento de algum dos problemas supracitados, 40% dos usuários responderam que sim e 60% dos entrevistados responderam negativamente a esta questão.

4.8 Nerópolis

O município de Nerópolis possui uma área territorial de 204,217 km² e uma população estimada pelo IBGE (2020), de 30.395 pessoas, o que representa uma densidade demográfica média ao se comparar com os demais municípios que compõem a Região metropolitana de Goiânia. O município encontra-se inserido na Bacia do Rio Meia Ponte e integra a APA do João Leite, criada em 2002 com área de 72.128 hectares, visa à preservação do reservatório de água que abastece parte da RMG.

Nerópolis é um dos municípios que faz parte do Parque Altamiro de Moura Pacheco, unidade de conservação de proteção integral criada pela Lei nº 11.878/1992, com uma área de aproximadamente 3.183 hectares, sendo mantida pelo Governo do Estado de Goiás e tendo como objetivo a proteção de um dos últimos vestígios da vegetação caracterizada como mata seca ou floresta estacional (remanescentes de Mata Atlântica), além de servir de abrigo para espécies endêmicas de Cerrado. (PDI-RMG, 2017)

Desmembrada do município de Pirenópolis em 1892, a região passou a integrar o território de Santana das Antas (atualmente município de Anápolis). Após algumas alterações territoriais, Nerópolis é elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 104 no dia de agosto de 1948. (NERÓPOLIS, 2021)

Nerópolis estabelece divisa com os municípios de Ouro Verde de Goiás, Anápolis, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Santo Antônio de Goiás e Nova Veneza. O município que já foi conhecido como “a capital do alho do estado”, se destaca pela sua produção de doces. (NERÓPOLIS, 2021)

Segundo estudo empreendido para construção do PDIRMG (2017), o município de Nerópolis sedia indústrias de alimentos e empresas de logística, o que é motivado por sua localização junto às rodovias estaduais GO-080 e a GO-022. Os principais fatores de atração ao município de Nerópolis são: localização estratégica; proximidade com a cidade-polo; custo da terra menor e boa conectividade de transporte coletivo com a capital.

O uso do solo de Nerópolis, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 9%; Corpos Hídricos – 2%; Pastagem – 54%; Remanescente – 31%; Mancha Urbana – 3% e Outros – 0%. De todos os municípios da RMG, Nerópolis é o que apresenta o maior índice de vegetação remanescente. (PDI-RMG, 2017)

Em Nerópolis registra-se a presença do Parque Municipal Artur Pimenta Carneiro, Parque Rosa dos Ventos e Parque Matinha. O Parque da Matinha foi escolhido para fazer parte desta pesquisa devido à sua dinâmica constante de visitação por parte da população,

4.8.1 Parque da Matinha

O Parque da Matinha encontra-se localizado no setor Jardim Paraíso, no município de Nerópolis. O Parque é composto por um denso bosque, pista de caminhada, externa e interna à área arborizada, parque infantil, bancos de cimento e equipamentos de ginástica.

A região onde o equipamento público está situado é caracterizada como residencial, sendo dotada de supermercados, restaurantes, escola, igreja e demais estabelecimentos comerciais. Anexo ao parque localiza-se uma unidade pública de saúde e à frente dele está localizado o 3º Pelotão da Polícia Militar de Goiás em Nerópolis.

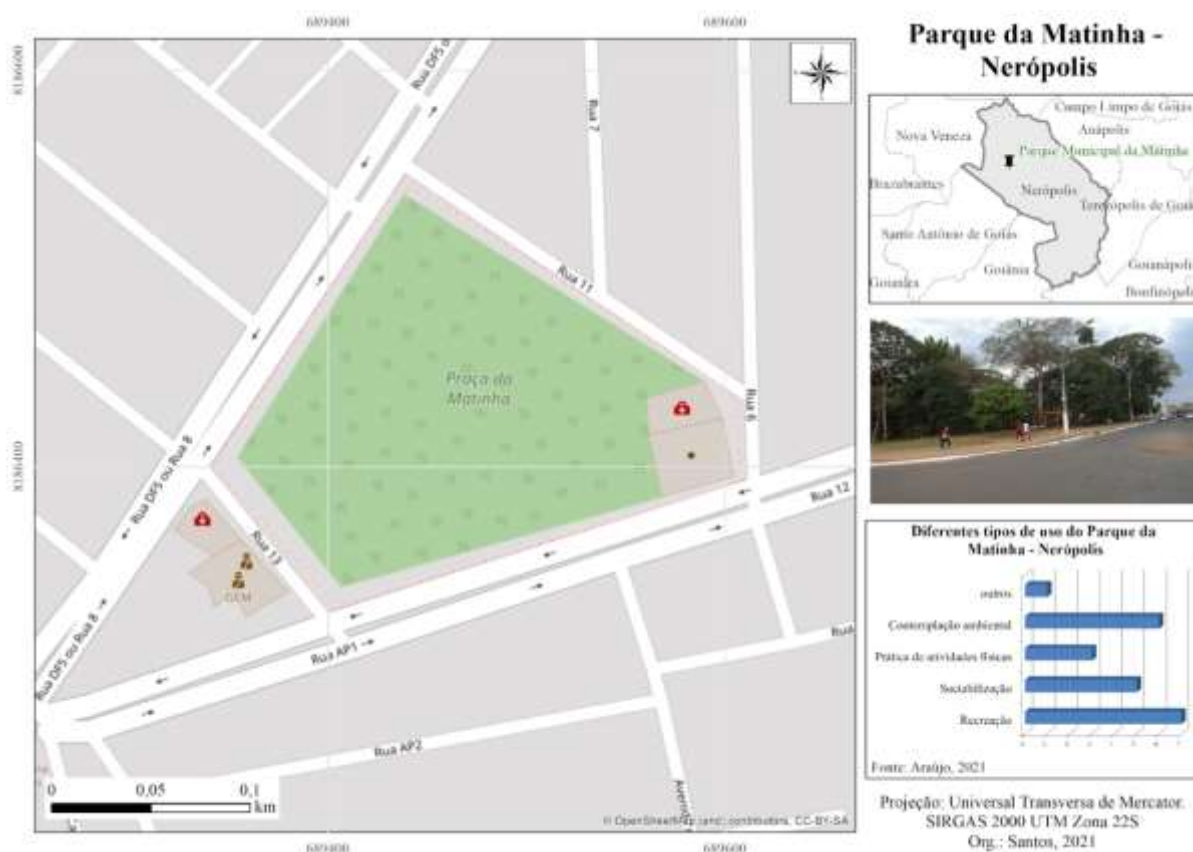
A seguir, são apresentadas imagens do Parque da Matinha (Figura 148), Mapa do Parque (Figura 149) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 150).

Figura 148 – Mosaico de Imagens do Parque da Matinha em Nerópolis



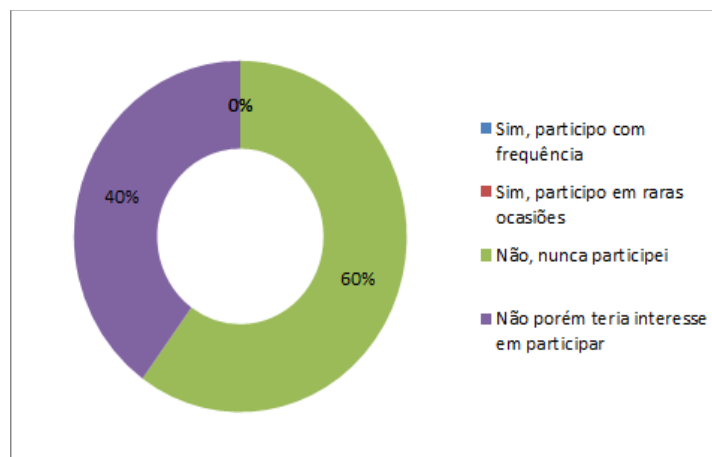
Fonte: Araújo (2021).

Figura 149 – Mapa do Parque da Matinha em Nerópolis



Org.: Santos (2021).

Figura 151 - Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Nerópolis



Fonte: Araújo (2021).

Apesar do baixo nível de participação na criação e gestão de espaços como o Parque da Matinha, 40% das pessoas entrevistadas demonstraram interesse em participar de alguma maneira nos processos de gestão e conservação de parques urbanos presentes em seu município.

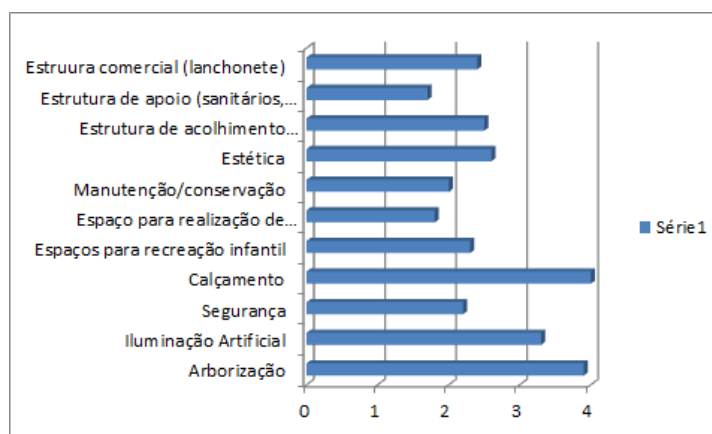
Quando perguntados sobre a satisfação em relação à quantidade de parques existentes no município de Nerópolis, os entrevistados se dividiram entre 20% que consideram que o município está suficientemente contemplado, 20% que consideram que Nerópolis está relativamente contemplado e 60% que afirmam que o município encontra-se insatisfatoriamente contemplado em relação à quantidade de parques presentes no município, evidenciando a necessidade de mais espaços como o Parque a Matinha no município de Nerópolis.

Sobre as condições do parque no que tange à sua gestão e conservação, 50% dos respondentes informaram que consideram péssimas as condições do espaço, 10% informaram que consideram ruim, 20% dos respondentes classificou as condições como regulares e 20% alegaram considerar boas as condições do parque, demonstrando a necessidade de mais atenção aos quesitos gestão e conservação do espaço.

Foi perguntado aos usuários do Parque da Matinha qual nota deveria ser atribuída a alguns quesitos do parque. A avaliação foi mediada pelos valores 1 a 5, onde a nota 1 corresponde a péssimo e a nota 5 corresponde a ótimo. As médias das notas alcançadas na avaliação realizada pelos usuários foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2,4; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,7;

Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 2,5; Estética - Nota 2,6; Manutenção/conservação - Nota 2; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 1,8; Espaços para recreação infantil - Nota 2,3; Calçamento - Nota 4; Segurança - Nota 2,2; Iluminação artificial - Nota 3,3 e Arborização - Nota 3,9. O gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do parque da Matinha em relação a cada quesito avaliado.

Figura 152 - Gráfico contendo a avaliação das condições específicas do Parque da Matinha em Nerópolis



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados alcançados demonstraram que os itens “arborização” e “calçamento” foram os melhores avaliados pelos frequentadores do espaço, enquanto “estrutura de apoio – sanitários, bicicletários e estacionamento” juntamente com “espaços para realização de atividades físicas” foram os quesitos que receberam as piores notas dos usuários do parque.

Ao serem questionados se o Parque da Matinha é acessível a todos os habitantes de Nerópolis, independente do bairro de residência, 100% das pessoas entrevistadas responderam positivamente a esta questão.

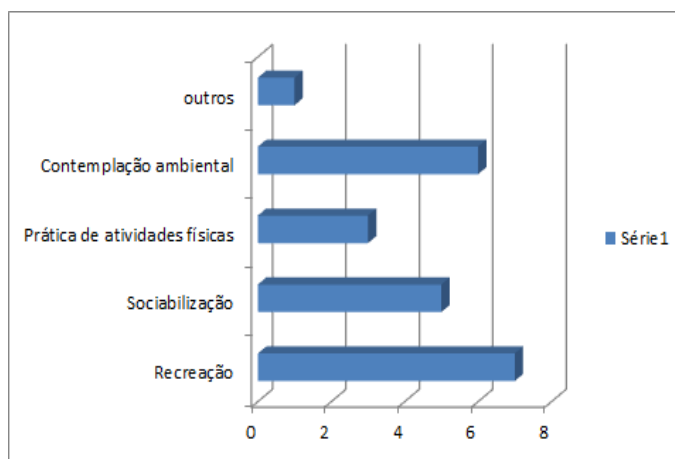
Os usuários do parque foram indagados sobre qual o principal benefício propiciado à sua vida em virtude da utilização do espaço, nesta questão foram obtidas as seguintes respostas: “lazer”, “lazer”, “atividade física”, “aliviar estresse”, “descanso”, “descanso”, “tranquilidade, sombra e animais silvestres”, “sombra e sossego”, “nada” e “natureza”. As respostas destacam que os aspectos relacionados ao lazer e ao descanso são os mais valorizados pela população entrevistada.

Quando questionados sobre o principal problema observado no Parque da Matinha, as respostas mencionadas pelos usuários entrevistados foram as seguintes: “sujeira, lixo e sanitário”, “sanitário”, “sanitário e falta de gramado”, “falta de estrutura”, “segurança”,

“segurança”, “nenhum”, “nenhum”, “presença do pelotão da Polícia Militar” e “falta de limpeza”. Os relatos demonstram que infraestrutura, como instalação de sanitários, e segurança são as principais demandas apresentadas pelos usuários do parque.

Questionados sobre os diferentes tipos de uso adotados junto ao parque, os entrevistados apresentaram o seguinte panorama:

Figura 153 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque da Matinha em Nerópolis

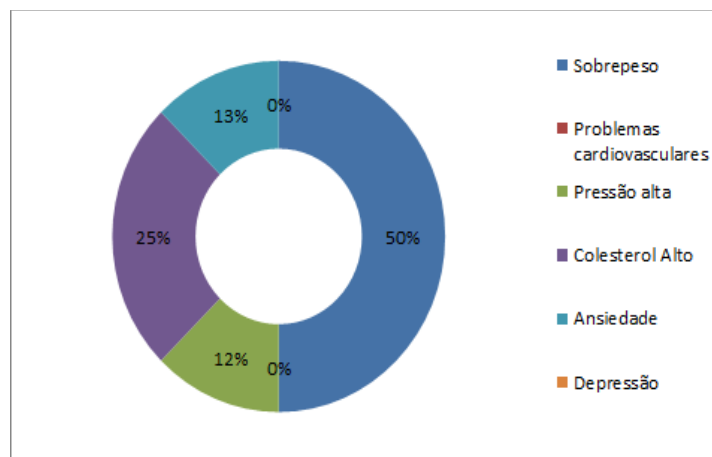


Fonte: Araújo (2021).

As atividades mais desempenhadas de acordo com o relato da população entrevistada são “recreação” e “contemplação ambiental”.

No que diz respeito a hábitos de atividades físicas, 30% dos respondentes afirmaram praticar exercícios com frequência, contra 60% que afirmaram não praticar tais atividades com regularidade. Aqueles que relataram praticar atividades físicas, informaram que o fazem mais de três vezes por semana. As atividades mais mencionadas pelos entrevistados foram futebol, com três registros, caminhada com dois registros, corrida com um registro e ciclismo com um registro.

Figura 154 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque da Matinha - Nerópolis



Fonte: Araújo (2021).

Os problemas “ansiedade” e “sobrepeso” destacaram-se como os mais relatados pelos frequentadores do Parque da Matinha, coincidindo com as respostas apresentadas pela população de outros municípios da Região Metropolitana.

Quando questionado aos entrevistados se eles utilizam o parque como meio de auxiliar no tratamento de algum dos problemas de saúde que possuem, somente 20% responderam positivamente a esta questão.

4.9 Santa Bárbara de Goiás

O município de Santa Bárbara de Goiás está localizado a 51 km de Goiânia, tendo como principal via de acesso a GO-060. Santa Bárbara, segundo dados do IBGE (2020), possui uma população estimada em 6.634 habitantes e extensão territorial de 138.234 km², assumindo a 233^o posição no ranking de extensão territorial dos municípios goianos. Desmembrado de Trindade, Santa Bárbara de Goiás é elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 4.710, de 23 de outubro de 1963.

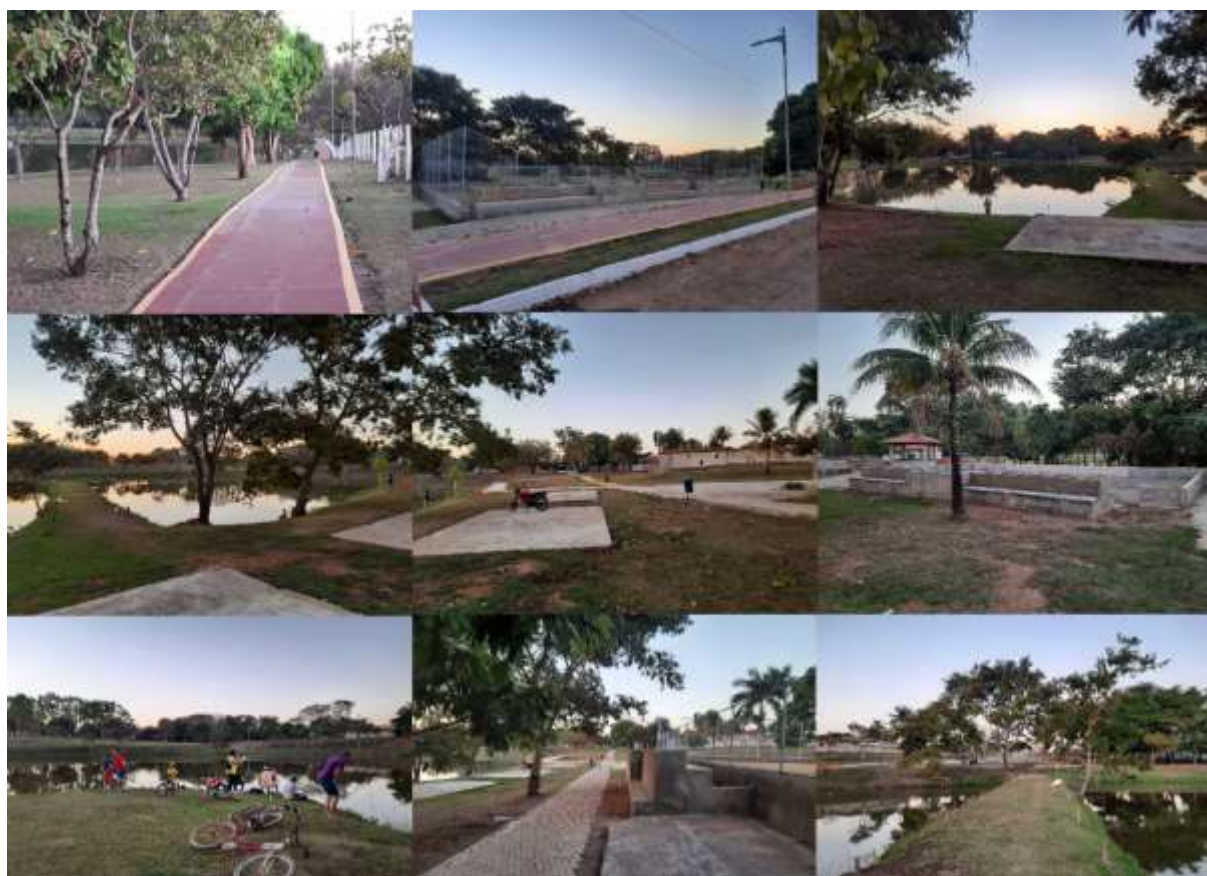
O município de Santa Bárbara de Goiás compreende equipamentos como supermercados, restaurantes, igrejas, hospital municipal, drogarias, academias, Centro Municipal de Educação Infantil - Cmei, escolas estaduais, municipais e particulares, estádio municipal, ginásio esportivo e demais equipamentos de pequeno porte.

4.9.1 Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás

O Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás encontra-se localizado às margens da Rodovia GO-060, na entrada do município, no setor Neves Barbosa. O espaço passou por uma recente revitalização e além do lago, conta com espaços gramados e arborizados, pista de caminhada, quadra poliesportiva e bancos de cimento, como pode se observar na Figura 155.

O espaço ainda não dispõe de equipamentos como parque infantil, equipamentos de ginástica, estacionamento próprio, bicicletário e quiosques para lanches. Apesar de possuir sanitários, os mesmos demandam melhores condições de conservação.

Figura 155 – Mosaico de Imagens do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Figura 156 - Mapa do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Org.: Santos (2021)

Figura 157 – Imagens de Satélite do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás

Org.: Santos (2021)

O município de Santa Bárbara também é dotado de algumas praças, conforme ilustrado na Figura 158 e o Quadro 19. A Praça Sebastião Vaz sedia a paróquia Santa Bárbara. Além da igreja, a praça possui espaços gramados, passeios para pedestre, árvores, bancos de cimento, um quiosque comercial de lanches e uma escultura de Santa Bárbara. Também foi registrado a presença de praça com quadra poliesportiva, pista de skate, aparelhos de ginástica e parque infantil.

Quadro 19 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Santa Bárbara de Goiás – GO

Espaços Públicos	
Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás	Praça da Santa*Lago
-----	Praça Neves Barbosa
-----	Praça da Bíblia
-----	Praça Um
-----	Praça do Assis Silva
-----	Praça Sebastião Vaz

Fonte: Santa Bárbara de Goiás (2021) Org.: Araújo (2021).

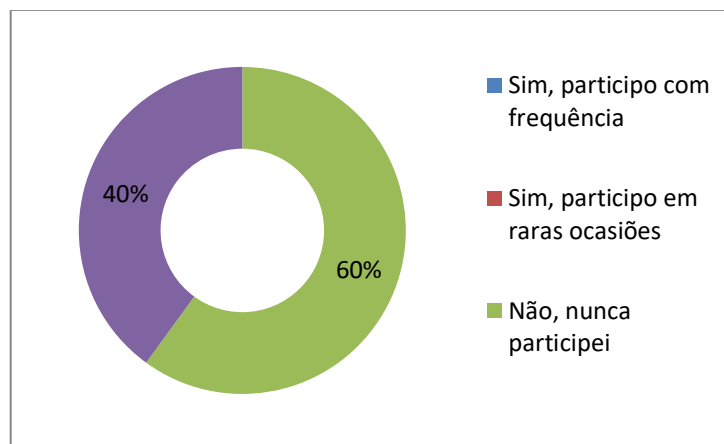
Figura 158 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Ao investigar o nível de participação da população na criação do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás, 100% dos entrevistados afirmaram não ter participado deste processo. Quando consultado a respeito da participação no processo de gestão do Lago Municipal, 60% dos sujeitos entrevistados relataram não participar deste processo, ao passo que 40% informaram que apesar de não ter participado, gostariam de participar. Os resultados desta questão se expressam na Figura 159.

Figura 159 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques/lagos públicos localizados no município de Santa Bárbara de Goiás



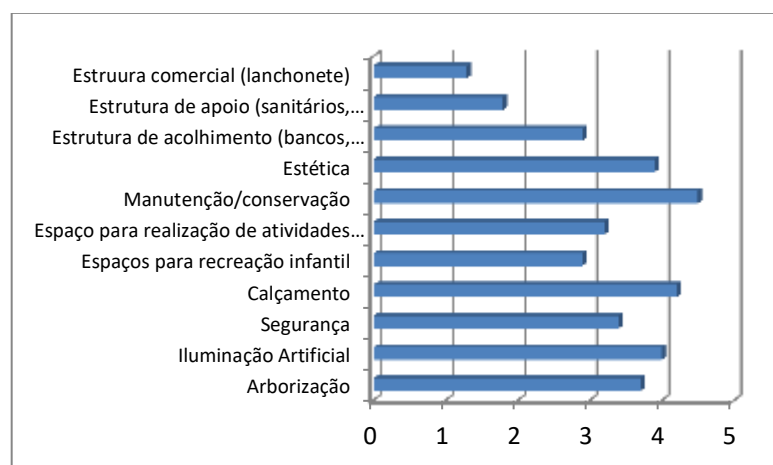
Fonte: Araújo (2021).

Ao serem indagados a respeito da satisfação em relação à quantidade de parques/lagos públicos presentes no município de Santa Bárbara de Goiás, 100% dos entrevistados afirmou considerar que o município está relativamente contemplado, devendo ampliar a quantidade de equipamentos como o Lago Municipal no município de Santa Bárbara.

Em relação às condições gerais de gestão e conservação do Lago Municipal de Santa Bárbara, 50% das pessoas entrevistadas classificaram como boas essas condições e 50% classificaram como regulares.

Os frequentadores do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás foram consultados com a finalidade de se obter uma avaliação sobre alguns aspectos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) – Nota 1,3; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) – Nota 1,8; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 2,9; Estética – 3,9; Manutenção/conservação - Nota 4,5; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,2; Espaços para recreação infantil - Nota 2,9; Calçamento - Nota 4,2; Segurança - Nota 3,4; Iluminação artificial - Nota 4 e Arborização - Nota 3,7. A figura 160 representa a percepção dos usuários do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás em relação a cada item avaliado.

Figura 160 – Gráfico contendo a avaliação das condições específicas do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

A avaliação revelou que o aspecto melhor avaliado pela população é “manutenção/conservação”, enquanto o item que recebeu menores notas foi o aspecto “estrutura comercial” e “estrutura de apoio”, apontando a necessidade de equipamentos como lanchonetes, sanitários, dentre outros.

Em relação à possibilidade de acesso ao Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás, 90% dos entrevistados afirmaram considerar o espaço um ambiente “acessível” a todos os habitantes do município independente de seu bairro de residência, ao passo que 10% dos entrevistados classificou o espaço como “relativamente acessível” aos habitantes de Santa Bárbara de Goiás.

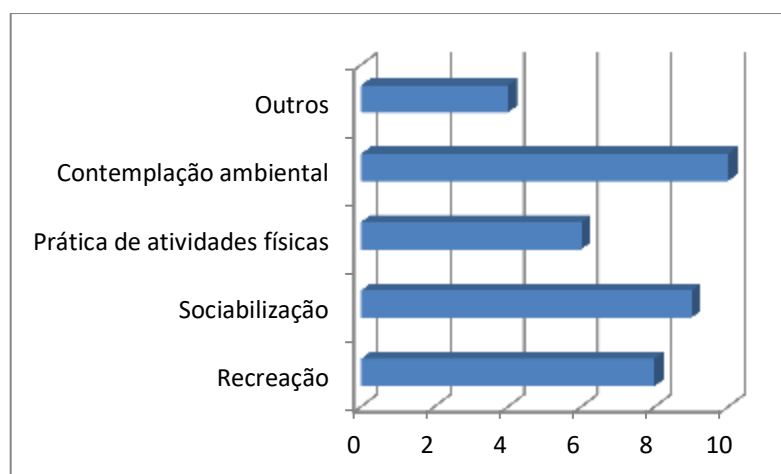
Buscando compreender a dinâmica de utilização do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás, foi solicitado aos usuários do espaço que informassem quais as atividades que cada um desenvolve no ambiente. Desse modo, constatou-se que 80% dos entrevistados utilizam o espaço para fins de recreação, 80% utiliza para sociabilização, 60% utiliza para prática de atividades físicas e 100% utilizam o espaço para fins de contemplação ambiental. Outro uso muito frequente relatado pelos entrevistados e constatado mediante observação em campo foi a pescaria, prática realizada por diversas pessoas durante visita ao espaço para levantamento de informações, conforme registro contido na figura 161. A figura 162 expressa graficamente os tipos de uso empreendidos no Lago de Municipal de Santa Bárbara de Goiás.

Figura 161 – Imagens da população pescando no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Figura 162 - Diferentes tipos de uso do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



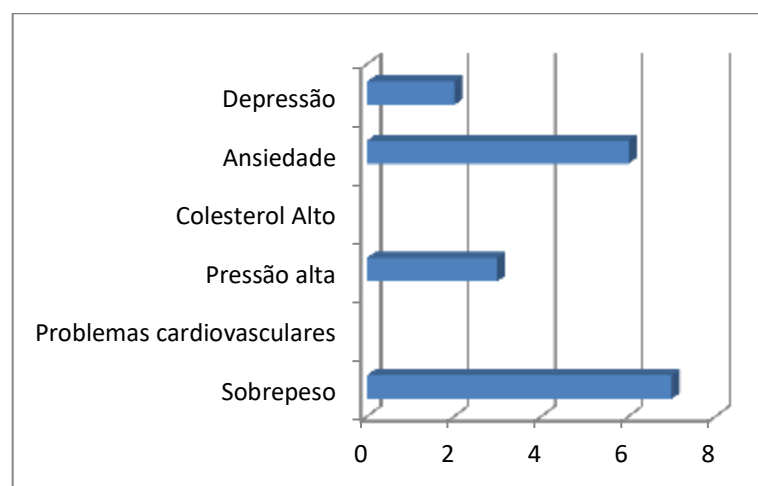
Fonte: Araújo (2021).

Foi perguntado aos usuários do Lago Municipal se os mesmos costumam praticar atividades físicas com frequência, nesta questão 20% dos entrevistados informaram que sim, enquanto 80% responderam negativamente a esta questão.

Em relação aos problemas de saúde apresentados (atualmente ou anteriormente) pelos frequentadores do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás, foi possível apreender o seguinte quadro: 70% das pessoas consultadas relataram possuir ou já ter possuído “sobrepeso”, 30% relataram possuir ou já ter possuído “pressão alta”, 60% relataram possuir

ou já ter possuído “ansiedade” e 20% das pessoas escutadas afirmaram possuir ou já ter possuído “depressão”. A figura 163 expressa graficamente esses resultados.

Figura 163 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados em relação ao quadro de saúde apresentado pela população seguiram a mesma tendência dos resultados apresentados pelos demais municípios da RMG, onde “ansiedade” e “sobrepeso” são relatados com mais frequência pelos usuários.

Foi perguntado aos usuários do Lago Municipal se os mesmos costumam utilizar o espaço como forma de auxiliar no tratamento de algum de seus problemas de saúde. Neste sentido, apenas 20% dos entrevistados responderam positivamente a esta questão.

4.10 Santo Antônio de Goiás

O Município de Santo Antônio de Goiás, localizado na bacia do Rio Meia Ponte, possui uma população de 6.440 habitantes, conforme estimativa do IBGE (2020). Sua extensão territorial é de 132.805 km², levando o município a ocupar 235ª posição no ranking territorial dos municípios goianos. Santo Antônio de Goiás é desmembrado de Goianira e elevado à categoria de município, por meio da Lei Estadual n.º 11.360, de 05 de dezembro de 1990.

Santo Antônio de Goiás destaca-se pelo seu elevado índice de crescimento demográfico, apresentando uma das maiores taxas da RMG, de 4,72% ao ano, no período

compreendido entre 2000 a 2010. Os setores que mais geram emprego no município são as áreas de Serviços e Construção Civil, seguidos com índices bem mais baixo, das áreas de Agropecuária, Comércio e Indústria. (IPEA, 2015)

O uso do solo de Santo Antônio de Goiás, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 26%; Corpos Hídricos – 1%; Pastagem – 48%; Remanescente – 23%; Mancha Urbana – 2% e Outros – 0%.

No município registra-se a presença de uma Unidade de conservação, denominada Refúgio da Vida Silvestre de Santo Antônio de Goiás, criada por meio do Decreto Nº 079 de 09 de julho de 2018. A unidade está situada na GO-462, possui uma área aproximada de 22 hectares e possui o objetivo de proteger ambientes naturais, comunidades da flora e da fauna, possibilitando a realização de pesquisas científicas, visitação pública, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.

4.10.1 Parque Jacarandá - Santo Antônio de Goiás

Logo à entrada da cidade, no bairro Vila Florença, está situada a recente construção do espaço intitulado como Parque Jacarandá. No formato de uma grande praça linear, o espaço oferece grande variedade de estrutura, como quadra poliesportiva, aparelhos de ginástica, parque infantil, espaço com mesas e bancos de cimento, circuito para animais de estimação, pista de skate e pista de caminhada, além de espaço gramado e árvores ao longo do parque, conforme ilustra a Figura 164. Além do parque recém-inaugurado, o município também dispõe de pequenas praças e canteiros ao longo de sua estrutura urbana.

Nas imediações do Parque Jacarandá, localizado às margens da GO-462, é possível encontrar equipamentos como posto de gasolina, igreja, lanchonetes, supermercados, unidade de saúde e a prefeitura Municipal de Santo Antônio de Goiás.

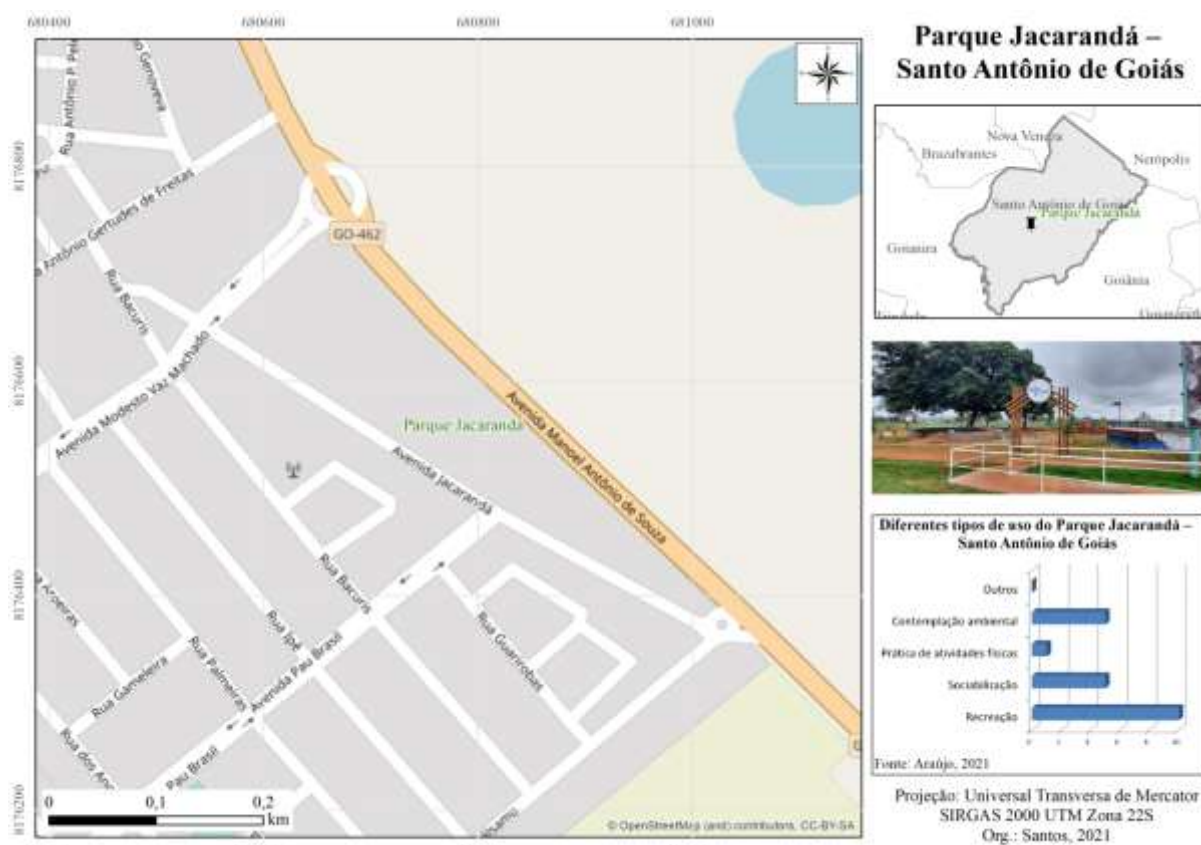
A seguir, são apresentadas imagens do Parque Jacarandá (Figura 164), Mapa do Parque (Figura 165) e Imagens de satélite capturadas do espaço (Figura 166).

Figura 164 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás



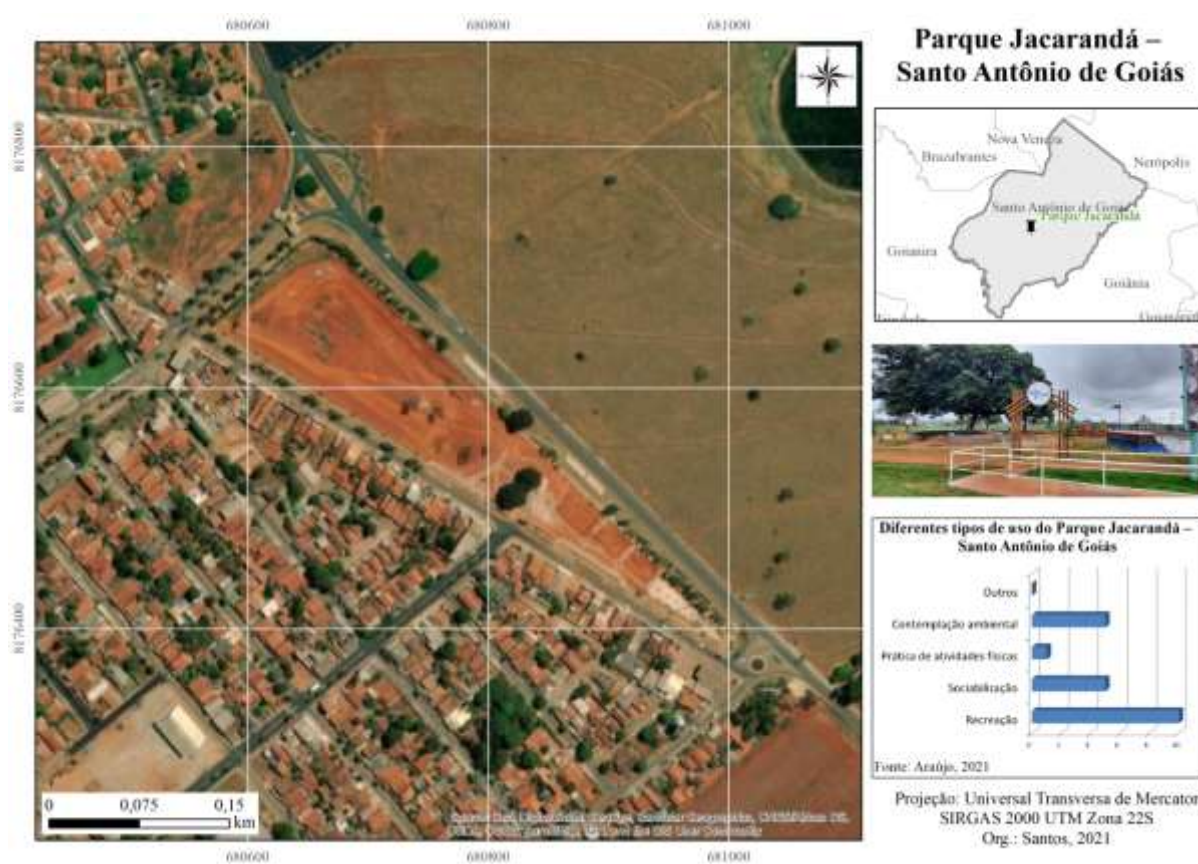
Fonte: Araújo (2021).

Figura 165 – Mapa do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás



Org.: Santos (2021).

Figura 166 – Imagem de satélite do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás



Org.: Santos (2021).

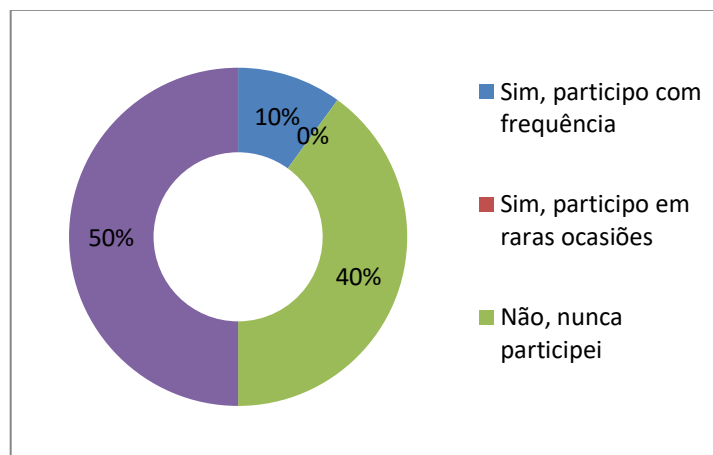
Embora as imagens de satélite apresentadas tenham sido capturadas em período anterior à construção do Parque Jacarandá, é possível apreender a delimitação do espaço, representada por uma planta triangular que ocupa uma estreita faixa às margens da rodovia que dá acesso à cidade de Santo Antônio.

Nos parágrafos a seguir, encontram-se os resultados obtidos mediante aplicação de questionários semiestruturados junto aos frequentadores do Parque Jacarandá.

Perguntado aos do Parque se os mesmos participaram, de alguma maneira, de seu processo de criação ou de parque urbano na RMG, 90% dos entrevistados afirmou não haver participado e 10% informaram que participaram de alguma maneira.

Em relação à participação dos usuários na gestão e conservação de espaços como o Parque Jacarandá, foram alcançados os seguintes resultados:

Figura 167 – Gráfico contendo o Nível de participação da população no processo de gestão e conservação dos parques localizados no município de Santo Antônio de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Apesar de apresentar baixos níveis de participação popular na criação e na gestão de equipamentos como o Parque Jacarandá, parte significativa dos entrevistados no espaço (40%) informaram possuir interesse em participar de alguma maneira dos processos supracitados.

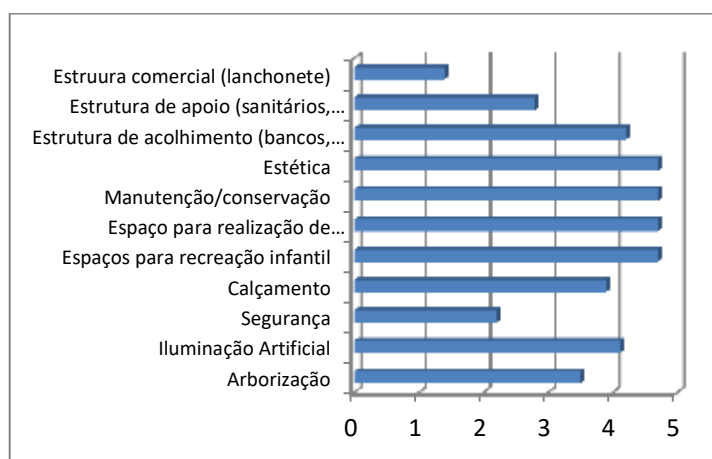
Quando questionado aos frequentadores do Parque Jacarandá se os mesmos consideram que a quantidade de espaços como o parque é suficiente para atender a demanda dos moradores do município de Santo Antônio de Goiás, 50% dos entrevistados afirmaram considerar o município suficientemente contemplado, enquanto 50% consideram que o município se encontra relativamente contemplado.

Investigando a percepção dos usuários do Parque Jacarandá em relação às condições de conservação do espaço, 70% dos entrevistados classificaram como boas as condições do parque, enquanto 30% indicaram considerar regulares as condições apresentadas pelo espaço.

Consultamos os usuários do Parque Jacarandá com a finalidade de se obter uma avaliação sobre alguns aspectos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) – Nota 1,4; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) – Nota 2,8; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4,2; Estética – 4,7; Manutenção/conservação - Nota 4,7; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4,7; Espaços para recreação infantil - Nota 4,7; Calçamento - Nota 3,9; Segurança - Nota 2,2; Iluminação artificial - Nota 4,1 e Arborização -

Nota 3,5. O gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do parque Jacarandá em relação a cada item avaliado.

Figura 168 – Gráfico contendo a avaliação das condições específicas do Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás

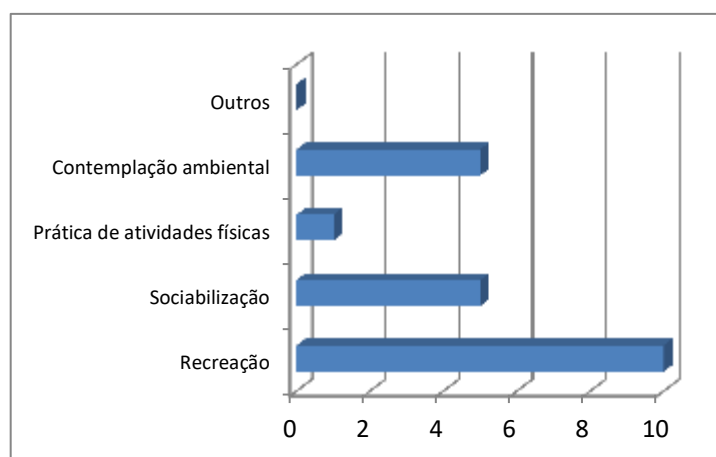


Fonte: Araújo (2021).

Por meio da consulta aos usuários, os aspectos “Estética”, “Manutenção/Conservação”, “Espaço para atividades físicas”, e “Espaços para recreação infantil” foram os que receberam melhores avaliações, enquanto o quesito “Estrutura comercial” foi o pior avaliado, dada a ausência de lanchonetes e quiosques no espaço.

No que diz respeito ao acesso ao parque pelos habitantes de Santo Antônio de Goiás, independente de seu bairro de residência, 60% das pessoas consultadas afirmou considerar o parque um espaço acessível a todos os habitantes da cidade, 30% afirmaram considerar o parque relativamente acessível e 10% consideram o espaço inacessível para parte dos habitantes do município.

Foi perguntado aos frequentadores do Parque Jacarandá quais os tipos de uso que eles costumam empreender no espaço. Assim, foi possível obter o seguinte quadro:

Figura 169 - Tipos de uso empreendidos no Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás

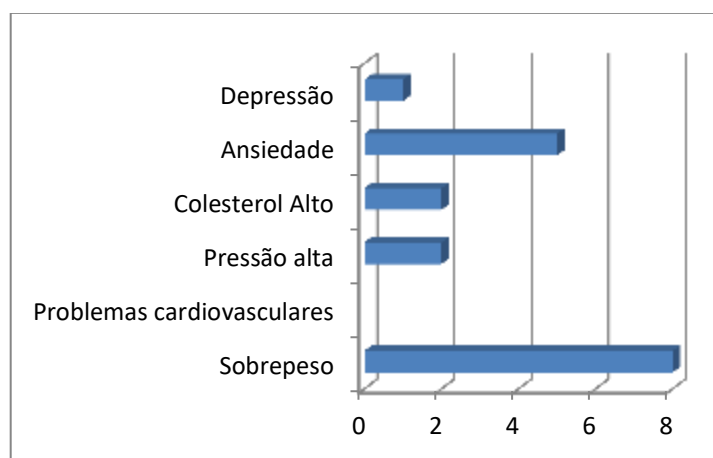
Fonte: Araújo (2021).

A modalidade “Recreação” figurou como a principal atividade relatada pelos usuários do parque. Deve-se destacar que apesar das “Práticas de atividades físicas” terem sido pouco mencionadas pelos entrevistados, durante a pesquisa de campo foi possível observar algumas pessoas realizando atividades como corrida, passeio de bicicleta e caminhada.

Ao se perguntar aos usuários se eles costumam praticar atividades físicas com frequência, 30% dos entrevistados informaram que sim, enquanto 70% relataram não praticar atividades físicas com regularidade. Dentre as modalidades mais praticadas, estão caminhada e ciclismo.

Buscando conhecer os problemas de saúde apresentados, atualmente ou em períodos anteriores, pelos frequentadores presentes no Parque Jacarandá, foram listados alguns problemas recorrentes na saúde dos brasileiros para que os entrevistados selecionassem problemas que possuem ou já possuíram. Assim, foi possível obter o seguinte quadro:

Figura 170 – Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Jacarandá em Santo Antônio de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Os problemas de saúde mais relatados pelos usuários do parque Jacarandá foram “Sobrepeso” e “Ansiedade”, constituindo resultado semelhante aos apresentados pelos demais municípios da RMG.

Perguntado aos usuários do parque se eles utilizam o espaço como meio para auxiliar no tratamento de algum dos problemas de saúde relacionados, 60% informaram que sim e 40% responderam negativamente a essa questão.

4.11 Senador Canedo

Segundo o IBGE (2020), o município de Senador Canedo possui uma população estimada de 118.451 pessoas e uma extensão territorial de 248,291 km². Senador Canedo faz limite com os municípios de Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Goianápolis, Goiânia e Leopoldo de Bulhões.

A criação do município tem origem na construção da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), na década de 1930. Senador Canedo foi elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 10.435, de 09 de 01 de 1988, que teve a sua execução suspensa pela Medida Cautelar n.º 1.574, de 15 de julho de 1988, até o definitivo julgamento da representação, sendo desmembrado de Goiânia, Bela Vista de Goiás e Aparecida de Goiânia. (SENADOR CANEDO, 2021)

Senador Canedo é sede de importante Polo Petroquímico e conta com uma localização estratégica em relação às rodovias estaduais e federais. Além disso, a cidade dispõe de Distritos Industriais com empresas do setor moveleiro, confecção, cartonados, cerâmicas, alimentícias, químicas, entre outros. (SENADOR CANEDO, 2021)

O município registra a presença de uma RPPN denominada Parque Botânico Goiano dos Kaiapós, com uma área de 80,37 há, criada por meio da Portaria nº 206/2013.

Segundo a Unidade de Parques e Jardins da Prefeitura de Senador Canedo, o município possui cinco parques urbanos implementados em seu território, sendo eles: Parque Boa Vista, Parque Jardim Canedo, Parque Vila Galvão, Parque Jardins das Flores e Parque Jardim Buritis. Para fins desta pesquisa, foi adotado o Parque Boa Vista, por ser considerado um dos parques de maior visitação no município.

4.11.1 Parque Boa Vista

Inaugurado em 28 de junho de 2016, o Parque Boa Vista, encontra-se localizado no Residencial Boa Vista e dispõe de uma área total de 220.000 m². O espaço recebeu o investimento de R\$ 6,2 milhões para sua construção.

O Parque Boa Vista possui diversos lagos, ciclovia de 2km, pista de caminhada, três parques infantis, pergolados de madeira, pontes de madeira, ampla área gramada, reserva ambiental, praças de convivência, bancos de madeira, postes de iluminação e teatro de arena.

Uma das finalidades do parque é preservar as nascentes do córrego Bonsucesso, importante recurso hídrico de Senador Canedo.

A região onde localiza-se o parque está situada próxima à principal entrada da cidade de Senador Canedo e é dotada de supermercados, unidade de saúde, igrejas, posto de gasolina, centro esportivo e demais estabelecimentos comerciais.

A Figura 171 ilustra algumas partes do Parque Boa Vista, apresentando respectivamente imagens do lago, área de convivência com quiosque, bancos e mesas, área gramada com árvores, teatro de arena, área de convivência com pergolados de madeira e parque infantil.

Figura 171 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Boa Vista em Senador Canedo/GO



Fonte: Araújo (2021).

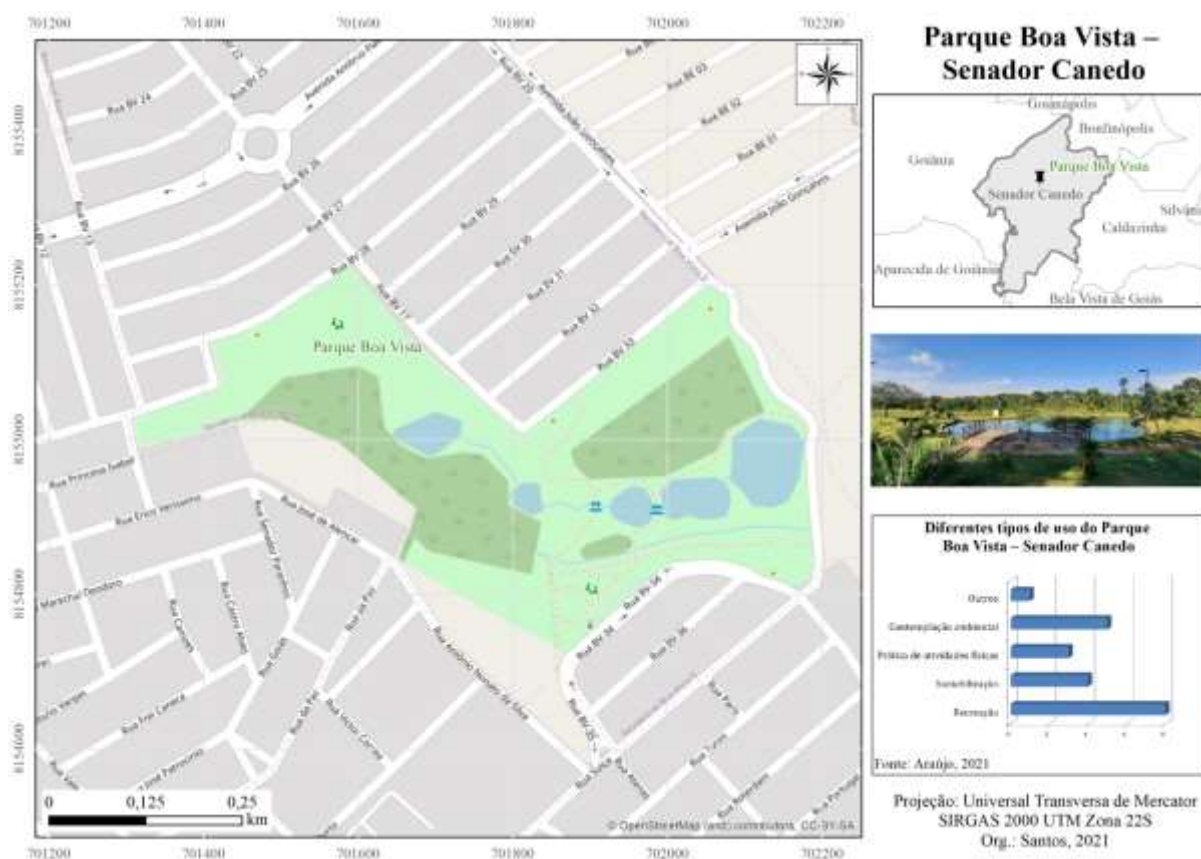
A Figura 171 expõe imagens de problemas estruturais detectados na visita de campo ao Parque Boa Vista, apresentando respectivamente os seguintes registros: proteção da ponte de madeira quebrada; banco de madeira quebrado; gangorras de madeira quebradas; ponte de madeira com buracos e escada do parque infantil faltando degraus.

Figura 172 – Mosaico de Imagens de Problemas de manutenção no Parque Boa Vista



Fonte: Araújo (2021).

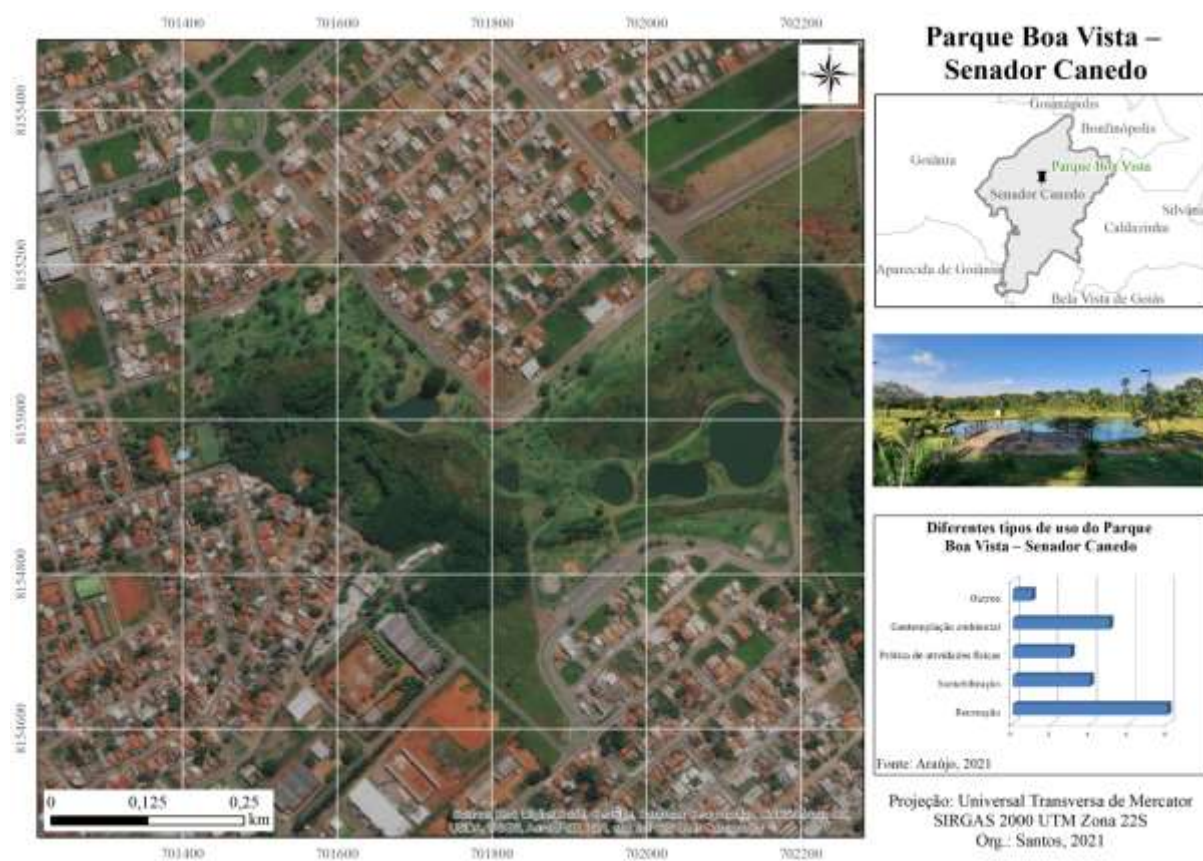
Figura 173 – Mapa do Parque Boa Vista em Senador Canedo



Org.: Santos (2021)

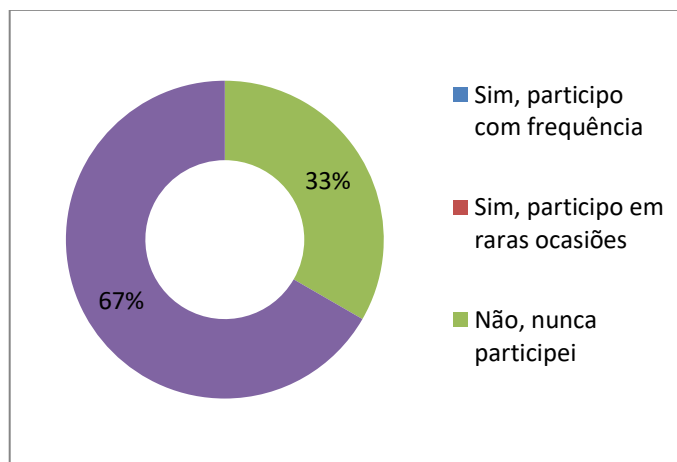
As imagens de satélite do Parque Boa Vista, expostas na Figura 174, demonstram o amplo espaço ocupado pelo parque urbano, composto por uma área densamente arborizada, lagos e extensa área gramada, além dos equipamentos já relacionados em parágrafo anterior.

Figura 174 – Imagens de Satélite do Parque Boa Vista em Senador Canedo



Org.: Santos (2021)

Figura 175 – Gráfico contendo o Nível de participação dos entrevistados no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Senador Canedo

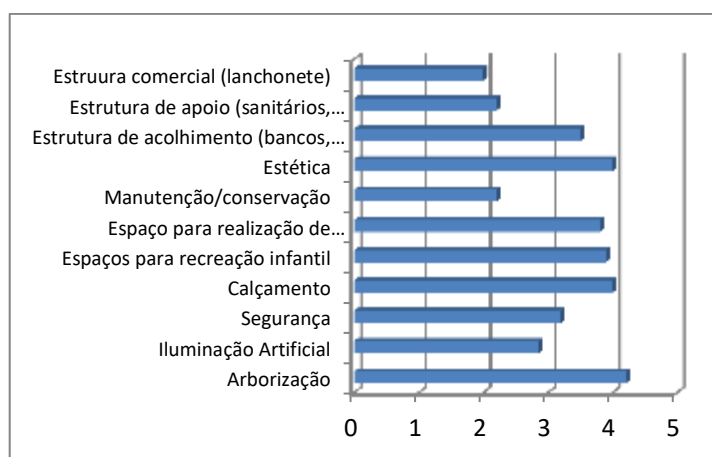


Fonte: Araújo (2021).

Quando perguntados sobre a satisfação em relação à quantidade de parques urbanos presentes nas proximidades de sua residência, 70% dos entrevistados informaram que sua região está suficientemente contemplada e 30% das pessoas consultadas consideraram que sua região está insatisfatoriamente contemplada.

Consultados sobre as condições gerais de gestão e conservação do Parque Boa Vista, 30% das pessoas entrevistadas classificaram as condições do parque como “Boas”, 40% afirmaram considerar as condições “Regulares”, 10% indicaram que as condições estão “ruins” e 20% classificaram as condições como “péssimas”.

Os usuários do Parque Boa Vista foram consultados com vistas a se obter uma avaliação sobre alguns aspectos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) – Nota 2; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) – Nota 2,2; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3,5; Estética - 4; Manutenção/conservação - Nota 2,2; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3,8; Espaços para recreação infantil - Nota 3,9; Calçamento - Nota 4; Segurança - Nota 3,2; Iluminação artificial - Nota 2,8 e Arborização - Nota 4,2. O gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do parque Boa Vista em relação a cada item avaliado.

Figura 176 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Boa Vista em Senador Canedo

Fonte: Araújo (2021).

A “Arborização” foi o quesito melhor avaliado pelos frequentadores do Parque Boa Vista, enquanto os aspectos “Manutenção/Conservação” e “Estrutura comercial” foram os que receberam piores notas, devido a grande quantidade de equipamentos danificados e a não regularidade de funcionamento dos quiosques presentes no parque.

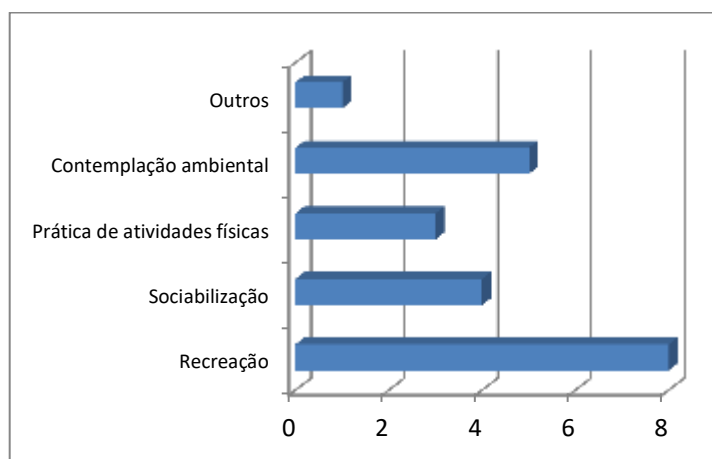
Em busca de apreender a percepção dos usuários sobre as condições de acesso dos moradores de Senador Canedo ao parque Boa Vista, 90% dos entrevistados classificaram o parque como um espaço acessível a todos os habitantes do município, enquanto 10% dos entrevistados classificaram o Parque como um espaço relativamente acessível aos habitantes de Senador Canedo.

Indagados sobre o principal benefício proporcionado pelo Parque Boa Vista, os usuários entrevistados apresentaram as seguintes respostas: “lago”, “espaço para as crianças brincarem”, “paisagem”, “paisagem”, “ar puro, vista e diminuição de estresse”, “ar puro e árvores”, “lazer”, “lazer” e “lazer”. Os resultados evidenciam que o “lazer” e os benefícios propiciados pela natureza presente no parque são os aspectos mais valorizados pela população.

Ao serem consultados sobre o principal problema percebido no parque, os entrevistados expuseram as seguintes respostas: “brinquedos quebrados”, “banheiros, bancos estragados e manutenção”, “falta banheiro”, “brinquedos e bancos quebrados”, “estrutura, brinquedos e bancos quebrados”, “segurança e manutenção”. “manutenção”, “arborização” e “manutenção”. Os relatos demonstraram que a “manutenção” representa atualmente a maior necessidade apresentada pelos usuários do parque.

Consultados sobre as formas como os entrevistados utilizam o parque foi possível chegar ao seguinte quadro de tipos de uso:

Figura 177 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Boa Vista



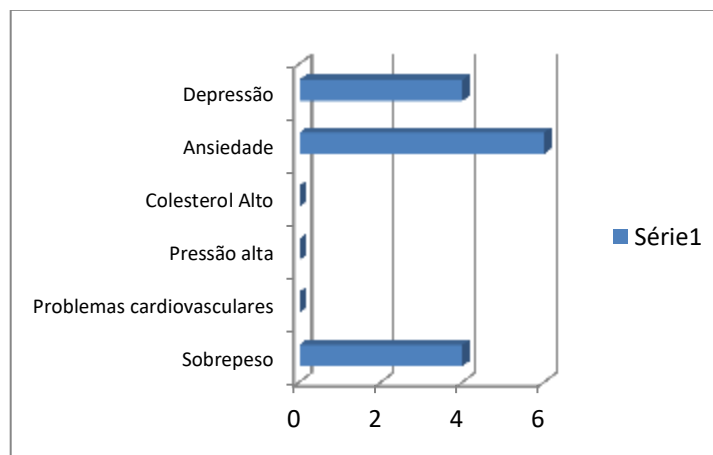
Fonte: Araújo (2021).

De acordo com as entrevistas realizadas, “Recreação” e “Contemplação Ambiental” são os tipos de atividades mais praticadas pelos frequentadores do espaço.

Sendo perguntados sobre os hábitos relacionados a atividades físicas, 40% dos entrevistados afirmaram praticar exercícios físicos com frequência, enquanto 60% afirmaram não praticar. Dentre as atividades praticadas foram citadas caminhada, corrida, funcional e calistenia.

Na busca por apreender quais os problemas de saúde apresentados anteriormente ou atualmente pela população entrevistada, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Figura 178 – Gráfico com principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Boa Vista em Senador Canedo



Fonte: Araújo (2021).

“Ansiedade” e “Sobrepeso” foram os principais problemas de saúde relatados pelos frequentadores do Parque Boa Vista, seguindo a mesma tendência dos resultados apresentados pelos demais municípios analisados na RMG.

Foi perguntado aos usuários do Parque Boa Vista se os mesmos utilizam o espaço como meio de ajudar em algum dos problemas de saúde relacionados, assim, 60% dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão, enquanto 40% afirmaram não utilizar o parque com esta finalidade.

4.12 Trindade

Fundado em 31 de agosto de 1920 e com população estimada pelo IBGE (2020) em 129.823 habitantes, O município de Trindade possui uma extensão de 710.328 km², ocupando a 134ª a posição no ranking de extensão territorial dos municípios goianos.

O município de Trindade é conhecido nacionalmente por sua vocação religiosa, costumando receber milhares de pessoas de todas as partes do país ao longo do ano, que buscam conhecer o santuário do Divino Pai Eterno. O município também sedia a famosa Romaria do Divino Pai Eterno, ocorrida entre os meses de junho e julho, considerado segundo maior evento religioso do país, atrai mais de 3 milhões de pessoas durante os 10 dias de festividade. (TRINDADE, 2020)

O município sedia um polo de indústrias de confecções e alimentos. Seus principais fatores de atração são:

Proximidade com a cidade-polo; custo da terra menor; boa conectividade de transporte coletivo com a capital; incentivo locais à instalação de empresas; arranjo produtivo local de turismo religioso; é o segundo produtor de grãos junto com Inhumas da Região Metropolitana; é o segundo maior exportador da RM, 20,9%. (GOIÁS, 2017, P.42-43)

Trindade possui três parques urbanos, sendo eles Parque Municipal Maria Pires Perillo e Parque Municipal Lara Guimarães, criados por iniciativa pública e Parque Barreirinho, criado por iniciativa privada. Além disso, existe uma unidade de conservação ambiental denominada Estação Ecológica Barro Preto. O Parque escolhido para realização da pesquisa foi o Parque Lara Guimarães, devido a importância assumida pelo espaço, dado seu volume de visitação.

4.12.1 Parque Lara Guimarães

Trindade possui dois parques urbanos, o Parque do Viveiro e o Parque Municipal Lara Guimarães. Em trabalho de campo realizado no município, foi observado o Parque Municipal Lara Guimarães, localizado na Vila Padre Renato. O parque possui área total de 290.513m² e dispõe de uma complexa estrutura, conforme exposto no **Figura 179**, contando com amplo espaço de área verde com diversas espécies arbóreas, lago com pedalinhos, pistas para caminhada, parque infantil, campo de futebol, quadra de tênis, quadra poliesportiva, kartódromo, sanitários e quiosque comercial. O parque conta com uma reserva ambiental e três represas. Além disso, o parque tem como anexo o Carreiródromo, espaço destinado ao desfile de carros de bois que acontece durante a romaria do Divino Pai Eterno ocorrida geralmente no mês de junho. Nos outros meses o espaço é utilizado para eventos e festividades.

O Parque Lara Guimarães costuma ser utilizado para pescaria, eventos de corrida e caminhada, torneio de pipa, torneio de futevôlei, torneio de kart, eventos comemorativos como Dia das Crianças, funcionando inclusive como sede de vacinação contra a Covid-19 dos moradores do município de Trindade.

O parque possui uma página no Facebook, com total de 1.435 seguidores, administrada pela AMEL – Agência Municipal de Esporte e Lazer, onde são postadas fotos do

espaço, dos eventos realizados, das obras e manutenções, além de serem publicadas informações sobre o funcionamento do parque e sobre as ações ocorridas no local.

A região onde está situado o Parque Lara Guimarães é uma região central da cidade, composta por residências, bares, restaurantes, supermercados, igrejas (incluindo o santuário do Divino Pai Eterno), Câmara Municipal, Fórum, escolas, além de outros equipamentos comerciais. Nas margens do parque não há presença de construções verticalizadas, à exceção de pouquíssimos prédios com dois e três pavimentos, sendo predominantes as construções térreas residenciais.

A seguir, são apresentadas imagens do parque, seguidas do mapa do Parque (Figura 180) e das imagens de satélite capturados do espaço (Figura 181)

Figura 179 – Mosaico de Imagens da Estrutura do Parque Lara Guimarães em Trindade

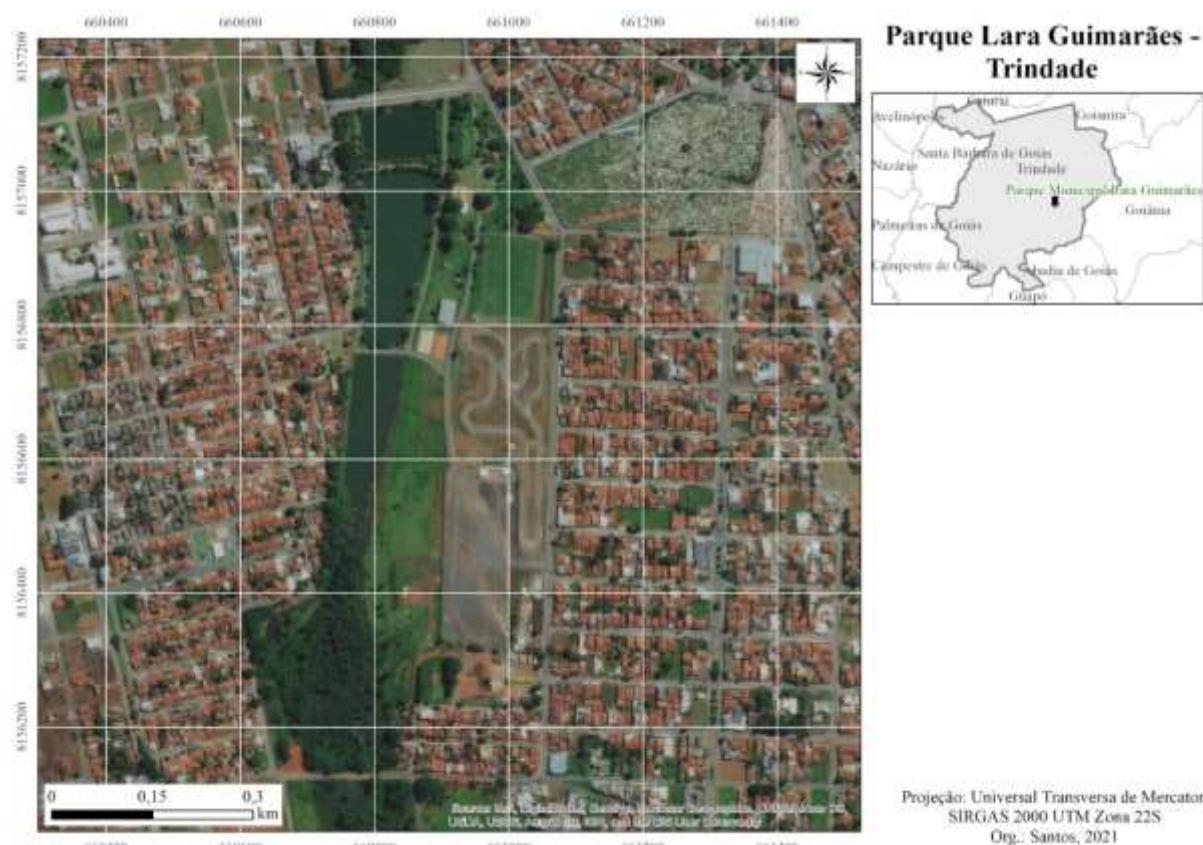


Fonte: Araújo (2021).

Figura 180 – Mapa do Parque Lara Guimarães em Trindade



Org.: Santos (2021).

Figura 181 – Imagens de satélite do Parque Lara Guimarães em Trindade

Org.: Santos (2021)

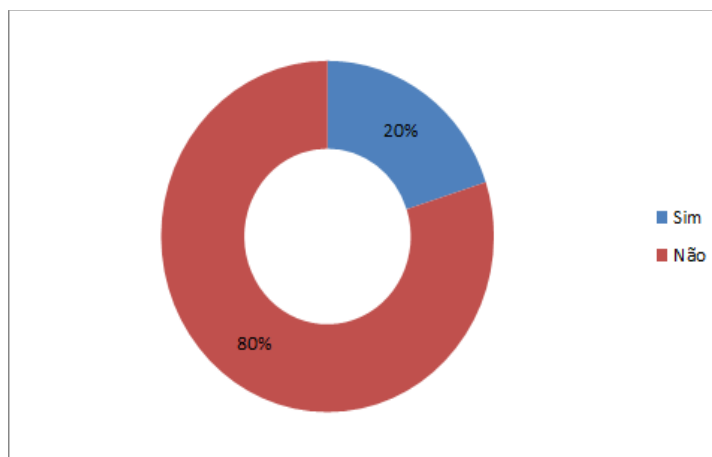
Nas imagens apresentadas é possível visualizar com clareza a extensa área ocupada pelo Parque Lara Guimarães, bem parte de sua complexa estrutura, incluindo densa área arborizada, amplos espaços gramados, lagos, carreiródromo², pista de kart e quadras destinadas à prática esportiva.

Nos parágrafos a seguir, são apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários semiestruturados junto aos frequentadores do Parque Lara Guimarães.

Os gráficos iniciais revelam os níveis de participação da população nos processos de criação, gestão e conservação do espaço.

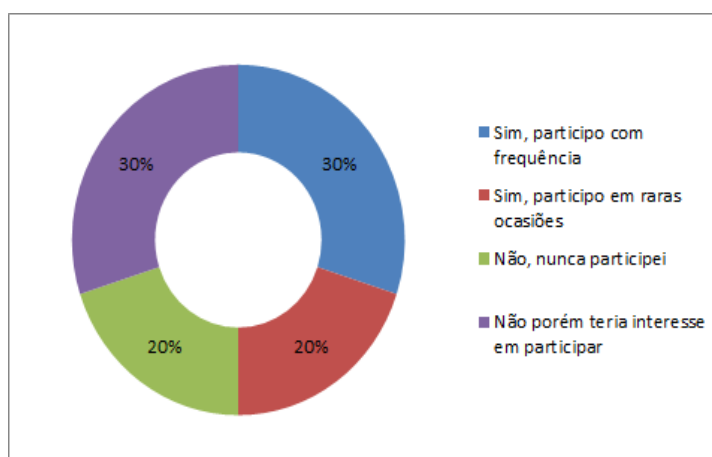
² O Carreiródromo de Trindade é um espaço construído anexo ao Parque Lara Guimarães destinado a receber o desfile de carros de boi que acontece anualmente durante a Romaria do Divino Pai Eterno.

Figura 182 – Gráfico contendo o Percentual das pessoas entrevistadas que participaram de alguma maneira no processo de criação de parques urbanos no município de Trindade



Fonte: Araújo (2021).

Figura 183 – Gráfico contendo o Nível de participação dos entrevistados no processo de gestão e conservação dos parques urbanos localizados em Trindade



Fonte: Araújo (2021).

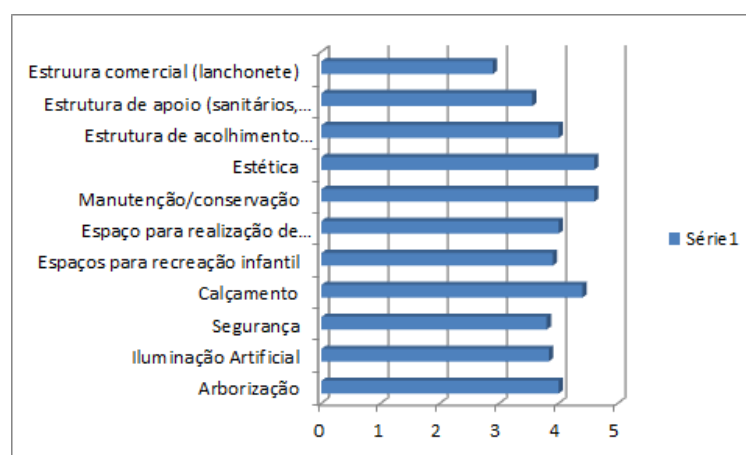
Apesar da baixa participação popular na criação do parque, a pesquisa revelou um nível equilibrado de participação no que se refere aos processos de gestão e conservação do Parque Lara Guimarães.

Em relação à existência de parques urbanos no município de Trindade, das 10 pessoas entrevistadas, 60% afirmaram que o município encontra-se satisfatoriamente contemplado, contra 40% de pessoas que acreditam que o município se apresenta relativamente contemplado neste aspecto.

Quando perguntados sobre as condições gerais de conservação do Parque Lara Guimarães, 100% dos visitantes entrevistados afirmaram considerar boas as condições do referido parque.

Os usuários do Parque Lara Guimarães foram consultados sobre a finalidade de se obter uma avaliação acerca de alguns quesitos do espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. As médias das notas alcançadas foram as seguintes: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 2,88; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 3,55; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 4; Estética - 4,6; Manutenção/conservação - Nota 4,6; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 4; Espaços para recreação infantil - Nota 3,9; Calçamento - Nota 4,4; Segurança - Nota 3,8; Iluminação artificial - Nota 3,83 e Arborização - Nota 4. O gráfico a seguir ilustra a percepção dos usuários do parque Lara Guimarães em relação a cada quesito avaliado.

Figura 184 – Gráfico contendo a Avaliação das condições específicas do Parque Lara Guimarães em Trindade



Fonte: Araújo (2021).

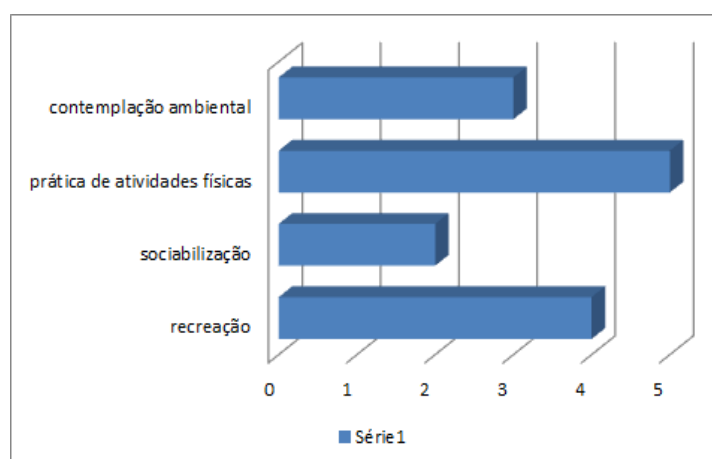
Com base na consulta realizada, “Estética” e “Manutenção/conservação” foram os aspectos melhor avaliados pelos sujeitos entrevistados no parque. Sendo o quesito de “Estrutura Comercial” o que recebeu menores notas, pois segundo a população, apesar de haver um quiosque para lanches no local, ele é insuficiente para atender a toda a demanda de visitação do parque.

Investigando a hipótese de o parque ser um espaço acessível ou não, 100% dos usuários do Parque Lara Guimarães consultados afirmaram que consideram o parque um ambiente acessível a todos os habitantes da cidade, independente de seu bairro de residência no município.

Quando perguntado aos entrevistados qual o principal benefício que a utilização do parque proporciona a sua vida, foram mencionadas as seguintes respostas: “Esporte e lazer”, “natureza”, “natureza”, “lazer”, “sociabilização”, “trabalho e lazer”, “lazer”, “ambiente bom e não é lotado” e “lago bonito”. As respostas apontaram para uma intensa valorização em relação ao aspecto “lazer” e aos benefícios propiciados pela natureza presente no parque.

Ao serem indagados sobre qual o principal problema detectado no parque, os usuários citaram os seguintes itens: “poderia ter mais eventos”, “nada”, “falta mais quiosques para lanche”, “segurança”, “segurança”, “manutenção”, “segurança” e “não há problemas”, o que apontou para a necessidade de mais quiosques, maior segurança e mais eventos no espaço.

Figura 185 – Gráfico contendo os Diferentes tipos de uso do Parque Lara Guimarães em Trindade



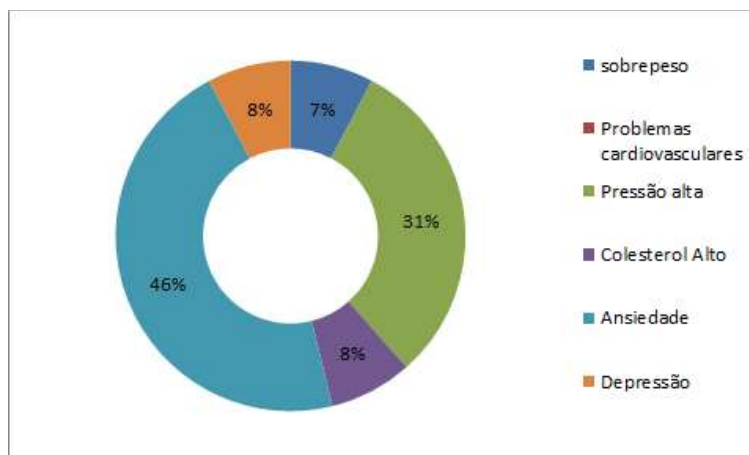
Fonte: Araújo (2021).

Os resultados indicaram que maior parte dos sujeitos entrevistados utiliza o parque para a prática de atividades físicas e recreação. Cabe salientar, a grande variedade de atividades esportivas e recreativas possibilitadas pelo espaço, conforme já mencionado em parágrafo anterior.

Ao serem indagados sobre os costumes em relação à prática de atividades físicas, metade dos respondentes afirmou que realiza tais atividades com frequência, enquanto a outra metade afirmou não realizar. Aqueles que afirmaram praticar atividades costumam o fazer mais de 3 vezes por semana. As atividades mais praticadas são caminhada, com 5 registros, seguido de futebol, com 3 registros.

Quando questionados sobre os problemas de saúde que tem ou já tiveram, os resultados apresentados pelos respondentes foram os seguintes:

Figura 186 - Gráfico contendo os Principais problemas de saúde (atuais ou anteriores) relatados pelos entrevistados no Parque Lara Guimarães em Trindade



Fonte: Araújo (2021).

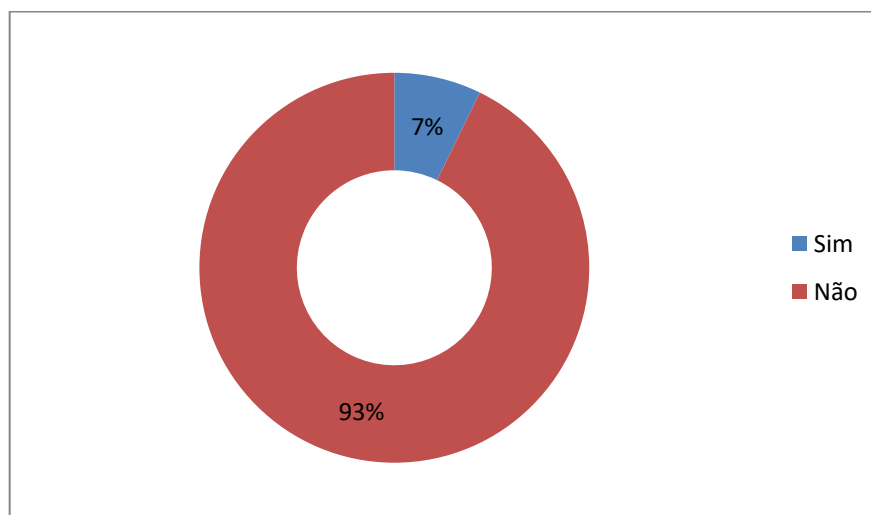
Ao perguntar para os entrevistados se os mesmos utilizam o parque como meio de ajudar no tratamento de algum dos problemas de saúde supracitados, as respostas obtidas foram as seguintes: 40% dos sujeitos afirmaram não utilizar o parque com esta finalidade, enquanto 60% dos indivíduos relataram utilizar o parque no auxílio de algum tratamento, como ansiedade, sobrepeso e problemas de saúde de maneira geral.

4.13 Região Metropolitana de Goiânia: Resultados gerais

A seguir encontram-se expostos os resultados apresentados pelo conjunto de municípios ad RMG, onde foi constatada a existência de Parques Urbanos e de Lagos Municipais, como relevantes níveis de visitação. São eles: 1. Parque da Criança e 2. Parque da Família (Aparecida de Goiânia); 3. Lago Sussuapara (Bela Vista de Goiás); 4. Parque Ecológico de Bonfinópolis (Bonfinópolis); 5. Parque Municipal de Goianápolis (Goianápolis); 6. Lago Lalacci Umberto Donato (Goianira); 7. Lago das Rosas, 8. Parque Areião, 9. Parque Flamboyant, 10. Parque Leolídio Ramos di Caiado e 11. Parque Vaca Brava (Goiânia); 12. Lago Luzio de Freitas Borges (Inhumas); 13. Parque Matinha (Nerópolis); 14. Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás (Santa Bárbara de Goiás); 15. Parque Jacarandá (Santo Antônio de Goiás); 16. Parque Boa Vista (Senador Canedo) e 17. Parque Lara Guimarães (Trindade).

O primeiro resultado geral abarca o percentual de pessoal que relatou ter participado de alguma maneira no processo de criação de parques urbanos e lagos municipais na RMG.

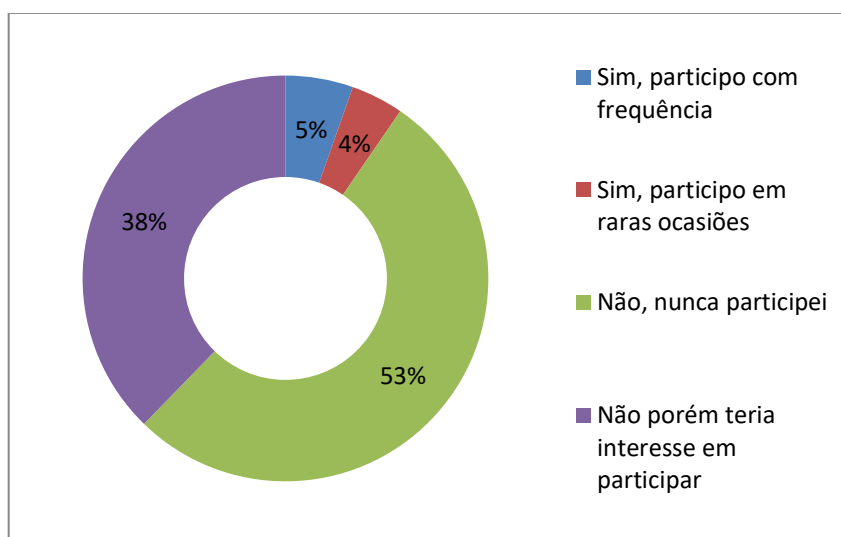
Figura 187 – Gráfico contendo o Percentual das pessoas entrevistadas que participaram de alguma maneira no processo de criação de parques urbanos e lagos municipais presentes na RMG



Fonte: Araújo (2021).

Dentre as 170 pessoas entrevistadas na Região Metropolitana de Goiânia, 154 afirmaram não ter participado do processo de criação de parques urbanos, lagos urbanos ou quaisquer espaços públicos que desempenhem funções semelhantes, enquanto 12 pessoas relataram haver participado de alguma maneira no processo de criação destes espaços. 4 pessoas se abstiveram de responder a esta questão.

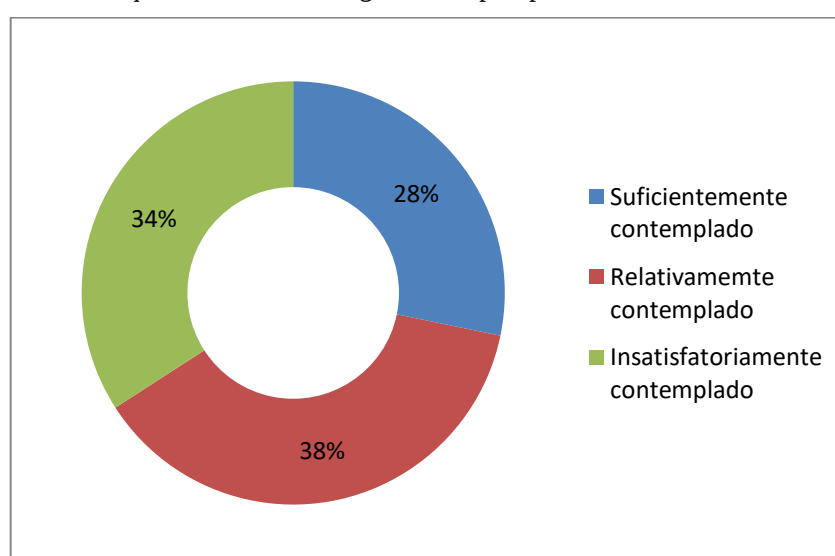
Figura 188 – Gráfico contendo o percentual de participação da população entrevistada nos processos de gestão e conservação dos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios da RMG



Fonte: Araújo (2021).

Quando consultados sobre o nível de participação em processos relacionados à gestão e conservação de Parques Urbanos e Espaços Públicos que desempenham funções semelhantes nos municípios da RMG, 9 pessoas afirmaram “Participar com frequência” desses processos, 7 pessoas afirmaram “Participar em raras ocasiões”, 88 pessoas afirmaram “Nunca ter participado” e 63 pessoas afirmaram “Não participaram, porém teriam interesse de participar”. 3 pessoas se abstiveram de responder a essa questão.

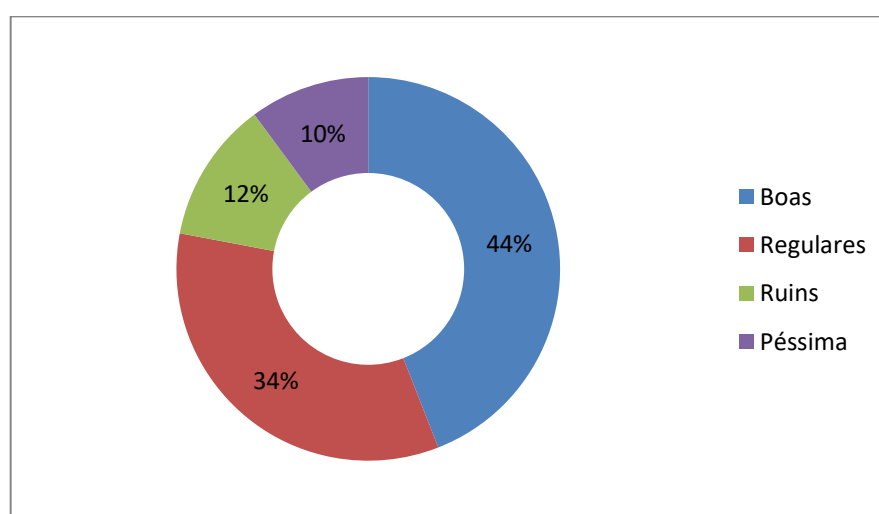
Figura 189 – Gráfico contendo a Satisfação dos entrevistados nos municípios da RMG em relação a quantidades de Parques Urbanos e/ou Lagos Municipais próximos a sua residência



Fonte: Araújo (2021).

Do total de entrevistados, 48 moradores da RMG relataram classificar sua região de residência como suficientemente contemplada por Parques Urbanos e/ou Lagos Municipais, 64 pessoas afirmaram considerar que sua região está relativamente contemplada, e 58 classificaram sua região de moradia como insatisfatoriamente contemplada em relação à existência desses equipamentos, havendo portanto, prevalência de opiniões que demandam uma maior quantidade de parques e demais espaços públicos nos municípios da RMG.

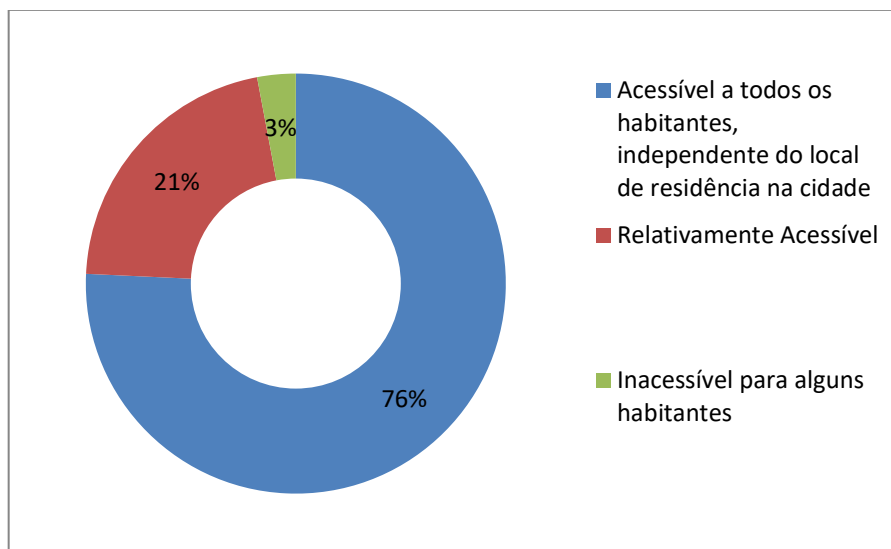
Figura 190 – Gráfico contendo a Avaliação das condições gerais dos frequentadores em relação aos Parques Urbanos e Espaços Lagos Municipais presentes na RMG



Fonte: Araújo (2021).

Na Avaliação das condições gerais dos Parques Urbanos e Espaços Públicos semelhantes, 74 pessoas classificaram como “Boas” as condições do espaço visitado, 57 pessoas consideraram “Regulares” as condições do parque/lago visitado, 20 pessoas classificaram como “Ruins” as condições do espaço visitado, e 17 pessoas classificaram como péssimas as condições dos espaços frequentados e 2 pessoas não responderam a esta questão.

Figura 191 – Gráfico contendo a percepção dos usuários em relação ao acesso dos Parques Urbanos e Lagos Municipais, por parte de todos os habitantes dos municípios da RMG

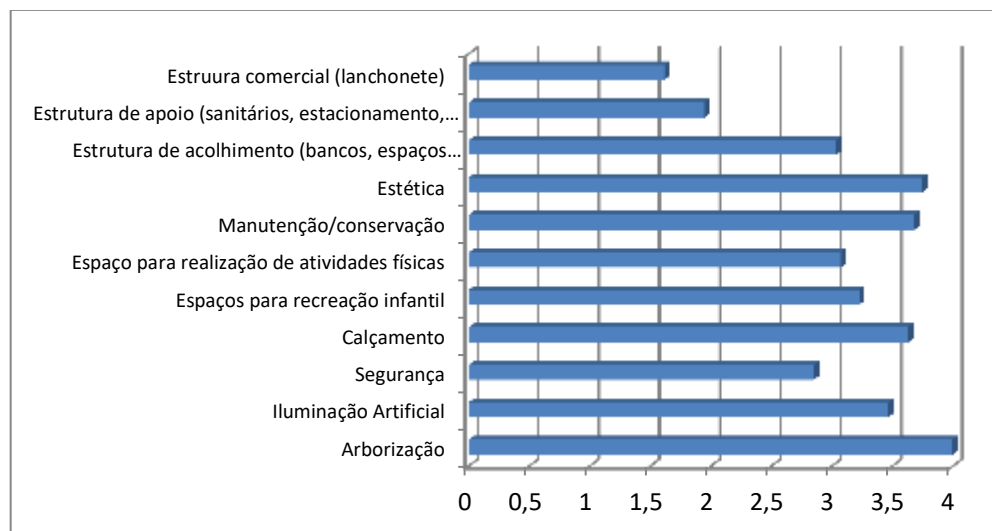


Fonte: Araújo (2021).

Expressiva maioria dos sujeitos entrevistados na RMG, representada por 128 pessoas, classificaram os espaços estudados como ambientes acessíveis a todos os habitantes do município, independente de seu bairro de residência, 36 pessoas relataram classificar os espaços analisados nesta pesquisa como relativamente acessíveis e 5 pessoas afirmaram classificar os espaços visitados como inacessível para alguns habitantes.

Os frequentadores dos Parques Urbanos e Espaços Públicos com funções semelhantes, presentes nos municípios da RMG, foram consultados com o intuito de se obter uma avaliação acerca de alguns quesitos específicos de cada espaço, numa escala entre 1, correspondente a péssimo, e 5 correspondente a ótimo. Após avaliação, foram reunidos os resultados individuais de cada município para compor as médias da RMG. Desta forma, foram alcançados os seguintes resultados: Estrutura Comercial (lanchonete, quiosques) - Nota 1,61; Estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário) - Nota 1,9; Estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique) - Nota 3; Estética – 3,7; Manutenção/conservação - Nota 3,6; Espaço para realização de atividades físicas - Nota 3; Espaços para recreação infantil - Nota 3,2; Calçamento - Nota 3,6; Segurança - Nota 2,8; Iluminação artificial - Nota 3,4 e Arborização - Nota 3,9. O gráfico a seguir ilustra a percepção geral dos usuários dos parques e lagos públicos da RMG em relação a cada quesito avaliado.

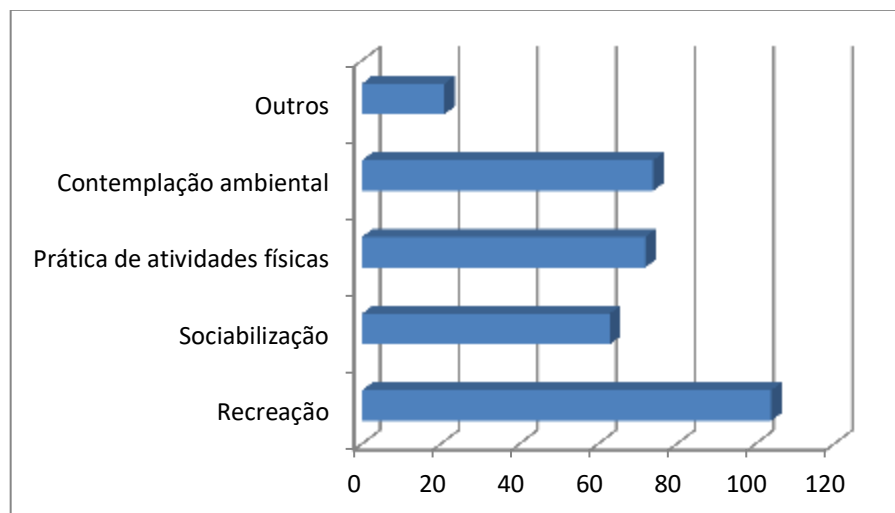
Figura 192 - Gráfico contendo a Avaliação de quesitos específicos em Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes na RMG



Fonte: Araújo (2021).

De acordo com os resultados totais das percepções dos usuários entrevistados, os aspectos “Arborização”, “Estética” e “Manutenção/Conservação” foram os itens melhores avaliados na pesquisa. Já os aspectos “Estrutura Comercial” e “Estrutura de Apoio” foram os itens que receberam piores notas durante a avaliação.

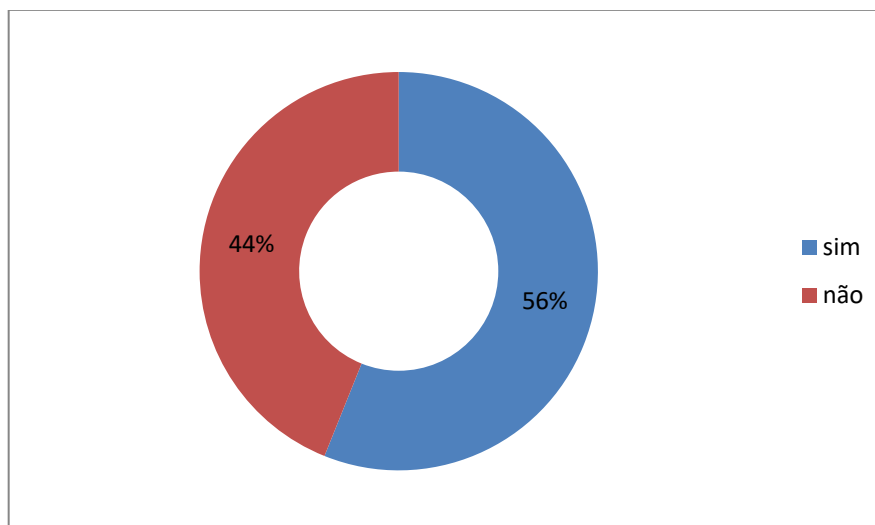
Figura 193 – Gráficos de Tipos de Uso empreendidos nos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes na RMG



Fonte: Araújo (2021).

Com base nos apontamentos realizados pelos frequentadores dos espaços públicos, 104 indivíduos alegaram fazer uso dos parques e lagos afim de atender suas demandas por “Recreação”, ao passo que 63 pessoas afirmaram fazer uso desses espaços com a finalidade de “Socialização”, 72 pessoas relataram utilizar os espaços para realização de “Práticas de Atividades físicas”, 74 pessoas informaram fazer uso dos espaços para fins de “Contemplação Ambiental” e 21 pessoas relataram fazer outros tipos de usos nesses espaços. Em outros tipos de uso destaca-se a prática de pescaria, ensaios fotográficos, realização de eventos culturais e esportivos e campanhas de vacinação.

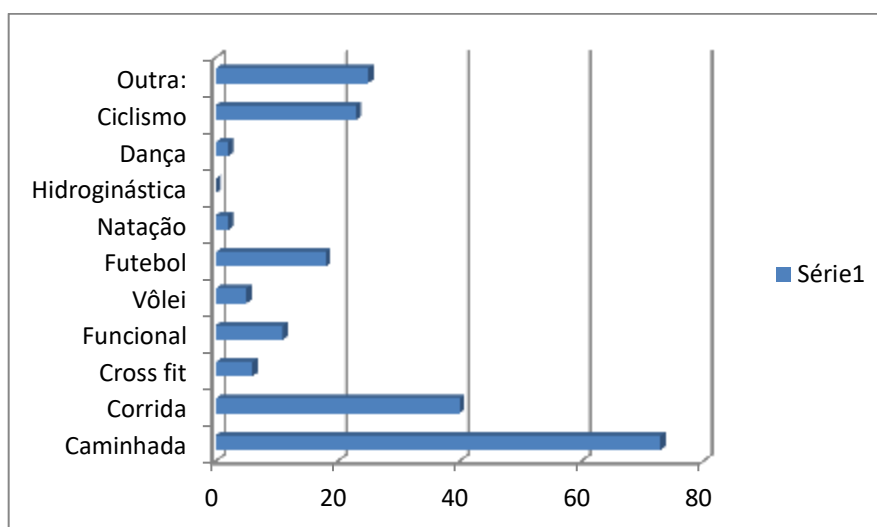
Figura 196 – Percentual de pessoas entrevistadas nos municípios da RMG que relataram praticar atividades físicas com frequência



Fonte: Araújo (2021).

Das 170 pessoas consultadas nos parques e lagos públicos da RMG, 83 relataram praticar atividades físicas com frequência enquanto 65 pessoas afirmaram não possuírem esse hábito.

Figura 197 – Tipos de Atividades Físicas praticadas de acordo com o relato dos indivíduos entrevistados nos municípios da RMG

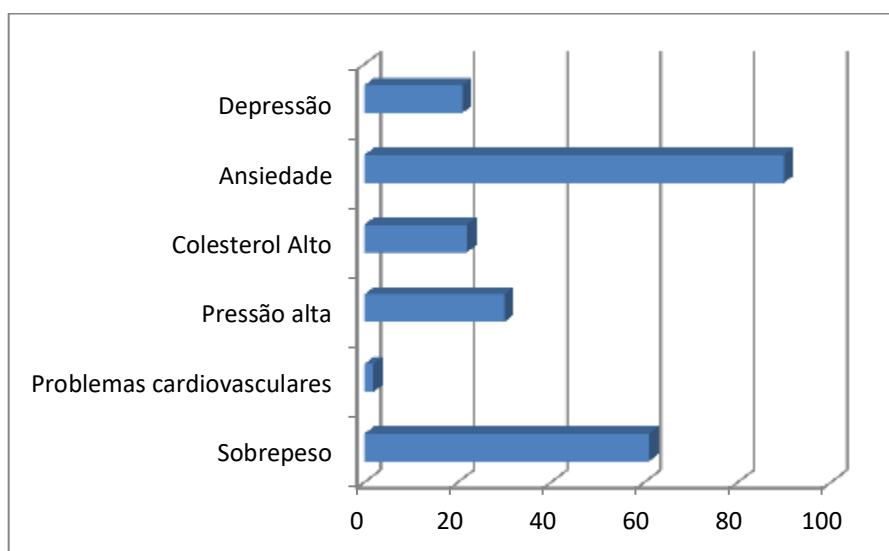


Fonte: Araújo, 2021.

Dentre as pessoas que relataram a realização de atividades físicas com frequência, a modalidade “caminhada” foi a que obteve mais registros (73), seguida por “corrida”, com 40 registros, “ciclismo”, com 23 registros, “futebol”, com 18 registros, “funcional” com 11

registros, “Cross fit”, com 6 registros, “vôlei”, com 5 registros, “natação” e “dança”, com 2 registros cada uma.

Figura 198 – Principais problemas de saúde (atuais e anteriores) relatados pelos frequentadores dos Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios da RMG



Fonte: Araújo (2021).

Do grupo de entrevistados, 21 pessoas informaram já ter tido algum caso de “Depressão”, 90 pessoas relataram possuir “Ansiedade”, 22 pessoas relataram casos de “Colesterol Alto”, 30 pessoas informaram possuir “Pressão Alta”, 2 pessoas relataram problemas cardiovasculares, e 61 pessoas relataram ter ou já ter tido problemas de “Sobrepeso”.

Capítulo 5 – Municípios da RMG que ainda não possuem Parques Urbanos e Lagos Municipais ou que apresentam parques e lagos com baixos níveis de visitação

Este capítulo apresenta o grupo de municípios da Região Metropolitana de Goiânia que ainda não possuem parques urbanos ou espaços públicos equivalentes, ou seja, espaços que agrupem o desenvolvimento das mesmas atividades realizadas nos parques urbanos, como conservação ambiental, recreação, sociabilização, prática de atividades físicas e realização de eventos de diferentes naturezas.

Os parágrafos a seguir contém uma breve caracterização desses municípios e dos espaços públicos presentes em cada um deles que servem de alternativa para a população,

como praças e ginásios esportivos. Além disso, são elencados os espaços privados dos municípios utilizados pela população para fins de lazer e sociabilização.

5.1 Abadia de Goiás

O município de Abadia de Goiás possui uma população estimada de 8.958 pessoas (IBGE, 2020). Segundo dados da prefeitura, foi elevado à categoria de município com a denominação de Abadia de Goiás, pela Lei Estadual n.º 12.799, de 27-12-1995, desmembrado de Aragoiânia, Goiânia, Guaporé e Trindade. Sua área de unidade territorial é de 147,256 km², estando na posição 231º em relação a outros municípios do estado de Goiás.

O município de Abadia de Goiás possui 02 parques, o Parque Municipal Salvino Cezário da Silva, integrante de programa especial de revitalização de nascentes e o Parque Estadual Telma Ortegal, que segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, possui o objetivo de levar à comunidade conhecimento sobre a segurança do local que abriga o depósito dos rejeitos decorrente do acidente radioativo do Césio-137. Além disso, o parque se propõe a conscientizar a população sobre a energia nuclear, bem como suas aplicações, riscos e benefícios. No parque também são desenvolvidos educacionais, recreativos e científicos voltados às ações ambientais. O parque Telma Ortegal fica situado às margens da rodovia BR-060, possuindo horários específicos para visitação.

O parque escolhido para realização de trabalho de campo no município de Abadia de Goiás foi o Parque Municipal Salvino Cezário da Silva. Conforme expõem-se os registros a seguir. O Parque em questão denota atualmente uso exclusivo de preservação ambiental, visto as dificuldades de trânsito das vias de acesso, embora esteja localizado na área urbana do município. Além disso, o parque não oferece infraestrutura de acolhimento ou mesmo de visitação para a população, constituindo-se somente de um espaço dotado área verde.

Figura 199 – Mosaico de Imagens do Parque Municipal Salvino Cezario da Silva em Abadia de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

5.2 Aragoiânia

O município de Aragoiânia está situado a uma distância de 35,8 km da capital do estado, podendo ser acessado pela GO-040. Aragoiânia possui uma população de 10.496 pessoas conforme dados estimados pelo IBGE (2020), sendo considerado um município com baixa densidade demográfica. Aragoiânia é um dos quatro municípios da RMG que possui mais de 30% de sua população residindo em área rural. Sua área territorial é de 218,661 km², ocupando a posição 142º no ranking estadual neste aspecto. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Aragoiânia, pela Lei Estadual n.º 2.141, de 14 de novembro de 1958.

O município de Aragoiânia está inserido na Bacia do Rio Meia Ponte e é abastecida pelo Ribeirão Veredas. O uso do solo de Aragoiânia, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 9%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 60%; Remanescente – 26%; Mancha Urbana – 3% e Outros – 2%.

O município é dotado de equipamentos como postos de combustível, escolas estaduais, municipais e particulares, igrejas, supermercados, restaurantes, cartório, hospital, banco, estádio municipal, ginásio esportivo e demais estabelecimentos de pequeno porte.

Aragoiânia não possui parque urbano em seu território, dispondo de algumas praças como espaço para lazer e convivência, conforme exposto no Quadro 20, sendo a principal delas a Praça da Igreja Matriz de Santa Luzia, localizada no centro do município. O espaço, exposto na Figura 200, possui na igreja seu atrativo principal, dispondo também de espaço gramados e arborizados, passeios para pedestres, bancos de madeira e quiosque comercial para lanches. Também foram observadas praças com menor infraestrutura natural e construída, conforme se expõe na Figura 201.

Quadro 20 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Aragoiânia – GO

Espaços Públicos
Praça Eduardo Alves Fortes
Praça da Capela de Santa Edwiges
Praça Cachoeira
Praça do Sol
Praça Imperial
Praça da Igreja Matriz de Santa Luzia

Fonte: Aragoiânia (2021) Org.: Araújo (2021).

Figura 200 – Mosaico de Imagens da Praça da Igreja Matriz de Santa Luzia em Aragoiânia



Fonte: Araújo (2021).

Figura 201- Mosaico de Imagens da Praça Imperial em Aragoiânia

Fonte: Araújo (2021).

5.3 Brazabrantes

Segundo o IBGE (2020), o município de Brazabrantes possui uma população estimada de 3.476 pessoas e uma unidade territorial de 123.072 km², figurando na 238ª posição do estado de Goiás no aspecto de extensão territorial.

Brazabrantes, criado inicialmente como um distrito de Anápolis, foi elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 2.090, de 14 de novembro de 1958.

O uso do solo de Brazabrantes, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 27%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 49%; Remanescente – 22%; Mancha Urbana – 1% e Outros – 0%. O município de Brazabrantes está inserido na Bacia do Rio Meia Ponte e é abastecido pelo Ribeirão Cachoeira.

O município conta com equipamentos como supermercados, agência lotérica, posto de gasolina, restaurante, loja agropecuária, açougue, clínica odontológica, unidade básica de saúde, drogarias, pesque-pague particular, ginásio esportivo e outros equipamentos comerciais de pequeno porte.

Brazabrantes não possui parque urbano em seu território, dispondo apenas de praças, conforme exposto no Quadro 21, a exemplo da Praça do Sol, que sedia a igreja São João Batista. A praça possui espaços gramados, árvores, bancos de cimento, um pergolado de madeira e uma escultura de São João Batista. Anexo à praça encontra-se o Centro Cultural

Iron Junqueira, um pátio coberto e um quiosque para lanches, conforme demonstra o Mosaico 202.

Quadro 21 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Brazabrantes – GO

Espaços Públicos
Praça do Sol
Praça João Pereira de Souza Filho
Praça Cornélio Joaquim Gomes
Praça Antônio Pedro de Souza

Fonte: Brazabrantes (2021) Org.: Araújo (2021).

Figura 202 – Mosaico de Imagens da Praça do Sol em Brazabrantes



Fonte: Araújo (2021).

5.4 Caldazinha

O município de Caldazinha fica 34 km distante de Goiânia, tendo como principal via de acesso a GO-403. Caldazinha tem a população estimada em 3.848 habitantes (IBGE 2020) e sua extensão territorial é de 249.691 km², ocupando o 203º lugar do ranking do estado de Goiás nesse quesito. Conforme estatística do IBGE, em 2010, o município apresentou um percentual 42% de sua população residindo em área rural, estando entre os quatro maiores índices de domicílio rural da RMG. Inicialmente subordinado ao município de Bela Vista de Goiás, Caldazinha foi elevada à categoria municipal pela Lei Estadual n.º 11.699, de 29 de abril de 1992.

O uso do solo de Caldazinha, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma:

Agricultura – 2,72%; Corpos Hídricos – 0,68%; Pastagem – 68,40%; Remanescente – 28,05%; Mancha Urbana – 0,38% e Outros – 0,05%. Caldazinha é o município da RMG que apresenta o maior índice de uso de solo na categoria Pastagem, se destacando pela produção de leite e derivados. O município está inserido na Bacia do Rio Meia Ponte e é abastecido pelo Córrego Milho Inteiro, cujas nascentes estão dentro do próprio município e se encontram protegidas por Área de Preservação Permanente. (PDI-RMG, 2017)

Caldazinha é composta por equipamentos como posto de combustível, supermercados, lojas agropecuárias, escolas municipais, estadual e particular, quadra esportiva municipal, restaurantes, posto de saúde municipal, igrejas, academia, pesque-pague particular, chácara para eventos e demais estabelecimento comerciais de pequeno porte.

O município de Caldazinha ainda não possui parque urbano construído em sua unidade territorial, entretanto possui uma Unidade de Conservação Ecológica (Parque Natural Municipal Pedreira da Estrada de Ferro) e autorização para implantação de dois parques urbanos. O município conta atualmente com algumas praças, sendo a principal delas a Praça Nossa Senhora D’abadia que sedia igreja com o mesmo nome. Foi registrada a presença de 4 praças contendo diferentes configurações, sendo elas: Praça Nossa Senhora D’Abadia (Praça da Matriz); Praça do Bairro Primavera; Praça do Setor Arco-Íris e Praça da Qd. 37-A Centro.

Em uma das praças, notou-se a presença de espaços gramados, igreja, passeio para pedestre, brinquedos e arborização. Em outra, observou-se a presença de ginásio esportivo, pista para skate e quiosque comercial. As demais observadas possuíam parques infantis ou equipamentos para ginástica, uma delas inclusive sediando a Academia da saúde.

Figura 203 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Caldazinha



Fonte: Araújo (2021).

Figura 204 – Mosaico de Imagens do Parque Natural Municipal Pedreira da Estrada de Ferro – Caldazinha



Fonte: Araújo (2021).

5.5 Caturai

O município de Caturai encontra-se localizado a 44km de Goiânia, sendo acessado pela rodovia GO-070. Caturai possui uma população estimada pelo IBGE (2020) de 5.101

habitantes, apresentando uma baixa densidade demográfica se comparado aos demais municípios da RMG. Sua unidade territorial é de 205.078 km², estando situada na 218ª posição dentre os municípios de Goiás no aspecto de extensão territorial. Caturai, anteriormente subordinado ao município de Inhumas, foi elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 2.132, de 14 de novembro de 1958.

O uso do solo de Caturai, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 18%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 58%; Remanescente – 23%; Mancha Urbana – 1% e Outros – 0%. O município está inserido 100% na Bacia do Rio Turvo e dos Bois. Um problema preocupante do ponto de vista ambiental presente no município, diz respeito ao crescimento urbano de Inhumas que tem ocupado a área do manancial de captação de água de Caturai. (PDI-RMG, 2017)

Caturai possui em seu território equipamentos como posto de combustível, supermercados, igrejas, escolas municipal e estadual, restaurantes, drogarias, academia, unidade básica de saúde, hospital municipal, pesque-pague particular e demais estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

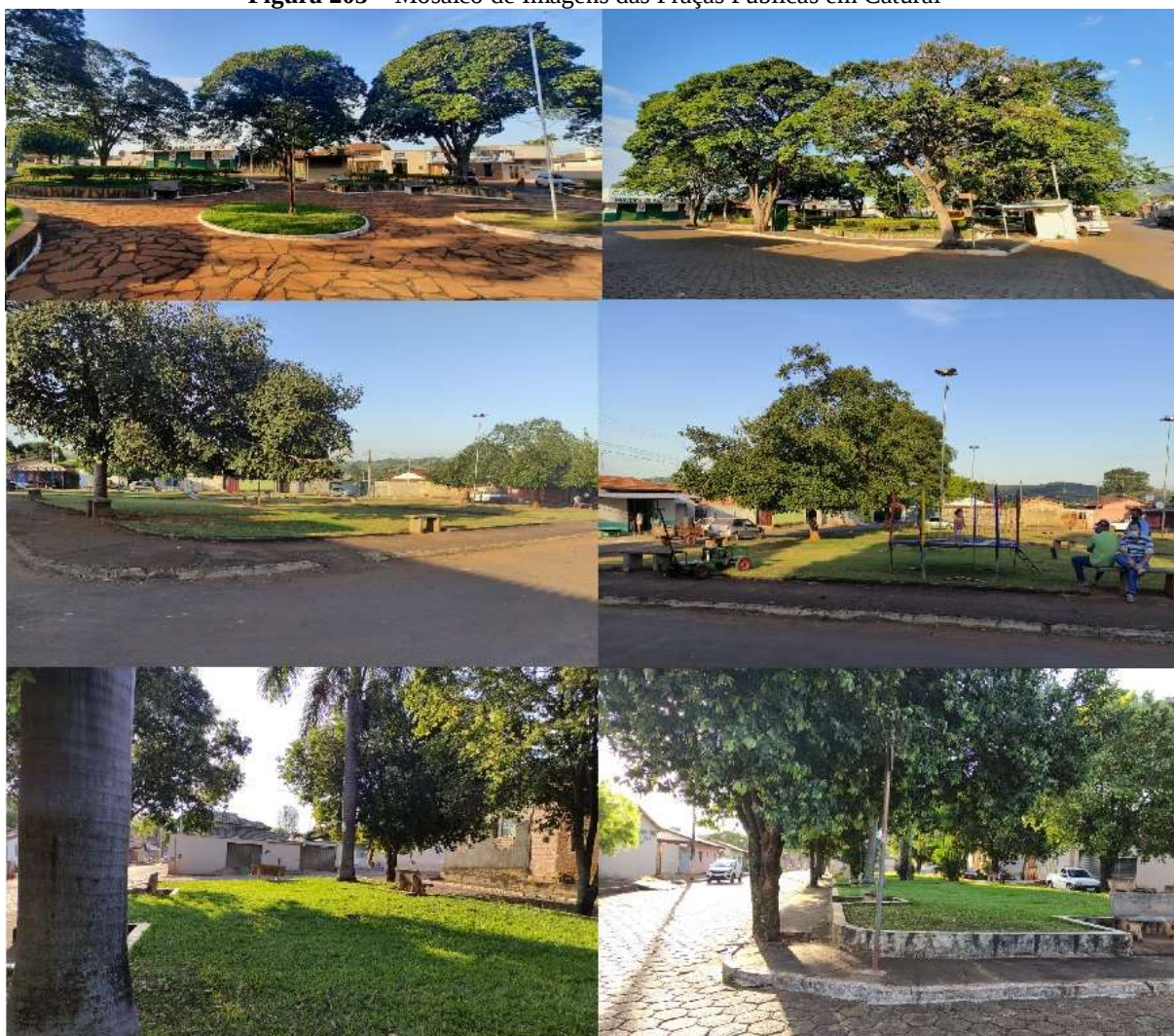
O município conta com três Praças Públicas, conforme exposto no Quadro 22. Além disso, a cidade dispõe de um lago, entretanto o mesmo não possui infraestrutura para recepção de visitantes, conforme ilustrado no Mosaico 205.

Quadro 22 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Caturai - GO

Espaços Públicos	
Lago Recanto do Lago	Praça Dona Firmina
-----	Praça José Vicente
-----	Praça 14 de novembro

Fonte: Caturai (2021) Org.: Araújo (2021).

Figura 205 – Mosaico de Imagens das Praças Públicas em Caturai



Fonte: Araújo (2021).

Figura 206 – Mosaico de Imagens do Lago de Caturai

Fonte: Araújo (2021).

5.6 Guapó

O município de Guapó está localizado a 36km da capital do estado, tendo como principal via de acesso a BR-060. O município possui uma população estimada pelo IBGE (2020) de 14.207 pessoas e extensão territorial de 517.255 km², ocupando a posição de nº 161 no ranking de unidade territorial dos municípios goianos. Guapó é elevado à categoria de município, por meio da lei estadual nº 171, de 08 de outubro de 1948, tendo passado por diversas alterações territoriais desde então.

Guapó possui uma unidade de conservação, a Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN Limírio Figueiredo, criada em propriedade particular com apoio da prefeitura, no ano de 2017. Sua área é de 7.390 hectares e sua administração é feita pelo Instituto Didático do Cerrado.

Guapó é dotado de equipamentos como supermercados, restaurantes, igrejas, postos de gasolina, fórum, lago particular, drogarias, Cmei, escolas estaduais, municipais e particulares,

hospital, clínica odontológica, laboratório, estádio municipal, ginásio esportivo, academias, espaço para eventos com lago e outros equipamentos comerciais de pequeno porte.

O uso do solo do município de Guapó, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 23%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 51%; Remanescente – 23%; Mancha Urbana – 1% e Outros – 1%.

Guapó não possui nenhum parque urbano sediado em seu território, entretanto dispõe de algumas praças ao longo de seu espaço urbano, conforme listagem apresentada no Quadro 23. Algumas praças observadas, com passeio para pedestre, bancos de cimento, quiosques comerciais, e diferentes níveis de arborização. Destaca-se a presença de duas praças à frente de escolas públicas do município de Guapó. Além disso, em uma das áreas visitadas observou-se a presença do que se denomina Academia da saúde, com espaço interno e equipamentos externos para realização de atividades físicas.

Quadro 23 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Guapó – GO

Espaços Públicos
Praça da Bíblia
Praça do Silvestre
Praça Manelão

Fonte: Guapó (2021) Org.: Araújo (2021).

Figura 207 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Guapó

Fonte: Araújo (2021).

5.7 Hidrolândia

O município de Hidrolândia está localizado a 38 km de Goiânia, tendo como principal via de acesso a BR-153. O município possui, segundo estimativa realizada pelo IBGE (2020), o quantitativo de 22.124 habitantes. Sua unidade territorial é de 953.729 km², figurando na 113ª posição do ranking de extensão territorial dos municípios goianos. Desmembrado de Goiânia, o município de Hidrolândia é elevado à categoria de município, por meio da Lei Estadual n.º 223, de 05 de novembro de 1948.

O município de Hidrolândia é composto por equipamentos como supermercados, restaurantes, agência do Correios, bancos, postos de combustível, drogarias, escolas estaduais, municipais e particulares, hotéis, indústria de laticínios, clube aquático, hospitais, academias, estádio municipal, ginásio esportivo, e outros estabelecimentos, de pequeno, médio e grande porte.

Hidrolândia dispõe de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, pertencente ao Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Goiás – ADUFG, criada em 1999, por meio da Portaria nº 279/2017 – GAB. Além desse espaço, há também a RPPN

Reserva Ambiental de Educação e Pesquisa Banana Menina, reconhecida por meio da Portaria Nº 75-N de 13 de setembro de 1999. Ambos os espaços são de uso sustentável, permitem visitação e educação ambiental.

O município de Hidrolândia não possui parque urbano instituído em seu território, entretanto um espaço que se assemelha a um parque dado suas características e funções exercidas, é o Lago Municipal de Hidrolândia. Todavia, ao realizar visita técnica junto ao Lago, observou-se que o mesmo se encontra descaracterizado de sua principal função, visto que apresenta níveis muito baixos de água. Este fator acaba por afugentar a população visitante que costuma buscar o espaço justamente em virtude do lago. O local apresentou um nítido aspecto de abandono, demonstrando carência de estrutura e de conservação do espaço.

Assim como os demais municípios, Hidrolândia também apresenta pequenas praças com áreas gramadas, arborização e passeio de pedestres.

Quadro 24 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Hidrolândia – GO

Espaços Públicos	
Lago Municipal de Hidrolândia	Praça Kleber Robson dos Santos
-----	Praça Pública
-----	Praça da Rua Alameda dos Eucaliptos
-----	Praça Geraldo Primo
-----	Praça Carmosina Alves
-----	Praça do Cruzeiro
-----	Praça da Igreja de Santo Antônio das Grimpas

Fonte: Hidrolândia (2021) Org.: Araújo (2021)

Figura 208 – Mosaico de Imagens do Lago Municipal de Hidrolândia



Fonte: Araújo (2021).

É importante observar que, apesar de não apresentar um significativo movimento de pessoas, comparado ao período anterior ao esvaziamento do lago, e ainda é utilizado com frequência por moradores para prática de atividades físicas em virtude de sua pista de

caminhada, o que demonstra a falta de alternativas de espaços públicos na cidade que possibilitem os mesmos usos empreendidos no Lago Municipal de Hidrolândia.

5.8 Nova Veneza

O município de Nova Veneza está situado a 41 km da capital do estado, tendo como principal via de acesso a GO-462. Nova Veneza possui uma população estimada em 10.018 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2020), tendo uma baixa densidade demográfica se comparado aos demais municípios da RMG. A unidade territorial do município é de 123.377 km², o que representa a 237^o colocação no ranking de extensão territorial dos municípios do estado de Goiás. O município está inserido na Bacia do Rio Meia Ponte e tem seu abastecimento realizado por meio de poços. (GOIÁS, 2017)

Desmembrado de Anápolis, Nova Veneza é elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 2.095, de 14 de novembro de 1958.

O uso do solo de Nova Veneza, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 10%; Corpos Hídricos – 0%; Pastagem – 60%; Remanescente – 27%; Mancha Urbana – 2% e Outros – 0%.

Nova Veneza é dotada de equipamentos como supermercados, igrejas, restaurantes, drogarias, posto de gasolina, escolas estaduais, municipais e particulares, academias, hospital municipal, consultório odontológico, estádio municipal, ginásio esportivo e demais equipamentos comerciais de pequeno porte.

O município de Nova Veneza não possui parque urbano, tendo na Praça João Stival ou Praça da Matriz de Nossa Senhora do Carmo um de seus principais espaços públicos de convivência da cidade, local onde acontece anualmente o famoso evento cultural e gastronômico, Festival Italiano de Nova Veneza. Esta praça é vasta em arborização e espaços gramados, possuindo bancos de cimento e largos passeios para pedestres. Os demais espaços observados ao longo da cidade se constituem de pequenas praças, algumas contendo árvores, espaços gramados e bancos, outras com parque infantil e quiosque comercial de alimentação. A lista das praças existentes está disposta no Quadro 25. Também foi observada a presença de um ginásio esportivo coberto e pequenos canteiros arborizados anexos à rodoviária.

Quadro 25 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Nova Veneza – GO

Espaço Público
Praça Nossa Senhora do Carmo
Praça do Coreto
Praça da Matriz
Praça da Bíblia
Praça João Stival
Praça Domingos Peixoto

Fonte: Nova Veneza (2021) Org.: Araújo (2021).

Figura 209 – Mosaico de Imagens de Praças Públicas em Nova Veneza

Fonte: Araújo (2021).

5.9 Terezópolis de Goiás

Terezópolis de Goiás encontra-se localizado às margens da Rodovia BR-153, apresenta uma população total de habitantes estimada pelo IBGE em 8.186 pessoas, e uma extensão territorial de 106.913km², se posicionado no 241º lugar no ranking de extensão territorial dos municípios goianos. Sua densidade demográfica é baixa se comparada aos demais municípios da RMG. O município está inserido na Bacia do Rio Meia Ponte, integra a área do Ribeirão João Leite e é abastecido pelo Córrego do Macaco.

Desmembrado de Goianápolis, Terezópolis de Goiás é elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 11.704, de 29 de abril de 1992. O município não possui nenhum Parque Urbano em seu domínio territorial.

O uso do solo de Terezópolis de Goiás, conforme análise baseada em dados de satélite realizada pelo LAPIG (2017) utilizando o sensor *RapidEye*, está distribuído da seguinte forma: Agricultura – 14,78%; Corpos Hídricos – 1,24%; Pastagem – 51,68%; Remanescente – 27,17%; Mancha Urbana – 4,60% e Outros – 0,53%. Terezópolis é um dos municípios que duplicou sua mancha urbana, no período compreendido entre 1999 e 2016. A expansão urbana do município tem ocupado a área do manancial de captação de água de Terezópolis, o que configura um importante problema de natureza ambiental. (PDI-RMG, 2017)

O município de Terezópolis de Goiás é composto por equipamentos como posto de combustível, agência lotérica, supermercados, igrejas, restaurantes, drogarias, escolas estaduais, municipais e particulares, fábrica de laticínios, fábrica de fraldas e demais equipamentos comerciais de pequeno porte. O município também possui um ginásio de esportes público e um espaço particular destinado a eventos esportivos. Além disso, o município dispõe da RPPN Fazenda Santa Branca, com área de 36,2625 ha, reconhecida por meio da Portaria Nº 17/2000 - IBAMA. O espaço privado, de uso sustentável, é bastante procurado por moradores de diversos municípios de Goiás e oferece uma série de atividades aos visitantes como banho de cachoeira, passeio de caiaque, passeio a cavalo, pedalinho, pesque pague, tirolesa, trilha, vôlei, futebol, dentre outras.

Terezópolis, a exemplo da maioria dos municípios da RMG observados em trabalho de campo, possui uma configuração espacial que abarca pequenas praças distribuídas ao longo do seu tecido urbano, conforme exposto no Quadro 26.

Quadro 26 - Espaços Públicos alternativos aos Parques Urbanos no município de Terezópolis de Goiás – GO

Espaços Públicos
Praça da Bíblia
Praça Daniel Ramos

Fonte: Terezópolis de Goiás (2021) Org.: Araújo (2021)

Abaixo se destaca a praça Daniel Ramos formada em torno da igreja Santa Terezinha do Menino Jesus, constituída por pequena área gramada, com bancos de cimento, espaços para convivência, pergolado e pista para skate. Do outro lado da rua a praça abriga um pequeno parque infantil e um quiosque comercial. Logo abaixo, imagens da Praça da Bíblia, localizada no Jd. Terezópolis e na sequência, registro de canteiros gramados da cidade.

Figura 210 – Mosaico de Imagens das Praças Públicas em Terezópolis de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Capítulo 6 - Os Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia e a Pandemia da Covid-19

O presente capítulo corrobora com o estudo de Soares e Brasil (2021) que propõe que “o confinamento determinado pela pandemia poderá ter contribuído para uma maior propensão para uma maior utilização dos espaços de lazer verdes urbanos.” Buscando evidenciar essa afirmação, propôs-se a construção do presente capítulo, a partir do seguinte trajeto: 6.1. A covid-19 - do mundo para a Região Metropolitana de Goiânia; 6.2. Distanciamento social: da necessidade às dificuldades de implementação; 6.3. Consequências da pandemia na vida da população urbana: problemas de ordem física, emocional e psicológica; 6.4. O uso dos parques urbanos e lagos municipais da RMG durante a Pandemia da Covid-19; 6.5. Parques Urbanos e Lagos Municipais na pandemia: percepções apreendidas por meio de trabalhos de campo e de entrevistas; 6.6. Reportagens denunciam o descumprimento dos protocolos de segurança dos parques urbanos: o caso específico da Cidade de Goiânia e 6.7 Apreensões gerais acerca do Uso de Parques e Lagos Municipais da RMG durante a Pandemia da Covid-19.

6.1 A covid-19: do mundo para a Região Metropolitana de Goiânia

Os parágrafos a seguir relatam, de maneira sucinta, a trajetória de um problema gravíssimo de saúde pública, conhecido como Pandemia da Covid-19, causado pelo vírus denominado SARS-CoV-2, que teve seu primeiro registro de contaminação na cidade chinesa de Wuhan, descoberto em 31 de dezembro de 2019, passando a se alastrar pelo território mundial, provocando milhões de casos de infecção pela doença, levando significativa parte da população contaminada a óbito.

A rápida disseminação do vírus em escala mundial pode ser justificada pelo alto nível de integração entre os espaços globalizados, onde se operam intensos fluxos aéreos, transportando diariamente milhares de pessoas aos quatro cantos do mundo. Aquino *et al* (2021) relatam como se deu o início das contaminações pelo continente europeu:

O registro dos primeiros três casos de COVID-19 na Europa ocorreu na França, em 24 de janeiro, onde também foi reportado, em 15 de fevereiro, o primeiro óbito naquele continente. Uma semana mais tarde, outros oito países já tinham casos registrados. A expansão da epidemia assumiu contornos dramáticos na Itália, na

Espanha e na França, onde rapidamente evoluiu para uma grave crise sanitária, com muitos casos graves e mortes e o consequente esgotamento de recursos do sistema de saúde. Isso acelerou a adoção de medidas de controle, o que não se deu de forma simultânea e variou muito entre os países e entre regiões de um mesmo país, ainda que, ao longo do tempo todos tenham sido obrigados a ampliá-las e a intensificá-las a medida em que a situação sanitária se deteriorava. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2426)

O primeiro caso da doença no Brasil foi registrado em São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2020. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), ocasionando a publicação da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por parte do Ministério da Saúde do Brasil, que declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) no país.

Em 13 de março de 2020, o governo de Goiás, por meio do Decreto nº 9.633 (Revogado pelo Decreto nº 9.653, de 19-04-2020), declarou Situação de Emergência no estado pelo prazo de 180, dias em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Na mesma data, a prefeitura de Goiânia publicou o decreto nº 736, também declarando Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispondo sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município. Em 23 de março de 2020, o município declarou SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA, por meio do Decreto nº 799, seguido pelos demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Devido à importância da situação, inúmeros atos normativos foram publicados pelos poderes competentes, adotando uma série de medidas, que dentre outros objetivos propostos, visavam manter o distanciamento social e diminuir a curva de contaminação pela doença. Nos primeiros dias, após a instituição de situação de calamidade pública, foi possível uma dinâmica socioespacial inédita na Região Metropolitana de Goiânia, em virtude da gravidade dos acontecimentos e das alterações no cotidiano impostas pela pandemia.

O Observatório das Metrôpoles - Núcleo Goiânia, a partir de pesquisa realizada sobre os problemas enfrentados pelos municípios goianos durante a pandemia da Covid-19, apontou a seguinte constatação:

De fato, entre 21 de abril e 05 de maio, dos 246 municípios goianos, 236 apresentaram tendência na redução do isolamento social. Inicialmente, Goiás registrou mais de 60% de índice de isolamento social, com significativa redução de circulação nas cidades, diminuindo continuamente até os atuais 35%. Esse cenário caótico, e o alerta da equipe da UFG, de saturação do sistema de saúde, levou o

Governo de Goiás a estabelecer lockdown intermitente, de 14 por 14 dias, a partir de 30 de junho de 2020 (decreto nº 9.685/2020), visando conter o avanço da contaminação pelo novo Coronavírus no Estado. Sendo seguido por igual iniciativa pela Prefeitura de Goiânia. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, p.8, 2020)

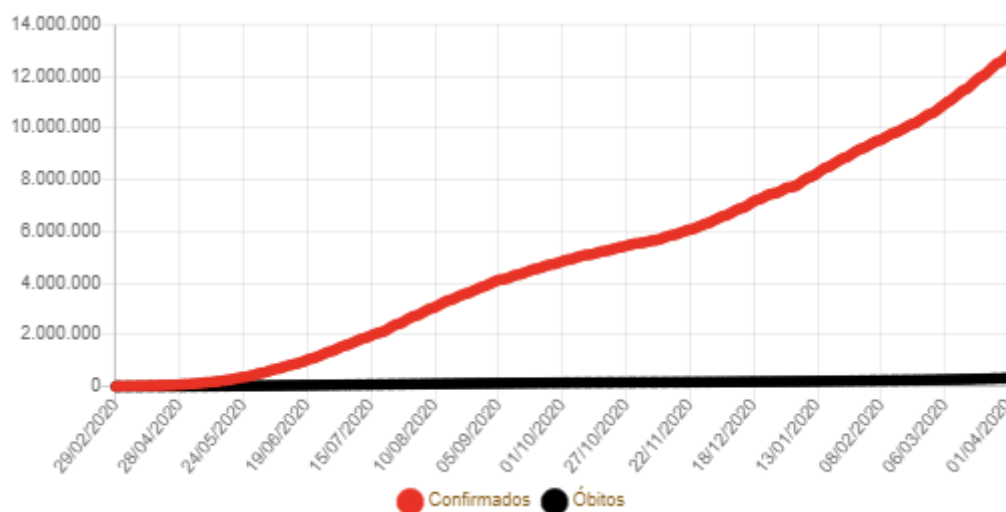
Em obediência às medidas de restrição implementadas, estabelecimentos comerciais que não se enquadravam na categoria de serviços essenciais tiveram que fechar suas portas, durante o período recomendado pelo governo e pelas respectivas prefeituras. Nesse período, a população, de maneira geral e à medida das possibilidades individuais, se resguardou dentro de casa. Portanto, grande parte do comércio em Goiânia e em outros municípios, permaneceu fechada ou funcionando em horário reduzido durante meses. Assim, em virtude da adoção de protocolos de segurança, a população da cidade esteve privada de frequentar diversos espaços destinados à prestação de serviços, compras, convivência e lazer, como lojas, *shopping centers*, cinemas, bares, clubes recreativos, estádios de futebol e academias. Neste contexto, a presente investigação procurou desvendar o protagonismo assumido pelos parques urbanos e lagos municipais, como espaços de lazer, convivência e atividades físicas, durante o período de pandemia.

Mesmo com adoção de medidas restritivas (seguindo diferentes estratégias e proporções) ao longo de todo o território nacional, Silva *et al* (2020) afirmavam que o Brasil havia se tornado o epicentro da pandemia por Covid-19 após alguns meses da detecção do vírus na América Latina. Nesse sentido, os autores complementam:

Até junho deste ano, não foram alcançadas reduções substanciais na disseminação da doença, em virtude de medidas que não foram efetivas o suficiente para reduzir o número de reprodução abaixo de 1, levando a uma perspectiva de crescimento contínuo da epidemia em todo o País, com exceção de alguns municípios. (SILVA *et al*, 2020, p.1)

Portanto, como evidenciado por diversos autores, além da rápida evolução do vírus pelo Brasil, não foram empreendidas medidas austeras o suficiente para frear o avanço da doença no território. O gráfico a seguir, demonstra a elevação do número de contaminações pela doença no Brasil, no período compreendido entre fevereiro de 2020 e abril de 2021.

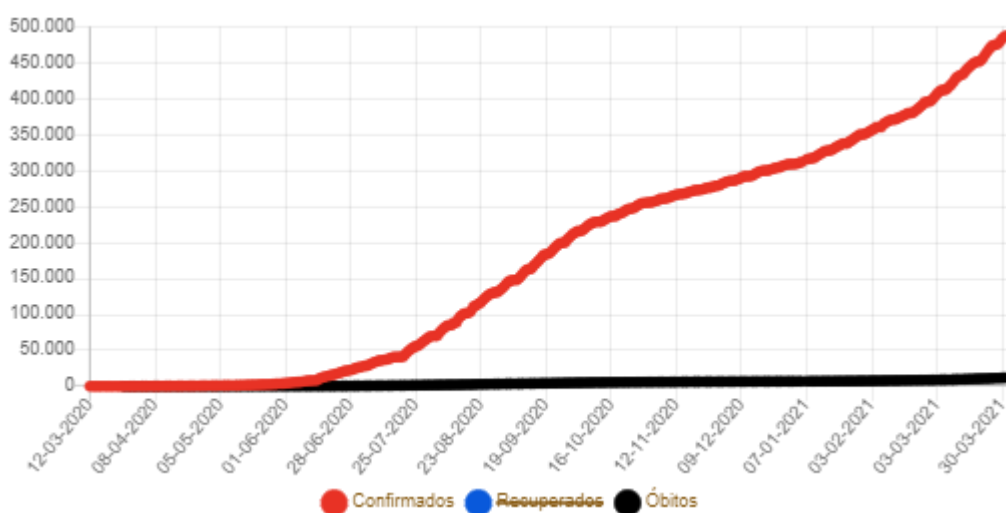
Figura 211 - Gráfico de evolução de casos de contaminação pela COVID-19 no Brasil, de 29/02/2020 a 01/04/2021.



Fonte: Universidade Federal de Goiás (UFG) (2021).

Apesar de ter apresentado níveis mais baixos de contaminação pela Covid-19 no início da pandemia, o estado de Goiás demonstrou uma dinâmica significativamente crescente a partir do mês de maio de 2020, tendo alcançado patamares preocupantes, conforme representado no gráfico a seguir.

Figura 212 - Gráfico de evolução de casos de contaminação pela COVID-19 no estado de Goiás, de 12/03/2020 a 30/03/2021.



Fonte: Universidade Federal de Goiás (UFG) (2021).

Para se ter uma noção da evolução no número de óbitos no estado de Goiás, durante o primeiro ano de pandemia da COVID-19, até o dia 30 de março de 2020 havia sido confirmado 1 óbito pela doença no estado, no dia 30 de junho de 2020, foram registrados 491 óbitos em Goiás, em 30 de setembro de 2020, foram registrados 4.705 óbitos no estado, no último dia do ano de 2020 foi registrado o quantitativo de 6.805 óbitos em Goiás, e no dia 30 de março de 2021, foram registrados o total de 11.815 óbitos no estado. Em 12 de julho de 2021 o estado registrava a lamentável marca de 19.764 óbitos, evidenciando o aumento de praticamente 8 mil mortes num período de apenas 3 meses.

No dia 20 de fevereiro de 2020, o Brasil registrou o número de 2 óbitos em todo território nacional, em 30 de junho de 2020 foi registrado o quantitativo de 59.594 óbitos no país, em 30 de setembro de 2020, registrou-se o número de 143.952 no Brasil, no último dia do ano de 2020 foram registrados 194.949 óbitos em território nacional e em primeiro de abril de 2021 foram registrados 325.284 óbitos no país. Em 12 de julho de 2021 o país computava a triste marca de 534.233 óbitos, o que demonstra o crescimento de mais de 200 mil mortes em apenas 3 meses.

Segundo informações contidas em dossiê publicado pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Goiânia, a Região Metropolitana foi a área do estado de Goiás mais afetada pela pandemia da Covid-19. Ao voltar os olhos para a realidade goiana, pesquisadores afirmam que Goiânia foi o município a apresentar maior tendência à contaminação pelo coronavírus se comparado a outros municípios do estado. Este comportamento pode ser justificado pelos seguintes aspectos:

O maior índice de contaminação no município de Goiânia (30% dos casos de Goiás) se justifica por sua dinâmica metropolitana: concentração de serviços, polo de negócios, indústrias e, por decorrência, intercâmbio, cultura e encontros. Composta por 21 municípios (LCE nº 139/2018) a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) soma um contingente de 2,6 milhões de habitantes, o que representa 37,2% da população estadual, concentrando 36% do Produto Interno Bruto de Goiás (IMB, 2016). Já a população de Goiânia em relação à região metropolitana representa 58% (IBGE, 2020). A RMG foi a primeira região do Estado de Goiás que diretamente disseminou a contaminação do novo Coronavírus pelos dois eixos vetoriais de transmissão da Covid-19: o vertical e o horizontal (em todas as suas expressões), registrando em 22 de junho de 2020, 7.118 casos confirmados. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021, p.8)

O quadro a seguir apresenta os dados referentes aos casos de contaminação e número de óbitos por Covid-19 dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Quadro 27 - Dados referentes à contaminação e óbitos pela COVID-19 na Região Metropolitana de Goiânia

Dados referentes à contaminação e óbitos pela COVID-19 na Região Metropolitana de Goiânia						
Nº	Município	População Total	Nº de casos confirmados em 03/04/2021	Número de óbitos em 03/04/2021	Nº de casos confirmados em 12/07/2021	Número de óbitos em 12/07/2021
1	Goiânia	1.516.113	124.471	3.676	166.980	5.528
2	Abadia de Goiás	8.773	1.151	18	1.531	35
3	Aparecida de Goiânia	578.179	53.183	971	69.644	1.483
4	Aragoiânia	10.308	773	7	1.050	21
5	Bela Vista de Goiás	29.975	1.853	40	2.636	69
6	Bonfinópolis	9.706	420	14	463	22
7	Brazabrantes	3.703	331	2	492	3
8	Caldazinha	3.804	187	2	317	7
9	Caturaí	5.070	385	10	502	19
10	Goianápolis	11.231	838	19	1.182	32
11	Goianira	44.289	2.696	58	3.612	101
12	Guapó	14.209	1.056	14	1.512	41
13	Hidrolândia	21.706	1.740	50	2.628	76
14	Inhumas	52.866	6.311	144	7.543	218
15	Nerópolis	29.850	1.250	52	1.572	54
16	Nova Veneza	9.853	771	11	1.137	19
17	Santa Bárbara de Goiás	6.634	607	12	783	18
18	Santo Antônio de Goiás	6.283	649	16	1.020	29
19	Senador Canedo	115.371	11.173	169	17.204	333
20	Terezópolis de Goiás	8.043	699	14	1.034	25
21	Trindade	127.599	6.659	287	9.929	410
21	Total	2.613.491	217.203	5.586	292.771	8.543

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás (SES-GO) (2021) Org.: Araújo (2021).

Conforme registros demonstrados, os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia lideram os índices de contaminação, sendo que a capital apresentou um número de mortes superior à soma dos óbitos apresentados pelos demais municípios que constituem a RMG. Evidencia-se também a grande participação da Região Metropolitana de Goiânia nos números de óbitos do estado de Goiás, considerando que dos 19.764 óbitos registrados no estado, 8.543 são da região metropolitana, número que representa 43,22% do total das mortes registradas em Goiás por Covid-19, em 12 de julho de 2021.

Os dados de Covid-19 da Região Metropolitana de Goiânia são reflexo da situação vivenciada no país, pois mesmo tendo decorrido mais de um ano após o início da pandemia, os casos de morte e contaminação no Brasil continuam a apresentar uma tendência crescente, confirmando a segunda onda da doença, que já havia sido alertada por diversos pesquisadores. A Figura 213 comprova graficamente o crescimento das estatísticas da doença no estado de Goiás.

Figura 213 – Monitoramento de novos óbitos confirmados de COVID-19 durante os meses de abril de 2020 a julho de 2021 no Estado de Goiás.



Fonte: FMRP (2021).

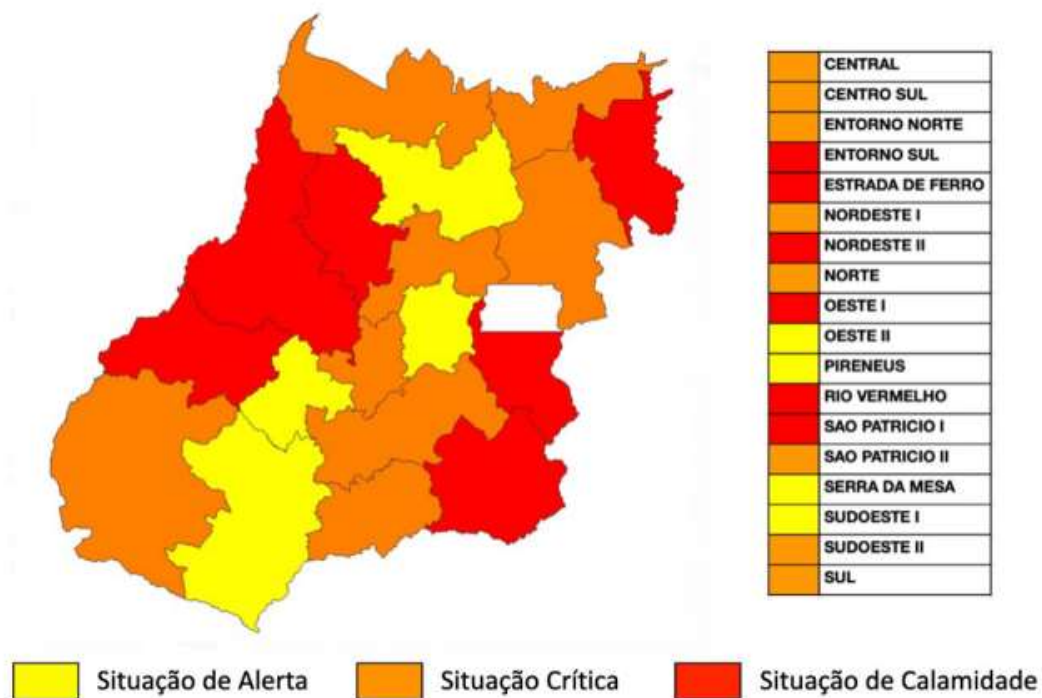
As Figuras 214 e 215 também evidenciam o aumento no número de casos de Covid-19 e a sobrecarga enfrentada pelo sistema de saúde do estado de Goiás.

O Mapa de Risco apresenta o resultado de um índice de risco para COVID-19, por região. O índice é calculado a partir de 06 indicadores, sendo 03 relacionados à situação do contágio pelo novo coronavírus e 03 relacionados

à situação de sobrecarga do sistema de saúde (incluindo unidades públicas e privadas) (GOIÁS, 2021)

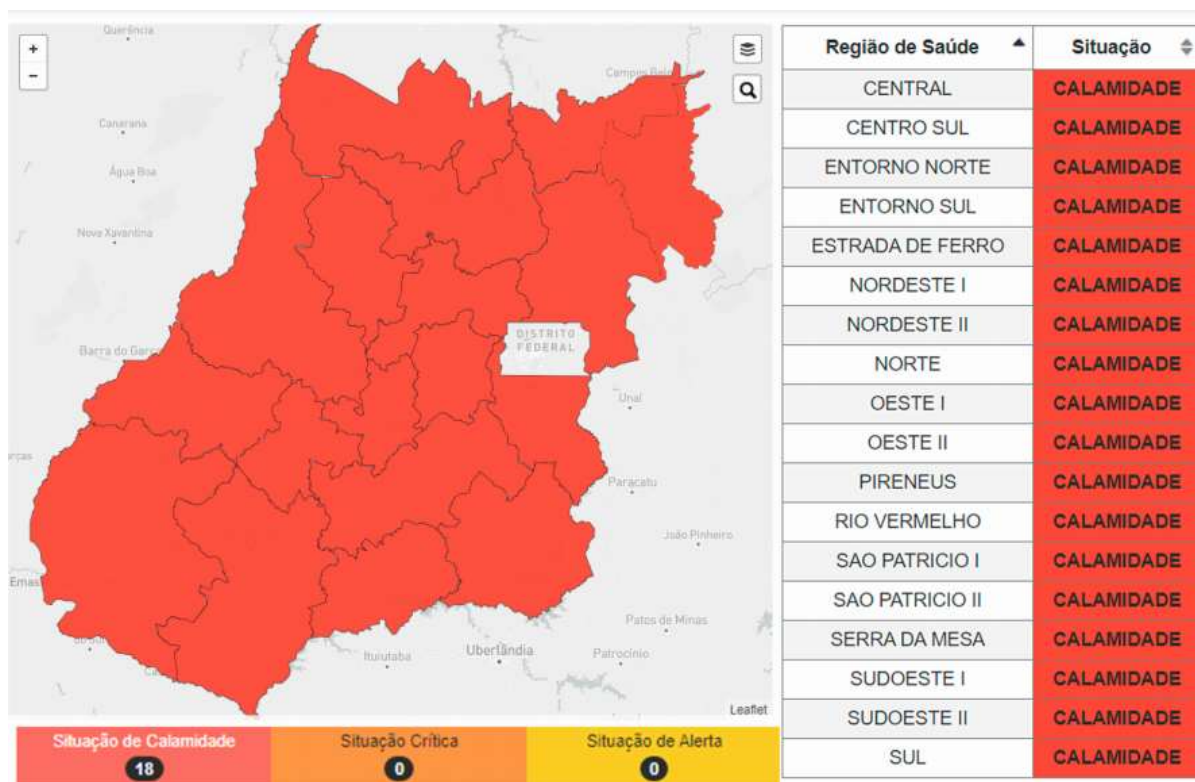
Os mapas a seguir demonstram o rápido avanço da doença entre o mês de fevereiro e abril de 2021, onde todas as regiões do estado atingem o patamar de situação de calamidade.

Figura 214 - Mapa de risco do estado de Goiás - Semana 1 (19/02/2021)



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás (SES-GO) (2021).

Figura 215 - Mapa de risco - Semana 7 (02/04/2021)



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás (SES-GO) (2021).

Entre idas e vindas das instâncias competentes no que diz respeito ao enrijecimento e afrouxamento das medidas que visam o distanciamento social, Goiás, assim como os demais estados do país não conseguiu conter o avanço da doença e as milhares de mortes computadas até o presente momento. A realidade de Goiás é marcada por um contexto complexo e preocupante, a exemplo da capital do estado que tem presenciado com frequência inúmeros casos de transporte coletivo lotado, festas clandestinas e bares abarrotados.

Ainda com níveis elevados de contaminação em território nacional e no estado de Goiás, a população demonstrou necessidade de retomar à vida social. Voltando a frequentar os estabelecimentos comerciais abertos e os ambientes onde estava permitida a circulação, dentre eles destacam-se os parques urbanos.

Havia no imaginário popular, distante das orientações previstas pela ciência, a ideia de que a pandemia da Covid-19 teria curta duração. Algumas pessoas adotaram a compreensão de que a quarentena duraria apenas quarenta dias, outra parcela da população acreditava que sua duração alcançaria o primeiro semestre de 2020, enquanto havia a percepção por outra parte da sociedade que a pandemia perduraria durante todo o ano de 2020, havendo um

possível término com a chegada da vacina no início de 2021. Entretanto diversos estudos estatísticos e epidemiológicos apontavam para o que veio a ser comprovado pela realidade: a pandemia duraria se estenderia por um longo período de meses, sobretudo se não fossem tomadas providências as devidas medidas para conter os casos de contaminação pela doença.

Durante o período de pandemia causada pela Covid-19, as atenções da sociedade, dos poderes governamentais comprometidos com o bem-estar da população, das entidades de pesquisa e das instituições de comunicação, voltaram-se para o enfrentamento da doença, para as consequências deixadas por ela e para as mudanças provocadas no modo de organização e de viver da sociedade.

Pode-se considerar que a pandemia vivenciada trouxe, além de demandas emergenciais em prol da saúde, graves sequelas à vida em sociedade. Além de provocar uma situação trágica e caótica na saúde da população, a pandemia agravou a crise econômica e política nacional, aumentando o número de pessoas desempregadas e desassistidas pelo estado, endurecendo ainda mais as situações de vulnerabilidade social já vivenciadas por grande parte da sociedade brasileira.

Ao analisarem as ações de combate à pandemia realizadas no Brasil, Aquino *et al*, em abril de 2020 já assinalavam que mesmo diante de significativos avanços nos números de pessoas contaminadas em território nacional, o país não adotou estratégias amplas de testagem na população, gerando possivelmente, uma grande subnotificação no número de casos e óbitos. Inúmeros pesquisadores desde o início da pandemia no país têm alertado para a ameaça da doença, embora desde o princípio tenha se mostrado evidente o descaso empreendido pelo governo federal:

Ainda que a Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da COVID-19 no país, esteja em vigor desde 7 de fevereiro deste ano, ou seja, desde antes do início oficial da epidemia, o presidente Jair Bolsonaro tem minimizado sua importância, mantendo-se como um dos poucos dirigentes mundiais que se recusam a reconhecer a ameaça que ela constitui. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2430)

Embora tenha existido a implementação de políticas que visassem amenizar a crise provocada pela pandemia, a exemplo do auxílio emergencial³, as ações de assistência à sociedade no Brasil podem ser consideradas mínimas em relação a outros países, sobretudo

³ O auxílio emergencial é um benefício pago pelo governo federal destinado a garantir uma renda mínima a pessoas em situação de vulnerabilidade social durante a Pandemia da Covid-19.

quando levado em consideração a conduta negacionista do principal chefe de Estado do país, que além de subestimar a gravidade da situação, cometeu inúmeros atos de negligência, a exemplo da morosidade no processo de aquisição de vacinas, culminando no agravamento da pandemia.

Desta forma, desde o registro do primeiro óbito por Covid-19 no país, ocorrido em 12 de março de 2020, o Brasil atravessou por uma calamitosa situação na saúde pública, tornando-se destaque entre os países com maiores taxas de morte pela doença, atingindo a lamentável marca de 4.249 óbitos em 24 horas no dia 08 de abril de 2021, praticamente 1 ano após o início da pandemia em território nacional.

6.2 Distanciamento social: da necessidade às dificuldades de implementação

Inicialmente faz-se necessário a diferenciação de alguns termos que passaram a integrar o cotidiano dos indivíduos após a emergência da pandemia da Covid-19. Sendo eles: isolamento, quarentena e distanciamento social.

O *isolamento* é a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas com o objetivo de reduzir o risco de transmissão da doença. A *quarentena* é a restrição do movimento de pessoas que se presume terem sido expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes, ou porque não foram infectadas, ou porque ainda estão no período de incubação ou mesmo porque, na COVID-19, permanecerão assintomáticas e não serão identificadas. O *distanciamento social* envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas. Como as doenças transmitidas por gotículas respiratórias exigem certa proximidade física para ocorrer o contágio, o distanciamento social permite reduzir a transmissão. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2425)

O caso extremo de distanciamento social é a contenção comunitária ou bloqueio (em inglês, lockdown) que se refere a uma intervenção rigorosa aplicada a toda uma comunidade, cidade ou região através da proibição de que as pessoas saiam dos seus domicílios – exceto para a aquisição de suprimentos básicos ou a ida a serviços de urgência – com o objetivo de reduzir drasticamente o contato social. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2426)

Aderindo ou não à medida mais extrema conhecida como *lockdown*, foram empreendidas ações visando à contenção da doença por todo o mundo, incluindo fechamento

de escolas, proibição de eventos públicos e circulação de pessoas, fechamento de estabelecimentos comerciais e/ou redução dos turnos de funcionamento etc.

Desta forma, Soares e Brasil (2020), assinalam que com a pandemia da Covid-19, grande parcela da população viu-se obrigada a ficar confinada em casa durante várias semanas, o que privou estes indivíduos de seus movimentos habituais e impossibilitou o acesso a muitos espaços de lazer normalmente utilizados.

Silva *et al* (2020) sinalizavam que, enquanto não existisse vacina, o distanciamento social seria a melhor maneira de se atenuar a força dessa epidemia. De acordo com os autores, os países que optaram pela implementação rigorosa do distanciamento social, foram altamente eficazes contendo uma maior disseminação do vírus e evitando a saturação dos sistemas de saúde públicos e privados, conforme exemplos vivenciados em países da Ásia e da Europa.

Em artigo publicado no primeiro semestre de 2020, Aquino *et al* também alertavam para a necessidade da adoção de medidas rigorosas de distanciamento social no país:

Países com dimensões continentais como a Índia e o Brasil, onde a população é numerosa, há grandes desigualdades sociais e os recursos de atenção à saúde são cronicamente deficitários e desigualmente distribuídos, a adoção de medidas mais rigorosas de distanciamento social será determinante para minimizar o colapso iminente dos serviços de saúde e evitar milhares de mortes decorrentes da falta de assistência aos casos graves da doença. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2428)

Segundo pesquisa desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, avaliando o impacto das medidas de distanciamento social na epidemia de COVID-19 em Goiás até 02/06/2020, “as medidas de distanciamento social implementadas no estado de Goiás após o início da epidemia de COVID-19 no estado contribuíram para redução da velocidade de transmissão do SARS-CoV-2 no Estado no mês de abril de 2020”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2020) Ademais, o grupo de pesquisadores concluiu que as medidas de distanciamento social evitaram entre 2.834 e 3.407 mortes por Covid-19 no estado até a data de publicação do estudo (02/06/2020), evitando uma aumento na demanda por leitos hospitalares e leitos de UTI. De acordo com os cientistas, por meio das comparações estabelecidas no estudo, evidenciou-se que as medidas de isolamento social implementadas foram capazes de “achatar a curva” da epidemia de Covid-19 no em Goiás com impacto significativo na mortalidade.

Dentre as medidas empreendidas pelo estado de Goiás no início da pandemia, Aquino *et al* (2020) destacam as seguintes ocorrências:

Goiás: Eventos - Proibição total de eventos (Decreto 9.633) 13/03; Educação - Fechamento total das unidades de ensino (Nota técnica 1/2020 - SES/GO) 18/03; Circulação de pessoas Teletrabalho para servidores pertencentes a grupos de risco e revezamento para os demais (Decreto 9.634) 17/03; Suspensão do funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais – exceto para entregas (Decreto 9.637) 19/03; Suspensão do transporte rodoviário ou aeroviário vindo de região com circulação da doença (Decreto 9.638) 24/03; Suspensão de indústrias não essenciais (Decreto 9.644) 25/03. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2430)

Cabe destacar que após definições iniciais, diversas outras medidas foram editadas e implementadas, dadas as pressões de diferentes segmentos da sociedade e interesses econômicos, políticos e comerciais envolvidos na adoção de normas relacionadas ao distanciamento social.

No que tange a necessidade do isolamento social, os pesquisadores Silva *et al* (2020) ressaltam que alguns fatores podem contribuir para dificultar a permanência dos indivíduos em suas residências durante a pandemia, tomando como exemplo os indicadores de condições de habitação no país, que segundo os autores estão longe dos ideais para grande parte de sua população.

De maneira geral, o que se observa, no Brasil, é que nem todos os habitantes dispõem de uma casa, com cômodos suficientes para seus moradores, adequada provisão de água ou de esgotamento sanitário. A desigualdade no acesso aos recursos dessa natureza afeta quem está em maior risco de infecção; também afeta quem é capaz de adotar recomendações para retardar a propagação da doença, de maneira que, embora outros fatores como renda sejam preponderantes, os elementos de bem-estar nas residências também influenciam no comportamento em relação ao isolamento. (SILVA *et al*, 2020, p.5)

Em pesquisa realizada com mais de 12 mil respondentes, Silva *et al* (2020) chegaram a conclusão que residências dotadas de áreas abertas ou verdes, com condições que facilitem a prática de atividades físicas e com condições de um descanso e sono adequados, amenizam os incômodos provocados pelo distanciamento social.

Tais resultados abarcam dois pontos fundamentais para a compreensão da análise proposta no presente capítulo, sendo eles o *contato com a natureza* e a *prática de atividades físicas*, considerando que a construção do pensamento sustentado pela referida, concebe esses dois elementos como aspectos fundamentais no processo de uso dos parques urbanos e lagos municipais na Região Metropolitana de Goiânia. Esses elementos serão abordados mais à frente, tanto nos achados teóricos como nas percepções apresentadas pelos usuários dos parques.

6.3 Consequências da pandemia na vida da população urbana: problemas de ordem física, emocional e psicológica

De acordo com pesquisa realizada por Feitoza *et al* (2020), doenças crônicas como cardiopatias, hipertensão arterial, problemas respiratórios, diabetes aceleram um prognóstico pior na evolução da doença causada pelo Coronavírus. Com base em apontamentos como este, tornou-se consensual o fato de que tais comorbidades podem tornar ainda mais graves os casos de contaminação pela Covid-19.

Não bastassem os problemas de saúde já enfrentados pelos indivíduos, a pandemia do coronavírus alterou drasticamente a saúde da população brasileira, não somente pelos danos causados diretamente pela Covid-19, mas pelas duras circunstâncias que trouxeram como consequências uma série de outros problemas de ordem física e psicológica à sociedade.

Inicialmente, destaca-se que devido à necessidade do distanciamento social aliado ao estresse imposto pela situação de uma pandemia, muitas pessoas abstiveram-se de cuidados rotineiros com sua saúde, como a prática de uma caminhada e a manutenção de uma alimentação balanceada, sendo comuns relatos de pessoas que adquiriram peso e que aumentaram seu grau de sedentarismo.

No que tange ao comportamento sedentário, Ferreira *et al* (2020) apresentam o seguinte cenário:

Em um período de reclusão domiciliar a população tende a adotar uma rotina sedentária, o que favoreceria a um aumento no ganho de peso corporal e surgimento de comorbidades associadas a maior risco cardiovascular, como obesidade, aumento da pressão arterial, intolerância à glicose, bem como transtornos psicossociais como ansiedade e depressão. (FERREIRA *et al*, 2020, p.601)

Como apontado por Ferreira *et al* (2020) uma rotina sedentária, além de agravar problemas de saúde já existentes, ocasionando um quadro possivelmente mais crítico em caso de contaminação pela Covid-19, também ajuda a potencializar problemas de natureza psicológica que tem se tornando uma realidade comum em tempos de pandemia.

Neste sentido, avista-se que situações de epidemia tendem a gerar muitos efeitos psicológicos negativos, conforme resultados de estudos descritos por Barros *et al* (2020):

Revisão desenvolvida por Brooks *et al.*, sobre pesquisas que analisaram o impacto psicológico da quarentena em epidemias prévias, reporta que a maioria dos estudos verificou efeitos psicológicos negativos, e que os principais fatores de estresse

identificados foram a duração da quarentena, o medo da infecção, os sentimentos de frustração e de aborrecimento, a informação inadequada sobre a doença e seus cuidados, as perdas financeiras e o estigma da doença. Os estudos revistos relatavam a ocorrência, nas pessoas em quarentena, de sintomas psicológicos, distúrbios emocionais, depressão, estresse, humor depressivo, irritabilidade, insônia e sintomas de estresse pós-traumático. Outros aspectos que vêm sendo identificados como estressores na pandemia de COVID-19 são a veiculação de informações falsas e sem base científica, as notícias alarmantes e o excesso de tempo dedicado às notícias sobre a pandemia, além de condições bastante concretas de falta de alimentos, de recursos financeiros e de medicação para outras doenças. (BARROS *et al*, 2020, p.1)

De acordo com o autor, conceitos como “coronafobia” e “pandemia do medo” têm surgido em decorrência da importância de aspectos emocionais que vêm sendo desencadeados durante a pandemia da Covid-19.

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com 45.161 respondentes de todas as regiões do Brasil, visando compreender os problemas de cunho psicológico provocados ou agravados na população brasileira durante a pandemia da Covid-19, chegou aos seguintes apontamentos:

Os resultados da pesquisa mostram que, durante o período da pandemia estudado, em que os casos confirmados de COVID-19 no Brasil ascenderam de 45.757 para 330.890, e as mortes, de 2.906 para 21.048,1 o sentimento frequente de tristeza/depressão atingiu 40% dos adultos brasileiros, e a frequente sensação de ansiedade e nervosismo foi reportada por mais de 50% deles. Entre os que não tinham problema de sono, mais de 40% passaram a ter e quase 50% dos que já tinham tiveram o problema agravado. Os sentimentos de tristeza e de ansiedade e os problemas do sono revelaram prevalências mais elevadas em adultos jovens, mulheres e pessoas com diagnóstico prévio de depressão. (BARROS *et al*, 2020, p.5)

Os resultados indicados pela pesquisa confirmam a hipótese de que a pandemia afetou profundamente as condições emocionais e psicológicas dos indivíduos, sendo mais prejudicial aos jovens, às mulheres e às pessoas que já apresentaram outros problemas psicológicos anteriormente.

Além da solidão, medo de contrair a doença e incerteza sobre o futuro, o autor recorre a outros fatores, na busca por compreender o impacto detectado sobre a população mais jovem:

Adicionalmente, é possível que o atual contexto de uso intensificado de ferramentas on-line tenha um papel a observar, de maior impacto emocional sobre os mais jovens: dois exemplos desse contexto comportamental seriam o acesso ininterrupto a informações em tempo real, inclusive às chamadas fake news, e decorrente aumento

das preocupações com a pandemia, além da contingência da migração para o trabalho na condição de home office. Entre os adultos jovens, a necessidade de permanecer on-line, a intensa utilização de ambiente virtual para estudo ou trabalho, ou mesmo o engajamento excessivo em atividades on-line, como jogos, mídias sociais ou compras, podem contribuir para o maior abalo à saúde emocional nesse grupo. (BARROS *et al*, 2020, p.7-8)

Diante do cenário exposto, convida-se à reflexão de como a pandemia impôs condições desiguais severas à sociedade. Enquanto uma parte da população pode se proteger sob as melhores condições, gozando de espaço, conforto, privacidade, seja por meio de residências amplas, condomínios fechados com vasta área privativa, dotadas de áreas verdes e diversificadas possibilidades de lazer, seja pelo acesso à chácaras, fazendas e residências de temporada à beira mar, a outra imensa parte da população que envidou esforços para proteger-se contra a contaminação da Covid-19, teve sua área de residência, convivência e circulação completamente restrita a espaços demasiadamente limitados. Além disso, conforme mencionado anteriormente, significativa parcela da população esteve submetida a condições desumanas e insalubres. Esta colocação não anula as dificuldades também vivenciadas pela primeira parcela da população, que embora dotada de recursos para atravessar de maneira mais amena por esta crise de saúde em escala mundial, também esteve submetida aos riscos e danos provocados pela pandemia.

Afinal, a pandemia da Covid-19 provocou uma situação tão grave e devastadora, que nem mesmo indivíduos pertencentes às classes mais abastadas da sociedade, conseguiram conter as mortes provocadas pela doença. A perda de vidas de políticos, empresários, atletas, donos de hospitais, evidenciou a gravidade da Covid-19, atestando o que havia sido incisivamente alertado por importantes cientistas no período em que as mortes pela doença ainda não haviam atingido patamares tão elevados e assustadores.

Além de mais de 4,35⁴ milhões de mortes no mundo, dessas, mais de 568⁵ mil só no Brasil, além das milhões de famílias destruídas, das trajetórias de vida interrompidas e das milhares de crianças que se tornaram órfãs por causa da doença, a realidade criada pela pandemia gerou, ressuscitou e agravou diversos problemas, não somente de cunho social e econômico, mas também de ordem mental e psicológica.

O contexto literalmente catastrófico ao qual o mundo foi submetido foi suficiente para provocar nas pessoas sensações de angústia, medo e desespero. As pessoas, de uma hora para

⁴ De acordo com registros atualizados no dia 14 de agosto de 2021.

⁵ De acordo com registros atualizados no dia 14 de agosto de 2021.

a outra, tiveram que lidar com a iminência da morte, com o luto e com muitas perdas. Perda de familiares, amigos e conhecidos. Perda de emprego, de renda, de estabilidade financeira. Perda de liberdade, de espaço, de privacidade. A situação dramática provocada pela pandemia estabeleceu um estado de temor, onde as pessoas se viram obrigadas a mudar completamente de vida, renunciando à sua rotina, de seus projetos e do convívio social.

Muitas atividades de trabalho e estudo, que conseguiram se manter ativas durante a pandemia, tiveram que ser readaptadas, passando a ser desempenhadas de maneira online, mediadas pela internet, computadores e *smartphones*. A casa passava a se transformar no espaço de ensino remoto e *home office*. Dessa forma, adultos e crianças foram submetidos a extensas jornadas à frente do celular e do computador. Os indivíduos passaram a se comunicar com mais frequência por meio de videoconferências. Em período inicial da pandemia, o lazer e entretenimento também ficou restrito às telas, seja por meio da interação em redes sociais, jogos virtuais ou por meio das famosas *lives*, apresentações, em grande parte musicais, realizadas via plataformas digitais, como Youtube e Instagram. O período inicial de distanciamento social acentuou o contato das pessoas com dispositivos eletrônicos e plataformas virtuais, culminando em um cotidiano em que as pessoas passavam maior parte dos dias hiperconectadas.

Além do novo formato assumido pela rotina, as pessoas tiveram que lidar com a necessidade de tocar a vida adiante, a necessidade de se manter produtivas, de conseguir pagar as contas, de passar no Enem, de cuidar da saúde e de prestar o devido suporte às outras pessoas que estavam passando por momentos difíceis.

Ainda, no pior dos cenários que se pudesse prever para o Brasil, houve um forte movimento negacionista por parte do presidente da república e seus correligionários, que além de desacreditar o papel desempenhado pela ciência, não traçou um planejamento para combate à disseminação do vírus, discursou contra os governantes que tomaram medidas para garantir o distanciamento social, incentivou aglomerações, criticou a vacina e recusou as primeiras ofertas destinadas ao país. Sua postura desestimulou a população quanto ao uso da máscara de proteção e fez campanha defendendo o uso de medicamentos que comprovadamente não ocasionavam a cura da doença. O conjunto de medidas negligentes empreendidas pelo presidente e seus aliados, fez com que o Brasil alcançasse o 2º lugar⁶ em número de mortes pela Covid-19, dentre todos os países do mundo.

⁶ De acordo com registros atualizados no dia 14 de agosto de 2021.

Para tornar ainda mais complexo esse cenário, foram registrados inúmeros casos de corrupção por parte de agentes políticos e outras pessoas que deveriam colaborar com ações de combate à Covid-19, dentre os casos que podem ser citados estão desvio de verba para compra de respiradores, superfaturamento na compra de máscaras, álcool em gel e demais insumos hospitalares, desvios relacionados a contratação de organização social de saúde (OSS), roubo de cilindros de oxigênio, dentre outros. Também registrou-se casos de pessoas que furaram a fila de prioridades da vacina, vacinas sendo trocadas por soro, e aplicações feitas com seringas vazias, ocorridos à época do moroso processo de vacinação.

Dessa forma, além da insatisfação política, o mal-estar provocado pela pandemia da Covid-19 aliado à solidão vivenciada por muitos indivíduos e aos elevados níveis de estresse enfrentados pela população, ocasionou uma situação coletiva permeada por insegurança, ansiedade e depressão.

E é neste cenário complexo, em que os indivíduos estão inseridos juntamente com suas ansiedades, temores e incertezas, que emerge a figura dos Parques Urbanos e Lagos Municipais, concebidos neste trabalho como espaços da cidade dotados de potencialidades, se constituindo como lugares do encontro, da convivência, do lazer, da reconexão com a natureza, da busca pela saúde e do reequilíbrio emocional. É nessa perspectiva que se pretende percorrer, buscando por meio da percepção dos sujeitos, as confluências e divergências resultantes daquilo que os Parques Urbanos e Lagos Urbanos são ou podem vir a ser.

6.4 O uso dos parques urbanos e lagos municipais da RMG durante a Pandemia da Covid-19

Os males provocados e acentuados pela pandemia da Covid-19 estão concretamente postos à sociedade. Essa realidade requer o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes. A vida em sociedade deve ser urgentemente socorrida, seja por meio da vacinação, de medidas de combate à fome e ao desemprego, de fornecimento de recursos necessários ao sistema público de saúde, de apoio às universidades e entidades de pesquisa, seja por meio da requalificação das estratégias políticas vigentes no país, que até então tem se mostrado incapazes de atender as necessidades da sociedade de maneira democrática.

Diante das demandas trazidas pela pandemia, são necessários vários questionamentos em relação ao que está posto e àquilo que precisa se modificar. Nesse sentido, na ótica do planejamento urbano, é preciso se questionar: Qual o papel da cidade no combate à pandemia da Covid-19? De que maneira os espaços urbanos podem contribuir para amenizar essa realidade tão atroz vivenciada na pandemia? Em que medida os espaços públicos têm conseguido acolher a população de maneira democrática? Em tempos de pandemia, quais espaços da cidade têm proporcionado reais benefícios à vida da população?

É nessa reflexão necessária que se encontram localizados os parques urbanos e lagos municipais, percebidos neste estudo, como espaços que têm exercido um expressivo protagonismo durante a atual crise de saúde. Desta forma, desdobram-se a seguir, alguns apontamentos acerca das funções desempenhadas por esses espaços na dinâmica espacial urbana.

De acordo com Ximenes *et al* (2020) a pandemia do coronavírus está alterando profundamente a dinâmica da vida urbana em todas as cidades. Essas alterações possuem relação direta com as demandas apresentadas pela sociedade. Primeiramente, destaca-se a demanda de distanciamento social, advinda da necessidade de se conter os casos de contaminação pela Covid-19. Paradoxalmente, percebem-se outras demandas como a necessidade de uma maior aproximação com a natureza e a necessidade de praticar atividades físicas.

“De repente, os espaços públicos, que estavam sendo apontados como um “remédio” para as doenças de estilo de vida passaram a configurar como lugares não recomendados.” (ROCHA, COSTA e COLCHETE FILHO, 2020, p.726)

Essa contradição exposta pelos autores remete aos estudos realizados ao longo do tempo que têm demonstrado que a prática de atividades físicas é um importante fator na promoção de melhorias relacionadas à saúde dos indivíduos, alcançando benefícios significativos para a imunidade do organismo e ajudando a atenuar situações de comorbidades. Ao mesmo tempo refere-se às recomendações de não frequentar espaços públicos lotados durante a pandemia.

Sobre a importância do contato com a natureza, tem-se a seguinte explanação:

Cada vez mais são reconhecidos os efeitos benéficos que o contato com a natureza gera à saúde humana. Os efeitos positivos do contato com áreas verdes foram observados em relação à longevidade, doenças cardiovasculares, obesidade, saúde

mental, qualidade do sono, recuperação de doenças e desfechos de natalidade. (AMATO-LOURENÇO *et al*, 2016, p.113)

Os autores apresentam as evidências desses benefícios a partir de pesquisas realizadas na Europa e na América do Norte:

Em estudos conduzidos principalmente na Europa e na América do Norte são muito concretas as evidências que associam presença/uso de áreas verdes com desfechos positivos de saúde. Proximidade de áreas verdes associa-se a menor obesidade, menor risco de desenvolver doença cardiovascular, menos doenças mentais, melhores desfechos de nascimento, entre outros. Além dos serviços ambientais prestados pelas áreas verdes, acredita-se que o contato com o verde diminua o estresse, aumente a coesão social e o nível de atividade física. Algumas grandes cidades do mundo têm investido em programas de arborização como maneira de melhorar a saúde urbana como um todo. (AMATO-LOURENÇO *et al*, 2016, p.125)

Portanto percebe-se uma nítida confluência entre os benefícios propiciados pela prática de atividades físicas e pelo estabelecimento de contato com a natureza. Como ponto de interseção desses elementos na cidade estão localizados os parques urbanos e os lagos municipais.

Nesta tese, uma das hipóteses que surgiu no decorrer da pesquisa é a de que durante a pandemia, os benefícios propiciados pelos parques urbanos passaram a se constituir como quesitos prioritários para a população, no enfrentamento da crise decorrente da Covid-19, tornando esses equipamentos espaços considerados protagonistas no cotidiano da sociedade urbana.

Amparando-se nessa percepção, recorre-se à Ximenes (2020), que defende que a conjuntura provocada pelo coronavírus é uma oportunidade de reorientar a vida urbana para a superação da carência de áreas verdes e de espaços públicos que afeta as grandes cidades. A autora enxerga nos espaços públicos, a exemplo dos parques urbanos, uma forma de compor a imagem da cidade e de possibilitar que a população se aproprie dela:

O espaço público molda a imagem da cidade e sua apropriação por parte da população, desde grandes parques urbanos a jardins de bairros, potencializando a necessidade de áreas verdes, e assumindo diferentes formas espaciais incluindo ruas, calçadas, caminhos, parques, becos; uma rede de espaços que fortalece as conexões entre pessoas e cria a vida urbana. (XIMENES *et al*, 2020, p.7)

Isto posto, reforça-se a necessidade de garantir a existência desses ambientes no território urbano, seja por meio da criação de novos espaços, seja pela conservação dos

equipamentos já existentes, levando em consideração o atendimento das demandas da população de modo democrático, já que nem todos os habitantes da cidade dispõem das mesmas condições de acesso a determinados espaços.

“O atual cenário pandêmico demanda que os planejadores urbanos repensem as cidades priorizando não apenas os protocolos sanitários, mas considerando a importância do espaço público como lugar do encontro, das trocas e da vida urbana.” (ROCHA, COSTA e COLCHETE FILHO, 2020, p.732)

A consulta e análise às fontes primárias traz à discussão a necessidade premente de se garantir o espaço público em condições seguras neste contexto histórico divulgado como “novo normal” em qualquer escala de cidade. Os impactos causados pela crise sanitária do Coronavírus afetam a economia (comércio e serviços fechados), a segurança pública (aglomeração de pessoas controlada), a saúde pública (hospitais e leitos indisponíveis), etc. Mas, sobretudo, colocam os espaços públicos urbanos como mediadores de uma condição que é bastante nova para a gestão pública também. Mesmo que nesse momento tenhamos mais questões que respostas é certo que ruas, praças e parques das cidades têm de ser ressignificados, pois a estes espaços é garantido historicamente a importante função de representação da esfera pública, que em última instância é também a evidência da forma como convivemos e cuidamos uns dos outros. (ROCHA, COSTA e COLCHETE FILHO, 2020, p.732)

Nesse sentido, compreende-se que a solução para que os parques urbanos e lagos municipais se constituam como equipamentos aliados da saúde pública em tempos de pandemia, não consiste em simplesmente proibir o acesso a esses espaços, mas sim em pensar em alternativas holísticas que apreendam a complexa realidade apresentada pelo espaço e pelos sujeitos urbanos.

Ademais, a atenção dispensada aos parques e lagos públicos está inserida num conjunto de medidas, propostas por Ximenes *et al* (2020), que almejam a reconfiguração das cidades durante e após a pandemia:

Os deslocamentos na cidade durante e pós-pandemia para o acesso aos espaços públicos, praças e parques deverá ser reconfigurado, e novas propostas deverão ser implantadas tais como, a abertura de ruas para os pedestres nos finais de semana e o incentivo à criação de ciclovias e novas rotas para os ciclistas de forma segura e inclusiva. Estas medidas já estão sendo implantadas em cidades nos países europeus, onde a caminhada e o uso de bicicletas, além de evitarem a aglomeração no transporte público, contribuíram com a saúde das pessoas, reduzindo as comorbidades mais agravantes do coronavírus – pressão alta, obesidade e diabetes, e melhorias na qualidade de vida e na qualidade do ar com a redução dos poluentes atmosféricos. (XIMENES et al, 2020, p.17)

Portanto, é preciso repensar os parques e lagos da RMG a partir de uma nova perspectiva, abarcando a necessidade de se garantir condições mais saudáveis e seguras a esses espaços, que possam ser efetivadas não somente em período de crise, mas que façam parte de uma política contínua que adote como princípios não apenas a criação de novos espaços, mas que preze pela qualidade desses espaços e pelo efetivo atendimento das demandas apresentadas pela sociedade em relação a esses equipamentos.

A presente pesquisa, desde sua fase inicial, adota o pressuposto de que os Parques Urbanos e Lagos Municipais inseridos na Região Metropolitana de Goiânia, com destaque para os município de Goiânia e Aparecida de Goiânia, constituem um dos principais espaços públicos adotados pela população em práticas relacionadas à convivência social, ao lazer e a hábitos relativos a busca pela qualidade de vida.

A respectiva afirmação não exclui os demais municípios pertencentes à RMG, apenas ressalta que as unidades territoriais supracitadas desempenham certo protagonismo, explicado por aspectos históricos, populacionais, culturais e espaciais, que irão se apresentar no decorrer do presente texto.

Se os parques e lagos públicos já eram considerados elementos essenciais pela população da RMG no cotidiano urbano, com o advento da Pandemia da Covid-19, foi possível observar o surgimento de um fenômeno espacial ainda mais significativo atuando sobre os parques urbanos existentes na Região Metropolitana de Goiânia.

É pertinente refletir sobre a situação a qual foram submetidas as pessoas habitantes de Goiânia e dos demais municípios que compõem a região metropolitana de Goiânia durante o período de pandemia. Cabe salientar que significativa parcela da população que reside nesta região, mora em casas com espaço limitado. Este fato se justifica, sobretudo, pelos altos preços cobrados pelas propriedades residenciais, seja para compra ou aluguel, sustentando uma lógica onde quanto maior o poder aquisitivo do indivíduo, maior sua possibilidade de residir em um imóvel com mais espaço e maior conforto, quanto menor for o poder aquisitivo, mais o indivíduo está sujeito a precárias condições de moradia. Ainda nessa mesma lógica, encontra-se o fato de que quanto mais próximo a áreas centrais e dotadas de serviços e infraestrutura, maior o valor requerido para compra e aluguel de imóveis.

Sendo assim, grande parte da população residente na RMG, ainda que com uma condição socioeconômica razoável, habita em residências com espaços limitados, muitas delas sem quintal e nem mesmo um pequeno jardim. Destacam-se ainda duas situações

particulares, a primeira, das pessoas que residem em quitinetes ou apartamentos, que durante a pandemia, devido à restrição de acesso a áreas comuns (quadra poliesportiva, piscina, academia, salão de festas, brinquedoteca), tiveram sua circulação restrita ao espaço de pequenos metros. A exemplo de Goiânia, onde é comum apartamentos com metragem que varia de 40 a 70 m². A segunda situação, mais grave e que necessita ser denunciada diz respeito às condições de moradia a que estão submetidas as pessoas que vivem uma situação de vulnerabilidade social. Neste contexto, existem milhares de pessoas vivendo em condições extremamente precárias, em moradias pequenas e insalubres e inseguras, sem planejamento, sem ventilação e sem o mínimo de conforto térmico. Além disso, dadas as limitações socioeconômicas, nessas moradias é comum residir um amontoado de pessoas, que têm que dividir o restrito e precário espaço da residência.

Tomando como base as exposições realizadas neste capítulo, foi feita uma pesquisa por meio de aplicação de questionários semiestruturados, trabalho de campo e consultas a reportagens publicadas sobre o tema, com vistas a se compreender a dinâmica socioespacial dos parques urbanos da RMG, experimentada durante a pandemia da Covid-10, no período compreendido entre março de 2020 a julho de 2021.

As entrevistas foram realizadas presencialmente com os usuários dos parques, com vistas a consultar a opinião de pessoas que optaram por fazer uso do parque durante a pandemia. Ressalta-se que as entrevistas seguiram todos os protocolos de segurança, como uso de máscara, distanciamento mínimo e utilização de álcool em gel. Os resultados apreendidos encontram-se expostos no relato apresentado a seguir.

6.5 Parques Urbanos e Lagos Municipais na pandemia: percepções apreendidas por meio de trabalhos de campo e de entrevistas

Os parágrafos a seguir expõem as apreensões obtidas por meio de realização de trabalhos de campo e aplicação de questionários semiestruturados nos municípios da RMG que possuem parques urbanos ou lagos municipais com níveis expressivos de visitação, sendo eles: Aparecida de Goiânia (Parque da Criança e Parque da Família), Bela Vista de Goiás (Parque Sussuapara), Bonfinópolis (Parque Ecológico de Bonfinópolis), Goianápolis (Parque Municipal de Goianápolis), Goiânia (Parque Areião, Lago das Rosas, Parque Flamboyant, Parque Leolídio di Ramos Caiado, Parque Vaca Brava), Goianira (Lago Lalacci Umberto

Donato), Inhumas (Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas), Nerópolis (Parque da Matinha), Santa Bárbara de Goiás (Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás), Santo Antônio de Goiás (Parque Jacarandá), Senador Canedo (Parque Boa Vista) e Trindade (Parque Lara Guimarães).

As análises empreendidas buscaram compreender o modo como se deu a utilização desses espaços em período de pandemia e quais as ações foram realizadas pelos poderes públicos a fim de se preparar os espaços e a população para o uso de tais equipamentos em meio a uma crise sanitária.

6.5.1 Aparecida de Goiânia

O município de Aparecida de Goiânia declarou situação de emergência em saúde pública por meio do Decreto Nº 115, de 16 de março de 2020, dispondo sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus. Em 17 de março, a prefeitura nomeia membros para Comitê de Prevenção e Enfrentamento à doença. Desde então, o município publicou uma série de decretos e portaria voltadas para a crise de saúde então estabelecida.

Aparecida de Goiânia adotou um sistema de escalonamento de atividades econômicas que dividiu o município em 10 macrozonas, permitindo o funcionamento de zonas específicas em cada dia da semana a fim de se evitar a disseminação do coronavírus, conforme ilustrado nas figuras 216 e 217.

Figura 216 – Modelo de Escalonamento das Macrozonas de Aparecida de Goiânia durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Aparecida de Goiânia (2021).

Figura 217 – Mapa de Macrozonas do Município de Aparecida de Goiânia para fins de escalonamento das atividades econômicas durante a pandemia da Covid-19



Fonte: Aparecida de Goiânia (2021).

O primeiro momento de escalonamento no município ocorreu entre os meses de junho e agosto de 2020 e voltou a ser implementado em 2021, por meio da Portaria Nº 022/2021 GAB/SMS, de 14 de março, sendo suspenso em 12 de julho de 2021, considerando a estabilidade de casos de contaminação pela doença e a ocupação dos leitos de UTI em torno de 60%.

O município também promoveu campanhas para o cumprimento de regras sanitárias como uso de máscara, álcool em gel e não aglomeração de pessoas. Além de incentivar a população a participar da campanha de vacinação.

6.5.1.1 Parque da Criança

Durante o trabalho de campo realizado no Parque da Criança, em Aparecida de Goiânia, foi constatado um acentuado movimento de pessoas, empreendendo diversos tipos de uso. Podendo se considerar a dinâmica de utilização do parque da criança, uma das mais versáteis, quando comparada à dinâmica dos demais parques urbanos observados. Foram observadas pessoas fazendo caminhada em torno do parque, crianças brincando no parque infantil, pessoas deitadas no gramado, com fins de descanso e convivência. Além disso, observou-se um grupo jovem religioso formado por aproximadamente 20 pessoas realizando dinâmicas em círculo. Em outra extremidade do parque haviam duas mulheres com uma caixa de som e microfones, com a bíblia na mão, fazendo a leitura da palavra e cantando canções religiosas para as pessoas presentes no parque, ainda que houvesse um público com atenção voltadas para a apresentação. Ademais registrou-se a presença de pessoas contemplando o lago do parque, enquanto outro sujeito debaixo de uma árvore, dedicava-se a beber suas cervejas, devidamente armazenadas numa caixa de isopor. Em outro extremo, vários jovens faziam uso da pista de bicicross presente no espaço, enquanto outras pessoas assistiam a movimentação sentadas nos bancos do parque. A Figura 218 expressa alguns dos usos empreendidos pela no espaço durante a realização de trabalho de campo.

Figura 218- Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque da Criança durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

No parque não havia qualquer sinalização orientando quanto à necessidade de distanciamento social ou utilização de máscara, também não foram detectados recipientes com álcool em gel, entretanto havia no parque banheiros equipados com torneiras para higienização das mãos.

No que tange à segurança do parque no aspecto de contaminação da Covid-19, 60% dos entrevistados consideram o Parque da Criança um local seguro, de difícil contaminação, 10% dos respondentes classifica o parque como um espaço inseguro de alto risco de contaminação e 30% dos indivíduos consultados informou não possuir opinião formada a respeito. Sobre as medidas de prevenção em relação ao contágio da doença durante o uso do parque, 80% dos entrevistados declarou utilizar o equipamento de proteção durante visita ao

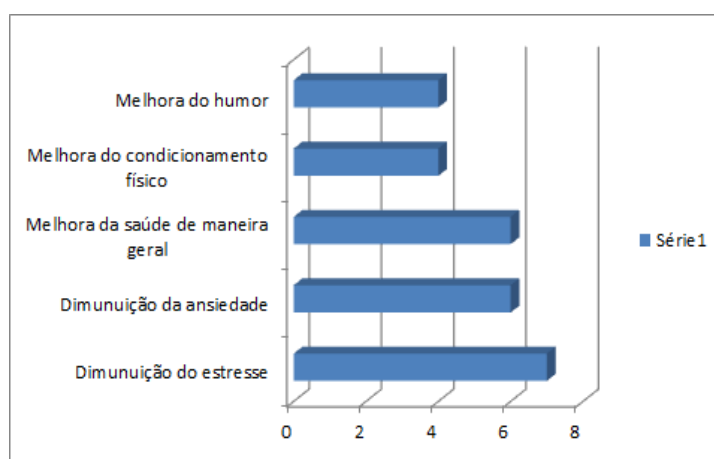
parque, 20% dos sujeitos consultados afirmou não utilizar a máscara durante a permanência no espaço.

Questionados sobre a contaminação da Covid-19, 80% dos indivíduos consultados informou não ter se contaminado e nem ter havido contaminação pela doença em membros de sua família, ao contrário de 20% alegou já ter havido contaminação na família.

Na análise sobre a percepção do movimento de pessoas no Parque da Criança durante a pandemia, 70% dos entrevistados considera que a visita ao parque diminuiu após o início da pandemia, 20% relata a percepção de que não houve alteração, 10% informou não saber avaliar esta questão.

Ao se investigar possíveis benefícios propiciados aos usuários pela utilização do Parque da Criança, obteve-se o seguinte panorama:

Figura 219 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque da Criança - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Foi perguntado aos 10 visitantes do parque se algum fator os influenciou na utilização do parque durante a pandemia, diante disso, o fechamento do comércio obteve 2 votos, o fechamento das academias obteve 2 votos, o fator distanciamento social obteve 5 votos e necessidade de proximidade com a natureza obteve 2 votos.

6.5.1.2 Parque da Família

No Parque da Família, localizado no município de Aparecida de Goiânia, foi observado um acentuado movimento de pessoas. Localizado à frente de um dos principais shoppings centers da cidade, o parque comportava diferentes tipos de uso, como convivência, recreação e atividades físicas, algumas feitas em grupo, outras realizadas de maneira individual. Um uso bastante recorrente durante o campo realizado, foi a presença de vários grupos de pessoas conversando, sentadas nos vários conjuntos de bancos e mesas que estão distribuídos ao longo do parque. Alguns desses momentos podem ser apreendidos na Figura 220.

Figura 220 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque da Família durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

No Parque da família não houve registro de quaisquer recomendações quanto ao cumprimento dos protocolos de prevenção contra a Covid-19, também não foram encontrados recipientes com álcool em gel ou torneiras destinadas a higienização das mãos. Foi possível observar algumas pequenas aglomerações. No que diz respeito ao uso de máscaras, a situação se mostrou heterogênea, considerando que parte da população fazia o devido uso do equipamento de proteção, e outra parte descumpria essa recomendação.

Em relação à segurança do parque no que diz respeito à possibilidade de contaminação pela Covid-19, 60% dos respondentes considera o parque um local seguro de difícil contaminação, 30% dos entrevistados considera o Parque da Família um local inseguro, com alto risco de contaminação, 10% afirmou não possuir opinião formada a respeito desta questão.

Ao serem questionados sobre as medidas de prevenção em relação à contaminação pela Covid-19, 90% dos entrevistados afirmou fazer uso da máscara durante sua permanência no parque, 10% afirmou não fazer uso da máscara de proteção enquanto utiliza o parque.

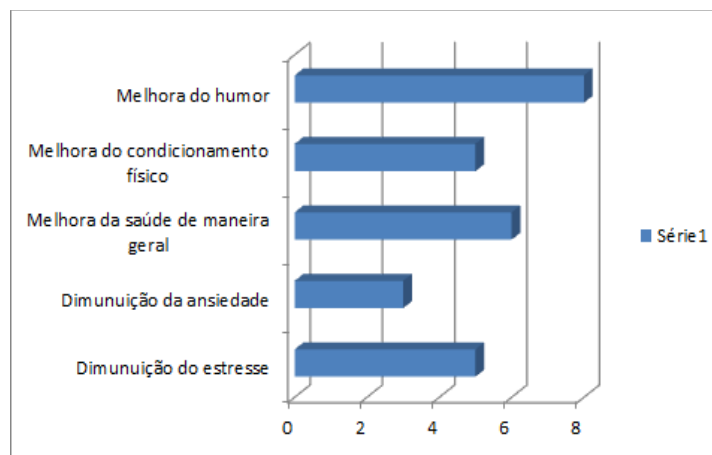
Perguntados sobre casos de contaminação na família, 70% das pessoas consultadas afirmaram já ter ocorrido contaminação em algum de seus familiares, 20% dos entrevistados afirmou não ter havido casos de contágio pela Covid-19 em entes de sua família, 10% não se manifestou sobre esta questão.

Investigando a percepção dos entrevistados em relação ao movimento de pessoas no parque durante o período de pandemia, comparando-se a períodos anteriores, 50% dos visitantes consultados afirmou ter percebido uma diminuição no número de frequentadores do parque, os outros 50% alega a percepção de que não houve alteração no movimento de pessoas no parque se comparado ao período anterior à pandemia.

Quando perguntado aos entrevistados se os mesmo utilizam o parque como meio de auxiliar no tratamento de algum dos problemas de saúde supracitados ou outros problemas não mencionados, 40% respondeu positivamente a esta questão. 60% dos entrevistados afirmou não fazer uso do parque com esta finalidade.

Buscando analisar a geração de benefícios propiciados pelo Parque da Família aos seus usuários, foi possível construir o seguinte quadro:

Figura 221 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados aos usuários por meio da utilização do Parque da Família - Aparecida de Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Foi perguntado aos 10 visitantes entrevistados no Parque da Família se algum fator foi capaz de influenciar sua relação de uso do parque durante a pandemia. Dentre os fatores listados, o fechamento das academias recebeu 3 votos, distanciamento social recebeu 2 votos e necessidade de proximidade com a natureza recebeu 3 votos.

6.5.2 Bela Vista de Goiás

No dia 13 de março de 2020, por meio do decreto municipal Nº 86, a prefeitura de Bela Vista de Goiás adotou medidas com intuito de coibir a proliferação do coronavírus. Em 14 de maio de 2020, o município realizou a publicação de dois decretos, o Nº 115 e o Nº 127, dispondo respectivamente sobre a abertura de atividades econômicas no município e sobre os procedimentos a serem adotados nesses estabelecimentos visando combater a proliferação da Covid-19. Em 6 de julho de 2020, por meio do decreto Nº 154, a prefeitura limita o horário de funcionamento de estabelecimentos do município para o período de 6h00 às 19h00. Desde então a prefeitura publicou diversos outros decretos e implementou outras medidas de enfrentamento à pandemia. Em Bela Vista foram realizadas campanhas de incentivo ao uso da máscara, do distanciamento social e fiscalização quanto ao cumprimento das normas estabelecidas para os estabelecimentos comerciais. A vacinação contra a Covid-19 foi iniciada no dia 20 de janeiro de 2021.

6.5.2.1 Bela Vista de Goiás - Parque Sussuapara

No Parque Sussuapara, localizado no município de Bela Vista, foi observada uma movimentação mais tranquila durante a observação de campo empreendida. Na ocasião, parte das pessoas observadas estavam realizando atividades físicas, como caminhada e bicicleta, as demais estavam utilizando o parque com a finalidade de descanso e descontração.

A maior parte dos entrevistados fazia uso da máscara de proteção durante a utilização do parque. Não foi registrada nenhuma aglomeração durante a observação realizada no local. No espaço, não havia qualquer recomendação quanto aos cuidados necessários de prevenção à Covid-19 durante o uso do parque, também não foram encontradas torneiras ou recipientes de álcool em gel para higienização das mãos.

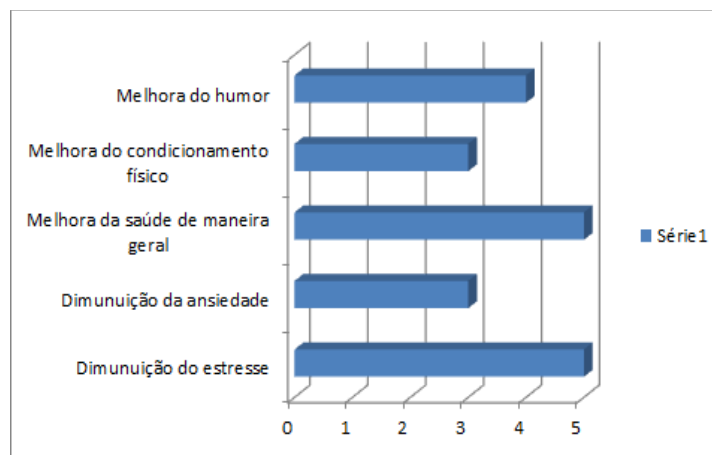
No que diz respeito à segurança em relação à contaminação da Covid-19, 60% dos indivíduos consultados considera o Parque Sussuapara um local seguro, de difícil contaminação, 20% considera o parque um espaço inseguro de alto risco de contaminação e 20% dos ouvidos informou que não possui opinião formada a respeito. Quando perguntados sobre o uso da máscara de proteção durante a permanência no parque, 80% dos indivíduos informou fazer uso do equipamento, enquanto 20% relatou não utilizar. Dentre os sujeitos que alegaram não utilizar a máscara, um deles informou não utilizar dado ao fato de estar pedalando, o outro sujeito relatou ser fumante e sentir falta de ar, e por isso não faz uso da máscara de proteção.

Ao serem perguntados se alguém de sua família ou os próprios entrevistados já foram contaminados pela Covid-19, 90% dos indivíduos relatou não ter havido nenhum caso de contaminação na família, enquanto 10% das pessoas escutadas afirmou já ter tido algum caso de contágio pela doença em sua família.

No que se refere à percepção dos usuários em relação ao movimento de pessoas no parque durante a pandemia, 10% relata a percepção de que o movimento de pessoas aumentou após o início da pandemia, 60% informa ter percebido diminuição no movimento de pessoas, 30% afirmou não perceber alteração no número de frequentadores.

Ao indagar a respeito dos possíveis benefícios a serem propiciados aos usuários pela utilização do parque, os respondentes apresentaram os seguintes resultados:

Figura 222 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Municipal de Bela Vista de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Questionados se algum fator contribuiu para incentivar a utilização do parque durante o período de pandemia, 10% dos entrevistados considerou o fechamento do comércio como fator motivador, 30% relatou o distanciamento social como aspecto estimulante, 40% apontou a necessidade de proximidade com a natureza com elemento motivador e 20% informou que nenhum fator influenciou na relação de uso do parque neste período.

6.5.3 Bonfinópolis

Em 16 de março de 2020, a prefeitura de Bonfinópolis, por meio do Decreto Nº 145, dispõe sobre uma série de medidas a serem adotadas pelo município no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Entre as ações determinadas estão realização de divulgação sobre os cuidados contra o coronavírus, proibições de eventos e aglomerações, suspensão de aulas e suspensão de atividades esportivas que geram aglomerações. Em 18 de março de 2020, por meio do Decreto Nº 15, é criado o Gabinete de Prevenção e Enfrentamento do Coronavírus. No mesmo decreto, é suspenso o funcionamento de feiras livres, de estabelecimentos comerciais como academias, bares, restaurantes, sanduicherias, dentre outros. Ademais, proíbe-se a execução de serviços de odontologia, com exceção para os atendimentos de emergência. A partir de então inúmeros decretos são publicados pela prefeitura do município, com intuito de se evitar a disseminação da Covid-19.

Uma das formas de prevenção contra a doença, foi a adoção do sistema de revezamento de funcionamento do comércio, que determinou o fechamento dos estabelecimentos por 14 dias, seguidos de período de abertura de 14 dias. Todavia, Bonfinópolis passou por uma série de etapas, contemplando fases mais rígidas e mais flexíveis de distanciamento social.

O município de Bonfinópolis, também estimulou a população a tomar os devidos cuidados a fim de se evitar a proliferação da Covid-19, utilizando postagens em redes sociais do município, alertando a sociedade quanto à necessidade do distanciamento social, uso de máscara de proteção e medidas de higienização.

6.5.3.1 Parque Ecológico de Bonfinópolis

Durante o trabalho de campo realizado no Parque Ecológico de Bonfinópolis foi possível perceber um tímido movimento de pessoas distribuídas ao longo do espaço, havendo uma maior concentração de pessoas na recém-inaugurada quadra esportiva. Além disso, detectou-se a presença de pequenos grupos de pessoas: um grupo de pessoas assistindo o jogo de futebol na quadra, um grupo de mulheres acompanhando crianças no parque infantil, um grupo de rapazes sentados nas escadas conversando entre si e jogando no celular, um grupo de pessoas sentado de frente para o lago na parte mais vazia do parque, um grupo de adolescentes com balões tirando fotografias. A Figura 223 ilustra alguns usos do espaço empreendido pela população no Parque Ecológico de Bonfinópolis.

Ressalta-se que apesar de estarem próximos uns dos outros, os indivíduos presentes no parque, em sua grande maioria não faziam uso da máscara de proteção naquele ambiente. Alguns deles, quando entrevistados, relataram estar com o equipamento de proteção no bolso. No parque não foi observada a presença de orientações relacionadas à prevenção contra a Covid-19, como uso de máscara e necessidade de distanciamento. Também não havia presença de lavatórios ou de recipientes com álcool em gel para higienização das mãos.

Figura 223 - Mosaico de Imagens de usos do Parque Ecológico de Bonfinópolis durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

Ao consultar a população sobre a sensação de segurança no Parque Ecológico de Bonfinópolis em relação à possibilidade de contaminação pela Covid-19, 40% dos entrevistados afirmaram considerar o parque um espaço seguro de difícil contaminação, ao passo que 30% considera o parque um local inseguro de alto risco de contaminação e 30% informaram não possuir opinião formada a respeito.

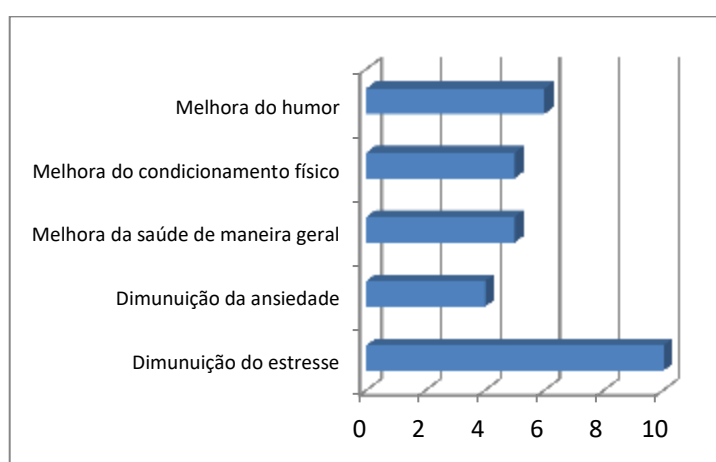
Em relação ao uso de máscara durante a permanência no parque, 20% dos entrevistados informaram fazer uso do equipamento de proteção enquanto está no ambiente, enquanto 80% das pessoas consultadas relataram não fazer uso da máscara de proteção durante a permanência no espaço. A maior parte das pessoas que não usa o equipamento alega não achar necessário por estar próximo apenas a pessoas do mesmo ciclo de convivência.

Dentre os entrevistados, 60% afirmaram já ter havido casos de contaminação pela Covid-19 em sua família, enquanto 30% afirmaram não ter havido nenhum caso de contaminação. 10% dos entrevistados se absteve de responder a esta questão.

Buscando apreender a percepção dos usuários em relação ao movimento de pessoas no parque antes e durante a pandemia, 40% dos sujeitos entrevistados afirmaram ter percebido um aumento no movimento de pessoas após o início da pandemia, 20% relataram ter percebido uma diminuição no movimento de pessoas, 20% relataram a percepção de que não houve alteração no movimento de pessoas e 20% se absteve de responder a esta questão.

Foi perguntado aos usuários do parque quais benefícios podem ser propiciados aos mesmos pela utilização do espaço. Nesse, sentido foi possível obter o seguinte quadro:

Figura 224 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Ecológico de Bonfinópolis



Fonte: Araújo (2021).

Foi perguntado aos frequentadores do Parque de Bonfinópolis se os mesmos sentiram-se motivados a frequentar o espaço durante o período de pandemia por algum dos fatores listados na pesquisa, assim 20% dos entrevistados revelaram que sentiram-se motivados pelo fechamento do comércio, 40% afirmaram terem sido motivados pelo fechamento das academias, 40% relataram terem sido motivados pelo distanciamento social e 70% dos entrevistados revelaram terem sido influenciados pela necessidade de contato com a natureza.

6.5.4 Goianápolis

No dia 03 de fevereiro de 2021, a prefeitura de Goianápolis publicou o decreto Nº 041/2021, decretando Situação de Emergência em Saúde Pública no município, em razão da disseminação do novo coronavírus. O decreto contempla medidas como distanciamento social, higienização das mãos, uso de máscaras dentre outras ações. Em 25 de fevereiro de 2021, foi publicado o decreto Nº 64/2021 restringindo atividades comerciais, esportivas e religiosas. Em 08 de março de 2021, foi publicado pela prefeitura o decreto Nº 76/2021, flexibilizando a suspensão de algumas atividades. Todavia, o Ministério Público, em face dos altos números de contaminação, óbitos e ocupações dos leitos de UTI, decide por suspender as flexibilizações autorizadas pela prefeitura.

Nos canais eletrônicos oficiais da prefeitura foram observadas poucas orientações em relação à prevenção contra a Covid-19. O município recebeu no dia 17 de abril de 2021, a visita do presidente da república, sem fazer o uso da máscara de proteção, promovendo aglomeração de pessoas durante o evento.

6.5.4.1 Parque Municipal de Goianápolis

No Parque Municipal de Goianápolis, observou-se que a maior parte das pessoas presentes no espaço não faziam uso da máscara de proteção, durante a permanência no parque. Durante a observação de campo, não houve registro de utilização do parque para prática de atividades físicas. Os usos presenciados foram lazer, descanso, contemplação e convivência. No trabalho de campo, pode-se presenciar alguns pequenos grupos de pessoas, cada um deles conversando debaixo da sombra de uma diferente árvore, algumas mulheres sentadas à beira do lago, um casal passeando pelos caminhos do parque e um rapaz descansando, também abaixo da sombra de uma outra árvore.

Não foram encontradas quaisquer orientações quanto às medidas de prevenção contra à Covid-19 durante a permanência no parque, também não havia a presença de recipientes com álcool em gel e nem torneiras para higienização das mãos.

Sobre o quesito de segurança em relação à contaminação da Covid-19, 60% dos entrevistados afirmou considerar o parque um local seguro, de difícil contaminação, 20%

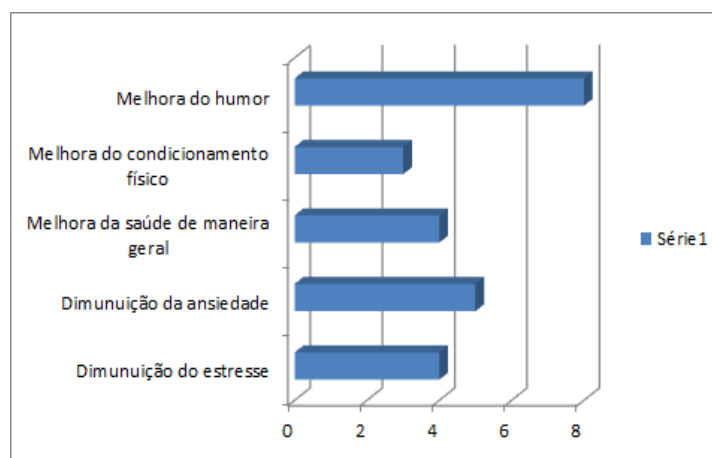
relatarem classificar o parque um local inseguro, com alto risco de contaminação e 20% dos usuários consultados informou não possuir opinião formada a respeito.

Quanto às medidas de prevenção adotadas durante a permanência no Parque Municipal de Goianópolis, 70% dos visitantes consultados informou fazer uso da máscara de proteção enquanto está no parque, enquanto 30% afirmou não fazer uso do equipamento de proteção. Dentre estes, dois indivíduos disseram não utilizar a máscara por esquecimento, e o terceiro afirmou não utilizar o equipamento de proteção por sentir falta de ar.

Na consulta sobre contaminação pela Covid-19, 20% dos entrevistados alegaram ter algum familiar que já foi contaminado, em contrapartida 80% dos indivíduos afirmou não ter havido casos de contaminação pela doença em sua família. Ao investigar a percepção dos usuários no que diz respeito ao movimento de pessoas no parque durante o período da pandemia, em comparação ao período anterior, obtiveram-se os seguintes resultados: 70% dos respondentes relata perceber uma diminuição no número de visitantes durante o período de pandemia, enquanto 30% relata a percepção de que não houve alteração na dinâmica de visitas ao parque.

Visando apreender a percepção dos usuários do parque em relação aos benefícios decorrentes de sua utilização, pode-se alcançar os seguintes resultados:

Figura 225 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Municipal de Goianópolis



Fonte: Araújo (2021).

Quando perguntados quais fatores influenciaram os usuários a visitarem o parque durante o período de pandemia, 60% dos indivíduos consultados manifestou a necessidade de contato com a natureza, 20% escolheu o aspecto do distanciamento social, 10% mencionou o

fechamento do comércio e 10% mencionou o fechamento das academias. Dentre os consultados, 3 pessoas alegaram não terem sido influenciadas por nenhum dos fatores supramencionados.

6.5.5 Goiânia

O Município de Goiânia declarou Situação de Emergência em 13 de março de 2020, por meio do Decreto 736/2020. Desde então inúmeras outras medidas foram tomadas pelo poder executivo municipal, a fim de se promover o enfrentamento à Pandemia da Covid-19, como demonstra a relação de Decretos contidos no Quadro 28.

Quadro 28 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Goiânia - GO

Número:	Data de Publicação	Ementa
Decreto 3327/2021 (Legislação em vigor, atualizada com as alterações posteriores)	08/06/2021	Mantém a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no âmbito do Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes.
Decreto 1601/2021	22/02/2021	Mantém SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia.
Decreto 1655/2020	15/09/2020	Altera os decretos que especifica e dá outras providências. (Trata da reabertura de atividades não essenciais)
Decreto 1242/2020	30/06/2020	Dispõe sobre adesão ao sistema de revezamento de atividades econômicas organizadas para a produção ou a circulação de bens e de serviços que especifica. Estabelece que a Prefeitura de Goiânia seguirá na íntegra as diretrizes divulgadas pelo Governo de Goiás no decreto número 9.685, de 29 de junho de 2020, que determinou medidas de combate ao novo coronavírus com revezamento intermitente. Ficam suspensas as atividades por 14 dias seguidos a partir de 30/6, Sendo assim, a primeira etapa de fechamento segue até dia 13/7, com segmentos permitidos sendo reabertos no dia 14/7. Depois disso, segue-se um modelo alternado de abertura e isolamento de 14 dias em 14 dias sucessivamente.
Decreto 1187/2020 (Revogado)	19/06/2020	Flexibilização de novos segmentos em Goiânia - Altera os Decretos que especifica e dá outras providências. Reabre novos segmentos de forma segura e estabelece rígidos protocolos de segurança. No dia 22 de junho, voltam a funcionar shoppings centers, galerias, centros comerciais, os setores varejista e atacadista e os espaços onde atuam profissionais liberais. No dia 30 de junho, voltam a funcionar os estabelecimentos da região da 44.
Decreto 1313/2020	13/06/2020	Estabelece normas para o retorno das atividades econômicas e não econômicas após o período de suspensão para a prevenção e enfrentamento da pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

Decreto 1113/2020 (Revogado)	29/05/2020	Flexibilização do comércio - Mercados Municipais, área administrativa das imobiliárias, treinos de futebol profissional. Estabelece as regras de reabertura de alguns segmentos dentro do plano do retorno seguro de setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção da covid-19. A partir da segunda-feira (1º/06) retornam a área administrativa das imobiliárias; mercados públicos municipais e centros de treinamento de atletas profissionais de times oficiais de futebol.
Decreto 1050	18/05/2020	Estabelece horários de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços; dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento e de prevenção pandemia da COVID-19 nos serviços de transporte público coletivo, no âmbito do Município de Goiânia, e dá outras providências.
Decreto 951/2020	28/04/2020	Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da crise provocada pela pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) nos serviços de transporte público e coletivo e recomenda horários de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, no âmbito do Município de Goiânia.
Decreto 950/2020	28/04/2020	Institui a Central de Fiscalização COVID-19, de natureza temporária, para intensificar as ações fiscalizatórias e coibir as atividades e condutas incompatíveis com as ações de combate à pandemia da COVID-19, no Município de Goiânia.
Decreto 833/2020	26/03/2020	Adota como medida administrativa para enfrentamento da situação de emergência em razão do COVID-19, a designação temporária do Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara para internação dos casos de síndrome respiratória aguda grave.
Decreto 784/2020	26/03/2020	Altera o Decreto nº 751, de 16 de março de 2020, que Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia.
Decreto 847/2020	26/03/2020	Dispõe sobre a realização de obras públicas no Município de Goiânia durante a pandemia de COVID-19
Decreto 799/2020	23/03/2020	Declara SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Município de Goiânia.
Decreto 751/2020	16/03/2020	Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento.
Decreto 736/2020	13/03/2020	Declara Situação de Emergência.

Fonte: Prefeitura de Goiânia (2021) Org.: Araújo (2021).

6.5.5.1 Parque Areião

No Parque Areião pode-se registrar um movimento bastante intenso de pessoas. Muitas delas realizando atividades físicas (caminhada, corrida, bicicleta, patins). Outras pessoas utilizando o espaço para fins de passeio ou contemplação. Uma situação que chamou bastante atenção foi a considerável quantidade de crianças brincando no parquinho presente no interior do parque, acompanhadas de seus respectivos responsáveis, ocasionando uma pequena aglomeração, onde crianças brincavam livremente sobre os mesmos brinquedos, mantendo contato umas com as outras sem qualquer tipo de proteção contra o coronavírus.

No Parque Areião, a maioria das pessoas também utilizava máscara, entretanto foram registradas várias situações de pessoas sem o equipamento de proteção ou utilizando de maneira incorreta. Além disso, também foram observadas aglomerações de pequenos grupos reunidos para realizar atividades físicas. A Figura 226 ilustra algumas situações capturadas durante pesquisa em campo.

Figura 226 - Mosaico de Imagens de usos do Parque Areião durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

À época dos primeiros trabalhos de campo, não foi registrada qualquer orientação quanto às medidas de segurança a serem adotadas no parque, em virtude da pandemia. Contudo, o parque veio a ser sinalizado no segundo semestre de 2020, com orientações a respeito da necessidade do distanciamento e do uso de máscara. Além disso, o parque dispõe de sanitários com lavatórios possibilitando aos seus usuários, a devida higienização das mãos.

Consultadas sobre o risco de contaminação durante o uso do parque, 60% dos usuários entrevistados relatou considerar o parque um local seguro de difícil contaminação, já 40% das pessoas consultadas declarou não possuir opinião formada a respeito.

Ao serem indagados sobre medidas protetivas em relação à Covid-19, durante a permanência no Parque Areião, 90% dos entrevistados relatou fazer uso da máscara de proteção enquanto visitam o parque, ao contrário de 10% dos entrevistados que alegou não

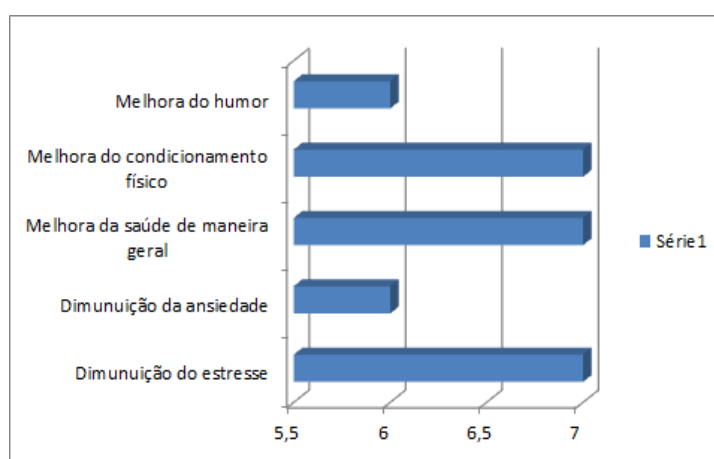
utilizar. Duas das pessoas que responderam positivamente ao uso da máscara, salientaram que costumam retirá-la quando não estão próximas a outras pessoas no parque.

No que se refere à contaminação pela Covid-19, 40% das pessoas consultadas alegaram ter ocorrido casos de contaminação em sua família, contrapondo-se a 60% dos entrevistados que afirmaram que não houve casos de contaminação pela doença em seu ambiente familiar.

Visando capturar a percepção dos usuários do parque em relação a movimentação de pessoas durante o período da pandemia da Covid-19, tendo como parâmetro o período antecedente a ela, foram alcançadas as seguintes percepções: 10% dos entrevistados acredita ter ocorrido um aumento no número de visitantes do parque, 70% dos entrevistados julga ter ocorrido uma diminuição do número de frequentadores do espaço, 10% relata não ter ocorrido alteração no movimento de pessoas que frequentam o ambiente e 10% se absteve de avaliar esta questão.

Investigou-se junto aos usuários do Parque Areião possíveis benefícios gerados pela utilização do mesmo. Com esta indagação foi possível a elaboração do seguinte cenário:

Figura 227 – Gráficos contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Areião em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Ao serem questionados sobre a possibilidade de algum fator ter influenciado na decisão de fazer uso do parque durante o período de pandemia da Covid-19, duas pessoas mencionaram ter sido influenciadas pelo “fechamento do comércio”, uma pessoa mencionou ter sido influenciada pelo “fechamento das academias”, três pessoas relataram ter sido

influenciadas pela “necessidade de proximidade com a natureza”. Os demais entrevistados alegaram não se sentir influenciados por nenhum dos fatores mencionados.

6.5.5.2 Parque Flamboyant

O Parque Flamboyant foi um dos espaços onde se pode observar maior número de pessoas reunidas. Nele, encontrou-se uma variedade de usos pela população, como práticas de atividades físicas (individuais e em grupo), passeio, passeio com animais de estimação, piquenique, comemorações de aniversário e ensaios fotográficos.

Nas práticas físicas, percebeu-se algumas situações de pessoas aglomeradas, cabendo salientar que diversas das pessoas presentes, estavam sem utilizar a máscara de proteção ou fazendo o uso inadequado.

Nos primeiros trabalhos de campo não foram encontradas no parque qualquer informação destinada a orientar à população sobre os devidos cuidados para evitar a contaminação pela Covid-19, durante a permanência no espaço. Todavia, no decorrer das visitas ao parque, notou-se que foram instalados avisos orientando à população sobre a prevenção contra a doença. Ademais, constatou-se a presença de banheiros permanentes no parque Flamboyant, com lavatórios, permitindo a higienização das mãos da população visitante.

Figura 228 - Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Flamboyant durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

Ao buscar apreender a percepção dos usuários do parque em relação ao risco de contaminação pela Covid-19, 90% dos sujeitos entrevistados relatou classificar o parque como um espaço seguro, de difícil contaminação, 10% afirmou considerar o parque um espaço inseguro, oferecendo alto risco de contaminação. Um dos indivíduos entrevistados salientou que apesar de considerar o parque um ambiente seguro para quem faz atividades físicas, pondera o alto risco de contaminação oferecido para as crianças que utilizam o parque, mencionando o exemplo dos brinquedos infantis, com constante aglomeração de crianças, que além de estarem sem máscara, manuseiam equipamentos comuns e mantêm alto nível de contato físico entre as mesmas.

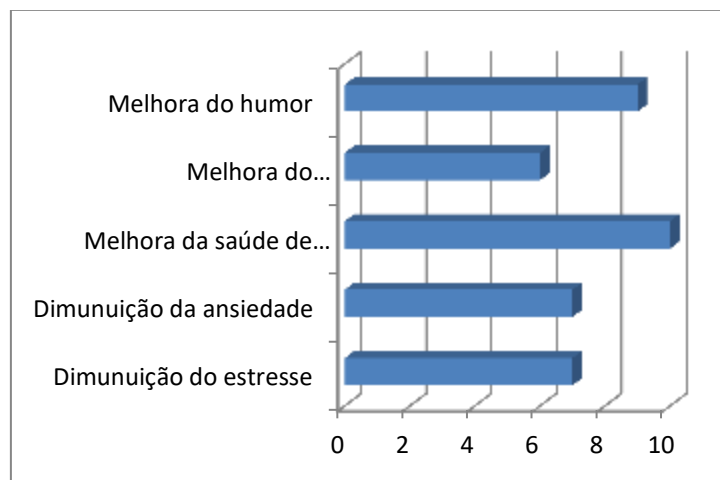
Quando questionados a respeito do uso de máscara de proteção contra a Covid-19, 100% dos entrevistados foram unânimes ao afirmar que fazem uso do equipamento de proteção durante a permanência no parque.

Ao investigar as contaminações por Covid-19 por parte dos usuários do parque e de seus familiares, 40% dos entrevistados informaram já ter havido alguma contaminação em sua família, os demais 60% afirmaram que não houve nenhum registro de contaminação entre seus familiares.

Analisando a percepção dos usuários sobre o movimento de pessoas no Parque Flamboyant durante o período de pandemia, 40% dos entrevistados apresenta a percepção de que o número de visitantes aumentou durante o período da pandemia quando comparado a período anterior a ela, 50% relata a percepção de diminuição do número de pessoas que visitam o parque, 10% se absteve de avaliar esta questão.

Quando consultados sobre os diferentes tipos de uso empreendidos junto ao Parque Flamboyant, foi possível obter o seguinte panorama:

Figura 229 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Flamboyant em Goiânia



Fonte: Araújo (2021).

Foi perguntado aos entrevistados se algum fator contribuiu para influenciá-los a fazer uso do parque durante o período de pandemia. Diante deste questionamento, o item “fechamento do comércio” foi escolhido por 2 pessoas, o item “fechamento das academias” também foi indicado por 2 pessoas, o aspecto “distanciamento social” foi escolhido por 3 indivíduos e o item “necessidade de proximidade com a natureza” foi indicado por 4 respondentes.

6.5.5.3 Lago das Rosas

No Parque Lago das Rosas foi possível apreender uma grande quantidade de pessoas frequentando o espaço. Neste local, foi possível detectar diferentes formas de uso e apropriação do Parque, como pessoas jogando bola, fazendo piquenique, contemplando o lago, passeando com cachorros, namorando e passeando com crianças. Entretanto, assim como os demais, a caminhada e a corrida se destacam como principais modalidades de utilização do parque. Em menor proporção havia pessoas andando de bicicleta e fazendo exercícios funcionais, orientados por profissionais de educação física.

Também foi possível observar a abertura de algumas lanchonetes ao longo do parque. Entretanto, foi possível observar que os comerciantes dos estabelecimentos tomavam as medidas de segurança necessárias à prevenção contra o contágio do coronavírus.

No Lago das Rosas foi detectada a presença de lavatórios, instalados com intuito de possibilitar a higienização das mãos dos usuários do parque, como parte das medidas previstas no protocolo de prevenção à Covid-19. Também foram observadas orientações à população em relação aos cuidados a serem tomados durante o uso do parque em período de pandemia, embora as mesmas tenham sido instaladas após alguns meses do início da pandemia, conforme se constatou nas visitas a campo.

Figura 230 – Placa de orientação sobre a prevenção da Covid-19 no Lago das Rosas



Fonte: Araújo (2021).

Figura 231 – Lavatório instalado no Lago das Rosas durante o período de pandemia da Covid-19



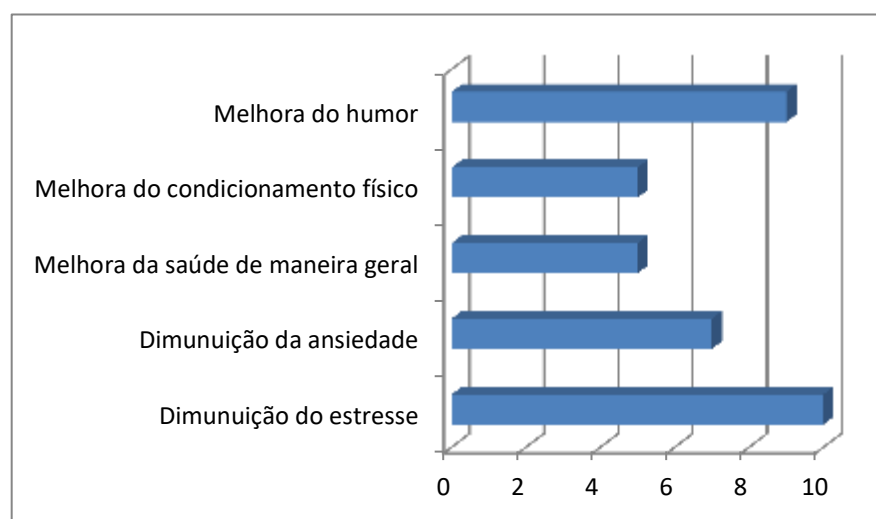
Fonte: Araújo (2021).

Ao se perguntar aos frequentadores do Lago das Rosas se os mesmos consideram o parque um espaço seguro durante a pandemia, 90% dos entrevistados classificaram o Lago das Rosas como um ambiente seguro, de difícil contaminação, enquanto 10% afirmou considerar o espaço um ambiente inseguro, com alto risco de contaminação.

Questionados sobre o uso da máscara de proteção contra a Covid-19 durante a permanência no Lago das Rosas, 80% dos entrevistados afirmou fazer uso do equipamento de proteção e 20% afirmou não fazer uso do EPI enquanto está no parque.

Na entrevista, também foi perguntado se usuários do parque ou membros de sua família já se haviam contaminado pela Covid-19. Assim, 30% dos entrevistados responderam positivamente a esta questão, enquanto 70% dos sujeitos consultados alegaram não terem contraído a doença.

Figura 232 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Lago das Rosas em Goiânia



Fonte: Araújo (2021)..

6.5.5.4 Parque do Leolídio di Ramos Caiado/Goiânia 2

Nas visitas realizadas durante o período de pandemia no ano de 2020, o Leolídio di Ramos Caiado apresentou expressiva movimentação de pessoas durante as visitas de campo realizadas. Durante as observações, registrou-se a presença de inúmeras pessoas realizando atividades físicas, bem como utilizando o parque para fins de lazer e contemplação.

Observou-se a presença de pessoas de diferentes idades, com predominância de jovens e adultos, mas também havia idosos e crianças no local.

Neste Parque, observou-se que equipamentos comuns (parque infantil e equipamentos de ginástica) foram inicialmente proibidos de serem utilizados pela população, sendo sinalizados com faixa zebreada, todavia ao passar dos meses iniciais da pandemia, foram liberados para uso, conforme constatado em trabalhos de campo. Foi observada a ausência de recipientes com álcool em gel, todavia no parque registrou-se a presença de lavatórios nos sanitários, possibilitando a higienização das mãos dos usuários do parque.

Figura 233 – Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Leolídio Ramos di Caiado durante o período de Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

Durante as visitas realizadas ao parque Leolídio di Ramos Caiado foram observadas realidades diversas. De acordo com as observações, o Parque costumava apresentar maior movimento de pessoas no período compreendido entre 18h e 21h. As imagens exibidas acima mostram momentos mais tranquilos de visita devido ao horário em que as fotografias foram realizadas, pela parte da manhã. No mosaico de imagens apresentadas pode-se observar, algumas pessoas caminhando, uma pessoa em momento de descanso e contemplação ambiental, uma pessoa deitada na rede aramada nas árvores do parque e dois bombeiros militares realizando treinamento com cão farejador.

Figura 234 – Mosaico de Imagens de Equipamentos interditados no Parque Leolídio Ramos di Caiado em virtude da pandemia da Covid-19, durante o primeiro semestre de 2020



Fonte: Araújo (2021).

Buscando compreender a visão dos usuários do parque no que diz respeito ao risco de contaminação pela Covid-19, foi perguntado aos mesmos o quanto consideram o espaço um ambiente seguro para se frequentar durante o período de pandemia. Deste modo, 80% dos entrevistados afirmaram classificar o parque como um ambiente seguro de difícil

contaminação, enquanto 20% das pessoas consultadas informou não possuir opinião formada a respeito.

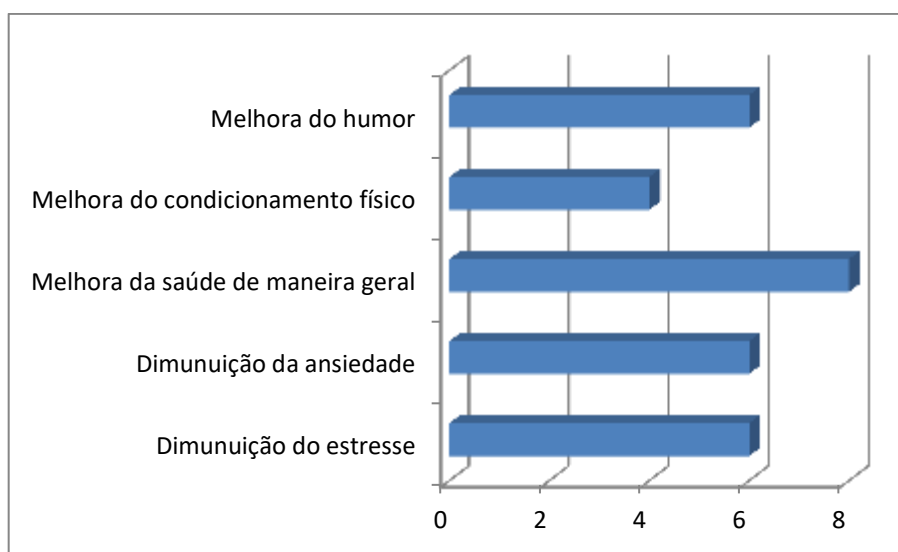
No que se refere ao uso da máscara de proteção durante a permanência no parque Leolídio Ramos di Caiado, 90% das pessoas consultadas afirmou fazer uso do equipamento de proteção individual durante visita ao espaço, contrapondo-se a 10% dos entrevistados que relatou não fazer uso do equipamento, alegando que o mesmo não possui eficácia ao ser utilizado em um espaço aberto como o parque urbano.

Ao serem perguntados sobre casos de contaminação pela Covid-19 em sua família, 60% dos entrevistados afirmou já ter ocorrido pelo menos algum caso de contaminação pela doença em membros de sua família, os demais 40% dos sujeitos consultados relatou que nenhum de seus familiares foi contaminado pela Covid-19.

Quando indagados a respeito do movimento de pessoas no parque, antes e durante a pandemia, 70% dos indivíduos entrevistados afirmou ter percebido um aumento no número de frequentadores do parque durante a pandemia da Covid-19, 10% dos sujeitos consultados afirmou ter percebido uma diminuição do número de visitantes do parque, enquanto 20% dos entrevistados relatou a percepção de que não houve alteração do movimento de pessoas no referido espaço.

Consultados a respeito dos benefícios que a utilização do Parque Leolídio Ramos di Caiado pode oferecer ao seus frequentadores foi possível obter o resultado expresso na Figura 235.

Figura 235 - Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Leolídio Ramos di Caiado



Fonte: Araújo (2021).

Quando indagados a respeito da possibilidade de alguns fatores terem exercido influência na opção pela utilização do Parque Leolídio Ramos di Caiado durante o período de pandemia, o fator “fechamento do comércio” foi mencionado por 1 pessoa, o fator “fechamento das academias” foi escolhido por 4 usuários, o aspecto “distanciamento social” foi mencionado por 6 pessoas dentre os entrevistados e o fator “necessidade de proximidade com a natureza” foi mencionado por 3 dos frequentadores entrevistados.

6.5.5.5 Parque Vaca Brava/Sulivan Silvestre

No Parque Vaca Brava, pode-se observar um fluxo intenso de pessoas. A maior parte delas utilizando o parque para a prática de atividade física, como caminhada e corrida. Notou-se, ainda, que muitas pessoas estavam no parque para passear com seus animais de estimação. Pode-se observar pessoas de todas as idades, com predominância da população adulta.

Nesse espaço foi possível observar a presença de diversos grupos de pessoas praticando atividades físicas conjuntamente. Cabe salientar que nem todos os grupos estavam respeitando o devido distanciamento. Além de não respeitar a distância mínima de segurança contra o contágio da Covid-19, observou-se que diversas pessoas, mesmo em grupo, não faziam uso de máscara de proteção. A Figura 236 ilustra alguns usos empreendidos pela população capturados durante trabalho de campo.

Figura 236 – Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Vaca Brava durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

Durante as observações de campo empreendidas no parque, notou-se que os equipamentos de ginástica estavam liberados para uso. O espaço destinado ao parque infantil ainda encontrava-se fechado. Não havia nenhuma recomendação à população em relação aos cuidados contra o coronavírus. Cabe destacar que nos meses posteriores foram instaladas placas orientando quanto à prevenção do Coronavírus, recomendando uso de máscara e distanciamento social. Também não foi detectada a presença de lavatórios ou recipientes com álcool em gel para higienização das mãos dos usuários do parque. A Figura 237 retrata equipamentos restritos e liberados para uso no parque observados durante trabalho de campo.

Figura 237 – Mosaico de Imagens de equipamentos restritos e liberados no Parque Vaca Brava durante a pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

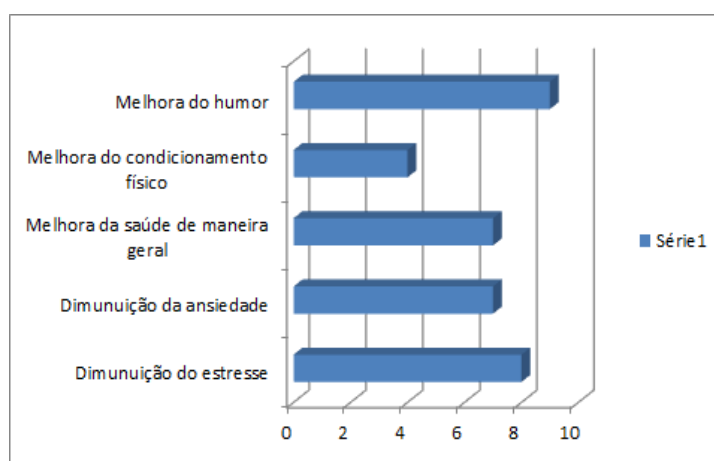
No que se refere ao risco de contaminação pela Covid-19, 60% dos sujeitos entrevistados classificou o parque como um espaço seguro, de difícil contaminação, em contraposição a 40% dos indivíduos que afirmou considerar o parque um local inseguro, que oferece alto risco de contaminação pela doença. No que se refere às medidas protetivas, 100% dos entrevistados alegou fazer uso da máscara de proteção durante a permanência no parque Sullivan Silvestre.

Indagados sobre casos de contaminação pela Covid-19 por parte de integrantes da família, 60% afirmou já ter ocorrido pelo menos um caso de contaminação entre seus familiares, enquanto 40% relatou a inexistência de contaminação pela doença em algum de seus familiares.

Avaliando o movimento de pessoas no parque antes e depois da pandemia, por meio da percepção apresentada pelos usuários, 20% dos entrevistados afirmou perceber uma diminuição no movimento de pessoas no parque durante a pandemia, 40% alegou perceber um aumento no número de visitas ao espaço e 40% dos entrevistados relatou a percepção de que não houve alteração significativa no movimento de pessoas.

Os indivíduos foram consultados, procurando se compreender a relação estabelecida entre uso do parque e possíveis benefícios gerados aos seus frequentadores, a partir desta consulta foi possível elaborar o seguinte cenário:

Figura 238 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Vaca Brava em Goinia



Fonte: Araújo (2021).

Alguns aspectos foram elencados aos usuários do parque, com a intenção de investigar se algum deles constituiu fator de influência para uso do Parque Sulivan Silvestre durante o período de pandemia. Os 10 usuários entrevistados apresentaram as seguintes respostas: O fator “fechamento do comércio” foi mencionado por 1 indivíduo, o fator “fechamento das academias” foi citado por 2 indivíduos, o fator “isolamento social” foi citado por 3 pessoas e o fator “necessidade de proximidade com a natureza” foi mencionado por 7 pessoas, dentre os entrevistados.

6.5.6 Goianira

No dia 16 de março de 2020, a prefeitura de Goianira emite um Comunicado à população informando o adiamento de shows e eventos, como o aniversário de 98 anos da cidade e mutirões nos bairros. Além disso, publica-se o Decreto Nº 71/2020, que suspende também as aulas em creches e escolas municipais. Em 21 de abril de 2020, é publicado pela prefeitura o decreto Nº 101/2020, reiterando a situação de emergência no município, flexibilizando o funcionamento de estabelecimentos comerciais, indicando uma série de

restrições e medidas de prevenção. No dia 02 de julho de 2020, a prefeitura de Goianira publicou o Decreto Nº 134/2020, adotando o sistema de revezamento das atividades econômicas do município em função da pandemia do coronavírus.

Em 14 de julho de 2021, também por meio do Decreto Nº 140/2021, a prefeitura de Goianira estabelece normas para o retorno das atividades econômicas e não econômicas após a suspensão em virtude da pandemia da Covid-19.

No dia 25 de fevereiro de 2021, a prefeitura publicou o Decreto Nº 46/2021, reiterando a situação de emergência no município e determinando novas medidas no combate ao coronavírus. Dois dias depois, a prefeitura publica o Decreto Nº 47/2021 determinando o fechamento, por 7 dias, de todos os estabelecimentos comerciais não essenciais. Em 7 de março, a prefeitura volta a determinar novo período de *Lockdown*, por meio do Decreto Nº 50/2021. No dia 14 de março, foi determinado o fechamento dos estabelecimentos não essenciais por mais 14 dias. O decreto Nº 62/2021 estende o *Lockdown* até o dia 30 de março de 2021. Em 30 de março é publicado o Decreto Nº 70/2021, que estabelece normas para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, a fim de se prevenir o contágio pela Covid-19. Em 13 de abril de 2021, a prefeitura informa que seguirá na íntegra o decreto estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em virtude da disseminação do vírus.

O município realizou diversas ações de testagem da população, campanhas de incentivo ao uso da máscara de proteção e ações de fiscalização. A prefeitura também instalou cabines de desinfecção e totens de álcool em gel em locais de grande aglomeração na cidade.

6.5.6.1 Lago Lalacci Umberto Donato

O Trabalho de campo realizado no município de Goianira junto ao espaço que sedia o Lago Lalacci Umberto Donato apreendeu um movimento considerável número de pessoas no espaço, entretanto, sem gerar muitas aglomerações. As pessoas presentes no espaço estavam reunidas em pequenos grupos familiares ou de amigos. Em relação ao uso de máscaras no local, algumas pessoas faziam uso do equipamento e outras não.

Conforme informações repassadas pelas pessoas presentes no espaço, o Lago estava interditado para acesso ao público até o mês de abril de 2021, em virtude da pandemia.

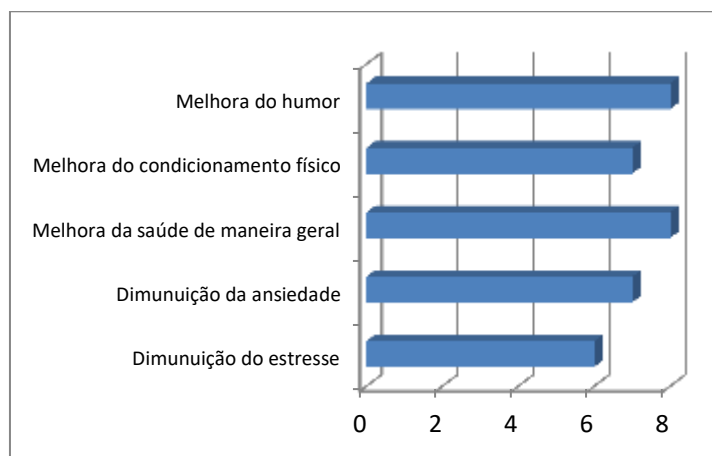
Quando questionados sobre o quesito segurança no que diz respeito à possibilidade de contaminação pela Covid-19, 40% das pessoas entrevistadas relataram perceber o Lago como um local seguro, de difícil contaminação, 40% dos entrevistados afirmaram considerar o espaço do Lago, um local inseguro, com alto risco de contaminação, enquanto 20% dos entrevistados afirmou não possuir opinião formada a respeito.

No que diz respeito ao uso da máscara durante a permanência no parque, metade dos entrevistados afirmou fazer uso do equipamento enquanto está no espaço, já a outra metade afirmou não utilizar a máscara de proteção.

Investigando a percepção dos usuários do espaço em relação ao movimento de pessoas no Lago Lalacci Umberto Donato, em período anterior e posterior ao início da pandemia apreendeu-se que 10% dos entrevistados relatou ter percebido um aumento de visitantes no espaço analisado, 30% das pessoas consultadas alegaram a percepção de uma diminuição no movimento de pessoas no espaço e 20% dos sujeitos consultados afirmaram não terem percebido alterações no movimento de frequentadores do lago.

Na investigação sobre possíveis benefícios para a vida dos entrevistados advindos do uso do lago, foi possível encontrar o cenário exposto no seguinte quadro:

Figura 239 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Lago Lalacci Umberto Donato



Fonte: Araújo (2021).

Os usuários do lago também foram questionados, na busca por compreender se houve ou não influência de algumas medidas adotadas durante a pandemia na busca pela utilização desse espaço, dessa forma, 30% dos entrevistados informaram terem sido influenciados pelo fechamento das academias, 30% afirmou que a necessidade de distanciamento social os

influenciaram a utilizar o espaço, enquanto 40% dos entrevistados relataram terem sido influenciados pela necessidade de contato com a natureza.

6.5.7 Inhumas

A prefeitura de Inhumas, por meio do Decreto Municipal Nº 90 de 18 de março de 2020, decreta situação de emergência na saúde pública do município em virtude da pandemia da Covid-19. O Decreto Nº 91/2020, suspende diversas atividades econômicas no município e demais atividades que geram aglomeração de pessoas. Além disso, o documento estabelece protocolos visando à prevenção contra a contaminação pelo coronavírus. Em 21 de abril de 2020, por meio do Decreto Nº 126, reitera-se a situação de emergência vivida pelo município. No dia primeiro de julho de 2020, a prefeitura publica o Decreto Nº 156, dispondo sobre o sistema de revezamento de atividades econômicas no município, em virtude da pandemia. Em 27 de julho de 2020, a prefeitura publica o Decreto Nº 167, que permite o funcionamento das atividades econômicas, estabelecendo entretanto normas sanitárias a fim de evitar a proliferação do coronavírus. Em 05 de outubro de 2020 a prefeitura publica um novo decreto, o Nº 221, com normas de funcionamento para atividades econômicas e não econômicas. Desde então, a prefeitura de Inhumas continuou a publicar diversos outros decretos estabelecendo normas para o funcionamento das atividades econômicas e não econômicas no município.

O município de Inhumas também emitiu Notas Técnicas e protocolos contendo recomendações para prevenção e o controle de infecções pelo novo coronavírus. O município também atuou por meio de ações de fiscalização e de incentivo ao distanciamento social, ao uso da máscara e à vacinação.

6.5.7.1 Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges

Sobre o aspecto de segurança em relação ao uso do parque durante o período de pandemia da Covid-19, 20% dos entrevistados afirmaram considerar o parque um local seguro, de difícil contaminação, 60% relataram considerar o parque um espaço inseguro, de alto risco de contaminação, enquanto 20% dos entrevistados afirmaram não possuir uma opinião formada a respeito.

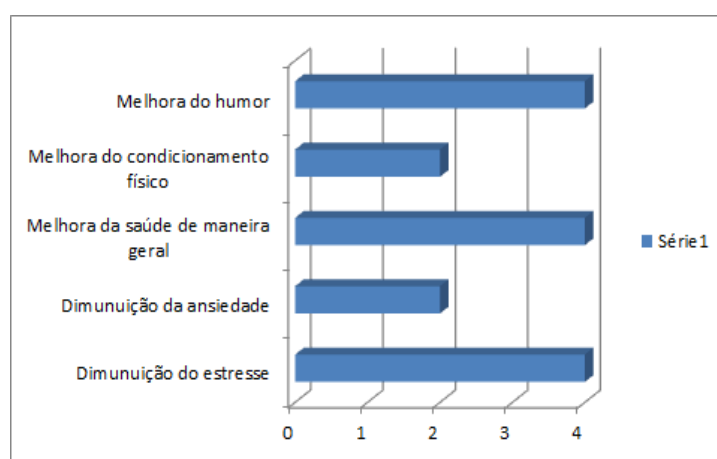
Em relação à utilização da máscara de proteção durante o uso do parque, 60% dos entrevistados afirmou fazer uso do equipamento, contra 40% dos respondentes que afirmou não utilizar. Dentre os últimos, um dos entrevistados disse que não utiliza porque se esquece de colocar. Outro respondente informou que embora não utilize máscara de proteção, procura visitar o parque em horários menos frequentados.

No aspecto de contaminação de familiares pela Covid-19, 30% dos indivíduos relatou casos de doença na família, enquanto 60% afirmou não haver nenhum caso de contágio entre os familiares.

No que tange à percepção dos usuários em relação ao movimento de pessoas no Parque Luzio de Freitas durante a pandemia, 40% dos respondentes acredita que o movimento de pessoas aumentou em relação aos meses anteriores à março de 2020, 20% dos sujeitos acredita que o movimento de pessoas diminuiu, enquanto 40% dos visitantes informou não conseguir realizar esta avaliação.

Ao serem perguntados sobre os benefícios que o Parque proporciona aos usuários foi alcançado o seguinte quadro:

Figura 240 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges



Fonte: Araújo (2021).

Tendo sido questionados sobre quais fatores contribuíram para a utilização do parque durante o período de pandemia, 10% dos usuário informou que o fechamento do comércio foi um fator de influência, 20% alegou que o fechamento das academias constituiu um elemento

de estímulo, 40% escolheu o distanciamento social como um agente influenciador, enquanto 20% dos entrevistados mencionou a necessidade de contato com a natureza.

6.5.8 Nerópolis

No dia 16 de março de 2020, a prefeitura de Nerópolis declarou Situação de Emergência em saúde pública, por meio do Decreto Nº 114/220, que também dispõe sobre medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Em 22 de março, a prefeitura publicou o Decreto nº 130/2020 contendo medidas complementares para o enfrentamento à pandemia da Covid-19. Desde então, a prefeitura de Nerópolis publicou inúmeros decretos com regras de restrição ao funcionamento de atividades não essenciais, a fim de evitar a proliferação da doença, recepcionando os decretos estaduais que versavam sobre o tema, como o Decreto Estadual nº 9645/2020, de 06 de abril de 2020 e o Decreto Estadual nº 9803/2021, de 20 de janeiro de 2021, que também impunham restrições de funcionamento de atividades não essenciais. O quadro 29 expõe os principais decretos publicados pela Prefeitura de Nerópolis no enfrentamento à Pandemia da Covid-19.

Quadro 29 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Nerópolis- GO

Número	Data de Publicação	Ementa
Decreto 431/2021	02/07/2021	Altera art. 8 do decreto municipal 413/2021
Decreto 430/2021	01/07/2021	Prorroga suspensao de atendimento presencial ao publico em orgaos do poder executivo
Decreto 427/2021	29/06/2021	Prorroga estado de calamidade publica no municipio de neropolis
Decreto 429/2021	29/06/2021	Prorroga prazo decreto 413-2021
Decreto 413/2021	14/06/2021	Medidas a serem adotadas em razao da covid-19
Decreto 399/2021	07/06/2021	Dispoe sobre medidas a serem adotadas em razao do covid-19
Decreto 364/2021	28/05/2021	Prorroga prazo vigencia decreto 326-2021
Decreto 353/2021	21/05/2021	Prorroga prazo do decreto 326-2021
Decreto 326/2021	07/05/2021	Novas medidas e normas de flexibilizacao comercio enfrentamento ao covid-19
Decreto 317/2021	05/05/2021	Prorroga suspensao atendimento presencial
Decreto 282/2021	21/04/2021	Revoga decreto 281-2021 e da outras providencias
Decreto 283/2021	21/04/2021	Medidas a serem adotadas e normas de flexibilizacao comercio covid-19
Decreto 281/2021	20/04/2021	Mantem situacao de emergencia com novas flexibilizações
Decreto 248/2021	05/04/2021	Mantem situacao de emergencia em saude publica e nota tecnica 003/2021
Decreto 231/2021	19/03/2021	Prorroga prazo do decreto 212-2021 - situacao de emergência
Decreto 213/2021	10/03/2021	Dispoe sobre retificacao no decreto 213
Decreto 212/2021	09/03/2021	Mantem situacao de emergencia em saude publica no municipio de neropolis
Decreto 156/2021	28/01/2021	Recepciona decreto estadual no 9803-2021
Decreto 505/2020	29/12/2020	Prorroga estado de calamidade publica no municipio de neropolis
Decreto 396/2020	15/10/2020	Horas extras – cemitério

Decreto 380/2020	18/09/2020	Horas extras cemitério
Decreto 360/2020	24/08/2020	Prorroga suspensão de atendimento ao público
Decreto 310/2020	13/08/2020	Altera composição do decreto 142/2020 - comitê de enfrentamento a covid-19
Decreto 311/2020	13/08/2020	Altera inciso vi, do art. 2o, do decreto 180-2020
Decreto 296/2020	27/07/2020	Prorroga suspensão de atendimento em órgãos públicos
Decreto 279/2020	10/07/2020	Revogação parcial do decreto 276 e reestabelecimento dos decretos 180 e 252-2020
Decreto 276/2020	05/07/2020	Restrição do comércio semanal e fins de semana
Decreto 270/2020	23/06/2020	Prorroga período de suspensão de atendimento presencial ao público
Decreto 255/2020	03/06/2020	Reitera prazo de suspensão de atendimento ao público
Decreto 232/2020	18/05/2020	Reitera prazo de suspensão de atendimento ao público
Decreto 234/2020	18/05/2020	Prorroga flexibilização de atividades maio
Decreto 209/2020	23/04/2020	Suspensão de atendimento ao público
Decreto 175/2020	15/04/2020	Calamidade pública covid 19
Decreto 165/2020	06/04/2020	Recepção decreto estadual no 9.645/2020
Decreto 142/2020	03/04/2020	Cria comitê de enfrentamento ao covid-19
Decreto 130/2020	22/03/2020	Estabelece novos procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo poder executivo municipal de Nerópolis de enfrentamento a pandemia do novo coronavírus (covid- 19)
Decreto 126/2020	19/03/2020	Medidas complementares ao enfrentamento ao covid-19
Decreto 114/2020	16/03/2020	Situação de emergência - covid 19

Fonte: Nerópolis (2021) Org.: Araújo (2021)

A prefeitura de Nerópolis promoveu ainda distribuição de máscaras de proteção para a população, ações de orientação sobre a prevenção contra a disseminação do coronavírus e fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas pela prefeitura.

6.5.8.1 Parque da Manhã

Durante a visita realizada no Parque da Manhã, os principais usos detectados do parque naquele momento foram realização de atividades físicas e convivência social, enquanto algumas pessoas faziam caminhada ao redor do parque, outras estavam sentadas nos bancos do parque, conversando com outras pessoas. A maior parte das pessoas observadas no parque não faziam uso da máscara de proteção. Não havia restrição quanto ao uso dos equipamentos de ginástica coletiva presentes no parque.

Não foi detectado nenhum tipo de orientação aos usuários em relação aos protocolos de segurança contra a Covid-19 a serem adotados durante o uso do parque. Também observou-se a ausência de recipientes com álcool em gel e torneiras para a higienização das mãos.

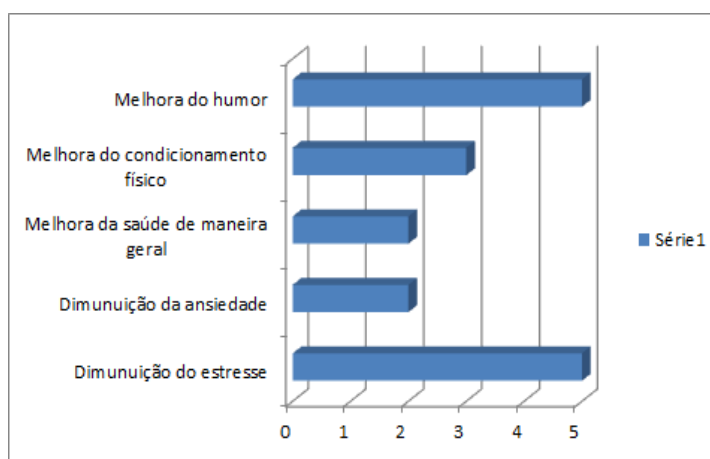
No que se refere ao uso do parque no período da pandemia da Covid-19, 80% dos entrevistados consideram o parque um local seguro de difícil contaminação, 10% deles percebem o parque como um local inseguro que oferece alto risco de contágio da doença, os outros 10% informaram não possuir opinião formada a respeito.

Quanto ao uso de máscara de proteção durante a permanência no parque, 60% dos respondentes afirmou utilizar o equipamento no parque, ao contrário dos outros 40% que informou não utilizar. Três pessoas justificaram o não uso da máscara durante visitação ao parque, a primeira informou não utilizar pelo fato de esquecer-se, a segunda pessoa atribuiu a justificativa à rinite alérgica, relatando inc modo quanto ao uso da máscara. A terceira pessoa informou que não gosta de usar a máscara por sentir-se sufocada.

Quando questionados se em sua família já houve algum ente contaminado pela Covid-19, 60% dos entrevistados informou que sim, enquanto 40% respondeu negativamente a esta questão. Ao serem perguntados sobre o movimento de pessoas no parque durante a pandemia, as respostas obtidas foram as seguintes: 30% dos entrevistados relataram perceber aumento no número de visitantes durante a pandemia, 50% alega a percepção de diminuição do movimento de pessoas no parque neste período. Os demais 20% não manifestaram opinião.

Ao serem perguntados sobre possíveis benefícios proporcionados a cada indivíduo pelo uso do parque, alcançou-se o seguinte cenário:

Figura 241 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque da Matinha - Nerópolis



Fonte: Araújo (2021).

Ao se investigar a possível influência de alguns fatores na utilização do parque durante o período de pandemia, 10% dos respondentes indicou o fechamento do comércio como elemento estimulador ao uso do parque, 30% dos entrevistados relatou sentir-se estimulado a visitar o parque em virtude do distanciamento social, 30% informou ter sido influenciado pela necessidade de proximidade com a natureza. Os demais 30% dos visitantes consultados informaram não terem sido influenciados por nenhum dos fatores supramencionados.

6.5.9 Santa Bárbara de Goiás

O município de Santa Bárbara de Goiás, em 18 de março de 2020, por meio do Decreto 406/2020 declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município e dispõe sobre medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela Covid-19, no âmbito do poder executivo do município. Na mesma semana, o município publica o Decreto nº 405/2020 suspendendo as aulas presenciais em todos os níveis educacionais do município. Desde então inúmeros decretos são publicados pelo poder executivo municipal a fim de se evitar a disseminação da Covid-19 no município, conforme exposição contida no quadro 30.

Quadro 30 – Lista de Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pelo município de Santa Bárbara de Goiás - GO

Número:	Data de Publicação	Ementa
Decreto	13/05/2021	Estabelece que templos de qualquer culto como atividade essencial em período de calamidade pública e pandemia no Município de Santa Bárbara de Goiás e dá outras providências.
Decreto 177/2021	29/04/2021	Dispõe sobre continuação de medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Santa Bárbara de Goiás e dá outras Providências.
Decreto 158/2021	31/03/2021	Dispõe sobre continuação de medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Santa Bárbara de Goiás e dá outras Providências.
Decreto 147/2021	16/03/2021	Dispõe sobre novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da

		propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Santa Bárbara de Goiás/Go e dá outras providências.
Decreto 120/2021	08/03/2021	Estabelece novas normas de restrição para o exercício de atividades econômicas e não econômicas no Município de Santa Bárbara de Goiás, como medidas de enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
Decreto 094/2021	01/03/2021	Declara Situação de emergência e calamidade no âmbito do Município de Santa Bárbara de Goiás, Estado de Goiás, para fins de Prevenção e Enfrentamento Covid-19 e dá outras providências.
Decreto 089/2021	24/02/2021	Dispõe sobre procedimentos temporários a serem adotados pelo Município de Santa Bárbara de Goiás para prevenir a infecção e a propagação do COVID-19 e dá outras providências.
Decreto 087/2021	22/02/2021	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do Novo coronavírus (Covid-19) no Município de Santa Bárbara de Goiás e dá outras providências.
Decreto 057/2021	28/01/2021	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do Novo coronavírus (Covid-19) no Município de Santa Bárbara de Goiás e dá outras providências.
Decreto 591/2020	23/11/2020	Altera o Decreto nº 555/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e dá outras providências.
Decreto 555/2020	01/10/2020	Altera o Decreto nº 428/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e dá outras providências.
Decreto 537/2020	27/08/2020	Altera o Decreto nº 428/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e dá outras providências.
Decreto 527/2020	03/07/2020	Revoga decreto nº 525/2020 e dá outras providências.
Decreto 525/2020	30/07/2020	Estabelece novas medidas quanto ao enfrentamento e prevenção ao novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.
Decreto 521/2020	22/07/2020	Cria a Comissão Municipal de

		Organização e Planejamento de Ações para o retorno das Aulas presenciais e dá outras providências.
Decreto 516/2020	13/07/2020	Estabelece novas medidas quanto ao enfrentamento e prevenção ao novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.
Decreto 515/2020	07/07/2020	Prorroga o prazo disposto no Decreto nº 503/2020 e dá outras providências.
Decreto 510/2020	01/07/2020	Acrescenta parágrafos ao artigo 1º do Decreto Municipal nº 509/2020.
Decreto 509/2020	30/06/2020	Altera as normas de funcionamento das atividades industriais, comerciais e prestação de serviço em virtude do Covid-19 e dá outras providências.
Decreto 503/2020	22/06/2020	Altera as normas de funcionamento das atividades industriais, comerciais e prestação de serviço em virtude do Covid-19 e dá outras providências.
Lei municipal 914/2020	10/06/2020	Autoriza o executivo a fixar, mediante decreto, multa e fechamento comercial às pessoas e comércios que descumprirem recomendações para combate e prevenção da pandemia Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.
Decreto 490/2020	03/06/2020	Acrescenta atividade econômica no rol de atividades autorizadas a funcionar durante a situação de emergência na saúde pública no município de Santa Bárbara de Goiás, do Decreto municipal nº 425/2020.
Decreto 489/2020	01/06/2020	Altera o Decreto nº 428/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e outras providências.
Decreto 488/2020	25/05/2020	Estabelece o fechamento de supermercados e mercearias aos domingos na tentativa de conter o avanço e disseminação do novo Coronavírus Covid-19.
Decreto 487/2020	21/05/2020	Prorroga o prazo estabelecido pelo Decreto Municipal nº 425/2020 quanto a situação de emergência na saúde pública no município de Santa Bárbara de Goiás, em razão da disseminação do novocoronavírus Covid-19.
Decreto 428/2020	27/04/2020	Altera o Decreto nº 417/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e

		dá outras providências.
Decreto 426/2020	20/04/2020	Acrescenta atividades liberadas para funcionar durante a situação de emergência na saúde pública no município de Santa Bárbara de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus Covid-19.
Decreto 425/2020	20/04/2020	Dispõe sobre a decretação da situação de emergência na saúde pública do município de Santa Bárbara de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus Covid-19.
Decreto 417/2020	02/04/2020	Altera o Decreto nº 405/2020 que dispõe sobre a suspensão das aulas, em todos os níveis educacionais e outras providências.
Decreto 416/2020	01/04/2020	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º do Decreto nº 405/2020 que suspende as aulas, por meio da antecipação das férias escolares, em todos os níveis educacionais e outras providências.
Decreto 410/2020	30/03/2020	Altera o Decreto 405/2020, que dispõe sobre a suspensão de aulas, por meio da antecipação de férias escolares em todos os níveis educacionais e outras providências.
Decreto 408/2020	20/03/2020	Altera o decreto Nº 406, de 18 de março de 2020.
Decreto 406/2020	18/03/2020	Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Santa Bárbara de Goiás e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do poder executivo do município.
Decreto 405/2020	16/03/2020	Suspensão das aulas, por meio da antecipação das férias escolares, em todos os níveis educacionais e outras providências.

Fonte: Santa Bárbara de Goiás (2021) Org.: Araújo (2021)

6.5.9.1 Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás

Durante o trabalho de campo empreendido no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás observou-se um movimento razoável de pessoas no espaço. Parte das pessoas utilizava o espaço para fins de caminhada, outra parte utilizava para descanso e contemplação ambiental. Diversas pessoas utilizavam o espaço para prática de pescaria e outro grupo

ocupava a quadra de esportes jogando futebol. A maior parte das pessoas presentes no espaço não fazia uso da máscara de proteção. Nas atividades de futebol e pescaria foram presenciadas algumas situações de aglomeração.

No Lago Municipal não havia orientações em relação à necessidade de distanciamento social ou outras medidas de prevenção contra a disseminação da Covid-19. Foi detectada a presença de um sanitário com lavatório no espaço, entretanto o espaço dispunha de más condições de conservação.

A seguir constam os resultados das questões acerca do uso do espaço durante a pandemia da Covid-19.

Em relação à sensação de segurança, 90% dos entrevistados afirmaram considerar o Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás um espaço seguro de difícil contaminação e 10% dos entrevistados informaram considerar um espaço inseguro, com alto risco de contaminação.

No que diz respeito ao uso de máscara de proteção 50% afirmaram fazer uso do equipamento de proteção durante a permanência no espaço, enquanto 50% relataram não utilizar a máscara de proteção durante a permanência no Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás.

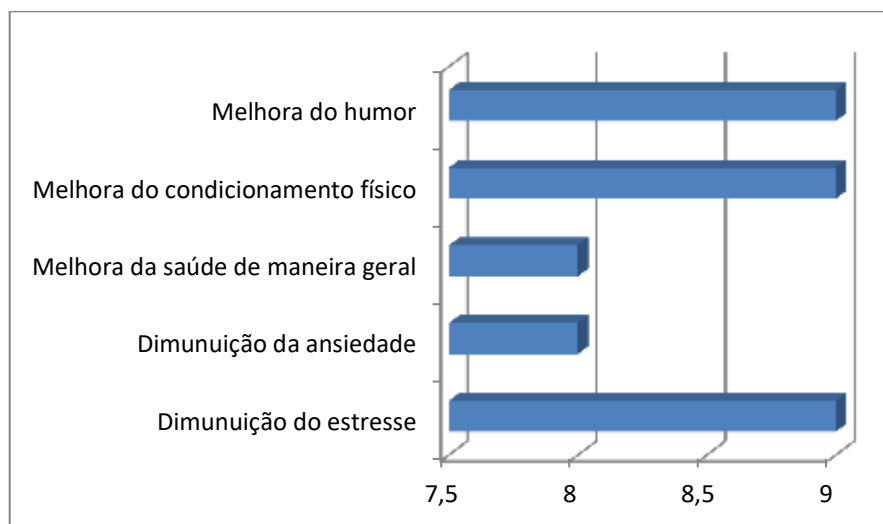
No que tange aos níveis de contaminação pela Covid-19, 70% das pessoas entrevistadas afirmaram já ter ocorrido casos de contaminação em sua família, ao passo que 30% relataram ainda não ter ocorrido nenhum caso da doença em parentes próximos.

Quando perguntados a respeito do movimento de pessoas no Lago Municipal em período anterior e posterior ao início da pandemia, 40% dos entrevistados relatou a percepção de que o movimento de pessoas no espaço diminuiu em relação ao período anterior à pandemia, enquanto 40% das pessoas consultadas relatou a percepção de que não houve alteração no movimento de pessoas, comparando o período anterior e posterior ao início da pandemia.

Quando consultados sobre os benefícios propiciados aos usuários do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás pelo uso do espaço, 90% dos entrevistados acreditam que o uso do espaço propicia a diminuição do estresse, 80% dos entrevistados acreditam que o uso do espaço propicia a diminuição dos níveis de ansiedade, 80% acreditam que o uso do espaço propicia a melhora da saúde de maneira geral, 90% acreditam que o espaço pode auxiliar na melhoria do condicionamento físico, e 90% acreditam que o uso do espaço propicia a

melhoria do humor dos usuários do espaço. A figura 242 expressa graficamente os benefícios percebidos pelos frequentadores do Lago Municipal.

Figura 242 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados aos usuários por meio da utilização do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

Os frequentadores do Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás foram consultados com o intuito de compreender se os fatores relacionados ao enfrentamento da pandemia os influenciaram em sua relação com a utilização deste espaço. Assim, 10% das pessoas entrevistadas afirmou que se sentiu motivada a utilizar o espaço em virtude do fechamento do comércio; 30% dos entrevistados relatou se sentirem influenciados a utilizar mais o espaço, em virtude do fechamento das academias; 70% afirmaram terem sido influenciados a utilizar mais os espaços, pelo distanciamento social e 90% relataram terem sido influenciados pela necessidade de proximidade com a natureza.

6.5.10 Santo Antônio de Goiás

O município de Santo Antônio de Goiás decretou situação de emergência no âmbito de seu território no dia 22 de abril de 2020, a partir de então publicou uma série de medidas relacionadas ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19, como suspensão de aulas presenciais e restrições de funcionamento à atividades não essenciais. Os principais decretos encontram-se dispostos na listagem apresentada no Quadro 31.

Quadro 31 – Principais Decretos relacionados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Santo Antônio de Goiás

Número:	Data de Publicação:	Ementa
Decreto 110/2021	09/03/2021	Altera o decreto municipal 098/2021 de 25 de fevereiro de 2021, e da outras providencias.
Decreto 180/2020	11/09/2020	Dispõe sobre medidas para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e da outras providencias.
Decreto 164/2020	18/08/2020	Dispõe sobre medidas para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e da outras providências.
Decreto 154/2020	03/08/2020	Dispõe sobre medidas para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e da outras providências.
Decreto 134/2020	13/07/2020	Dispõe sobre a adoção de medidas suplementares visando o combate a pandemia provocada pelo coronavírus (covid-19) no município de s Santo Antônio de Goiás e da outras providências.
Decreto 128/2020	07/07/2020	Dispõe sobre medidas para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e da outras providências.
Decreto 132/2020	06/07/2020	Dispõe sobre medidas para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e da outras providências.
Decreto 095/2020	05/06/2020	Acrescenta dispositivos que especifica ao decreto no 085/2020, em razão da disseminação do novo coronavírus covid-19 e da outras providências.
Decreto 085/2020	22/04/2020	Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde publica do município de Santo Antônio de Goiás-GO, em razão da disseminação do novo coronavírus covid-19.

Fonte: Prefeitura de Santo Antônio de Goiás (2021) Org.: Araújo (2021)

6.5.10.1 Parque Jacarandá

Durante o trabalho de campo realizado no Parque Jacarandá no município de Santo Antônio de Goiás, foi percebido um significativo movimento de pessoas no espaço. Alguns grupos de pessoas estavam reunidos fazendo piqueniques, outros encontravam-se em momentos de sociabilização. Havia diversas crianças utilizando os brinquedos existentes no espaço. Também foram observados indivíduos andando de bicicleta e caminhando pelas imediações do Parque Jacarandá. A Figura 243 ilustra alguns dos usos empreendidos pela população no espaço. Muitos dos frequentadores utilizavam máscara de proteção, todavia algumas pessoas não portavam o equipamento ou faziam uso de maneira inadequada.

Figura 243- Mosaico de Imagens de usos empreendidos pela população no Parque Jacarandá de Bonfinópolis durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: Araújo (2021).

Ao serem perguntados sobre a sensação de segurança em relação à contaminação da Covid-19 durante a permanência no parque Jacarandá, 20% dos entrevistados relataram considerar o parque um espaço seguro de difícil contaminação, 60% classificaram o espaço como inseguro, que oferece alto risco de contaminação e 20% dos entrevistados afirmou não possuir opinião formada a respeito da questão.

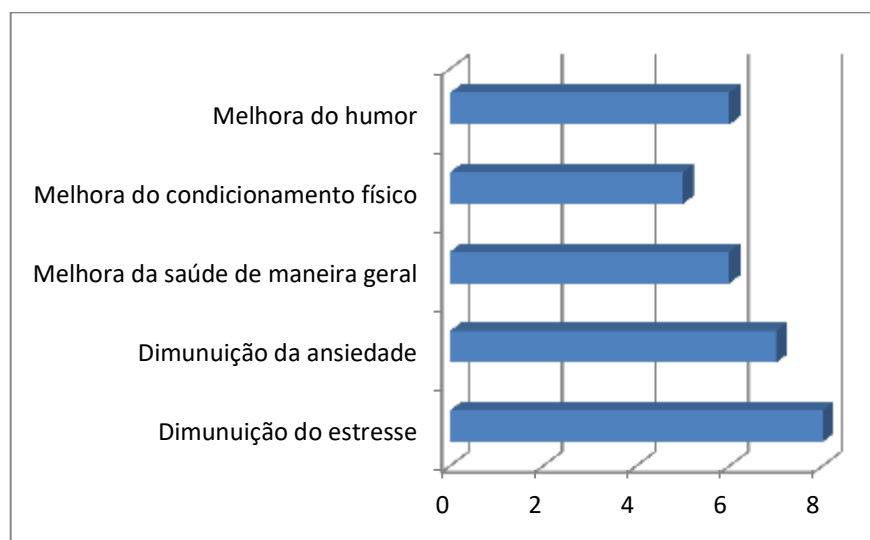
Em relação ao uso da máscara de proteção enquanto utilizam o parque, 80% dos entrevistados afirmou fazer uso do equipamento de proteção enquanto está no parque, enquanto 20% dos entrevistados alegou não utilizar a máscara de proteção.

Foi perguntado aos frequentadores do parque se os mesmos ou algum membro de sua família, havia sido contaminado pela Covid-19, neste quesito 90% dos entrevistados informou

que sim e 10% dos entrevistados afirmou não ter havido casos de contaminação pela doença em sua família.

Questionados a respeito dos benefícios gerados pela utilização do Parque Jacarandá, a população entrevistada apresentou as opiniões expressas na Figura 244.

Figura 244 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque da Jacarandá – Santo Antônio de Goiás



Fonte: Araújo (2021).

6.5.11 Senador Canedo

Senador Canedo, assim como os demais municípios da RMG, decretou situação de emergência em virtude da pandemia da Covid-19, em meados do mês de março de 2020. O Quadro 32 lista os principais decretos publicados pela prefeitura do município relacionados ao enfrentamento da crise sanitária.

Quadro 32 – principais decretos e portarias relacionados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Senador Canedo

Número	Data de Publicação	Ementa
Decreto 3.243/2021	30/04/2021	Recepção integralmente o Decreto Estadual nº 9.854 de 28 de abril de 2021 que promove alterações no Decreto Estadual nº 9.848 de 13 de abril de 2021 que dispõe sobre as medidas a serem adotadas no Estado de Goiás em razão da disseminação do novo Coronavírus (Covid-19).

Decreto 2.810/2021	19/04/2021	Recepção integralmente o Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 que dispõe sobre as medidas a serem adotadas no Estado de Goiás em razão da disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) e revoga as disposições em contrário.
Decreto 2.191/2021	19/03/2021	Recepção o Decreto Estadual nº 9.828, de 16 de março de 2021, que determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o Decreto Estadual nº 9.653, de 19 de abril de 2020, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do estado de Goiás, em razão da disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Estado de Goiás e Revoga do Decreto Municipal nº 2.117/2021.
Decreto 2.117/2021	17/03/2021	Estabelece normas acerca dos serviços essenciais e não essenciais durante a Situação Crítica do Sistema de Saúde, revoga Decreto nº 1.992/2021 e dá outras providências.
Decreto 1.992/2021	12/03/2021	Dispõe sobre alterações no Decreto Municipal nº 1.915/2021 que estabelece normas acerca dos serviços essenciais durante a Situação Crítica do Sistema de Saúde e dá outras providências.
Decreto 1.915/2021	10/03/2021	Dá nova redação ao Decreto 1.900/2021 que estabelece normas acerca dos serviços essenciais durante a Situação Crítica do Sistema de Saúde e dá outras providências.
Decreto 1.845/2021	03/03/2021	Retifica o Art. 6º do Decreto 1.831 de 02 de março de 2021 que Estabelece normas acerca dos serviços essenciais e não essenciais durante a Situação Crítica do Sistema de Governo Saúde e das outras providências.
Decreto 1.831/2021	02/03/2021	Estabelece normas acerca dos serviços essenciais e não essenciais durante a Situação Crítica do Sistema de Saúde e dá outras providências.
Portaria 06/2021	22/02/2021	Dispõe sobre a criação da Comissão Técnica Covid-19
Decreto 2.881/2020	01/07/2020	Dispõe sobre a adesão ao sistema de revezamento de atividades econômicas organizadas para a produção ou a circulação de bens e de serviços que especifica.
Decreto 2.807/2020	15/06/2020	Altera o parágrafo único do Art. 1º do Decreto Municipal nº 2.678, de 29 de maio de 2020 e dá outras providências.
Decreto 2.678/2020	25/06/2020	Flexibiliza o funcionamento de atividades de restaurantes no âmbito do município de Senador Canedo e dá outras providências.
Decreto 1.592/2020	16/03/2020	Declara Situação de emergência em Saúde Pública no município de Senador Canedo e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do poder executivo de Senador Canedo.

Fonte: Senador Canedo (2021) Org.: Araújo (2021)

No município de Senador Canedo também foram realizadas ações de sanitização do terminal de ônibus, distribuição de máscaras de proteção e panfletos de orientações aos habitantes dos municípios por meio do “Programa Máscara para Todos”, bem como publicações nas redes sociais da prefeitura incentivando o uso dos equipamento de proteção. Ademais, o município realizou testagens ampliadas com a população e campanha de incentivo à vacinação contra a Covid-19.

6.5.11.1 Parque Boa Vista

Por meio de observação realizada no Parque Boa Vista, município de Senador Canedo, detectou-se um razoável movimento de pessoas presentes no espaço. Alguns adultos acompanhavam crianças brincando no parque infantil, outras pessoas passeavam acompanhadas ou não de animais de estimação, outras pessoas estavam sentadas nos bancos do parque, havia ainda uma família comemorando o aniversário de uma criança. No período observado (manhã), não foi avistada nenhuma situação que pudesse se configurar como aglomeração. As interações ocorridas no parque limitavam-se a pequenos grupos familiares e de amigos.

Apesar de haver um quiosque comercial na área do parque, o mesmo encontrava-se fechado durante a observação. Os visitantes entrevistados relataram que há algum tempo o estabelecimento tem permanecido fechado.

Foi perguntado aos usuários do parque se os mesmos consideram o espaço um ambiente seguro em relação à possibilidade de contaminação, a partir desse questionamento, 30% dos indivíduos consultados relatou considerar o parque um ambiente seguro, de difícil contaminação, 50% afirmou classificar o parque como um espaço inseguro, com alto risco de contaminação e 20% afirmou não possuir opinião formada a respeito.

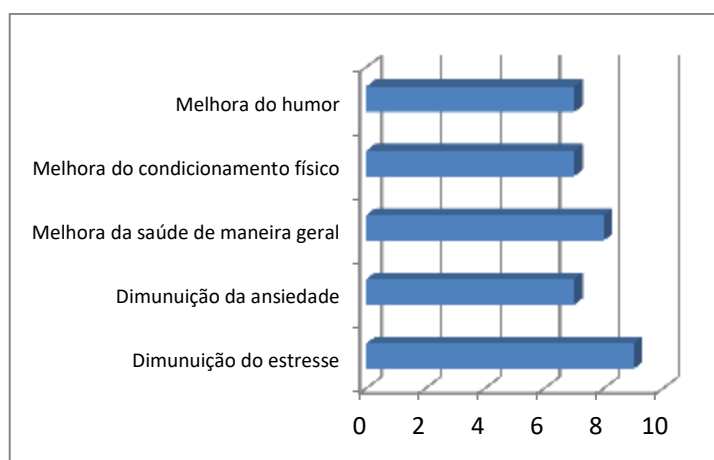
Sendo perguntados sobre o uso da máscara de proteção ao frequentar o Parque Boa Vista, 30% dos entrevistados afirmou fazer uso do equipamento enquanto está no parque, ao contrário de 70% das pessoas consultadas que afirmaram não utilizar a máscara de proteção no parque.

Foi perguntado aos usuários do parque se eles ou alguém de sua família já foi contaminado pela Covid-19, deste modo, 30% responderam sim e 70% responderam não.

Em relação ao movimento de pessoas no parque, antes e durante a pandemia, 80% dos indivíduos consultados alegou ter percebido uma diminuição considerável no número de frequentadores do parque durante o período de pandemia em comparação ao período anterior, e 20% relatou não ter percebido alteração no movimento de visitantes do parque.

Quando perguntado aos entrevistados sobre possíveis benefícios propiciados a cada um deles mediante a utilização do espaço, foi possível obter o seguinte resultado:

Figura 245 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do Parque Boa Vista em Senador Canedo



Fonte: Araújo (2021).

Os usuários do Parque Boa Vista também foram indagados com intuito de se compreender quais aspectos os influenciaram a fazer uso do parque durante o período de pandemia. Neste sentido, 10% dos entrevistados afirmou ter sido influenciado pelo fechamento do comércio, 40% relataram terem sido influenciados pelo distanciamento social e 20% dos sujeitos consultados afirmaram terem sido influenciados pela necessidade de contato com a natureza.

6.5.12 Trindade

O município de Trindade declarou Situação de Emergência devido à Pandemia da Covid-19 no dia 16 de março de 2021, por meio do Decreto Nº 85/2020. O município assim como os demais integrantes da RMG, suspendeu aulas presenciais e publicou uma série de decretos visando à contenção da proliferação do novo coronavírus, conforme pode ser observado no quadro 33.

Quadro 33 – principais decretos e portarias relacionados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 publicados pela Prefeitura de Trindade

Número	Data de Publicação	Ementa
Decreto 2.337/2021	11/06/2021	Dispõe sobre as medidas restritivas da romaria virtual em 2021 - divino pai eterno.

Decreto 2.205 /2021	14/05/2021	Estabelece orientações operacionais em atenção as medidas de enfrentamento da pandemia (convid-19) para o exercício de atividades econômicas e não econômicas no município. (consolidado)
Decreto 2.246/2021	14/05/2021	Altera dispositivo do decreto no 2.205/21. (estabelece orientações operacionais em atenção as medidas de enfrentamento da pandemia - eventos)
Decreto 2.205/2021	08/05/2021	Estabelece orientações operacionais em atenção as medidas de enfrentamento da pandemia (covid-19) para o exercício de atividades econômicas e não econômicas no município de trindade.
Decreto 2.187/2021	06/05/2021	Composição do gabinete de operação de emergência e saúde (goe- trindade-covid-19)
Decreto 1.434/2021	10/04/2021	Decreto no 1.434/21 escalonamento regional covid-19 - consolidado pelo decreto no 1.937/21 de 10/04/21.
Decreto 1.937/2021	10/04/2021	Altera dispositivos do decreto no 1.434/21 (escalonamento das atividades econômicas e não econômicas, como medidas de enfrentamento da covid-19)
Decreto 1.431/2021	17/03/2021	Retifica a redação do decreto n.423/21 sobre o gabinete de operação de emergência e saúde
Decreto 1.423/2021	11/03/2021	Dispõe sobre composição do gabinete de operação de emergência e saúde (goe-trindade-covid-19).
Decreto 1.419/2021	07/03/2021	Estabelece novas normas de restrição para o exercício de atividades econômicas e não econômicas no município, como medida de enfrentamento da pandemia do coronavirus (convid-19).
Decreto 1.416/2021	02/03/2021	Estabelecendo orientações operacionais em atenção as medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo corona vírus (covid-19) para o exercício de atividades econômicas no município de trindade.
Decreto 1.066/2021	17/02/2021	Altera o decreto nd9o4/21, o qual dispõe sobre o horário de funcionamento de bares, restaurantes, distribuidoras de bebidas, pesgue-pagues e similares
Decreto 904/2021	28/01/2021	Horário de funcionamento de bares, restaurantes, distribuidoras de bebidas, pesque- pagues, lanchonetes, pitdogs, pizzarias e similares.
Decreto 240/2020	28/10/2020	Revoga dispositivo do decreto no 194/20, do qual dispõe sobre flexibilização do comercio durante o enfrentamento da covid-19.
Decreto 222/2020	19/10/2020	Retifica redação do decreto 218/20, retomada gradativa dos setores com atividades suspensas.
Decreto 223/2020	19/10/2020	Altera decreto no 144/20, dispõe sobre flexibilização do comercio durante o enfrentamento da covid-19.
Decreto 218/2020	05/10/2020	Dispõe sobre a retomada gradativa de setores com atividades suspensas em decorrência das medidas para o enfrentamento da covid-19.
Decreto 194/2020	21/08/2020	Altera decreto no 144/20, que altera decreto no 116/20 que dispõe sobre flexibilização do comercio durante enfrentamento da covid-19.
Decreto 183/2020	22/07/2020	Regulamenta o funcionamento das feiras livres de acordo com os critérios e normas, que dispõe sobre a flexibilização do comercio durante o enfrentamento covid-19
Decreto 179/2020	15/07/2020	Dispõe sobre a liberação de praticas esportivas no município.
Decreto 171/2020	03/07/2020	Dispõe sobre reabertura segura de setor com atividades suspensas em decorrência das medidas para o enfrentamento da covid-19.
Decreto 167/2020	24/06/2020	Dispõe sobre limitação de atividades na região do município de trindade, como forma de combate a disseminação da covid-19.
Decreto 155/2020	28/05/2020	Dispõe sobre cancelamento das festividades da romaria 2020, em virtude das medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavirus.
Decreto 156/2020	28/05/2020	Amplia medidas a serem adotadas para prevenção do contágio do covid-19.
Decreto 144/2020	15/05/2020	Altera o decreto nº 116, de 20 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a flexibilidade do comercio durante o enfreamento ao covid-19.
Decreto 133/2020	07/05/2020	Altera decreto no 117/20. Estabelece regras para o funcionamento dos serviços públicos municipais.
Decreto	22/04/2020	Flexibiliza o comercio durante o enfrentamento ao covid-19 no município.

116/2020		
Decreto 117/2020	20/04/2020	Estabelece regras para o funcionamento dos serviços públicos municipais considerando a situação de emergência de saúde pública do município
Decreto 088/2020	30/03/2020	Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento a situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) e da outras providencias.
Decreto 085/2020	16/03/2020	Declara situação de emergência em saúde pública no município de trindade e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (covid-19), no âmbito do poder executivo do município de trindade.

Fonte: Trindade (2021) Org.: Araújo (2021)

O município de Trindade promoveu ações de incentivo ao uso da máscara de proteção e distanciamento social, testagens ampliadas para detectar as infecções pela Covid-19, campanhas de incentivo à vacinação contra a doença, ações de vacinação com horário ampliado e ações de sanitização das Unidades Básicas de Saúde. Cabe salientar que o Parque Lara Guimarães foi escolhido para sediar ações de vacinação contra a Covid-19 ocorridas no município de Trindade.

6.5.12.1 Parque Lara Guimarães

Durante as observações de campo empreendidas no Parque Lara Guimarães em Trindade, pode-se observar uma dinâmica diversa em relação ao uso do parque. No trabalho de campo realizado, foi possível apreender um grupo de jovens mulheres disputando uma partida de futebol no campo situado no parque, paralelamente observou-se um grupo de ciclistas vindos de uma cidade vizinha, visitando o parque, três mulheres sentadas à beira do lado para pescar, algumas pessoas caminhando pelas pistas do parque e outras sentadas nos bancos, em momentos de descanso e contemplação. Também foi observada a presença de pessoas utilizando os pedalinhos do lago.

Durante a visita a campo, observou-se que diversas pessoas não faziam uso da máscara de proteção. Ademais, foram percebidas pequenas e médias aglomerações, que variavam desde pequenos grupos sentados no banco conversando sem máscara, até o caso da partida de futebol feminino, onde havia um grupo significativo de pessoas mantendo contato direto, sem a utilização de qualquer tipo de proteção.

Não havia nenhuma orientação no parque em relação aos protocolos de prevenção à Covid-19, a serem adotados durante o uso do parque. Todavia, notou-se a presença de sanitários no parque, devidamente equipados com lavatórios para higienização das mãos.

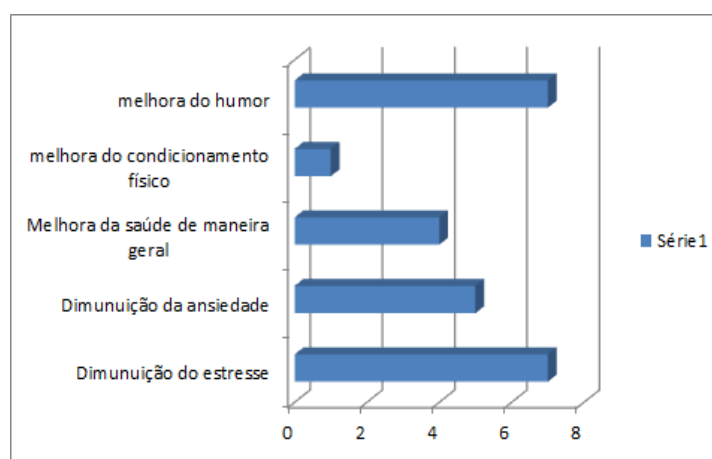
Em relação a considerar ou não o parque seguro durante o período de pandemia, 80% das pessoas entrevistadas no Parque Lara Guimarães disseram considerar um local seguro, de difícil contaminação em relação ao contágio da Covid-19, um dos sujeitos entrevistados ressaltou que para o parque ser considerado um ambiente seguro, é importante que os usuários tomem as devidas medidas de proteção. Em contrapartida, os demais 20% informaram que não possuem opinião formada a respeito.

Quando perguntados sobre a utilização de máscara de proteção contra o contágio da COVID-19, 70% dos usuários entrevistados informaram fazer uso do equipamento, contra 20% que afirmaram não utilizar. Um dos usuários reiterou que não utiliza apenas enquanto pedala, pois afirma dificultar a respiração. O outro entrevistado disse não possuir explicação para sua opção de não utilizar máscara de proteção.

Das 10 pessoas entrevistadas no Parque Lara Guimarães, apenas uma delas informou que algum de seus familiares já pegou COVID-19. Sobre o nível de visitação ao Parque após o início da pandemia, 80% dos usuários informou perceber uma diminuição no número de frequentadores, se comparado ao período antecedente à pandemia. Uma pessoa informou não notar alteração em relação à quantidade de visitantes e outra disse não saber avaliar.

Ao serem questionados sobre quais benefícios percebidos com a utilização do parque, os respondentes apresentaram os seguintes resultados:

Figura 246 – Gráfico contendo os Benefícios propiciados ao usuário por meio da utilização do parque Lara Guimarães em Trindade



Fonte: Araújo (2021).

Quando perguntados sobre quais fatores contribuíram para utilização do parque no período de pandemia, as respostas obtidas foram as seguintes: 10% dos entrevistados declarou que o fechamento do comércio foi um fator de influência nesse aspecto, 30% informou ter sido influenciado pelo isolamento social, 40% dos ouvidos relataram necessidade de proximidade com a natureza como um fator que contribuiu para a utilização do parque no período de pandemia.

6.6. Reportagens denunciam o descumprimento dos protocolos de segurança dos parques urbanos: o caso específico da Cidade de Goiânia

No dia 26 de março de 2020, o Jornal Bom Dia Goiás, da TV anhanguera, veiculou uma reportagem acerca do uso dos parques urbanos em Goiânia durante a pandemia. A matéria apresentou diversas imagens capturadas no Parque Flamboyant de pessoas que transitavam livremente no espaço sem o uso de máscara de proteção. A reportagem exibiu entrevista com representantes da Guarda Civil Metropolitana do município, que alertaram sobre a necessidade de a população evitar o uso dos parques, naquele momento, a fim de evitar maiores possibilidades de contágio da Covid-19. Segundo reportagem, a GCM vinha realizando fiscalização constante nos mais de 40 parques e bosques da capital de Goiás. Segundo a Guarda, o maior movimento de pessoas nos Parques estava sendo registrado nos períodos compreendidos entre 07h00 e 08h00 e entre 18h00 e 20h00. De acordo com o porta-voz da GCM, pessoas que descumprissem as recomendações de evitar aglomerações ou contribuíssem de alguma forma para aumentar o contágio da doença, poderiam sofrer penalidades, incluindo detenção, com base no Artigo 268 do código penal.

Segundo notícia publicada pelo website da Prefeitura de Goiânia em 09/04/2020, a Guarda Civil Metropolitana registrou na presente data flagrantes de pessoas descumprindo as interdições e utilizando as academias ao ar livre em parques e praças da capital. Conforme nota veiculada, a GCM intensificaria ações de fiscalização durante o período de pandemia, podendo autuar as pessoas que descumprirem as normas com um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), multa ou até mesmo retenção. De acordo com a prefeitura, esse trabalho de fiscalização é realizado pela Guarda Civil em Parceria com a Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO) e a Agência Municipal de Meio Ambiente.

Contudo, apesar das sinalizações, a população continuou a visitar os parques urbanos sem a devida observância em relação aos protocolos preventivos contra o coronavírus.

Em 25 de maio de 2020, notícia publicada pelo jornal O Hoje destaca:

Os parques em Goiânia têm sido buscados para lazer e prática de esportes no momento em que a curva de casos confirmados de Covid-19 aumenta vertiginosamente. A presença de aglomeração de pessoas, inclusive sem uso de máscaras, se exercitando no fim de tarde, acontece diariamente, tanto nas regiões periféricas quanto nas regiões centrais da Capital. O risco de contaminação de Coronavírus aumenta muito durante a prática de atividade física e estudos mostram que a distância entre as pessoas em atividade física deve aumentar consideravelmente. (O HOJE, 2020)

A reportagem ainda alerta que o Parque Leolídio Ramos Caiado, localizado no Setor Goiânia 2, estava repleto de crianças sem máscaras e adultos que se exercitavam na pista de caminhada, destacando também que os equipamentos de ginástica ao ar livre estavam sendo utilizados sem restrição. Segundo a matéria, a pista externa do Parque Areião, no Setor Pedro Ludovico, também estava repleta de pessoas praticando corrida e que os equipamentos de ginástica também estavam sendo utilizados livremente.

Visando controlar o uso dos parques urbanos durante o período de pandemia, o Ministério público interveio da seguinte maneira:

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça de Goiânia, com atribuição nas áreas de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo, expediu recomendação à Prefeitura de Goiânia, para que demarque perímetros nas áreas livres e áreas verdes dos parques, com distanciamento de 2 metros entre uma marcação e outra, impedindo a aglomeração de pessoas, em razão da necessidade de restringir o contato social da população goianiense. No documento, a promotora de Justiça Alice de Almeida Freire recomenda que seja promovida a instalação, nos parques, praças e pistas de caminhada, de sinalização informativa sobre os riscos da Covid-19, visando ao combate à pandemia. (MP-GO, 2020)

Além disso, a promotora Alice de Almeida Freire recomendou reforço na fiscalização quanto ao uso de máscaras pela população e reforçou a necessidade da instalação de lacres no perímetro dos equipamentos de ginástica e brinquedos em praças, parques e pistas de caminhada de Goiânia. Ademais, o MP-GO recomendou que se realize campanha informativa, instalando placas de advertência e orientação acerca dos cuidados necessários para se evitar a proliferação desenfreada da Covid-19.

Segundo informações publicadas pelo Ministério Público, já havia sido emitidas três outras recomendações à Prefeitura de Goiânia – 5/2020, visando a intensificação da fiscalização pela Guarda Metropolitana das atividades nos parques e áreas públicas; 6/2020, visando a restrição de acesso aos equipamentos de ginástica e brinquedos nos parques e praças, e 7/2020, visando reforço na fiscalização e nos lacres dos equipamentos de ginástica.

Segundo o Jornal O Popular publicado no dia 05/07/2020, mesmo após adoção de medidas mais restritivas por parte do poder municipal, os goianienses não deixaram de frequentar espaços públicos. Nessa mesma reportagem, o jornal publicou imagens do Parque Vaca Brava, localizado no Setor Bueno, registrando alto nível de aglomeração de pessoas, contrariando as recomendações emitidas pelo município. A matéria registra que o Parque Flamboyant também apresentava movimento significativo de pessoas na presente data.

Figura 247 - Fotografia do Parque Vaca Brava do dia 05/07/2020



Fonte: O Popular (2020).

Figura 248 - Fotografia do Parque Flamboyant do dia 05/07/2020



Fonte: O Popular (2020).

Notícia veiculada em 19 de março de 2021, pela TV Brasil central, revela que parques urbanos localizados no município de Goiânia continuam vivenciando situações críticas, incluindo aglomerações e a não utilização de máscara de proteção por significativa parte dos usuários dos parques.

Pode-se observar que ao longo do segundo semestre de 2020 e durante os primeiros meses de 2021 os parques urbanos adquiriram uma dinâmica cada vez mais livre, distante de qualquer regulação de uso em relação à pandemia da Covid-19, não havendo restrição quanto a presença de aglomerações, quanto ao acesso a parques infantis ou quanto ao uso de equipamentos de ginástica. As pesquisas realizadas in loco comprovaram as informações reportadas pelos veículos de comunicação consultados, evidenciando altos níveis de movimento de pessoas nos parques urbanos observados nesta pesquisa.

É válido salientar que as fontes consultadas abordaram a realidade específica de parques localizados no município de Goiânia, entretanto a realidade dos demais municípios constituintes da RMG foi analisada a partir de observações de campo e da aplicação de questionários realizada junto a usuários dos parques urbanos da RMG.

6.7 Apreensões gerais acerca do Uso de Parques e Lagos Municipais da RMG durante a Pandemia da Covid-19

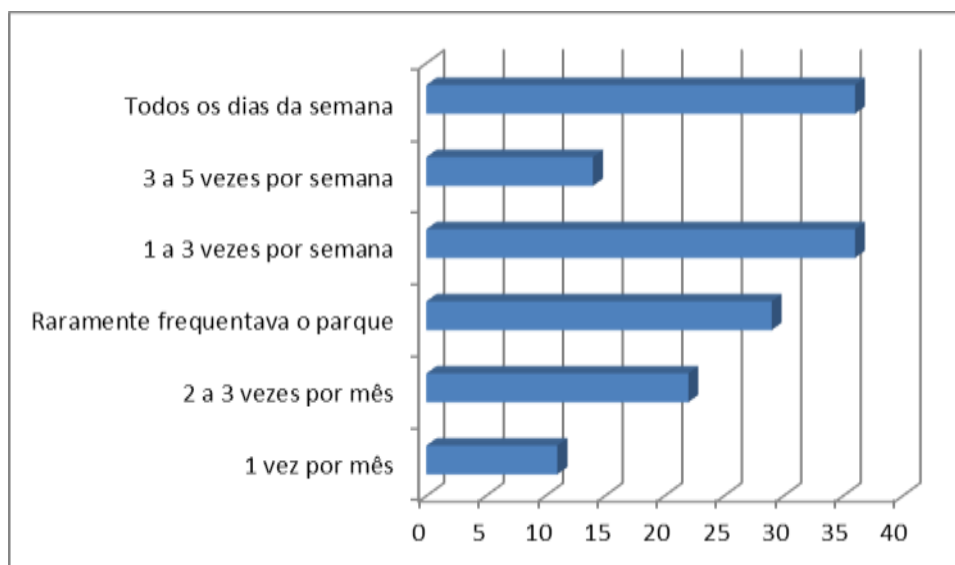
Os parágrafos a seguir apresentam os resultados totais, relacionados ao uso dos espaços públicos durante à pandemia, encontrados a partir da pesquisa realizada nos parques e lagos municipais supracitados, abarcando as médias resultantes dos 12 municípios e 17 espaços públicos onde foram realizadas as entrevistas com os usuários, computando o total de 170 indivíduos respondentes.

O primeiro resultado indica a frequência de visitação dos Parques e Lagos municipais em período anterior à Pandemia da Covid-19. Dentre os 170 indivíduos entrevistados, 11 afirmaram frequentar esses espaços 1 vez ao mês; 22 pessoas relataram fazer uso dos equipamentos de 2 a 3 vezes por mês; 29 pessoas informaram que raramente frequentavam esses espaços; 36 pessoas relataram fazer uso dos parques e lagos de 1 a 3 vezes por semana; 14 pessoas afirmaram frequentar os espaços de 3 a 5 vezes por semana, ao passo que 36

peças relataram fazer uso dos espaços todos os dias da semana. 22 pessoas se abstiveram de responder a esta questão.

A Figura 249 demonstra graficamente a frequência de visitação dos espaços analisados na Região Metropolitana de Goiânia em período anterior à Pandemia da Covid-19.

Figura 249 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais antes da Pandemia da Covid-19 (antes de março/2020).



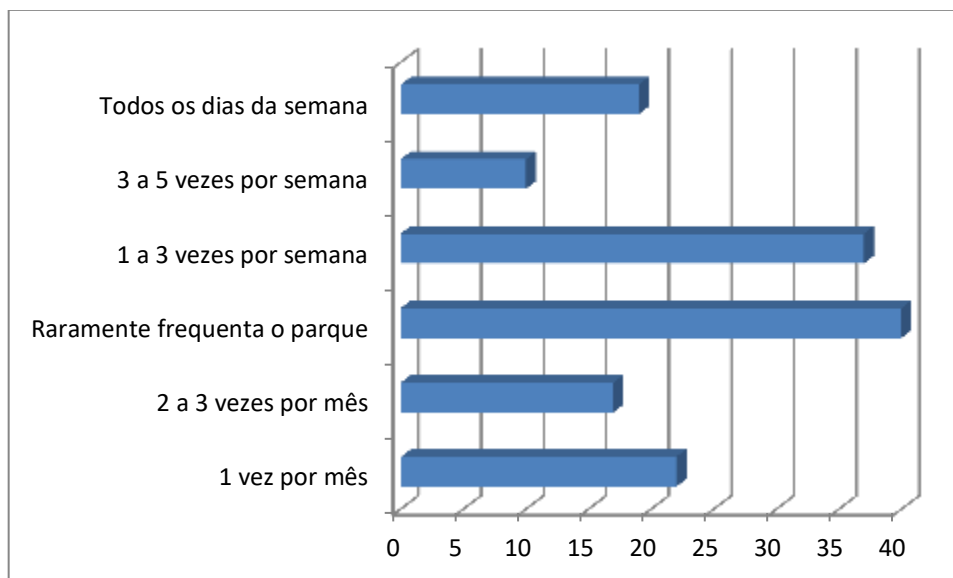
Fonte: Araújo (2021).

Os achados revelam um intenso uso dos parques e lagos municipais em período anterior à pandemia, visto que a maioria dos frequentadores que responderam a esta questão indicaram utilizar estes espaços pelo menos uma vez por semana.

Ao se investigar a frequência dos usuários dos parques e lagos da municipais da RMG durante o período da Pandemia da Covid-19, foi possível obter os seguintes apontamentos: 22 dos sujeitos entrevistados revelaram utilizar os espaços 1 vez ao mês; 17 pessoas afirmaram fazer uso de tais equipamentos de 2 a 3 vezes por mês; 40 indivíduos relataram que raramente tem frequentado esses espaços; 37 pessoas relataram fazer uso dos parques e lagos de 1 a 3 vezes por semana; 10 pessoas informaram frequentar esses ambientes de 3 a 5 vezes por semana, enquanto apenas 19 pessoas afirmaram visitar esses espaços diariamente. 25 pessoas se abstiveram de responder a esta questão.

A Figura 250 ilustra a frequência dos visitantes dos parques e lagos municipais dos municípios da RMG durante o período de Pandemia da Covid-19.

Figura 250 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais durante a Pandemia da Covid-19 (após março/2020).

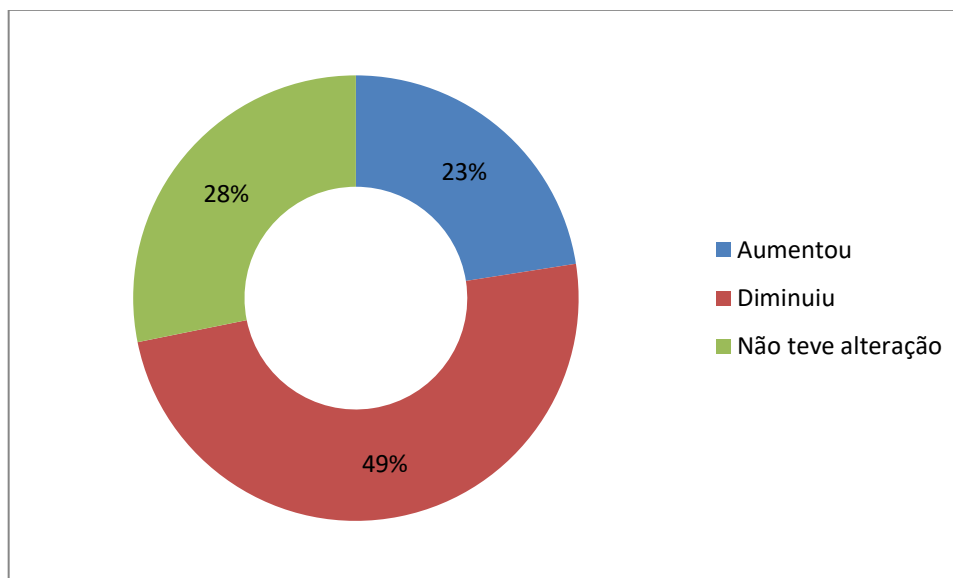


Fonte: Araújo (2021).

Tomando como base a frequência de visitas nos espaços analisados durante o período de pandemia e comparando os resultados obtidos com os achados da questão anterior, nota-se que houve uma diminuição no número de pessoas que relatam utilizar os parques e lagos com maior frequência (a partir de uma vez por semana), ao mesmo tempo em que percebe-se um aumento na quantidade de pessoas que alega fazer uso desses espaços com menor frequência.

No que diz respeito à percepção dos usuários dos espaços em relação ao movimento de pessoas nos parques e lagos da RMG, das 170 pessoas consultadas, 32 afirmaram ter percebido um aumento na quantidade de pessoas presentes nestes espaços, 70 pessoas relataram ter percebido uma diminuição no número de frequentadores de tais ambientes, ao passo que 40 pessoas relataram a percepção de que não houve alteração no movimento de pessoas nestes espaços, ao se comparar os períodos anteriores e vigentes da pandemia. A Figura 251 retrata os resultados alcançados nesta questão:

Figura 251 - Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais em relação ao movimento de pessoas nesses espaços antes e durante a Pandemia da Covid-19.

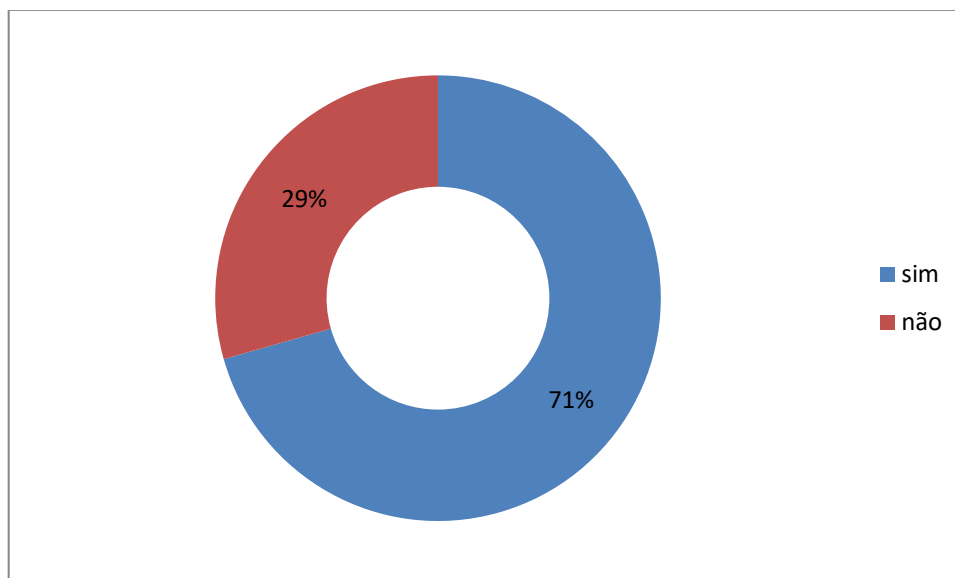


Fonte: Araújo (2021).

De acordo com o gráfico apresentado na Figura 251, a maior parte dos entrevistados relata a percepção de uma diminuição do número de frequentadores dos espaços analisados durante o período da pandemia.

No que tange à utilização de máscara de proteção nos parques e lagos analisados, do total de 170 pessoas consultadas, 120 afirmaram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência nos parques e lagos visitados, enquanto 50 pessoas relataram não fazer uso do equipamento individual de proteção durante a estadia nesses espaços públicos. A Figura 252 ilustra os resultados obtidos nesta questão.

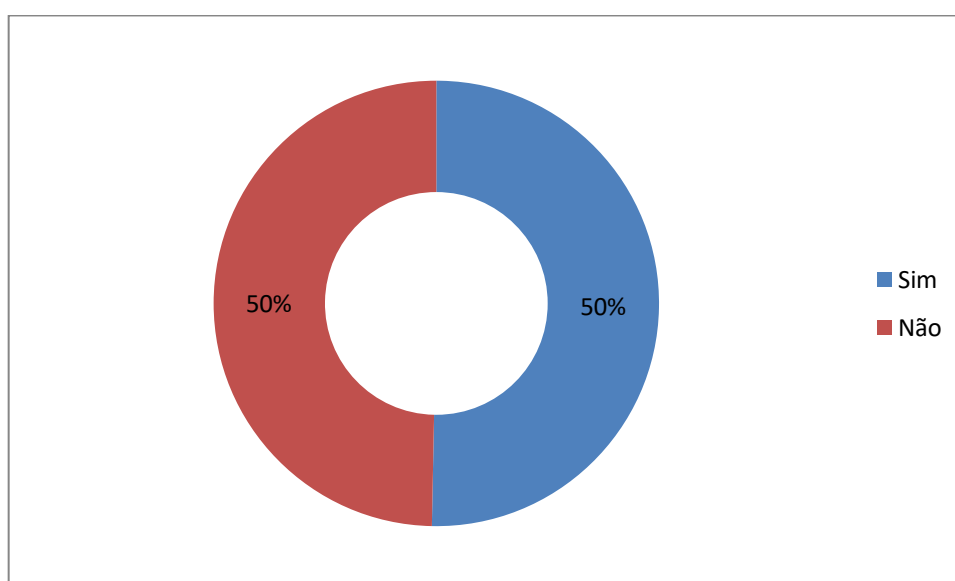
Figura 252 – Quantitativo de pessoas que relataram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência nos Parques Urbanos e Lagos Municipais.



Fonte: Araújo (2021).

Em relação aos níveis de contaminação pela Covid-19 ocorridos com os frequentadores dos espaços públicos ou com os seus familiares, 79 pessoas relataram já ter ocorrido casos de contaminação pelo novo coronavírus em sua família, ao passo que 78 pessoas alegaram a não ocorrência de contaminação em integrantes de sua família, conforme representação contida na Figura 253.

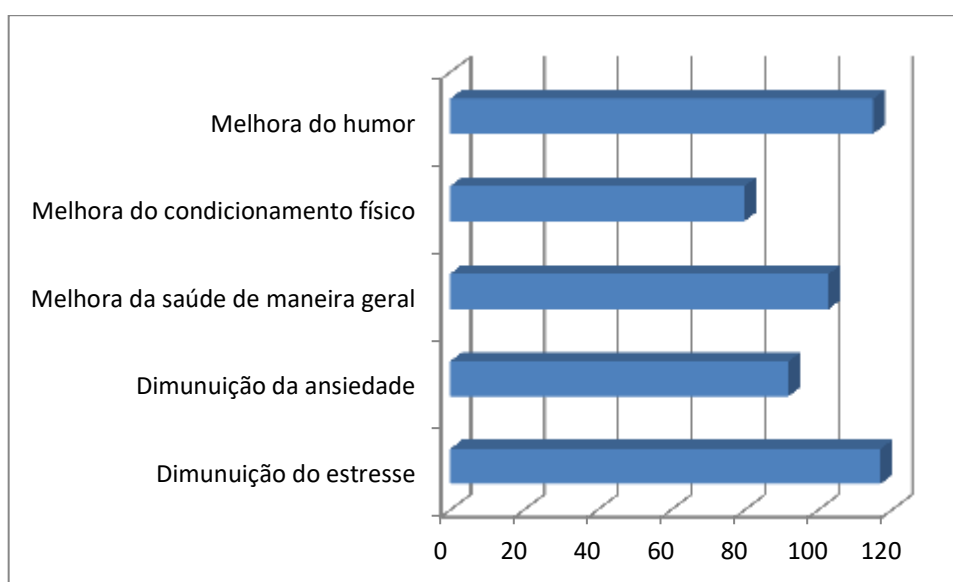
Figura 253 – Pessoas que já foram contaminadas pela Covid-19 ou já tiveram integrantes de sua família contaminadas pela doença.



Fonte: Araújo (2021).

Diante de alternativas de possíveis benefícios propiciados aos frequentadores dos espaços em virtude da utilização dos mesmos, os resultados se apresentaram da seguinte maneira: 117 pessoas relataram acreditar que a utilização desses espaços é capaz de propiciar a diminuição dos níveis de estresse em seus usuários; 92 pessoas consideram que o uso desses ambientes é capaz de promover a diminuição dos níveis de ansiedade de seus frequentadores; 103 pessoas relataram que o uso de parques e lagos pode auxiliar na melhoria da saúde de maneira geral; 80 pessoas consideram que tais equipamentos são eficazes na melhoria do condicionamento físico de seus usuários e 115 pessoas acreditam que os parques e lagos ajudam a melhorar o humor de seus frequentadores. Esses resultados encontram-se expostos graficamente na Figura 254.

Figura 254 – Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG em relação aos benefícios propiciados pelo uso desses espaços.

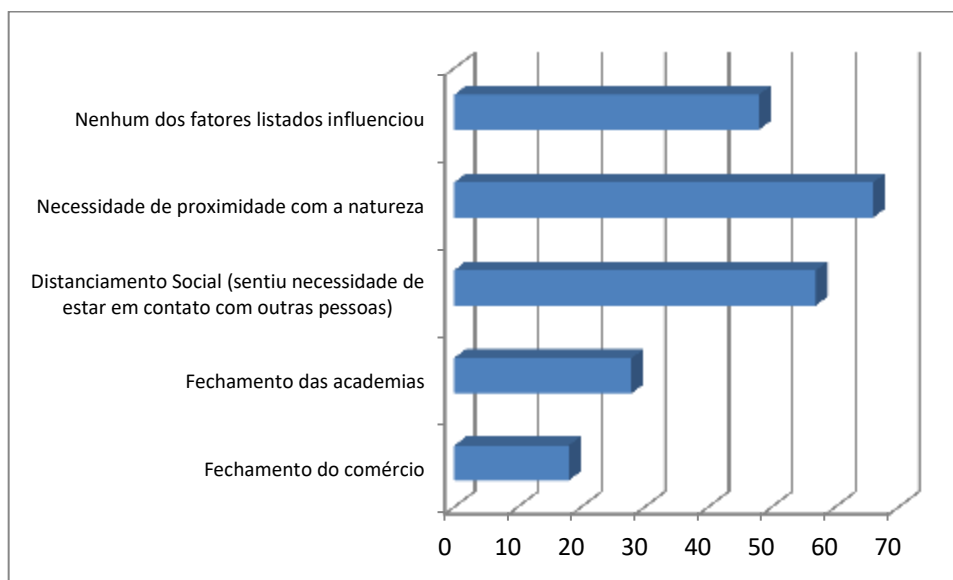


Fonte: Araújo (2021).

No que diz respeito aos fatores que influenciaram os usuários de parques e lagos a utilizar tais equipamentos durante o período de pandemia, 18 pessoas relataram terem sido influenciadas a utilizar os parques e lagos durante a pandemia por causa do “fechamento do comércio”; 28 pessoas alegaram procurar fazer uso deste espaços em virtude do “fechamento das academias”; 57 pessoas relataram terem sido influenciadas pelo “distanciamento social”; 66 pessoas afirmaram terem sido motivadas pela “necessidade de proximidade com a

natureza” e 48 dos entrevistados relataram não terem sido influenciados por nenhum dos fatores citados, conforme exposição contida na Figura 255.

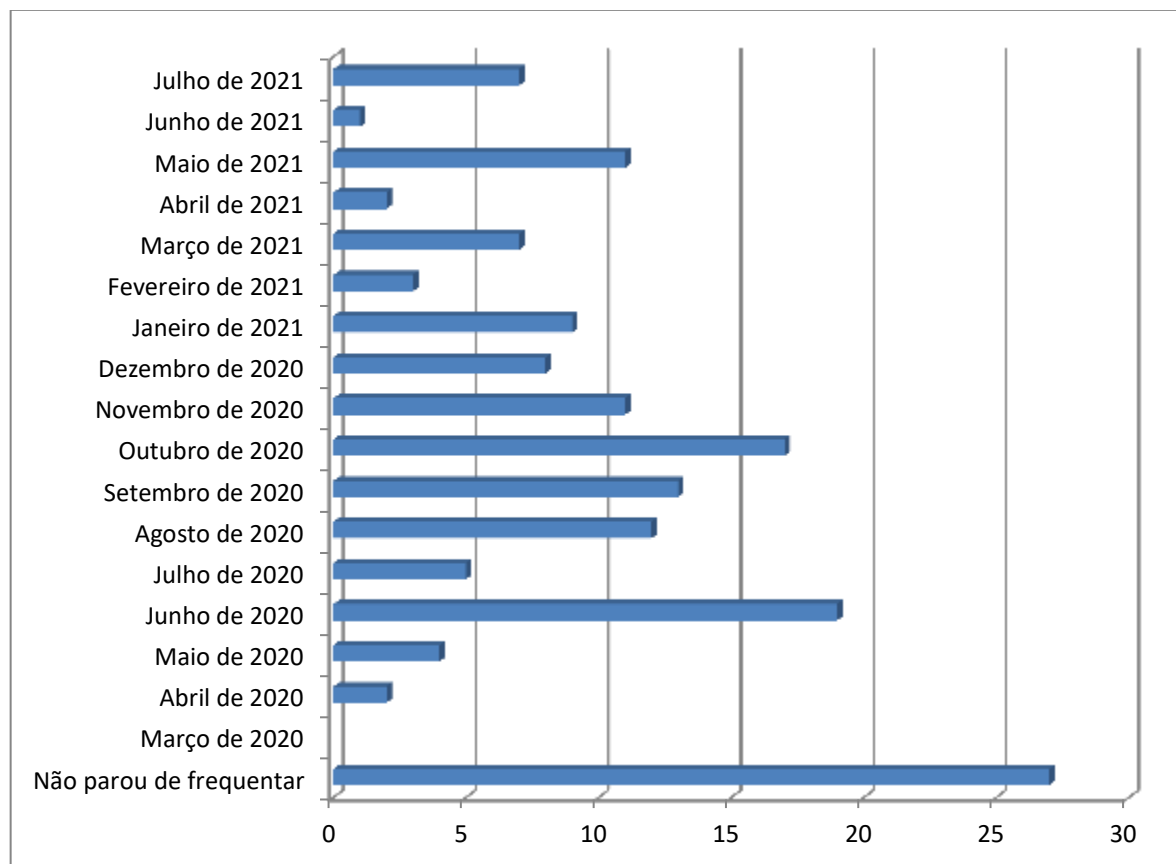
Figura 255 - Fatores que influenciaram a população a procurar os Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG durante o período de Pandemia da Covid-19.



Fonte: A Autora (2021).

Durante a realização das entrevistas também foi perguntado aos usuários dos parques e lagos municipais a partir de qual mês eles sentiram segurança, em relação ao risco de contaminação pela Covid-19, para retomar suas atividades nestes espaços. De acordo com os relatos apresentados, 27 pessoas afirmaram que não pararam de frequentar os respectivos espaços em nenhum momento durante a pandemia; O relato de retorno dos demais usuários entrevistados aos parques e lagos foi expresso da seguinte maneira: Março de 2020 – nenhum; Abril de 2020 - 2 pessoas; Maio de 2020 - 4 pessoas; Junho de 2020 - 19 pessoas; Julho de 2020 - 5 pessoas; Agosto de 2020 - 12 pessoas; Setembro de 2020 - 13 pessoas; Outubro de 2020 – 17 pessoas; Novembro de 2020 – 11 pessoas; Dezembro de 2020 - 8 pessoas; Janeiro de 2021 - 9 pessoas; Fevereiro de 2021 – 3 pessoas; Março de 2021 – 7 pessoas; Abril de 2021 – 2 pessoas; Maio de 2021 – 11 pessoas; Junho de 2021 – 1 pessoa; Julho de 2021 – 7 pessoas. A Figura 256 ilustra graficamente os meses de retorno dos usuários dos parques e lagos municipais da RMG durante o período de pandemia.

Figura 256 – Meses em que os usuários dos Parques e Lagos Municipais dos municípios da RMG sentiram segurança para retomar o uso desses espaços em função da Pandemia da Covid-19.



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados da pesquisa empreendida em campo nos parques e lagos municipais da RMG evidenciaram que tais ambientes constituem espaços públicos privilegiados na dinâmica urbana dos municípios investigados. Isto porque, mesmo em período de pandemia estes equipamentos têm sido procurados e utilizados com frequência pela população. Apesar do constante uso dos espaços, os relatos destacam uma diminuição no volume de pessoas nos parques e lagos durante o período de pandemia.

No que diz respeito às medidas preventivas contra a Covid-19 nos parques e lagos analisados, foi constatado um cenário preocupante, apesar de 71% das pessoas entrevistadas terem afirmado fazer da máscara de proteção durante a permanência nesses espaços. Embora estivessem ao ar livre, foram flagradas inúmeras situações de pessoas próximas umas das outras, compartilhando os mesmos equipamentos, sem adotar quaisquer medidas de segurança sanitária. O nível de pessoas infectadas pela Covid-19 também constituiu um dado alarmante da pesquisa, visto que 50% dos indivíduos entrevistados relataram a ocorrência de

contaminação pelo novo coronavírus em pelo menos um membro de sua família, ratificando os índices elevados de contágio divulgados pelas secretarias de saúde.

Os achados da pesquisa também revelaram que a maior parte dos usuários de parques e lagos públicos na RMG associam a utilização desses espaços à geração de benefícios para a sua saúde física e mental, atuando potencialmente na diminuição dos níveis de estresse e na melhora do humor da população. Assim, constatou-se a tese de que a utilização destes espaços, sobretudo em período de pandemia e adotadas as devidas medidas de prevenção contra o contágio do novo coronavírus, pode contribuir para atenuar problemas de ordem física e mental acentuados pela crise sanitária, como sedentarismo, obesidade, depressão, estresse e ansiedade.

A pesquisa demonstrou ainda que as medidas restritivas, em relação ao fechamento do comércio e academias, pouco ou nada influenciaram a relação da população com o uso dos parques e lagos municipais, ao passo que a necessidade de proximidade com a natureza e o distanciamento social foram fatores que incentivaram a população a fazer uso destes espaços em período de pandemia.

Destaca-se também como resultado da pesquisa que parte da população entrevistada não abandonou o hábito de frequentar os parques e lagos, mesmo em períodos mais severos da pandemia da Covid-19. A população apresentou um comportamento heterogêneo em relação ao retorno a esses espaços, sendo mais frequente o relato de retorno aos parques e lagos nos meses de junho de 2020 e outubro de 2020.

A pesquisa realizada demonstrou que mesmo com a diminuição do volume de pessoas presentes nesses espaços em virtude da necessidade de distanciamento social imposta pela crise sanitária, o maior esvaziamento dos referidos espaços públicos foi observado durante os meses de março e abril de 2020, tendo sido reestabelecida gradativamente a dinâmica de visitação dos mesmos a partir do mês de maio de 2020.

6.7. Apreensões gerais

Com base nas entrevistas realizadas, foi possível apreender alguns pontos comuns no que se refere ao uso dos parques urbanos e lagos municipais da Região Metropolitana de Goiânia. O primeiro a ser destacado é o fato de que 59% das 170 pessoas entrevistadas consideram o parque/lago utilizado um espaço seguro, de difícil contaminação, ao passo que

24% afirmaram considerar um espaço inseguro com alto risco de contaminação e 17% dos entrevistados relataram não possuir opinião formada a respeito. Os sujeitos que afirmaram considerar os parques e lagos ambientes seguros, justificaram sua opção em virtude dos equipamentos se constituírem espaços abertos, que possibilitam a ventilação e o distanciamento entre as pessoas. Os sujeitos que relataram considerar os parques e lagos ambientes inseguros na pandemia, informaram que seu julgamento está relacionado com a ocorrência de aglomerações existentes nos espaços e com o fato de nem todas as pessoas utilizarem máscara de proteção.

Do total de pessoas entrevistadas 71% afirmaram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência no espaço, enquanto 29% das pessoas consultadas relataram não fazer uso do equipamento nesta ocasião. Na maior parte dos parques pesquisados notou-se que a maioria da população visitante realmente fazia uso da máscara de proteção facial (contra a covid-19), entretanto em todos os parques foi possível observar que diversas pessoas estavam caminhando sem máscara, e outras tantas pessoas estavam portando a máscara, porém sem utilizá-la da maneira adequada (abaixo do nariz ou no queixo). Aqueles sujeitos que relataram o não uso das máscara, afirmaram que não o fazem por sentirem-se desconfortáveis com o equipamento.

Também foi detectado que em todos os parques visitados dos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia havia presença de agentes da Guarda Civil Metropolitana e/ou da Polícia Militar do estado de Goiás. Entretanto, pode-se notar, que apesar de haver diversas pessoas circulando sem máscara nos parques observados, os agentes de segurança pública não estavam fazendo orientações ou advertências junto aos visitantes desprovidos do equipamento de proteção, por sua vez, as pessoas sem máscara continuavam transitando livremente nos espaços sem a devida proteção. Em uma das visitas, realizada no Parque Flamboyant, presenciou-se a manifestação de uma das usuárias do espaço, que demonstrava verbalmente indignação por ver grande quantidade de pessoas circulando pelas vias do parque sem fazer uso da máscara de proteção.

Em relação aos níveis de contaminação pela Covid-19, 50% das pessoas entrevistadas relataram ainda não ter ocorrido ainda casos de contaminação pela doença em pessoas de sua família, enquanto os outros 50% relataram a ocorrência de pelo menos uma contaminação familiar.

Em relação à percepção na alteração do movimento de pessoas no parque durante a pandemia, os resultados se mostraram bastante variados, havendo, sobretudo a predominância da percepção de que houve uma diminuição no movimento de pessoas nos parques urbanos investigados, se comparado com o movimento de pessoas anterior à pandemia. Destaca-se que os Parques que apresentaram maior movimento de pessoas foram os parques Vaca Brava, Flamboyant, Areião e Lago das Rosas, no município de Goiânia, e Parque da Criança e Parque da Família, no município de Aparecida de Goiânia. O único espaço, dentre os observados, que não apresentou movimento de pessoas, durante pesquisa de campo, foi o Lago de Hidrolândia. Como não havia pessoas presentes nesse espaço, não foi possível realizar as entrevistas com os usuários. Os demais parques urbanos e lagos municipais visitados apresentaram movimento razoável de pessoas, o que evidenciou que os casos críticos de aglomeração ocorreram principalmente nos municípios com maior nível de desenvolvimento e urbanização da RMG, impactando consequentemente na constituição de uma maior demanda por espaços públicos verdes durante a pandemia da Covid-19.

Em relação aos fatores que mais influenciaram a população da Região Metropolitana de Goiânia fazer uso dos parques urbanos durante o período de pandemia, dentre os fatores elencados, os mais apontados pela população foram a “necessidade de proximidade com a natureza” (66 registros) e o “distanciamento social” (57 registros). Estes resultados reforçam a ideia de que a natureza exerce um importante papel na promoção de bem-estar ao cidadão urbano, de forma que os parques urbanos oferecem à população essa reconexão com natureza, perdida por diversas vezes, nas formas cada vez mais pavimentadas e edificadas do espaço urbano. Ademais, retoma-se a compreensão do indivíduo enquanto sujeito social, adaptado à vida em comunidade, que encontra no parque urbano/lago municipal, diferentes possibilidades de conviver, contemplar e participar da vida em sociedade.

Durante as observações realizadas em período de pandemia, tornou-se perceptível a noção de que os parques urbanos que recebem uma maior quantidade de visitantes são os parques localizados na capital do estado e em Aparecida de Goiânia. Outro ponto que merece destaque é a dinâmica de uso que varia bastante de parque para parque e de município para município, por exemplo, nos parques localizados em Goiânia, notou-se uma predominância de pessoas que utilizam o parque para prática de atividades físicas, cabendo observar que nos parques Areião, Flamboyant e Lago das Rosas também foram observados diversos outros tipos de uso frequentes, cabendo destaque para a recreação infantil. Já nos parques urbanos Ee

lagos municipais localizados em outros municípios, observou-se a prevalência de uso relacionado ao lazer e convivência social, embora os parques também sejam utilizados para a realização de exercícios físicos. A prática de caminhada pode ser destacada como a atividade mais praticada em todos os parques visitados durante a execução do estudo.

Nos parques Areião, Lago das Rosas, Falmboyant e Vaca Brava observou-se a presença de diversas pessoas realizando atividades físicas em grupo (circuitos funcionais, Cross Fit, etc). Nessas situações, notou-se proximidade entre as pessoas durante a prática da atividade física, cabendo destacar que inúmeras pessoas estavam sem máscara em tais ocasiões, configurando pequenas aglomerações e acentuando o risco de possível transmissão da Covid-19.

Outro ponto que demanda atenção no uso dos parques durante a pandemia diz respeito ao uso de equipamentos destinados a atividades físicas existentes no espaço, como barras de apoio, equipamentos de abdominal, alongadores, dentre outros. Esses aparelhos, apesar de terem seu uso restrito (por meio de arames ou fitas zebradas de sinalização) no início da pandemia, na maioria dos parques investigados, logo foram liberados, estando disponíveis para utilização sem qualquer medida de segurança contra a contaminação da Covid-19, como álcool em gel, ou orientações quanto higienização e uso dos aparelhos.

Por meio dos trabalhos de campo e levantamentos realizados, apreendeu-se que as campanhas de orientação e regulação quanto ao uso dos parques urbanos e lagos municipais na Região Metropolitana de Goiânia em tempos de pandemia, realizadas por parte das entidades do governo, não tiveram um efetivo alcance. Embora, tenham sido registradas ações como postagens nas redes sociais oficiais dos governos municipais, propagandas e pronunciamentos, o cotidiano dos parques e lagos revelou uma realidade vulnerável no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia, sendo testemunhadas recorrentes situações de aglomerações nestes espaços, com destaque para os parques pesquisados nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

É importante observar que no que tange à prática de exercícios físicos em espaços como parques urbanos, não há contraindicação em relação à prática do exercício em si e nem em relação à permanência no espaço, o que se recomenda é que sejam observadas as condições de segurança no que diz respeito à possibilidade de contaminação.

Em relação aos parques infantis observou-se bastante movimento nesses espaços. As crianças transitavam entre brinquedos como casinha, escorregador, balanço, tendo

proximidade e contato umas com as outras. No Parque Areião, durante observações realizadas, presenciou-se uma grande quantidade de pessoas, dentre crianças e adultos que as acompanhavam, interagindo num pequeno cercado onde o parque infantil estava localizado. No Parque Flamboyant, Parque Vaca Brava e Parque da Criança também foram registradas diversas situações de aglomerações com crianças nos espaços destinados a brincadeiras infantis, evidenciando um alto risco de contaminação entre elas.

A partir das observações realizadas, notou-se que a supervalorização (em aspectos de localização, conservação, estética, infraestrutura) de alguns parques contribui para que a maior parte da população opte por utilizar esses espaços em seu cotidiano. Desta forma, a pandemia apenas reforça a centralidade ocupada por esses equipamentos, evidenciando a desigual valorização espacial dos parques urbanos e lagos municipais ao longo das cidades investigadas.

Ademais, é necessário recapitular a importância de outros espaços públicos da cidade, a exemplo de ruas e praças, que juntamente com os parques urbanos e lagos municipais, podem ser concebidos como espaços potenciais de convivência, de lazer, atividades físicas e de outras funções que podem ser desempenhadas pela cidade. Repensar a cidade, considerando a integralidade do seu território e a interconexão dos espaços públicos, pode contribuir para diluir o movimento de pessoas, atualmente superconcentradas em poucos espaços da cidade, em especial os parques urbanos.

Finalmente, é oportuno ter consciência que mesmo após um ano do primeiro caso da doença registrada no país, a pandemia da Covid-19 demonstra estar longe acabar, considerando os elevados índices de óbitos e contaminações, bem como índices de ocupação de leitos UTI que foram alcançados no estado de Goiás (acima de 95%) e o moroso processo de vacinação. Por isso, é imprescindível que os poderes públicos competentes se mantenham vigilantes quanto à saúde da população, devendo adotar medidas efetivas de orientação e de reconfiguração das cidades e dos espaços públicos, com destaque para os parques urbanos e lagos municipais, que em tempos de pandemia tem se constituído enquanto espaços essenciais de contato com a natureza e de práticas que amenizem os problemas provocados pelo distanciamento social.

Capítulo 7 – Parques Urbanos, Lagos Municipais e demais espaços públicos: Um Panorama da realidade encontrada nos Municípios da RMG

Este capítulo procura reunir os principais resultados encontrados ao longo da pesquisa, correlacionando-os com os aportes teóricos que subsidiaram a construção da mesma. Com auxílio de quadros, são listados todos os municípios da Região metropolitana de Goiânia, apresentando sua respectiva configuração em termos de parques urbanos, lagos municipais e demais espaços públicos utilizados pela população para fins lazer, sociabilização e prática de atividades físicas.

Ao longo deste capítulo são feitas considerações sobre os modos de apropriação e utilização dos parques e lagos presentes na RMG. Também se discorre sobre aspectos ambientais, estruturais e sociais presentes nesses ambientes. Ao final, são apresentadas algumas propostas de ações relacionadas à criação, gestão e conservação desses espaços.

7.1 Parques, Lagos e Praças: composição geral dos municípios da RMG que ainda não possuem parques e lagos públicos

Embora a presente pesquisa tenha sido direcionada a uma amostra limitada de parques e lagos, é fundamental conhecer a totalidade da realidade desses espaços na Região Metropolitana de Goiânia. Para isso, foram feitas pesquisas documentais e consultas às prefeituras e respectivas secretarias, a fim de se obter a relação atualizada dos parques e demais espaços presentes nos municípios investigados. A partir desses dados, foram construídos os quadros que encontram-se expostos a seguir.

O Quadro 34 apresenta a relação de municípios da Região metropolitana de Goiânia, demonstrando os municípios que possuem e não possuem espaços públicos como parques urbanos e lagos municipais, citando também a figura de Parque Ecológicos e Unidade de Conservação, que não constituem objeto de análise da presente tese.

Quadro 34 – Municípios da RMG que possuem e não possuem Parques Urbanos e Lagos Municipais

Nº	Município	Presença de Parques Urbanos/Lagos Municipais	Parques Ecológicos/ Unidades de Conservação
1	Abadia de Goiás	Vide coluna a seguir	- Parque Telma Ortegual - Parque Salvino Cezario da Silva
2	Aparecida de Goiânia	05 Parques Urbanos	- Parque Municipal Serra das Areias
3	Aragoiânia	Não possui	-
4	Bela Vista de Goiás	01 Lago Municipal	- Unidade de Conservação Horto Florestal Municipal
5	Bonfinópolis	01 Parque Municipal e Área de lazer de Bonfinópolis	- Unidade de Conservação Horto Florestal Municipal
6	Brazabrantes	Não possui	Não Possui
7	Caldazinha	Não possui	- Parque Natural Municipal Pedreira da Estrada de Ferro
8	Caturai	01 Lago Municipal	Não Possui
9	Goiânia	53 Parques Urbanos	- Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - APA João Leite - RPPN Chácara Mangueiras
10	Goianópolis	01 Parque Urbano	- Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - RPPN Fazenda Bom Sucesso Área de Proteção Ambiental João Leite
11	Goianira	01 Lago Municipal e 01 Parque Urbano	Não Possui
12	Guapó	Não Possui	Não Possui
13	Hidrolândia	01 Lago Municipal	- RPPN Banana Menina - RPPN da ADUFG
14	Inhumas	01 Parque Urbano	Não Possui
15	Nerópolis	02 Parques Urbanos 01 Lago Municipal	- Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - Área de Proteção Ambiental João Leite - Parque Ecológico Rosa dos Ventos
16	Nova Veneza	Não possui	Não Possui
17	Santa Bárbara de Goiás	01 Lago Municipal	Não Possui
18	Santo Antônio de Goiás	01 Parque Urbano	Não Possui
19	Senador Canedo	02 Parques Urbanos	- RPPN Parque Goiano dos Kaiapós
20	Terezópolis de Goiás	Não possui	- Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - Área de Proteção Ambiental João Leite - RPPN Fazenda Santa Branca
21	Trindade	03 Parques Urbanos	Não Possui

Org.: Araújo (2021).

De acordo com o quadro apresentado, observa-se que dos 21 municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, 15 possuem espaços como Parques Urbanos ou Lagos Municipais e 6 ainda não possuem esse tipo de espaço. Salienta-se entretanto que os municípios de Hidrolândia e Caturai, apesar de possuírem em seu território Lagos Municipais, ambos apresentam atualmente uma configuração não convidativa ao uso da população. O primeiro, devido à seca do lago e o segundo devido à falta de estrutura de acolhimento.

O Quadro 35 apresenta a relação geral de Parques Urbanos e Lagos Municipais presentes nos municípios da RMG, com sua respectiva localização.

Quadro 35 – Municípios da RMG e seus respectivos Parques Urbanos/Lagos Municipais

Município		População Estimada (2020)	Extensão Territorial	Parques Urbanos/Lagos Municipais	Localização
1. Abadia de Goiás		8.958	147.256 km²	1. Parque Telma Ortegual	BR 060 – Km 174
				2. Parque Municipal Salvino Cezário da Silva	Dom Felipe II
2. Aparecida de Goiânia		590.146	278.539 km²	1. Parque da Criança	Setor Mansões Paraíso
				2. Parque da Família	Jardim Belo Horizonte
				3. Parque Tamanduá	Setor Garavelo
				4. Parque Elmar Arantes Cabral	Vila Alzira
				5. Parque Lafaiete Campos Filho	Residencial Village Garavelo
3. Aragoiânia		10.496	218,661 km²	Não possui	-
4. Bela Vista de Goiás		30.492	1.275.849 km²	1. Lago Sussuapara	Setor Lúcia Alice
				2. Horto Florestal Municipal dos Buritis	Via Flores
5. Bonfinópolis		9.919	123.427 km²	1. Parque Ecológico e Área de Lazer de Bonfinópolis	Vila São José
6. Brazabrantes		3.476	123.072 km	Não possui	-
7. Caldazinha		3.848	249.691 km²	Não possui	-
8. Caturai		5.101	205.078 km²	1. Lago Municipal	
9. Goiânia	Região Leste (7)	1.536.097	728.841 km²	1. Parque Municipal Residencial Paulo Estrela	Residencial Rio Jordão
				2. Bosque Dep. José Parque Eduardo	Setor Amendoeiras
				3. Jardim das Aroeiras	Jardim das Aroeiras
				4. Parque Residencial Olinda (Fiuca)	Entre o Residencial Olinda e Residencial Aruanã I
				5. Bosque da Índia Diacuí	Divisa dos Setores Aruanã 1 e Riviera Park
				6. Água Branca - 1º etapa	Setor Água Branca
				7. Parque municipal Terezinha Costa Ferreira (Vila Romana)	Setor novo mundo e Parque vila Romana
	Região Sul (10)			8. Parque Residencial Ville de France	Remanescente de Mata Seca

				9. Parque Carmo Bernardes	Divisa dos Setores Parque Atheneu e Jardim Mariliza
				10. Bosque Natural Urbano Bouganville Padre Cesário Galvão	Parque das Laranjeiras
				11. Parque Municipal Sabiá	Parque das Laranjeiras
				12. Bosque das Laranjeiras	Parque das Laranjeiras
				13. Jardim Botânico - 1ª etapa	Entre os Setores Pedro Ludovico e Santo Antônio
				13. Jardim Botânico – 2ª etapa	Vila Redenção
				14. Parque Areião	Setor Pedro Ludovico
				15. Parque Flamboyant	Jardim Goiás
				16. Parque Cascavel	Jardim Atlântico e Vila Rosa
				17. Parque Sullivan Silvestre (Vaca Brava)	Setor Bueno
	Região Sudoeste (4)			18. Parque Macambira Anicuns	Linear aos Córregos Macambira e Anicuns
				19. Parque Municipal Bernardo Elis	Setor Celina Park
				20. Parque Baliza	Setor Baliza
				21. Parque Itaipu	Setor Jardim Itaipu
	Região Oeste (3)			22. Parque Taquaral	Residencial Goiânia Viva
				23. Parque da Lagoa	Parque Industrial João Braz
				24. Parque Sebastião Júlio de Aguiar/Parque Oeste	Parque Oeste industrial
				25. Parque Vera Cruz	Jardim São José
	Região Mendanha (5)			26. Parque Petrópolis	Jardim Petrópolis
				27. Nova Esperança	Setor Mansões Rosa de Ouro e Sítio de Recreio São Joaquim
				28. Parque Itamaracá	Residencial Itamaracá
				29. Parque Hugo de Moraes	Res. Hugo de Moraes
	Vale do Meia Ponte (4)			30. Parque Das Flores	Residencial Parque das Flores
				31. Parque Municipal Gentil Meirelles	Setor Gentil Meireles
				32. Parque Municipal Residencial Itália (Parque Pedro Soares dos Santos)	Residencial Itália
				33. Parque Balneário	Setor Balneário meia Ponte
	Região Noroeste (6)			34. Jardim Fonte Nova	Jardim Fonte Nova
				35. Parque Municipal Círio Palmerston Muniz	Setor Alto do Vale
				36. Parque Municipal Curitiba	Jardim Curitiba
				37. Bosque Boa Vista	Bairro Boa Vista
				38. Estrela Dalva	Setor estrela Dalva
				39. Bosque Brisas da Mata Otavio Lucio	Setor Brisa Da Mata
	Região Norte (9)			40. Parque bom Jesus	Jardim Bom Jesus
				41. Parque Municipal Leolídio Di Ramos Caiado	Setor Goiânia 2
				42. Parque Ambiental Itatiaia	Conjunto Itatiaia

				43. Residencial Nossa Morada	Residencial Nossa Morada
				44. Parque Municipal Vale dos Sonhos I	Setor Vale dos Sonhos
				45. Parque Guanabara	Jardim Guanabara 3
				46. Parque Municipal do Bosque do Café	Setor Santa Genoveva
				47. Parque Liberdade	Setor Jaó
				48. Parque Beija-Flor	Setor Jaó
	Região Central (3)			49. Parque Botafogo	Setor Leste Vila Nova
				50. Bosque dos Buritis	Setor Central
	Região Campinas (2)			51. Lago das Rosas	Setores Centrais e Oeste
				52. Parque Municipal Jerivá	Entre os Setores Vila Vera Cruz, Vila Fernandes e Setor Centro Oeste
53. Parque Campininha das Flores		Bairro dos aeroviários			
10. Goianápolis	11.224	169.013 km²	1. Parque Municipal de Goianápolis	Centro	
11. Goianira	45.296	212.552 km²	1. Lago Lalacci Umberto Donato	Rod. GO 070	
			2. Parque Três Rios	Residencial Tocantins	
12. Guapó	14.207	517.255 km²	Não possui	-	
13. Hidrolândia	22.124	953.729 km²	1. Lago Municipal de Hidrolândia	Bairro Nazaré	
14. Inhumas	53.259	615.278 km²	1. Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas Borges	Centro	
15. Nerópolis	30.395	204.271 km²	1. Parque Ecológico Rosa dos Ventos	Fazenda Saltador/Serrado, antigo córrego do Café	
			2. Parque Municipal Artur Pimenta Carneiro (Parque da Matinha)	Jardim Paraíso	
			3. Lago Municipal de Nerópolis	Setor São Paulo	
16. Nova Veneza	10.018	123.377 km²	Não possui	-	
17. Santa Bárbara de Goiás	6.634	138.234 km²	1. Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás		
18. Santo Antônio de Goiás	6.440	132.805 km²	1. Parque Jacarandá	Vila Florença	
19. Senador Canedo	118.451	248.291 km²	1. Parque Boa Vista	Residencial Boa Vista	
			2. Parque Ambiental Vila Galvão	Vila Galvão	
20. Terezópolis de Goiás	8.186	106.913km²	Não possui	-	
21. Trindade	129.823	710.328 km²	1. Parque Municipal Lara Guimarães	Vila Padre Renato	
			2. Parque Municipal Maria Pires Perillo	Setor Ana Rosa, Região Sul	
			3. Parque Barreirinho	Rod. GO 060, Km 14	

Org.: Araújo (2021)

A capital do estado se destaca pelo expressivo número de parques urbanos (53), sendo o município que mais possui espaços destinados ao lazer, sociabilização, contemplação ambiental e prática de atividades físicas. Ao mesmo tempo é em Goiânia que se percebe os

casos mais acentuados de verticalização e valorização imobiliária em torno dos parques. Seguindo do polo metropolitano, encontra-se o município de Aparecida de Goiânia, com 5 parques urbanos instituídos. O município, em menores proporções, tende a reproduzir os padrões de verticalização e valorização imobiliária em torno dos parques encontrados na capital. Na sequência, destacam-se os municípios de Trindade (3 parques), Senador Canedo (2 parques), Nerópolis (2 parques e 1 lago municipal), Goianira (01 Lago Municipal e 01 Parque Urbano) e Abadia de Goiás (2 parques). Os municípios de Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caturai, Goianópolis, Hidrolândia, Inhumas, Santa Bárbara de Goiás e Santo Antônio de Goiás possuem apenas 01 parque ou 01 lago municipal. Embora a verticalização também não seja um processo comum nesses municípios, a valorização imobiliária foi um aspecto presente em todos os espaços investigados. Tendo sido observada a presença de imóveis residenciais de maior valor nas imediações dos parques e lagos e de empreendimentos comerciais que se beneficiam da proximidade com esses espaços, como hotel, bares, lanchonetes e restaurantes.

Os municípios de Aragoiânia, Brazabrantes, Caldazinha, Guapó, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás ainda não possuem parques urbanos ou lagos municipais instituídos em seu território, dispondo principalmente de praças públicas como opções de lazer, sociabilização e prática de atividades físicas, conforme exposto no Quadro 36. Dentre os espaços públicos, os municípios também contam com ginásios esportivos e campos de futebol. As demais opções de lazer disponíveis aos habitantes dos municípios são encontradas em equipamentos privados, como pesque-pague, chácaras, lagos particulares, bares e restaurantes localizados nos respectivos municípios.

Quadro 36 – Municípios da RMG que ainda não dispõe de Parques Urbanos ou Lagos Municipais e Municípios que possuem parques ou lagos mas tem sido pouco utilizados pela população

Nº	Município	Outros Parques Municipais	Espaços Públicos
1	Aragoiânia	-----	Praça da Capela de Santa Edwiges
		-----	Praça Cachoeira
		-----	Praça do Sol
		-----	Praça Imperial
		-----	Praça da Igreja Matriz de Santa Luzia
2	Brazabrantes	-----	Praça do Sol
		-----	Praça João Pereira de Souza Filho
		-----	Praça Cornélio Joaquim Gomes
		-----	Praça Antônio Pedro de Souza
3	Caldazinha	Parque Natural Municipal Pedreira da Estrada de Ferro	Praça Nossa Senhora D'Abadia (Praça da Matriz)
		Projeto Aprovado para construção do Parque do Milho Inteiro (Já existe espaço destinado)	Praça do Bairro Primavera

		-----	Praça do Setor Arco-Íris
		-----	Praça Qd. 37-A Centro (Academia da saúde)
4	Caturai	Lago Recanto do Lago	Praça Dona Firmina
		-----	Praça José Vicente
		-----	Praça 14 de novembro
5	Guapó	-----	Praça da Bíblia
		-----	Praça do Silvestre
		-----	Praça Manelão
6	Hidrolândia	Lago Municipal de Hidrolândia	Praça Kleber Robson dos Santos
		-----	Praça Pública
		-----	Praça da Rua Alameda dos Eucaliptos
		-----	Praça Geraldo Primo
		-----	Praça Carmosina Alves
		-----	Praça do Cruzeiro
		-----	Praça da Igreja de Santo Antônio das Grimpas
7	Nova Veneza	-----	Praça Nossa Senhora do Carmo
		-----	Praça do Coreto
		-----	Praça da Matriz
		-----	Praça da Bíblia
		-----	Praça João Stival
		-----	Praça Domingos Peixoto
8	Santa Bárbara de Goiás	Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás	Praça da Santa*Lago
		-----	Praça Neves Barbosa
		-----	Praça da Bíblia
		-----	Praça Um
		-----	Praça do Assis Silva
		-----	Praça Sebastião Vaz
9	Terezópolis de Goiás	-----	Praça da Bíblia
		-----	Praça Daniel Ramos

Org: Araújo (2021)

Por meio dos trabalhos de campo nos municípios da RMG foi detectado um padrão muito semelhante nas praças observadas. Na maior parte dos municípios, as praças principais, localizadas no centro da cidade, eram formadas em torno de igrejas católicas, dispendo de passeio para pedestres, espaços gramados, árvores e bancos. Além disso, foram observadas praças com diferentes tamanhos e infraestrutura. Em muitos municípios foram encontradas praças com espaços destinados a atividades físicas, sendo comum a instalação de pequenas estações de equipamentos de ginástica ao ar livre e de pequenos parques infantis. Em alguns municípios, as praças estavam localizadas próximas a ginásios e quadras esportivas. Poucos municípios dispunham de outros atrativos nas praças, como pistas para skate e patinação.

Notou-se que apesar das praças, ginásios e quadras exercerem muitas das funções desempenhadas pelos parques urbanos e lagos municipais, estes equipamentos são bem mais limitados se comparados principalmente ao parque urbano, dada sua maior extensão, maior

complexidade de estrutura, e maior gama de funcionalidades, sobretudo no que diz respeito ao aspecto ambiental.

7.2 Panorama dos modos de apropriação e uso dos Parques Urbanos e Lagos Municipais investigados na RMG

No que diz respeito à forma como os espaços pesquisados são apropriados pela população, foram observadas algumas diferenças em relação ao uso dos Parques Urbanos e demais Espaços Públicos observados na Região Metropolitana de Goiânia. A primeira diferença observada está relacionada ao fato de que nos Parques Urbanos localizados em Goiânia, apesar de haver diferentes tipos de usos empreendidos, há uma importante expressividade em relação à "Prática de Atividades Físicas". Embora nos demais municípios da RMG esse tipo de uso também aconteça, nos espaços investigados do município polo essa prática foi registrada com maior frequência e intensidade.

Outro ponto a ser destacado refere-se às diferentes dinâmicas de movimento de pessoas observadas ao longo dos dias da semana. Nos Parques Urbanos de Goiânia, o movimento de pessoas é acentuado aos finais de semana, havendo uma intensa procura do espaço para fins de lazer, sociabilização e prática de atividades físicas. Aos finais de semana é comum se presenciar famílias passeando com crianças, comemorações de aniversário, ensaios fotográficos, piqueniques e pessoas passeando com animais de estimação. Entretanto os parques também apresentam um expressivo movimento de pessoas durante segunda a sexta, sendo mais procurado nesses dias para realização de atividades físicas e passeio com animais domésticos.

Nos demais municípios da RMG, os Parques e Lagos Públicos investigados também são mais procurados aos finais de semana, havendo a prevalência de atividades relacionadas ao lazer e a sociabilização. Aos finais de semana é comum encontrar famílias passeando com crianças, pessoas praticando atividades físicas e utilizando o parque como espaço para descontração. De segunda a sexta os parques também são utilizados nos municípios investigados, entretanto de maneira bem mais tímida se comparado aos dias do final de semana e feriados.

Durante os dias da semana, os Parques Urbanos localizados em Goiânia apresentam uma maior concentração de pessoas no início da manhã e aos finais de tarde. Recebendo aos finais de semana um movimento mais distribuído ao longo do dia, apesar de ainda prevalecer um maior movimento de pessoas no início da manhã e aos finais de tarde. Já nos demais municípios da RMG, notou-se que os Parques e Lagos investigados recebem um maior fluxo de pessoas durante a parte da tarde durante todos os dias da semana. Havendo também uma maior distribuição desse fluxo ao longo do dia, aos finais de semana e feriados.

Notou-se que a forma e a intensidade como a população se apropria e faz usos dos espaços pesquisados está intimamente ligada às suas condições estruturais e de conservação. Nos parques urbanos e lagos municipais menos conservados e com problemas estruturais mais evidentes, foi observado um número bem menor de visitantes em relação aos demais equipamentos. Nos espaços dotados de melhor conservação e infraestrutura, foram observados níveis médios e altos de frequentadores. Entretanto, salienta-se que mesmo em condições deficientes em todos os espaços pesquisados foi registrado um mínimo uso pela população, fato que se justifica pela falta de alternativas públicas apropriadas para as práticas sociais que costumam ocorrer nos parques e lagos municipais.

Os quadros 37 e 38 demonstram respectivamente a Estrutura dos Parques Urbanos e Lagos municipais pesquisados na RMG e os Equipamentos de atividades físicas presentes nos espaços pesquisados.

Quadro 37 - Estrutura dos Parques Urbanos e Lagos municipais pesquisados na RMG

Município da RMG	Parque/Lago	Lago	Parque Infantil	Estacion. próprio	Pedalinhos	Quiosque/ lanchonete	Sanitários	Sede administrativa	Área de bosque	Outros
Aparecida de Goiânia	Parque da Criança									
	Parque da Família									
Bela Vista de Goiás	Lago Sussuapara									
Bonfinópolis	Parque Ecológico de Bonfinópolis									Centro de Turismo/ Biblioteca
Goiânia	Lago das Rosas									Parque Zoológico
	Parque Flamboyant									
	Parque Areião									
	Parque Vaca Brava									
	Parque Leolídio di Ramos Caiado									
Goianápolis	Parque Municipal de Goianápolis									
Goianira	Lago Lalacci Umberto Donato									Wi-Fi grátis
Inhumas	Parque Goiabeiras									
Nerópolis	Parque Matinha									
Santo Antônio de Goiás	Parque Jacarandá									Circuito para Pets
Senador Canedo	Parque Boa Vista									Teatro de Arena
Trindade	Parque Lara Guimarães									Pista de Kart Carreiródromo

Org.: Araújo (2021).

Apesar de todos os espaços registrarem a presença de parques infantis, a pesquisa revelou que a maior parte dos parques investigados demanda uma maior conservação dos

brinquedos, pois muitos estão quebrados, oferecendo risco físico às crianças. Além disso, os sanitários também foram alvo de muitas críticas da população, pois além de não estarem presentes em vários dos espaços pesquisados, muitos dos que existem apresentam situações estruturais precárias, seja por motivo de depredação, seja por falta de conservação dos equipamentos. Os quiosques e lanchonetes apesar de estarem presentes na maior parte dos parques investigados, também foram motivo de queixa da maioria da população que alega serem poucos estabelecimentos e estarem subutilizados.

Quadro 38 – Equipamentos de atividades físicas presentes nos parques urbanos e lagos municipais pesquisados na RMG

Município da RMG	Parque/Lago	Pista de caminhada	Ciclofaixa	Pista de Skate	Pista de Bicicross	Quadra esportiva	Equipamentos de ginástica
Aparecida de Goiânia	Parque da Criança						
	Parque da Família						
Bela Vista de Goiás	Lago Sussuapara						
Bonfinópolis	Parque Ecológico de Bonfinópolis						
Goiânia	Lago das Rosas						
	Parque Flamboyant						
	Parque Areião						
	Parque Vaca Brava						
	Parque Leolídio di Ramos Caiado						
Goianápolis	Parque Municipal de Goianápolis						
Goianira	Lago Lalacci Umberto Donato						
Inhumas	Parque Goiabeiras						
Nerópolis	Parque Matinha						
Santo Antônio de Goiás	Parque Jacarandá						
Santa Bárbara de Goiás	Lago Municipal						
Senador Canedo	Parque Boa Vista						
Trindade	Parque Lara Guimarães						

Fonte: Araújo (2021).

Assim como o quadro anterior, ressalta-se que apesar dos parques e lagos estarem dotados dos equipamentos relacionados, muitos deles apresentam problemas críticos de conservação, como o caso das quadras esportivas e dos equipamentos de ginástica.

No que diz respeito à função ambiental exercida pelos parques e demais equipamentos públicos estudados na RMG, os municípios apresentaram uma realidade bastante heterogênea, a iniciar pelos níveis de arborização presentes nos espaços. Os ambientes com maiores níveis de arborização detectados foram Parque da Criança (Aparecida de Goiânia), Lago das Rosas, Parque Flamboyant, Parque Areião, Parque Vaca Brava, Parque Leolídio di Ramos Caiado (Goiânia), Parque da Matinha (Nerópolis), Parque Boa Vista (Senador Canedo) e Parque Lara Guimarães (Trindade). Os espaços com menores níveis de arborização foram aqueles que embora sejam denominados parques, assemelham-se a praças, como o Parque da Família (Aparecida de Goiânia) e Parque Jacarandá (Santo Antônio de Goiás).

Portanto, os espaços com menores níveis de arborização desempenham funções ambientais menos impactantes no que diz respeito ao conforto térmico, controle da poluição do ar e acústica, interceptação das águas das chuvas e abrigo à fauna, benefícios propiciados por áreas verdes urbanas, segundo Bargas e Matias (2001).

Além disso, foram detectados, por meio de observação, revisão de literatura e relato de moradores entrevistados, problemas como deposição de lixo (Parque Boa Vista/Senador Canedo), queimadas (Parque Municipal de Goianópolis), deposição de lixo no lago (Lago Sussuapara), construções irregulares (Lago das Rosas e Boque dos Buritis em Goiânia), comprometimento do lençol freático (Lago das Rosas, Parque Cascavel e Parque Flamboyant) e elevado adensamento populacional no entorno dos parques (caso dos equipamentos pesquisados em Goiânia). Assim, percebe-se uma realidade paradoxal presente na Região metropolitana de Goiânia, ao considerar que alguns parques tem vivenciado um contexto divergente do proposto por suas finalidades, que segundo Bargas e Matias (2001), são exercer funções ecológicas, estéticas e educativas, a fim de contribuir com a qualidade de vida da população e atenuar os impactos negativos causados pela urbanização.

Como indicado pela literatura consultada, se planejados adequadamente os parques urbanos podem contribuir significativamente na proteção de recursos naturais, atuando na proteção de nascentes, na conservação de espécies da flora, no abrigo a espécies da fauna, na educação ambiental, na infiltração das chuvas e na melhoria das condições térmicas e respiratórias. Todavia, a realidade encontrada na RMG demonstra que nem todos os

municípios têm se atentado para a necessidade de um planejamento e gestão que abarque as demandas ambientais, estruturais e sociais que perpassam pelos espaços estudados.

Os Parques Urbanos e lagos municipais analisados nesta pesquisa exercem importantes funções sociais nos municípios da RMG, considerando que espaços como o Parque Lara Guimarães (Trindade), Parque Luzio de Freitas Borges (Inhumas), Lago Lalacci Umberto Donato (Goianira), Lago Sussuapara (Bela Vista de Goiás) recebem os principais eventos promovidos no município, sejam festas de datas comemorativas, eventos esportivos, eventos culturais. Além disso, os espaços constituem também os principais pontos de encontro públicos da cidade, abrigando passeios, piqueniques, lazer infantil, pescarias, ensaios fotográficos, práticas esportivas, comemorações de aniversário, além de diversas outras práticas sociais. Os municípios de Senador Canedo, Goiânia e Aparecida de Goiânia também apresentam uma expressiva utilização social nos parques urbanos analisados, todavia em termos de realização de eventos apresentam uma dinâmica diferente, por possuírem outros espaços alternativos para realização de eventos públicos. Os principais eventos de Senador Canedo costumam ocorrer na Praça Criativa, localizada no Conjunto Uirapuru. Goiânia e Aparecida de Goiânia possuem seus eventos desconcentrados devido a maior quantidade de opções de espaços nos municípios. Nestes municípios, predomina a ocorrência de eventos esportivos em seus parques, como circuitos de corrida e caminhada.

Os achados da pesquisa comprovam a hipótese suscitada por Loboda e De Angelis (2005) de que as áreas verdes públicas são espaços que promovem o bem estar da população, influenciando diretamente a saúde física e mental dos indivíduos. As entrevistas realizadas na região metropolitana revelaram que a “Prática de Atividades Físicas” aparece em terceiro lugar (72 registros) entre as atividades mais praticadas nos espaços analisados, enquanto “Contemplação ambiental” figura em segundo lugar no ranking de usos mais recorrentes nos parques e lagos (74 registros), sendo superada pela “Recreação” que figura como prática mais realizada nos espaços pesquisados (104 registros). Ademais, a pesquisa revelou outros principais benefícios propiciados por esses espaços segundo seus frequentadores, sendo eles “lazer”, “socialização”, “ar puro”, “natureza”, “calma”, “descanso” e “tranquilidade”. A maior parte da população entrevistada na RMG relatou possuir “ansiedade” e “sobrepeso”, ao passo que expressiva maioria dos entrevistados acredita que a utilização dos parques é capaz de promover “melhora do humor”, “melhora do condicionamento físico”, “melhora da saúde de maneira geral”, “diminuição da ansiedade” e “diminuição do estresse”.

Com base nos resultados obtidos, percebeu-se que os parques urbanos e demais espaços analisados carregam consigo não somente potencialidades ambientais, mas podem atuar também propiciando benefícios à saúde e à vida social da população urbana. Entretanto, notou-se que as formas de uso e apropriação desses espaços estão diretamente relacionadas às suas condições de gestão e conservação. Portanto, não basta que os parques ou lagos municipais sejam criados pelos poderes competentes, pois a existência desses equipamentos por si só não garante eles sejam apropriados e utilizados pela população. De acordo com a pesquisa, os frequentadores desses espaços demandam por infraestrutura que lhes permitam melhores condições de acolhimento, como quiosques de lanches, sanitários, estacionamento e melhor conservação dos equipamentos já existentes, como os brinquedos dos parques infantis, que apresentaram situações problemáticas em diversos parques. Outra demanda apresentada com grande expressividade pela maioria dos sujeitos entrevistados diz respeito à necessidade de mais segurança nos espaços analisados, sobretudo no período noturno.

É válido salientar que além dos usos mencionados nesta pesquisa, os parques urbanos também são utilizados para outras finalidades, a depender de aspectos como localização, horários, níveis de visitação e segurança. Frequentadores de diversos parques relataram a ocorrência frequente de uso e tráfico de drogas. Ademais, alguns parques abrigam práticas de sexo e prostituição, evidenciando que as práticas existentes nesses espaços ultrapassam aquelas normatizadas e “aceitas” socialmente.

O período de pandemia da Covid-19 ressaltou o protagonismo dos parques e espaços semelhantes no espaço urbano. Apesar de 49 % dos respondentes afirmarem ter percebido uma diminuição no movimento de frequentadores durante a pandemia, os parques e lagos presentes nos municípios com maiores níveis de urbanização apresentaram uma intensa concentração de pessoas a partir do segundo semestre de 2020, conforme relatado no capítulo 6, onde 59% dos entrevistados classificaram os parques e demais espaços pesquisados como ambientes seguros, de difícil contaminação pela Covid-19. O principal fator responsável pela procura dos parques durante a pandemia foi a “Necessidade de contato com a natureza” e o “Distanciamento Social”, justificando um fluxo mais intenso de pessoas nesses espaços observado nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, onde se registram maiores níveis de urbanização e maior quantidade de pessoas morando em apartamentos.

Corroborando com a ideia exportada por Gomes (2014) no primeiro capítulo, os parques e demais espaços pesquisados assumem grande relevância na dinâmica urbana da RMG,

sobretudo por se constituírem como espaços públicos, onde não se exige da população quaisquer recursos para acesso ou permanência nesses ambientes, podendo ser considerados espaços mais democráticos, servindo de alternativas a shoppings, cinemas, bares, feiras, quadras esportivas particulares e outros espaços destinados ao lazer urbano. Mediante a aplicação dos questionários, 76% dos sujeitos entrevistados na RMG afirmaram considerar os espaços pesquisados como ambientes acessíveis a toda a população, independente de seu local de residência.

Todavia, apesar de serem “acessíveis” à população, o acesso a grande parte dos parques pesquisados requer um deslocamento pela parcela mais carente da população. Essa constatação se dá por meio da análise da distribuição espacial dos parques e espaços semelhantes no tecido urbano dos municípios da RMG.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos parques e lagos investigados encontra-se localizada em áreas mais valorizadas do ponto de vista imobiliário. Essa realidade é mais acentuada nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, mas também se expressa em menor proporção em municípios como Goianira, Inhumas e Senador Canedo. Tal configuração reproduz a lógica elitista denunciada por Macedo (2010), que promoveu a construção dos primeiros parques brasileiros e se perpetua nas cidades contemporâneas. Ao mesmo tempo converge com a tese de Gomes (2003), segundo a qual os parques transformam-se em equipamentos urbanos que alteram o padrão de uso e ocupação do solo, alterando o preço da terra em suas imediações. Ademais, os resultados da pesquisa também coadunam com os estudos de Prado e Arrais (2012) e Martins Júnior (2013), que discorrem sobre o processo de aproveitamento das vantagens locacionais dos parques por parte de agentes imobiliários.

A análise resultante das contribuições da população dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia no diagnóstico realizado para a construção do PDI-RMG, apontou que dentre os temas citados relacionados a parques urbanos, “Meio Ambiente” figura como a principal fragilidade apresentada pelos municípios. No eixo potencialidades, “Turismo” aparece como a principal potencialidade apresentada pelos habitantes dos municípios da RMG, ao passo que no eixo perspectivas, “Meio ambiente”, “Turismo” e “Lazer” e “Parques urbanos” são os aspectos mais elencados pela população dos municípios. A participação da população nas audiências mostrou a existência de demandas comuns na maior parte dos municípios, conforme demonstrado no capítulo 3.

Abarcando a questão da participação popular na criação ou na gestão e conservação de parques urbanos, constatou-se um baixíssimo nível de participação em todos os municípios analisados da RMG. Além de relatarem a não participação, maior parte da população entrevistada afirmou não possuir interesse em participar de tais processos. Esse ponto da pesquisa evidencia a existência de uma cultura não participativa ainda presente nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Observa-se que muitos sujeitos, apesar de demandarem mais espaços públicos de qualidade na cidade, sequer conhecem as vias de participação. Alguns sujeitos demonstram desconhecer seus direitos enquanto partícipes do planejamento urbano. Outros demonstram certa descrença em relação à efetividade de sua contribuição enquanto cidadão para a construção de uma cidade mais justa socialmente e ambientalmente. O fato é que o modo como as pessoas "não participam" dos processos de gestão relacionados aos parques urbanos e demais Espaços Públicos da cidade, corrobora com a tese de que a cultura de participação ainda precisa percorrer um longo caminho para se consolidar enquanto uma via forte e ativa no desenvolvimento da cidade. A participação popular tem ficado restrita a segmentos representativos, como associações de bairros, sindicatos, entidades políticas, que embora desempenhem um papel de extrema importância, não podem substituir a participação individual, vista ao mesmo tempo como direito e como dever de cada cidadão.

O fato de existirem demandas comuns entre a maior parte dos espaços pesquisados nos municípios da RMG, como necessidade de mais arborização, mais infraestrutura de apoio e acolhimento (lanchonetes, sanitários, lavatórios), melhor conservação dos equipamentos já existentes (bancos, brinquedos dos parques infantis, quadras esportivas), mais cuidados em relação a problemas como deposição de lixo, poluição de lagos, depredação e falta de segurança, aponta para uma configuração espacial semelhante nos parques urbanos e lagos municipais presentes nos municípios da RMG. Na Região Metropolitana de Goiânia, puderam ser detectadas três realidades espaciais distintas: A primeira, formada por municípios que já possuem vários parques urbanos, de diferentes tamanhos e características, sendo eles Goiânia e Aparecida de Goiânia. A segunda, constituídas por municípios que possuem apenas um ou dois parques/lagos municipais, sendo eles Abadia de Goiás, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. E a terceira, formada por municípios que ainda não possuem parques urbanos, lagos municipais ou espaços públicos

que desempenhem as mesmas funções: Aragoiânia, Brazabrantes, Caldazinha, Guapó, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

7.3 Propostas de Ações relacionadas à criação, gestão e conservação de Parques Urbanos e espaços semelhantes

Ao considerar as demandas comuns e as semelhanças presentes nos espaços estudados, observadas por meio de trabalho de campo e aplicação de questionários semiestruturados, infere-se que os problemas detectados nos parques urbanos e lagos municipais podem ser solucionados por meio de tratamentos semelhantes, e que o estabelecimento de um planejamento integrado entre os municípios pode contribuir para a construção de ações mais abrangentes e eficientes.

Além do estabelecimento de um trabalho contínuo e integrado de planejamento, é fundamental que as políticas públicas voltadas para a criação, gestão e conservação desses espaços, sejam respaldadas por estudos científicos especializados e pela efetiva participação popular. É importante que as demandas sociais e ambientais de cada município sejam abordadas de uma maneira holística, levando em consideração os inúmeros agentes que participam do fazer urbano.

Os tópicos a seguir apresentam algumas sugestões de ações passíveis de serem realizadas pelos municípios:

- Desenvolvimento de estudos, em parceria com universidades e demais entidades de pesquisa, a fim de se compreender melhor os conceitos como parques urbanos, parques ecológicos, áreas verdes, áreas de conservação ambiental, possibilitando assim realizar adequadamente a classificação, planejamento, implantação e gestão das áreas presentes em cada município;
- Desenvolvimento de ações de capacitação dos agentes públicos envolvidos na gestão dos parques, áreas verdes e demais espaços;
- Desenvolvimento de projetos educacionais multidisciplinares, que integrem desde a educação infantil até a educação superior, contemplando o conhecimento dos parques e espaços públicos existentes na cidade, aspectos de conservação ambiental, conservação da estrutura dos espaços.

- Estabelecimento de parcerias com instituições visando agregar atividades culturais e científicas, que não prejudiquem a função ambiental do espaço. Exemplos: obras de arte, estação da ciência, borboletário, orquidário, observatório astronômico, estações de leitura, dentre outros;
- Desenvolver estratégias capazes de envolver efetivamente, amplamente e continuamente, membros da sociedade em ações de planejamento e conservação dos espaços estudados;
- Desenvolver/aperfeiçoar programas de coleta seletiva, integrando os parques e lagos municipais como pontos de coleta;
- Buscar parcerias para instalar nos parques e lagos pontos de captação de energia solar;
- Fixar placas de identificação das espécies da flora e fauna existentes nos espaços, bem como descrições sobre a história, a geografia, e a planta dos parques e lagos. Além disso, são úteis os informativos de como se utilizam os equipamentos presentes nos espaços, como o exemplo das identificações existentes no Lago das Rosas.
- Desenvolvimento de políticas de comunicação, voltadas para informar a população sobre Parques Urbanos e demais Espaços Públicos existentes na cidade, a função exercida por cada um deles, bem como a importância de conservação dos mesmos.
- Desenvolvimento de Projetos em parceria com universidades e institutos federais, a fim de se promover: ações e campanhas educativas nos espaços voltadas para identificação das espécies e preservação da fauna, flora e nascentes protegidas pelo parque; ações voltadas à promoção da qualidade de vida nos parques, envolvendo professores, estudantes e técnico-administrativos. Um convênio com a faculdade de educação física pode vir a possibilitar atividades como: aulas de exercícios funcionais, Ioga, dança, etc;
- Estabelecimento de parâmetros mínimos a serem atendidos pelos parques e lagos municipais, atendendo a aspectos ambientais, sociais e estruturais;
- Desenvolvimento de estudos e planejamento em relação aos riscos de se frequentar parques e lagos públicos, a fim de se evitar: problemas de ataques de animais aos frequentadores dos espaços, preservando a integridade e segurança das pessoas e dos animais; problemas de afogamento nos lagos; e problemas relacionados à segurança pública.

Observa-se que muitas das ações listadas acima já são desenvolvidas parcialmente, por meio de diferentes iniciativas nos espaços pesquisados, todavia sem estarem integradas a um projeto único e por vezes, sem receberem o devido apoio para seu funcionamento e continuidade.

Ademais, outras experiências nacionais de parques instalados em diferentes estados do país revelam inúmeras possibilidades de tornar os ambientes estudados ainda mais acolhedores e convidativos á sociedade, como parques que agregam equipamentos científicos e que permitem a interação com o público; parques que contemplam museus, obras de arte, planetário, escolas de astrofísica, biblioteca e diversos espaços para atividades físicas em seu interior.

Considerações finais

A primeira colocação a ser feita diz respeito à necessidade de uma revisão mais aprofundada acerca do conceito de parque urbano e de outros conceitos correlatos, como áreas verdes, parques ecológicos, unidades de conservação, dentre outros. Esta definição é importante, pois cada um dos termos elencados possui uma especificidade relacionada à função e às características desempenhadas por cada espaço. A clareza em relação à classificação de determinada área é fundamental para o direcionamento de metodologias de estudo, de conservação, de manejo e do desenvolvimento e implementação de políticas voltadas para cada ambiente. Assim, adoções conceituais apropriadas ajudariam a evitar ações inadequadas sobre o espaço.

A revisão bibliográfica e trabalhos de campo também ratificaram a tese de que os parques e lagos municipais são utilizados por agentes imobiliários como objetos capazes de agregar valor à terra, super valorizando terrenos e imóveis localizados na adjacências dos espaços públicos, fomentando processos de segregação e gentrificação no espaço urbano. Além disso, observou-se que diversas intervenções imobiliárias têm provocado importantes danos ambientais como o comprometimento do lençol freático, o que demonstra a necessidade do estabelecimento de ações de fiscalização capazes de prevenir, atenuar e, se possível, reverter os danos causados ao meio ambiente (capítulo 1).

O estudo demonstrou ainda a possibilidade de se construir, conjuntamente, estratégias de enfrentamento a problemas comuns vivenciados pelos parques e lagos públicos presentes nos municípios que integram a RMG. Um dos caminhos para que isso ocorra é o estabelecimento de planejamentos integrados, a exemplo do PDI-RMG, abordado nos capítulos 2 e 3.

A demanda por parques urbanos/lagos municipais constitui uma aspiração comum entre os municípios que compõe a Região Metropolitana de Goiânia, considerando que necessidades como conservação ambiental, reaproximação do ser humano com a natureza, melhora do clima urbano, espaços públicos para convivência, espaços para lazer, relaxamento e práticas de atividades físicas são demandas presentes em todas as realidades encontradas por meio da presente pesquisa. Essa demanda foi reafirmada por três vias complementares: As perspectivas apresentadas pelos moradores da RMG durante as audiências para construção do PDI-RMG (capítulo 3), os trabalhos de campo empreendidos na Região Metropolitana de

Goiânia, evidenciando os municípios que possuem e não possuem parques urbanos e lagos municipais (capítulos 4 e 5) e as percepções relatadas pelos frequentadores dos referidos espaços públicos, atestando a importância exercida por esses equipamentos no espaço urbano (capítulos 4 e 6).

A presente tese conclui que os parques urbanos e lagos municipais assumiram um espaço de protagonismo nas cidades durante a Pandemia da Covid-19. Com a privação de circulação em outros espaços (cinemas, shoppings, clubes, academias), aliada às tensões e angústias trazidas pela crise sanitária, e somada ao distanciamento social e à necessidade de proximidade com a natureza, os parques e lagos tornaram-se refúgios para a população, reafirmando a importância desses espaços para a promoção do bem-estar físico e mental do sujeito urbano (capítulo 6).

Os resultados da pesquisa evidenciaram a multiplicidade de formas de apropriação e utilização dos parques urbanos e lagos municipais da RMG, onde sobressaíram as práticas de “Recreação”, “Contemplação Ambiental” e “Práticas de Atividades Físicas”, indicando o importante papel socioambiental desempenhado por esses espaços. Ademais, a pesquisa demonstrou que esses equipamentos abarcam uma série de outras possibilidades de usos, alguns aceitos socialmente e outros localizados às margens da aceitação social, como uso e tráfico de drogas, furtos, depredação e práticas sexuais. Essa infinidade de possibilidades aponta para a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas, que alcancem a complexidade dos diferentes conflitos e territorialidades que se estabelecem sobre esses espaços.

A presente pesquisa também constatou que aspectos como localização, infraestrutura, características naturais e construídas, níveis de conservação e equipamentos presentes nos espaços (quadras, pistas de caminhada, parques infantis, etc.) são fundamentais na determinação dos níveis de visitação dos parques e lagos analisados, onde se atestou a lógica de que quanto melhor forem avaliados os aspectos supracitados, maior e mais efetiva será a apropriação e utilização de espaços como parques urbanos e lagos municipais.

O estudo realizado aponta ainda para a necessidade de implementação de ações que visem estimular a população a se apropriar dos diferentes parques urbanos existentes em seus municípios. As ações podem ser efetivadas por meio de diferentes maneiras, a exemplo de: Projetos educativos, que envolvam escolas, universidades, usuários dos parques e a comunidade de maneira geral; Ações de comunicação que estimulem os indivíduos a

utilizarem e conservarem os parques e lagos públicos; Promoção de ações culturais, sociais e científicas nesses ambientes; Desenvolvimento de projetos nos parques voltados para a promoção da saúde e da qualidade de vida.

Outro ponto apreendido a partir da análise realizada refere-se à necessidade de níveis mais elevados de participação popular no processo de criação e de gestão dos parques urbanos na região metropolitana, isso porque a efetiva participação social é capaz de construir um caminho possível para contrapor a força mercadológica que atua sobre os espaços urbanos.

Ademais, a presente tese defende a necessidade de se pensar no desenvolvimento de estratégias capazes de promover a construção de um espaço urbano mais democrático, enfatizando a equalização da distribuição espacial dos parques urbanos e lagos municipais no território dos municípios estudados, possibilitando que todos os habitantes da cidade possuam iguais condições de acesso e utilização desses equipamentos.

Por fim, compreende-se que o campo de desenvolvimento da referida pesquisa deve continuar a ser explorado, a fim de se aprofundar nas dinâmicas espaciais, nos problemas e nas demandas apresentadas pelos espaços públicos de cada município, ampliando os estudos sobre parques urbanos e lagos municipais e contemplando outros espaços, como praças, ruas, ciclovias, centros esportivos e demais espaços públicos que consigam atender às necessidades do cidadão enquanto sujeito de direitos, dotado de aspirações sociais, culturais, ambientais, físicas e emocionais.

Referências

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando *et al.* Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**. 2016, v. 30, n. 86, pp. 113-130. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt#>. Acesso em: 13 mar. 2020.

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, suppl 1, pp. 2423-2446, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ALENCAR, Diego Pinheiro. **Metropolização e normatização institucional: O caso da região metropolitana de Goiânia entre 1980 E 2013**. 2014. 129 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ARRAIS, T. P. A. A escala de análise metropolitana em questão: considerações sobre o processo de metropolização. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 24, p. 4-23, 2012. DOI: 10.7154/RDG.2012.0024.0001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/52751>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BARGOS, Danúbia Caporusso. MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas Verdes Urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v.6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/artigos/areas%20verdes%20urbanas%20Danubia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427#>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12/01/2021.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Estatuto da Metrópole. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o estatuto da metrópole. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 15/01/2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**, São Paulo: Editora Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) **Ensaio de Geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, Vandervilson Alves. **À sombra dos pequizeiros e dos edifícios: as propostas de parques lineares urbanos nas cidades das pranchetas (Goiânia / GO e Palmas / TO)**. 2017. 320 f. Tese. (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

CARNEIRO, Vandervilson Alves. BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Um estudo de caso sobre o parque do córrego tamanduá no setor residencial park garavelo em aparecida de Goiânia (GO): parque linear urbano ou parque ecológico municipal?** Anais do Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto. Goiânia (GO). v.1, n. 1, p. 487-498, 2014. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/article/view/4636>. Acesso em: 20/01/2021.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CLAVAL, P. A geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CUNHA, Débora Ferreira da; COSTA, Nuno Marques da; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro A. Integração e cooperação territorial na Região Metropolitana de Goiânia. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 30, p. 76-98, jun. 2017. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/28283/21162>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FACEBOOK. Hotel Spa do Lago. Bela Vista de Goiás, 2021, fotografias color. Disponível em: <https://www.facebook.com/hotelspadolago/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FARIA, José Carlos de. **Coronavírus**: MP recomenda demarcação de espaços em parques de Goiânia para manter distanciamento. MP-GO, Goiânia, 18 mai. 2020. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/coronavirus-mp-recomenda-demarcacao-de-espacos-em-parques-de-goiania-para-manter-distanciamento>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FERREIRA, Maycon Junior *et al.* Vida Fisicamente Ativa como Medida de Enfrentamento ao COVID-19. **ABC Cardiol**: Journal of Brazilian Society of Cardiology, Rio de Janeiro, v.114,

n.4, p. 601-612, 2020. Disponível em: <http://abccardiol.org/sobre-a-revista/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. Elementos para a apreensão da dimensão regional do urbano-metropolitano na atualidade. **Confins**, n. 44, Paris, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/27547>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FRESCA, Tânia Maria. Uma discussão sobre o conceito de Metrópole. **Revista da ANPEGE**. v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/viewFile/6526/3516>. Acesso em: 04 nov. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. **Decreto Nº 9.633, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Goiânia, GO: Casa Civil. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103128/decreto-9653. Acesso em: 23 jun. 2021.

GOIÁS. **Decreto Nº 9.653, de 19 de abril de 2020**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Goiânia, GO: Casa Civil. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103128/decreto-9653. Acesso em: 17 jun. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Saúde. **Mapa de Risco Semanal**. Website. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/coronavirus/mapaderisco/780-boletins/12517-mapa-de-risco-semanal>. Acesso em: 23 jun. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Análise dos aspectos ambientais na região metropolitana de Goiânia**. PDI-RMG. Goiânia, 2017. 189 p.

GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Análise de aspectos institucionais de gestão, planejamento e governança na região metropolitana de Goiânia**. PDI-RMG. Goiânia, 2017. 51 p.

GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Análise do desenvolvimento urbano na região metropolitana de Goiânia**. PDI-RMG. Goiânia, 2017. 62 p.

GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Diretrizes para a região metropolitana de Goiânia**. PDI-RMG. Goiânia, 2017. 79 p.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Arborização e conforto térmico no espaço urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente (SP). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 10, p. 94-106, set, 2003.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator** (Fortaleza) [online]. 2014, v. 13, n. 2, pp. 79-90. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0006>. Acesso em: 18 jan. 2021. ISSN 1984-2201. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0006>.

_____. **Parques urbanos de Ribeirão Preto - SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 2009. 260 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai. / ago. 2014.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Goiânia: CEGRAF / UFG. 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Regiões Metropolitanas**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html#:~:text=As%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas%20constituem%20um,o%20que%20legitima%2C%20em%20termos](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html#:~:text=As%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas%20constituem%20um,o%20que%20legitima%2C%20em%20termos.). Acesso em: 02 jun. 2020.

KAYSER, Bernard. L' espace non-metropolisé du territoire français. **Revue Géographique des Pyrénées et du SudOuest**, n. 4, p. 371-378, 1969.

LENCIONI, Sandra. Conceitos fundamentais de Geografia: Metropolização. **Geographia**. Niterói, v. 22 n. 48, p. 173-178, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/2177>. Acesso em 20 nov. 2020.

LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência**, Guarapuava, v.1, n.1, p.125-139, 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARICATO, Hermínia. FERREIRA, João Sette Whitaker. Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar? **Correio da Cidadania**, São Caetano do Sul, n. 252, 2001. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/ferreira_estatuto.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Os fundamentos de gestão do espaço urbano para a promoção da função socioambiental da cidade: o caso de Goiânia**. 2013. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Giuliano Peixoto. **Diagnóstico da arborização urbana de Goianira, GO**. 2012. In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Goiânia, 2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Panorama e Contexto da Região Metropolitana de Goiânia. **As Metrôpoles e a Covid-19: Dossiê Nacional**. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/as-metrosoles-e-a-covid-19-dossie-nacional/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PRADO, Douglas Antônio Rocha. **Parque Municipal Flamboyant: Apropriação e usos para lazer**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro. **Sociologias** [online]. 2016, v. 18, n. 42, pp. 120-160. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004205>. Acesso em: 15 jan 2021. ISSN 1517-4522. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004205>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A Metrópole Liberal-Periférica e a Ordem Urbana. 1 vídeo (188 min). Publicado pelo canal Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YHV6Wmr-viY>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. RODRIGUES, Juciano Martins. **Estatuto da Metrópole: Avanços, Limites e Desafios**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/estatuto-da-metropole-avancos-limites-e-desafios-2/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

ROCHA, Josielle Cíntia de Souza. COSTA, Fernando Araújo. COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v.9, n.69, p.89-99, 2021. DOI: 10.17271/23188472. Disponível em: https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/2803/2620. Acesso: 30 mai. 2021.

ROLNIK, R. e NAKANO, K. Cidades e Políticas Urbanas no Brasil: Velhas Questões, Novos Desafios. Em **Brasil no Limiar do Século XXI**, organizado por Henrique Rattner. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2000.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. p.5-9. In: **Estatuto da cidade estatuto da cidade estatuto da cidade novas perspectivas para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001. 64p. (Cadernos Pólis, 4)

_____. É Possível uma Política Urbana Contra a Exclusão? *Em Governo e Cidadania*, organizado por TREVAS, V., MAGALHÃES, I. e BARRETO. São Paulo, Perseu Abramo.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHINATO, Douglas. *Vaca Brava, no Setor Bueno, nesta tarde de domingo*. Jornal O Popular. Goiânia, 5 jul. 2020. 1 fotografia color. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/parques-de-go%C3%A2nia- ficam-cheios-mesmo-com-decreto-devido-ao-coronav%C3%ADrus-1.2080316>. Acesso em 18 jul. 2020.

_____. *Flamboyant reuniu visitantes nesta tarde*. Jornal O Popular. Goiânia, 5 jul. 2020. 1 fotografia color. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/parques-de-go%C3%A2nia- ficam-cheios-mesmo-com-decreto-devido-ao-coronav%C3%ADrus-1.2080316>. Acesso em 18 jul. 2020.

SERPA, A. “A Paisagem Periférica”. In: **Yasigi**, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 161-179.

_____. (org.). *Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p.

_____. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. *Cidades*, Rio Claro, v.10, n. 17, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3235>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SEUIMOVELGOIANIA. City Vogue Alameda. Goiânia, 2021, fotografias color. Disponível em: <https://seuimovelgoiania.blogspot.com/2021/06/city-vogue-alameda.html>. Acesso em 08 fev. 2021.

SILVA, Carlos Eduardo Menezes da. *et al.* Influência das condições de bem-estar domiciliar na prática do isolamento social durante a Pandemia da Covid-19. **Revista de Saúde e Ciências Biológicas**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p.1-7, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3410.p1-7.2020>. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3410/1179>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SILVA, Juliana Gomes da. Imagens da verticalização às margens do Parque Elmar Arantes em Aparecida de Goiânia. Aparecida de Goiânia, 2021, fotografias color.

SOUZA, M. E. **A EROSAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: Uma cartografia da desafetação das Áreas Públicas Municipais em Goiânia, entre 1954-2016.** 2019. 225 f. Tese. (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

XIMENES, D. S. S.; DA SILVA, G. M. N.; MAGLIO, I. C.; CHIQUETTO, J. B.; AMATO-LOURENÇO, L. F.; VASCONCELLOS, M. da P.; JACOBI, P. R.; COUTINHO, S. M. V.; CÉSAR, V. A. B. S. S. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista LABVERDE**, v. 10, n. 1, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/172291>. Acesso em: 8 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Monitoramento de novos casos confirmados de COVID-19 – ESTADO DO GOIÁS.** Ribeirão Preto, 2021. Website. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/go-br/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Nota Técnica 5 - Avaliação do Impacto de Medidas de Distanciamento Social na Epidemia de COVID-19 em Goiás até 02/06/2020.** Disponível em: <http://covid.bio.br/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Informações sobre o Covid-19.** Goiânia, 2021. Website. Disponível em: <https://covidgoias.ufg.br/#/map>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 177-193, dez. 2013. DOI: [doi:http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747](http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747). ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>. Acesso em: 07 mar. 2020.

APÊNDICE 1 - Questionário de Percepção dos usuários dos Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia sobre aspectos relacionados à gestão e utilização dos parques por parte dos moradores dos respectivos municípios

Data da Entrevista ____/____/____

Nome do Entrevistado _____

Nome do Entrevistador _____

Perfil dos entrevistados

Sexo Fem. () Masc. ()

Idade _____

Ocupação _____

Escolaridade _____

Renda Mensal

Não possui renda () Até 1 salário mínimo() De 2 a 3 salários mínimos()

De 3 a 5 salários mínimos() Acima de 5 salários mínimos ()

Bairro de residência _____

Tipo da residência Própria () Alugada ()

Perguntas sobre participação nos processos criação, gestão e conservação de Parques Urbanos

1. Você participou de alguma maneira no processo de criação de algum Parque Urbano em seu município?

() Sim De qual forma? _____.

() Não

2. Você participa de alguma maneira do processo de gestão e conservação dos Parques Urbanos localizados em seu bairro? (sugestões de melhorias, reclamações, projetos educativos)

() Sim, participo com frequência

() Sim, participo em raras ocasiões

() Não, nunca participei

() Não, porém teria interesse em participar

3. Em relação à existência de Parques Urbanos em seu bairro de residência, você considera que o bairro está:

() Suficientemente contemplado

() Relativamente contemplado

() Insatisfatoriamente contemplado

4. Em relação à gestão e conservação dos Parques Urbanos presentes no seu bairro, como você considera as atuais condições destes equipamentos?

() Boas

() Regulares

() Ruins

() Péssimas

5. Avalie os itens em relação ao parque visitado de 1 a 5 (onde 1 é péssimo e 5 é ótimo)

() Arborização

() Iluminação artificial

() segurança

() calçamento

() espaços para recreação infantil

() espaços para realização de atividades físicas

() manutenção/conservação

() estética

() estrutura de acolhimento (bancos, espaços gramados para piquenique)

() estrutura de apoio (sanitários, estacionamento, bicicletário)

() estrutura comercial (lanchonetes, quiosques)

Acessibilidade do Parque

6. Em termos de acessibilidade à população, como você considera o Parque (*nome do parque pesquisado*)?
- () Acessível a todos os habitantes, independente do local de residência na cidade
- () Relativamente Acessível
- () Inacessível para alguns habitantes. Neste caso, por que você o considera inacessível?

Funções do Parque

7. Em relação ao uso do Parque _____, você costuma utilizá-lo com qual/quais finalidades? (pode marcar mais de uma alternativa)

- () Recreação
- () Sociabilização
- () Prática de atividades físicas
- () Contemplação ambiental
- () Outros: _____

Benefícios e Problemas

8. Na sua opinião qual o principal benefício propiciado pelo parque (*nome do parque pesquisado*)?

9. Qual o principal problema apresentado pelo parque (*nome do parque pesquisado*)?

Perguntas relacionadas à saúde e qualidade de vida

10. Costuma Praticar exercícios com frequência: sim () não ()
11. Quantas vezes por semana: 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () mais de 3 vezes ()
12. Costuma praticar qual tipo de atividade
- () Caminhada
- () Corrida
- () Cross Fit
- () Funcional
- () Vôlei
- () Futebol
- () Natação
- () Hidroginástica
- () Dança
- () Ciclismo
- () Outra: _____
- () Nenhuma

13. Saúde (Em relação a sua saúde, vou listar alguns problemas e você me diz se possui ou já possuiu algum deles ou não) SIM NÃO

- | | | | |
|----------------------------|--------|--------|--------|
| Sobrepeso | sim() | não() | |
| Problemas cardiovasculares | sim() | não() | não() |
| Pressão Alta | sim() | não() | |
| Colesterol alto | sim() | não() | |
| Ansiedade | sim() | não() | |
| Depressão | sim() | não() | |

14. Você utiliza o parque como meio de ajudar no tratamento de algum dos problemas acima listados?

APÊNDICE 2 - Questionário para aplicação durante o período de Pandemia

1. Antes do Período de Pandemia você costumava frequentar o parque com qual frequência?

- () 1 vez por mês
 () 2 a três vezes por mês
 () raramente frequentava o parque
 () 1 a 3 vezes por semana
 () de 3 a 5 vezes por semana
 () todos os dias da semana
 () Outro

2. Durante o período de pandemia você tem frequentado o parque com qual frequência?

- () 1 vez por mês
 () 2 a três vezes por mês
 () raramente frequentava o parque
 () 1 a 3 vezes por semana
 () de 3 a 5 vezes por semana
 () todos os dias da semana
 () Outro

3. Sobre prevenção em relação à Pandemia da Covid-19, você considera o parque:

- () Um local seguro, de difícil contaminação
 () Um local inseguro, de alto risco de contaminação
 () Não possuo opinião formada a respeito

4. Em relação às medidas de proteção durante o uso do parque, responda:

Você utiliza a máscara de proteção

- () sim
 () não

Se não, justifique:_____.

5. Você ou alguém da sua família já pegou Covid-19?

- () sim
 () não

6. Em relação ao movimento de pessoas no parque durante o período de pandemia, você considera que o movimento:

- () Aumentou
 () Diminiu
 () Não teve alteração

7. Quais benefícios você considera que a utilização do parque tem proporcionado a você:

- () Diminuição do estresse
 () Diminuição da ansiedade
 () Melhora da saúde de maneira geral
 () Melhora do condicionamento físico
 () Melhora do humor

8. Algum dos fatores abaixo contribuiu para que você passasse a utilizar mais o parque durante o período de pandemia?

- () Fechamento do comércio
 () Fechamento das academias
 () Isolamento social (sentiu necessidade de estar em contato com outras pessoas)
 () Necessidade de proximidade com a natureza

Outro:_____

9. A partir de quando você se sentiu seguro para voltar a utilizar o parque?

Mês_____

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **PARQUES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – PARA QUÊ E PARA QUEM?** Meu nome é Elis Veloso Portela de Araújo, sou o (a) pesquisadora responsável e minha área de atuação é Geografia Urbana. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail elisporteladearaujo@gmail.com e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 98108-4980/(62)3521-1184, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral Analisar, sob a perspectiva geográfica, o processo de apropriação, utilização e gestão dos parques urbanos na Região Metropolitana de Goiânia. Você responderá um questionário contendo perguntas sobre a sua percepção em relação ao parque urbano visitado e seus hábitos relacionados à utilização do Parque Urbano. e para isso deverá reservar um período de **10 minutos**. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Os riscos aos quais você estará exposto são os seguintes: Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; Desconforto; Medo; Vergonha; Estresse; Cansaço ao responder às perguntas; Quebra de anonimato. O benefício de participar é contribuir com sua percepção para elaboração de um relatório sobre o uso, administração e conservação dos parques urbanos na Região Metropolitana de Goiânia.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
 () Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
 () Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado PARQUES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – PARA QUÊ E PARA QUEM?. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Elis Veloso Portela de Araújo** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 121 da sessão de Defesa de Tese de **Elis Veloso Portela de Araújo** que confere o título de Doutora em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, a partir das 08:00 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – USO, CONSERVAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Vandervilson Alves Carneiro (UEG), membro titular externo; Professora Doutora Gabriela Nogueira Ferreira da Silva Beltrão (IFG), membro titular externo, Professor Doutor João Batista de Deus (IESA/UFG), membro titular externo; Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **VANDERVILSON ALVES CARNEIRO, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Batista De Deus, Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA NOGUEIRA FERREIRA DA SILVA BELTRAO, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no



§ 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2422673** e o código CRC **8DFD4090**.

Referência: Processo nº 23070.053703/2021-45

SEI nº 2422673